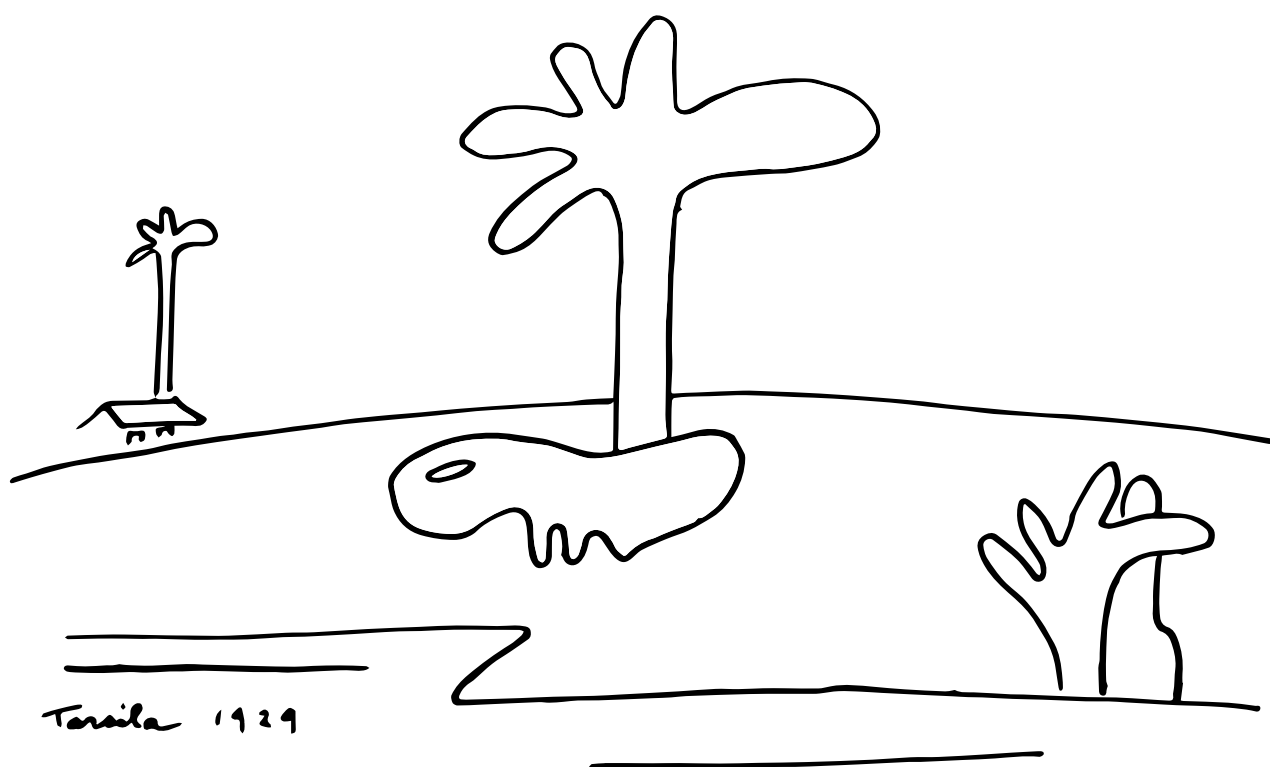


Guia da

Capivara Cética

*as melhores (e as piores)
respostas dos aprovados
no CACD 2018*



Turma do Instituto Rio Branco
2019 - 2020

Anna Paula Ribeiro Araujo Mamede

Andre Luiz Lettieri Alves

Angelo Paulo Sales dos Santos

Bernardo Andrade Vaz de Faria Pereira

Bernardo Macêdo Alves de Morais

Cauê Rodrigues Pimentel

Ciro Eduardo Ferreira

Diógenes Novais da Cruz

Francisco Luiz Pinto da Rocha Santos

Gabriela Ruggeri

Henrique Towata Sato

Jonas Teixeira Marinho

Jorge Luiz de Lima Santos

Laís Monteiro Pontes da Silva

Luiz Eduardo Andrade de Souza

Luiz Filipe Maciel Gomes

Matheus Corradi de Souza

Matheus Knispel da Costa

Maurício Gurjão Bezerra Heleno

Maurício Horta Miyauchi

Oswaldo Quirino de Souza Filho

Pedro Vale de Andrade Arruda Câmara

Rafael Mendes Bernardes

Raphael Azevedo França

Ricardo Silva Nogueira

Victor Born Portella

CRÉDITO DE IMAGENS

Capa: Paisagem Com Bicho Antropofágico II, 1929 - Tarsila do Amaral © Copyright 2019

Gráficos: Diógenes Domenicis Gimenez

DESIGN

Fábio Nitta

T 944

Turma do Instituto Rio Branco 2019-2020

**Guia da Capivara Cética: as melhores (e as piores) respostas dos aprovados no CACD 2018
Turma do Instituto Rio Branco 2018 – 2020**

441 p.

1. Instituto Rio Branco 2. Diplomacia 3 Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata. I. Título

Sumário

INTRODUÇÃO.....1

SOBRE O GUIA.....3

O PERFIL DOS APROVADOS.....5

_PREFERÊNCIAS PESSOAIS.....7

LÍNGUA PORTUGUESA

_REDAÇÃO.....9

Padrão de resposta
da redação.....10

Distribuição
das notas.....10

Angelo Paulo Sales dos Santos
nota: 54/60.....11

Luiz Eduardo Andrade de Souza
nota: 52,75/60.....13

Rafael Mendes Bernardes
nota: 52,75/60.....15

Victor Born Portella
nota: 51,75/60.....17

Nota média: Maurício Gurjão Bezerra Heleno
nota: 48,75/60.....21

Pior nota: Anônimo
nota: 39,15/60.....23

LÍNGUA PORTUGUESA

_EXERCÍCIO 1.....25

Padrão de resposta
do exercício 1.....26

Distribuição
das notas.....26

Raphael Azevedo França
nota: 20/20.....27

Cauê Rodrigues Pimentel
nota: 20/20.....28

Francisco Luiz Pinto da Rocha Santos
nota: 20/20.....29

Nota média: Bernardo Macêdo Alves de Moraes
nota: 17,50/20.....30

Pior nota: Anônimo
nota: 15,50/20.....31

LÍNGUA PORTUGUESA

_EXERCÍCIO 2.....32

Padrão de resposta
do exercício 2.....33

Distribuição
das notas.....33

Diógenes Novais da Cruz
nota: 20/20.....34

Anônimo
nota: 20/20.....35

Henrique Towata Sato
nota: 20/20.....37

Nota média: Matheus Corradi de Souza
nota: 18/20.....38

Pior nota: Anônimo
nota: 15,50/20.....39

LÍNGUA INGLESA

_COMPOSITION.....40

Padrão de resposta
da composition.....41

Distribuição
das notas 41

Bernardo Andrade Vaz de Faria Pereira
nota: 49/50 42

Maurício Horta Miyauchi
nota: 49/50 44

Matheus Corradi de Souza
nota: 48,5/50 46

Nota média: Victor Born Portella
nota: 43,75/50 48

Pior nota: Anônimo
nota: 30/50 50

LÍNGUA INGLESA

_TRANSLATION A - TRADUÇÃO 52

Padrão de resposta
da Translation A 53

Distribuição
das notas 53

Bernardo Andrade Vaz de Faria Pereira
nota: 19,50/20 54

Henrique Towata Sato
nota: 18,5/20 55

Matheus Corradi de Souza
nota: 18/20 57

Nota média: Pedro Vale de Andrade Arruda Câmara
nota: 17/20 58

Pior nota: Anônimo
nota: 14,33/20 60

LÍNGUA INGLESA

_TRANSLATION B - VERSÃO 62

Padrão de resposta
da Translation B 63

Distribuição
das notas 63

Maurício Horta Miyauchi
nota: 13/20 64

Pedro Vale de Andrade Arruda Câmara
nota: 12,50/20 66

Jonas Teixeira Marinho
nota: 12,50/20 68

Nota média: Angelo Paulo Sales dos Santos
nota: 10,50/20 69

Pior nota: Anônimo
nota: 7,33/20 70

LÍNGUA INGLESA

_SUMMARY 71

Padrão de resposta
do Summary 73

Distribuição
das notas 73

Laís Monteiro Pontes da Silva
nota: 15/15 74

Matheus Corradi de Souza
nota: 15/15 76

Maurício Gurjão Bezerra Heleno
nota: 14,5/15 78

Nota média: Ciro Eduardo Ferreira
nota: 13,5/15 80

Pior nota: Anônimo
nota: 11/15 82

HISTÓRIA DO BRASIL

_QUESTÃO 1 84

Padrão de resposta
da questão 1 85

Distribuição
das notas 85

Diógenes Novais da Cruz
nota: 30/30 86

Angelo Paulo Sales dos Santos
nota: 28,38/30 89

Anna Paula Ribeiro Araujo Mamede
nota: 28,38/30 92

Nota média: Bernardo Andrade Vaz de Faria Pereira
nota: 26,51/30 95

Pior nota: Anônimo
nota: 23,27/30 98

HISTÓRIA DO BRASIL

_QUESTÃO 2 101

Padrão de resposta
da questão 2 102

Distribuição
das notas 102

Francisco Luiz Pinto da Rocha Santos
nota: 30/30 103

Anônimo
nota: 27,63/30 106

Rafael Mendes Bernardes
nota: 27,50/30 109

Nota média: Gabriela Ruggeri
nota: 22,63/30 112

Pior nota: Anônimo
nota: 12,88/30 115

HISTÓRIA DO BRASIL

_QUESTÃO 3 120

Padrão de resposta
da questão 3 121

Distribuição
das notas 121

Ciro Eduardo Ferreira
nota: 18,50/20 122

Anônimo
nota: 18,50/20 124

Matheus Corradi de Souza
nota: 18,50/20 126

Nota média: Victor Born Portella
nota: 17/20 128

Pior nota: Anônimo
nota: 8,25/20 130

HISTÓRIA DO BRASIL

_QUESTÃO 4 138

Padrão de resposta
da questão 4 139

Distribuição
das notas 139

Cauê Rodrigues Pimentel
nota: 20/20 140

Bernardo Macêdo Alves de Moraes
nota: 20/20 142

Jonas Teixeira Marinho
nota: 18,50/20 144

Nota média: Matheus Corradi de Souza
nota: 16,50/20 146

Pior nota: Anônimo
nota: 13,33/20 148

GEOGRAFIA

_QUESTÃO 1 151

Padrão de resposta
da questão 1 152

Distribuição
das notas 152

Raphael Azevedo França
nota: 28,38/30 155

Cauê Rodrigues Pimentel
nota: 25,88/30 158

Bernardo Macêdo Alves de Moraes
nota: 25,38/30 160

Nota média: Maurício Gurjão Bezerra Heleno
nota: 20/30..... 163

Pior nota: Anônimo
nota: 15/30..... 166

GEOGRAFIA

_QUESTÃO 2 168

Distribuição
das notas 169

Padrão de resposta
da questão 2..... 170

Maurício Gurjão Bezerra Heleno
nota: 30/30..... 174

Victor Born Portella
nota: 30/30..... 177

Francisco Luiz Pinto da Rocha Santos
nota: 30/30..... 179

Nota média: Raphael Azevedo França
nota: 26,25/30 181

Pior nota: Anônimo
nota: 18,75/30..... 184

GEOGRAFIA

_QUESTÃO 3 186

Padrão de resposta
da questão 3..... 187

Distribuição
das notas 187

Luiz Filipe Maciel Gomes
nota: 16,75/20..... 190

Oswaldo Quirino de Souza Filho
nota: 16,75/20..... 192

Bernardo Andrade Vaz de Faria Pereira
nota: 16,75/20..... 194

Nota média: Bernardo Macêdo Alves de Moraes
nota: 13,75/20..... 196

Pior nota: Anônimo
nota: 8,50/20..... 198

GEOGRAFIA

_QUESTÃO 4 200

Padrão de resposta
da questão 4.....201

Distribuição
das notas201

Henrique Towata Sato
nota: 20/20.....203

Diógenes Novais da Cruz
nota: 20/20.....205

Gabriela Ruggeri
nota: 20/20.....207

Nota média: Anônimo
nota: 18,33/20..... 210

Pior nota: Anônimo
nota: 13,83/20..... 212

POLÍTICA INTERNACIONAL

_QUESTÃO 1 214

Padrão de resposta
da questão 1..... 215

Distribuição
das notas 215

Maurício Horta Miyuchi
nota: 29/30..... 217

Bernardo Andrade Vaz de Faria Pereira
nota: 26,25/30 221

Jorge Luiz de Lima Santos
nota: 25,42/30..... 225

Nota média: Anônimo
nota: 23,42/30..... 228

Pior nota: Anônimo
nota: 17,50/30 231

POLÍTICA INTERNACIONAL

_QUESTÃO 2234

Padrão de resposta
da questão 2.....235

Distribuição
das notas235

Pedro Vale de Andrade Arruda Câmara
nota: 30/30.....237

Maurício Horta Miyauchi
nota: 30/30.....240

Matheus Corradi de Souza
nota: 29,25/30.....244

Nota média: Maurício Gurjão Bezerra Heleno
nota: 25,50/30.....247

Pior nota: Anônimo
nota: 20/30.....250

POLÍTICA INTERNACIONAL

_QUESTÃO 4273

Padrão de resposta
da questão 4.....274

Distribuição
das notas274

Luiz Filipe Maciel Gomes
nota: 18/20.....276

Luiz Eduardo Andrade de Souza
nota: 16,75/20.....279

Victor Born Portella
nota: 16,75/20.....281

Nota média: Andre Luiz Lettieri Alves
nota: 14,75/20.....284

Pior nota: Anônimo
nota: 10,75/20.....286

POLÍTICA INTERNACIONAL

_QUESTÃO 3259

Padrão de resposta
da questão 3.....260

Distribuição
das notas260

Francisco Luiz Pinto da Rocha Santos
nota: 19,5/20.....261

Oswaldo Quirino de Souza Filho
nota: 19,25/20.....264

Gabriela Ruggeri
nota: 18/20.....267

Nota média: Anônimo
nota: 16,13/20269

Pior nota: Anônimo
nota: 10,88/20271

ECONOMIA

_QUESTÃO 1288

Padrão de resposta
da questão 1.....289

Distribuição
das notas289

Gabriela Ruggeri
nota: 30/30.....291

Maurício Horta Miyauchi
nota: 30/30.....293

Bernardo Macêdo Alves de Moraes
nota: 30/30.....296

Nota média: Francisco Luiz Pinto da Rocha Santos
nota: 24/30.....299

Pior nota: Anônimo
nota: 16/30.....302

ECONOMIA

_QUESTÃO 2 305

Padrão de resposta
da questão 02..... 306

Distribuição
das notas 306

Jonas Teixeira Marinho
nota: 30/30..... 308

Gabriela Ruggeri
nota: 30/30..... 310

Luiz Filipe Maciel Gomes
nota: 30/30..... 312

Nota média: Henrique Towata Sato
nota: 26,00/30 315

Pior nota: Anônimo
nota: 22/30..... 317

ECONOMIA

_QUESTÃO 3 319

Distribuição
das notas 320

Padrão de resposta
da questão 3..... 321

Jorge Luiz de Lima Santos
nota: 20/20..... 322

Henrique Towata Sato
nota: 20/20..... 324

Pedro Vale de Andrade Arruda Câmara
nota: 20/20..... 326

Nota média: Angelo Paulo Sales dos Santos
nota: 17,5/20 328

Pior nota: Anônimo
nota: 10/20..... 330

ECONOMIA

_QUESTÃO 4 332

Distribuição
das notas 332

Padrão de resposta
da questão 4..... 333

Andre Luiz Lettieri Alves
nota: 20/20..... 334

Victor Born Portella
nota: 20/20..... 336

Angelo Paulo Sales dos Santos
nota: 20/20..... 338

Nota média: Diógenes Novais da Cruz
nota: 17/20 340

Pior nota: Anônimo
nota: 12/20..... 342

DIREITO

_QUESTÃO 1 344

Distribuição
das notas 344

Padrão de resposta
da questão 1..... 345

Diógenes Novais da Cruz
nota: 30/30..... 347

Luiz Filipe Maciel Gomes
nota: 30/30..... 349

Bernardo Andrade Vaz de Faria Pereira
nota: 28/30 352

Nota média: Cauê Rodrigues Pimentel
nota: 25,50/30 354

Pior nota: Anônimo
nota: 21,42/30 356

DIREITO

_QUESTÃO 2 359

Distribuição
das notas 360

Padrão de resposta
da questão 2 361

Pedro Vale de Andrade Arruda Câmara
nota: 17,67/20 363

Angelo Paulo Sales dos Santos
nota: 15,67/20 366

Rafael Mendes Bernardes
nota: 13,67/20 368

Nota média: Cauê Rodrigues Pimentel
nota: 13,67/20 370

Pior nota: Anônimo
nota: 9,33/20 372

DIREITO

_QUESTÃO 3 374

Distribuição
das notas 374

Padrão de resposta
da questão 3 375

Jorge Luiz de Lima Santos
nota: 30/30 376

Anna Paula Ribeiro Araujo Mamede
nota: 30/30 378

Angelo Paulo Sales dos Santos
nota: 30/30 380

Nota média: Ciro Eduardo Ferreira
nota: 29,25/30 382

Pior nota: Anônimo
nota: 27/30 384

DIREITO

_QUESTÃO 4 386

Padrão de resposta
da questão 4 387

Distribuição
das notas 387

Bernardo Andrade Vaz de Faria Pereira
nota: 18/20 389

Andre Luiz Lettieri Alves
nota: 17/20 391

Anna Paula Ribeiro Araujo Mamede
nota: 17/20 393

Nota média: Anônimo
nota: 12/20 395

Pior nota: Anônimo
nota: 1,0/20 397

LÍNGUA ESPANHOLA

_RESUMO 399

Padrão de resposta
do resumo 401

Distribuição
das notas 401

Maurício Gurjão Bezerra Heleno
nota: 25/25 403

Cauê Rodrigues Pimentel
nota: 24,5/25 404

Anônimo
nota: 24/25 405

LÍNGUA ESPANHOLA

_VERSÃO 407

Distribuição
das notas 408

Padrão de resposta
da versão 409

Maurício Horta Miyauchi
nota: 21/25 411

Cauê Rodrigues Pimentel
nota: 20,50/25 413

Anônimo
nota: 20/25 415

LÍNGUA FRANCESA

_RESUMO 417

Padrão de resposta
do resumo 419

Distribuição
das notas 419

Raphael Azevedo França
nota: 24/25 421

Jonas Teixeira Marinho
nota: 23,5/25 422

Anônimo
nota: 23/25 423

LÍNGUA FRANCESA

_VERSÃO 424

Distribuição
das notas 425

Padrão de resposta
da versão 426

Francisco Luiz Pinto da Rocha Santos
nota: 20/25 428

Raphael Azevedo França
nota: 19/25 429

Ciro Eduardo Ferreira
nota: 14/25 430

Introdução

O Instituto Rio Branco é um ecossistema complexo e raro. Alguns especialistas até diriam que ele se assemelha à irregular geografia do *Extremistão*. Seu jardim interno abriga uma fauna excêntrica, pouco conhecida pelo brasileiro, mas que, desde a saudosa catalogação do “*Filhote de Gnu*”, atrai gerações de *cacdistas*. Nesse meio ambiente singular, repleto de armadilhas e protocolos, surge, todos os anos, uma nova espécie. Em 2018, a Capivara Cética, também conhecida como *Capybara escéptica*, soma-se à fauna rio-branquina.

A capivara é o maior roedor do mundo, um animal que só existe no continente sul-americano, ou seja, uma preciosidade das terras baixas *del mundo hispánico*. Trata-se de um produto de milênios de isolamento geográfico e de um animal que, mais importante, triunfou diante da concorrência selvagem de seus pares. Sua semelhança com o cacdistista é, portanto, tão evidente quanto a probabilidade de um cisne negro (sic), já que cabe a essa rara espécie concurseira superar o brutal estado de natureza cespiano para alcançar, finalmente, o seu habitat natural nos plácidos espelhos d’água do Palácio Itamaraty.

Ao leitor não convencido da semelhança entre a capivara e o cacdistista, apelamos a argumentos de autoridade. Segundo a *Wikipedia*, a capivara é um animal que, sendo “extremamente adaptável, pode ocorrer em ambientes altamente alterados pelo ser humano”, tais como a banca de terceira fase ou, ainda, salas de prova sem ar condicionado. Mais: “as capivaras são animais sociais, vivendo em bandos que em média têm entre 10 e 30 animais”, sendo que, antigamente, era possível deparar-se com grupos de até 100 capivaras... Por fim, as capivaras passam a maior parte do dia submersas, boiando na superfície da água, plenas; quem as vê de fora chega a pensar que são animais preguiçosos, relapsos. Mal desconfiam que as capivaras estão ali dedicando-se à laboriosa e silente arte da sobrevivência, a qual é um mistério para seus demais parentes roedores. Agora sim, o leitor já começa enxergar as semelhanças entre a amigável capivara e o cacdistista. Mais: dá-se conta de que o cacdistista deveria agir e pensar como uma capivara. Afinal, como diz um popular ditado das redes sociais: **“always be yourself, unless you can be a capybara. Then always be a capybara”**.

Mas isso não basta ao cacdistista de sucesso. É preciso que ele seja também um cético. Ele necessita cultivar, a cada página lida, um *ceticismo cartesiano*, tal qual nosso amigo

René Descartes resumira: penso, logo desconfio. Afinal, assim como os antigos filósofos paripatéticos, os cacdistas são paranóicos sobre o seu conhecimento adquirido: acreditam que tudo aquilo o que sabem está errado, não é suficiente, ou, pior, não é cobrado pela banca. São tomados por uma ansiedade viciante, cujo único antídoto é um ceticismo irreverente, uma ataraxia cheia de malemolência e presença de espírito.

A capivara cética jamais duvida de seus propósitos, nem baixa a guarda contra predadores. Assim como o cacdistas, ela geralmente *não sabe o que faz, mas ainda assim o faz*. Vive exemplarmente, baixo a serenidade cética dos fortes. Trabalha arduamente todos os dias, de modo disciplinado e constante, jamais questionando sua capacidade de ser o roedor dominante. Serve de exemplo para que o cacdistas busque não a glória, mas, sim, o equilíbrio eudemônico, entre livros e a sanidade mental; para que ele fuja dos *divertissements* que lhe afastam da aprovação; para que ele tenha coragem, sem cair na paralisia da covardia ou na imperícia da imprudência.

Resta ao cacdistas, portanto, emular as habilidades da capivara cética para que ele não mais se assuste com o tamanho da prova de línguas; para que ele não se curve diante dos recursos negados; para que, mesmo diante da derrota, erga-se e enfrente a banca - *respeitosamente*, é claro -, levando apenas *seu talento, seu corpo e sua confiança*, até que sua aprovação seja alcançada.

A lição de resistência e adaptabilidade da capivara inspira não só ao cacdistas, mas também ao jovem terceiro-secretário, recém-aprovado, já que o ceticismo capivarístico é um eficaz remédio contra os dissabores dessa carreira. Pois mal sabe o jovem candidato do concurso que, após a sua aprovação, terá ele que servir duras penas na *Divisão da Borávia* e terá que lidar com o calendário quântico do ministério. Cético, sim, porém sem cinismo e sem perder a graciosidade e a *joie de vivre*.

Altiva, sem ser arrogante. Segura, ainda que desconfiada. Descrente, sem jamais perder a esperança. E, acima de tudo, *cética. Impossivelmente cética*.

Assim é a mascote que ilustra o guia dos aprovados no Concurso de Admissão à Carreira Diplomática de 2018. Assim é a *capivara cética*.

Sobre o guia

Desde 2013, a turma de aprovados no Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata (CACD) lança uma coletânea de suas melhores e piores respostas nas fases discursivas do exame, com o objetivo de oferecer aos candidatos subsídios para sua preparação no exame. O Guia da Capivara Cética dá continuidade a essa tradição, com algumas inovações.

Ao estabelecer o formato do guia, buscou-se privilegiar legibilidade e facilidade de manuseio. Todas as questões são estruturadas da forma a seguir: i) enunciado, ii) gráfico com distribuição de notas dos aprovados, iii) padrão de resposta fornecido pela banca, iv) três melhores notas (quatro, no caso de redação), v) nota mediana e vi) menor nota - estas, apenas dos candidatos da ampla concorrência. Para as questões de Língua Espanhola e de Língua Francesa, foram incluídas apenas as três notas mais altas. Todas as respostas são acompanhadas da respectiva avaliação pela banca; algumas, também de comentários do autor. Espera-se auxiliar, assim, o candidato na fase recursal do CACD.

Para conferir maior representatividade dos candidatos no guia, adotou-se a seguinte metodologia. Nas questões em que não houve empate de notas, selecionaram-se as maiores notas, independentemente do candidato que elaborou as respostas. O mesmo se aplicou à pior resposta e à resposta mediana. Em virtude dessa metodologia, alguns candidatos terminaram com uma quantidade maior de respostas no guia.

Nas questões em que houve empate de melhores notas, buscou-se atribuir, tanto quanto possível, um quantitativo equilibrado de melhores respostas para cada aprovado. Uma vez atingido esse equilíbrio, a posição do ranking foi levada em consideração. Nas questões em que houve empate de notas medianas, procurou-se selecionar as respostas dos candidatos que tinham menos questões a transcrever. Desse modo, o objetivo da metodologia foi cumprido.

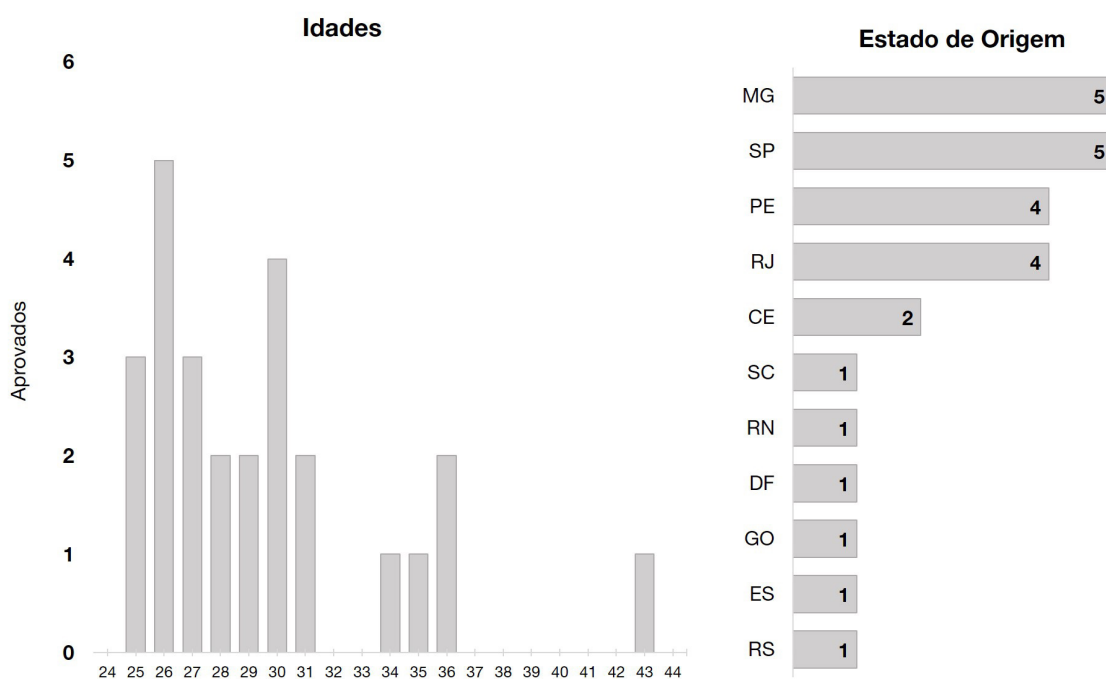
O guia inclui, ademais, estatísticas relativas ao perfil dos aprovados, tais como idade, formação acadêmica, cidade de origem, tempo e local de estudo, signo e preferências pessoais. Com isso, busca-se demonstrar a diversidade de trajetórias dos candidatos, nenhum dos quais descende de família de diplomatas.

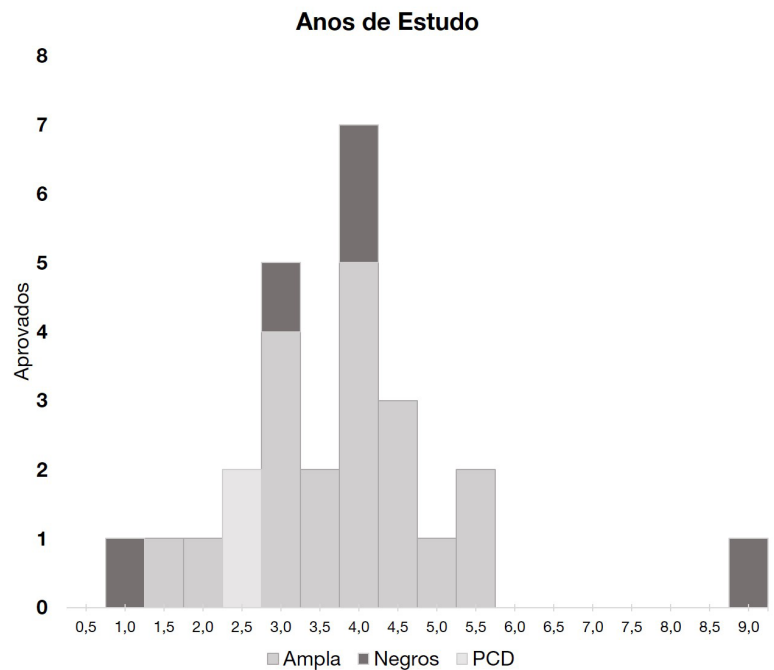
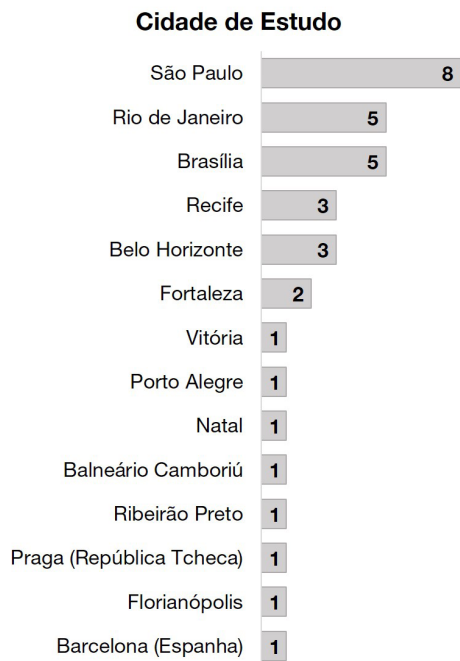
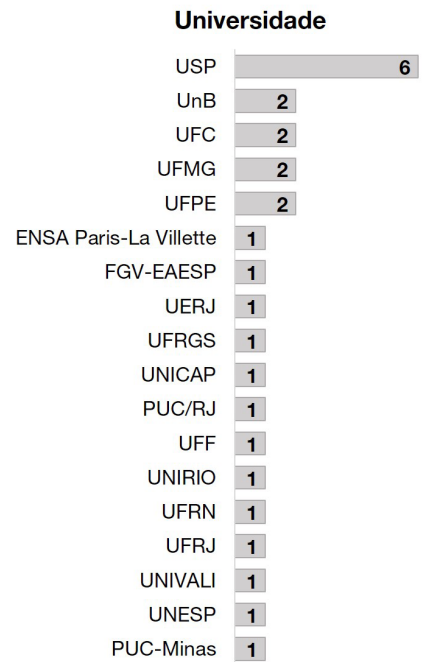
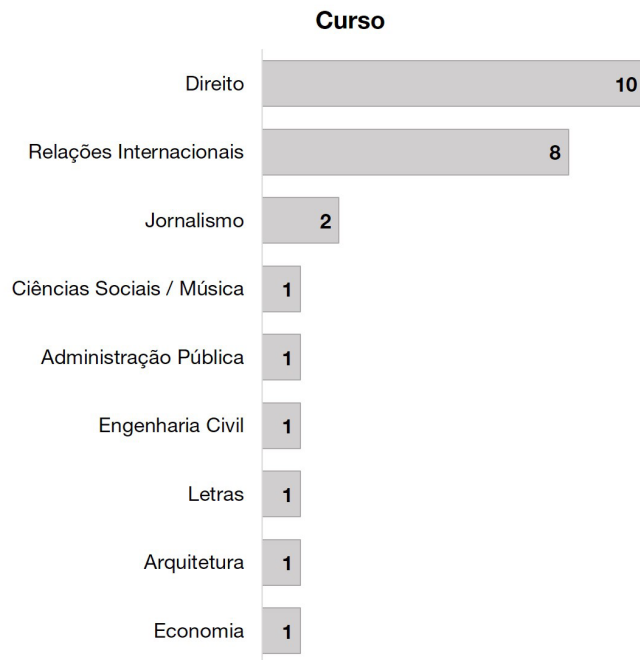
A escolha de uma gravura de Tarsila do Amaral, gentilmente cedida pelos gestores dos direitos autorais da pintora, justifica-se não apenas pela presença de uma capivara na paisagem brasileira. O desenho, que completa 90 anos, representa, sobretudo, uma obra de uma artista modernista e mulher. Em uma turma com apenas três aprovadas, é necessário reiterar a importância da contribuição feminina na formação da identidade nacional.

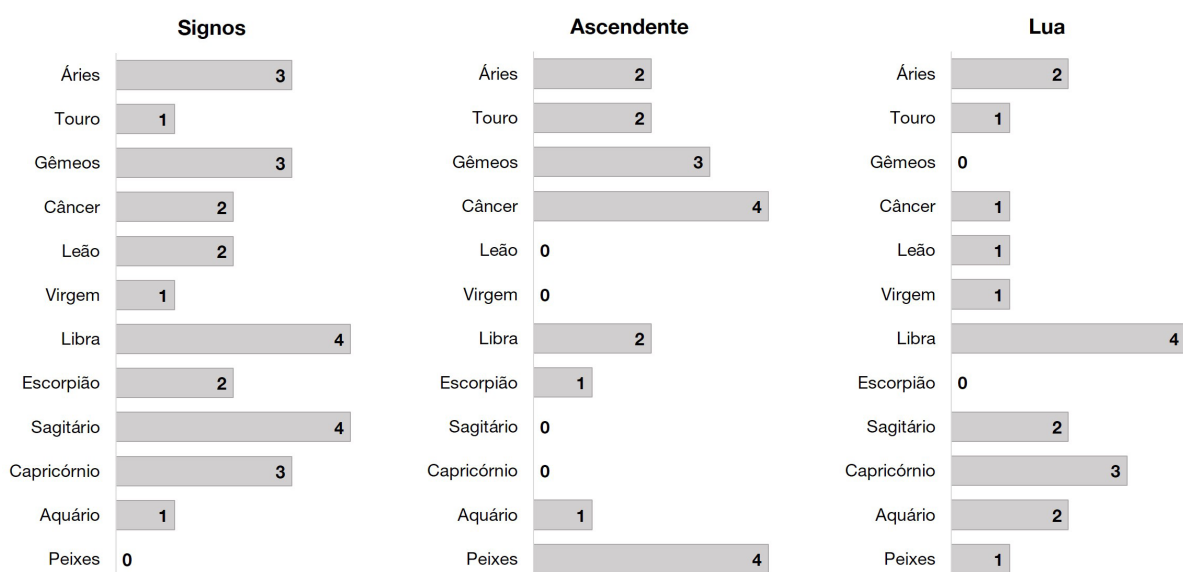
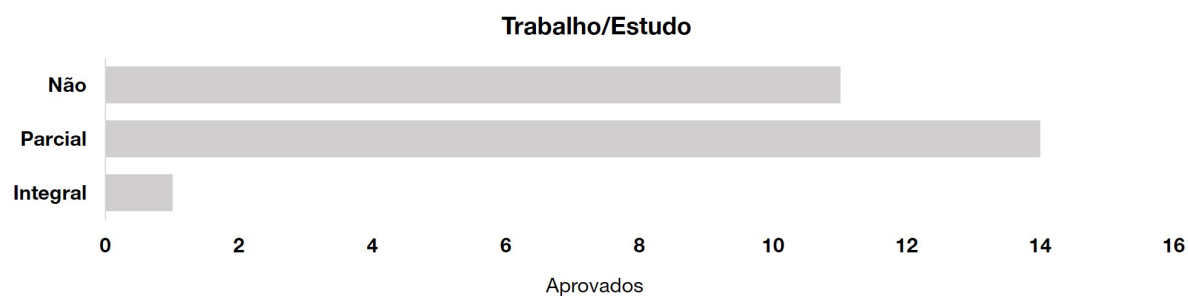
Que as respostas neste guia, tanto em seus acertos quanto em seus equívocos, possam ajudar os candidatos em seus estudos, e que em breve estes também possam contribuir para continuar essa tradição.

O perfil dos aprovados

A turma de 2019 do Instituto Rio Branco é composta por vinte e seis pessoas, das quais apenas três mulheres (11,5%). A idade média, no momento da aprovação, foi de 30 anos. Os três mais jovens ingressaram com 25 anos, e onze pessoas ingressaram com 30 anos ou mais. O mais velho da turma passou com 44 anos. A origem dos aprovados é diversificada. Onze estados brasileiros estão representados. São Paulo e Minas Gerais possuem a maior participação, com cinco representantes cada, seguidos por Rio de Janeiro e Pernambuco, com quatro representantes cada. O Sudeste segue sendo a principal região de origem dos aprovados, com 15 representantes (57,7%). O tempo médio de estudo foi de 3,75 anos. Na ampla concorrência, o candidato aprovado mais rapidamente estudou por 1,5 ano; os que levaram mais tempo, 5,5 anos. Entre cotistas negros, o tempo variou entre 11 meses e 9 anos. Ambos os cotistas com necessidades especiais estudaram por 2,5 anos. A principal formação acadêmica dos aprovados é Direito, com dez pessoas (38,5%). Em segundo lugar, vem Relações Internacionais, com oito pessoas (30,8%). Do ponto de vista astrológico, os principais signos dos aprovados são Libra e Sagitário (quatro pessoas, cada), não havendo ninguém do signo de Peixes.







_Preferências pessoais

Futebol

Flamengo é o time com mais torcedores entre os aprovados (5), seguido por São Paulo (2). Já Atlético Mineiro, Ceará, Corinthians, Cruzeiro, Fortaleza, Futeboys (SP), Goiás, Náutico, Sport e Vasco têm um torcedor, cada um. Oito dos aprovados não mencionaram nenhum time preferido.

Séries

Game of Thrones é a produção favorita mais mencionada (5), seguida por Friends (3), Breaking Bad (2) e Twin Peaks (2). Foram citadas, ainda, The Americans, Chaves/Chapolin, Dear White People, Glee, The Handmaid's Tale, HIMYM, Mad Men, Narcos, Newsroom, Peaky Blinders, Seven Seconds, Sex in the City e Sherlock.

Cinema

O Poderoso Chefão é o filme favorito mais mencionado (3), seguido por Birdman (2) e O Senhor dos Anéis: O Retorno do Rei (2). Foram citados, ainda, Agora e Sempre, Amour, Arrival, Capharnaüm, The Good, the Bad and the Ugly, A Grande Beleza, In the Name of the Father, As Invasões Bárbaras, Invictus, Jurassic Park, Mulholland Drive, Pantera Negra, O Retorno de Jedi, O Show de Truman, Tacones Lejanos, O Touro Ferdinando e Trainspotting.

Livros

As obras preferidas dos aprovados são Cem Anos de Solidão (Gabriel García Márquez), Dom Casmurro (Machado de Assis), Dom Quixote (Miguel de Cervantes), Elogio da Sombra (Junichiro Tanizaki), Em Busca do Tempo Perdido (Marcel Proust), O Estrangeiro (Albert Camus), O Evangelho Segundo Jesus Cristo (José Saramago), O Feijão e o Sonho (Orígenes Lessa), Os Filhos da Meia-Noite (Salman Rushdie), Getúlio (Lira Neto), Grande Sertão: Veredas (Guimarães Rosa), O Guia do Mochileiro das Galáxias, Os Irmãos Karamázov (Fiódor Dostoiévski), Memórias Póstumas de Brás Cubas (Machado de Assis), Minha Formação (Joaquim Nabuco), Moby Dick (Herman Melville), O Poder da Mudança de Hábito, Reino do Amanhã (Mark Waid e Alex Ross), Réquiem (Antonio Tabucchi), Tenda dos Milagres (Jorge Amado), O Tempo e o Vento (Érico Veríssimo), O velho e o mar (Ernest Hemingway), Vidas Secas (Graciliano Ramos), 20.000 Léguas Submarinas (Jules Verne),

Música

O gosto musical da turma é diverso, com preferência por MPB (7), rock (7), samba (3), jazz (2) e clássica (2), mas também funk, soul, sertanejo, brega, pop e dance pós-punk. Entre álbuns, canções e peças mencionados estão O Alabê de Jerusalém (Viradouro), Boate Azul, The Black Saint and the Sinner Lady (Charles Mingus), Canteiros, Como Nossos Pais, Futuros Amantes (Chico Buarque), Get Lucky (Daft Punk), Irreplaceable (Beyoncé), João e Maria (Chico Buarque), Mambembe (Chico Buarque), MM3 (Metá Metá), Palco (Gilberto Gil), Paradise Lost (Symphony X), Plaza de Perros (Attaque 77), On the Nature of Daylight (Max Richter), Paixão Segundo São Mateus (J. S. Bach) Résiste (France Gall), A Sagração da Primavera (Igor Stravinsky), Sgt. Peppers Lonely Hearts Club Band (The Beatles), Shine On You Crazy Diamond (David Gilmour acústico), Songs of Leonard Cohen, Sujeito de sorte (Belchior), Transa (Caetano Veloso) e Um trem para as estrelas (Gil e Cazuza).

LÍNGUA PORTUGUESA

banca:

Eugenia Barthelmess

Alessandro Warley Candeas

Eduardo Pereira e Ferreira

Marco Túlio Scarpelli Cabral

Alzira Neves Sandoval

Simone Silveira de Alcântara

Stefania Caetano Martins de Rezende Zandomênic

_redação

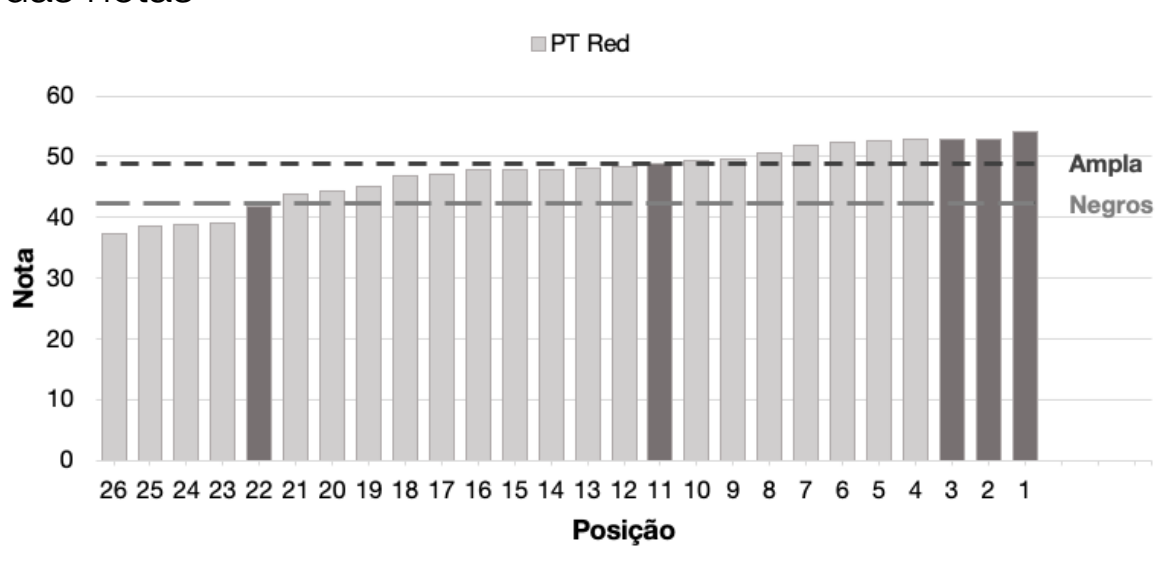
Vi numerosos documentos diplomáticos relativos a esse período da história de meu país, período que sempre me interessou especialmente e que felizmente é fecundo em documentos. O telégrafo ainda não existia. Os jornais não eram tão admiravelmente informados quanto hoje, quando eles se acham em condições de se informar nas próprias chancelarias. Os diplomatas eram pois forçados a escrever volumosos relatos, que nada perderam de seu interesse, pois que neles se encontram coisas que não se encontrariam alhures. É esse último traço de escrevinhadores, digamos antes de escritores, a fim de não amarrotar-lhes a memória, que distingue principalmente os agentes políticos de outrora dos seus confrades atuais, aos quais a vida intensa e perfeitamente aparelhada tem feito perder esse honesto costume.

*Oliveira Lima. **Formação histórica da nacionalidade brasileira.** Rio de Janeiro: Topbooks, 1997, p. 192.*

No trecho apresentado, retirado de conferências que proferiu na Sorbonne, em 1911, Oliveira Lima trata da documentação produzida entre 1823 e 1825 pelo serviço diplomático de um Brasil recém-independente de Portugal e ocupado, primordialmente, pela questão do reconhecimento, por outros países, dessa nova condição de Estado soberano. Considerando essas informações e o trecho em questão, discorra sobre o papel do diplomata como produtor de informação confiável e privilegiada em uma realidade em que as notícias se difundem — seja pelos meios de comunicação, seja pelas chamadas redes sociais — de forma cada vez mais imediata e abrangente.

*Extensão: 600 a 650 palavras
[valor: 60,00 pontos]*

Distribuição das notas



Padrão de resposta da redação

A questão distingue três momentos cronológicos de interesse para a produção do texto diplomático brasileiro: o período entre 1823 e 1825, que se segue à independência do País; o ano de 1911, quando o diplomata e historiador Oliveira Lima contrasta, em conferência proferida na França, os textos produzidos no período imediatamente pós-independência e os de sua própria época; e a realidade contemporânea, caracterizada pela intensidade e abrangência da divulgação de notícias e informações. Com base no texto oferecido, o(a) candidato(a) deverá ser capaz de elaborar argumentação fluida e concatenada sobre o papel do diplomata como produtor de informação diante das transformações da tecnologia de elaboração e transmissão de informações. A avaliação valorizará, em particular, a capacidade de interpretação do texto proposto; a capacidade de argumentação sobre o tema proposto; a capacidade de reflexão e análise; a agilidade intelectual; a originalidade, a autonomia e o rigor do raciocínio; a qualidade e a correção da linguagem empregada, incluindo a estruturação lógica do texto e a fluidez de expressão.

Angelo Paulo Sales dos Santos

nota: 54/60

O ofício do diplomata vincula-se, em grande parte, à produção de informações seguras e abalizadas acerca de temas importantes para a política externa do país por ele representado. Essa função torna-se mais relevante na realidade atual, em que a rapidez e a abrangência da difusão de notícias faz surgir inúmeras outras fontes de informação sobre os mesmos assuntos, muitas vezes sem qualquer compromisso com a verdade. Nesse contexto, em que o diplomata não tem mais o monopólio da criação de informações sobre a política externa, cabe a ele esmerar-se na sua tarefa de gerar dados confiáveis e privilegiados, que traduzam os posicionamentos verdadeiramente sustentados pelo Estado. Para tanto, o agente diplomático deve exercitar constantemente suas habilidades comunicativas. Deve, outrossim, estar preparado para usar os meios modernos de comunicação e as redes sociais para transmitir suas informações, adequando os meios da política externa ao ambiente do mundo digital.

Com efeito, na atualidade, a informação diplomática concorre com notícias propagadas com uma velocidade e um alcance sem precedentes. Como observou Oliveira Lima, em conferência proferida na Sorbonne em 1911, a inexistência de técnicas de difusão em massa de notícias e a falta de acesso de periódicos às chancelarias davam aos diplomatas da década de 1820 a exclusividade de geração de dados sobre política externa, circunstância que se refletia na produção de grande acervo documental. Posteriormente, segundo o mesmo autor, a evolução dos modos de vida, inclusive na comunicação, levou os diplomatas a diminuírem seu ímpeto de produtores de informação. Essa, porém, não pode ser a prática dos dias atuais, em que a profusão de notícias enviesadas e falsas, difundidas por uma multiplicidade de canais de comunicação, pode trazer resultados comprometedores para a política externa de um país. Reforça-se, nesse cenário, o papel do diplomata como fonte de informações confiáveis sobre os temas de relevo para as relações internacionais do país, dissipando equívocos ou evitando inconvenientes causados por notícias divulgadas em redes sociais ou outros meios digitais.

Além disso, o diplomata destaca-se como o produtor de informações privilegiadas, que transmitem o posicionamento oficial do Estado por ele representado. A informação proveniente de um diplomata, no exercício de seu ofício, difere das inúmeras notícias veiculadas diariamente sobre relações internacionais, já que tais notícias não têm, obrigatoriamente, compromisso com uma perspectiva de Estado, podendo refletir, simplesmente, uma opinião pessoal ou algum intuito desonesto. A manifestação de um diplomata, por sua vez, deve ser fundamentada em uma análise abrangente e equilibrada sobre o tema de que trata, pois será encarada por seus destinatários como a expressão do ponto de vista do Estado. Disso decorre que, em virtude de seu caráter privilegiado, a informação produzida pelo diplomata tem autoridade para

sobrepôr-se às falsas notícias provenientes de fontes não oficiais, cujos efeitos negativos para a política externa do país podem, assim, ser minimizados ou mesmo contidos.

Nesse cenário, em que as informações diplomáticas confiáveis e privilegiadas se mostram indispensáveis para combater os impactos deletérios das falsas notícias sobre as relações internacionais de um país, um diplomata não pode deixar de praticar sua capacidade de comunicação, como, segundo Oliveira Lima, fizeram os agentes diplomáticos brasileiros nos anos 1910. Mais ainda, o diplomata contemporâneo deve buscar explorar toda a potencialidade oferecida pelos novos canais de transmissão de informações, tais como as redes sociais, colocando-os a serviço da divulgação das mensagens por ele produzidas. Portando-se dessa maneira, o diplomata mostra-se devidamente habilitado ao exercício eficiente de suas atribuições, dentro de um contexto bem diferente daqueles existentes nas primeiras décadas do século XIX e do século XX. Com isso, o diplomata contribui, como produtor de informação confiável e privilegiada, para uma política externa moderna e conectada com os desafios trazidos pela revolução tecnológica.

AVALIAÇÃO

1. Organização do texto e desenvolvimento do tema

1.1. Apresentação/impressão geral do texto, legibilidade, estilo e coerência: 7,5/10

1.2. Capacidade de argumentação (objetividade, sistematização, conteúdo e pertinência das informações): 7,5/10

1.3. Capacidade de análise e reflexão: 8,75/10

Nota relativa à organização do texto e ao desenvolvimento do tema: 23,75/30

Nota relativa à correção gramatical e à propriedade da linguagem: 28/30

Número de erros: 2

Extensão do texto: 623 palavras

Resultado:

Nota preliminar: **51,75**

Nota final: **54**

Luiz Eduardo Andrade de Souza

nota: **52,75/60**

O desenvolvimento dos meios de comunicação tem sido, tradicionalmente, considerado um desafio à função do diplomata como produtor de informações, conforme demonstram as preocupações de Oliveira Lima, no início do século XX, sobre o desaparecimento dos relatos diplomáticos. Na contemporaneidade, o surgimento da rede mundial de computadores e a difusão das redes sociais impõem a necessidade de renovação das atribuições dos diplomatas, que deverão ser capazes de interpretar, adequadamente, a profusão de informações disponíveis, a fim de compreenderem as conjunturas locais. O aprimoramento das tecnologias de comunicação não redundará na obsolescência da função informacional do diplomata, mas implica sua atualização, de modo a conciliar tradição e inovação.

A expansão do acesso à informação e a instantaneidade dos meios de comunicação contemporâneos geram a necessidade de adaptação do diplomata. Embora a rápida disponibilidade de notícias suscite o temor de inutilidade das competências informacionais dos representantes diplomáticos, esse risco revela-se equivocado, na medida em que a oferta de informação não tem culminado em acesso a conteúdos qualitativamente superiores. A disseminação de discursos de ódio e de notícias falsas exemplificam, nesse sentido, a demanda por diplomatas dotados do conhecimento das realidades locais, a fim de que possam discernir a magnitude dos acontecimentos. Em grande medida, trata-se de uma atualização das funções desempenhadas, historicamente, pelos agentes externos, os quais, outrora, se encarregavam de desmistificar os vieses ideológicos dos meios de comunicação tradicionais.

O advento das redes sociais constitui, sob outra perspectiva, uma oportunidade para a diplomacia. Ao longo do século XX, a consolidação do direito internacional e a proscrição do uso da força acentuaram a importância dos meios não coercitivos de poder. Conseqüentemente, a construção de uma imagem positiva do país tornou-se instrumento imprescindível de convencimento e de legitimação da ação externa dos Estados. Nesse contexto, as redes sociais representam ferramentas de baixo custo, em comparação aos meios de comunicação tradicionais, para a divulgação de projetos nacionais exitosos e da cultura brasileira. Dessa forma, os diplomatas tornam-se produtores de informação para os públicos de diversos países.

Os novos meios de comunicação permitem, ainda, que os agentes diplomáticos estabeleçam vias de interação com a sociedade, de modo a consolidar a transparência do processo decisório e sua representatividade. A divulgação da participação do Brasil em foros internacionais, por meio da página do Itamaraty no Facebook, contribui, por exemplo, para que a população compreenda os objetivos externos e os princípios que orientam a ação diplomática do país. Paralelamente, a maior exposição das instâncias

decisórias introduz a possibilidade de críticas construtivas que poderão estimular o aperfeiçoamento de práticas institucionais e aprimorar a prestação de contas. Dessa maneira, os diplomatas tornam-se produtores de informação sobre o processo decisório, com a finalidade de fortalecer a legitimidade interna da diplomacia.

Os meios de comunicação contemporâneos dotam a comunicação diplomática de maior agilidade, de forma a reforçar a capacidade de resposta da diplomacia. À medida que os regimes de governança global disciplinam temáticas que, anteriormente, pertenciam ao domínio reservado dos Estados, como meio ambiente e direitos humanos, o monitoramento internacional sobre a política interna acentua-se. Como consequência, questionamentos externos sobre mudanças domésticas que possam afetar compromissos internacionais assumidos pelo país exigem posicionamentos céleres, com vistas a preservar a credibilidade nacional. Nesse sentido, as redes sociais facilitam a publicidade das posições brasileiras, como ilustram os esforços de esclarecimento sobre a Operação Carne Fraca empreendidos pelo Itamaraty, os quais preveniram retaliações graves às exportações brasileiras.

Os riscos associados aos avanços contemporâneos não devem sobrepujar as novas oportunidades de interação possibilitadas pelas inovações comunicacionais, as quais promoverão uma atualização das atribuições diplomáticas. Diante da disseminação das redes sociais e das ameaças à veracidade das informações veiculadas, as competências analíticas do diplomata tornam-se indispensáveis. Concomitantemente, o uso adequado das redes sociais pelas instâncias diplomáticas proporcionará ganhos de transparência e de legitimidade, o que consolidará a representatividade da política externa. O diplomata continuará, sendo, dessa maneira, um produtor de informações imprescindível.

AVALIAÇÃO

1. Organização do texto e desenvolvimento do tema

1.1. Apresentação/impressão geral do texto, legibilidade, estilo e coerência: 7,5/10

1.2. Capacidade de argumentação (objetividade, sistematização, conteúdo e pertinência das informações): 7,5/10

1.3. Capacidade de análise e reflexão: 8,75/10

Nota relativa à organização do texto e ao desenvolvimento do tema: 23,75/30

Nota relativa à correção gramatical e à propriedade da linguagem: 29/30

Número de erros: 1

Extensão do texto: 647 palavras

Resultado:

Nota final: 52,75

Rafael Mendes Bernardes

nota: **52,75/60**

Oliveira Lima descreve a atividade diplomática em um contexto de escassez de informações. Considerando a dificuldade de distribuição das notícias em razão da inexistência do telégrafo bem como o menor desenvolvimento dos jornais, o diplomata deveria escrever extensos relatos, a fim de manter o governo corretamente informado dos acontecimentos mundiais. É possível inferir do texto que o autor considera que, graças ao desenvolvimento da telecomunicação, a atividade do diplomata seria relativamente mais fácil em 1911 do que no contexto anterior de escassez de informações. A análise, entretanto, dos efeitos do desenvolvimento tecnológico do século atual na atividade diplomática demonstra que eles não somente dificultaram o trabalho do diplomata, como também aumentaram a relevância da sua tarefa de produzir informações confiáveis.

A revolução tecnológica ocorrida nas últimas décadas alterou profundamente a maneira como a informação é produzida e distribuída. O desenvolvimento da rede mundial de computadores colocou fim ao oligopólio de produtores de informações, o qual se caracterizava por poucas empresas sendo responsáveis pela produção da maioria das notícias. O surgimento das redes sociais, por sua vez, não somente resultou em maior rapidez na disseminação de notícias, como também aumentou o acesso a elas. Essas alterações impõem desafios inéditos à atividade diplomática.

A pluralização das fontes de informação implica o surgimento de diversas narrativas sobre determinado fato. Ademais, a rede mundial de computadores permite que grupos ideológicos produzam e divulguem notícias falsas com relativa facilidade, como foi o caso da divulgação, a fim de se atingir objetivo político espúrio, da informação de que uma vereadora recentemente assassinada no Rio de Janeiro teria relações com narcotraficantes. Considerando esses dois aspectos, a atividade do diplomata de produzir informações confiáveis torna-se mais difícil, uma vez que ele deverá analisar uma quantidade maior de narrativas, identificando, quando for o caso, objetivos políticos subjacentes a elas, a fim de compreender o verdadeiro significado dos fatos.

Outro efeito oriundo das alterações produzidas pelo desenvolvimento dos meios de telecomunicações digitais é a rapidez com a qual a informação é disseminada. Eventos ocorridos em determinados países são divulgados quase que instantaneamente por todo o mundo, o que impõe aos governantes a necessidade de se posicionarem rapidamente, sob pena de serem acusados de omissão. O papel dos diplomatas, nesses casos, é extremamente relevante, visto que devem produzir informações confiáveis em contexto

adverso, caracterizado tanto pela exigência de agilidade na sua produção como pela existência de grande quantidade de notícias, que apresentam, muitas vezes, descrições divergentes do evento.

Apesar dos novos desafios impostos à atividade diplomática, há características de continuidade. As habilidades exigidas para lidar com esses desafios são as mesmas que eram exigidas aos diplomatas em períodos anteriores. O diplomata deve escrever de maneira objetiva, a fim de ser compreendido por seu interlocutor. A capacidade de análise aguçada de eventos políticos, sociais ou econômicos permanece indispensável ao bom desenvolvimento da atividade diplomática. Ademais, a capacidade de manter relações com autoridades e intelectuais do país em que se encontre acreditado é fundamental ao diplomata, visto que essas pessoas podem auxiliar na tarefa de melhor entender a realidade local.

A produção de informações confiáveis por diplomatas, a fim de fundamentar o posicionamento do país no cenário internacional, sempre foi aspecto essencial da atividade diplomática. Essa importância, entretanto, intensifica-se, à medida que o contexto atual é, cada vez mais, caracterizado pelo excesso de narrativas, pela rapidez na distribuição de informações e pela disseminação de notícias falsas. As habilidades que os diplomatas devem possuir para lidar com esses novos desafios são as mesmas que lhes eram exigidas em outros períodos. É importante ressaltar, entretanto, que uma vez que seu trabalho é dificultado pelo excesso de informações, o diplomata deve aprimorar, continuamente, suas habilidades, a fim de estar à altura dos novos desafios.

AVALIAÇÃO

1. Organização do texto e desenvolvimento do tema

1.1. Apresentação/impressão geral do texto, legibilidade, estilo e coerência: 7,5/10

1.2. Capacidade de argumentação (objetividade, sistematização, conteúdo e pertinência das informações): 7,5/10

1.3. Capacidade de análise e reflexão: 8,75/10

Nota relativa à organização do texto e ao desenvolvimento do tema: 23,75/30

Nota relativa à correção gramatical e à propriedade da linguagem: 27/30

Número de erros: 3

Extensão do texto: 618 palavras

Resultado:

Nota preliminar: 50,75

Nota final: 52,75

Victor Born Portellanota: **51,75/60**

A função do diplomata de produtor de informações confiáveis e privilegiadas tende a readquirir importância na atualidade. **Se nos tempos de Oliveira Lima** as inovações tecnológicas nos meios de comunicação tornavam as longas memórias obsoletas, na contemporaneidade, a abundância de informações demanda, sobretudo, capacidade analítica para discernir as informações falsas das verdadeiras. Além do excesso de informações, a legitimidade das notícias veiculadas tanto pela mídia tradicional quanto pelas redes sociais tem sido questionada pela opinião pública. Nesse contexto de incertezas, o papel do diplomata de produzir informações torna-se fundamental para os Estados e para a sociedade civil.

O excesso de informações disponíveis requer exercício constante de seleção e análise de conteúdos informacionais. A oferta crescente de notícias é resultado da combinação do conteúdo produzido pelas mídias tradicionais com aquele provido pelos novos atores do mercado de comunicação, viabilizados pelos baixos custos das redes digitais. Nesse mercado de difusão de informações, os consumidores, entre eles os Estados, recebem notícias de procedência duvidosas de maneira frequente. Como consequência do aumento de estímulos externos, a capacidade de atenção dos indivíduos é comprometida, o que prejudica a compreensão do conteúdo. Como sugere Mário Vargas Llosa, em Civilização do Espetáculo, diante das distrações, os indivíduos têm optado pelas notícias que exigem menor esforço mental, de modo que a sociedade contemporânea falha em discernir informações reais de falsas.

Os meios tradicionais de comunicação e as mídias sociais não têm sido consideradas eficazes como provedoras de informação confiável. De um lado, as mídias tradicionais têm a legitimidade questionada por parte da sociedade, em razão dos vínculos entre os grupos econômicos que controlam esses veículos e a política. De acordo com seus críticos, as informações disponibilizadas são selecionadas com base em interesses políticos e econômicos. De outro lado, as mídias digitais são acusadas, da mesma forma, de difundirem informações falsas, especialmente aquelas de natureza extremista. Criticam-se, ainda, os filtros impostos pelas redes sociais, que, em última análise, são monopólios como as mídias tradicionais. Se a competição entre o dinamismo das redes sociais e o profissionalismo das antigas mídias contribui para a difusão das informações, exige, igualmente, capacidade crítica dos leitores em contexto em que imperam as distrações.

As capacidades de produção de informações confiáveis e de análise crítica dos diplomatas adquirem, nesse contexto, papel central. Os Estados também são consumidores de notícias difundidas nos novos e antigos meios de comunicação. As informações têm grande importância na tomada de decisões dos Estados

e, por isso, merecem análises prévias criteriosas. Se a legitimidade das fontes de dados está sob questão, no caso da política externa, a função de informar dos diplomatas tende a ser renovada. É, desse modo, necessário recuperar, em alguma medida, a vocação secular dos diplomatas como “escrevinhadores”, tal qual relatado por Oliveira Lima. Evidentemente, isso não implica abandono ou rejeição aos meios modernos de comunicação. Pelo contrário, o próprio exercício de apuração e análise de informações pode ser disponibilizado, por meio das mídias sociais das chancelarias, como já procede o Itamaraty.

Em realidade de multiplicação de meios de comunicação e de difusão mais imediata e abrangente de notícias, a habilidade dos diplomatas de produzir informações de maneira crítica representa oportunidade para as chancelarias. Paradoxalmente, a minúcia analítica que caracterizava o serviço diplomático, como indicado por Oliveira Lima, é fundamental em contexto de questionamento da legitimidade de informações e verdadeiro excesso de estímulos e distrações. Ressalta-se, contudo, que a ênfase nas análises críticas não significa negação da comunicação. É, em realidade, oportunidade de potencializar os esforços para a formulação de “diplomacia pública”. Nesse sentido, o diplomata atua não somente para produzir informações que subsidiem as decisões do Estado, mas também para informar a sociedade civil a respeito de questões internacionais, de forma transparente e fidedigna. É expressão, portanto, da política externa como política pública, que transcende os assuntos imediatos do Estado.

AVALIAÇÃO

1. Organização do texto e desenvolvimento do tema

1.1. Apresentação/impressão geral do texto, legibilidade, estilo e coerência: 7,5/10

1.2. Capacidade de argumentação (objetividade, sistematização, conteúdo e pertinência das informações): 7,5/10

1.3. Capacidade de análise e reflexão: 8,75/10

Nota relativa à organização do texto e ao desenvolvimento do tema: 23,75/30

Nota relativa à correção gramatical e à propriedade da linguagem 16/30 (Pós-Recurso: 28,00)

Número de erros: 14

Extensão do texto: 636 palavras

Resultado:

Nota preliminar: **39,75**

Nota final: **51,75**

COMENTÁRIO

Os recursos deferidos na redação foram todos relativos às rasuras nas quais a reescrita foi inserida sobre a palavra tachada (e não ao lado). Essas rasuras haviam sido apenas, sem previsão no edital, por 1 ponto,

ou seja, equivalendo a erros de gramática em gravidade. Um dos pontos de rasura não foi devolvido. Não sei se por equívoco meu no momento de interposição dos recursos ou por falha da banca. No dia dos recursos, não deixem de deixar 1-2 horas para passar com calma os recursos para o sistema.

O erro da linha 3 é morfológico. Não coloquei vírgulas para isolar a locução adverbial deslocada (“nos tempos de Oliveira Lima”).

Transcrevo abaixo o recurso que utilizei para as rasuras.

Prezada Banca:

Agradeço muitíssimo a atenção com a prova e com a revisão dos recursos.

Fui apenado 17 vezes pela questão das rasuras. Entendo e concedo que rasuras não fazem parte da apresentação mais desejável, mas creio também que a penalização foi excessivamente rigorosa. Explico-me.

Em primeiro lugar, não há previsão expressa de punição por rasuras no edital. Nos últimos 10 anos de provas em que pude verificar nestes dois dias de recurso, as rasuras jamais foram punidas como erros ortográficos ou gramaticais. Na última publicação de Guia de Estudos do Rio Branco, ademais, constava, explicitamente, que a rasura é permitida. Além da ausência de vedação expressa, a própria prática do concurso atesta, inequivocamente, nestes últimos 10 anos, a possibilidade de rasuras sem qualquer punição fora de quesitos de apresentação e impressão geral do texto.

Em segundo lugar, as rasuras não podem ser equiparadas a erros ortográficos ou gramaticais. Grosso modo, estamos equivalendo, neste caso, a falta de um acento em uma palavra ou um erro de grave de regência, por exemplo, a mera correção ou esclarecimento posterior. O primeiro gênero de erro, de gramática propriamente, fere a norma adequada ao texto em questão, pilar da correção de prova de português que mede a adequação do texto à norma culta, ao passo que o segundo fere norma de gênero distinto, meramente a estética, como elemento do item legibilidade. No cômputo final, sob esta nova perspectiva, a rasura passa a ter peso maior do que a gramática em si mesma, já que os erros gramaticais são menos recorrentes que as rasuras.

Em terceiro lugar, a prova de redação conta com quesito específico - de “apresentação” - e, portanto, não deve ser penalizada como erro gramatical. Aliás, o quesito apresentação não é apenas composto do item legibilidade, mas inclui ainda outros pontos, como estilo e impressão geral, conforme indica o item 6.4 do edital. Assim sendo, as possibilidades de punição são expressamente limitadas. Na minha visão, não parece equivocada apenar com certa severidade este subquesito da apresentação – a legibilidade, que envolve rasuras e outros aspectos estéticos da leitura do texto. No entanto, este quesito de legibilidade corresponde a 1/4 dos 10 pontos atribuídos a apresentação e, mesmo, a legibilidade, como dito, não se cinge às rasuras. O que ocorreu nesta prova, todavia, foi penalização do mesmo erro por 17 pontos (em concurso em que, invariavelmente, um ponto separa candidatos aprovados dos desqualificados).

Em quarto lugar, vale ressaltar a importância fundamental das rasuras na construção dos textos manuscritos, particularmente aqueles feitos com limite de tempo. Como resolver os erros verificados após a revisão? Ademais, a análise mesma dessas rasuras, uma a uma, demonstra que, na sua grande maioria, constituíram em esforço do candidato para tornar o texto mais legível para o corretor (peço a banca que repare em como as palavras foram repetidas, com grafia mais clara, na maioria das vezes). Parece-me pouco razoável, em texto e certame desta natureza, coibir ou inibir a revisão, o que seria o resultado natural no caso de penalização tão pronunciada das rasuras.

Finalmente, mesmo que fosse possível admitir a rasura como erro ortográfico e se aceitasse a mudança à revelia da letra do edital, não parece razoável apenas este erro 17 vezes. Vigem costumeiramente nos concursos o princípio denominado "bis in idem", que se refere ao fato de um erro (ou pena no Direito Penal) não poder ser apenado duas vezes. A pena tem como uma de suas funções a sinalização do erro, para que este não se repita em novos casos concretos. Assinalá-lo 17 vezes, no mesmo caso concreto, não parece coadunar-se com os princípios da proporcionalidade e da isonomia.

Mais uma vez agradeço a atenção despendida com os recursos. Reitero: entendo o cuidado com as rasuras, mas peço, respeitosamente, que este item seja avaliado no subitem "legibilidade", um dos quatro elementos do quesito "apresentação" - mas, não, como erro ortográfico. À luz dos argumentos expostos, peço, respeitosamente, que a nota atribuída seja revisada.

Nota média: Maurício Gurjão Bezerra Heleno

nota: **48,75/60**

O diplomata, em razão de sua rigorosa formação e seu compromisso com o interesse nacional, é um produtor de informação confiável e privilegiada. Embora os diplomatas não sejam, atualmente, obrigados a “escrever volumosos relatos”, como afirmou Oliveira Lima, em Formação histórica da nacionalidade brasileira, cabe a eles interpretar a realidade internacional e torná-la compreensível para os tomadores de decisão e a sociedade. Em um contexto baseado na difusão constante de notícias, inclusive falsas, e em crescentes tensões globais, a importância do diplomata é maior, uma vez que decisões fundamentadas em informações pouco confiáveis podem criar problemas mais graves. Adicionalmente, a diplomacia é considerada, hoje, política pública, de modo que o diplomata deve contribuir para aprofundar o interesse dos cidadãos acerca da política internacional.

O processo de formação de diplomatas é responsável pela capacitação de profissionais aptos a compreender o contexto internacional e oferecer informação confiável. No Brasil, por exemplo, o concurso para a carreira diplomática exige conhecimentos em diversas disciplinas, o que contribui para selecionar indivíduos com ampla capacidade de entender a realidade. Durante o curso de formação de diplomatas, esses profissionais são treinados para atuar em contextos complexos, de modo que eles sejam capazes de defender os interesses nacionais e informar, precisamente, os tomadores de decisão e a sociedade acerca da situação internacional. Não cabe ao diplomata, apenas, repassar informações prontas, mas, sim, interpretar a realidade e assessorar os devidos interessados. Considerando a atual diversidade dos temas internacionais, a precisão da informação elaborada por diplomatas, portanto, é fundamental para garantir os interesses nacionais em diversos âmbitos.

O diplomata é fundamental para que líderes políticos tomem decisões corretas em negociações diplomáticas complexas. No que diz respeito ao diálogo comercial entre o Mercado Comum do Sul e a União Europeia, por exemplo, o diplomata é essencial para a elaboração de propostas e a coordenação dos diversos interesses políticos e econômicos envolvidos. Em razão disso, o diplomata deve produzir informações acerca de diversas questões técnicas, como tarifas e medidas sanitárias, a fim de permitir que os líderes políticos tomem decisões compatíveis com as necessidades econômicas nacionais. Nesse contexto, além de informações precisas, cabe ao diplomata produzir informações privilegiadas, uma vez que muitas das questões técnicas que envolvem negociações comerciais não são facilmente acessíveis.

No século XXI, o diplomata produz informação não apenas para o Estado, mas também para a sociedade. Com base na ideia de diplomacia pública, cabe aos diplomatas promover maior diálogo com os cidadãos. Por um lado, em regimes democráticos, reconhece-se o direito à informação, de modo que os indivíduos têm direito a ser informados acerca da atividade diplomática. Por outro lado, o diálogo com a sociedade fundamental para a formulação da política externa nacional, uma vez que a diplomacia representa as demandas dos diversos grupos de interesse no exterior. Ao produzir informação confiável e privilegiada, o diplomata contribui, portanto, para reforçar a democracia e garantir que a política externa nacional seja coerente com as necessidades da sociedade.

Em um contexto internacional caracterizado pelo crescente irracionalismo e pela difusão de notícias falsas, o diplomata representa a razão e o conhecimento. A formação profissional e o senso de dever capacitam os diplomatas a servir de intermediários entre uma realidade mais incerta e as comunidades nacionais. Ainda que o diplomata não seja um tomador de decisão, ele é fundamental para a interpretação da realidade de acordo com os interesses nacionais. Com base no trabalho do diplomata, os líderes políticos podem atuar racionalmente e a sociedade pode entender os processos internacionais mais importantes. A atuação diplomática, hoje, é mais importante que no passado analisado por Oliveira Lima, uma vez que o diplomata deve lidar com um fluxo caótico de informações, assessorar líderes políticos e concretizar o princípio democrático por meio da diplomacia pública.

AVALIAÇÃO

1. Organização do texto e desenvolvimento do tema

1.1. Apresentação/impressão geral do texto, legibilidade, estilo e coerência: 5/10

1.2. Capacidade de argumentação (objetividade, sistematização, conteúdo e pertinência das informações): 7,5/10

1.3. Capacidade de análise e reflexão: 6,25/10

Nota relativa à organização do texto e ao desenvolvimento do tema: 18,75/30

Nota relativa à correção gramatical e à propriedade da linguagem: 30/30

Número de erros: 0

Extensão do texto: 624 palavras

Resultado:

Nota final: **48,75**

Pior nota: Anônimo

nota: **39,15/60**

Do início do século XIX - objeto de análise de Oliveira Lima – ao início do século XX – quando estava em Sorbonne –, transformações importantes ocorreram no exercício da atividade diplomáticas. As que aconteceram desde então foram tão ou mais intensas. Hoje, as relações entre Estados, populações e os meios de comunicação se desenvolvem de maneira mais rápida e direta: a democracia representativa coloca os cidadãos em posição privilegiada para monitorarem as atividades do poder público e solicitarem explicações e modificações, enquanto as comunicações digitais promovem a troca de informações quase instantaneamente, e as chamadas redes sociais deram lugar de fala a todos com acesso a elas. Frente a essa realidade de circulações rápidas e informações abundantes, o papel do diplomata é, cada vez menos o de relatar e, cada vez mais, o de coletar informações, analisá-las e divulgá-las, criteriosamente.

Embora o fim dos pactos secretos tenha diminuído, consideravelmente o sigilo que envolvia a atividade diplomática, os diplomatas continuam a trabalhar com informações confidenciais, sejam elas ligadas a interesses estatais – como acordos sobre tecnologias sensíveis ou sobre aspectos econômicos com consequências sobre o mercado de ativos financeiros – sejam relacionadas a indivíduos – como assuntos pessoais que dependem da atuação consular. Se, por um lado, as comunicações digitais aceleram a troca de informações e tornam possível seu registro automático e imediato, por outro lado, permitem novas formas de espionagem e de vazamento de informações, de maneira relativamente segura para os infratores e anônima. Aumenta, assim, a responsabilidade da burocracia e dos diplomatas, em particular, de assegurar o uso e a circulação responsáveis de dados sigilosos.

No sentido inverso, como política pública, a política externa deve buscar o interesse nacional e prestar contas à população sobre as ações adotadas e seus resultados. A diplomacia pública, em sua vertente interna, preocupa-se com a divulgação doméstica da atuação externa do país e dos fatores que fundamentam as tomadas de decisão. Simultaneamente, ela procura entender as demandas internas, o que permite uma compreensão mais completa do interesse nacional. Ainda que o envolvimento de maior número de atores na elaboração dos objetivos de política externa, potencialmente, dificulte os consensos, esse processo justifica-se por proporcionar maior legitimidade e eficácia para a política externa, ao buscar os reais interesses da população. O diplomata, como produtor de informação confiável, tem a responsabilidade de que esses dados estejam acessíveis à sociedade, como forma de motivar e informar a mobilização desta.

No Brasil, essa atuação é ainda mais relevante, pois a política externa, tipicamente, não é um assunto de interesse da maior parte da população, exceto quando mobilizada para a disputa política interna, o que motiva, por vezes, mistificações. Certamente, como qualquer atuação política, a diplomacia está sujeita a questionamentos

legítimos, muitos dos quais decorrem de interpretações diferentes de prioridades e contextos de atuação. Informações incorretas divulgadas por desconhecimento ou **má fé**, a seu turno, prejudicam a capacidade de avaliação da população e devem ser combatidas. Esse processo, que é potencializado nas chamadas redes sociais, muitas vezes, ocorre de forma não monitorável, como no caso de mecanismos de comunicação direta. A importância da diplomacia pública é, dessa forma, reforçada, tanto para evitar desinformação junto ao público doméstico – como no caso de manipulações eleitorais – quanto junto às sociedades estrangeiras – para evitar prejuízos diante de dados falsos ou exagerados, por exemplo.

Para além das consequências imediatas* as informações produzidas pelos diplomatas constituem narrativas. Por vezes, esse processo dá-se de forma deliberada, nos discursos e na interpretação opinativa da política corrente, por meio de artigos jornalísticos ou da produção acadêmica. Diversamente, os registros produzidos são, posteriormente, a base da avaliação histórico, e, nesse caso, a forma como as informações são registradas e quais delas são consideradas relevantes embasam as interpretações futuras. Atualmente, os diplomatas encontram-se em posição privilegiada para **contribuirm** para a formação da memória e da identidade nacionais, mas em uma lógica distinta da apontada por Oliveira Lima. Ao contrário do início do século XIX, hoje, as informações são abundantes, e os diplomatas têm o papel de extrair desse todo heterogêneo aquilo que é confiável e relevante para o presente e para o futuro.

AVALIAÇÃO

1. Organização do texto e desenvolvimento do tema

1.1. Apresentação/impressão geral do texto, legibilidade, estilo e coerência: 3,75/10

1.2. Capacidade de argumentação (objetividade, sistematização, conteúdo e pertinência das informações): 7,5/10

1.3. Capacidade de análise e reflexão: 7,5/10

Nota relativa à organização do texto e ao desenvolvimento do tema: 18,75/30

Nota relativa à correção gramatical e à propriedade da linguagem: 21/30; pós-recurso: 27/30

Número de erros: 9; pós-recurso: 3

Extensão do texto: 683 palavras (6,6 pontos de penalização / 0,2 ganho em recurso - contagem original de 684)

Resultado:

Nota preliminar: 32,95

Nota final: 39,15

COMENTÁRIO

- “Má fé” sem hífen
- Falta de vírgula após “para além das consequências imediatas”
- “Contribuirm” sem acento
- 6 penalizações por rasura foram revertidas

LÍNGUA PORTUGUESA

banca:

Eugenia Barthelmess

Alessandro Warley Candeas

Eduardo Pereira e Ferreira

Marco Túlio Scarpelli Cabral

Alzira Neves Sandoval

Simone Silveira de Alcântara

Stefania Caetano Martins de Rezende Zandomênic

_exercício 1

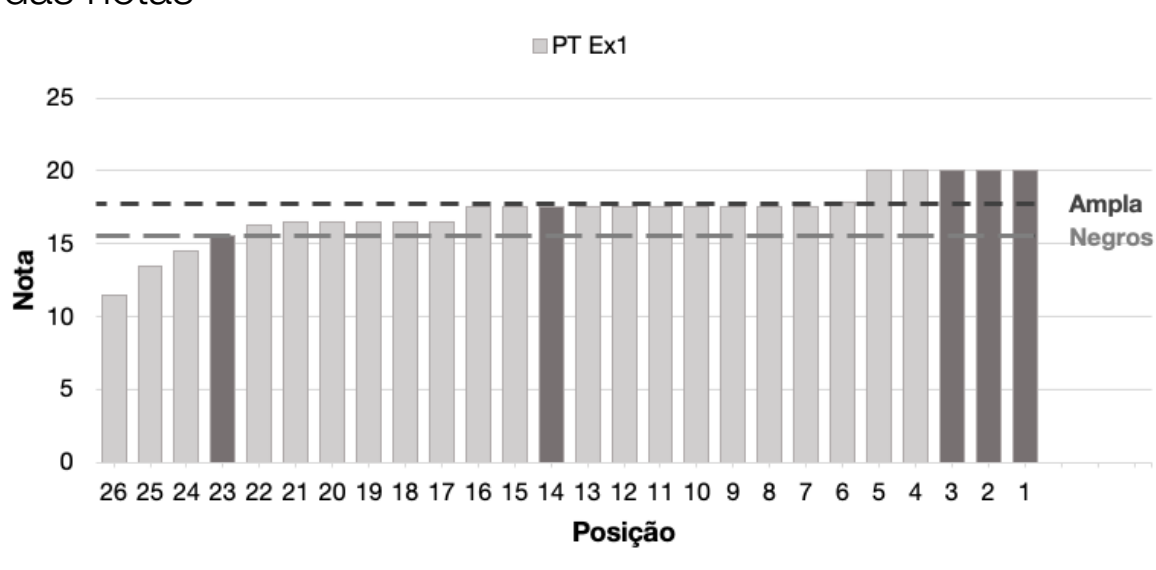
Estatuto do Homem, da Liberdade, da Democracia Dois de fevereiro de 1987: “Ecoam nesta sala as reivindicações das ruas. A Nação quer mudar, a Nação deve mudar, a Nação vai mudar”. São palavras constantes do discurso de posse como Presidente da Assembleia Nacional Constituinte. Hoje, 5 de outubro de 1988, no que tange à Constituição, a Nação mudou. (...) Assinalarei algumas marcas da Constituição que passará a comandar esta grande Nação. A primeira é a coragem. A coragem é a matéria-prima da civilização. Sem ela, o dever e as instituições perecem. Sem a coragem, as demais virtudes sucumbem na hora do perigo. Sem ela, não haveria a cruz, nem os evangelhos. A Assembleia Nacional Constituinte rompeu contra o establishment, investiu contra a inércia, desafiou tabus. Não ouviu o refrão saudosista do velho do Restelo, no genial canto de Camões. (...) A exposição panorâmica da lei fundamental que hoje passa a reger a Nação permite conceituá-la, sinoticamente, como a Constituição coragem, a Constituição cidadã, a Constituição federativa, a Constituição representativa e participativa (...), a Constituição fiscalizadora. (...) Todos os dias, meus amigos constituintes, quando divisava, na chegada ao Congresso, a concha côncava da Câmara rogando as bênçãos do céu, e a convexa do Senado ouvindo as súplicas da terra, a alegria inundava meu coração.

Discurso proferido pelo presidente da Assembleia Nacional Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, na sessão de 5 de outubro de 1988, por ocasião da Promulgação da Constituição.

Este ano, a Constituição da República Federativa do Brasil comemora trinta anos de vigência. Considerando a reflexão do deputado Ulysses Guimarães feita com base na imagem das conchas côncava e convexa da arquitetura do Congresso Nacional, escolha um aspecto que possa ser interpretado como “bênção do Céu” ou “súplica da terra” na história recente da sociedade brasileira e discorra sucintamente sobre ele. Caso o aspecto escolhido figure no texto constitucional, comente se sua implementação tem sido exitosa.

*Extensão: 120 a 150 palavras
[valor: 20,00 pontos]*

Distribuição das notas



Padrão de resposta do exercício 1

A resposta deverá ser sucinta e bem estruturada, com progressão de argumentos coerentes, conceitualmente bem fundamentada e textualmente coesa, com problematização da questão suscitada e com posicionamento do(a) candidato(a) sobre os temas que ele(a) próprio(a) deverá propor (i.e., postura analítica, mais que descritiva ou enunciativa).

O(a) candidato(a) deverá discorrer sobre méritos e reivindicações (“bênçãos do Céu” e “súplicas da terra”) da sociedade brasileira nas últimas três décadas (“história recente”) desde a promulgação da Constituição de 1988.

Nessa perspectiva, o(a) candidato(a) poderá assinalar, como “bênçãos do Céu”, aspectos ou elementos como território, demografia, riqueza ambiental, recursos naturais, diversidade étnica e cultural, aspectos psicossociais como alegria, resiliência e criatividade; e como “súplicas da terra”, direitos humanos, direitos e garantias fundamentais, desenvolvimento socioeconômico, os princípios e objetivos do Estado, segurança pública, saúde, educação, cultura e preservação do meio ambiente, entre outros.

A avaliação seguirá o critério comparativo — i.e., a avaliação individual será feita de acordo com a comparação do nível de outros exercícios. Nesse sentido, embora o candidato possa ter respondido de forma correta, abrangendo os requisitos anteriormente indicados, sua nota poderá ser menor do que a atribuída a outros que tiverem feito o exercício com maior qualidade intelectual, acadêmica e formal. Serão consideradas positivamente citações pertinentes de autores acadêmicos e personalidades reconhecidas.

Raphael Azevedo França*nota: 20/20*

A arquitetura, como a diplomacia, é a arte da representação dos ideais com os meios limitados da realidade. Nesse sentido, Ulysses Guimarães compreende a simbologia harmônica do Congresso Nacional como tradução das aspirações e das necessidades dos brasileiros. Se a cidadania é a base da Constituição de 1988, a proteção dos direitos humanos presente no texto pode ser interpretada tanto como “benção do céu” quanto como “súplica da terra”, já que orienta o Estado inclusivo e responde a séculos de desrespeito à dignidade humana.

A prevalência dos direitos humanos, conforme o artigo 4º, rege as relações internacionais brasileiras. Na história recente, estes direitos têm sido ampliados pela adesão aos mais diversos tratados, entretanto, a exemplo do Caso Herzog, o Brasil foi condenado por desrespeitá-los, já que o ideal da proteção internacional, que seria uma “bênção”, permanece aquém da “súplica da terra” por justiça nacional.

AVALIAÇÃO

1. Nota relativa à organização e ao desenvolvimento do tema: 10
2. Nota relativa à correção gramatical e à propriedade da linguagem 10

Número de erros: 0**Extensão do texto: 144 palavras****Resultado:**

Nota final: 20

Cauê Rodrigues Pimentel

nota: **20/20**

Com base na metáfora proposta por Ulysses Guimarães, pode-se afirmar que a questão ambiental é uma das principais “súplicas da terra” que tem moldado a sociedade brasileira nas últimas décadas. De fato, a Constituição de 1988 foi pioneira ao postular a conservação do meio ambiente não só como um objetivo, mas também como um direito coletivo. Assim, ela inaugurou um novo paradigma do desenvolvimento nacional, fruto da luta corajosa de lideranças como Chico Mendes.

Conquanto haja notáveis avanços na implementação da agenda ambiental – tais como a maior preservação da Amazônia ou a crescente adesão brasileira à legislação ambiental internacional -, desafios persistem. A tragédia de Mariana, por exemplo, demonstra a necessidade de ampliar, ainda mais, o alcance e a fiscalização das normas ambientais no país. Apesar desse episódio, que serve como alerta, é possível asseverar que, parafraseando Ulysses, a Constituição cidadã é, também, a primeira Constituição ambiental do Brasil.

AVALIAÇÃO

1. Nota relativa à organização e ao desenvolvimento do tema: 10
2. Nota relativa à correção gramatical e à propriedade da linguagem 10

Número de erros: 0

Extensão do texto: 148 palavras

Resultado:

Nota final: 20

Francisco Luiz Pinto da Rocha Santos*nota: 20/20*

A democracia tem um aspecto formal e outro material. Pelo primeiro, ela é o estabelecimento de um Estado constitucional com garantias individuais; pelo segundo, ela é um processo perene de crítica e aprimoramento. Destarte, o advento da Constituição de 1988 foi uma “benção do céu”, dando fim ao regime militar de exceção. Por outro lado, com todos os avanços que teve e continua tendo, a democracia permanece sendo uma “súplica da terra”, justamente por ser um processo inacabável e inexaurível.

Formalmente, deve-se considerar a democracia uma conquista – ou uma benção –, que permeia toda a Constituição e com ela se confunde. Materialmente, a democracia é uma eterna súplica, um êxito que será sempre parcial enquanto houver desigualdades de poder, voz e participação. Embora haja enormes desafios, a democracia, nesses 30 anos, teve o mérito nada desprezível de não regredir.

AVALIAÇÃO

1. Nota relativa à organização e ao desenvolvimento do tema: 10
2. Nota relativa à correção gramatical e à propriedade da linguagem 8

Número de erros: 0**Extensão do texto: 140 palavras****Resultado:**

Nota preliminar: 18

Nota final: 20

COMENTÁRIO*Houve duas apenações, revertidas após os recursos.*

Nota média: Bernardo Macêdo Alves de Moraes
nota: **17,50/20**

Ulysses Guimarães, como um dos principais articuladores da Constituição cidadã, tem grande legitimidade para falar da lei fundamental brasileira. O presidente da Assembleia Nacional Constituinte tinha razão ao enaltecer a Constituição de 1988, que dialoga com muitas “súplicas da terra” presentes na sociedade brasileira. Entre elas, os direitos sociais têm recebido especial atenção na história recente brasileira. Como norma programática, a superação de desigualdades socioeconômicas deve ocorrer de maneira gradual, por meio da implementação de políticas específicas.

A criação de políticas públicas com o objetivo de reduzir a desigualdade social foi característica importante dos governos brasileiros a partir da década de 2000. Programas de transferência de renda, como o Bolsa Família, lograra retirar o Brasil do Mapa da Fome da FAO; contudo ainda há muito que se melhorar nas condições sociais dos brasileiros.

AVALIAÇÃO

1. Nota relativa à organização e ao desenvolvimento do tema: 7,5
2. Nota relativa à correção gramatical e à propriedade da linguagem 10

Número de erros: 0

Extensão do texto: 133 palavras

Resultado:

Nota final: 17,5

Pior nota: Anônimo

nota: **15,50/20**

O combate à pobreza é um dos princípios que fundamentam o ordenamento jurídico inaugurado pela Constituição Federal de 1988. Trata-se de uma reivindicação histórica da sociedade brasileira, **correspondendo**, destarte, ao que Ulysses Guimarães definiu como “súplica da terra”. O Brasil, a partir da década de 1930 e até a de 1980, passou por acelerado processo de industrialização, de acordo com os propósitos desenvolvimentistas que orientaram a ação política de sucessivos governantes. A prosperidade econômica, contudo, não implicou melhorias significativas nas condições de vida da população mais pobre.

O reconhecimento da necessidade de distribuir a renda e diminuir a miséria, nesse sentido, atende às demandas sociais brasileiras. A implementação desse princípio constitucional tem sido relativamente exitosa. O Brasil logrou, nos anos 2000, distribuir a riqueza nacional de modo mais equitativo. A crise econômica que ocorreu recentemente, no entanto, prejudicou, sobretudo, a parcela mais empobrecida da população, **acentuando** as desigualdades.

AVALIAÇÃO

1. Nota relativa à organização e ao desenvolvimento do tema: 7,5
2. Nota relativa à correção gramatical e à propriedade da linguagem 8

Número de erros: 2

Extensão do texto: 148 palavras

Resultado:

Nota final: 15,5

LÍNGUA PORTUGUESA

banca:

Eugenia Barthelmess

Alessandro Warley Candeas

Eduardo Pereira e Ferreira

Marco Túlio Scarpelli Cabral

Alzira Neves Sandoval

Simone Silveira de Alcântara

Stefania Caetano Martins de Rezende Zandomênic

_exercício 2

(...) marcado o dia em que o texto da Declaração seria submetido ao plenário da Assembleia, (...) Charles Malik surpreendeu Athayde com a informação de que, por indicação da Sra. Roosevelt, ele seria o orador da sessão. (...) A Delegação do Brasil quer exprimir aqui (...) a satisfação do seu governo ante a obra realizada pela Terceira Comissão (...) redigindo e aprovando a Declaração Universal dos Direitos Humanos (...) Cada um de nós fez concessões (...) Unidos, formamos a grande comunidade do mundo e é exatamente dessa união que decorre a nossa autoridade moral e política. Declaramos (...) em nome de todos os homens e mulheres, que os seus direitos devem ser protegidos por todos os povos, agindo coletivamente em nome da Justiça internacional. (...) Rubem Braga (...) tratou seu colega com ironia (...) “Eu acharia mais prudente escrever assim o artigo primeiro: ‘Criados à imagem e semelhança de Deus e do Diabo, os seres humanos nascem livres ou escravos, e sempre desiguais em direito e dignidade. Alguns estão dotados pela Natureza de razão e consciência, muitos de espírito de porco e de inconsciência, e todos de baixos instintos, de tal modo que devem agir reciprocamente com a maior cautela e desconfiança.’”

Cícero Sandroni, Laura Constância Sandroni. Austregésilo de Athayde: o século de um liberal. Rio de Janeiro: Agir, 1998, p.

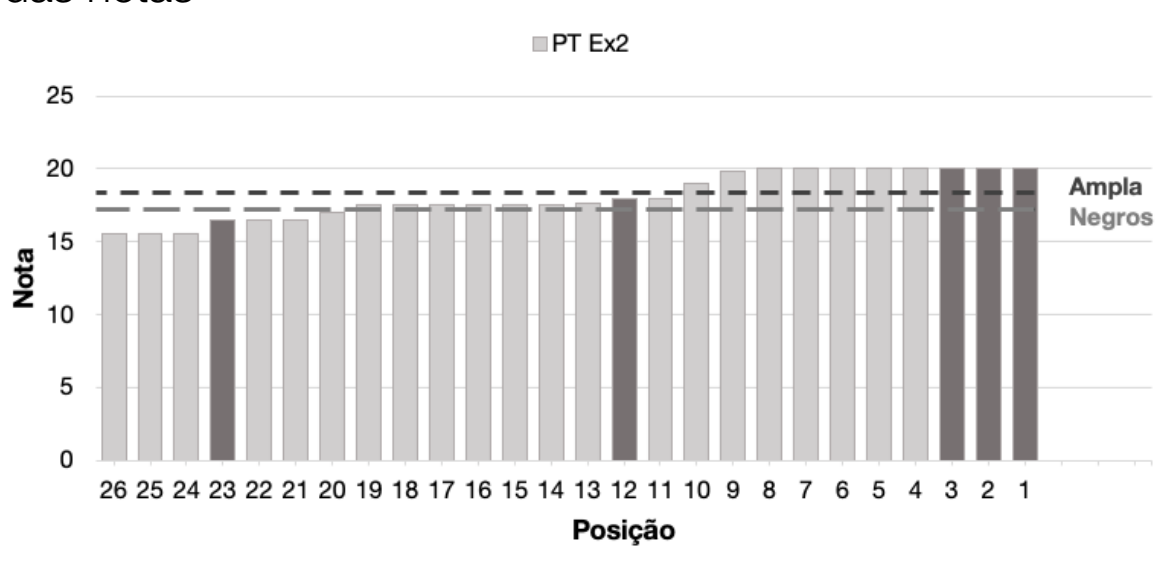
473-7 (com adaptações).

Tendo como referência o fragmento de texto apresentado, dê sua opinião sobre a relevância da Declaração Universal dos Direitos Humanos, adotada setenta anos atrás, e sobre a universalidade, ou não, dos direitos nela proclamados.

Extensão: 120 a 150 palavras

[valor: 20,00 pontos]

Distribuição das notas



Padrão de resposta do exercício 2

A adoção da Declaração Universal dos Direitos Humanos representa o nascimento do regime multilateral de direitos humanos. Ela serviu de referência para uma família de tratados que especificaram direitos nela contidos e lhes deram caráter vinculante. Ademais, diversos juristas entendem que a Declaração se tornou parte do costume internacional, tendo adquirido caráter vinculante nos termos do artigo 38 do Estatuto da Corte Internacional de Justiça.

A questão da universalidade dos direitos nela proclamados é mais controversa, visto que a Declaração foi adotada em período em que grande parte da humanidade estava sob dominação colonial e não participou soberanamente de sua aprovação. Sob o aspecto político, essa questão foi pacificada em 1993, com a adoção por consenso da Declaração e Programa de Ação de Viena, que endossa integralmente a Declaração de 1948. Sob o aspecto moral, a questão permanece em aberto, visto ser a Declaração reflexo de um momento histórico específico.

Diógenes Novais da Cruz

nota: **20/20**

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, aprovada em 1948, é de fundamental importância para a humanidade. A ênfase na proteção ao indivíduo modificou permanentemente as bases das relações internacionais. A consagração dos direitos inerentes à pessoa humana facilitou sua supervisão e promoção. Embora Rubem Braga se tenha mostrado cético quanto à efetividade da Declaração, a universalidade dos direitos nela proclamados é incontestável.

Com a Declaração Universal, os Estados reconheceram o indivíduo como agente relevante nas relações internacionais. Em 1993, a Declaração de Viena reafirmou o caráter indivisível e universal dos direitos humanos. Assim, consolidou-se a perspectiva de que a segurança humana deve ser privilegiada. A ampla adesão da comunidade internacional a ambas as declarações comprova o consenso atingido nessa matéria. No Brasil, a dignidade humana é considerada um fundamento da República. É necessário, portanto, garanti-la. Paz, desenvolvimento e direitos humanos são indissociáveis.

AVALIAÇÃO

1. Nota relativa à organização e ao desenvolvimento do tema: 10

2. Nota relativa à correção gramatical e à propriedade da linguagem: 10

Número de erros: 0

Extensão do texto: 144 palavras

Resultado:

Nota: 20

Anônimonota: **20/20**

Passados setenta anos desde sua aprovação, a Declaração Universal dos Direitos Humanos permanece não meramente relevante; ela consolida os fundamentos contemporâneos da coexistência da espécie. Sua universalidade, porém, decorre não de valores consagrados pelo conjunto das culturas, mas do reconhecimento político pelos Estados dos horrores que o ser humano pode provocar em seus iguais. Nesse sentido, tem Rubem Braga alguma razão ao ironizar o colega Austregésilo de Athayde, que redigiu um discurso idealista para a Assembleia Geral das Nações Unidas, na sessão que aprovaria a Declaração.

Contraditoriamente egoísta e altruísta, a natureza humana funda-se tanto na autopreservação quanto na capacidade moral. A razão, porém, permite ao ser humano buscar, na organização social, o predomínio do altruísmo, para que o egoísmo não obste seu progresso. A Declaração Universal dos Direitos Humanos sintetiza os esforços dos Estados, as máximas organizações sociais, para que o bem, expresso pela razão, prevaleça universalmente.

AVALIAÇÃO**1. Nota relativa à organização e ao desenvolvimento do tema: 10****2. Nota relativa à correção gramatical e à propriedade da linguagem: 4; pós-recurso: 10****Número de erros: 6; pós-recurso: 0****Extensão do texto: 147 palavras****Resultado:**Nota: **20****COMENTÁRIO****EXEMPLO DE RECURSO:**

Com a devida deferência, o candidato solicita à banca a reversão da pena por rasura com emenda na linha 6 do exercício 2 (“que”), assim como pede correspondente majoração da nota. A ortografia é o conjunto de regras estabelecidas pela gramática normativa que informa a correta grafia das palavras, e não a forma como erros são emendados no texto. Por não constituir, efetivamente, erro ortográfico, a rasura com emenda não deve ser apenada sob essa rubrica. Ademais, o texto reescrito encontra-se dentro das margens reservadas para a escrita. Por fim, esse tipo de emenda tradicionalmente não foi apenado no

CACD em, pelo menos, uma década, e a presente penalização, inadvertida, causa insegurança jurídica para os candidatos.

Essa forma de punição, que pesará ao candidato mais de 20 pontos na prova de Português, produz uma nota incompatível com um texto cuja qualidade se evidencia na alta avaliação macroestrutural e na quase inexistência de demais apenações em quesitos microestruturais. Em defesa dos princípios de razoabilidade e de proporcionalidade que regem a Administração Pública, o candidato requer, portanto, a reversão da pena por rasura e emenda.

Henrique Towata Sato*nota: 20/20*

Em que pese a sua aplicação ainda incompleta, a Declaração Universal dos Direitos Humanos representa um importante avanço na proteção dos indivíduos contra abusos. Como ironizou Rubem Braga, de fato, a necessidade de proteção decorre da desconfiança: o receio de que Estados ou indivíduos que ocupam posições de poder oprimam aqueles que estão vulneráveis. Esse fato não anula a importância da comunhão que foi necessária para a elaboração da Declaração e que a legitimou.

A humanidade é diversa em suas necessidades e recursos, o que leva a distintas capacidades dos indivíduos exercerem e exigirem, os direitos presentes na Declaração. Esse fato não retira a universalidade desses direitos e, efetivamente, reforça a importância do documento. Ainda que, sob uma perspectiva cultural, a Declaração esteja mais alinhada a valores liberais ocidentais, ela estabelece padrões mínimos que, por terem sido aceitos pela comunidade de Estados, podem ser exigidos de todas as nações.

AVALIAÇÃO

1. Nota relativa à organização e ao desenvolvimento do tema: 10

2. Nota relativa à correção gramatical e à propriedade da linguagem: 8; pós-recurso: 10

Número de erros: 2; pós-recurso: 0 (rasuras revertidas)

Extensão do texto: 150 palavras

Resultado:

Nota preliminar: 18

Nota final: 20

Nota média: Matheus Corradi de Souza
nota: **18/20**

Uma leitura da Declaração Universal dos Direitos Humanos (**DUDH**)¹ deixa evidente sua relevância atual. O documento prevê, entre outros, o direito de todos à participação na política e à existência de condições dignas de vida, princípios caros à sociedade internacional. Apesar do caráter não obrigatório da Declaração, ela serviu de base a tratados posteriores e tem, hoje, muitas normas que vinculam todos os Estados, porquanto consideradas costume internacional. Essa universalidade,² enfrentou resistências.

Por muitas décadas, alguns países não ocidentais afirmaram a impossibilidade de aplicação universal da DUDH em virtude de diferenças culturais. Na Declaração de Viena de 1993, porém, consolidou-se a universalidade dos direitos humanos, ao mesmo tempo que se reconheceu que sua efetivação pode dar-se de maneiras distintas. O progressivo reconhecimento de direitos das mulheres na fechada sociedade saudita, por exemplo, demonstra que os valores de 1948 permanecem relevantes, e que sua efetivação global é inexorável.

AVALIAÇÃO

1. Nota relativa à organização e ao desenvolvimento do tema: 10

2. Nota relativa à correção gramatical e à propriedade da linguagem: 8

Número de erros: 2

Extensão do texto: 147 palavras

Resultado:

Nota: 18

COMENTÁRIO

¹ Ortografia (*rasura*)

² Morfossintaxe (*vírgula*)

Pior nota: Anônimo

nota: **15,50/20**

A Declaração Universal dos Direitos Humanos foi criada em um momento histórico marcado pela esperança de um futuro sem os flagelos decorrentes da guerra, no qual a humanidade conviveria com dignidade e com respeito. Trata-se de um dos documentos mais relevantes da história, conquanto os direitos nela inscritos não se tenham tornado, na prática, universais. Apesar disso, a importância retórica da declaração é enorme.

Rubem Braga, ironizando o texto da declaração, indica que seu conteúdo não corresponde à realidade, esquecendo da importância simbólica do que está inscrito no documento. Para Michel Foucault, a realidade e o discurso participam de um processo de **coconstrução**. Uma vez que o discurso tem a capacidade de alterar a realidade, a Declaração Universal dos Direitos Humanos torna-se um meio de concretização dos objetivos da comunidade internacional.

AVALIAÇÃO

1. Nota relativa à organização e ao desenvolvimento do tema: 7,5

2. Nota relativa à correção gramatical e à propriedade da linguagem: 8

Número de erros: 1 (ortografia), 1 (morfossintaxe)

Extensão do texto: 147 palavras

Resultado:

Nota: 15,5

LÍNGUA INGLESA

banca:

Afonso José Santos

Avram Stanley Blum

Thiago Blanch Pires

_composition

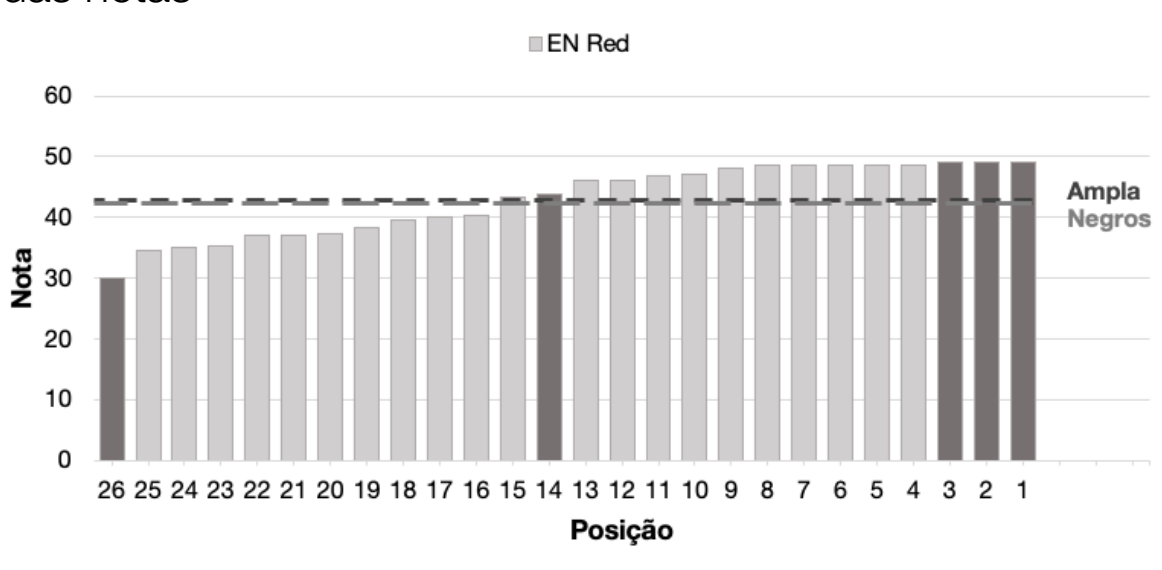
When the statesmen who took Europe to war in 1914 came to write their memoirs, they agreed on one thing: that war had been inevitable — the result of such vast historical forces that no human agency could have prevented it. “The nations slithered over the brink into the boiling cauldron of war,” wrote David Lloyd George in a famous passage in his War Memoirs. Nor was this the only metaphor he employed to convey the vast, impersonal forces at work...

*Niall Ferguson. **Why the World Went to War.** Penguin, 2005, p. 1 (adapted).*

In light of the quote above, comment on the conclusion the statesmen had come to, regarding the inevitability of the First World War. Mention and explain some of the circumstances that induced them individually to arrive at such a common judgement.

*Extensão: 400 a 450 palavras
[valor: 50,00 pontos]*

Distribuição das notas



Padrão de resposta da composition

Espera-se que os candidatos e as candidatas apresentem uma breve perspectiva histórica que antecedeu a 1ª Guerra Mundial e que tenham comentários sobre as diversas alianças de cunho militar, firmadas entre as grandes potências de então, e que tenham contribuído a levar à inevitabilidade do início da guerra. Se possível, dentro da limitação de palavras, espera-se que ofereçam sua visão das iniciativas bélicas do conflito e de suas consequências. Serão levados em consideração fatos e circunstâncias adicionais que contribuíram para que, individualmente, as potências de então não tivessem envidado maiores esforços para evitar a guerra e, sobretudo, depois de sua eclosão, por que razão não procuraram limitar seu alargamento.

Bernardo Andrade Vaz de Faria Pereira

nota: 49/50

The ultimate responsibility for the start of the First World War is still widely debated in specialized literature, whereas there is a general agreement in regard to its causes. The emergence of **extremist** nationalism, the system of alliances in Europe and imperialist disputes between colonial empires led Europe and the years of the Belle Époque to their tragic destiny. The complexity, intensity and interdependence of these problems prevented world leaders from considering peaceful solutions possible, which would later result in their common assessment of the war as inevitable.

Nationalism was a relatively recent phenomenon in the political field at the beginning of the twentieth century, but it had already proven its force both in the revolutions of 1848 (the “Spring of the Peoples”) and in the emergence of new States, such as Germany and Italy. By the end of the nineteenth century nationalism was a key factor of the legitimacy of States and of their leaders, regarded as protectors of their people. Moreover, the will of the Balkan people to become independent from both the Austro-Hungarian and the Turkish empires transformed the region in a great source rivalries, problem that would remain unresolved event after the Congress of Berlin, in 1878. In this way, national pride could not be hurt by world leaders at risk of costing them their legitimacy, narrowing the chances of peaceful solutions to crises, which made the war seem inevitable.

This extremist nationalism was worsened by imperialist disputes. Colonies overseas were needed as suppliers (sic) of basic products and markets for rising industrial economies. The Conference of Berlin tried to settle most disagreements concerning African colonies in 1885, but this solution did not last. Radical military solutions tend to prevail when diplomacy fails to lead countries to a compromise, which are harder to achieve at times of overblown nationalism.

Although diplomacy was not able to achieve lasting and peaceful agreements, military alliances were abundant in the years before the war. Since many European States were bound by treaty to wage war if an ally was attacked, it was reasonable to admit that a war would occur. Lloyd George had no other option besides declaring war on Germany when Germans invaded Belgium, in the same way that the Russian tsar had to come to the rescue of the Serbians against the Austro-Hungarian Empire.

The First World War could have been avoided, but only if most of these circumstances had been different. Nationalism, imperialism and military alliances induced leaders to think that the war was inevitable, both from a domestic and an international point-of-view. The sense of inevitability of past facts in history is hard to avoid, but so was the First World War.

AVALIAÇÃO

ASPECTOS MACROESTRUTURAIS

1. Organização do texto e desenvolvimento do tema

1.1.1. Apresentação/impressão geral do texto: 2/2

1.1.2. Legibilidade: 2/2

1.1.3. Estilo: 2/2

1.1.4. Coerência: 4/4

1.2. Capacidade de argumentação (objetividade, sistematização, conteúdo e pertinência das informações): 10/10

1.3. Capacidade de análise e reflexão: 5/5

ASPECTOS MICROESTRUTURAIS

Número de erros: 3

Resultado:

Nota relativa à organização do texto e ao desenvolvimento do tema: 25

Nota relativa à correção gramatical e à propriedade da linguagem: 23,5

Extensão do texto: 446 palavras

Nota provisória: **48,5**

Nota final: **49**

COMENTÁRIO:

RECURSO:

O candidato gostaria, respeitosamente, de solicitar reversão do ponto apenas nesta linha. Não encontrei nenhum erro ortográfico, de rasura ou de pontuação na linha 7. As palavras "problems", "prevented", "world", "leaders", "from", "considering", "peaceful" "solutions", "possible" e "which" estão corretamente grafadas. A vírgula antes de "which" é exigida por constituir uma "non-restrictive clause". Diante do exposto, reitera-se, respeitosamente, a retirada da apenação constante dessa linha.

Maurício Horta Miyauchi

nota: 49/50

Peace is the central issue in the study of international relations; attempts to promote it, however, have repeatedly frustrated the work of both scholars and statesmen. This is the feeling that David Lloyd George expresses in his War Memories, in which he concludes that the Great War was not the result of miscalculation by statesmen, but an already existing “boiling cauldron” into which nations could not avoid falling. Although Lloyd George’s picture was true by 1914, the conditions that led to it were consequences of man-made, avoidable decisions. Indeed, the circumstances that made the Great War inevitable relate to three aspects: the international system, the states and the statesmen that prevailed over decades prior to this conflict.

The manner by which power is distributed between nations in the international system is the single most important factor determining whether peace will prevail over war. In 1914, the latter was clearly looming over Europe, as a system of permanent alliances antagonised the Central Powers (Germany, Austria-Hungary and the Ottomans) and the Étente Cordiale (Great Britain, France and Russia.) The set of diplomatic and military obligations between these countries did not enable them either to adjust alliances before changes in the balance of power, or to concert multilaterally, so that they could reach compromise. In this setting, thus, peace was beyond reach for statesmen, individually.

The emergence of a new power has frequently produced antagonism with the established power in the history of international relations, and the security dilemma that emerges from this sort of rivalry is profoundly destabilising. The rise of Germany after the war between France and Prussia in 1871 downgraded the former’s military role in the continent and made the maintenance of bilateral relations a permanent challenge. The result of this mutual distrust was the gradual establishment of a continental arms race. No individual decision could, therefore, peacefully reverse the accumulation of military resources by European powers.

Statesmen, however, can modulate tensions in the international system so that alliances and military competition do not lead to confrontation in the long-run. The change from Otto von Bismarck’s multiple-alliances system to Kaiser Wilhelm II’s Weltpolitik, however, meant that the former’s efforts to convince his counterparts that Germany was a satisfied European power backlashed in 1890, when this country started to use its navy to form a colonial empire. By 1914, the reach of statesmanship was tragically limited by imperialism.

Four decades of decisive events preceding the Great War confirm Lloyd George's conclusion that nations could not avoid falling into the boiling cauldron of war in 1914. The British statesman's words convey an omission, however – namely that this cauldron was set and heated not by destiny, but by statesmen as himself.

AVALIAÇÃO

ASPECTOS MACROESTRUTURAIIS

1. Organização do texto e desenvolvimento do tema

1.1.1. Apresentação/impressão geral do texto: 1,5/2

1.1.2. Legibilidade: 2/2

1.1.3. Estilo: 1,5/2

1.1.4. Coerência: 4/4

1.2. Capacidade de argumentação (objetividade, sistematização, conteúdo e pertinência das informações): 10/10

1.3. Capacidade de análise e reflexão: 5/5

ASPECTOS MICROESTRUTURAIIS

Número de erros: 0

Resultado:

Nota relativa à organização do texto e ao desenvolvimento do tema: 24

Nota relativa à correção gramatical e à propriedade da linguagem: 25

Extensão do texto: 449 palavras

Nota: **49**

Matheus Corradi de Souza

nota: 48,5/50

All of the statesmen who ruled over Europe during the First World War, as Niall Ferguson explains, saw the conflict as inevitable. Among the “vast historical forces” at work, two were mainly related to the fears that haunted the allies Germany and Austria-Hungary. In the German Empire, many in government feared that a rising Russia would soon become **invincible***. In Vienna, the Austro-Hungarian Empire’s status as a Great Power was thought to be in danger if the Archduke’s assassination remained unpunished. However, the historian Christopher Clark has recently argued that the countries’ decision-making process was not monolithic, and there were top-government officials who could have prevented the war, had their opinions prevailed.

There was a widespread opinion in the early 20th century Europe that Russia was poised to be the greatest of the Powers. Having the largest territory, population, and military, the Russian Empire was also experiencing strong economic growth. Many around the German Emperor feared their country would soon be unable to beat Russia in war. Moreover, Russia had an alliance with the war-mongering France, which was eager to retake territories lost to the Germans in 1871. When the events of Sarajevo unfolded, few in Berlin were willing to work towards a peaceful solution. However, the Russian reality was not as bright as it was thought, and the country lost several battles to the Germans. If paranoia had not blinded German decision-makers, they might have chosen diplomacy over war. The Triple Entente – the United Kingdom, France and Russia – was also to blame as it denied Vienna of its Great Power status.

Austria-Hungary had no overseas territory and a small economy compared to the other European powers. Nonetheless, the Dual Monarchy considered itself to be an equal among the Great Powers for two main reasons: it ruled over a huge population, which granted it good military potential; and it had a fast-growing economy with strong industries. When a Serbian irredentist murdered the heir to the Austro-Hungarian throne, Vienna demanded a comprehensive investigation in Belgrade. Since there were ties in the Serbian government with the assassin, Serbia would not comply. Austria-Hungary then proceeded with what would be “business as usual” to a Great Power: threatened the use of force against its neighbor. The Triple Entente countries, however, did not accept Austrian actions, implicitly denying the Empire’s Great Power status. The Great War would not have occurred if Vienna were allowed to swiftly punish Serbia, a course of action that was defended by some in London, Paris and St. Petersburg.

As seen, statesmen were not sleepwalkers walking inevitably towards war. Peace was possible, and human agency could have altered history.

AVALIAÇÃO

ASPECTOS MACROESTRUTURAIS

1. Organização do texto e desenvolvimento do tema

1.1.1. Apresentação/impressão geral do texto: 1,5/2

1.1.2. Legibilidade: 2/2

1.1.3. Estilo: 2/2

1.1.4. Coerência: 4/4

1.2. Capacidade de argumentação (objetividade, sistematização, conteúdo e pertinência das informações): 10/10

1.3. Capacidade de análise e reflexão: 5/5

ASPECTOS MICROESTRUTURAIS

Número de erros: 2

Resultado:

Nota relativa à organização do texto e ao desenvolvimento do tema: 24,5

Nota relativa à correção gramatical e à propriedade da linguagem: 24

Extensão do texto: 446 palavras

Nota: **48,5**

Nota média: Victor Born Portella

nota: **43,75/50**

The origins of the First World War have long been debated, and yet the topic still attracts contemporary historians. The theory of the inevitability of the war stands out amidst the myriad of existing explanations. At least two main points are important to understand the logic of the inevitability of the war: the consequences of the end of the web of alliances conceived by Bismarck and the transformations in modern warfare and military strategy taking place at the time. Illusions about these two circumstances may have induced statesmen to the belief that war was inevitable.

The end of the system of alliances created by German chancellor Otto von Bismarck decades before the war is connected to the idea of inevitability in two ways. Firstly, the network of treaties was designed to avoid war after the German unification, but after the fall of Bismarck the system no longer represented the balance of power reordered with the rise of Willhem II. However, the treaties remained active and led to the virtual polarization of Europe. More importantly, they were secret and contained clauses that worked as automatic triggers for wars. Secondly, war mobilization at the time had to be immediate. Therefore, when the statesmen of Austria sent its **ultimate** to Serbia, the system of alliances was unleashed. As mobilization had to be fast on the brink of war, statesmen could not take too long to act.

Transformations in modern warfare and strategy also contribute to the argument of the inevitability of the war. Take the example of German statesmen. They conceived a plan – the Schlieffen Plan – to attack both Russia and France immediately and avoid war in two fronts. They did not take into consideration, however, that by invading Belgium they would be calling Britain to war. French statesmen, in turn, had imagined that the Maginot Line was sufficient to stop the Germans. They were mistaken. None of the great powers considered the fact that modern war fare had changed significantly. The American Civil war had demonstrated that modern wars could take longer, but statesmen at the time did not take that into account.

The thesis of the inevitability of the war is compelling. The end of a system of secret alliances and the illusions about the nature of conflicts may indeed explain why great power and statesmen could have been forced to war like “sleepwalkers”, as a historian puts it. However, the fact that misperceptions about reality may have led to the conflict remains a cause of concern and a lesson to be learned by leaders today.

AVALIAÇÃO

ASPECTOS MACROESTRUTURAIS

1. Organização do texto e desenvolvimento do tema

1.1.1. Apresentação/impressão geral do texto: 1,5/2

1.1.2. Legibilidade: 1,5/2

1.1.3. Estilo: 2/2

1.1.4. Coerência: 3/4

1.2. Capacidade de argumentação (objetividade, sistematização, conteúdo e pertinência das informações): 7,5/10

1.3. Capacidade de análise e reflexão: 3,75/5

ASPECTOS MICROESTRUTURAIS

Número de erros: 1

Resultado:

Nota relativa à organização do texto e ao desenvolvimento do tema: 19,25

Nota relativa à correção gramatical e à propriedade da linguagem: 24,5

Extensão do texto: 424 palavras

Nota: **43,75**

COMENTÁRIO

O único erro foi de natureza ortográfica: escrevi "ultimate" em vez de "ultimatum". Não achei que houvesse margem para argumentação. Chamo atenção do candidato para as notas de conteúdo.

Pior nota: Anônimo

nota: **30/50**

The First World War represented the end of Metternich's balance of powers that had managed to avoid a major war in Europe for almost a century. As Niall Ferguson avers, most European leaders and statesmen in 1914 faced war as an impending and inevitable event, the necessary consequence of historical forces and conflicting interests. However, with the enormous benefit of distance from the facts, some contemporary analyses argue that the war was rather the result of profound distrust among European leaders. Had statesmen found mechanisms to enhance communication and to avoid misunderstandings, the Great War (as it was called back then) could have been averted.

Germany's rise after its unification is one of the main causes of the war. The emergence of a new strong power broke the fragile equilibrium of Metternich's system. France, humiliated in the Franco-Prussian war, watched apprehensively its neighbor's rapid growth, while Germany, continuously getting stronger, coveted an overseas empire such as those of France and Britain. Furthermore, the Russian Empire wanted to expand westwards, and the Austro-Hungarian Empire wanted to expand in Eastern Europe. Bosnia was the place where their ambitions clashed. Britain, although relatively aloof, was interested in avoiding the emergence of a power greater than itself in the continent. The murder of Franz Ferdinand was almost an excuse to start a war in which each country was willing to engage.

In light of so many rivalries, one may be tempted to deem war really inevitable. Nevertheless, the question is: why these rivalries grew so much? No country had any idea of other countries' true intentions and real military power. Moreover, due to secret diplomacy, no statesmen knew for certain the alliances that would be formed in case of war. Should there be more transparency, European countries would be less inclined to fight. The general distrust derived from this lack of information jeopardized military calculations and made countries more reactive and aggressive. If a forum such as the European Union existed in 1914, countries would have a proper space to debate and exchange ideas, which would render them less distrustful of each other. That would have engendered a greater propensity for concessions and less fear of potential foes.

The errors of the First World War were not enough to prevent the outbreak of an even worse conflict 20-odd years later. Since 1945, however, institutions such as public diplomacy and multilateral institutions have become increasingly important. Were these institutions in force prior to 1914, the Great War might not have happened. Most of all, were the consequences of that war predictable, statesmen would think twice before declaring it was inevitable.

AVALIAÇÃO

ASPECTOS MACROESTRUTURAIS

1. Organização do texto e desenvolvimento do tema

1.1.1. Apresentação/impressão geral do texto: 0,5/2

1.1.2. Legibilidade: 0,5/2

1.1.3. Estilo: 0,5/2

1.1.4. Coerência: 2/4

1.2. Capacidade de argumentação (objetividade, sistematização, conteúdo e pertinência das informações): 2,5/10

1.3. Capacidade de análise e reflexão: 2,5/5

ASPECTOS MICROESTRUTURAIS

Número de erros: 7

Resultado:

Nota relativa à organização do texto e ao desenvolvimento do tema: 8,5

Nota relativa à correção gramatical e à propriedade da linguagem: 21,5

Extensão do texto: 438 palavras

Nota: **30**

LÍNGUA INGLESA

banca:

Afonso José Santos

Avram Stanley Blum

Thiago Blanch Pires

_translation A - tradução

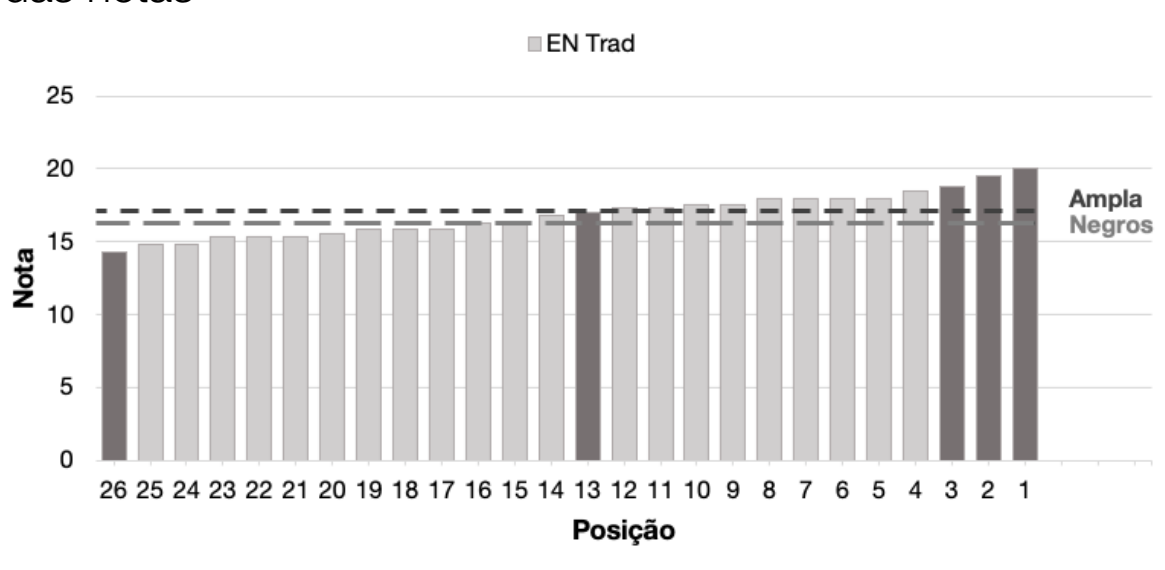
Translate the following excerpt into Portuguese.

Consider the subtleness of the sea; how its most dreaded creatures glide under water, unapparent for the most part, and treacherously hidden beneath the loveliest tints of azure. Consider also the devilish brilliance and beauty of many of its most remorseless tribes, as the dainty embellished shape of many species of sharks. Consider, once more, the universal cannibalism of the sea; all whose creatures prey upon each other, carrying on the eternal war since the world began. Consider all this; and then turn to this green, gentle, and most docile earth; consider them both, the sea and the land; and do you not find a strange analogy to something in yourself? For as this appalling ocean surrounds the verdant land, so in the soul of man there lies one insular Tahiti, full of peace and joy, but surrounded by all the horrors of the half-known life. God keep thee! Push not off from that isle, thou canst never return!

Herman Melville. **Moby Dick**. Penguin books, 1994 (adapted).

[valor: 20,00 pontos]

Distribuição das notas



Padrão de resposta da Translation A

Considere a sutileza do mar; como (as) suas criaturas mais temidas deslizam sob as águas, invisíveis na maior parte, e traiçoeiramente ocultas/escondidas sob/embaixo os/dos matizes mais encantadores/belos do/de azul. Considere também o brilho e a beleza diabólica de muitas de suas tribos sem piedade, como a forma delicadamente/delicada e/(graciosa) adornada/de muitas espécies de tubarões. Considere, uma vez mais, o canibalismo universal do mar; cujas criaturas todas se devoram/caçam/predam umas às outras, continuando a guerra eterna desde o início do mundo. Considere tudo isso; e então se volte para esta terra tão verde, suave e dócil; considere ambos, o mar e a terra; e você não acha que existe/há uma analogia estranha com algo dentro de você/si mesmo? Pois, tal como este oceano aterrador cerca/rodeia a terra verdejante, também na alma do homem reside/há um Taiti insular, cheio de paz e alegria, mas rodeado/cercado por todos os horrores da metade (des)conhecida da vida. Deus te proteja! Não te afastes dessa ilha, tu podes não/nunca mais voltar!

Bernardo Andrade Vaz de Faria Pereira*nota: 19,50/20*

Considera a sutileza do mar; como suas mais temidas criaturas deslizam sob a água, imperceptíveis na maior parte do tempo, e traiçoeiramente escondidas sob os mais amáveis tons de azul. Considera também a beleza e a inteligência maldosas de suas impiedosas tribos, como a forma bela e perigosa de vários tubarões. Considera, mais uma vez, o canibalismo universal do mar, cujas criaturas todas caçam umas às outras, continuando a guerra eterna desde que o mundo começou. Considera tudo isso; e então te vira para essa terra verde, gentil e a mais dócil; considera ambos, o mar e a terra; e tu não encontras em ti mesmo uma estranha analogia para algo? Pois, como este oceano ofensivo circunda a terra verdejante, assim também na alma do homem há um Taiti insular, cheio de paz e alegria, mas cercado por todos os horrores da vida conhecida pela metade. Deus te guarde. Não te empurres para fora desta ilha, não poderás nunca voltar.

AVALIAÇÃO**ASPECTOS MACROESTRUTURAIS**

Fidelidade ao estilo do texto original: 5/5

ASPECTOS MICROESTRUTURAIS

Número de erros: 1

Rasuras: 3

Resultado:

Nota relativa à organização do texto e ao desenvolvimento do tema: 5

Nota relativa à correção gramatical e à propriedade da linguagem: 11,5; pós-recurso: 13,5

Nota provisória: **16,5**Nota final: **19,5 (três rasuras revertidas)**

Henrique Towata Sato

nota: **18,5/20**

Considere a sutileza do mar; como suas mais terríveis criaturas deslizam sob a água, em sua maior parte imperceptíveis, e traiçoeiramente escondidas sob os mais adoráveis tons azulados. Considere também os diabólicos brilho e beleza de muitas de suas mais impiedosas tribos, como a forma disfarçada de muitas espécies de tubarões. Considere, uma vez mais, o canibalismo universal do mar; cujas criaturas todas caçam umas às outras, continuando a guerra eterna, desde o início do mundo. Considere tudo isso; e então se volte para essa terra verde, suave e sumamente dócil; considere ambos, o mar e a terra; você não percebe uma estranha analogia com algo em você mesmo? Assim como esse aterrador oceano envolve a terra verdejante, também na **alma dos homens*** há um insular Taiti, cheio de paz e alegria, mas cercado por todos os horrores da vida ***semi-desconhecida**. Que Deus te guarde! Não te ***afasta** dessa ilha, tu poderás jamais retornar!

AVALIAÇÃO

ASPECTOS MACROESTRUTURAIS

Fidelidade ao estilo do texto original: 5/5

ASPECTOS MICROESTRUTURAIS

Número de erros: 6; pós-recurso: 3

Morfossintaxe - vírgula após “na alma dos homens”

Ortografia - hífen em “semi-desconhecida”

Morfossintaxe - não te afaste (imperativo negativo)

Resultado:

Nota relativa à organização do texto e ao desenvolvimento do tema: 5

Nota relativa à correção gramatical e à propriedade da linguagem: 12; pós-recurso: 13,5

Nota provisória: **17**

Nota final: **18,5**

COMENTÁRIO

Resposta da banca ao recurso referente à vírgula: “O erro decorre da ausência de vírgula para isolar a expressão adverbial intercalada ‘na alma do homem’. A banca avaliadora adota a convenção de que expressões adverbiais longas — assim consideradas as expressões com três ou mais palavras — deslocadas para o

início da oração ou intercaladas entre termos essenciais da oração devem estar separadas por vírgula.”

Dois recursos deferidos referente à morfossintaxe, conteúdo do recurso:

“Prezado corretor, peço que a penalização por morfossintaxe da linha x seja reavaliada, entendo que a inversão do adjetivo com o substantivo não é a mais natural, mas ela está em concordância com o aspecto literário (e poético) do trecho. Agradeço a atenção.”

Uma penalização por rasura foi revertida.

Matheus Corradi de Souza*nota: 18/20*

Considere a sutileza do mar; como suas criaturas mais assustadoras se camuflam embaixo da água, despercebidas em sua maior parte e traiçoeiramente escondidas sob amáveis tonalidades de azul. Considere, também, o brilho e a beleza diabólicos de muitas de suas tribos mais impetuosas, como a bela forma de muitas espécies de tubarões. Considere, mais uma vez, o canibalismo universal do mar; todas as suas criaturas caçam umas às outras, continuando a eterna guerra desde que o mundo começou. Considere tudo isso; e, então, atente-se para esta terra verde, gentil e muito dócil; considere ambos, o mar e a terra; e você não encontra uma estranha analogia com algo em si mesmo? Pois como este terrível oceano circunda a verdejante terra, também na alma do homem há um insular Taiti, cheio de paz e alegria, mas cercado dos horrores da vida parcialmente desconhecida. Que Deus lhe guarde! Não saia daquela ilha, você pode nunca mais retornar!

AVALIAÇÃO**ASPECTOS MACROESTRUTURAIS**

Fidelidade ao estilo do texto original: 5/5

ASPECTOS MICROESTRUTURAIS

Número de erros: 4

Resultado:

Nota relativa à organização do texto e ao desenvolvimento do tema: 5

Nota relativa à correção gramatical e à propriedade da linguagem: 13

Nota: **18**

Nota média: Pedro Vale de Andrade Arruda Câmara
nota: 17/20

Considere a sutileza do mar; como suas criaturas mais temíveis deslizam sob a água, ocultas na maior parte do tempo, e escondidas sorratamente debaixo dos mais adoráveis tons de azul. Considere, também, o brilho e a beleza diabólicos de muitas de suas tribos mais impiedosas, como a forma delicadamente ornamentada de muitas espécies de tubarões. Considere, mais uma vez, o canibalismo universal do mar; cujas criaturas todas se caçam, umas às outras, lutando a guerra eterna desde que o mundo **começou**¹. Considere tudo isso; então, volte-se a esta verde, gentil e deveras dócil terra; considere ambos, o mar e a terra; e você não percebe uma estranha analogia a algo em si mesmo? Pois, da mesma forma que esse espantoso oceano cerca a terra verdejante, **na alma do homem**² existe um Taiti insular, cheio de paz e alegria, mas cercado por todos os horrores da vida **semi-conhecida**³. **Que Deus lhe tenha! Não se afaste** dessa ilha, tu nunca poderás retornar!

AVALIAÇÃO

ASPECTOS MACROESTRUTURAIS

Fidelidade ao estilo do texto original: 5/5

ASPECTOS MICROESTRUTURAIS

Número de erros: 8; pós-recurso: 6

Resultado:

Nota relativa à organização do texto e ao desenvolvimento do tema: 5

Nota relativa à correção gramatical e à propriedade da linguagem: 11; pós-recurso: 12

Nota: 17

COMENTÁRIO

Observação: não pude identificar, com certeza, o erro marcado na l.10, mas imagino que se trate do emprego de “da mesma forma que” no lugar de “tal como”, que consta no modelo de resposta.

¹Nota do candidato: fui penalizado por escrever a palavra por cima de uma rasura. Se tivesse feito recurso, eu teria, provavelmente, conseguido reverter a penalização, como outros candidatos penalizados por esse mesmo motivo.

²Nota do candidato: fui penalizado por não ter intercalado a expressão adverbial “na alma do homem” entre vírgulas.

³Nota do candidato: não cheguei a fazer recurso, mas creio que, aqui, houve mistranslation por parte da banca. “Horrors of the half-known life” parece-me traduzir-se melhor por “horrores da vida semi-conhecida” do que por “horrores da metade (des)conhecida da vida”, expressão que consta no modelo de resposta.

Pior nota: Anônimo

nota: **14,33/20**

Considere a sutileza do mar; como suas mais aterrorizantes criaturas deslizam sob a água, invisíveis na maior parte, e articularmente escondidos por debaixo dos mais esplêndidos tons de azul. Considere também o diabólico brilho e beleza de muitas de suas tribos mais sem remorso, como o divinamente estabelecido formato de muitas espécies de tubarão. Considere, mais uma vez, o canibalismo universal do mar; todas as suas criaturas caçam umas as outras, levando em frente a guerra eterna desde que o mundo começou. Considere tudo isso; e então olhe para essa verde, gentil e mui doce terra; considere ambos, o mar e a terra; e você não encontra uma estranha analogia a alguma coisa em você mesmo? Porque assim como esse impressionante oceano cerca a verdejante terra, na alma do homem existe um Tahiti insular, cheio de paz e alegria, mas cercado por todos os horrores da vida semiconhecida. Deus lhe mantenha! Não saia dessa ilha, pois não poderá nunca retornar.

AVALIAÇÃO

ASPECTOS MACROESTRUTURAIS

Fidelidade ao estilo do texto original: 3,33/5

ASPECTOS MICROESTRUTURAIS

Número de erros: 8

Resultado:

Nota relativa à organização do texto e ao desenvolvimento do tema: 3,33

Nota relativa à correção gramatical e à propriedade da linguagem: 11

Nota: **14,33**

COMENTÁRIO

RECURSO (DEFERIDO):

“Padrão de resposta da banca: ‘Considere a sutileza do mar; como (as) suas criaturas mais temidas deslizam sob...’.

Resposta do candidato: ‘Considere a sutileza do mar; como suas mais aterrorizantes criaturas deslizam sob...’

Nota-se que o candidato utilizou praticamente a mesma escolha vocabular, apenas alterando a ordem dos adjuntos nominais, a fim de preservar ao máximo o estilo do texto original. Não houve qualquer alteração de sentido ou erro sintático na escolha feita pelo candidato. Nesse sentido, o candidato não deve ser apenado por buscar preservar o estilo do texto original, sem abrir mão da correção sintática e dos sentidos originais.

LÍNGUA INGLESA

banca:

Afonso José Santos

Avram Stanley Blum

Thiago Blanch Pires

_translation B - versão

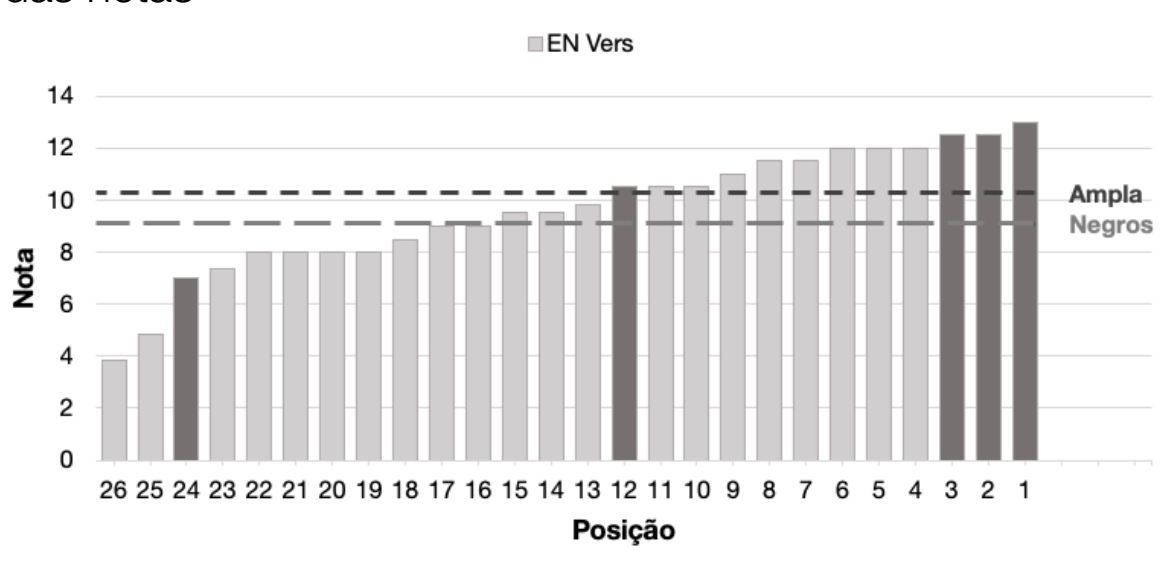
Translate the following excerpt into English.

Nenhum povo está mais distante dessa noção ritualista da vida do que o brasileiro. Nossa forma ordinária de relações sociais é fundamentalmente o oposto de polidez. Ela pode iludir na aparência, e isso se explica pelo fato de a atitude polida consistir precisamente em uma espécie de mímica deliberada de manifestações que são espontâneas no "homem cordial"; é a forma natural e viva convertida em fórmula. Além disso a polidez é, de algum modo, uma organização da defesa ante a sociedade. Está na parte exterior, superficial do indivíduo, podendo mesmo servir, quando necessário, de meio de resistência. Equivale a um disfarce que permitirá a cada um de nós preservar intatas nossa sensibilidade e emoções. Por meio de semelhante padronização das formas exteriores da cordialidade, que não precisam ser legítimas para se manifestarem, revela-se um decisivo triunfo do espírito. Armado dessa máscara, o indivíduo mantém sua supremacia ante a sociedade. Com efeito, a polidez implica uma presença contínua e soberana do indivíduo.

Sérgio Buarque de Holanda. **Raízes do Brasil**. 26.ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 147 (com adaptações).

[valor: 15,00 pontos]

Distribuição das notas



Padrão de resposta da Translation B

No people is further/more distant from this ritualistic idea of life than the Brazilian. Our ordinary form of social relations is fundamentally the very opposite of politeness. It can deceive in appearance, as is explained by the fact that a polite attitude consists precisely of a kind of deliberate mimicry of manifestations spontaneous in the "cordial man"; it is a natural and living form converted into a formula. Moreover/Besides, politeness is somehow a defense organization/mechanism against society. It is in the external and superficial part of the individual, and it can even serve, when necessary, as a means of resistance. It is equivalent to a disguise that permits each of us to keep intact our sensibility and emotions.

By means of similar standardization of external forms of cordiality, which do not have to be legitimate to be manifested, it is revealed (or: Similarly, adopting/using/employing external patterns of cordiality, which do not have to be legitimate to be manifested, reveals) a decisive triumph of the spirit. Armed with this mask, the individual maintains his or her supremacy over society. In effect/Effectively, politeness implies a continuous and sovereign presence of the individual.

Maurício Horta Miyauchi

nota: **13/20**

No people stands **farther**¹ away from this ritualistic notion of life than Brazilians. Our ordinary form of social relations is fundamentally the opposite of politeness. Its appearance can be misleading, as this is explained by the fact that polite attitude consists precisely **on**² a sort of deliberate **mimic**³ of manifestations that are spontaneous to the “cordial man;” it is the natural and living form converted into a formula. Moreover, politeness is in a certain manner an organisation of the defence before society. It lies in the individual’s external, superficial part, serving possibly even as a means of resistance when necessary. It is as a disguise that will enable each one of us to keep untouched our sensitivity and emotions.

By means of such a standardisation of external forms of cordiality, which do not have to be legitimate to be expressed, a decisive triumph of spirit is revealed. Armed with this mask, the individual maintains his or her supremacy **before*** society. Indeed, politeness implies a continuous and sovereign presence of the individual.

AVALIAÇÃO

ASPECTOS MACROESTRUTURAIS

Fidelidade ao estilo do texto original: 5/5

ASPECTOS MICROESTRUTURAIS

Número de erros: 4 (um de ortografia e 3 de morfossintaxe)

Resultado:

Nota relativa à organização do texto e ao desenvolvimento do tema: 5

Nota relativa à correção gramatical e à propriedade da linguagem: 8

Nota: **13**

COMENTÁRIO

¹Resposta da banca a recurso do candidato: “O erro ortográfico está presente no uso de “farther” ao invés de “further”. O segundo carrega sentido relacionado a contextos mais abstratos e metafóricos, tais como aquele encontrado no texto original, e embasado pelo dicionário Oxford, conforme trecho a seguir: “Further is a much more common word, though, and is additionally used in various abstract and metaphorical contexts, for example referring to time, in which farther is unusual” (Acesse: <https://en.oxforddictionaries.com/usage/fartherorfarther>)”

²Nota do candidato: o verbo “consist” exige preposição “of”, não “on”.

³Nota do candidato: o substantivo “mimic” corresponde à pessoa que imita outra (“mímico”); para referir-se à mímica com sentido de ação de imitar, deve-se usar o termo “mimicry”.

*Nota do candidato: o complemento nominal do substantivo “supremacy” é introduzido pela preposição “over”, não “before”.

Pedro Vale de Andrade Arruda Câmara*nota: 12,50/20*

No people is further from this ritualistic notion of life than the Brazilian. Our ordinary form of social relations **is the**¹ opposite of cordiality. Its appearance can be deceiving, which is explained by the fact that the **cordial** attitude **consists precisely in**² a kind of deliberate mimicry of manifestations that come spontaneously to the “cordial man”; it is the natural and living form converted into a formula. Besides, **cordiality** is, somehow, an organization of the defense against society. It is in the outer, superficial part of the individual, and, when necessary, it can even be a means of resistance. It equals a disguise that allows each of us to maintain our sensibilities and emotions intact.

By means of such standardization of the outer forms of cordiality, which do not need to be legitimate to manifest themselves, a decisive triumph of the spirit reveals itself. Armed with this mask, the individual keeps his supremacy in regard to society. **Indeed**, cordiality implies a continuous and sovereign presence of the individual.

AVALIAÇÃO**ASPECTOS MACROESTRUTURAIIS**

Fidelidade ao estilo do texto original: 5/5

ASPECTOS MICROESTRUTURAIIS

Número de erros: 5

Resultado:

Nota relativa à organização do texto e ao desenvolvimento do tema: 5

Nota relativa à correção gramatical e à propriedade da linguagem: 7,5

Nota: 12,5

COMENTÁRIO

¹Nota do candidato: aqui, fui penalizado pela omissão do vocábulo “fundamentally”. Transcrevo o original: “[...] Nossa forma original de relações sociais é fundamentalmente o oposto de polidez”.

2º RECURSO DO CANDIDATO:

“Solicito, respeitosamente, a revisão da penalização na linha 4 – “[which] is explained by the fact that the cordial attitude consists precisely in a kind...”. Após relê-lo, julgo não ter cometido erros de morfossintaxe nesse trecho.

Considero que a penalização possa dizer respeito ao emprego da expressão “consists [precisely] in”, em vez de “consists of”, que consta no modelo de resposta.

No entanto, a expressão “consists in” não está em desacordo com a gramática normativa, conforme o Merriam-Webster (<https://www.merriam-webster.com/dictionary/consist%20in>): “Definition of ‘consist in’ (formal): to have (something) as an essential or main part. ‘Happiness consists in being satisfied with what you have’”.

A definição de “crise” feita por Antonio Gramsci em seus “Cadernos do Cárcere”, traduzida para o inglês, também fornece um exemplo do uso de “consist in”: “The crisis consists precisely in the fact that the old is dying and the new cannot be born [...]” (<https://www.mindmeister.com/pt/382917431/gramsci-the-crisis-consists-precisely-in-the-fact-that-the-old-is-dying-and-the-new-cannot-be-born-in->).

À luz dessa definição e dos exemplos, percebe-se que, no trecho em questão, o emprego de “consists in” é adequado, uma vez que a “mímica deliberada” que Sérgio Buarque de Holanda menciona em seu texto configura um elemento essencial da “atitude cordial”.

Assim sendo, peço, com todo respeito, que o(a) examinador(a) reavalie a penalização em tela e, caso julgue cabível, majore a nota da questão”.

RESPOSTA DA BANCA:

“Recurso indeferido. A forma “cordial” altera o estilo do trecho correspondente no texto original. Raramente utilizado em inglês, “consist in” refere-se a algo mencionado como a única e mais importante parte envolvida; enquanto a expressão frequentemente utilizada em inglês “consist of” refere-se as partes envolvidas que se unem para compor algo”.

Jonas Teixeira Marinho*nota: 12,50/20*

No people is more distant from that ritualistic perception of life than the Brazilian people. Our ordinary way of social relationships is essentially the opposite of politeness. It can delude in appearance and this is explained by the fact that the polite attitude consists precisely of sort of a deliberate mimetism of manifestations which are spontaneous in the "cordial man"; it is the natural and alive way converted into a formula. Besides, politeness is somehow an organization of the defense before society. It is at the outer, superficial part of the individual. It can even serve, whenever necessary, as an instrument of resistance. It is equivalent to a disguise which will allow each one of us to preserve our sensibility and emotions unharmed.

By means of similar standardization of cordiality's exterior forms, which do not need to be legitimate to manifest themselves, a decisive triumph of the spirit is revealed. Bearing that mask, the individual preserves his supremacy before society. Indeed, politeness implies a continuous and sovereign presence of the individual.

AVALIAÇÃO**ASPECTOS MACROESTRUTURAIIS**

Fidelidade ao estilo do texto original: 5/5

ASPECTOS MICROESTRUTURAIIS

Número de erros: 5 (três de morfossintaxe e dois de propriedade vocabular)

Resultado:

Nota relativa à organização do texto e ao desenvolvimento do tema: 5

Nota relativa à correção gramatical e à propriedade da linguagem: 7,5

Nota: 12,5

Nota média: Angelo Paulo Sales dos Santos

nota: **10,50/20**

No other people is more distant from the ritualistic notion of life than the Brazilian. Our ordinary social relations form is fundamentally the opposite to politeness. It may deceive in appearance, and this is explained by the fact that the polite attitude is precisely consisted of a kind of deliberate mimic of manifestations that are spontaneous in the "gentle man"; it is the natural an alive form inverted into formula. Moreover, politeness is, in a certain way, an organization of the defense against society. It is in the external, superficial part of the individual, and it may even serve, when necessary, as a mean of resistance. It is equivalent to a disguise that will allow each one of us to preserve our sensibilities and emotions untouched.

Through a similar standardization of external forms of cordiality, which do not need to be legitimate to be manifested, a decisive triumph of the spirit is revealed. With the mask, the individual preserves his supremacy over society. In fact, politeness implies a continuous and sovereign presence of the individual.

AVALIAÇÃO**ASPECTOS MACROESTRUTURAIIS**

Fidelidade ao estilo do texto original: 5/5

ASPECTOS MICROESTRUTURAIIS

Número de erros: 9

Resultado:

Nota relativa à organização do texto e ao desenvolvimento do tema: 5

Nota relativa à correção gramatical e à propriedade da linguagem: 5,5

Nota: **10,5**

Pior nota: Anônimo

nota: **7,33/20**

No community is more distant from their ritualistic concept of life than the Brazilian men. Our ordinary form of social relations is the essentially the opposite of politeness. It might deceive in its outlook, and this is explained by the fact that the polite behavior consists of a sort of deliberate imitation of attitudes that are spontaneous in the "courteous man"; it is the natural and living form that has been turned into a recipe. Furthermore, politeness is, to some extent, an organized defence against society. It lies in the individual's outer and superficial part, serving even as a means of resistance, when it is necessary. It equals to a disguise that will allow each one of us to preserve our sensitivity and our emotions, to keep them untouched.

Through a similar pattern of external forms of courtesy, which do not need to be legitimate to come into being, a decisive triumph of spirit is unveiled. Wearing such a mask, the individual sustains his supremacy over society. Indeed, politeness entails a permanent and sovereign presence of the individual.

AVALIAÇÃO**ASPECTOS MACROESTRUTURAIS**

Fidelidade ao estilo do texto original: 3,33/5

ASPECTOS MICROESTRUTURAIS

Número de erros: 12

Resultado:

Nota relativa à organização do texto e ao desenvolvimento do tema: 3,33

Nota relativa à correção gramatical e à propriedade da linguagem: 4

Nota: **7,33**

LÍNGUA INGLESA

banca:

Afonso José Santos

Avram Stanley Blum

Thiago Blanch Pires

_summary

Write a summary in your own words (280 minimum to 400 maximum) of the following text.

[valor: 15,00 pontos]

People have huge amounts of information to deal with. How do you do this as diplomats? Do you keep it close to your chest? Does information mean power? Or do you share the information with the network in which you are increasingly operating? The playing field is changing very rapidly, partly as a result of digitalisation.

Operating in a network

I used to tell my students that 90% of diplomatic information was in the public domain, but the figure is even higher now. Of course, confidentiality, and even secrecy, are important in diplomacy, particularly when it comes to matters like peace and security. However, diplomatic success depends increasingly on collaboration with others. Collaboration takes place in networks, which are becoming increasingly digital. The rules are not the same as in your own diplomatic circles, where you know roughly how your counterparts work, whatever country they come from. In a network you are not merely an official representative of a government; what defines you more is probably the information you bring to the network. That kind of added value is what people are judged on. That is what you are worth. It is a changing playing field through which information now flows much faster, via your network. And that network is what you rely on.

Role of social media

Everyone immediately thinks of people like Indian Prime Minister Narendra Modi or US President Barack Obama, who practise “Twiplomacy” — diplomacy via Twitter. Social media make things more personal and bring people who traditionally operate in the shadows into the limelight, giving an ambassador a face. You can find out what they are doing by following them on their social media account. People also get more “digital personality”. You can be sure that political leaders are cultivating this quite carefully. It’s still the early days. Institutions and individuals still have to adjust and find their voice in the digital age. They are wondering what exactly to do on Twitter. What should they say? A personal note must also serve their

professional goals. My opinion is that, in reality, diplomats, who have always been quite focused on their own professional group, might continue in the same vein on social media. Meanwhile, it is important to remember that there are different ways of using social media. We often assume that you interact with those around you on social media. You make sure you tweet every day, you join the conversation. But diplomats also use it passively, following what's happening. It's a useful tool that allows you to discover things you might not otherwise find, or at least not as quickly. So, in fact you see a conservative diplomat using new media on a new information playing field in the same way as an intelligence officer.

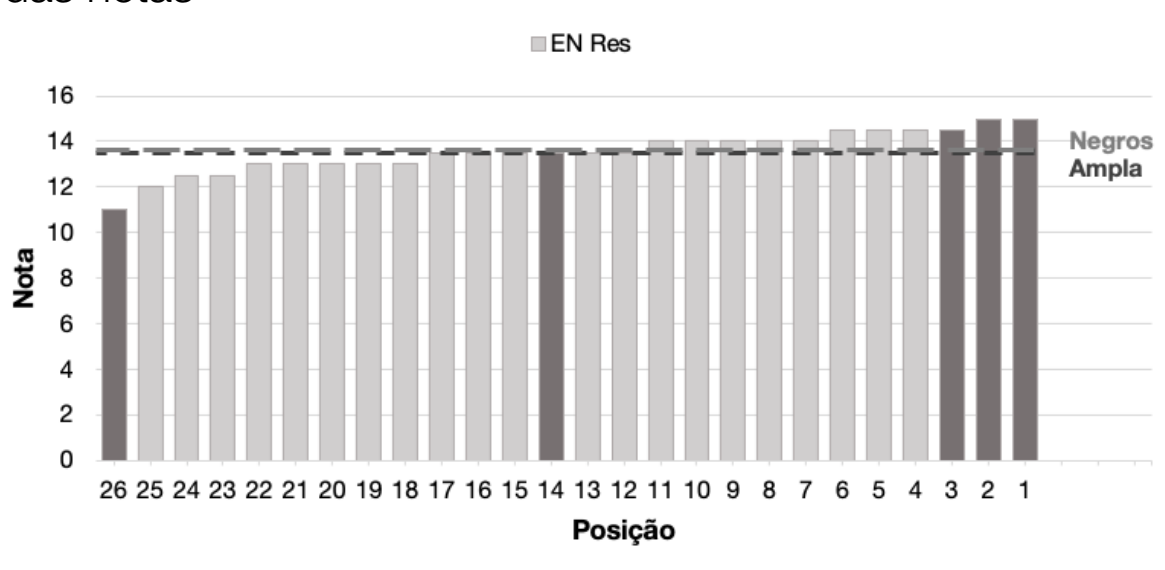
Fine to make mistakes

The motto at the Ministry of Foreign Affairs used to be "Call DVL!", the former Information and Communication Department. Wherever you were and whatever happened, if you were approached by the media, you just had to say "Call DVL!". But that's all ancient history. The information environment is much more open now, and the people at the embassies have much more freedom to take the initiative. They need background material to give their own account. In this age of social media, we accept that people might make mistakes, and then simply admit it. That's new. It used to be fatal for your career if you made a mistake. That created a professional culture in which the approach to providing information was extremely conservative. This is all changing, things are gradually becoming more open. The question is no longer "What can we release?", but "What do we really need to keep secret?". An essential difference.

New winners

Excellence in terms of responding to the digital environment is partly the preserve of the "usual suspects", like the US and the UK. But Estonia, India, Kosovo and tech champions like South Korea are also responding well. All aspects of diplomatic work can benefit: searching for information, collaborating with others, explaining what you do, negotiating, how open you can be with the outside world. This question of information is increasingly important. Digitisation is also about the modernisation of diplomacy, becoming more experimental, seeing the network more as the starting point. Questions about digitalisation will then automatically find their way onto the agenda. There are in fact only a few countries that take a holistic view. Digital transformation is a trend in the business world, but it is much less so in the public sector. The reality is that many countries simply do not have the capacity. You can perform a conceptual analysis of the impact of big data, but that is only the start of the challenge. It is also a matter of focus. Like in Estonia and Kosovo, where they are thinking creatively about how communications technology and digital technology can help them achieve what they want with few resources.

Distribuição das notas



Padrão de resposta do Summary

In the May 31st, 2016 article “Diplomacy in the digital age: More than Twiplomacy,” the author, Jan Melissen, discusses several aspects of how diplomats might use digital media for professional purposes. He describes a dynamic, changing scenario in terms of how information is treated. In relation to operating in a network, he explains that successful contemporary diplomacy requires collaboration through digital networks, and one’s value to such networks depends on the quality of the information one shares. With respect to the role of social media, the author emphasizes the way Twitter and other social networks have made diplomacy more personal because now many more people know what ambassadors and other diplomats look like, which requires them to cultivate carefully the way they present themselves online. The author cites the examples of former U.S. President Barak Obama and Indian Prime Minister Narendra Modi. At the same time, following other diplomats’ social media feeds is a resource for valuable information that previously was difficult to find. Melissen also asserts that there is a new approach to making mistakes in terms of what information one shares publicly. He believes this has caused a shift in approach from considering primarily what data can be shared to what data cannot. Furthermore, the author points out that a diplomat can share erroneous information as long he or she takes responsibility for the mistake and corrects it. Finally, he emphasizes that there is potential for new winners in the digital age. He cites the examples of countries that previously did not stand out on the diplomatic stage and are now making achievements with limited resources through information sharing and collaboration. In this way they are embracing a practice that is already common in the private sector.

Laís Monteiro Pontes da Silva

nota: **15/15**

As the playing field changes quickly, more information is produced and diplomats have to decide if they will keep it as a secret or share it. Even though confidentiality is still relevant, almost all diplomatic information is available to the public. Additionally, diplomats need to collaborate in digital networks, in which rules are different and information moves fast. While working in a network, diplomats are evaluated according to the information they know. Moreover, they trust their network.

When it comes to social media, some political authorities use Twitter as a diplomatic tool, while others do not know how to properly express themselves via “Twiplomacy”. Social media expose diplomats by informing their routines and allow leaders to promote their “digital personality”. Since it is still the beginning of the digital age, adjustments are necessary. In social media, personal speeches affect professional ambitions.

According to the author, diplomats might keep focusing on their professional network. However, social media can be used in several forms. One can be active and talk to other people, while conservative diplomats want to passively observe and find out information in a quick way, as an intelligence officer would do. In this new scenario, diplomats no longer need to indicate the Information and Communication Department (DVL) when answering the media.

Currently, people at the Ministry of Foreign Affairs are freer to speak, as information flows openly. If they make mistakes and recognize it, this will not be as negative to their careers as it was before, when diplomats were conservative regarding informing the media. Moreover, it is now more important to define what needs to be a secret, instead of what can be said.

In this digital world, traditional countries act well, but so do other nations, such as Estonia, India, Kosovo, and South Korea. As information becomes more relevant, modern diplomacy promotes new experiences in networks. Research, collaborations, explanations and negotiations benefit from digitalization, but this reality is a challenge that will be discussed not only by businessmen but also by governments, even though only a few nations take this general approach currently, since many states are not capable of doing so. Digital transformation demands focus and thoughts about how technology can be efficient and useful.

AVALIAÇÃO

ASPECTOS MACROESTRUTURAIS

1. Capacidade de síntese e concisão

- 1.1. Apresentação das ideias principais do texto: 2/2
- 1.2. Apresentação das ideias na ordem que aparecem no texto: 1/1
- 1.3. Não há cópia diretamente de trechos do texto: 1/1
- 1.4. O juízo de valores não é empregado no texto: 1/1

ASPECTOS MICROESTRUTURAIS

Número de erros: 0

Resultado:

Nota relativa à organização do texto e ao desenvolvimento do tema: 5

Nota relativa à correção gramatical e à propriedade da linguagem: 10

Nota: **15**

Matheus Corradi de Souza

nota: 15/15

The digital revolution has changed the way diplomats deal with information, which is now mostly in the public domain. A successful diplomatic action, however, depends on digital networks, in which diplomats are not only representatives of the government, but also providers of information. The more valuable the information supplied is, the more likely a diplomat is to extract useful data from a network.

Many politicians, such as Narendra Modi and Barack Obama, are using social media to bring themselves closer to the public. Since this trend is in its early days, a careful calibration regarding what personal information should be published is still needed. Diplomats also use social media, usually to keep in touch with their colleagues; many of them, however, find social media useful for the same reason intelligence officers do: to obtain valuable, hard-to-find information.

Nowadays, diplomats have more freedom to release information to the media. In the past, they feared making mistakes, which could ruin their careers, so they usually asked the media to approach the Communication Department of the Ministry of Foreign Affairs. In the digital age, we assume people might publish inappropriate information, since the frequency of interaction is simply too great. In this context, diplomats are no longer asking themselves what should they publish, but what should they keep secret.

Not only the US and the UK, but also smaller countries such as Estonia and South Korea, are addressing well the digital age challenges. Diplomacy can benefit from the new means of communication: it can enhance transparency and explain itself to the public; it can find important information faster. Unfortunately, there are not many countries that have the capacity to deal with the huge amount of data, nor the ability to creatively use the new technologies in an efficient way. It is important that all countries take a comprehensive view of digitalisation, for it can help them achieve their national objectives at smaller costs.

AVALIAÇÃO

ASPECTOS MACROESTRUTURAIS

1. Capacidade de síntese e concisão

- 1.1. Apresentação das ideias principais do texto: 2/2
- 1.2. Apresentação das ideias na ordem que aparecem no texto: 1/1
- 1.3. Não há cópia diretamente de trechos do texto: 1/1
- 1.4. O juízo de valores não é empregado no texto: 1/1

ASPECTOS MICROESTRUTURAIS

Número de erros: 0

Resultado:

Nota relativa à organização do texto e ao desenvolvimento do tema: 5

Nota relativa à correção gramatical e à propriedade da linguagem: 10

Nota: **15**

Maurício Gurjão Bezerra Heleno

nota: 14,5/15

Digitalisation has been changing the way diplomacy works. Firstly, more than 90% of diplomatic information is available online, although some sensitive subjects, like peace and security, are still confidential. Secondly, digitalisation has accelerated the flow of information and has changed diplomatic networks, which are structured based on collaboration. The more information you add to the network, the more important you are. Therefore, digitalisation has made information even more important.

Although social media have made diplomacy more personal, by drawing attention to the tweets of presidents and revealing the faces of diplomatic actors, this trend is only in its beginning. On the one hand, political leaders are increasingly improving their “digital personality”. On the other hand, there is much uncertainty regarding the role of individuals and institutions in this new context. Diplomats tend to keep focused, as before, on their same professional circles on social media. However, they are useful tools for them to stay updated. In this regard, diplomats are not very different from intelligence officers.

Digitalisation and social media have made diplomacy less conservative regarding the use of information. In the past, specialized communication departments had the role to communicate with the media, but now embassies have directly assumed this task. Mistakes are not considered embarrassing facts anymore, and the diplomatic mindset has changed in favour of more transparency of information.

Although the US and the UK represent the vanguard of digitalisation, many other countries are adapting to this new context. Today, diplomatic work benefits from a favourable environment that makes the flow of information and negotiations easier.

In conclusion, digitalisation represents the modernisation of diplomacy. Although the public sector tends to adapt to changes slower than the business world, diplomacy is more experimental now. However, many countries do not have the capacity or the necessary perception to advance digitalisation. Still, countries may use their resources smartly to fulfil their goals.

AVALIAÇÃO

ASPECTOS MACROESTRUTURAIS

1. Capacidade de síntese e concisão

- 1.1. Apresentação das ideias principais do texto: 1,5/2
- 1.2. Apresentação das ideias na ordem que aparecem no texto: 1/1
- 1.3. Não há cópia diretamente de trechos do texto: 1/1
- 1.4. O juízo de valores não é empregado no texto: 1/1

ASPECTOS MICROESTRUTURAIS

Número de erros: 0

Resultado:

Nota relativa à organização do texto e ao desenvolvimento do tema: 4,5

Nota relativa à correção gramatical e à propriedade da linguagem: 10

Nota: **14,5**

| *Nota média:* **Ciro Eduardo Ferreira**

nota: **13,5/15**

The article by Jan Melissen revolves around the challenges brought by the digital revolution to diplomacy. The growing digitalization of society has changed the way a diplomat deals with information, for example. Whereas the diplomatic activity calls for discretion, it also prones its agents to establish dialogue with other professionals, fostering the development of networks, which are more and more in the virtual domain. In this context of the rapid circulation of information, the most important asset a diplomat has is the quality of the information they share with their interlocutors in those platforms.

Social media are another important aspect of the current global age. They are believed to bring public officials and the public together and make them more intimate. Heads of state, such as *the* Barack Obama and Narendra Modi have been enthusiastic users of Twitter. However, it is not yet clear how the diplomats should use those applications. Twitter can be an advantageous instrument, as it provides fast and important information, enabling the diplomat to be as well connected as other intelligence agents. Besides, Twitter can also be a platform for the diplomacy professionals to interact with their colleagues.

The technological era has also changed the mindset when it comes to flaws. Whereas in the past making a mistake could seriously tarnish the diplomat's careers, nowadays miscalculations are more acceptable, especially as social media have shaped people's behaviour and attitude towards flaws. This new mentality has encouraged the diplomatic officials to be more creative in their working environment and to conceal less and less information deemed not crucial.

Therefore, the ability to adapt to the digital era is on the radar of traditional powers, such as the USA and the UK, but also of countries such as Estonia and South Korea. The digital revolution ought to encompass the diplomatic realm, which stands to gain in terms of negotiation and information production. Yet some countries seem not to be prepared to undergo the digitalization of all their productive sectors, including the public one. Nonetheless, some resource-stricken nations as Estonia have proved they can harness the technological wave and thrive.

AVALIAÇÃO

ASPECTOS MACROESTRUTURAIS

1. Capacidade de síntese e concisão

- 1.1. Apresentação das ideias principais do texto: 1,5/2
- 1.2. Apresentação das ideias na ordem que aparecem no texto: 1/1
- 1.3. Não há cópia diretamente de trechos do texto: 1/1
- 1.4. O juízo de valores não é empregado no texto: 1/1

ASPECTOS MICROESTRUTURAIS

Número de erros: 2

Resultado:

Nota relativa à organização do texto e ao desenvolvimento do tema: 4,5

Nota relativa à correção gramatical e à propriedade da linguagem: 9

Nota: **13,5**

Pior nota: Anônimo
nota: 11/15

The way diplomats deal with information has been affected by the digital revolution, according to Mr. Jan Melissen. In his opinion, even though diplomacy still works with secret data, mainly with regards to peace and security, cooperation is becoming more and more important to diplomats. This cooperation occurs increasingly in digital networks, where the rules are different from those applied to the traditional diplomatic environment. In digital networks, Mr. Melissen observes, the importance of a diplomat is more dependent on which information he is able to give than on his particular quality of governmental representative.

Mr. Melissen adds that communication has become more personal in the digital age, as people who normally did not appear, including ambassadors, now come to the front stage of social media. Nevertheless, the uses of social media are already being developed. Thus, for Mr. Melissen, diplomats must explore its possibilities as a source of relevant information, to which they would not have an access as open and fast as they have through digital means. As a consequence, the digital world can be truly helpful for diplomatic traditional goals, related to intelligence services.

In Mr. Melissen's point of view, digitalization has made diplomatic work less conservative, since diplomats are much more allowed to take initiatives now than they were in the past. Therefore, mistakes are less frowned upon and, as the author highlights, diplomatic agents are less afraid of releasing information. Nowadays, they are no longer worried about which data can be made public; indeed, their main concern refers to which information must remain secret.

Finally, Mr. Melissen remembers that digital skills have been developed not only by traditional powers, such as the US and the UK, but also by other nations, like Estonia, India, Kosovo and South Korea. In his view, all domains of diplomacy can take advantage from this new digital environment, including research, cooperation and negotiation, among others. Diplomacy, therefore, becomes more modern and experimental. However, Mr. Melissen notes that the digital revolution has not drawn the attention of governments the same way it has done with companies. Indeed, many countries have not advanced in this field already. As Estonia and Kosovo exemplify, a less developed country can creatively profit from digitalization, nevertheless; they only need to focus on this subject.

AVALIAÇÃO

ASPECTOS MACROESTRUTURAIS

1. Capacidade de síntese e concisão

- 1.1. Apresentação das ideias principais do texto: 1,5/2
- 1.2. Apresentação das ideias na ordem que aparecem no texto: 1/1
- 1.3. Não há cópia diretamente de trechos do texto: 1/1
- 1.4. O juízo de valores não é empregado no texto: 1/1

ASPECTOS MICROESTRUTURAIS

Número de erros: 7

Resultado:

Nota relativa à organização do texto e ao desenvolvimento do tema: 4,5

Nota relativa à correção gramatical e à propriedade da linguagem: 6,5

Nota: **11**

HISTÓRIA DO BRASIL

banca:

Marco Aurélio de Paula Pereira

Neuma Brilhante Rodrigues

Norma Breda dos Santos

_questão 1

Em outubro de 1934, na cidade de São Paulo, uma única marcha comandada pela Ação Integralista Brasileira (AIB) reuniu em torno de quarenta mil integralistas, que desfilaram, batendo as botas no chão, em cadência militar. A população, perplexa, se acotovelou para ver. Pálidos de emoção ou ansiedade, minuciosamente coreografados em fileiras fechadas e braços estendidos, os integralistas marcharam impecáveis: camisas verdes, braçadeiras com insígnias grafadas em negro — a letra grega sigma, de “soma”, indicando que o integralismo era a síntese totalizadora de toda sociedade (...).

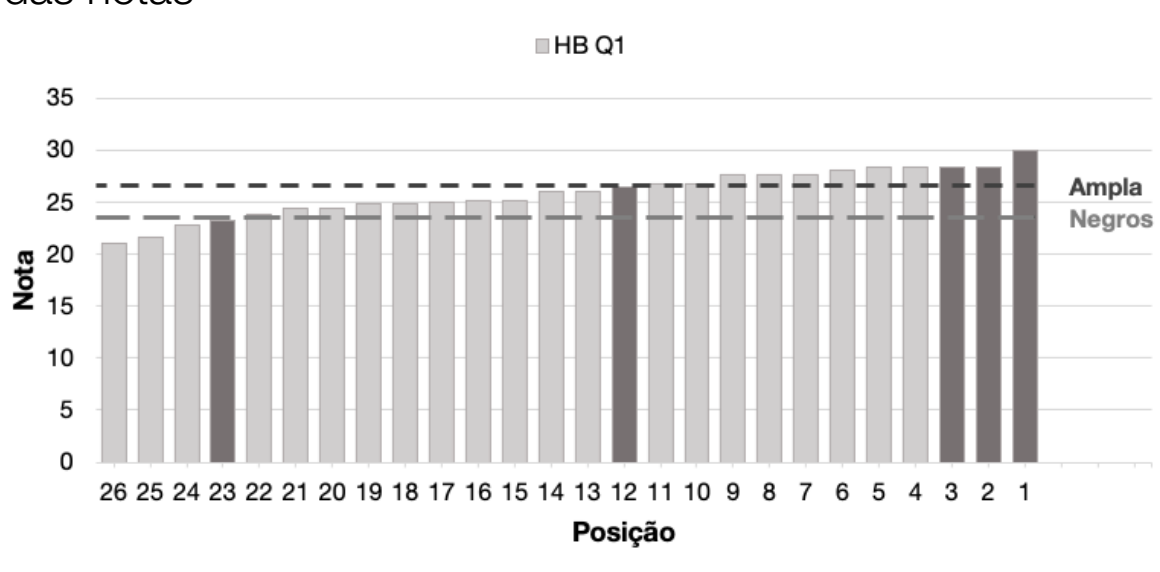
*Lilia M. Schwarcz e Heloisa Starling. **Brasil, uma biografia.** São Paulo: Companhia das Letras, 2015, p. 368 (com adaptações).*

Considerando o fragmento de texto apresentado, que indica que o movimento integralista teve muitos adeptos no Brasil dos anos 30 do século XX, redija um texto dissertativo sobre o integralismo, abordando:

- 1. características da doutrina integralista brasileira;**
- 2. contexto integralista de fundação da AIB: esfera nacional e internacional;**
- 3. aproximação entre o governo Getúlio Vargas e as lideranças integralistas e posterior afastamento do integralismo e aniquilação do movimento.**

*Extensão máxima: 90 linhas
[valor: 30,00 pontos]*

Distribuição das notas



Padrão de resposta da questão 1

1. Doutrina nacionalista que identificava como seus inimigos o liberalismo, o socialismo, o capitalismo financeiro internacional. Doutrina totalitária, que não admitia a existência da pluralidade dos partidos políticos e tinha uma visão verticalizada da sociedade. Os integralistas fundamentavam seu movimento em temas conservadores, como a família, a tradição do país e a Igreja Católica.

2. No plano interno brasileiro: a AIB foi fundada em 1932, em contexto em que a cultura política autoritária ganhara forças no país. A Revolução Constitucionalista fora derrotada (1932). O Estado forte era considerado necessário para a promoção do desenvolvimento.

No plano internacional, há um amplo descrédito com relação à democracia e ao liberalismo: crash da bolsa de Nova Iorque em 1929 e as profundas dificuldades econômicas nos Estados Unidos; ascensão do fascismo italiano a partir dos anos 20 do século passado e do nacional-socialismo na Alemanha nos anos 30 do século passado.

3. O movimento integralista apoiou Getúlio Vargas e dele tinha promessas de participação no governo, que não se concretizaram. Em 1938, o levante integralista foi duramente reprimido pelas forças governamentais. Seu líder, Plínio Salgado, parte para o exílio.

Diógenes Novais da Cruz

nota: **30/30**

O surgimento do movimento integralista no Brasil baseou-se em processos político-econômicos domésticos e internacionais. De natureza autoritária, aproveitou-se da insatisfação popular, sobretudo nas camadas médias urbanas, com as tradicionais oligarquias rurais e as estruturas fraudulentas da Primeira República. A ascensão de Vargas, em 1930, permitiu a consolidação da Ação Integralista Brasileira e a aproximação entre o governo central e membros integralistas. Internacionalmente, havia um claro arrefecimento da influência das democracias liberais, especialmente após a crise de 1929. O movimento brasileiro, contudo, não se equívaleu aos movimentos nazifascistas europeus. Em comum, o discurso autoritário e a lógica militarista. É pertinente, portanto, analisar as características da doutrina integralista brasileira, o contexto de sua fundação e a aproximação e ruptura com o governo Vargas.

“Deus, pátria e família”. Esse era o lema da AIB. Assim, como o nazismo alemão e o fascismo italiano, buscou legitimação política invocando temas religiosos e buscando apoio da Igreja. Outra semelhança estava na exaltação da pátria, considerada o elo de união de toda a sociedade. Dessa forma, rejeitaram a luta de classes, visto que ela constituiria uma ameaça à unidade nacional (daí o uso da letra grega sigma, de “soma”). O integralismo brasileiro, todavia, não foi uma transposição acrítica do nazifascismo europeu para os trópicos. A AIB rejeitava o antisemitismo, conquanto parte de seus membros tivessem apoiado a movimentos europeus. Paralelamente, valorizavam o caráter mestiço do povo brasileiro. Além disso, aqui não havia ideal expansionista. O corpo da pátria era tido como consolidado, o que também a diferenciava dos movimentos europeus. Por fim, a lógica militarista, com o uso de uniformes, por exemplo, decorre da força e articulação crescente das forças armadas na política nacional. Todas essas características devem, enfim, ser contextualizadas no tempo e no espaço.

A AIB foi fundada no início da década de 1930, e seu principal líder foi Plínio Salgado. No Brasil, o surgimento do integralismo enquadra-se em um contexto de crescimento das camadas médias urbanas e de frustração com um modelo político criado por e para as oligarquias rurais. Nesse sentido, parte dos princípios da AIB foram consolidados por diferentes grupos ainda na década de 1920. Em 1922, no contexto da eleição de Artur Bernardes e do centenário da independência, os tenentes e os modernistas inauguraram uma onda de críticas organizadas contra o modelo oligárquico. No caso dos 18 do forte, militares retomavam o salvacionismo de Hermes e visavam à criação de um regime sem corrupção e centralizado. Os modernistas, por sua vez, criticavam a estética artística oficial e buscavam uma nova identidade nacional. Plínio Salgado esteve entre os modernistas. O Verde-Amarelismo e a Escola da Anta foram precursores ideológicos da AIB.

A ascensão de Vargas, em 1930, representou a vitória do modelo centralizador tenentista, conquanto possibilitada pela ação do alto oficialato militar e das oligarquias dissidentes. A crise de 1929 enterrou as últimas utopias liberais, levando à reformulação do papel do Estado na economia. Na Itália, o fascismo já havia logrado tomar o poder em 1922. Em 1933, Hitler foi escolhido como primeiro-ministro alemão. Nos EUA, embora não tenha ocorrido um governo autoritário nos moldes fascistas, Franklin D. Roosevelt retomava o crescimento econômico com o seu “New Deal” de caráter estatizante e intervencionista. Finalmente, na Argentina, se inaugurava a “década infame”, com militares como Uriburu e Augustín Justo no poder.

No Brasil, os primeiros grandes movimentos de massa surgiram na década de 1930. A AIB, de inspiração fascista, e a ANL (Aliança Nacional Libertadora), de viés socialista, ganhavam força entre as camadas médias urbanas. Representavam, em última instância, o deslocamento da influência política da zona rural para os grandes centros urbanos. Vargas, reconhecendo esse fenômeno, consolidou seu projeto de poder com o apoio dessas massas. Sua ênfase na importância da indústria e na valorização do proletariado (no que Ângela de Castro Gomes chamou de “a invenção do trabalhismo”) demonstram essa dinâmica. A AIB, portanto, foi uma das bases de sustentação de Vargas até 1937.

Já no início do governo provisório, Getúlio Vargas demonstrava seus anseios por um regime centralizado ao redor de sua pessoa. Em 1931, aprovou o Código das Interventorias e extinguiu a Delegacia do Norte, então comandada por Juarez Távora. Ambas as medidas visavam a mitigar a influência dos tenentes sobre seu governo. Com a AIB, não seria diferente. Vargas utilizou o movimento integralista para validar o golpe do Estado Novo, mas abandonou-o logo em seguida. Em 1935, foi aprovada a lei de Segurança Nacional. Em seguida, houve uma tentativa de golpe por parte de integrantes da ANL, então liderada por Luís Carlos Prestes. A Intentona Comunista, como ficou conhecida, permitiu que Vargas fortalecesse a repressão contra os comunistas e estreitasse relações com a AIB. Vale ressaltar que, de acordo com a Constituição de 1934, mandato de Vargas terminaria em 1938. Conquanto Getúlio apoiasse informalmente José Américo para sucessão, Plínio Salgado aproveitou-se desse momento conturbado para ganhar capital político a nível nacional.

Em 1937, a sombra do comunismo foi mais uma vez utilizada por Vargas para centralizar o poder em suas mãos. Havia vazado o “Plano Cohen”, suposto esquema comunista para a tomada do poder à força. O plano, forjado pelo militar Olímpio Mourão Filho, nada mais era que uma simulação, portanto fictícia, de um possível golpe comunista no Brasil. Vargas, apoiado pelos integralistas, soube utilizar a repercussão do caso, crido como verdadeiro pela opinião pública, para decretar o estado de sítio e efetivar o golpe do Estado Novo. Plínio Salgado aprovou a ação, visto que almejava o posto de ministro da educação no novo regime. Não esperava, contudo, que Vargas atacaria todas as bases partidárias, inclusive a AIB.

O Estado Novo inaugurou um período de governo autoritário, repressivo e personalista no Brasil. Vargas tornava-se um ditador. Com o objetivo de fomentar o patriotismo e impedir desavenças políticas,

proscreeu todos os partidos políticos até então existentes. Além disso, efetivou a queima das bandeiras estaduais representando a força do governo central e a unidade nacional. A AIB também foi proibida, o que levou ao rompimento do movimento com o governo. Crescentemente aliados do jogo político, um grupo de integralistas tentou dar um golpe contra Vargas, por meio de um atentado contra o palácio do Catete. O Putsch integralista de 1938, fracassado, foi a última ação coordenada oficial do movimento integralista no Brasil, antes de seu aniquilamento definitivo. A influência de suas ideias, porém, persiste até os nossos dias.

O integralismo brasileiro correspondeu a uma tentativa de formalização do ideal salvacionista por meio da ação política organizada. Correspondeu, a seu modo, a uma visão de movimentos autoritários que se difundiam por todo o mundo. A decadência da democracia liberal e a expansão das camadas urbanas, no Brasil, levou ao fim do modelo oligárquico e rural. Vargas soube como ninguém se aproveitar dessa dinâmica, utilizando taticamente o apoio da AIB para a consecução de seu projeto centralizador. Os ideais integralistas e sua lógica militarista, todavia, não foram extintos. A fragilidade da democracia e o fortalecimento das forças armadas nacionais ainda são dinâmicas presentes na vida brasileira contemporânea.

AVALIAÇÃO

1. Apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado): 1,5/1,5
2. Desenvolvimento do tema
 - 2.1. As características da doutrina integralista brasileira: 6,5/6,5
 - 2.2.1. Integralismo: contexto nacional: 6,5/6,5
 - 2.2.2. Integralismo: contexto internacional: 6,5/6,5
 - 2.3. Aproximação das lideranças integralistas com o governo de Getúlio Vargas: 4,5/4,5
 - 2.4. Afastamento do Integralismo com relação ao governo e aniquilação do movimento: 4,5/4,5

Resultado

Nota: 30,00

Angelo Paulo Sales dos Santos

nota: **28,38/30**

A doutrina integralista teve papel de grande relevo no cenário político brasileiro da década de 1930. Surgida em um contexto de crise do liberalismo e avanço de uma visão corporativista da sociedade, o integralismo almejou participar diretamente na construção de um Estado corporativista no Brasil, aproximando-se do governo de Getúlio Vargas. Os projetos de Vargas, contudo, não incluíam a participação de um partido político na condução do poder, circunstância que levou ao seu rompimento com as lideranças integralistas e à posterior aniquilação do movimento.

A doutrina integralista definia-se pela rejeição das instituições liberais, como a pluralidade partidária e o regime democrático-representativo. Com forte inspiração no fascismo italiano, o integralismo brasileiro associava o liberalismo ao contexto de crise social, política e econômica que havia marcado os últimos anos da Primeira República. Por isso, o pensamento integralista defendia a adoção de um Estado forte, baseado em um partido único, à semelhança do modelo adotado na Itália desde a década de 1920.

O integralismo também sustentava uma percepção corporativista da sociedade, a qual era compreendida de forma orgânica. Segundo essa concepção, o que realmente importava, o corpo social, eram as classes, e não os indivíduos. Nesse sentido, o papel do Estado corporativista seria o de media e organizar os diversos interesses de classes, colocando-os a serviço do bem comum nacional. Essa visão de uma sociedade corporativista era bem simbolizada pela insígnia escolhida pelo movimento, a letra grega sigma, que demonstrava que a doutrina integralista pretendia sintetizar os vários grupos de interesses existentes.

A doutrina integralista definia-se, outrossim, por seu intenso nacionalismo e militarismo. Com efeito, o integralismo pretendia criar e valorizar elementos de uma verdadeira identidade nacional; não é sem razão que a palavra indígena “anauê” foi escolhida como a saudação entre seus membros. Além disso, os integralistas valorizavam a disciplina e a simbologia militar, que se evidenciavam em seus fardamentos e nas marchas promovidas pelo movimento, nas grandes cidades brasileiras.

A Ação Integralista Brasileira (AIB), braço político-institucional do movimento integralista, surgiu em 1932, em um contexto de profunda crise do liberalismo e de crescimento de percepções totalitárias e corporativistas, nos planos nacional e internacional. No Brasil, o governo provisório instaurado após a Revolução de 1930 colocava em xeque o modelo de República liberal até então adotado, colocando em relevo uma nova visão social, estruturada sobre classes sociais e não sobre indivíduos. Esse cenário, em

que direitos individuais de matriz liberal eram preteridos por direitos sociais, era fortemente influenciado pela emergência de um pensamento autoritário brasileiro, originado em autores como Alberto Torres e em instituições como o Centro Dom Vital, de tradição católica. Assim, o pensamento esposado por lideranças integralistas como Plínio Salgado e Miguel Real – esse também um dos principais escritores do pensamento totalitário – refletia o avanço do corporativismo totalitário na vida política do país.

O surgimento da AIB ocorreu, ademais, em um momento em que as instituições liberais estavam em uma crise profunda em todo o mundo. De fato, no plano econômico, o liberalismo não fora capaz de evitar a crise sistêmica de 1929, que pulverizou as economias das grandes potências e teve reflexos nefastos em todo o mundo, inclusive no Brasil. Paralelamente, novos modelos de organização social vinham ganhando força desde a década de 1920, baseados em uma visão totalitária do Estado e em uma percepção corporativista da sociedade. Assim, de um lado, o totalitarismo ia se estruturando na URSS, inspirando forças políticas à esquerda, em todo o mundo. De outro lado, porém, o fascismo italiano apresentava-se como um modelo bem-sucedido de Estado corporativista para os pensadores conservadores, sendo secundado, naquele momento, pela emergência do movimento nazista na Alemanha.

A visão totalitária e corporativista era compartilhada pela doutrina integralista e por Getúlio Vargas, o que levou as lideranças do movimento a se aproximarem do presidente brasileiro. Essa aproximação reforçou-se com a criação da Aliança Nacional Libertadora (ANL), em 1935, movimento que reunia forças democráticas sob a liderança do comunista Luís Carlos Prestes. No contexto de repressão ao comunismo e às forças oposicionistas em geral, Plínio Salgado surge como possível candidato à sucessão de Vargas, em 1938. Com o golpe do Estado Novo, em novembro de 1937, os integralistas alimentam a esperança de participar ativamente no governo ditatorial, com Salgado almejando o ministério da educação. Todavia, ao contrário fascismo na Itália, Vargas não pretendia sustentar-se em qualquer partido. Por isso, não só não nomeia Plínio Salgado ministro, como edita decreto, em 1938, convertendo os partidos políticos, inclusive a AIB, em meras associações culturais. Desse modo, os integralistas percebem que não fazem parte do projeto de poder varguista e, por isso, recorrem ao fracassado putsch contra o palácio presidencial, no final de 1938. Com o fracasso de sua tentativa de golpe, os líderes integralistas são exilados e o movimento se dissolve, perdendo relevância no contexto político do Estado Novo.

O surgimento da doutrina integralista e da Ação Integralista Brasileira foi, portanto, um reflexo de um contexto marcado pela crise do liberalismo e pelo aparecimento de modelos corporativistas e totalitários de Estado, tanto no Brasil quanto no exterior. Tendo se aproximado do poder, em meados da década de 1930, o movimento foi dele alijado pela prevalência do projeto pessoal de Getúlio Vargas. Nesse projeto, as relações entre Estado e sociedade não seriam intermediadas por um partido de massas, incompatibilizando-se, assim, com as pretensões dos líderes integralistas.

AVALIAÇÃO

1. Apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado): 1,5/1,5
2. Desenvolvimento do tema
 - 2.1. As características da doutrina integralista brasileira: 4,88/6,5
 - 2.2.1. Integralismo: contexto nacional: 6,5/6,5
 - 2.2.2. Integralismo: contexto internacional: 6,5/6,5
 - 2.3. Aproximação das lideranças integralistas com o governo de Getúlio Vargas: 4,5/4,5
 - 2.4. Afastamento do Integralismo com relação ao governo e aniquilação do movimento: 4,5/4,5

Resultado

Nota provisória: **28,38**

Nota final: **28,38**

Anna Paula Ribeiro Araujo Mamede

nota: **28,38/30**

A criação da Ação Integralista Brasileira (AIB), nos anos 1930, enquadra-se em um contexto nacional e mundial de fortalecimento do Estado na economia e de prestígio de soluções autoritárias, como o Fascismo italiano e o Nazismo alemão. No Brasil, a AIB chegou a ser o maior partido do período - como demonstra a mobilização da sociedade, descrita por Lilia Schwarz - e, sob as bandeiras “Deus, pátria, família”, representava uma opção nacionalista e centralizadora do Estado para resolver os problemas do país. Durante o governo Vargas, a AIB passaria de apoio ao então governo provisório à ilegalidade, em 1938, após a tentativa frustrada de um “Putsch” integralista, que resultou na proibição do partido.

Ao longo dos anos 1920, fortaleciam-se posições e alternativas nacionalistas e autoritárias para os problemas do Brasil. Durante a Semana de Arte Moderna de 1922, Plínio Salgado seria um dos participantes que defenderiam uma arte brasileira fundamentalmente nacional, que se fechasse à influência externa e desenvolvesse um movimento novo e original. Influenciado pelos trabalhos de Alberto Torres, Plínio Salgado seria um dos fundadores da AIB no Brasil, em 1932, cujas principais características se refletiam na defesa de um Estado forte e centralizado em um partido único, altamente nacionalista e totalitário, que controlasse todas as esferas (política, econômica, social) da vida do país. Sob o símbolo da letra sigma de Soma e do lema Anauê, a AIB inspirava-se no Fascismo italiano (que chegara ao poder em 1922) e chegou a contar com financiamento do Partido Fascista italiano. Nesse contexto, a AIB defendia que somente a ação estatal poderia modernizar e desenvolver o país, em um movimento de cima para baixo.

Na esfera nacional, a AIB encontraria amplo respaldo da sociedade e, em um primeiro momento, também do governo Vargas. Com efeito, a Revolução de 30, embora não se tenha traduzido em uma verdadeira revolução burguesa, marcou o início da Era Vargas (1930-1945) e instituiu um “Estado de Compromisso”, em que não era clara a hegemonia de um ou outro grupo político (como ocorria com a burguesia cafeeira, na 1ª República), mas afirmava a emergência de novos setores sociais, que contaria com a presença da burguesia, dos setores militares, de apoio dos tenentes (que haviam participado do movimento tenentista, mas não de maneira integral) e de burocracias civis. Ao tomar o poder, Vargas tomaria medidas crescentemente centralizadoras e interventoras do Estado na economia, o que agradava aos integralistas. Ainda durante o Governo Provisório (1930-34), Vargas teria que lidar com a crise econômica herdada do governo Washington Luís, agravada pela crise de 1929, o que o levou a implementar medidas como a compra e a destruição de sacas de café, para controlar a oferta do produto no mercado mundial e sustentar os preços; a criação do Instituto Nacional do Café e a implementação de medidas de ampliação do crédito, que permitem caracterizá-lo como um “keynesianismo avant la lettre”. Isso permitiu que o país

se recuperasse mais rapidamente dos efeitos da crise e contribuiu para fortalecer a bandeira da AIB junto à sociedade, que se transformava de uma economia agrário-exportadora para urbano-industrial. Outras medidas centralizadoras foram a revogação da Constituição de 1891 (o governo passava a governar por decretos-lei) e a criação do Código dos Interventores, com Juarez Távora à frente, que permitia a intervenção nos estados dissidentes.

Na esfera internacional, no mundo todo, fortaleciam-se governos altamente interventores na sociedade. O fascismo italiano já inspirava paixões em todo o mundo, mas a emergência de Roosevelt, nos EUA, em 1933, e a eleição do Partido Nazista, na Alemanha, no mesmo ano, e o sucesso de suas políticas interventoras, contribuíram para legitimar o Estado como promotor do desenvolvimento. Em um ambiente econômico altamente desafiador, criado pela crise de 1929, perdia-se a confiança em regimes liberais, e o liberalismo econômico passa a ser altamente questionado. Nesse contexto, práticas protecionistas e nacionalistas ganham força e, no caso dos regimes nazifascistas, sua organização militar e eficiência para debelar a crise econômica, sobretudo no caso alemão, geraram grande admiração de diversos países. Em reação, as frentes antifascistas começam a se organizar, inclusive no Brasil, onde a Aliança Nacional Libertadora contrapor-se-ia à AIB.

Em um primeiro momento, a AIB aproximou-se de Vargas, e muitos de seus adeptos elogiavam as ações do então presidente. Com efeito, o nacionalismo exacerbado no mundo todo e a busca de soluções autoritárias encontrava grande respaldo da população, o que, no Brasil, se traduziu no amplo apoio da população à AIB, que chegou a ter diversos adeptos. Durante o Governo Provisório, a AIB pressionava o governo para tornar-se a representante do país, em um regime de partido único, conforme defendia sua doutrina. Após o breve governo provisório, que acabaria por ficar grande parte em estado de sítio, após a tentativa frustrada de Prestes de um golpe, o início do Estado Novo frustra os integralistas, na medida em que Vargas recusava qualquer intermediário entre o governo e o povo. A Constituição de 1937, inspirada na Polaca, seria a mais centralizadora da história do país e não abriria espaço para as intenções da AIB. Instituiu-se um Estado unitário, com voto feminino e uma bancada classicista, que deveria representar as aspirações do povo, mas suprimiam-se direitos civis.

Insatisfeita, a AIB passaria a pressionar o governo para sua derrocada. Em 1938, a AIB tenta dar um golpe de Estado - o Putsch integralista - mas não tem sucesso. A reação de Vargas é baixar um decreto que proibia todas as agremiações políticas a partir de então. Em um contexto de acirramento das posições políticas no mundo todo, Vargas buscava tirar proveito das divergências internacionais para promover o desenvolvimento do Brasil, por meio da "equidistância pragmática", segundo conceito de Gerson Moura. Assim, a AIB, que gerava simpatia do Exército ligado aos germanófilos, se contrapunha a setores mais americanistas. Como Vargas buscava obter o máximo de benefício de ambos os países, adotou política de afastamento e de autonomia frente aos constrangimentos externos.

O apoio que a AIB angaria na sociedade brasileira era condizente com um contexto interno e externo de grande legitimidade de ações nacionalistas, de intervenção do Estado na economia e de apreço pela organização e eficiência dos regimes totalitários. A defesa de um Estado forte e centralizado em um partido único, que promovesse o desenvolvimento de cima para baixo, sob os lemas de Deus, pátria e família, fazia os integralistas acreditarem que o Governo Vargas possibilitaria sua chegada ao poder, mas o presidente tinha objetivos mais amplos e estratégicos para o país. Após a proibição da AIB e a obtenção de benefícios tanto da Alemanha quanto dos EUA, o Brasil alinhar-se-ia definitivamente aos EUA, em 1942, não sem antes assegurar o reaparelhamento das forças armadas, a criação de Volta Redonda e outros benefícios.

AVALIAÇÃO

1. Apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado): 1,5/1,5

2. Desenvolvimento do tema

2.1. As características da doutrina integralista brasileira: 6,5/6,5

2.2.1. Integralismo: contexto nacional: 6,5/6,5

2.2.2. Integralismo: contexto internacional: 4,88/6,5

2.3. Aproximação das lideranças integralistas com o governo de Getúlio Vargas: 4,5/4,5

2.4. Afastamento do Integralismo com relação ao governo e aniquilação do movimento: 4,5/4,5

Resultado

Nota: **28,38**

Nota média: Bernardo Andrade Vaz de Faria Pereira
nota: **26,51/30**

A doutrina integralista brasileira teve sua defesa concretizada na Ação Integralista Brasileira, formada no início da década de 1930 e funcionando até 1938 como partido político. Sua doutrina tinha como base o integrismo católico; a doutrina social da igreja, consubstanciada nas bulas *Rerum Novarum* e *Quadragesimo Anno*; no nacionalismo ufanista, que teve como contraparte cultural o Manifesto da Anta e o Grupo Verde e Amarelo (na literatura); e na influência da extrema-direita católica de inspiração francesa. A atração destes fundamentos seduzia sobretudo funcionários públicos de grandes centros urbanos – maioria de sua base – classes médias urbanas, mas também trabalhadores e operários tocados pelo discurso de defesa e engrandecimento da pátria, além, claro dos próprios tenentes atraídos para o movimento.

A doutrina integralista preocupava-se, ainda, com a defesa da unidade nacional, com a refundação das bases da república (republicanização da República), por meio de um Estado forte e de um moralismo tanto político (contra a corrupção e as fraudes eleitorais), quanto social (forte defesa de valores católicos, defesa da família e da pátria como fundamentos, e assim por diante). Outrossim, tal doutrina se inspirava nos movimentos autoritários da Europa, como o nazismo e o fascismo, emulando a criação de novos símbolos (o sigma em vez da suástica), a uniformização e os cumprimentos e ritos parecidos com a organização militar (como o grito de Anauê). Embora a unidade orgânica da sociedade não deveria se dar nem nos moldes corporativistas do fascismo, nem do totalitarismo nazista, a relação sem mediações entre Estado e sociedade ora esperada, além de um semelhante anticomunismo.

Cabe ainda acrescentar sobre a doutrina integralista brasileira que ela constituía em sua organização na AIB, já um partido político pré-estatal, contando com instâncias decisórias que se complementavam como em um simulacro de separação de poderes, como a Corte do Sigma e o Conselho de Ministros. Por fim, menciona-se a existência de uma ala nazista dentro da doutrina integralista, capitaneada por Gustavo Barroso e de caráter antissemita, embora tal ala nunca tenha logrado se impor como tendência dominante.

A fundação da AIB se dá após a Revolução de 1930, cuja consolidação implicou a queda das oligarquias tradicionais e a ascensão da ideia de modernização do país. Pensadores, como Oliveira Vianna, já apontava para o surgimento de novas ideias e tendências para realizar-se tal modernização, como a criação da Escola Normal, a reforma Campos no campo educacional (1931), o pensamento católico consubstanciado no Centro Dom Vital e nos escritos de Alceu Amoroso Lima e mesmo na internalização da doutrina corporativista de Manóiescu, traduzida para o português. A Lei de Sindicalização de 1931 adotava o corporativismo, por exemplo, ao instituir a unicidade sindical e o imposto sindical, tendência

revertida pela CF/34. Enquanto os decretos de Vargas e do chamado Ministério da Revolução (MTIC) centralizavam o poder, retirando, por exemplo, o direito dos estados de possuir artilharia ou forças armadas superiores que os da União e retirava sua competência para realizar operações financeiras internacionais, e intervinham na economia com a criação do CNC, DNC e Instituto Nacional do Café, do Açúcar e do Alcool, entre outras; enquanto, enfim, essa centralização ocorria, a oligarquia paulista reagiria com a Revolta Constitucionalista de 1932 que, embora derrotada, forçaria a convocação de uma Assembleia Constituinte e a nova Constituição. No contexto nacional, portanto, a AIB surge no movimento modernizador da República, de influência corporativista notável, porém com grande aval de tenentes que fundariam, inclusive, o Clube 3 de Outubro para concretizar sua influência sobre Vargas, o que desagradava o Alto Oficialato que, de fato, concretizara a Revolução. Por fim, havia ainda o fortalecimento do tenentismo de esquerda, que, junto a outros grupos, fundaria o Comitê Jurídico-Popular de Investigação (32) e a ANL (34), mesmo ano da fundação da AIB (34-38).

Na esfera internacional, por sua vez, vivia-se a crise das democracias liberais e do próprio liberalismo, consubstanciada na crise de 1929. Na Europa, a ascensão do fascismo italiano e a ascensão do nazismo alemão seduziam como modelos de integrismo social, de reabilitação do nacionalismo e orgulho nacional, apresentando-se como alternativa aos liberalismos imprevidentes e democracias estéreis ocidentais. Por outro lado, a alternativa socialista consolidava-se na União Soviética, que ganhava força e influência sob o comando de Stalin. Dessa forma, o entre-guerras em que surge a AIB é um momento de embate entre modelos democráticos e totalitários, entre modelos individualistas e corporativos ou comunistas, e de início da tentativa de influência norte-americana por um viés cultural, com o lançamento da Política da Boa Vizinhança.

Já a relação de Vargas com os integralista foi dúbia. Assim como Vargas tolerara o Clube de 03 Outubro que sucedia a Liga Revolucionária, porém fez que Gois Monteiro e Távora trabalhassem para sua dissolução, Vargas se aproxima, de início, das lideranças integralistas e depois se afasta, tanto dos integralistas como de tenentes. Embora tivesse angariado apoio de Plínio Salgado, por exemplo, Vargas não apoia a candidatura de Miguel Reale para a Assembleia Constituinte, que malogra. Nas eleições previstas para 1938, Plínio Salgado seria candidato, porém o candidato governista era José Américo. Já em 1935, entra-se em estado de exceção, o que é apoiado pelos integralistas, assim como a Lei de Segurança Nacional, seu Tribunal e a repressão à ANL. Com a instauração do Estado Novo em 37, Plínio apoia Vargas, esperando ser seu ministro, porém Vargas não só não o nomeia, como em 1938 emite decreto transformando todo partido político em associação cultural. Os integralistas organizam, então, um putsch no Catete, que não só não é bem sucedido, como desencadeia a perseguição e desmantelamento da AIB. (90 linhas)

AVALIAÇÃO

1. Apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado): 0,75/1,5
2. Desenvolvimento do tema
 - 2.1. As características da doutrina integralista brasileira: 6,5/6,5
 - 2.2.1. Integralismo: contexto nacional: 4,88/6,5
 - 2.2.2. Integralismo: contexto internacional: 6,5/6,5
 - 2.3. Aproximação das lideranças integralistas com o governo de Getúlio Vargas: 3,38/4,5
 - 2.4. Afastamento do Integralismo com relação ao governo e aniquilação do movimento: 4,5/4,5

Resultado

Nota: 26,51

Pior nota: Anônimo

nota: **23,27/30**

O início do século XX é marcado por desafios à ordem liberal à esquerda e à direita. À esquerda, a Revolução Russa colocou-se como uma alternativa ao individualismo liberal pela organização por classes. À direita, os fascismos ganharam força após a Primeira Guerra Mundial, mas especialmente após a Crise de 1929. Nesse contexto, a Ação Integralista Brasileira surge como um movimento que se inspira em seus congêneres europeus, mas, simultaneamente, imprime características próprias.

A doutrina integralista brasileira assemelhava-se aos fascismos europeus na medida em que negava o individualismo liberal e a luta de classes socialista, em seu lugar propunha a mobilização total da sociedade em prol do interesse nacional. Mais próximo do fascismo italiano do que do nazismo alemão, o integralismo brasileiro era marcadamente não racista, afinal uma divisão interna dentro da “nação brasileira” derrotava o próprio propósito de uma mobilização unificada. Nesse sentido, foram adotados os paradigmas modernistas, em particular do Nhangaçu Verde-Amarelo, do qual o líder integralista Plínio Salgado participara como poeta ao longo dos desenvolvimentos pós-Semana de Arte Moderna de 1922. Paradoxalmente, entretanto, ao rejeitar influências externas, acabava por filiar-se à corrente nacionalista fascista que crescia na Europa. Tal qual o ramo modernista que o inspirou, os integralistas valorizavam uma ancestralidade indígena construída, sendo talvez o principal exemplo a saudação “Anauê” em Tupi.

Dentro do movimento integralista, no entanto, haviam diferentes correntes, algumas das quais antissemitas, mas prevaleceu o projeto mais abrangente de Salgado. A mobilização se deu em torno da identificação com o militarismo, evidente nos uniformes e organização hierarquizada. Valorizava-se também a família e valores tradicionais, que na prática se manifestavam em um projeto de modernização conservadora. Progressivamente o corporativismo é incorporado como valor, o que aproximava os integralistas do projeto varguista: um Estado forte seria o mediador das tensões sociais que se desenvolviam entre patrões e empregados. Finalmente, assim como os fascismos europeus, os integralistas formaram milícias armadas que deram vazão, na prática, ao principal fator que os aproximava dos europeus e de Vargas: o anticomunismo.

A AIB surge em um contexto de crescente modernização e urbanização brasileiras. Comparativamente tardios em relação à Europa, esses movimentos traziam um paralelo da “questão social” do final do século XIX europeu. O integralismo propunha-se a organizar a sociedade brasileira em transformação, substituindo o patriarcalismo e o clientelismo rurais por uma organização supostamente racional. O nacionalismo pregado, no entanto, era irracional na medida em que apelava a uma identificação comunitária emocional, reforçada pela identificação com o próprio partido que pretendiam que se tornasse o único.

A AIB buscou apoio externo assim como foi procurada por potências externas. Os dois principais fascismos europeus desenvolviam, ao menos até o Estado Novo, diplomacias oficiais bem como paradiplomacias dos partidos governantes. Os nazistas percebiam o integralismo como uma alternativa às suas próprias iniciativas de fomento às organizações nazistas brasileiras, especialmente no sul do Brasil, e negaram apoio direto à AIB. Os fascistas italianos, por outro lado, apoiaram ativamente a AIB, inclusive com recursos financeiros extraoficiais. À medida que Vargas consolidava seu projeto centralizador, no entanto, e Plínio Salgado passava a uma posição secundária no cenário político nacional, esse apoio enfraquece-se, o que não impediu alguns atritos diplomáticos diante da intentona integralista e outras ações da AIB que iam contra o governo.

A AIB surgiu inicialmente como uma associação de cunho sociocultural e torna-se um partido com a mobilização eleitoral desencadeada para a constituinte de 1933, mas principalmente tendo em vista as eleições presidenciais de 1937. Naquele contexto, a AIB polarizava o espectro político com a Aliança Nacional Libertadora, que congregava políticos de diferentes matizes do centro à esquerda do espectro político. O discurso da AIB, no entanto, ligava a ANL a uma ameaça comunista, o que foi reforçado diante da frase “todo poder à ANL” incluída em discurso de Luís Carlos Prestes lido por Carlos Lacerda. Sem dúvida havia comunistas que diante da ilegalização de suas organizações aderiram à ANL, mas não representavam a maioria aliancista. Sem embargo, pouco depois do discurso, em 1935, a ANL foi ilegalizada e os comunistas promoveram uma tentativa de golpe contra Vargas, que falhou pela desorganização e não adesão popular - a Intentona Comunista.

Durante os governos provisório e constitucional (1930-1934 e 1934-1937), os integralistas aproximaram-se cada vez mais de Vargas. Plínio Salgado esperava ser nomeado Ministro da Educação, o que nunca aconteceu, permanecendo Gustavo Capanema, próximo à Igreja Católica, à frente da pasta. Os integralistas enfrentavam dissensos internos diante do papel secundário que ocupavam, mas apoiaram Vargas e mantiveram o apoio durante o Golpe do Estado Novo, que, pela justificativa do Plano Cohen, mostrava-se anticomunista. Sem embargo, nas movimentações para a eleição de 1937, os integralistas apresentaram candidatura própria, oposicionista, na figura de Plínio Salgado.

Embora o Estado Novo representasse o ideal integralista de um Estado forte, mediador das relações sociais, a AIB continuava alijada das principais esferas de poder. O afastamento definitivo ocorreu com a ilegalização de todos os partidos por meio de decreto de Vargas. Diante do que foi percebido pelos integralistas como uma traição, a AIB promoveu uma tentativa de assassinato a Vargas dentro do Palácio do Catete. Após troca de tiros os conspiradores foram mortos, dentre eles um irmão de Osvaldo Aranha, o que gerou algum mal estar na imprensa, embora Vargas tenha mantido seu apoio ao chanceler. Plínio Salgado partiu para o exílio, assim como algumas outras lideranças, o que pôs fim à AIB. (76 linhas)

AVALIAÇÃO

1. Apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado): 0,75/1,5
2. Desenvolvimento do tema
 - 2.1. As características da doutrina integralista brasileira: 4,88/6,5
 - 2.2.1. Integralismo: contexto nacional: 4,88/6,5
 - 2.2.2. Integralismo: contexto internacional: 4,88/6,5
 - 2.3. Aproximação das lideranças integralistas com o governo de Getúlio Vargas: 4,5/4,5
 - 2.4. Afastamento do Integralismo com relação ao governo e aniquilação do movimento: 3,38/4,5

Resultado

Nota: 23,27

COMENTÁRIO

O candidato não apresentou recursos para essa questão.

HISTÓRIA DO BRASIL

banca:

Marco Aurélio de Paula Pereira

Neuma Brilhante Rodrigues

Norma Breda dos Santos

_questão 2

Por que não têm aparecido as vantagens que tínhamos direito de esperar desta guerra tão desigual entre o grande império do Brasil e a pequena república de Buenos Aires? Por falta de patriotismo? Não, torno a dizer e direi sempre. Logo pelo que é? Pela má direção que o governo lhe tem dado, por suas faltas e omissões, e mui principalmente, pela desgraçada escolha que o governo tem feito de chefes e outros diversos empregados.

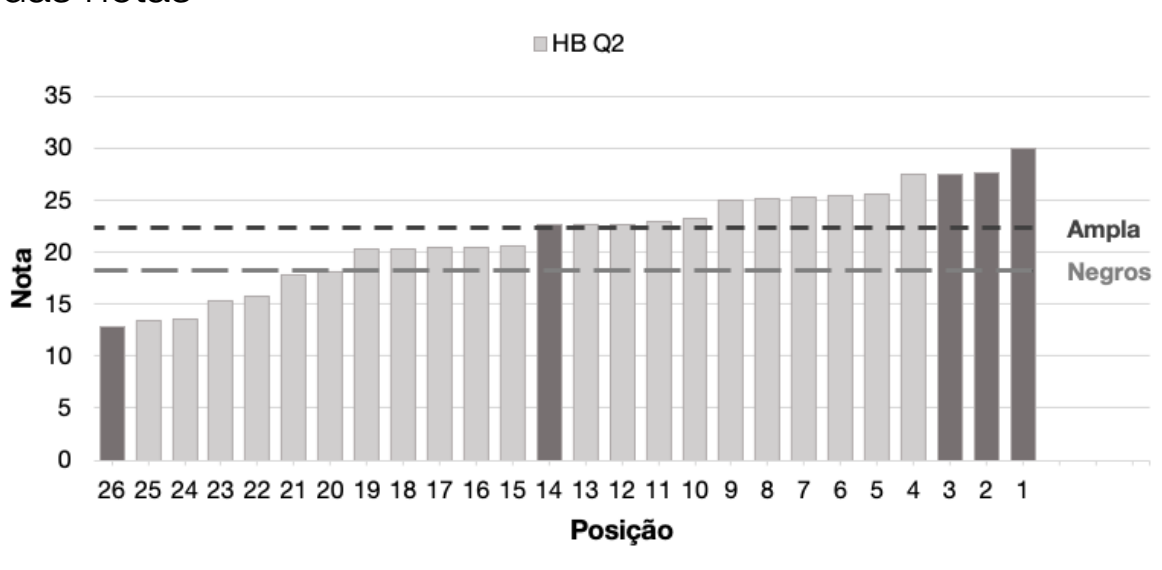
Deputado Lino Coutinho. Discurso proferido em 18/5/1827. In: Annaes do Parlamento Brasileiro. Câmara dos Srs. Deputados, Segundo Anno da Primeira Legislatura, sessão de 1827, Tomo Primeiro, Tipographia de Hypolito José Pinto e Cia., Rio de Janeiro, 1872, p. 121 (com adaptações).

Considerando que o texto apresentado tem caráter unicamente motivador, redija um texto dissertativo sobre a Guerra Cisplatina e suas consequências para a crise política do Primeiro Reinado, que resultou na abdicação de D. Pedro I. Ao elaborar seu texto, aborde, necessariamente, os seguintes aspectos:

- 1. as questões de fronteira na região do conflito nos governos de D. João VI e D. Pedro I;**
- 2. a guerra propriamente dita e seu desfecho;**
- 3. desdobramentos da guerra nas crises política e econômica do Império do Brasil.**

*Extensão máxima: 90 linhas
[valor: 30,00 pontos]*

Distribuição das notas



Padrão de resposta da questão 2

1. Ocupações portuguesas em 1811 e 1820; incorporação da Cisplatina ao Reino de Portugal, Algarves e Brasil em 1821; a Cisplatina e a independência do Brasil; a incorporação da Banda Oriental às Províncias Unidas do Rio da Prata.

2. Declaração de guerra; teatro de guerra: impasses; a solução britânica.

3. Aspectos autocráticos do governo de D. Pedro I e gastos da guerra; acirramento dos conflitos com a Câmara dos Deputados.

Francisco Luiz Pinto da Rocha Santos

nota: **30/30**

Os conflitos pelo território do hoje Uruguai remetem ao século XVII, com a fundação de Sacramento, e só tiveram uma solução definitiva em 1828, com o fim da Guerra da Cisplatina, na qual foi determinada a independência uruguaia. A guerra foi antecedida, contudo, pelos conflitos decorrentes da reorientação expansionista que Dom João assumiu ao chegar ao Brasil.

Desde 1777, com Santo Idelfonso, a Banda Oriental, incluindo Sacramento, estava em poder da Espanha. A expansão napoleônica na Europa forçou a transmigração da Corta Portuguesa ao Brasil, depois da invasão de Junot, acertada com a Espanha. Contudo, quando Napoleão prende o Rei Espanhol Fernando VII e seu pai, colocando um Bonaparte no trono espanhol, inicia-se uma guerra civil, em que a Espanha insurreta não é mais inimiga de Portugal.

A primeira incursão portuguesa na Banda Oriental ocorre em 1811. No ano anterior, o Vice-Reino do Prata decretara o cabildo aberto. O comando do Vice-Reino fora transferido para o governador Elío, de Montevideú, com instruções para que pedisse ajuda ao Império português para conter as revoltas. Elío solicita apoio de Dom João para sufocar o levante de Artigas, apoiado pelas Províncias Unidas; Carlota Joaquina, irmã do Rei espanhol deposto, quer aproveitar-se da rebelião para expandir seu poder na região. No entanto, pressões de Lord Strangford e da Inglaterra, que, ao contrário da invasão de Caiena, não apoiavam o expansionismo português na Banda Oriental, dissuadem-na. Artigas chega ao poder.

A segunda invasão, em 1816, ocorre a pretexto de conter o republicanismo radical de Artigas, que tinha o projeto de aglomerar as províncias do antigo Vice-Reino do Prata em torno de si. Nesse momento, com a partida de Strangford, e com o fim das guerras napoleônicas, a Inglaterra tem menos poder de influência para deter Portugal. Os portugueses tomam Montevideú em 1816 e ocupam a Banda Oriental completamente em 1812. Artigas, derrotado, vai buscar asilo no Paraguai, onde ficará até a sua morte.

Dom João determina a anexação da Banda Oriental. No entanto, tendo sido conclamado a voltar a Portugal pelas cortes da Revolução do Porto, deixa para Dom Pedro assinar o decreto que incorpora a Banda Oriental ao Brasil, com o nome de Cisplatina. Nas guerras independência, a Cisplatina, com forte presença militar portuguesa, é uma das províncias que oferece maior resistência, sendo pacificada apenas em 1823.

Como se sabe, Dom Pedro I, ora governante do Brasil, fecha a Assembleia Constituinte na Noite da Agonia, outorgando, em 1824, a primeira constituição brasileira, com a previsão do Poder Moderador.

A Província Cisplatina, que historicamente tinha maior proximidade cultural com as Províncias Unidas, subleva-se contra a Constituição autoritária. Os 33 orientales, comandados por Lavallejas, saem de Buenos Aires e tomam a Cisplatina, declarando a secessão do Império e a anexação às Províncias Unidas. É o começo da Guerra da Cisplatina, com a declaração de guerra do Império, depois que as Províncias Unidas confirmaram a anexação.

A guerra se estenderá de 1825 a 1828, sendo extremamente impopular no Brasil, ao contrário de nas Províncias Unidas, onde a guerra gerava algum entusiasmo da opinião pública. O Império Brasileiro apresentava, ao menos em teoria, superioridade naval, embora seus navios não fossem adequados para a navegação fluvial e haja havido acusações de incompetência da Marinha. De toda forma, o Brasil consegue estabelecer o bloqueio da Foz do Prata. Como reação, as Províncias Unidas começam a conceder cartas de curso aos navios de bandeira estrangeira.

A Batalha de Passo do Rosário, na qual as Províncias Unidas obtêm importante vitória, marca a impossibilidade brasileira de obter a vitória por terra e o encaminhamento da guerra para o impasse. Do outro lado, após a pequena derrota na Batalha de Juncal, a marinha imperial devasta a portenha na Batalha de Santiago.

O bloqueio do Prata gera estremecimentos com as potências europeias, que veem embargados seus objetivos comerciais na região. O episódio mais emblemático é o Caso Spark, no qual um navio norte-americano foi afundado pela marinha brasileira ao buscar furar o bloqueio. Em decorrência do episódio, as relações entre o Império e os EUA estiveram rompidas de 1827 a 1828.

À medida que se estendia o impasse militar, sem possibilidades de fim iminente, os dois lados vão se desgastando militar e economicamente. Em 1826, antevendo os custos de se prolongar o conflito, o presidente argentino Rivaldavia envia missão ao Brasil para negociar os termos da paz, com instruções secretas de, inclusive, aceitar a cessão da Cisplatina ao Império brasileiro. No entanto, a proposta de Rivaldavia acaba vazando em Buenos Aires, onde é tida por ultrajante, e ocasiona a deposição do presidente.

A Inglaterra já havia tentado uma primeira mediação em 1826, quando foi rechaçada pelo Brasil. À Inglaterra, grande potência comercial da primeira metade do século XIX, não interessava que os conflitos entre Brasil e as Províncias Unidas prejudicassem o comércio platino. Em 1828, é proposta novamente a mediação. Os dois países, já exauridos pela Guerra, aceitam a mediação de Lord Posomby. A solução final é a independência da Cisplatina, doravante Uruguai, “um algodão entre dois cristais”, nas palavras de Posomby. Pelo tratado provisório de 1828, Brasil, Argentina e Inglaterra se comprometem a ser fiadores da independência do novo país.

A guerra teve consequências desastrosas para o Império. Os esforços de guerra tiveram impacto negativo nas finanças públicas, já combatidas pelas dívidas da independência e pela limitação tarifária dos tratados desiguais. Em 1828, no Rio, houve um levante de mercenários irlandeses e alemães em virtude do atraso nos soldos. Ademais, as reclamações de indenização das potências europeias pelas perdas decorrentes do Bloqueio do Prata se estenderiam até a Regência.

De maneira geral, a Guerra foi impopular no Brasil, onde vigia o sentimento geral de se estar lutando e envidando esforços por uma causa longínqua e pouco relevante. O Parlamento, reaberto em 1826, não se furtou a tecer críticas à Guerra, amiúde vista também como uma veleidade pessoal do Imperador, junto às disputas sucessórias portuguesas. A Guerra da Cisplatina foi um dos principais, mas não o único, desgastes que culminaram, em 1831, com a abdicação de Dom Pedro I.

AVALIAÇÃO

1. Apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado): 1,5/1,5

2. Desenvolvimento do tema

2.1. As questões de fronteira na região do conflito nos governos de D. João VI e D. Pedro I: 9,5/9,5

2.2. A guerra propriamente dita e seu desfecho: 9/9

2.3. Desdobramentos da guerra nas crises política e econômica do Império do Brasil: 10/10

Resultado

Nota: **30,00**

Anônimo

nota: **27,63/30**

A Guerra Cisplatina, cujas causas já estavam presente em 1821, no governo de Dom João VI, e que teve seu desfecho em 1828, já sob o governo de Pedro I, é de grande relevância na história da política externa brasileira. O conflito tem raízes históricas muito longevas, que podem ser referidas a 1680, ano de fundação da Colônia de Sacramento, e marca disputas geopolíticas relacionadas ao processo de formação dos Estados Nacionais da região e ao domínio da navegação na bacia platina. Ainda, seus desdobramentos tiveram efeitos no plano doméstico brasileiro e contribuíram para a queda do monarca, que abdicou ao trono em 1831.

O conflito pelo controle da Banda Oriental no início do século XIX arrastou-se desde 1812. De fato, após o projeto da transmigração da Corte portuguesa ao Brasil ser realizado, em 1808, o Príncipe Regente, D. João, tomou atitudes ofensivas em relação a seus inimigos europeus. Nesse sentido, Espanha e França, que haviam acordado a ocupação de Portugal no Tratado de Fontainebleu, tiveram suas possessões americanas atacadas. O Príncipe Regente ordenou a ocupação de Caiena, território que foi devolvido em 1816, após as negociações do Congresso de Viena, e da Banda Oriental. Entretanto, a ação no território platino não logrou sucesso, haja vista que a Grã-Bretanha se opôs a ela, temendo que os conflitos na região pudessem interromper seus fluxos comerciais.

Em 1816, nova invasão da Banda Oriental ocorreu. Dessa vez, os britânicos estenderam seu apoio a Dom João VI, que assumira formalmente o comando monárquico após a morte de sua mãe, Dona Maria I. O suporte dos britânicos, embora tenha sido somente no plano político, deu-se em virtude da situação política na região em questão. Com efeito, o líder José Gervásio Artigas vinha ganhando apoio de amplos segmentos da população local, sob proposta de governo reformista, inclusive colocando em questão o regime escravista e abrindo a possibilidade da criação de nova entidade política. Essa situação ameaçava os interesses tanto brasileiros quanto ingleses, de modo que a ocupação foi efetivada. Em 1821, a Banda Oriental foi formalmente incorporada ao Império luso-brasileiro, sob o nome de Província Cisplatina.

Contudo, em 1825, o Congresso de Buenos Aires aprovou uma declaração que incorporava a Banda Oriental às Províncias Unidas do Rio da Prata. Em seguida, foram enviados para se apossar dessa área os chamados “33 orientales”, comandados por Lavalleja. Iniciou-se, portanto, a Guerra Cisplatina, na medida em que D. Pedro I declarou guerra às Províncias Unidas do Rio da Prata.

A guerra foi longa, e as forças de ambos os lados eram insuficientes para sobrepujar umas às outras. No plano terrestre, as forças platinas eram mais bem equipadas e lograram ampla vantagem territorial. De fato, o Brasil, recém-independente (1822), gozava de superioridade naval, pois havia dado início à formação de uma marinha de guerra para fazer frente aos portugueses. Como Ministro da Guerra e Negócios Estrangeiros, José Bonifácio contratou mercenários estrangeiros para realizar essa tarefa, como John Grenfell, Thomas Cochrane e Pedro Labatut. A marinha brasileira, nesse sentido, esteve vinculada aos desafios externos brasileiros desde o início da vida independente do país, como assinala Francisco Doratioto. Na Guerra Cisplatina, foi notável a participação dos encouraçados nacionais na batalha do Juncal. Essa condição naval superior levou a que os combates ficassem em impasse, já que nenhuma das partes obteve vitória definitiva, apesar do êxito platino na batalha de Ituzaingó/Passo do Rosário.

Na altura de 1828, frente a essa situação, a Grã-Bretanha resolveu agir. Os bloqueios efetivados pela marinha brasileira nos portos platinos estavam gerando perdas comerciais significativas para ingleses e franceses, de modo que a situação precisava ser equacionada. A Grã-Bretanha, então, passou a mediar as negociações de paz. Antes do desfecho final, no entanto, representante platino foi enviado para o Rio de Janeiro a fim de chegar a um acordo. Contudo, o plenipotenciário platino foi desautorizado em suas gestões, após ter concordado em ceder a Banda Oriental ao Brasil. Esse fato levou à queda de Rivadávia como presidente das Províncias Unidas do Rio da Prata. Seu substituto levou as negociações tripartite adiante. Em 1828, foi assinado o Tratado Provisional da Paz, mediado por Lord Ponsonby, plenipotenciário britânico. O acordo, ao selar a paz, previu a criação do Estado do Uruguai, um “algodão entre dois cristais”, na expressão de Ponsonby, cuja independência era indefinidamente garantida pela Inglaterra.

Conforme o discurso do deputado Lino Coutinho ilustra, a Guerra Cisplatina trouxe grandes descontentamentos domésticos. Reaberto desde 1826, após o fechamento da Constituinte na “noite da agonia”, o Parlamento virou palco dos embates entre o monarca e os deputados. De fato, causavam grande insatisfação os excessivos gastos com o conflito, o recrutamento militar para nele lutar e os arroubos autoritários de Pedro I. O monarca já havia assinado, sem o aval parlamentar, os acordos relativos ao reconhecimento do Brasil por Portugal e Inglaterra, além de ter assumido compromisso com os ingleses referente ao fim do tráfico de escravos, o que punha em risco a sustentação da economia nacional. Na esteira da guerra, a oposição a Pedro I aumentou, também por conta de o resultado do conflito ter sido desfavorável ao Brasil. Em 1831, após resistência no Parlamento, protestos de rua (“noite das garrafadas”) e o assassinato do jornalista crítico ao governo Líbero Badaró, o monarca abdicou ao trono. Para autores como Rubens Ricuperro, esse ano marca a independência de fato do Brasil, na medida em que o poder ficou, finalmente, sob o domínio dos brasileiros.

No plano econômico, vale registrar que a guerra causou enormes dispêndios, de modo que o reinado de Pedro I é marcado pela oposição à situação econômica favorável do período joanino. Com efeito,

as incipientes manufaturas, desenvolvidas após a revogação do Alvará de Dona Maria I que as proibia, conheceram grande aumento. Os excessos financeiros de D. Pedro, entretanto, levaram à sua desorganização. O consistente aumento dos impostos para financiar o conflito também causou descontentamento, sobretudo nas províncias do Norte e Nordeste, que já sofriam com a centralização fiscal desde 1808. A Confederação do Equador, encabeçada por Frei Caneca, em 1824, foi resultado dessas questões, que também acirraram a oposição ao monarca no final dos anos 1820.

A Guerra Cisplatina marcou o início de prolongados conflitos em torno da Bacia do Rio da Prata entre o Império brasileiro e as repúblicas vizinhas, que se repetiram em 1850-1852 e em 1864-1870, na Guerra da Paraguai. Seu desfecho resultou na criação do Uruguai como Estado independente e favoreceu a queda do monarca brasileiro, em 1831.

AVALIAÇÃO

1. Apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado): 1,5/1,5

2. Desenvolvimento do tema

2.1. As questões de fronteira na região do conflito nos governos de D. João VI e D. Pedro I: 7,13/9,5

2.2. A guerra propriamente dita e seu desfecho: 9/9

2.3. Desdobramentos da guerra nas crises política e econômica do Império do Brasil: 10/10

Resultado

Nota: **27,63**

Rafael Mendes Bernardes

nota: **27,50/30**

A região platina constituiu área contenciosa entre Portugal e Espanha durante todo o período colonial devido tanto à importância das vias navegáveis para a integração do território como pela importância econômica do escoamento legal e ilegal de mercadorias pelo Estuário do Prata. A Guerra da Cisplatina, já no período de independência do Brasil e Argentina constituiu, nas palavras de Doratioto, o último conflito nessa região baseado na lógica geopolítica herdada das potências metropolitanas.

Durante a Guerra de Las Laranjas (1801), entre Portugal e Espanha em torno da região de Olivença, o governo de D. João VI, ainda em Portugal, determina que as autoridades coloniais na América procedam à invasão da região de 7 povos das missões, que pelo Tratado de Santo Ildefonso deveria ficar com a Espanha, assim como Colônia.

Após a transferência da Corte para o Brasil, em 1808, D. João inicia planejamento para, enfim, anexar a região de Colônia novamente ao Brasil. Como a Espanha havia se aliado a Napoleão, D. João poderia justificadamente invadir o território espanhol. Entretanto, logo depois, chegou a notícia de que a Espanha se rebelara contra a França, fazendo D. João suspender o plano de invasão. Apenas quando as autoridades argentinas, após a Revolução de Maio (1810), demandaram a adesão uruguaia, D. João promove sua primeira intervenção na região, em 1811. Após mediação do representante inglês, os argentinos assinam armistício com o representante espanhol no Uruguai e D. João se vê forçado a retirar as tropas da Banda Oriental. Após o armistício, Artigas, que havia comandado a invasão portenha ao Uruguai, retira-se para o interior e forma um sistema político paralelo, incluindo regiões uruguaias e argentinas. A Liga dos Povos Livres, formada por Artigas, levaria à segunda intervenção joanina na região, desta vez com a anuência dos argentinos, uma vez que as autoridades portenhas desejavam por fim ao projeto autonomista de Artigas.

Dessa forma, quando do retorno de D. João a Portugal, a banda oriental encontrava-se ocupada por forças portuguesas. A independência do Brasil levaria a novos desentendimentos, uma vez que parte das tropas portuguesas juraram fidelidade a D. João, enquanto outra parcela aderiu a D. Pedro e a Independência. Após rápido conflito, a Banda Oriental seria incorporada ao novo país, o Império do Brasil.

A Guerra da Cisplatina inicia-se com a invasão de Lavalleja y los 33 orientales, que visavam promover a independência do Uruguai. Embora a expedição de Lavalleja não tenha sido organizada pelas autoridades portenhas, Buenos Aires acabaria tomando parte no conflito, o que iniciou a guerra entre Brasil e Argentina.

Isso ocorre quando, reunidos em um Congresso, os uruguaios declaram a separação da região do Império e sua união à República da Argentina, que, por sua vez, manifesta sua anuência ao movimento.

Dentre os desdobramentos diplomáticos da guerra, conforme explica Luís Villafañe em o Império e as Repúblicas do Pacífico, está a tentativa da Argentina de colocar todo o continente contra o Brasil, por meio de gestões junto a Bolívar. O herói da independência latino-americana, após consultar a Inglaterra sobre a questão, decide pela neutralidade, influenciado pelas opiniões britânicas.

A guerra durou de 1825 a 1828, caracterizada por um impasse entre os dois contendores. Enquanto a Argentina apresentava superioridade terrestres, a Marinha Imperial prevalecia na guerra marítima. Entretanto, nem a Argentina conseguiu invadir definitivamente o território rio grandense, o que forçaria o Império a capitular, nem os navios Imperiais conseguiram penetrar satisfatoriamente no estuário platino, devido ao grande calado dos navios. Diante do impasse militar, o presidente argentino chegou a enviar representante diplomático ao Rio de Janeiro a fim de negociar o fim do conflito. Chegou-se a um tratado pelo qual a Argentina aceitava a posse brasileira da Banda Oriental. Entretanto, quando os termos do acordo foram divulgados na Argentina, o presidente argentino foi obrigado a renunciar devido à rejeição do país ao acordo.

Por fim, o conflito somente seria resolvido após a mediação britânica. Exaustos pela guerra, Brasil e Argentina aceitam a independência do Uruguai após o que é caracterizado por Doratioto como o último conflito oriundo da lógica geopolítica dos Impérios coloniais espanhol e português.

O impasse militar gerado pela guerra, bem como o dispendioso volume de recursos fiscais utilizados para a sua sustentação, tornaram a guerra intensamente impopular no Brasil. Essa perspectiva era manifestada nos discursos parlamentares extremamente críticos à guerra. Conforme menciona Amado Cervo, o Parlamento à época, embora possuísse poucas atribuições em termos de política externa, funcionava como caixa de ressonância das insatisfações populares.

Politicamente, a Guerra da Cisplatina implicou desgaste político do Imperador, devido às derrotas sofridas em batalhas terrestres, ao prolongamento excessivo do conflito e, por fim, à independência uruguaia, entendida como uma derrota do Império. Economicamente, a guerra agravou sobremaneira a situação fiscal do país, já debilitada por outros equívocos, na visão do Parlamento, do Imperador, como o pagamento de indenização de 2 milhões de libras a Portugal pela Independência, e a adesão a tratados comerciais com baixas tarifas alfandegárias, em um momento em que esse imposto era a principal fonte de arrecadação dos países. Ademais, a Guerra da Cisplatina geraria pesados pedidos de indenizações por parte de terceiras nações devido a apresamento ou a ataque a navios dessas nações durante a guerra.

Cita-se, por exemplo, o Caso do Navio Sparks, dos Estados Unidos, que foi considerado como a serviço da Argentina, tendo sido por isso atacado, o que levaria ao rompimento das relações entre o Império e os Estados Unidos por um breve período.

Em conclusão, embora a Guerra da Cisplatina não tenha sido o único fator a levar à abdicação de D. Pedro I, ela certamente contribuiu sobremaneira com o clima de insatisfação popular que levaria à queda do Imperador. A dívida contraída para sustentar o conflito, bem como o pagamento das indenizações, agravou a situação econômica do país, levando a grande déficit público, déficit externo, e desvalorização da moeda. Ao desgaste político causado pelo prolongamento da guerra, adiciona-se o desgaste político gerado pelas medidas despóticas adotadas pelo Imperador, como fechamento da constituinte e estabelecimento de tribunais de exceção para julgar os rebeldes pernambucanos. Por fim, o envolvimento do Imperador na sucessão portuguesa, utilizando recursos brasileiros em favor das pretensões de sua filha, geraria mais insatisfações entre os brasileiros.

AVALIAÇÃO

1. Apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado): 1,5/1,5

2. Desenvolvimento do tema

2.1. As questões de fronteira na região do conflito nos governos de D. João VI e D. Pedro I: 9,5/9,5

2.2. A guerra propriamente dita e seu desfecho: 9/9

2.3. Desdobramentos da guerra nas crises política e econômica do Império do Brasil: 7,5/10

Resultado

Nota: 27,50

Nota média: Gabriela Ruggeri

nota: **22,63/30**

A Guerra da Cisplatina (1825-1828), apesar de ter ocorrido após alguns anos da proclamação da independência do Brasil, refletiu a lógica das disputas coloniais entre Portugal e Espanha. Por causa de antigas ambições sobre a região da Cisplatina, o Império lançou-se em uma guerra na qual não obteve vitória. Além de impopular, o conflito gerou severa crise fiscal, contribuindo, dessa maneira, para os desdobramentos que levariam à renúncia de Dom Pedro I.

As ambições portuguesas sobre a região remontam à fundação de Colônia do Sacramento (1680), para garantir o acesso ao Mato Grosso, à foz do Rio da Prata e ao contrabando da prata de Potosí. Após várias disputas, Colônia passou ao domínio espanhol definitivamente pelo Tratado de Santo Ildefonso. Posteriormente, a transmigração da Corte portuguesa reanimou as ambições sobre a região. A Europa encontrava-se dominada por Napoleão Bonaparte, que inicialmente contava com o apoio da Espanha. Após a entrevista de Bayonne e a capitulação do Rei espanhol, irmão de Carlota Joaquina, as colônias espanholas iniciaram seu processo de independência. O contexto dos anos iniciais da transmigração favoreceu, assim, os desejos expansionistas de D. João VI. A primeira intervenção portuguesa na Banda Oriental ocorreu no início da década de 1810, sob pretexto de auxiliar o vice-rei Elío, cercado em Montevideú. As forças luso-brasileiras, contudo, foram obrigadas a se retirar a contragosto, após pressões do Reino Unido. Nova intervenção ocorreu alguns anos depois, em reação à Liga dos Povos Livres de Artigas. O libertador uruguaio, que já se havia chocado com tropas luso-brasileiras na primeira intervenção, conseguiu controlar a Banda Oriental. Por ter um projeto considerado progressista, que incluía reforma agrária e libertação dos cativos, e por ameaçar o território brasileiro dos Setes Povos das Missões, Artigas foi visto como inimigo. Desse modo, iniciou-se uma guerra pelo controle do Uruguai, sem que houvesse interferência de Buenos Aires, e as tropas luso-brasileiras venceram. O território foi incorporado formalmente ao Império em 1821, mas, segundo Amado Cervo, permanecia uma protoidentidade uruguaia que impedia total fusão ao Brasil. Assim, após incursão dos 33 Orientales de Lavalleja e lutas na região, o Uruguai declarou-se independente do Império e pediu a anexação das Províncias Unidas, que logo aceitaram a proposta. Dessa forma, iniciava-se a guerra entre Brasil e as Províncias Unidas.

A Guerra da Cisplatina evidenciou o despreparo das Forças Armadas Imperiais, que sofreram, inclusive, derrotas importantes, como a do Passo do Rosário. A Marinha brasileira possuía embarcações mais poderosas, mas que tinham dificuldade de movimentação em águas fluviais, por causa da profundidade dos rios, gerando vantagens às Províncias Unidas. Apesar disso, nenhum dos países conseguiu impor-se sobre o outro, causando um impasse que somente onerava os cofres públicos e atrapalhava a navegação e o

comércio na Bacia do Prata. As Províncias Unidas decidiram negociar, e Rivadavia enviou um representante ao Rio de Janeiro, que concordou em ceder a Banda Oriental ao Império. A divulgação do acordo gerou descontentamento em Buenos Aires e Rivadavia precisou renunciar. Diante da situação, a Grã-Bretanha propôs uma mediação, uma vez que era prejudicada pelas instabilidades que dificultavam o comércio na região. O Uruguai seria um Estado tampão independente, ou, segundo as palavras do representante inglês, “um algodão entre dois cristais”. As partes aceitaram, porquanto não havia sinais de que uma vitória de um dos lados fosse possível. Para o Império do Brasil, os elevados gastos com uma guerra baseada em aspirações coloniais mostraram-se em vão. O Imperador, que já estava com baixa popularidade, teve sua imagem ainda mais prejudicada, o que contribuiu, certamente, para sua posterior renúncia.

Desde a Noite da Agonia e a dura repressão contra a Confederação do Equador, o Imperador era visto como crescentemente autoritário. A Guerra da Cisplatina, igualmente, gerou descontentamento por causa do impasse e do posterior insucesso, que, para piorar, causou forte crise fiscal no governo. Durante a guerra, houve também ruptura de relações diplomáticas com os EUA, por causa de incidente com o Navio Spark, acusado de corso, bem como a assinatura dos tratados desiguais com a Inglaterra, estendidos depois a outras nações, pelo reconhecimento da independência. Com as capacidades de arrecadação de impostos limitadas, altos gastos com a guerra e elevada inflação, o Império encontrou-se em crise econômica e política. Dom Pedro estava em constante disputa com o Parlamento, que dificultava a aprovação do orçamento imperial (importante para a mobilização da guerra, por exemplo) e o criticava abertamente. Após a Noite das Garrafadas e a dissolução do Ministério dos Brasileiros, Dom Pedro I aproximou-se, cada vez mais, dos portugueses, formando o Ministério dos Marqueses. Para piorar a situação, era acusado da morte de Libero Badaró, e os ânimos antilusitanos cresciam nas cidades, como resposta à inflação repassada pelos comerciantes lusos.

A Guerra da Cisplatina foi um dos mais importantes fatores para a renúncia de D. Pedro I, uma vez que contribuiu tanto para a crise econômica, com o déficit fiscal, quanto para a política, causando constantes quedas de braço entre Imperador e Parlamento. Com a aproximação ainda maior entre D. Pedro I e os áulicos portugueses, o apoio ao monarca diminuiu substancialmente, ao ponto (sic) de ver-se pressionado pela própria guarda real. Sem apoio e com interesses na crise de sucessão portuguesa, decorrente de golpe de seu irmão, o Imperador renunciou em favor de seu filho, de apenas 5 anos, e voltou a Portugal. Para alguns historiadores, esse foi o marco definitivo da independência do Brasil.

AVALIAÇÃO

1. Apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado): 1,5/1,5
2. Desenvolvimento do tema
 - 2.1. As questões de fronteira na região do conflito nos governos de D. João VI e D. Pedro I: 7,13/9,5
 - 2.2. A guerra propriamente dita e seu desfecho: 9/9
 - 2.3. Desdobramentos da guerra nas crises política e econômica do Império do Brasil: 5/10

Resultado

Nota: 22,63

Pior nota: Anônimo

nota: **12,88/30**

O Extremo Sul do Brasil havia sido, desde ao menos a fundação da Colônia de Sacramento, em 1680, região contestada e de grande conflagração entre a América Espanhola e Portuguesa, cujas invasões e reconquistas eram marcadas pelas guerras europeias e pela satelitização dos países ibéricos nos séculos XVIII e XIX. Se o Tratado Provisional de 1681 nunca será delimitado, sob auspícios do Papa Inocêncio XI que diferia a demarcação em favor de Portugal, o Tratado de Utrecht (1715) garantia a Colônia no Brasil, enquanto o Tratado de Madri (1750) o dava à Espanha, bem como o de Santo Idelfonso (1777), vez que o de Madri havia sido anulado pelo Tratado de El Pardo (1761). No contexto das guerras napoleônicas, já no período joanino, Portugal e Espanha entram em conflito na Guerra das Laranjas, sendo resolvida pela Paz de Badajoz (1801). Se o tratado provisional de Santo Idelfonso garantia a devolução pacífica dos territórios ocupados pela Espanha em Santa Catarina, é no contexto da Paz de Badajoz que os gaúchos recuperarão manu militari os territórios gaúchos invadidos anteriormente por Pedro Cevallos. Todo esse contexto demonstra o irredentismo oriental e o interesse português de manter seu acesso ao Prata, que lhe facilitava também acesso ao Mato Grosso.

Em 1808, quando da finalização da transmigração da Corte, Dom João VI decretou nulos os tratados de limites anteriores, vez que assinados à força. Em 1810, ocorre a revolução de mayo em Buenos Aires, e a Espanha é obrigada a ascender Montevideu à capital do Vice-Reino da Prata, e Elío, seu governador, a vice-rei. Em 1812, D. João VI oferece a Elío sua ajuda real para combater Artigas, o que lhe é negado. A rainha Carlota Joaquina, irmã de Fernando VII, preso em Bayonne, negocia a apresentação da Justa Reclamação de seu filho Pedro Carlos aos territórios espanhóis da América, no que é auxiliada pelo almirante Smith, o que tampouco prospera. Contudo, D. João VI faz valer sua pretensão sobre a região e a invade sob pretexto de auxiliar Elío, conquistando territórios. O representante inglês Rademaker, contudo, consegue promover um armistício contra a vontade de D. João VI. Assim, o federalista Artigas se impõe sobre os hegemônistas de Buenos Aires, fundando uma federação entre Corrientes, Santa Fé, Entre Ríos e Córdoba (Liga Federal). Sob pretexto do irredentismo oriental, do combate à ideologia perigosa de Artigas (defendia reforma agrária e abolição da escravidão) e por seus interesses no Prata, D. João VI invade novamente a região setentrional em 1816, tendo o general Lecor conquistado Montevideu já em 1817 e, com a assinatura do Tratado de Montevideu, incorpora-se a Banda Oriental ao Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves em 1821, extraindo-o das PURP, criada no Congresso de Tucumán (1816).

Durante a regência de D. Pedro I, antes mesmo da declaração de independência o regente estava concedendo nacionalidade brasileira aos cisplatinos, em clara afronta às Cortes de Lisboa. Durante a

Guerra de Independência, a Província Cisplatina se consolidará como uma das regiões mais conflagradas, ao lado da BA, tendo destaque o nascente Exército e Marinha brasileiros na pacificação da região. Vale lembrar que em 1816, nem Rademaker nem o Conde de Linhares estavam no RJ.

Já em 1825, contudo, Llavalleja, Oribe e os “33 orientales” realizam o Congresso de Florida, declarando que a Banda Oriental, então Cisplatina, se integraria às Províncias Unidas do Rio da Prata. Segue-se o rompimento das relações diplomáticas entre os dois países, com batalhas realizadas por terra e mar. A Marinha brasileira, embora superior à marinha Argentina, graças à sua consistência durante a guerra de independência, sofre derrota na Batalha de Santiago, mas praticamente liquida a guerra no mar com a Batalha de Juncal. A superioridade no mar, contudo, não era suficiente, pois não se podia subir o Prata com o grande calado dos navios brasileiros. Assim, bloqueia-se os portos de Buenos Aires, sem garantir vitória. Os platinos adotam, então, a tática do corso, levando o Brasil a apreender navios sob qualquer bandeira. Em 1827, contudo, a marinha brasileira detém o navio Spark, norte-americano, o que gerará rompimento das relações diplomáticas com os EUA até o ano seguinte. Em terra, contudo, os platinos são superiores às tropas brasileiras, derrotando-as na importante Batalha do Paso do Rosário ou de Ituzaingó. Isso tampouco era suficiente para que os platinos pudessem avançar e conquistar territórios brasileiros em definitivo, chegando a Guerra da Cisplatina (1825-1828) a um impasse. Rivadavia, contudo, envia a missão diplomática de Manuel Garcia para o Rio de Janeiro para negociar o reconhecimento da vitória brasileira e as condições de paz, o que implicará a queda de Rivadavia e sua substituição por Dorrego. Com o impasse ainda mantido, a GB envia o representante Ponsonby para negociar a paz, que é selada com a criação da República Oriental do Uruguai, um “algodão entre dois cristais” que asseguraria a paz no Prata que tanto interessava à Inglaterra.

Do ponto de vista interno, a Guerra da Cisplatina agravava a crise econômica, grave desde o saque da Corte Portuguesa no Banco do Brasil, em seu retorno, e a crise política. Além da falência do Banco do Brasil em 1829, d. Pedro I ainda gastava muito com a questão dinástica de D. Maria II contra D. Miguel desde o golpe de Vilafranca, com a missão Santo Amaro tentando angariar apoio para D. Pedro, o que desagradava ao “partido brasileiro”. O fechamento do Parlamento em 1823, com outorga da Constituição, faz com que, em sua reabertura, em 1826, as críticas ao excessivo dispêndio em guerras de interesse mais português que brasileiro sejam ainda mais incisivas. Com o fim da guerra, as críticas ao autoritarismo interno de D. Pedro I também são redobradas e, depois, atizadas pela revolução de 1830 que depunha Carlos X na França, um ultrarrealista. A não vitória em uma guerra dispendiosa e quase vencida acirram as críticas, e d. Pedro I demite um ministério brasileiro por um de marqueses. A crise se agravava com o assassinato do liberal Liberto Badaró, com a Noite das Garrafadas entre brasileiros e portugueses em seu retorno de MG e culmina em sua renúncia, a 7 de abril de 1831.

Vale, por fim, acrescentar que no Congresso de Viena, ainda e, 1815, havia sido decidido pela devolução da Banda Oriental à Espanha sob pagamento de 7,5 mi de francos pelas despesas militares

contra Artigas. A Espanha pretende, porém, recuperar a terra sem o pagamento, porém é impedida pelo Golpe de Vilafrancada, em 1820, que impede uma ação militar no Sul da América. (90 linhas)

AVALIAÇÃO

1. Apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado): 1,5/1,5

2. Desenvolvimento do tema

2.1. As questões de fronteira na região do conflito nos governos de D. João VI e D. Pedro I: 2,38/9,5

2.2. A guerra propriamente dita e seu desfecho: 9/9

2.3. Desdobramentos da guerra nas crises política e econômica do Império do Brasil: 0,0/10

Resultado

Nota Provisória: **12,88**

Nota Final: **12,88**

COMENTÁRIO

RECURSO QUESITO 2.1:

O candidato gostaria, respeitosamente, de solicitar majoração da nota nesse quesito, uma vez que foram apresentados os pontos necessários ao cumprimento do que era solicitado no enunciado.

Dedico as linhas 1-48 (em especial, as linhas 18-48) e um acréscimo (fora de ordem na estrutura, porém com correta indicação cronológica) nas linhas 86-90 para este item, porém minha nota foi apenas em 75%.

Ainda que haja muitas informações que não se referem diretamente às questões de fronteira na região da Banda Oriental/Cisplatina especificamente nos governos de Dom João VI e Dom Pedro I, acredito que elas podiam ser relevantes para a compreensão da situação fronteiriça no período pedido. Ademais, as informações suplementares citadas não prejudicaram a exposição de vários dos desdobramentos exigidos pelo item 2.1, incluindo todos os pontos trazidos no Padrão de Respostas.

Receio que a exposição excessivamente pormenorizada (e, em parte, fora do escopo, tem-se que reconhecer) do quesito pedido possa ter ofuscado precisamente as informações exigidas na questão, motivo pelo qual indico as linhas exatas onde constam tais informações em minha resposta.

- Região era disputada desde o século XVII, com a fundação de Sacramento em 1680 (l.1-2)

- Continuidade da lógica geopolítica herdada das metrópoles após independência (l.3-5/78)

- Objetivo luso-brasileiro é garantir acesso ao MT pela Bacia do Prata (l.16-18)

- Pretensões de d. Carlota Joaquina no Prata (l.24-28): a narrativa da "Justa Reclamação" (l. 26) é feita de acordo com aquela presente no cap. III, do Livro III, do volume I do tomo II, da "História Geral da

Civilização Brasileira”, 6a ed, p. 303-307

- *Ocupação portuguesa na Banda Oriental em 1811-12 (item cobrado expressamente no Padrão de Respostas): (l.23-24/28-30)*
- *Oposição britânica e retirada portuguesa (l.30-31)*
- *Pretexto de combater o republicanismo reformador, federalista e popular de Artigas (l.34-35/24)*
- *Ocupação portuguesa na Banda Oriental em 1816-1821 (item cobrado expressamente no Padrão de Respostas): (l.36-39)*
- *Vitória lusa sobre Artigas e fim da sua Liga dos Povos Livres (l.38-39)*
- *Incorporação da Cisplatina ao Reino de Portugal, Algarves e Brasil em 1821 (item cobrado expressamente no Padrão de Respostas): (l.39)*
- *Cisplatina como província do Império do Brasil em 1822 (l.42-43/47-48)*
- *A Cisplatina e a Independência do Brasil (item cobrado expressamente no Padrão de Respostas): (l.42-45)*
- *Lavalleja lidera os 33 orientales vindos de Buenos Aires: (l.46-48)*
- *Incorporação da Banda Oriental às Províncias Unidas do Rio da Prata em 1825 (item cobrado expressamente no Padrão de Respostas): (l.48)*

Diante do exposto, reitero, respeitosamente, o pedido de majoração da nota concedida nesse quesito, considerando a apenação de 75% da nota excessiva diante de extensa caracterização do item cobrado, abarcando, inclusive, os quatro itens citados no Padrão de Respostas e seus vários desdobramentos.

RESPOSTA AO QUESITO 2.1

Recurso indeferido. A resposta apresentada não incorre em majoração de nota. A banca mantém a pontuação atribuída por estar proporcional ao desempenho do candidato. A pontuação obedeceu a critérios isonômicos que, além adotarem como parâmetro o desempenho ideal do candidato na questão, consideraram a qualidade relativa e comparada das provas. Considerado o recurso em todos os seus aspectos, a banca não vê motivos para alterar a nota.

RECURSO QUESITO 2.3

Acredito, respeitosamente, ter havido algum engano técnico na atribuição da minha nota neste quesito. Dediquei majoritariamente as linhas 71-85 justamente à resposta a esse item, porém me foi concedida nota Zero no quesito, embora eu tenha discorrido sobre os desdobramentos pedidos, incluindo os dois presentes no Padrão de Resposta. O desenvolvimento do tema contemplou corretamente os itens elencados a seguir:

- *Repressão às tropas leais à Lisboa após a independência (l.43-45)*
- *Falência do Banco do Brasil (l.73)*
- *Fechamento da Constituinte na "Noite da Agonia" (1823) (l.76-79)*
- *Outorga da Constituição (l.77)*
- *Envolvimento do Imperador na sucessão portuguesa (l.73-76)*
- *Reabertura do Parlamento favorável à guerra (1826) (l.77)*
- *Prolongamento da guerra e das despesas (l.78-79)*
- *Desfecho da guerra evidencia incapacidade militar de d. Pedro I (l.82)*
- *Oposição política entre "brasileiros" e "portugueses" (l.76/83-84)*
- *Acirramento da oposição liberal no Parlamento e nas ruas (l.83-85) - Agravamento do antilusitanismo (l.84)*

Diante disso, peço, respeitosamente, a correção e majoração da nota neste quesito. Embora a exposição tenha seguido uma estrutura temática (primeiro problemas econômicos, depois acirramentos e desgastes políticos), a correta atribuição de data, causa e consequência para os eventos históricos constituem correta apreensão dos fatos da História.

RESPOSTA AO RECURSO DO QUESITO 2.3:

Recurso indeferido. A resposta apresentada não incorre em majoração de nota. A banca mantém a pontuação atribuída por estar proporcional ao desempenho do candidato.

HISTÓRIA DO BRASIL

banca:

Marco Aurélio de Paula Pereira

Neuma Brilhante Rodrigues

Norma Breda dos Santos

_questão 3

Em 22 de janeiro de 1962, ministros das relações exteriores dos Estados-membros da Organização dos Estados Americanos (OEA) reuniram-se sob os auspícios do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca para considerar “as ameaças à paz e à independência política dos Estados Americanos”. A Conferência focava a situação política do governo de Cuba, cujo líder — Fidel Castro — declarara adesão ao marxismo-leninismo, e as alegadas ações contra países vizinhos. Após dez dias de discussões, em 31 de janeiro, Cuba foi suspensa da Junta Interamericana de Defesa e da OEA — esta última decisão não contou com votos favoráveis dos maiores Estados latino-americanos.

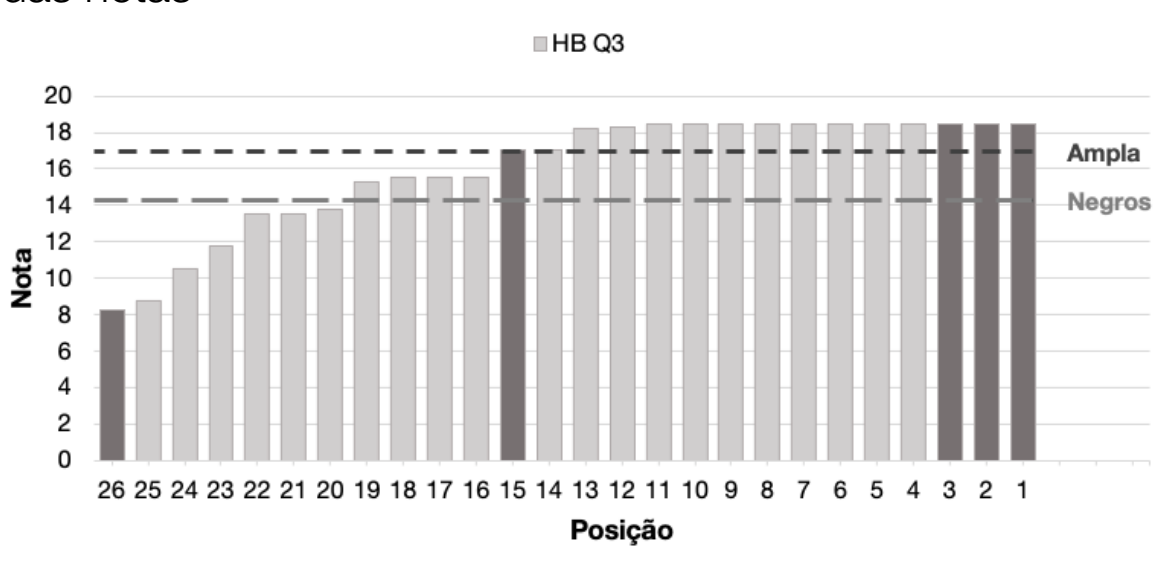
Hélio Franchini Neto. Política externa independente em ação: a Conferência de Punta del Este de 1962. In: Revista Brasileira de Política Internacional. 48 (2), 2005, p. 129-51 (com adaptações).

A partir do texto apresentado, redija um texto dissertativo sobre o posicionamento brasileiro na Conferência de Punta del Este, em 1962. Ao elaborar seu texto, aborde, necessariamente, os seguintes aspectos:

- 1. a questão cubana e a América no contexto da Guerra Fria;**
- 2. os desafios da questão cubana à política externa independente;**
- 3. o posicionamento brasileiro frente à proposta de suspensão de Cuba da OEA.**

*Extensão máxima: 60 linhas
[valor: 20,00 pontos]*

Distribuição das notas



Padrão de resposta da questão 3

1. A questão cubana e a América no contexto da Guerra Fria; a adesão cubana ao socialismo; a crise dos mísseis;

2. Política externa independente; desafios de Cuba à PEI;

3. A Conferência de Punta del Este, 1962. Proposta dos Estados Unidos de adoção de sanções e da suspensão de Cuba da OEA; a oposição brasileira e as razões para abstenção do voto.

Ciro Eduardo Ferreira*nota: 18,50/20*

A questão cubana foi um dos momentos mais importantes da Guerra Fria no contexto do continente Americano, principalmente por suas consequências nos cenários políticos dos países da região. A Revolução Cubana havia terminado em 1959, mas apenas em 1961, o regime de Fidel Castro aderiu expressamente ao comunismo, o que causava bastante preocupação aos EUA no contexto da Guerra Fria. Os EUA haviam consolidado sua hegemonia em relação aos países do continente americano, estabelecendo vários mecanismos para forjar uma aliança continental, mas que favoreceriam os interesses daquela potência.

Assim, o estabelecimento da Organização dos Estados Americanos (OEA) e, antes, o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), de 1947, visavam criar mecanismos regionais de defesa e de concertação política para conter possíveis ameaças de espraiamento de forças comunistas no continente. Em nível sistêmico, o início da Guerra Fria se consolidava, com a Doutrina Truman e o Plano Marshall e as reações da União Soviética a esse plano e aos desígnios dos países ocidentais. A América, em geral, no início da Guerra Fria, mostrou-se do lado capitalista, liderado pelos EUA, até mesmo como continuidade à hegemonia exercida pelo país desde inícios do século XX. No entanto, alguns países ensaiavam políticas externas de cunho mais autonomista e não diretamente alinhados com os EUA, sobretudo após virem-se frustradas iniciativas em prol do desenvolvimento econômico na região. Nesse sentido, é notória a iniciativa da OPA, de Juscelino Kubitschek, que teve apoio de países americanos, como a Argentina, mas que não teve o correspondente entusiasmo ou comprometimento dos EUA.

Muitos países da região tinham de endereçar problemas de desenvolvimento e de redução da pobreza, além de dar cabo a processos de industrialização. A política externa independente (PEI) vinha nesse sentido, de se buscar uma atuação mais autônoma e menos ligada às amarras da Guerra Fria, para poder negociar da melhor forma de modo a trazer benefícios e desenvolvimento econômico e social. A PEI, assim, pregava o universalismo das relações internacionais, uma diplomacia não influenciada por conflitos ideológicos da Guerra Fria, adensamento das relações com os países latino-americanos. Dessa forma, o Brasil buscou incrementar seus laços bilaterais com o países do Leste europeu, com a União Soviética, com a China comunista, mas também com países árabes, africanos recém-independentes, sem descuidar de suas relações tradicionais com os EUA e com a Europa Ocidental.

A questão cubana põe em xeque, porém, esse aspecto de “independência”. Como o Brasil estava inserido no contexto americano – e, portanto, ocidental – da Guerra Fria, além de ter grande parte de seu

comércio e de fluxos de investimento dos EUA, o país não tinha, ao fim e ao cabo, uma margem de manobra tão extensa ou tão autônoma como se pensava. O país ainda era dependente de recursos externos para seu desenvolvimento econômico, grande parte dos quais vinha dos EUA. Com a posição clara de Cuba em relação ao seu lado na Guerra Fria, a margem de manobra ficava ainda mais restrita para o Brasil, sobretudo porque a sociedade brasileira e os órgãos políticos vinham se polarizando em campos opostos do espectro político-ideológico da Guerra Fria, agravando a crise de governabilidade interna.

Dessa forma, o posicionamento do Brasil com relação à suspensão de Cuba buscou manter certo aspecto daquela ideia de autonomia ou de independência da política externa. O Brasil abstém-se de votar pela suspensão de Cuba da OEA, juntamente com outros 5 países do continente. No entanto, o Brasil vota a favor da resolução de que o comunismo é incompatível com o sistema político e com a trajetória dos países do continente americano, mostrando que o país estava do lado ocidental no contexto da Guerra Fria e não alijar-se de modo contundente do sistema interamericano sob hegemonia dos EUA.

Embora a posição brasileira com relação à suspensão de Cuba tenha, de certo modo, resguardado aspecto de autonomia da PEI, a polarização na sociedade brasileira, aliada à política externa dos EUA de evitar a propagação do comunismo no continente, levou à derrubada do regime democrático e à instauração da ditadura militar no país. O novo regime, por exemplo, rompe relações diplomáticas com Cuba, exacerbando a influência do contexto de acirramento ideológico influenciado pela Guerra Fria.

AVALIAÇÃO

1. Apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado): 1/1

2. Desenvolvimento do tema

2.1. A questão cubana e a América no contexto da Guerra Fria: 6/6

2.2. Cuba e a PEI: 4,5/6

2.3. O posicionamento brasileiro frente à proposta de suspensão de Cuba da OEA: 7/7

Resultado

Nota: 18,50

Anônimo*nota: 18,50/20*

O tabuleiro geopolítico da Guerra Fria opôs as duas superpotências, EUA e URSS, na disputa de influência no sistema internacional. Área natural de influência dos EUA, constituindo espaço autárquico da pan-região americana de Haushofer, os países do continente americano tiveram margem de manobra limitada pela potência do norte. Grande país da região, o Brasil soube aproveitar-se dos espaços do interamericanismo para enfatizar pleitos nacionais, conseguindo certo grau de autonomia na condução da Política Externa Independente (PEI). Na questão cubana, o Brasil adota postura compatível com sua diplomacia grociana e assume posição autônoma na Conferência de Punta del Este.

O interamericanismo na Guerra Fria centrou-se no anticomunismo, o que foi intensificado no âmbito da questão cubana. A contenção do comunismo, propugnada pela Doutrina Truman, encontrou eco no sistema hemisférico de defesa estabelecido pelo TIAR em 1947, bem como foi inscrita em artigo específico na Carta da OEA. No âmbito da Conferência de Consulta dos chanceleres americanos de 1954, estabeleceu-se que regimes que chegassem ao poder pelas armas no continente deveriam ser legitimados por votação posterior. Isso não ocorreu após a Revolução Cubana, que inicialmente tinha caráter nacionalista, não comunista. A OPA (Operação Pan-Americana), proposta por JK, afirma que recursos ao desenvolvimento são necessários para evitar a atração de ideologias exógenas no continente. A iniciativa não teve forte recepção pelos EUA, que não tinham tanto interesse estratégico na região. No entanto, a Aliança para o Progresso iria fornecer recursos ao desenvolvimento, dado que a região tornara-se mais importante no tabuleiro geopolítico. O BID e a ALALC também estimularam o desenvolvimento regional e estão inseridos na contenção do comunismo nas Américas.

A questão cubana motivou desafios à PEI, já que o Brasil buscava a autonomia e o universalismo, mas não seria recomendável colidir com os EUA. Nos célebres pontos elaborados por Jânio em artigo na *Foreign Affairs* e replicados no Congresso, a PEI reconhecia que o Brasil integrava o hemisfério ocidental e comprometia-se com a defesa do interamericanismo. Sem embargo, o Brasil reestabeleceria relações diplomáticas com a URSS em 1961 e buscou diversificar parceiros. A questão cubana, que ensejou a invasão à Baía dos Porcos e a posterior aproximação de Cuba aos soviéticos testava os limites da autonomia decisória do Brasil. A questão cubana foi o tema mais debatido no Parlamento brasileiro, e a preocupação do Brasil em relação à intervenção dos EUA foi considerada postura comunista por congressistas como Carlos Lacerda. Desse modo, a PEI foi utilizada, através da questão cubana, por agendas políticas domésticas, o que ensejou certos limites a sua atuação.

Na Conferência de Punta del Este, o Brasil absteve-se na votação para suspender Cuba da OEA. Juntando-se a outros países da região, formaram os outer six. Embora sua postura fosse insuficiente para evitar a suspensão, a decisão demonstrou autonomia em relação aos EUA. A diplomacia brasileira seguiu sua tradição de buscar evitar sanções bruscas. Argumentou-se que não havia base jurídica suficiente para a suspensão cubana, consistindo a decisão em desrespeito ao direito internacional. Ademais, o Brasil afirmou que o isolamento de Cuba seria prejudicial ao retorno da democracia na ilha, podendo intensificar os laços dos cubanos com os soviéticos. A declaração do caráter comunista do regime, momentos antes da Conferência, deveria motivar maior ênfase em mudar a orientação ideológica do regime e não o aproximar ainda mais de Moscou.

A questão cubana trouxe desafios à PEI e importou a Guerra Fria para as Américas. A entrada do comunismo na região ensejaria reações autoritárias e o apoio dos EUA a regimes ditatoriais na região. A doutrina da segurança nacional seria generalizada. No Brasil, o embaixador Lincoln Gordon apoiou os golpistas em 1964, e os EUA comprometeram-se com recursos no âmbito da Operação Brother Sam.

AVALIAÇÃO

1. Apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado): 1/1
2. Desenvolvimento do tema
 - 2.1. A questão cubana e a América no contexto da Guerra Fria: 4,5/6
 - 2.2. Cuba e a PEI: 6/6
 - 2.3. O posicionamento brasileiro frente à proposta de suspensão de Cuba da OEA: 7/7

Resultado

Nota: 18,50

Matheus Corradi de Souza*nota: 18,50/20*

A Guerra Fria entre EUA e URSS teve forte impacto na América Latina nas décadas de 1950 e 1960. Considerada pelos norte-americanos como área sob sua influência estrita, a América Latina sofreu impactos significativos com a Revolução Cubana (1959) e com a posterior deriva de Fidel Castro ao comunismo (1961). Sem lograr êxito em sua tentativa de alterar os rumos de Cuba pela força militar, os EUA passaram a usar do arcabouço institucional regional para isolar o país e enfraquecê-lo. Encontrariam, porém, resistência de alguns países latino-americanos, entre eles o Brasil, que vivia o experimento da Política Externa Independente (PEI).

Os EUA consideraram, nos anos seguintes à Segunda Guerra Mundial, a América Latina como região onde seu domínio era seguro, e relegaram-na ao segundo plano das suas preocupações. Os problemas com a pobreza e o autoritarismo na região, porém, convulsioná-la-iam nos anos 1950. Em Cuba, especificamente, uma guerrilha liderada por Fidel Castro pretendia derrubar o ditador Fulgêncio Batista, e se concentrava em Sierra Maestra, perto da capital Havana. Em janeiro de 1959, Castro obteve sucesso e tomou o poder no país. A princípio, apesar de parte da retórica do líder guerrilheiro conter elementos esquerdistas, não havia vínculo do novo governo revolucionário com Moscou; a retórica era mais anti-imperialista, voltada contra os EUA. Mas a aproximação com os soviéticos acabou sendo inevitável, dada a disposição de J. F. Kennedy de derrubar o jovem regime. Após a fracassada tentativa de invasão da Baía dos Porcos por exilados cubanos financiados por Washington, Fidel converteria Cuba em um regime comunista alinhado à URSS.

Os norte-americanos, alarmados, acionariam a Organização dos Estados Americanos (OEA). Criada em 1948 por tratado firmado em Bogotá, a OEA congregava todos os países do continente sob os auspícios dos EUA. Pouco antes, em 1947, havia sido firmado pelos países americanos o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), em Petrópolis. Pelo TIAR, qualquer ataque a um membro do tratado seria considerado um ataque a todos. Esse foi o arcabouço básico da Guerra Fria no continente, e foi acionado por Washington para lidar com a ameaça que acreditava representar a presença soviética a poucos quilômetros da costa da Flórida.

Na reunião de Punta del Este, os países americanos eram instados pelos EUA a isolar Cuba do convívio continental: queriam a expulsão do país da OEA, o rompimento geral de relações e a declaração de que o comunismo era incompatível com os valores americanos. San Tiago Dantas, então chanceler do governo João Goulart/Tancredo Neves, discordava da abordagem norte-americana. Dantas considerava

que o afastamento dos cubanos do convívio com seus vizinhos teria apenas o efeito de aproximá-los ainda mais dos soviéticos e tornar mais difícil o reencontro cubano com os valores liberais e democráticos da OEA. O chanceler enfrentou, internamente, feroz oposição no Parlamento e na imprensa. Um grupo de ex-chanceleres se uniu para divulgar uma carta repudiando Cuba e apoiando a posição dos EUA. Mesmo assim, convicto, Dantas ordenou que os representantes brasileiros em Punta del Este se abstivessem da votação sobre a suspensão cubana, tornando o Brasil parte dos “outer six”, os seis países que se negaram a endossar a punição proposta pelos EUA – estiveram com o Brasil a Argentina e o México, os três maiores latino-americanos. Como os seis votos foram insuficientes, Cuba teve de deixar a OEA, e até hoje não retornou. O Brasil não rompeu, então, relações diplomáticas com Havana – viria a fazê-lo apenas em 1965 –, já que não houve decisão a respeito na OEA.

Para a PEI, a questão cubana representou grande desafio. A política, formulada por Jânio Quadros e continuada até março de 1964, pregava amizade com os EUA e filiação brasileira ao Ocidente e seus valores; mas também era enfática na autodeterminação e não ingerência. A decisão tomada por San Tiago Dantas o indispôs com seus pares no Parlamento, impedindo que ele se tornasse primeiro-ministro quando da renúncia de Tancredo, mas também reduziu o apoio geral no establishment política à PEI, cuja oposição só aumentaria até o golpe de 1964.

Também a decisão de se abster na votação afastou os norte-americanos do governo Goulart, num processo que culminaria na oposição de Kennedy e Johnson ao governo brasileiro e seria um dos responsáveis por sua queda no começo de 1964. O tempo, porém, deu razão a Dantas: a crise dos mísseis provou que a proximidade com os soviéticos seria a alternativa de Castro. (59 linhas)

AVALIAÇÃO

1. Apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado): 1/1

2. Desenvolvimento do tema

2.1. A questão cubana e a América no contexto da Guerra Fria: 4,5/6

2.2. Cuba e a PEI: 6/6

2.3. O posicionamento brasileiro frente à proposta de suspensão de Cuba da OEA: 7/7

Resultado

Nota: **18,50**

Nota média: Victor Born Portella

nota: 17/20

A decisão brasileira de votar pela abstenção na votação da VIII reunião de consultas do sistema interamericano foi, possivelmente, a maior expressão da busca da autonomia no contexto da Política Externa Independente (PEI). Na perspectiva hemisférica, foi divisor de águas, pois revelou as divisões fundamentais entre a visão de segurança hemisférica, enquadrada no paradigma da Guerra Fria, e o desejo dos países latino-americanos de desenvolvimento econômico e social. Desse modo, a partir da VIII Reunião de Consulta em Punta del Este é possível dizer que a política externa brasileira não foi mais a mesma e tampouco foram as relações interamericanas.

Após a institucionalização da hegemonia dos Estados Unidos no Pós-Guerra por meio de instituições, como a OEA, de tratados, como o TIAR e também de iniciativas de assistência técnica, como a Missão Abbink e a CMBEU, no Brasil, a região latino-americana passou a ser vista como menos prioritária para os EUA. De início, as visões sobre a Questão Cubana foram ambíguas. A invasão ao quartel de Moncada, em 1953, a guerrilha na Sierra Maestra, até a vitória em 1959 não davam indícios certos de revolução de corte comunista necessariamente, mas, sim, nacionalista. Não sem motivo Jânio Quadros condecoraria Che Guevara com a Ordem do Cruzeiro do Sul. Fidel e Guevara eram vistos como libertadores. No entanto, as encampações sobre empresas de capital americano logo preocuparam os EUA e as alas cosmopolitas do continente. A invasão malsucedida na Baía dos Porcos seria a expressão dessa preocupação. O continente que, desde a viagem de Nixon a Lima e Caracas, já se mostrava dividido exacerbou-se na polarização. Daí o peso dos colombianos demandando conferência de suspensão de Cuba da OEA.

O Brasil, decerto, era espelho também dessa polarização. Era prevalência de extremos, instabilidades, de modo que a questão urbana, como aponta Antônio Barbosa, foi capturada pelos debates políticos, incluindo entre as frentes parlamentares, fato inédito para tema de política exterior. A chancelaria de Santiago Dantas via-se em situação delicada com o marxismo-leninismo afirmado em 1961 e a perspectiva da votação na conferência de 1962. Por um lado, era necessária a afirmação da autonomia brasileira diante da bipolaridade, a defesa tradicional da não-intervenção e da solução pacífica das controvérsias. Por outro, qualquer que fosse a votação, seu resultado seria contestado e instrumentalizado em um contexto interno fragilizado pelas seguidas crises (1954, “Novembrada” e a Campanha da Legalidade). Assim, como revela Ricupero, Santiago Dantas levou a questão a escrutínio interno, na Casa das Pedras, de modo que se chegasse a resultado que resguardasse a base axiológica que vinha se propondo na PEI.

A decisão pela abstenção em relação à suspensão justificou-se por diversos motivos. A Carta de Bogotá não previa tal punição juridicamente; não havia cláusula democrática expressa. Ademais, isolar Cuba fora da OEA seria pouco eficaz, uma vez que, dentro do sistema, o regime seria influenciado e fora seria marginalizado. Propôs, ainda, a “finlandização”, ou seja, que Cuba se tornasse zona neutra, como ocorria na Finlândia diante da URSS. Vale ressaltar que o Brasil contrapôs essa decisão com voto favorável a suspensão de Cuba da Junta Interamericana de Defesa e também a respeito da incompatibilidade entre o comunismo e os valores interamericanos. No Brasil, João Goulart – dependente dos EUA em questões financeiras – chega a oscilar; segundo Ricupero, Dantas tratou de manter-se incomunicável no Uruguai.

Como se sabe, a Questão Cubana se exacerbava ainda mais com a Crise dos Mísseis, que provou a ineficácia da suspensão. O Brasil enviaria a Missão Albino Silva para a mediação, sem ter sucesso. A suspensão de Cuba, portanto, configuraria verdadeira virada no sistema interamericano, talvez o epílogo das divergências construídas paulatinamente desde o fim da Segunda Guerra. De toda maneira, representou também uma guinada na política externa brasileira, pois consolidou o paradigma autonomista e universalista da política externa, que, não sem desafios, permanece vigente até os dias atuais.

AVALIAÇÃO

1. Apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado): 1/1
2. Desenvolvimento do tema
 - 2.1. A questão cubana e a América no contexto da Guerra Fria: 3/6
 - 2.2. Cuba e a PEI: 6/6
 - 2.3. O posicionamento brasileiro frente à proposta de suspensão de Cuba da OEA: 7/7

Resultado

Nota: 17,00

COMENTÁRIO

Essa questão, me parece, tem uma estrutura interessante para se pensar novas questões. Ela trata no primeiro ponto de uma contextualização na perspectiva global (hemisférico e Guerra Fria). No segundo ponto, pede a descrição do assunto em si (a Questão Cubana). E no terceiro, talvez o essencial, trata do que a diplomacia brasileira efetivamente fez a respeito do problema (o voto em Punta del Este e a rationale por trás do mesmo). Reparem que essa lógica de: contexto, descrição e contribuição diplomática pode ser estendida a vários assuntos da política externa brasileira. Pode ser uma forma proveitosa para estruturar os estudos e refletir sobre outros assuntos do mesmo feitio.

Pior nota: Anônimo

nota: **8,25/20**

A questão cubana se confunde com a Guerra Fria na medida em que revela os limites das reais possibilidades de autonomia dos países em desenvolvimento, particularmente, na América Latina. A Política Externa Independente surge e é desafiada nesse contexto, confrontada ao idealismo de afirmação da neutralidade e ao realismo das forças políticas e econômicas que impunham alinhamentos. Em Punta del Este, o Brasil afirmou-se legalista, porém este principismo acionou dinâmica que levou à polarização interna e ao golpe.

Talvez o discurso de Neves da Fontoura em Washington, em 1951, tenha sido a síntese do que ocorreria na América Latina durante a Guerra Fria: para conter o comunismo, era preciso o desenvolvimento, enquanto que, para os EUA, era preciso, antes, conter o comunismo para que houvesse desenvolvimento. A questão cubana inicia-se com a deposição de Batista e o novo regime não se declara socialista de imediato. Jânio, acompanhado por Arinos, visita Cuba como candidato eleito. Entendia-se que Cuba seria adepta do não alinhamento, de verve nasserista que agradava a Quadros. Entretanto, a própria dinâmica da Guerra Fria se impôs e ficou patente com a invasão da Baía dos Porcos, orquestrada pela CIA. Jânio buscava ser ambivalente, com ortodoxa política econômica interna, a exemplo da SUMOC 204 e do apoio do FMI e da UDN, enquanto agradava aos setores de esquerda com sua Política Externa Independente. Concebida, sobretudo, por Arinos, a PEI herdava o direcionamento da diplomacia desenvolvimentista que se esboçava desde Vargas, e buscava superar a dicotomia Leste-Oeste, de forma a ampliar os contatos com atores emergentes na América Latina, África e Ásia.

Jânio inseria a questão cubana nessa interpretação da Guerra Fria e condecorou Gargarin e o próprio Che com a Ordem do Cruzeiro do Sul. Ele havia retomado a abertura comercial de JK com a URSS e enviou a Missão Dantas ao Leste europeu, além do seu próprio Vice-Presidente à China. Em verdade, operava-se com a ideia de « finlandização » de Cuba inicialmente, algo que se tornou mais difícil quando Fidel surpreendeu o mundo e alinou-se à Moscou em busca de proteção.

A renúncia de Jânio, a campanha da legalidade e a posse de Jango, sob o parlamentarismo, porá Cuba no centro da PEI, agora conduzida por Santiago Dantas. Em verdade, as posições do Rio diante de Havana serão barômetro das relações do Rio com Washington. A reunião em Punta del Este será crucial para revelar o afastamento entre Kennedy e Goulart. Mesmo com intensos debates no Congresso e frente ao manifesto de quatro ex-chanceleres para que o Brasil votasse contra Havana em Punta del

Este, Dantas vai se alinhar com os « outer six », abstendo-se da suspensão de Cuba, apesar de votar a favor de sua suspensão da JID. Esta posição ia frontalmente contra Washington e Bogotá, e mostrava a unidade dos latinos, sobretudo, com o México. Nesse sentido, a PEI contribuiu para demonstrar o impasse entre proclamar-se « independente », enquanto o Brasil solicitava o apoio financeiro de Washington. Isto ficou patente no Acordo Bell-Dantas, na fria recepção de Kennedy na visita de Goulart e nas críticas aos encampamentos da Amforp e ITT pelo cunhado de Jango, Brizola.

Com a Crise dos Mísseis em outubro de 1962, a PEI será novamente posta à prova, com o Brasil contrário à invasão, mas favorável ao bloqueio, além do envio da Missão Albino Silva. Tornava-se ainda mais complexo para Brasília sustentar que a suspensão de Cuba da OEA violava o pacto de Bogotá, enquanto a visita de Bob Kennedy ao Brasil, no quadro da Aliança para o Progresso, selou a oposição de Washington contra Brasília, conforme descrito por Ricupero. Berle Jr. já tinha expressado que a PEI sob Jânio, conforme seu artigo na Foreign Affairs, era eminentemente antiamericanista. Com o desdobrar do posicionamento brasileiro diante de Cuba, Gordon, Berle Jr e Vernon Walters convenceram Kennedy, depois, Johnson, de que era preciso agir.

Pela PEI, o Brasil havia reatado as relações com a URSS, esboçava aproximação crescente com a África e afirmava-se como potencial membro dos países não alinhados, algo explícito no famoso discurso dos 3ds de Araújo Castro na AGNU. Os estadunidenses convenceram-se de que os setores de extrema esquerda e o sindicalismo tinham tomado o controle do governo Goulart e, por meio do IBAD, do IPES e do envio de adidos militares e agentes de inteligência, iniciaram intensa campanha contra Jango, cujo ápice seria a Operação Brother Sam, orquestrada por Gordon e pelo lusófono Walters. Esta grande polarização tanto na política externa quanto na interna foi focada na polêmica em torno da PEI e esta, por sua vez, teve a questão cubana como seu centro das atenções. Com o comício do 13 de março de 1964 na Central do Brasil, o discurso no Automóvel Clube e a Marcha de Deus com a família em São Paulo, chegou-se ao golpe civil-militar do 1o de abril de 1964, que instala a ditadura sem precisar da intervenção da « Brother Sam ». Um dos primeiros gestos de Castello branco será romper relações com Cuba.

AVALIAÇÃO

1. Apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado): 0,5/1
2. Desenvolvimento do tema
 - 2.1. A questão cubana e a América no contexto da Guerra Fria: 4,5/6
 - 2.2. Cuba e a PEI: 1,5/6
 - 2.3. O posicionamento brasileiro frente à proposta de suspensão de Cuba da OEA: 1,75/7

Resultado

Nota provisória: 5,25

Nota final: 8,25

COMENTÁRIO

ARGUMENTAÇÃO DO QUESITO: 1

Prezada banca corretora,

gostaria, em primeiro lugar, de agradecer a oportunidade de pedir à banca que releia minha resposta e de desculpar-me pela caligrafia pouco legível. Infelizmente, em parte, por conta do nervosismo e do tempo escasso, constato, agora, que a banca provavelmente não logrou ler adequadamente minha resposta. Portanto, concordo plenamente com a nota 0.50/1.00 no quesito apresentação.

Após seguidas tentativas, hoje, encontro-me entre os candidatos que podem ser aprovados no resultado final. Assim, gostaria de ressaltar, com todo o respeito, a importância de que qualquer alteração em minha nota pode representar, efetivamente, minha aprovação como resultado de muitos anos de estudos.

Parece-me que a nota total de 5.25/20.00 representa punição bastante excessiva, afinal, penso ter respondido adequadamente a todos os pontos demandado.. Assim, talvez o mais simples seja realizar, aqui, a transcrição de minha resposta, por conta da caligrafia pouco legível novamente, perdão pela caligrafia e pela extensão do recurso. Portanto, escrevi:

A questão cubana se confunde com a Guerra Fria na medida em que revela os limites das reais possibilidades de autonomia dos países em desenvolvimento, particularmente, na América Latina. A Política Externa Independente surge e é desafiada nesse contexto, confrontada ao idealismo de afirmação da neutralidade e ao realismo das forças políticas e econômicas que impunham alinhamentos. Em Punta del Este, o Brasil afirmou-se legalista, porém este principismo acionou dinâmica que levou à polarização interna e ao golpe.

Talvez o discurso de Neves da Fontoura em Washington, em 1951, tenha sido a síntese do que ocorreria na América Latina durante a Guerra Fria: para conter o comunismo, era preciso o desenvolvimento, enquanto que, para os EUA, era preciso, antes, conter o comunismo para que houvesse desenvolvimento. A questão

cubana iniciase com a deposição de Batista e o novo regime não se declara socialista de imediato. Jânio, acompanhado por Arinos, visita Cuba como candidato eleito. Entendiase que Cuba seria adepta do não alinhamento, de verve nasserista, que agradava a Quadros. Entretanto, a própria dinâmica da Guerra Fria se impôs e ficou patente com a invasão da Baía dos Porcos, orquestrada pela CIA. Jânio buscava ser ambivalente, com ortodoxa política econômica interna, a exemplo da SUMOC 204 e do apoio do FMI e da UDN, enquanto agradava os setores de esquerda com sua Política Externa Independente. Concebida, sobretudo, por Arinos, a PEI herdara o direcionamento da diplomacia desenvolvimentista que se esboçava desde Vargas e buscava superar a dicotomia LesteOeste, de forma a ampliar os contatos com atores emergentes na América Latina, África e Ásia.

Jânio inseria a questão cubana nessa interpretação da Guerra Fria e condecorou Gagarin e o próprio Che com a Ordem do Cruzeiro do Sul. Ele havia retomado a abertura comercial de JK com a URSS e enviou a Missão Dantas ao Leste europeu, além do seu próprio VicePresidente à China. Em verdade, operavase com a ideia de « finlandização » de Cuba inicialmente, algo que se tornou mais difícil quando Fidel surpreendeu o mundo e alinhou-se à Moscou em busca de proteção.

A renúncia de Jânio, a campanha da legalidade e a posse de Jango, sob o parlamentarismo, porá Cuba no centro da PEI, agora conduzida por Santiago Dantas. Em verdade, as posições do Rio diante de Havana serão barômetro das relações do Rio com Washington. A reunião em Punta del Este será crucial para revelar o afastamento entre Kennedy e Goulart. Mesmo com intensos debates no Congresso e frente ao manifesto de quatro exchanceleres para que o Brasil votasse contra Havana em Punta del Este, Dantas vai se alinhar com os « outer six », abstendose da suspensão de Cuba, apesar de votar a favor de sua suspensão da JID. Esta posição ia frontalmente contra Washington e Bogotá, e mostrava a unidade dos latinos, sobretudo, com o México. Nesse sentido, a PEI contribuiu para demonstrar o impasse entre proclamarse « independente », enquanto o Brasil solicitava o apoio financeiro de Washington. Isto ficou patente no Acordo Bell—Dantas, na fria recepção de Kennedy na visita de Goulart e nas críticas aos encampamentos da Amforp e ITT pelo cunhado de Jango, Brizola.

Com a Crise dos Mísseis em outubro de 1962, a PEI será novamente posta à prova, com o Brasil contrário à invasão, mas favorável ao bloqueio, além do envio da Missão Albino Silva. Tornavase ainda mais complexo para Brasília sustentar que a suspensão de Cuba da OEA violava o Pacto de Bogotá, enquanto a visita de Bob Kennedy ao Brasil, no quadro da Aliança para o Progresso, selou a oposição de Washington contra Brasília, conforme descrito por Ricupero. Berle Jr. já tinha expressado que a PEI sob Jânio, conforme seu artigo na Foreign Affairs, era eminentemente antiamericanista. Com o desdobrar do posicionamento brasileiro diante de Cuba, Gordon, Berle Jr. e Vernon Walters convenceram Kennedy, depois, Johnson, de que era preciso agir.

Pela PEI, o Brasil havia reatado relações com a URSS, esboçava aproximação crescente com a África e afirmavase como potencial membro dos países não alinhados, algo explícito no famoso discurso dos 3Ds de Araújo Castro na AGNU. Os estadunidenses convenceramse de que os setores de extrema esquerda

e o sindicalismo tinham tomado o controle do governo Goulart e, por meio do IBAD, do IPES e do envio de adidos militares e agentes de inteligência, iniciaram intensa campanha contra Jango, cujo ápice seria a Operação Brother Sam, orquestrada por Gordon e pelo lusófono Walters. Esta grande polarização tanto na política externa quanto na interna foi focada na polêmica em torno da PEI e, esta, por sua vez, teve a questão cubana como centro das atenções. Com o comício do 13 de março de 1964 na Central do Brasil, o discurso no Automóvel Clube e a MArcha de Deus com a Família em São Paulo, chegase ao golpe civilmilitar do 1o de abril de 1964, que instala a ditadura sem precisar da intervenção da Brother Sam. Um dos primeiros gestos de Castello Branco será romper relações com Cuba.

Em referência ao texto de Franchini Neto, o qual, felizmente, conhecia de antemão, respondi aos itens que constam no padrão de resposta da seguinte forma, conforme exposto nos subtópicos seguintes.

ARGUMENTAÇÃO DO QUESITO: 2.1

Prezada banca,

Toda a introdução da questão, entre as linhas 1 e 6, pauta-se pela contextualização da questão cubana no âmbito da Guerra Fria e sua influência na América. Pautei-me por premissas de teorias das relações internacionais para evidenciar que se tratou de um confronto entre o idealismo de alguns países frente à realpolitik característica da Guerra Fria.

Nesse contexto, a partir da linha 7, remeto às origens do diagnóstico das questões cruciais de visões políticas distintas do discurso de Neves da Fontoura em Washington ainda em 1951, mostrando o potencial de conflito intramericano desde então. Em grande medida, isso já seria uma crítica ao « embedded liberalism » apenas recentemente forjado desde os finais da 2a Guerra Mundial, do qual a Conferência de Havana já tinha exposto suas contradições .

Das linhas 9 a 11, evidencio o fato de Fidel não ter declarado o regime como socialista desde o início, algo ressaltado no excerto de Franchini. Isto permitiu inserir de forma ambivalente a questão cubana no contexto da Guerra Fria, com Quadros a visitar o país com seu futuro chanceler (l.11) na condição de candidato eleito. Ele via afinidades nasseristas com a atitude de Fidel e a questão cubana transformava as percepções nas relações Leste-Oeste na Guerra Fria, algo que explicito no terceiro parágrafo, a partir da linha 20, com a condecoração do Che e a Missão Dantas ao Leste ou de Jango à China, além da retomada das relações comerciais com a URSS por JK, situadas neste contexto de tensão.

Quanto à adesão cubana ao socialismo, cito, explicitamente, o papel crucial da Invasão da Baía dos Porcos nas linhas 13 e 14, e o momento de adesão cubana ao socialismo e alinhamento com Moscou nas linhas 2325, algo que minou as possibilidades de « finlandização » de Cuba, então aventada por setores do Itamaraty.

No que tange a Crise dos Mísseis, ela está explicitada a partir da linha 38, com o posicionamento do Brasil de ser contrário à invasão, porém favorável ao bloqueio (l.38-39). Falo ainda do envio da Missão Albino Silva, essencial para compreender o posicionamento brasileiro durante a crise, conforme consta nos documentos do CPDOC da FGV.

Deste modo, parece-me que a punição em 75% da nota, com apenas 1.50/6.00 para este quesito, é desproporcional. Penso ter respondido de forma completa e abrangente todos os tópicos e solicito, com todo o respeito e humildade, que a banca conceda-me majoração para a nota máxima de 6.00/6.00.

ARGUMENTAÇÃO DO QUESITO: 2.2

Estimada banca,

neste tópico, também penso ter respondido de forma pertinente ao demandado pelo comando da questão, algo não refletido na nota atual de apenas 1.50/6.00.

Assim, acerca de Cuba e a PEI, na linha 11 explico que o principal articulador da PEI, Afonso Arinos, viajou com Quadros, como presidente eleito, para Cuba, antes mesmo da oficialização desta política (l.11), o que demonstra a indissociabilidade entre Cuba e o surgimento da PEI.

Ao longo de toda minha resposta, os desafios de Cuba à PEI são apontados como reveladores das contradições da Política Externa Independente, algo apoiado tanto por Amado Cervo quanto por Francisco Doratioto e Carlos Eduardo Vidigal. A deposição de Batista (l.10) e a não adesão imediata ao socialismo aparecem como atores que dialogam com certo nasserismo inerente à PEI sob Quadros, além da própria ambivalência da instrumentalização da questão cubana para utilizar a política externa no sentido de guiar o debate da política interna brasileira (l.12-19).

No quarto parágrafo, a partir da linha 26, menciono que Cuba estará « no centro da PEI » com toda a questão da campanha da legalidade para a posse de Jango, a instituição do parlamentarismo e a condução da política externa por Dantas. Cito, literalmente, nas linhas 27-28, que « as posições do Rio diante de Havana serão barômetro das relações do Rio com Washington ». Parece-me que a frase sintetiza os maiores desafios de Cuba à PEI, por ser uma questão que forja as relações entre o Brasil e seu principal parceiro de então. Com este intuito, inclusive, encaminho a questão para seu principal tópico, em torno da reunião em Punta del Este.

Portanto, peço, respeitosamente, que a banca majore minha nota e conceda 6.00/6.00 neste tópico, supondo que a banca não tenha logrado identificar tais informações em sua primeira leitura. Novamente, desculpo-me pela caligrafia, imaginando que já seja demasiada

complexa a correção de centenas de respostas para a banca, penso que, de fato, terminei por prejudicar a avaliação, o que torna essencial esta segunda leitura a partir da retranscrição da resposta.

ARGUMENTAÇÃO DO QUESITO: 2.3

Prezada banca,

Neste último tópico, que tinha o maior peso, também me parece que fui excessivamente punido, obtendo tão somente 1.75/7.00 (25% da nota). Mais uma vez, tenho a impressão que a banca não logrou corrigir em primeira leitura por conta da baixa legibilidade, peço, novamente, perdão.

Busquei demonstrar diversas facetas da posição brasileira diante da suspensão de Cuba, a partir da linha 28, correlacionando o contexto interno no Brasil ao internacional. Em verdade, talvez a banca tenha tido a impressão de que faltou certa objetividade nesta parte da resposta, já que busquei correlacionar, talvez de forma excessivamente contundente, a questão da OEA com as relações entre Brasil e Washington. Ao reler minha resposta, tive esta reflexão e, talvez, também seja esta uma das razões para nota mais baixa nesse item.

Entretanto, explicito que o Brasil era a favor de uma via de « finlandização » de Cuba (l.24) e que havia, internamente, posições favoráveis ao alinhamento com Washington, como no manifesto dos exchanceleres (l.30). Na introdução da questão, nas linhas 6 e 7, cito que « Em Punta del Este, o Brasil afirmou-se legalista, porém este principismo acionou dinâmica que levou à polarização interna e ao golpe ». Penso que isto sintetiza as contradições da PEI reveladas pela questão cubana, na qual o idealismo nas posições não correspondia às capacidades de um país que atravessava difícil contexto políticoeconômico. O alinhamento de Dantas com os « outer six » (l.31), em particular, com o México, explica esta posição legalista de abstenção diante da suspensão, já que não havia sua previsão na Carta da OEA. Paralelamente, o voto favorável à suspensão de Cuba da Junta Interamericana de Defesa (l.31), explicitava que o Brasil não buscava opor-se frontalmente à Washington, já que, inclusive, não votou contra a suspensão, mas, sim, absteve-se.

Eu busco, a partir do quinto parágrafo, demonstrar os desdobramentos de Punta del Este e, crescentemente, foco nas relações entre o Rio e Washington, com os impactos de questão Cubana na Aliança para o Progresso, na vista de Bob Kennedy e na posição diante da crise dos mísseis. Na linha 40, digo que « Tornava-se cada vez mais complexo para Brasília sustentar que a suspensão de Cuba da OEA violava o Pacto de Bogotá », justamente, por conta de seu alinhamento explícito com Moscou. Em verdade, pareceu-me pertinente a tese de que o alinhamento de Cuba no contexto da Guerra Fria levou a PEI a revelar os limites do voluntarismo brasileiro, o que contribuiu para o impasse de 1964.

Em suma, prezada banca corretora, acredito que respondi à maior parte deste tópico e solicito, respeitosamente, que minha nota seja majorada de 1.75 para 5.00/7.00, já que houve certa incompletude, sobretudo, na explicitação do desenrolar de alguns detalhes no âmbito da reunião, como as pressões sobre o Haiti.

Agradeço, sinceramente, esta oportunidade de pedir a revisão de nota que, talvez, seja a mais importante para minha classificação neste concurso. Desculpo-me pela falta de legibilidade, porém acredito, com sinceridade, que os recursos justamente são a oportunidade para corrigir certas distorções naturais quando a banca precisa corrigir tantas provas em prazo tão exíguo.

Em respeito a seu trabalho e em admiração por seu papel na seleção de concurso tão árduo, gostaria de deixar, aqui, meus cumprimentos.

COM DEFERIMENTO CONTEÚDO

Quesito 1 Recurso deferido. *A banca observa que o recurso não leva em conta problemas na estruturação da resposta, da falta de objetividade e coesão no desenvolvimento das ideias, para além dos problemas de caligrafia mencionado do candidato mencionado no próprio recurso. Tais dificuldades no texto prejudicaram o candidato em seus esforços de transmitir seu domínio sobre o assunto em pauta.*

Quesito 2.1 Recurso deferido parcialmente. *A resposta atende apenas parcialmente ao quanto solicitado. Portanto, a nota no quesito foi majorada para 4,50.*

Quesito 2.2 Recurso indeferido. *A resposta apresentada não incorre em majoração de nota. A banca mantém a pontuação atribuída por estar proporcional ao desempenho do candidato.*

Quesito 2.3 Recurso indeferido. *A resposta apresentada não incorre em majoração de nota. A banca mantém a pontuação atribuída por estar proporcional ao desempenho do candidato.*

HISTÓRIA DO BRASIL

banca:

Marco Aurélio de Paula Pereira

Neuma Brilhante Rodrigues

Norma Breda dos Santos

_questão 4

Para grande tristeza dos reinóis que no Brasil ansiavam por voltar a Portugal e dos portugueses que esperavam o seu regresso, ele não fazia intenção de regressar, mesmo que as potências europeias, receosas das suas intenções, sugerissem isso abertamente. Portugal estava cada vez mais longe, e seus vassallos portugueses, afastados da corte, com o reino mergulhado na crise econômica e financeira, sentiam-se órfãos, começando a difundir-se a ideia de que a monarquia andava às avessas e que Portugal se convertera em colônia do Brasil. O certo é que D. João não pretendia voltar. O Brasil foi elevado a reino, constituindo-se o Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, por carta de lei de 16 de dezembro de 1815. Novo reino para novo rei.

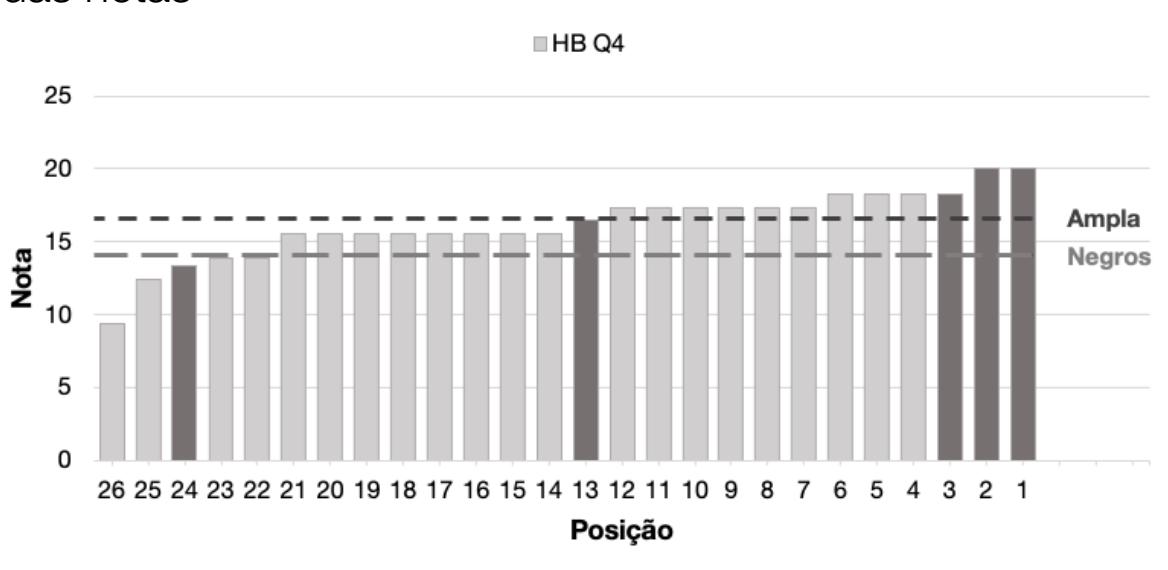
Jorge Pedreira e Fernando Dores Costa. D. João VI. Um príncipe entre dois continentes. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p. 13 (com adaptações).

Considerando que o fragmento de texto precedente tem caráter unicamente motivador, redija um texto dissertativo acerca do período no qual a Corte lusitana se transferiu para o Brasil e das implicações desse fato histórico para o Império ultramarino português. Em seu texto, aborde os seguintes aspectos:

- 1. a transferência da Corte de Lisboa para o Brasil e as questões diplomáticas do período;**
- 2. a interiorização da metrópole na colônia e as medidas que a identificam;**
- 3. o panorama político da monarquia e os consequentes movimentos políticos desse período no Brasil e em Portugal.**

*Extensão máxima: 60 linhas
[valor: 20,00 pontos]*

Distribuição das notas



Padrão de resposta da questão 4

O candidato deverá demonstrar — de forma direta, objetiva, e respeitando a sequência dos aspectos da questão — conhecimento da vida política e econômica do Brasil e de Portugal no referido período, contextualizando-a. Em sua redação, deve abordar o processo da transferência da Corte para o Brasil, explicando o motivo da fuga da Corte para o Brasil, correlacionando-o às invasões napoleônicas na Península Ibérica, e as estratégias diplomáticas do governo lusitano ante as pressões da Inglaterra e da França.

Em seguida deverá destacar as transformações estruturais feitas no Brasil, por ordem da Coroa, que configuraram a interiorização da metrópole na colônia nos seguintes níveis: a criação dos aparelhos institucionais de Estado e de órgãos burocráticos (tribunais, tesouro real e forças militares); a fundação de institutos de nível superior (faculdades de nível superior e institutos de artes e ciências); medidas de políticas econômicas (fundação do Banco do Brasil; fim da proibição de instalação de fábricas no Brasil e demais domínios ultramarinos); a abertura dos portos às nações amigas, extinguindo-se o exclusivo colonial e o tratado de aliança e comércio com a Inglaterra.

Por fim, deverá discorrer sobre o panorama político da monarquia portuguesa com a sede em sua colônia, explicando objetivamente: a elevação do Brasil a Reino Unido de Portugal e Algarves; a Revolução Pernambucana de 1817, identificando seu caráter republicano; a aclamação, no Brasil, de D. João VI como monarca; a Revolução Constitucionalista do Porto; e, por fim, o regresso da família real a Portugal e a permanência do príncipe D. Pedro no Brasil.

Cauê Rodrigues Pimentel

nota: **20/20**

A transmigração da Corte de Lisboa é evento singular da trajetória histórica luso-brasileira. Longe de ser um projeto novo – a refundação da corte nos trópicos já havia sido aventada por Padre Antonio Vieira e outros burocratas portugueses – a transmigração da Corte se faz em um momento delicado do quadro geopolítico e diplomático europeu. De modo amplo, a transmigração da corte gerou dinâmicas de ruptura e continuidade que seriam decisivas para o futuro das duas margens atlânticas do Império pluricontinental lusitano.

A transferência da Corte, em 1808, é o resultado de diversos episódios diplomáticos que refletem a balança de poder europeia, gravemente afetada pela ascensão do Império Napoléonico. Após o Decreto de Berlim – que proibía o comércio com os britânicos, instituindo o “Bloqueio Continental” – e após o Tratado de Fontainebleau (1807) entre espanhóis e franceses, o destino do pequeno território europeu Luso estava selado. Na impossibilidade de romper com a Inglaterra, com quem Portugal nutria uma relação profunda de dependência desde o século XVII, a Corte lusitana prepara sua “retirada estratégica” em direção a sua colônia mais importante. Com o apoio logístico e a proteção da armada britânica, a Corte de Lisboa se transfere para os trópicos.

A chegada da Corte ao Brasil transforma o “sentido da colonização”. Em primeiro lugar, finda o exclusivo colonial por meio da abertura dos portos às nações amigas, decisão crucial inspirada pelo futuro Visconde de Cairu. Em segundo lugar, revoga-se a proibição de manufaturas de 1785, permitindo atividades econômicas até então proibidas por Lisboa. Essas medidas econômicas e políticas são parte daquilo que Maria Odila chamou de “interiorização da metrópole”, um processo lento e dialético que, se por um lado, permitiu a continuidade da dinastia de Bragança – que escapou da aniquilação da Revolução Francesa -, por outro, colocou em marcha dinâmicas que alterariam o futuro dos trópicos, sobretudo a independência brasileira, a qual se difere bastante do resto das colônias hispanoamericanas que circundam o Brasil.

A interiorização da metrópole não se fez apenas por meio de medidas político-econômicas, mas também por meio de medidas culturais e administrativas que modificavam o status da Colônia. De fato, transmigrada o núcleo móvel da Coroa, D. João e seu entorno próximo, era necessário enraizar a corte nos trópicos. Uma série de medidas identificam esse processo: a criação da Imprensa Régia; a fundação do Banco do Brasil com fundos da Coroa; a criação de escolas de ensino superior; a construção do

Jardim Botânico; criação de teatros e museus; a atração de missões artísticas – francesa e austríaca – aos trópicos. Tudo isso buscava não apenas recriar uma corte europeia no Rio de Janeiro, mas também criava uma elite luso-brasileira no entorno da Coroa, enraizando a metrópole na estrutura local.

A presença política da Corte no Rio se manteria mesmo após a restauração do Congresso de Viena. De fato, para não perder seus direitos soberanos, D. João, sob a influência de Tayllerand, elevaria o Brasil à condição de Reino Unido. Criava-se, assim, situação *sui generis* na história das monarquias europeias modernas, onde o centro geopolítico de uma família real se encontrava abaixo da linha do Equador. No Brasil, destaca-se o surgimento de movimentos que se insurgem contra os gastos fiscais promovidos pela Coroa em benefício das elites do entorno carioca – tal qual a insurreição de 1817 no Recife (Revolta dos Padres). Já em Portugal, o Vintismo (1820) aproveitaria o sopro liberal da década e exigiria o retorno do rei para jurar uma constituição e lealdade às Cortes. Inicialmente entusiastas desse movimento, os brasileiros acreditavam na manutenção do Reino Unido, em pé de igualdade entre lusos e brasileiros. Desfeitas essas ilusões, uma vez que a hegemonia lusa nas Cortes suscitava o retorno a um status quo ante, precipitam-se os eventos que conduziriam à ruptura entre D. Pedro I e seu pai. Uma vez interiorizada a metrópole, não poderia haver retorno à subordinação colonial.

Conclui-se, portanto, que a transmigração da Corte é evento singular que deu a origem a um Império Híbrido Colonial, pluricontinental e que teve no Rio de Janeiro seu epicentro de comando. Por essas razões, Maria Odila defendia a tese que a independência brasileira é um longo processo que inicia em 1808 e se estende até meados das décadas de 1830-1840. Logo, é possível afirmar que a transmigração da corte possui implicações decisivas que ajudam a explicar a trajetória *sui generis* da independência e do império brasileiro.

AVALIAÇÃO

1. Apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado): 1/1

2. Desenvolvimento do tema

2.1. A transferência da Corte de Lisboa para o Brasil e as questões diplomáticas do período: 4/4

2.2. A interiorização da metrópole na colônia e as medidas que a identificam: 8/8

2.3. O panorama político da monarquia e os consequentes movimentos políticos desse período no Brasil e em Portugal: 7/7

Resultado

Nota: 20,00

Bernardo Macêdo Alves de Moraes

nota: **20/20**

A ideia de transferência da Corte portuguesa para o Brasil não era nova em 1808, já estando presente em propostas de Alexandre de Gusmão e outros intelectuais anteriores. A ideia de um Império Luso-Brasileiro identificava, no Brasil, o centro dinâmico da metrópole, onde o Império teria melhores condições de prosperar, entre territórios mais frágeis e onde não havia hegemonia de nenhum Estado. Nesse sentido, Rodrigo de Souza Coutinho já havia apresentado um projeto de transferência da corte para a América a d. João. Quando os conflitos europeus acirraram-se em 1804, Portugal estava completamente vinculado à Inglaterra; contudo Napoleão espalhou-se pelo continente e decretou um “bloqueio continental”, tentando enfraquecer o comércio inglês. Após longo período de negligência portuguesa, França e Espanha juntaram-se para invadir Portugal, que seria dividido pelo Tratado de Fontainebleau. Esse foi o momento ideal para pôr em prática o projeto de transferência da Corte, de maneira acelerada, mas não sem um projeto prévio. Na aplicação desse projeto de transmigração da corte, Portugal contou com grande apoio inglês, que já havia executado a transferência das cortes italianas no contexto da invasão napoleônica. Contudo, essa nova empreitada era bem mais complexa e a Inglaterra cobraria o preço.

Em 1807, a corte portuguesa partiu para o Brasil sob escolta inglesa. A primeira parada foi em Salvador, em 1808, onde sob influência do visconde de Cairu, D. João declarou a abertura dos portos às nações amigas. A medida desagradou à Inglaterra que buscava condições privilegiadas no mercado luso-brasileiro, de modo a firmar sua hegemonia. Os ingleses queriam uma tarifa preferencial e um porto exclusivo que seria concedido em Santa Catarina. Ocorre que a influência das ideias liberais do visconde de Cairu prevaleceram por algum período, mantendo-se o livre comércio. O Reino Unido enviou Lord Strangford para exercer pressões na corte, cobrando o preço da transmigração da corte, o que foi obtido, em 1810, em um conjunto de acordos conhecidos como “tratados desiguais”. Por meio do Tratado de Comércio e Navegação foi concedida tarifa preferencial de 16% à Inglaterra, menor inclusive que a concedida aos comerciantes portugueses – o que foi posteriormente corrigido. No Tratado de Amizade, estabeleceu-se a extraterritorialidade para ingleses, que deviam ser julgados por tribunais especiais, bem como direitos de culto religioso e cemitérios especiais. O tratado também garantiu aos Bragança que a Inglaterra só reconheceria essa dinastia nos territórios portugueses. Foi firmado, ainda, um acordo de troca de pacotes.

A transferência da corte marcou o que Maria Odila Diniz chamou de interiorização da metrópole, isto é, o deslocamento do centro de poder e do aparato estatal de Lisboa para o Rio de Janeiro. Foi necessário criar diversas instituições como tribunais, casa de moeda, Banco do Brasil, casa de pólvora,

entre outras, para que fosse possível estabelecer centro administrativo no Rio de Janeiro. A abertura dos portos significou o fim da colonização em termos comerciais (fim do exclusivo colonial), enquanto a elevação do Brasil a Reino Unido encerrou a experiência colonial sob a perspectiva política. Foi incentivado o acesso à cultura europeia, com missões artística e científicas da França, da Rússia e da Áustria. Criou-se o jardim botânico e as Faculdades de Direito e de Medicina, até então inexistentes em solo luso-brasileiro. Todo esse deslocamento ocorreu em detrimento do antigo polo de poder, Lisboa, e do norte-nordeste brasileiro, que arcavam com os custos no Rio de Janeiro e não eram favorecidos. O fiscalismo com relação ao nordeste levou à revolta de 1817, com atuação de seminaristas ilustrados do Seminário de Olinda. A revolta foi reprimida e muitos anistiados, porém mostrou que a periferia do império ainda estava insatisfeita. Em Lisboa, as insatisfações levaram ao movimento vintista liberal.

Com o fim do conflito europeu em 1815, não havia mais motivos de segurança para D. João ficar em terras americanas; porém o príncipe regente parece ter reconhecido o valor estratégico do projeto luso-brasileiro. A pressão inglesa reduziu e d. João articulou-se com outras nações. A própria ideia de criar um reino unido veio de Metternich, o chanceler austríaco, com quem se negociou o casamento de D. Pedro. Formou-se um novo grupo de poder no Brasil, formado pelos comerciantes portugueses, negociantes de escravo e pela elite agroexportadora. Em Lisboa, os comerciantes, sem exclusivo comercial, perderam espaço para os ingleses, que também detinham a administração da unidade aos a libertação dos franceses. Com a crescente influência liberal, articulou-se a revolução do Porto, que marca o choque dos dois lados do Atlântico no império luso-brasileiro. Os revoltosos exigem o retorno de d. João e da família real e uma constituição liberal. Os vintistas não buscavam um avanço liberal para todos, exigiam o retorno da submissão do continente americano, na condição de colônia. No Brasil, o novo grupo de poder articulou-se em torno de d. Pedro, que podia garantir a manutenção de seu poder. O processo de interiorização da metrópole continua, ao menos até 1830, uma vez que a Independência brasileira esteve sempre ameaçada por uma reunião do império luso-português. Durante todo processo de independência dominou a perspectiva de monarquia dual, fruto da aceitação de uma unidade entre as elites lusas no Brasil e na Europa.

AVALIAÇÃO

1. Apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado): 1/1

2. Desenvolvimento do tema

2.1. A transferência da Corte de Lisboa para o Brasil e as questões diplomáticas do período: 4/4

2.2. A interiorização da metrópole na colônia e as medidas que a identificam: 8/8

2.3. O panorama político da monarquia e os consequentes movimentos políticos desse período no Brasil e em Portugal: 7/7

Resultado

Nota: **20,00**

Jonas Teixeira Marinho

nota: **18,50/20**

As guerras napoleônicas promoveram significativas alterações na geopolítica europeia. O bloqueio continental, que visava a prejudicar a economia britânica ao impedir o acesso a mercados europeus, opôs Portugal e França. Aliado histórico da Inglaterra, o governo português não respeitou o bloqueio, o que ensejou a intervenção de Napoleão no país ibérico. Objetivando conservar o império, ainda que se alijasse de sua base territorial europeia, a corte portuguesa trasladou-se ao Brasil em 1808. O centro de poder do império português passava da Europa para a América, interiorizando a metrópole e preservando as colônias ultramarinas.

A transferência da Corte para o Brasil causou a transposição das disputas europeias para o continente americano. Em 1809, D. João VI invade a Guiana Francesa e ocupa Caiena, em retaliação à invasão napoleônica de Portugal. A ocupação portuguesa da região duraria até o Congresso de Viena, em que há devolução à França. Ademais, os acordos após o Tratado de Utrecht não são considerados válidos. A Inglaterra, que havia escoltado a corte e era aliada importante, logrou a concessão dos Tratados de 1810 de aliança e amizade e de comércio e navegação, com acesso privilegiado ao mercado brasileiro por meio de tarifas preferenciais. Antes disso, em 1808, houve abertura dos portos às nações amigas, rompendo com o exclusivo comercial metropolitano. A medida não agradou tanto aos ingleses, que preferiam ter um porto exclusivo em Santa Catarina. Houve influência do liberalismo do Visconde de Cairu. Ademais, no Prata há conflitos no território da Banda Oriental, em que o Império busca estabelecer soberania e combater o artiguismo.

A interiorização da metrópole pode ser identificada por medidas que indicam o traslado do aparato burocrático luso ao Brasil. A criação de instituições, como o Museu Nacional e o Jardim Botânico, além do traslado da biblioteca real indicam a permanência pretendida da corte. A ocupação de casas senhoriais pela corte também demonstrou ocupação permanente. O paço foi utilizado como sede do governo, que criou instituições para facilitar o governo. A interiorização se manifesta também na criação de aparato financeiro (Banco do Brasil). Em 1815, a colônia é elevada ao status de Reino Unido a Portugal e Algarves, abandonando seu estatuto colonial. Ademais, D. João VI é coroado no Brasil após a morte de sua mãe, D. Maria.

A monarquia era composta pela corte absolutista de D. João, com apoio da nobreza e do clero. Representava as forças do antigo regime. A Revolução Pernambucana de 1817 insurgiu-se contra esse panorama, ao defender o liberalismo e criticar o centralismo na corte. Teve apoio dos padres. A Rev. de

1820 em Portugal teve caráter liberal e criticou a permanência de D. João na corte mesmo após o fim do bonapartismo. Buscava elaborar uma nova constituição e formou as cortes em caráter deliberativo, exigindo a volta do Imperador. O Brasil foi representado por deputados nas Cortes, que tinha reflexos autoritários no país.

O autoritarismo das cortes ensejou movimento pela independência brasileira, em que o país tornou-se uma monarquia constitucional. Apesar disso, o Poder Moderador conservava resquícios do autoritarismo luso e do absolutismo. Os movimentos no Brasil após a independência mostram que ainda era preciso lutar pela liberdade. A interiorização da metrópole, portanto, salvou o Império ultramarino, mas facilitou a independência do Brasil, que tinha instituições para governar-se. Isso garantiu que o país não sucumbisse ao caudilhismo de seus vizinhos.

AVALIAÇÃO

1. Apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado): 1/1

2. Desenvolvimento do tema

2.1. A transferência da Corte de Lisboa para o Brasil e as questões diplomáticas do período: 4/4

2.2. A interiorização da metrópole na colônia e as medidas que a identificam: 8/8

2.3. O panorama político da monarquia e os consequentes movimentos políticos desse período no Brasil e em Portugal: 5,25/7

Resultado

Nota: **18,5**

COMENTÁRIO

Tive cerca de 35 minutos para fazer essa questão, por isso a repetição de palavras. Como o tempo estava difícil, não realizei planejamento prévio e tentei colocar o maior número de fatos possível. Nesse caso, funcionou bem. Nas questões de história, sei que há um debate entre estruturação argumentativa e aspectos factuais. Na minha experiência de anos tentando o concurso, creio que o mais importante é identificar o escopo da questão e buscar um equilíbrio. Há questões mais analíticas e questões mais factuais. Desse modo, a priorização vai depender do enunciado.

Nota média: Matheus Corradi de Souza
nota: **16,50/20**

A transferência da Corte portuguesa para o Brasil havia sido aventada por muitos antes mesmo da tempestade napoleônica assolar a Europa. Praticamente forçado a tal em 1807, com as tropas francesas e espanholas já em território português, D. João tomou a decisão que mudaria os destinos do Império português. No Brasil, livre das ameaças e dos constrangimentos impostos ao pequeno Portugal na Europa, D. João passou a sonhar com um novo império nos trópicos. Logo em seus primeiros anos no Rio de Janeiro, estabeleceu muitas instituições que iniciaram o que Maria Odila chamou de “interiorização da metrópole”. Seu sonho pessoal ruiu com a Revolução do Porto, que o forçaria a retornar à Europa e conduziria à separação do Brasil do Reino Unido.

Em meados da década de 1800, a supremacia francesa na Europa continental havia-se tornado incontestável. Incapaz, porém, de vencer a Marinha britânica – derrota em Trafalgar –, Napoleão não pôde subjugar militarmente a ilha. Visando a sufocá-la economicamente, então, o imperador francês decretou os chamados bloqueios continentais, pelos quais ficavam vedadas as relações econômicas com os ingleses. Como Portugal não cumprisse, passou a ser ameaçado pela França. Portugal dependia enormemente de suas colônias e não poderia correr o risco de sofrer o destino dinamarquês, que teve sua frota aniquilada pela Esquadra inglesa. O equilíbrio dos antagonismos tornou-se impossível em 1807, quando a França se aliou à Espanha para invadir e retalhar o território luso. Com escolta da Marinha britânica, D. João e a Corte embarcaram para o Brasil levando o Tesouro real, livros e muito do patrimônio português, e deixando a resistência em solo lusitano ao comando inglês.

O pagamento aos ingleses viria por adicionais concessões econômicas e políticas, mas estas não foram facilmente arrancadas do príncipe regente. Assim que aportou na Bahia, em 1808, sob influência do futuro visconde de Cairu, D. João decretou a abertura dos portos brasileiros ao comércio com as nações amigas – todas elas, sem exclusividade aos britânicos. Uma vez instalado no Rio de Janeiro, D. João se sentia seguro longe dos perigos da Europa e com possibilidade de construir um renovado império com base no Brasil. A pressão britânica, porém, não se fez esperar: em 1810, eram assinados os primeiros “tratados desiguais” no Rio de Janeiro, concedendo vantagens comerciais exclusivas aos produtos ingleses, com reciprocidade fictícia aos produtos luso-brasileiros; permitindo a concessão de uma jurisdição especial aos súditos ingleses nos domínios portugueses, escandalosa violação de soberania sem qualquer reciprocidade aos lusos em terras britânicas; e prevendo um início de combate ao tráfico de escravos.

No Congresso de Viena (1814-15), por sugestão francesa, D. João criou o Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves visando a ampliar seu poder de barganha nas discussões em curso. O Reino Unido veio para formalizar uma situação de fato: o estatuto colonial estava abolido e não havia mais subordinação entre as partes do império português. Mas a interiorização da metrópole fica mais clara pelas medidas concretas de D. João: criou, no Rio e em outras capitais, órgãos judiciais antes existentes apenas em Lisboa; fundou faculdades de Medicina (Salvador) e Direito (São Paulo e Recife); criou uma Academia Militar; fundou a Biblioteca Nacional, com um acervo impressionante, e uma imprensa régia; fundou o Jardim Botânico, onde mandou plantar espécies de todos os cantos do Império Português, de todos os continentes, e onde se passou a desenvolver importantes conhecimentos agrícolas. Além dessas e de outras medidas, houve evento simbólico que sacramentou a opção pela parte americana do Império: com a morte de sua mãe, D. João escolheu ser coroado no Rio de Janeiro – não sem certa resistência por parte de seus íntimos.

Os súditos brasileiros e portugueses que no Brasil tinham negócios foram muito beneficiados por essas medidas, mas os habitantes da antiga metrópole estavam insatisfeitos. Eles haviam lutado uma guerra dura contra os invasores franceses e, após a guerra, estavam sob governo de um general inglês; haviam perdido os privilégios de acesso ao mercado brasileiro e estavam empobrecidos e com dificuldades para reconstruir o país; e, na mentalidade do Antigo Regime, era crucial a proximidade com o rei, visto como fazedor de justiça. Foi nesse caldo que estourou a Revolução do Porto, que acabaria com o absolutismo luso e forçaria o retorno do rei; e que também, ao ameaçar as benesses logradas pelos luso-brasileiros, conduziria à independência em 1822. Pode-se argumentar, no entanto, que graças a esse processo de interiorização da metrópole, criaram-se condições institucionais, econômicas e mesmo psicológicas para que o Brasil não se esfacelasse após a independência. Graças ao sonho de grandeza de D. João, portanto, a maior e mais rica parte do Império português se manteve una, coesa – não, claro, sem passar por graves testes posteriores. (59 linhas)

AVALIAÇÃO

1. Apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado): 1/1

2. Desenvolvimento do tema

2.1. A transferência da Corte de Lisboa para o Brasil e as questões diplomáticas do período: 4/4

2.2. A interiorização da metrópole na colônia e as medidas que a identificam: 8/8

2.3. O panorama político da monarquia e os consequentes movimentos políticos desse período no Brasil e em Portugal: 3,5/7

Resultado

Nota: **16,5**

Pior nota: Anônimo

nota: **13,33/20**

A transferência da Corte de Lisboa para o Brasil insere-se em um contexto de Guerras Napoleônicas e de inserção internacional periférica de Portugal na Europa, situação na qual a aliança luso britânica, que data de antes dos tratados de Whitehall, Westminster e Methuen, viabilizou a manutenção da dinastia bragantina à frente do Império Português e a concretização do projeto de império luso-brasileiro, que data ao menos dos tempos do Pe. Antônio Vieira. Ao mesmo tempo, porém, essa transmigração deu as fundações da centralidade do Brasil nesse império – e de sua independência.

As relações externas de Portugal nos séculos XVIII e XIX são condicionadas às relações assimétricas suas com a Grã Bretanha; são, também, condicionadas às relações assimétricas entre Espanha e França – esta sendo rival da Grã Bretanha. Em ocasião da Revolução Francesa, Portugal, Espanha e Grã Bretanha econtaram-se aliados na Guerra da Primeira Coligação. Espanha, no entanto, acabou por aliar-se à antiga potência francesa depois da Batalha do Rossilhão. Já por meio do Tratado de Fontainebleau, França e Espanha decidiram pela partilha do território português, no contexto das Guerras Napoleônicas. Adicionalmente, a derrota francesa em Waterloo e o Bloqueio Continental reduziram as alternativas portuguesas, cujo território constituiu-se ativo estratégico para a Grã Bretanha, como entrada para a Europa. Essas condições favoreceram a convenção secreta por meio da qual a Grã Bretanha escoltaria a Corte Portuguesa em sua transmigração para o Brasil, restando Portugal sob a proteção e sob o comando militar britânicos.

Desde o fim da União Ibérica, a América portuguesa transformara-se em principal colônia lusitana, tendo o Império ultramarino português se tornado sobretudo atlântico. Ademais, tinha a América portuguesa as maiores rendas do Império no início do século XIX. Ao se transferir da Europa para o Brasil, não apenas a Corte escapava das Guerras Napoleônicas, como também encontrava-se em um território em que poderia exercer poder não como potência periférica subordinada à Grã Bretanha, mas como um Império propriamente. Como demonstração disso, iniciou ocupação de Caiena, em 1809, e da Banda Oriental, em 1811 e 1816.

A transmigração da Corte correspondeu à interiorização da metrópole, na medida em que as instâncias decisórias da administração e a elite portuguesa se instalou no Rio de Janeiro. Entre as ações que o demonstram estão o estabelecimento do Paço Imperial, do Horto Botânico, a imprensa real, o Gabinete Real de Leitura, a Escola de Medicina de Salvador, a Real Fábrica de Pólvora, as missões artística francesa e científica austríaca. A abertura dos portos às nações amigas, ainda em 1808, foi a primeira medida a eliminar, de fato, a condição de colônia, de forma que o comércio já não mais seria mediado por Lisboa. A ela somase também a revogação do alvará de 1785.

Talvez mais importante para essa interiorização, no entanto, foi o estabelecimento de vínculos de interesse entre portugueses e a elite colonial, até mesmo por vínculos de casamento. Dessa forma, portugueses passaram a ter, no território americano, elos mais fortes do que com a antiga metrópole, com a compra de terras, abertura de comércios, produção de prole. Esse caráter central da corte do Rio de Janeiro fortalece-se, ainda, com a elevação do status do território a Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves (1815). Essa decisão deu-se como demonstração de autonomia em relação à Grã Bretanha, que tinha em seu interesse o retorno da corte a Lisboa, e em sugestão de Talleyrand ao conde de Palmela.

A coroação de D. João como D. João VI, no Rio de Janeiro, em 1816, foi demonstração adicional dessa interiorização da metrópole. Efetivamente, como indica Jorge Pedreira e Fernando Dores Costa em D. João VI, era certo, ou ao menos assim parecia, que D. João não pensava em voltar.

O fim das Guerras Napoleônicas, no entanto, trouxe à tona a pressão da população peninsular pela volta do rei. A Revolução do Porto, de 1820, é a expressão dessa demanda, ao estabelecer uma constituição liberal que colocava em questão o controle do monarca sobre seu próprio território. Essa revolução levou às Cortes de Lisboa não apenas deputados de Portugal; os brasileiros, no entanto, eram sub-representados, de forma a não conseguirem representar os interesses dos brasileiros. Mais do que isso, portugueses nas Cortes de Lisboa defendiam uma forma de recolonização do território brasileiro, a começar com uma revogação da abertura dos portos brasileiros.

Em função dessas pressões, estabeleceram-se no Brasil dois “partidos”, um “brasileiro”, liderado por José Bonifácio de Andrada e Silva, e um “português”. Sob pressão do “Partido Brasileiro, o príncipe regente, D. Pedro, decidiu, em 1822, por permanecer no Brasil, fez publicar um Manifesto às Nações Amigas, convocou uma Assembleia e, por fim, declarou a Independência.

Os interesses da dinastia bragançina, no entanto, não cessariam, conforme o projeto de Constituição de 1823 foi abortado e outra, em 1824, foi outorgada pelo imperador D. Pedro I, agora não mais ao lado de José Bonifácio e do Partido Brasileiro, mas do Partido Português.

AVALIAÇÃO

1. Apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado): 0,5/1
2. Desenvolvimento do tema
 - 2.1. A transferência da Corte de Lisboa para o Brasil e as questões diplomáticas do período: 4/4
 - 2.2. A interiorização da metrópole na colônia e as medidas que a identificam: 5,33/8
 - 2.3. O panorama político da monarquia e os consequentes movimentos políticos desse período no Brasil e em Portugal: 3,5/7

Resultado

Nota: 13,33

banca:

*Everaldo Batista da Costa
Fernando Luiz Araújo Sobrinho*

_questão 1

Riscos físicos e catástrofes tendem a se repetir nos mesmos territórios. Porém, é necessário mudar a escala: o território do risco não se restringe à área da ocorrência, uma vez que podem ser sentidas as consequências de uma inundação sem necessariamente ter os pés na água.

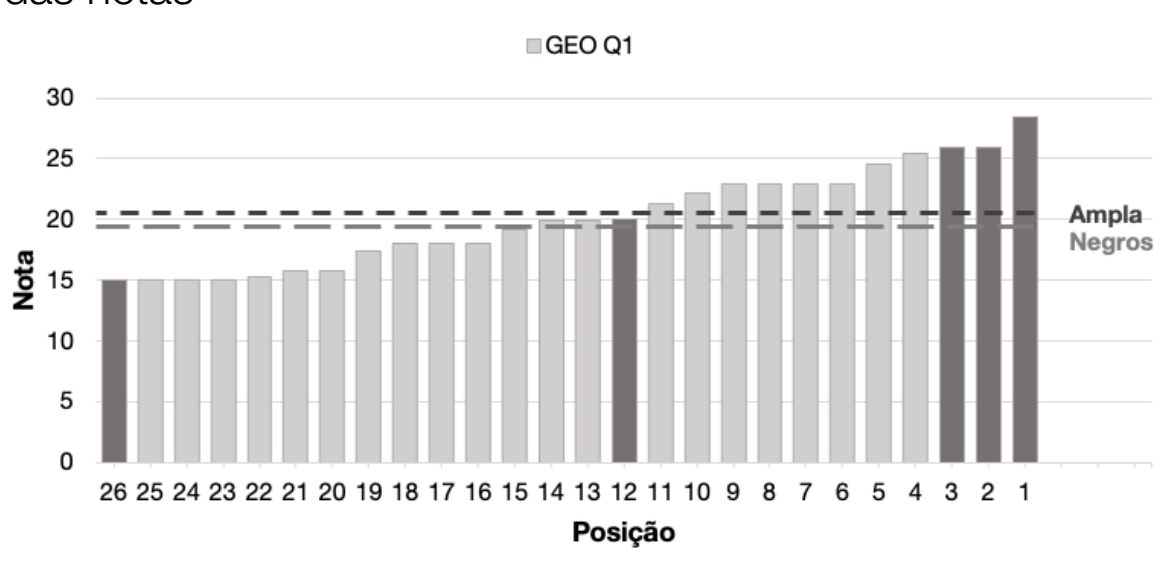
*Y. Veyret, M. Reghezza. **Vulnérabilité et risques. L'approche récente de la vulnérabilité. Responsabilité & Environnement**, 2006, n.º 43, p. 14 (com adaptações).*

Considerando que o fragmento de texto apresentado tem caráter motivador, elabore um texto dissertativo acerca do impacto, na perspectiva social, da produção dos riscos e da vulnerabilidade. Ao elaborar seu texto, faça o que se pede a seguir.

- 1. Explique os conceitos de risco, catástrofe e vulnerabilidade como elementos de produção social que correlaciona natureza e políticas.**
- 2. Explique como as práticas de desenvolvimento e as infraestruturas espaciais estabelecidas podem gerar riscos e vulnerabilidades.**
- 3. Aborde a situação do agronegócio como um caso ou fenômeno latino-americano relativo a desenvolvimento e infraestruturas geradoras de riscos e vulnerabilidades.**

*Extensão máxima: 60 linhas
[valor: 30,00 pontos]*

Distribuição das notas



Padrão de resposta da questão 1

1. Conceitos de risco, catástrofe e vulnerabilidade como elementos de produção social que correlaciona natureza e políticas

Existe um grande número de publicações internacionais que definem risco e vulnerabilidade, especialmente na perspectiva de perdas de vidas humanas ocasionadas por desastres. O **risco** é o fato provável em permanente ameaça para o homem e para a natureza. O conceito de risco está associado à probabilidade de perigo, com ameaça física para o homem e(ou) o meio ambiente, projetando, com alerta, o futuro de grupos sociais, de cidades, de países, do mundo; também aponta para tensão tanto a social quanto a natural, vinculadas e(ou) recíprocas, que podem emergir e fazer reproduzir o fato destrutor. Deve ser considerado que riscos ambientais e fragmentação social são convergentes, pois espaços de pobreza ou marginais constituem, frequentemente, cenas de catástrofes, em diferentes escalas de territórios.

A chamada **catástrofe** é a realização do risco que, decididamente, tem importante componente social, pois decorre da organização dos grupos humanos no território atingido, na mescla criada por fenômenos sociais e ação da natureza. Assim, a existência do risco depende de fatores naturais e do comportamento dos grupos sociais no ordenamento do território, concomitantemente. Caracterizam-se as catástrofes pelas grandes perdas humanas e econômicas sofridas em um lapso de tempo;

são fenômenos de caráter social, em termos do impacto e da origem — podendo esta ser natural —, assim como das reações e respostas que tais catástrofes suscitam na sociedade política e civil

A vulnerabilidade, essencialmente, diz respeito à exposição a um risco possível, que revela a fragilidade de um sistema. Ao envolver aspectos econômicos, refere-se a custos potenciais diretos de catástrofes, como danos a imóveis e a infraestrutura territorial. No âmbito sócio-organizacional, trata-se de fragilizados física e psicologicamente, com envolvimento na dimensão patrimonial e simbólica da vida. A vulnerabilidade é social, antes de tudo, e é definida pela posição do grupo na sociedade e de cada indivíduo no interior do grupo. A associação com a renda é direta. Invariavelmente, são as camadas mais pobres da população as mais atingidas com as situações de risco e de vulnerabilidade. Pode ser dito, ainda, que a vulnerabilidade tem uma dimensão objetiva — mensurável do ponto de vista socioeconômico e ambiental — e outra subjetiva, dada pela percepção social da própria vulnerabilidade, o que leva à correlação necessária entre os dados concretos oficiais sobre a vulnerabilidade. É importante frisar que o **risco** em sentido amplo, a **catástrofe** como a operação do risco e a **vulnerabilidade** social e ambiental não podem ser enfocados sem que sejam considerados o contexto histórico que os tenha produzido e, especialmente, as relações com o espaço geográfico, os modos de ocupação do território e as relações sociais características da época.

2. Formas como as práticas de desenvolvimento e as infraestruturas podem gerar riscos e vulnerabilidades

A realização da ameaça anunciada como risco enlaça políticas e economias espaciais, associadas às narrativas da vida, da morte, da produção e do consumo tecnológicos. São justamente tais narrativas que, somadas ao desenvolvimento de base técnica e tecnológica podem retroalimentar o risco como componente econômico e político. Nesse sentido, **práticas de desenvolvimento e infraestruturas espaciais estabelecidas** podem gerar riscos e vulnerabilidades quando há um descompasso entre o seu potencial de impacto e suas componentes hegemônicas sobre o território e os seguintes pontos: (i) a pertinência da apropriação e de usos/capacidade de carga do território e (ii) as estruturas econômicas, os interesses populares e o potencial de preservação dos diferentes grupos sociais localizados. A dicotomia sociedade × natureza, uma construção do século XIX, garantiu com a justificativa das benesses técnicas a manipulação da natureza, a ponto de, paradoxalmente, favorecer a produção socioeconômica dos riscos, no século XXI. Nesse sentido, a discussão ambiental conduzida de acordo com categorias tecnoquímico-biológicas deixa escapar os conteúdos e as consequências sociais, políticas e culturais dos riscos da modernização realizados com os eventos naturais.

3. Situação do agronegócio como um caso ou fenômeno latino-americano relativo a desenvolvimento e infraestruturas geradoras de riscos e vulnerabilidades

Um dos muitos exemplos de casos ou fenômenos latino-americanos sobre desenvolvimento e infraestruturas geradoras de riscos e de vulnerabilidades diz respeito ao agronegócio. Várias fontes comentam o aumento exacerbado do uso de fertilizantes agrícolas na maioria dos países do continente, o que sugere o descompasso do desenvolvimento em duas de suas variantes: a individual-social, que promove a vulnerabilidade no consumo, e a econômica-capitalista, alavancada pela produção tecnificada. À exceção de Cuba, que apresenta reduzida incidência de uso de insumos agrícolas e consequente redução de índices de risco à vida humana, vários outros países tiveram grande elevação dos riscos à saúde e à vida, por meio do uso indiscriminado de fertilizantes, nos últimos vinte anos. O Brasil apresenta um dos maiores aumentos no uso dos insumos, relativamente à América Latina e ao Caribe, pela característica globalizada da sua produção na dimensão do agronegócio tecnificado.

Raphael Azevedo França

nota: **28,38/30**

A política é a expressão das sociedades em sua relação de transformação da natureza. O risco é inerente às atividades humanas, enquanto as catástrofes são, em geral, fenômenos cíclicos que evidenciam o poder do meio natural. As vulnerabilidades, por sua vez, são reveladoras das desigualdades sociais para lidar com a natureza. Nesse sentido, o papel regulador do Estado e a gestão empresarial demonstram dicotomia que vai além daquela entre homem e natureza, qual seja, como definir o que é desenvolvimento e o que são custos. A transformação do território brasileiro para atender às demandas do agronegócio, desse modo, demonstra como certa visão do desenvolvimento pode gerar riscos e vulnerabilidades.

Diante das crescentes tragédias ambientais, como furacões e terremotos, parece prevalecer a dicotomia entre homem e natureza, com prevalência desta. Trata-se, entretanto, de visão fragmentada que dissocia o homem do seu contexto, tornando-no mero sujeito. Nesse sentido, o fenômeno social frente à natureza é eminentemente político. Assim, o risco é inerente a qualquer atividade humana e resulta da observação histórica ou empírica das condições de dado território. Em zona sísmica, por exemplo, elaboram-se códigos de construção mais rígidos diante dos riscos. Nesse caso, é uma política social que busca promover o convívio com a natureza.

A catástrofe, por sua vez, é situação que extrapola a previsibilidade do risco, como inundações extraordinárias, a exemplo do que ocorreu em Florença nos anos de 1960. A catástrofe ocorre quando a natureza sobrepuja a própria capacidade de produção social que, se possível for, busca assimilar a catástrofe como alerta para novos riscos. O Acordo de Paris e os esforços globais para reduzir as emissões de carbono seria expressão política para reagir à possível catástrofe, dirimindo seus riscos climáticos.

Já a vulnerabilidade seria a imposição dos riscos e das catástrofes como produção social política de desigualdade frente à natureza. Riscos e catástrofes são fenômenos naturais, vulnerabilidades, por sua vez, são fenômenos humanos. Assim, o recente incêndio do Museu Nacional no Rio de Janeiro resulta da vulnerabilidade engendrada pela política, já que era possível prevenir os riscos de incêndio diante de eventual catástrofe que, de fato, ocorreu. Note-se que esta catástrofe, conforme o excerto de Veyret e Reghazza, expôs os riscos e afetou todo o patrimônio cultural do país, tanto material quanto o imaterial.

Para Harvey e Becker, o Estado tem desempenhado papel fundamentalmente regulador. Ele tem atendido às demandas corporativas para a reprodução do capital no território, em perspectiva, por vezes, contraditória das noções de desenvolvimento e de custos - estes devem ser incluídos nos riscos

e nas vulnerabilidades da questão do desenvolvimento e da infraestrutura. Assim, quando o Estado ou empresas optam por investir na fluidez de um território, os impactos das externalidades advindas devem ser considerados. Por exemplo, a extensão de uma linha de metrô pode valorizar o seu entorno na cidade, mas pode trazer riscos, como o aumento dos índices de violência pelo maior trânsito de pessoas, e expor vulnerabilidades, como a expulsão de populações carentes por conta da valorização dos aluguéis, conforme ocorre com o fenômeno da « gentrificação ». Uma prática de desenvolvimento urbano sustentável, conforme o Objetivo do Desenvolvimento Sustentável no 11, seria levar em consideração tais riscos com políticas preventivas de mitigação, assim como de investimentos nos indivíduos para criar comunidades resilientes.

O agronegócio na América Latina é particularmente revelador nesse sentido, já que muitas de suas demandas corporativas por regulação e infraestrutura têm acarretado custos humanos e ambientais, expondo riscos e vulnerabilidades. A chamada « inversão logística » para o Norte, com rodovias, hidrovias e silos de armazenamento na Amazônia, tem posto em risco a preservação da cobertura vegetal, particularmente, por conta de Código Florestal que atende aos desígnios da « bancada ruralista », tornando a infraestrutura vetor de desmatamento. Sob estes parâmetros de desenvolvimento com o intuito de reprodução do capital, sofrem populações indígenas, quilombolas e ribeirinhas, expulsas, segundo Elias, por conta do poder avassalador de incorporação de terras para formação de latifúndios pelo agronegócio.

A necessidade de acesso à água pelo « agrohídronegócio », conforme Antônio Thomaz, tem acarretado riscos para os lençóis freáticos no Centro Oeste, com diminuição de seus níveis que torna vulneráveis agricultores familiares dependentes de poços artesianos. Se tomado globalmente o agronegócio no Centro-Oeste, MaToPiBa e Amazônia, os riscos de desmatamento, poluição das águas e uso intensivo de agrotóxicos trazem danos para a saúde humana em todo o planeta e expõem vulnerabilidade do sistema climático sul-americano, como observado nas perturbações dos chamados « rios voadores ».

Se o desenvolvimento põe a natureza em risco, quem se torna vulnerável é o homem. Tem-se observado número cada vez maior de catástrofes, porém apenas o engajamento de políticas sociais que transformem a relação entre homem-natureza de sua base dicotômica para compreensão holística pode trazer resiliência e criar lugares de sustentabilidade.

AVALIAÇÃO

1. Apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado): 1,5/1,5
2. Desenvolvimento do tema
 - 2.1. Conceitos de risco, catástrofe e vulnerabilidade como elementos de produção social que correlaciona natureza e políticas: 12/12
 - 2.2. Formas como as práticas de desenvolvimento e as infraestruturas podem gerar riscos e vulnerabilidades: 4,88/6,5
 - 2.3. Agronegócio como um caso ou fenômeno latino-americano relativo a desenvolvimento e infraestruturas geradores de risco e vulnerabilidades: 10/10

Resultado

Nota: 28,38

Cauê Rodrigues Pimentel

nota: **25,88/30**

Risco, vulnerabilidade e catástrofe são conceitos correlacionados. De fato, a moderna gestão dos territórios exige a incorporação desses conceitos na formulação de políticas públicas eficientes. É nesse sentido que se debate atualmente, inclusive nas Nações Unidas, a ideia de cidades resilientes, capazes de gerenciar os aspectos negativos da produção espacial. Catástrofes recentes como o desastre socioambiental de Mariana evidenciam a necessidade de se repensar os grandes projetos de desenvolvimento e os riscos associados a eles. De modo análogo, o modelo de agronegócio monocultor exportador exige um balanço crítico de seus riscos e da sua produção de vulnerabilidades sociais e ambientais.

Muitas vezes, as noções de risco, vulnerabilidade e catástrofe se confundem; pode-se, contudo, formular diferenciações. O risco está relacionado à possibilidade de efeitos colaterais resultantes de eventos naturais ou produzidos pela agência humana; como ressalta o sociólogo Ulrich Beck, em seu livro “Sociedade de Risco”, praticamente toda ação comporta, dialeticamente, um risco. Já a vulnerabilidade representaria o grau de exposição de um determinado grupo aos efeitos políticos-sociais de uma ação ou fenômeno natural. Vide, por exemplo, o caso das cidades americanas na Flórida e as cidades do território de Porto Rico: ambas estão expostas aos riscos de eventos climáticos extremos, mas as cidades norte-americanas são muito menos vulneráveis aos efeitos deletérios de tal evento. Finalmete, o conceito de catástrofe se referiria aos efeitos consumados, geralmente de ampla escala, de eventos adversos. No caso da catástrofe, já não há espaço para prevenção, apenas para a contenção de danos e de eventuais reparações. Daí a necessidade de se pensar a gestão dos riscos e a diminuição das vulnerabilidades, de modo preventivo.

A construção de grandes infraestruturas espaciais geralmente acarreta riscos e vulnerabilidades. A construção de grandes hidrelétricas cria riscos de grandes acidentes que extrapolam o território da usina; por outro lado, ela gera vulnerabilidades na medida em que expõe populações locais a problemas antes inexistentes: é comum que grandes projetos de usinas gerem cidades adjuntas as quais apresentam proliferação de criminalidade e outros problemas sociais em função da ausência do Estado, configurando verdadeiros territórios de exceção, decorrentes de grandes projetos. Outro exemplo da relação dialética entre modelo de desenvolvimento e geração de riscos e vulnerabilidades é o da especulação imobiliária. Populações pobres são mais vulneráveis aos processos predatórios de incorporação imobiliária; esse movimento acaba expulsando esses grupos para zonas periféricas, com carência de serviços e habitações subnormais expostas a riscos sociais e a catástrofes naturais – enchentes, deslizamentos de terras em áreas chuvosas, etc. Essa correlação entre desenvolvimento urbano e criação de risco/vulnerabilidade fica

evidente, por exemplo, no reordenamento urbano do Rio de Janeiro em função das Olimpíadas ou no processo de gentrificação do centro de São Paulo.

No caso do agronegócio, sobretudo no circuito produtivo da soja que tem se espreado em direção a países vizinhos, a produção de riscos e vulnerabilidades é crítica principalmente em áreas de fronteira agrícola. Pequenos produtores, populações tradicionais e reservas indígenas são particularmente vulneráveis à expansão da arena de produção da soja, muitas vezes resultando em conflitos violentos pelo uso da terra. Pelo lado dos riscos, a criação de infraestruturas logísticas de suporte à produção agropecuária, principalmente a abertura e o asfaltamento de rodovias, gera riscos à proteção ambiental de áreas sensíveis. O polêmico asfaltamento da rodovia Manaus-Porto Velho evidencia a correlação de risco entre asfaltamento e desmatamento. Igualmente, a utilização intensiva de químicos na lavoura pode acarretar a contaminação de águas subterrâneas ou de rios, gerando impactos catastróficos que extrapolam o território da produção agrícola. Assim, ecossistemas adjacentes – como o Pantanal – são particularmente sensíveis aos riscos ambientais do agronegócio.

A incorporação dos conceitos de risco, vulnerabilidade e catástrofe são complementares e devem ser incorporadas à gestão sustentável do território. No Brasil é patente o conflito entre uma gestão responsável dos recursos naturais e os interesses predatórios da exploração econômica do território. Nesse sentido, a incorporação desses conceitos pode gerar políticas menos impactantes e territórios mais resilientes aos fatores de vulnerabilidade e risco decorrentes dos grandes projetos de desenvolvimento.

AVALIAÇÃO

1. **Apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado): 1,5/1,5**
2. **Desenvolvimento do tema**
 - 2.1. **Conceitos de risco, catástrofe e vulnerabilidade como elementos de produção social que correlaciona natureza e políticas: 12/12**
 - 2.2. **Formas como as práticas de desenvolvimento e as infraestruturas podem gerar riscos e vulnerabilidades: 4,88/6,5**
 - 2.3. **Agronegócio como um caso ou fenômeno latino-americano relativo a desenvolvimento e infraestruturas geradores de risco e vulnerabilidades: 7,5/10**

Resultado

Nota: 25,88

Bernardo Macêdo Alves de Moraes

nota: **25,38/30**

As dinâmicas socioeconômicas com o espaço geográfico criam riscos de impactos sociais e ambientais, bem como podem reduzir as vulnerabilidades inerentes ao espaço natural. Nesse sentido, as políticas de desenvolvimento devem atentar para que as práticas socioeconômicas não criem riscos maiores que os necessários e as infraestruturas espaciais contribuam para a redução das vulnerabilidades, mesmo com o objetivo de reduzir impactos e a ocorrência de catástrofes naturais ou decorrentes da atividade humana. Na América Latina, como região dependente do capital ligado ao agronegócio, pode-se verificar riscos e vulnerabilidades decorrentes dessa inserção no capitalismo global.

Os conceitos de risco, catástrofe e vulnerabilidade relacionam-se com elementos de natureza política e ambiental. O risco é uma situação de potencial impacto de um evento natural ou humano, que pode gerar uma catástrofe; isto é um impacto efetivo. Os países da Ásia, no litoral do Oceano Índico, por exemplo, apresentam riscos decorrentes de eventos de monções, que podem causar catástrofes como o desalojamento de populações em condições de moradias mais precárias. Nesse sentido, a vulnerabilidade é o grau de risco das estruturas socioeconômicas, que podem reduzir impactos ou aumentá-los. A vulnerabilidade dos refugiados rohingjas em direção a Bangladesh, com habitações precárias e pouca estrutura física, torna-os um grupo vulnerável aos efeitos das monções. Dessa forma, as políticas socioeconômicas têm o potencial de reduzir ou de agravar situações de risco e de vulnerabilidade, aumentando ou reduzindo a incidência de catástrofes. O potencial desses eventos decorre, em grande maioria, de elementos naturais, distantes do controle humano, como furacões, vulcões, monções, secas e outros eventos ambientais; porém seus efeitos sobre a população podem ser reduzidos por meio do desenvolvimento ordenado e da construção de infraestruturas adequadas, da mesma forma que podem agravá-los ou, até mesmo, criá-los.

As práticas de desenvolvimento e as infraestruturas espaciais são da maior importância para a sustentabilidade nas áreas urbanas e rurais. Por esse motivo, foram incluídos nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, na Agenda 2030, o objetivo 11 de criar comunidades e cidades sustentáveis. O desenvolvimento precário nos meios urbanos e rural têm potencial de aumentar vulnerabilidades e de gerar riscos, abrindo espaço para ocorrência de danos socioeconômicos. Práticas de desenvolvimento desigual têm gerado um aumento dos aglomerados subnormais em países desenvolvidos e em desenvolvimento. Essa periferização urbana gera riscos físicos e sociais às comunidades periféricas. Sob uma perspectiva de riscos físicos, são conhecidas as vulnerabilidades que as comunidades periféricas sofrem, como a possibilidade de desabamentos, em razão de eventos naturais ou mesmo sem eles. Além disso, os ambientes periféricos podem gerar riscos sociais como uma “armadilha de pobreza”, reduzindo a mobilidade social daqueles

grupos que vivem, por exemplo, em aglomerados subnormais. Dessa forma, os efeitos das práticas de desenvolvimento espalham-se para além do território que apresenta maiores riscos, criando um espaço pouco integrado mesmo ao mercado capitalista nacional. É clássica a comparação entre eventos similares em países desenvolvidos e em países em desenvolvimento. Os efeitos gerados por furacões no Haiti e na Florida diferem em grande escala, em grande parte pela capacidade de o Estado americano ter sido capaz de desenvolver uma infraestrutura espacial que torna seu território menos vulnerável e com riscos menores.

O modelo latino-americano de inserção no capitalismo global é marcado pela atuação do capital no agronegócio, o que gerou infraestruturas espaciais próprias para esse modelo. Muitas vezes, essas infraestruturas geram riscos e vulnerabilidades para as regiões em que estão instaladas, nos âmbitos ambiental e social. Sob a perspectiva ambiental, há um modelo de baixa sustentabilidade, com uso intensivo de bens naturais. O capital do agronegócio depende do domínio sobre terras e água para que possa exercer suas atividades. O uso intensivo dos recursos hídricos, até em áreas com déficit de água, põe em risco a sustentabilidade do modelo de desenvolvimento. O agrohidronegócio apropria-se da água para produzir bens de baixo valor agregado em uma cadeia curta de produção. Os riscos são o agravamento do impacto de secas e a degradação das nascentes. O uso de agrotóxico tem potencial de contaminação de solos e aquíferos. Além disso, as atividades causadoras do desmatamento criam novos riscos ambientais, sobretudo decorrentes da pecuária, comprometendo microclimas e danificando vegetações ciliares, o que leva a assoreamento de rios. Sob a perspectiva social, a expansão do agronegócio também gera riscos e vulnerabilidades, levando a conflitos fundiários e ao desalojamento de comunidades. A alta mecanização da atividade agrária na América Latina leva à pouca incorporação de trabalhadores no processo produtivo. Nesse sentido, o agronegócio ocupa as melhores terras e perifereiza a população camponesa para áreas que apresentam maior risco e mais vulnerabilidade, em períodos de secas ou de inundações, bem como em decorrência do uso de agrotóxicos que contaminam os recursos hídricos. Populações marginalizadas, como indígenas e quilombolas, também acabam expulsas de suas terras, pela pouca capacidade de resistência ao agronegócio.

As práticas espaciais têm potencial de gerar ou de reduzir riscos e vulnerabilidades. Na América Latina, o avanço do agronegócio e de sua estrutura gera riscos ambientais e sociais decorrentes de suas atividades. Nesse contexto nota-se que a relação do capital com os recursos naturais é predatória e cria situações de vulnerabilidade para setores com menor poder político e econômico, seja pelos impactos ambientais decorrentes da atividade agropecuária ou pelas relações fundiárias decorrentes do avanço desse modelo de desenvolvimento. Dessa forma cabe uma reavaliação das relações socioespaciais na América Latina, de modo a reduzir vulnerabilidades e riscos decorrentes da atividade do complexo agroindustrial.

AVALIAÇÃO

1. Apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado): 1,5/1,5
2. Desenvolvimento do tema
 - 2.1. Conceitos de risco, catástrofe e vulnerabilidade como elementos de produção social que correlaciona natureza e políticas: 9/12
 - 2.2. Formas como as práticas de desenvolvimento e as infraestruturas podem gerar riscos e vulnerabilidades: 4,88/6,5
 - 2.3. Agronegócio como um caso ou fenômeno latino-americano relativo a desenvolvimento e infraestruturas geradores de risco e vulnerabilidades: 10/10

Resultado

Nota: 25,38

Nota média: Maurício Gurjão Bezerra Heleno

nota: **20/30**

No século XXI, as relações entre sociedade e natureza têm tornado-se mais complexas, de modo que os impactos das ações humanas sobre o meio ambiente são cada vez mais profundos e tendentes a gerar desequilíbrios sociais e ambientais. No que diz respeito às escalas geográficas, os impactos ambientais das ações humanas tornaram-se globais, como demonstra o problema do aquecimento global. A consolidação de um capitalismo globalizado levou a uma crescente incorporação de territórios à atividade produtiva e à circulação de mercadorias. Em razão disso, o contexto de forte competitividade global faz que a incorporação de novos territórios aconteça de modo predatório, com consequências sociais graves, como a produção de riscos físicos e catástrofes.

O controle do território e sua integração aos fluxos capitalistas globais são características importantes do atual estágio da globalização. Com a criação de um espaço econômico mundial, as especificidades locais tornaram-se mais importantes para a acumulação de capital, uma vez que elas podem representar ganhos de competitividade no processo produtivo. O espaço natural, portanto, é cada vez mais artificializado e privado de suas características originais, tornando-se valor de troca e fonte de lucro. Há, portanto, uma produção social que correlaciona natureza e políticas, muitas vezes em detrimento do meio ambiente e de comunidades locais. Nesse processo de artificialização dos espaços naturais, muitas vezes se criam ou se agravam riscos, situações nas quais a integridade e as características de um território e uma comunidade estão sob ameaça. Diretamente associado à criação de riscos está a produção de vulnerabilidades, que representam a exposição potencial aos efeitos da ação humana sobre o ambiente e a sociedade. Além disso, a catástrofe representa o desastre ambiental em si, a culminação de uma exposição a riscos e vulnerabilidades. Atualmente, a escala e as relações entre esses fatores tornaram-se globais. Assim, a produção de gases de efeito estufa nos EUA, por exemplo, produz riscos, vulnerabilidades e catástrofes no mundo todo, como nos pequenos Estados insulares, cuja existência se encontra ameaçada pelo aumento dos níveis do mar. Trata-se, portanto, de produção de riscos por meio de ações humanas e decisões políticas, como a de manter a produção energética vinculada às fontes fósseis.

A produção de riscos e vulnerabilidades também está associada à busca do desenvolvimento e à produção de infraestruturas espaciais desenvolvidas para essa finalidade. Sobretudo em países de tradição colonial, como o Brasil e os países latino-americanos, prevaleceu um modelo de “economia de fronteira”, baseado na contínua incorporação de espaços à atividade produtiva, sem grandes preocupações ambientais ou sociais. Atualmente, ainda que o discurso do desenvolvimento sustentável

esteja oficialmente consolidado no discurso político, a incorporação de novos espaços à produção ainda produz fortes impactos. No Brasil, por exemplo, a construção da Usina de Belno Monte teve como fundamento a produção de energia necessária ao desenvolvimento da região amazônica. Contudo, ao descaracterizar as propriedades naturais dos cursos dos rios e da floresta, a usina favorece também a produção de riscos e vulnerabilidades ambientais e sociais. O alagamento de uma grande área da floresta propicia enchentes violentas em períodos de chuva, e o deslocamento de comunidades locais gera pobreza e violência nas cidades próximas. A transformação dos espaços naturais, portanto, gera novos desequilíbrios entre sociedade e natureza.

A ação do agronegócio é um caso particular de produção de riscos e vulnerabilidades no espaço latino-americano. Trata-se de atividade econômica intensiva em água e terra, crescentemente produtiva e integrada aos fluxos comerciais globais, mas também crescentemente concentradora de terra e de riqueza. Na esteira da “revolução verde”, o agronegócio incorporou tecnologia à produção, mas também componentes químicos que geram degradação dos solos e das correntes de água. No caso brasileiro, o agronegócio, ao expandir sua área produtiva, como no caso da área do MATOPIBA, tem provocado devastação do Cerrado, bioma responsável por grande diversidade de espécies animais e vegetais e lugar de nascente de importantes rios, como São Francisco e Paraná. A ação do agronegócio, portanto, embora se localize sobretudo no interior do espaço latino-americano, produz riscos e vulnerabilidades em escalas cada vez maiores, demonstrando que o “território do risco não se restringe à área da ocorrência”.

A ação humana predatória sobre o meio ambiente aprofundará riscos e vulnerabilidades e acarretará catástrofes cada vez mais profundas. Em consequência da globalização, a ação humana tem impactos que não se restringem à escala local, afetando comunidades e ecossistemas em diversas partes do planeta. A lógica da incorporação de novos lugares à atividade produtiva tende a agravar o processo, pois espaços naturais são descaracterizados a fim de servirem de valor de troca e de ganhos de competitividade. Nesse contexto, a América Latina encontra-se em situação delicada, pois o avanço do agronegócio aprofunda vulnerabilidades ambientais e sociais de longa data.

AVALIAÇÃO

1. Apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado): 0,75/1,5
2. Desenvolvimento do tema
 - 2.1. Conceitos de risco, catástrofe e vulnerabilidade como elementos de produção social que correlaciona natureza e políticas: 6/12
 - 2.2. Formas como as práticas de desenvolvimento e as infraestruturas podem gerar riscos e vulnerabilidades: 3,25/6,5
 - 2.3. Agronegócio como um caso ou fenômeno latino-americano relativo a desenvolvimento e infraestruturas geradores de risco e vulnerabilidades: 10/10

Resultado

Nota: 20,00

Pior nota: Anônimo

nota: **15/30**

O processo de desenvolvimento econômico e crescimento demográfico impacta o território, em uma dinâmica que pode ser geradora de riscos e vulnerabilidade, tanto no urbano quanto no rural. Nesse sentido, cabe analisar o modo tais conceitos são condicionados tanto por elementos políticos quanto pelos aspectos físicos do território, levando em consideração, ainda, os efeitos das catástrofes naturais. Para tanto, deve-se, também explicar como as infraestruturas espaciais estabelecidas são definidoras do risco e da vulnerabilidade no território, bem como o modo pelo qual o agronegócio contribuiu para a conformação de espaços, tanto na cidade quanto no campo, marcados por elevados risco e vulnerabilidade, na América Latina.

Classificar determinada parte do território enquanto arriscada ou vulnerável é empreendimento que requer a consideração de elementos físicos, sociais e políticos. O risco e a vulnerabilidade de uma área, nesse sentido, são condicionados pela qualidade de sua infraestrutura, oferta de serviços básicos, oportunidade de empregos e índice de desenvolvimento humano. A construção de habitações nas encostas de morros, processo típico das dinâmicas de favelização brasileira, por exemplo, gera espaços de alto risco – porquanto estejam particularmente suscetíveis a catástrofes naturais, como o desmoronamento provocado por fortes chuvas – e de vulnerabilidade acentuada – porquanto se tratem de espaços de baixa resiliência, carentes dos recursos naturais e políticos que possibilitariam a atenuação dos efeitos da catástrofe. Por outro lado, os efeitos disruptivos de uma catástrofe podem acarretar consequências que irradiam do lugar de ocorrência para as áreas do entorno, caso estas também sejam vulneráveis.

As infraestruturas espaciais que geram riscos e vulnerabilidades nos territórios são tributáveis das práticas de desenvolvimento levadas a cabo. A urbanização acelerada e concentrada pela qual passou a América Latina no século XX, por exemplo, contribuiu para que as redes urbanas dos países latinoamericanos fossem macrocefálicas e desequilibradas. Nesse diapasão, a concentração das pessoas nas grandes metrópoles – resultado tanto do elevado crescimento natural, propiciado pela industrialização, quanto pelas dinâmicas de êxodo rural – descambou em processos de periferização e segregação intraurbana. Os indivíduos mais pobres, alijados dos espaços de maior luminosidade e dinamismo, precisaram ocupar áreas distantes do centro ou assentar-se, irregularmente, em espaços como as encostas de morros ou às margens de rios. As deficiências estruturais desses espaços, consequência da urbanização desordenada, consubstancia-se em situações de alto risco e vulnerabilidade. Em um círculo vicioso, essas características, geradas pela desigualdade social, configuram verdadeira armadilha de pobreza, uma vez que contribuem para acentuação das desigualdades, como se discutiu na última Conferência das Cidades, em Santiago do Chile.

Nesse contexto, o agronegócio latinoamericano, conquanto tenha sido importante vetor de desenvolvimento econômico na região, também contribuiu para o estabelecimento de áreas geradoras de risco e vulnerabilidades no rural e no urbano. No que diz respeito às cidades, o processo de concentração fundiária que marcou o desenvolvimento do agronegócio na América Latina provocou dinâmicas de êxodo rural que contribuíram para o inchaço das cidades. No campo, por sua vez, o desenvolvimento do agronegócio redundou na diminuição das áreas médias dos terrenos ocupados por agricultores familiares. No último Censo Agropecuário brasileiro, por exemplo, relata-se que o tamanho total das áreas dedicadas às atividades agropastoris aumentou, de 2006 a 2016, embora o número total de estabelecimentos tenha diminuído. Esse processo de concentração fundiária associa-se, ainda, com os efeitos colaterais da atividade do agronegócio, como a poluição dos corpos d'água e o desgaste do solo. Nesse sentido, os agricultores familiares tornam-se mais vulneráveis, uma vez que seus meios de sustentação ficam comprometidos e sua capacidade de reagir a fenômenos, como secas, diminui.

Considerando o exposto, conclui-se que o investimento no aumento da resiliência urbana – através, por exemplo, de projetos de slum upgrading –, bem como iniciativas que visem a melhorar as condições no rural, são essenciais para que se logre um desenvolvimento sustentável.

AVALIAÇÃO

1. Apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado): 0,75/1,5

2. Desenvolvimento do tema

2.1. Conceitos de risco, catástrofe e vulnerabilidade como elementos de produção social que correlaciona natureza e políticas: 6/12

2.2. Formas como as práticas de desenvolvimento e as infraestruturas podem gerar riscos e vulnerabilidades: 3,25/6,5

2.3. Agronegócio como um caso ou fenômeno latino-americano relativo a desenvolvimento e infraestruturas geradores de risco e vulnerabilidades: 5/10

Resultado

Nota: 15,00

COMENTÁRIO

Nota do candidato: elaborei recursos para os quesitos 2.2 e 2.3 desta questão. Recebi a mesma resposta genérica para ambos, assim como para todos os outros recursos das outras questões da prova de Geografia: "Recurso indeferido. A resposta apresentada não incorre em majoração de nota. A banca mantém a pontuação atribuída por estar proporcional ao desempenho do candidato".

banca:

Everaldo Batista da Costa
Fernando Luiz Araújo Sobrinho

_questão 2

O espaço sempre foi associado ao tempo. E hoje, na acentuação de diferentes espaços-tempos reside uma das raízes da geopolítica contemporânea. As redes são desenvolvidas nos países ricos, nos centros do poder, onde o avanço tecnológico é maior e a circulação planetária permite que se selecionem territórios para investimentos, seleção que depende também das potencialidades dos próprios territórios. Ocorre que, ao se expandirem e sustentarem as riquezas circulante, financeira e informacional, as redes se socializam. E essa socialização está gerando movimentos sociais importantes, os quais também tendem a se transnacionalizarem.

Há, hoje, portanto, dois movimentos internacionais: um em nível do sistema financeiro, da informação, do domínio do poder efetivamente das potências; e outro, uma tendência ao internacionalismo dos movimentos sociais. Todos os agentes sociais organizados, corporações, organizações religiosas, movimentos sociais etc., têm suas próprias territorialidades, acima e abaixo da escala do Estado, suas próprias geopolíticas, e tendem a se articular, configurando-se uma situação mundial bastante complexa.

A Amazônia é um exemplo vivo dessa nova geopolítica, pois nela se encontram todos esses elementos. Constitui um desafio para o presente, não mais um desafio para o futuro. Qual é este desafio atual? A Amazônia, o Brasil, e os demais países latino-americanos são as mais antigas periferias do sistema mundial capitalista. Seu povoamento e desenvolvimento foram fundados de acordo com o paradigma de relação sociedade-natureza.

Bertha K. Becker. Dossiê Amazônia Brasileira I. Geopolítica da Amazônia. Estudos Avançados, vol. 19, n.º 53. São Paulo: jan.-abr./2005 (com adaptações).

Considerando que o fragmento de texto apresentado tem caráter unicamente motivador, faça o que se pede a seguir.

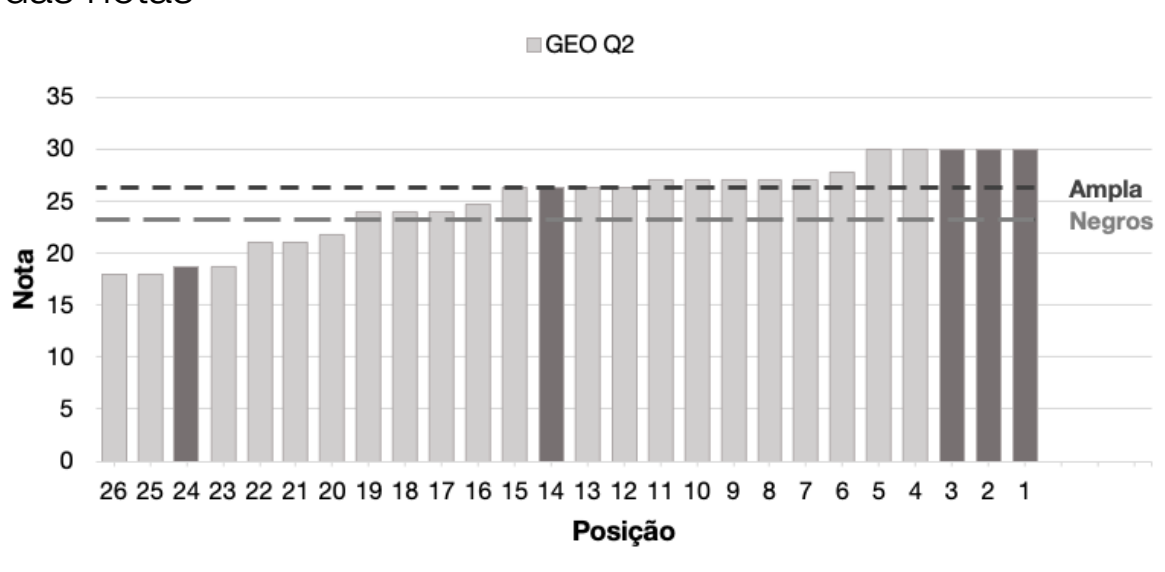
1. Apresente os conceitos de Amazônia brasileira, Amazônia transnacional, região Norte e Amazônia Legal e aponte diferenças entre esses conceitos.

2. Discorra sobre o paradigma da relação sociedade-natureza que norteou o povoamento e a ocupação da Amazônia.

3. Explique em que consiste um processo territorial de âmbito nacional e um de âmbito transnacional, exemplificando cada um e apresentando seus agentes.

*Extensão máxima: 60 linhas
[valor: 30,00 pontos]*

Distribuição das notas



Padrão de resposta da questão 2

1. Conceitos e diferenças conceituais entre Amazônia brasileira, Amazônia transnacional, região Norte e Amazônia Legal

1.1 Amazônia brasileira: O Brasil abriga 60% da floresta amazônica. A Amazônia brasileira é a área de ocorrência do bioma amazônico ou floresta equatorial amazônica que se estende pelos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e partes do Tocantins e Maranhão. Ela representa 53% da área terrestre total do Brasil (5 milhões de quilômetros quadrados), abriga uma população de 25 milhões de habitantes e gera quase 8% do PIB brasileiro.

1.2 Amazônia transnacional: a Amazônia transnacional corresponde à região formada pelo bioma amazônico e que ocupa o território de nove países da América do Sul: Brasil, Guiana Francesa, Suriname, Guiana, Venezuela, Colômbia, Peru, Equador e Bolívia. Trata-se de região que integra fronteiras internacionais e diversos interesses de Estados Nacionais, corporações, populações locais e diferentes agentes, uma vez que a região amazônica ocupa mais de 50% do subcontinente sul-americano e envolve nove países.

1.3 Região Norte: O IBGE criou em 1969 uma nova divisão regional do Brasil, tendo dividido o país em cinco macrorregiões de planejamento: Norte, Nordeste, Sul, Sudeste e Centro-Oeste. A região Norte é formada por sete unidades da Federação: Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Roraima, Rondônia e Tocantins. Há um equívoco em se comparar Região Norte com a totalidade da Amazônia, pois há áreas dentro dessa região que não se encontram dentro do bioma amazônico, como o Tocantins, incorporado à região Norte em 1988.

1.4 Amazônia Legal: A Amazônia Legal é uma área que corresponde a 59% do território brasileiro e engloba a totalidade de oito estados (Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins) e parte do estado do Maranhão (a oeste do meridiano de 44° W), perfazendo 5,0 milhões de km². Nela residem 56% da população indígena brasileira. O conceito de Amazônia Legal foi instituído em 1953 e seus limites territoriais decorrem da necessidade de planejar o desenvolvimento econômico da região e, por isso, não se resumem ao ecossistema de selva úmida, que ocupa 49% do território nacional e se estende também pelo território de oito países vizinhos. Os limites da Amazônia Legal foram alterados várias vezes em consequência de mudanças na divisão política do país. O Plano Amazônia Sustentável (PAS), lançado em maio de 2018, pelo governo federal, considera integralmente o estado do Maranhão como parte da Amazônia brasileira.

2. O paradigma da relação sociedade-natureza que norteou o povoamento e a ocupação da Amazônia

2.1 O povoamento e desenvolvimento da Amazônia foram pautados no paradigma da relação sociedade-natureza, que Kenneth Boulding denomina de economia de fronteira, perspectiva em que o crescimento econômico é visto como linear e infinito.

2.2 Essas ações de ocupação basearam-se ainda na contínua incorporação de terra e de recursos naturais, que são também percebidos como infinitos. Esse paradigma da economia de fronteira caracteriza toda a formação latino-americana.

3. Processos territoriais nacionais e transnacionais e seus agentes

3.1 Processos territoriais nacionais:

A) avanço econômico significativo na tecnificação da agroindústria no cerrado, nas bordas ~~do~~ amazônico e ao longo dos eixos de transporte da região. Seus agentes são os produtores agropecuários e as corporações do setor.

B) As redes e cidades permitem a expansão dessa área econômica avançada, chamada de “arco de fogo”, ou do desmatamento ou “de terras degradadas”, onde se expandiram a fronteira e o desmatamento em razão da ação de madeireiras legais e ilegais.

C) Preza-se pelo uso conservacionista da floresta, defendido pela produção familiar, pelos ambientalistas e por diversas categorias de cientistas.

D) A sociedade civil passou a ser um agente fundamental, tanto no campo como nas cidades, especialmente pelas suas reivindicações de cidadania, que inclusive influenciam no desenvolvimento urbano.

E) O Grupo de Trabalho Amazônico (GTA) tem 315 associações, entre elas a Federação das Organizações Indígenas. Os indígenas são espertíssimos, aprendem tudo rapidamente, mantêm a sua cultura e crescem em um ritmo que é o dobro da taxa nacional. Além disso, criam ONGs para ajudar outras comunidades não tão informadas como a deles.

F) Projeto de colonização em que a produção familiar é organizada e tem uma força política significativa e cujos agentes são o INCRA e os agricultores assentados.

G) Atores fundamentais são os governos estaduais, que, com a crise do Estado central, assumiram responsabilidades e força política. É interessante e importante saber que esses governos, por suas condições histórico-geográficas, têm estratégias diferentes.

H) O governo federal e seus projetos de intervenção no território como: pavimentação e expansão da rede rodoviária, grandes projetos hidroelétricos, segurança nacional, industrialização; empresas e grupos de mineradores: extração de diversos tipos de minérios dentro e fora do território nacional.

3.2 Processos territoriais transnacionais:

A) Questões como indigenismo e ambientalismo expressam a dinâmica desses conflitos na Amazônia e lançam a região diretamente ao palco das tensões entre localismos e universalismos. Seus agentes são ONGs e organismos internacionais que envolvem diversos países.

B) Os conhecimentos de biotecnologia e sobre a Amazônia configuram elemento chave para o fornecimento de matérias-primas para essa atividade.

C) Acirram-se as contradições entre esses interesses mais amplos e poderosos e aqueles até então orquestrados pelos grupos nacionalistas e internacionais. Apesar de uma polarização aparente entre desenvolvimentistas e ambientalistas, os elementos conflitantes não se constituem em blocos homogêneos. Nessa arena, inúmeros atores sociais podem ser identificados, tais como o empresariado nacional e regional, empresas multinacionais com interesses econômicos na região, e outros com influência nacional, como os militares, que buscam reconquistar influência na geopolítica da região.

D) A ação governamental permanece contraditória, ora concedendo incentivos e redução de impostos a atividades predatórias, ora viabilizando medidas de proteção ambiental. O impacto dos poderes desterritorializados sobre a soberania nacional a encurrala entre os interesses transnacionais, progressivamente mais hegemônicos, a ofensiva dos grupos nacional-desenvolvimentistas e o corporativismo dos militares, que partilham ideologias persecutórias sobre a internacionalização da Amazônia.

E) Igualmente se verifica a atuação de grupos ligados ao ascendente mercado de produtos naturais e de biotecnologia, as diferentes tendências do movimento eco ambientalista e os socialmente excluídos da própria Amazônia, como os indígenas e os seringueiros. Em conflito com esses últimos,

observa-se a influência do ambientalismo preservacionista em órgãos governamentais como o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA).

F) Os projetos de integração transnacional levados a frente pelo governo brasileiro e seus vizinhos latino americanos.

Maurício Gurjão Bezerra Heleno

nota: **30/30**

Segundo Milton Santos, espaço significa a acumulação desigual de tempos. Ou seja, o espaço é a soma de trabalho vivo e trabalho morto (fluxos e fixos) que uma sociedade projeta sobre uma área geográfica. Com base nessas ideias, é possível perceber as atuais dinâmicas espaço-temporais que ocorrem atualmente na Amazônia, conforme apontado por Bertha Becker. Ocorre, segundo ela, uma nova conformação geopolítica no mundo, em geral, e na Amazônia, em particular. Nesse espaço, há um cruzamento crescente entre lógicas espaciais locais, nacionais e internacionais, que acarretam dinâmicas de conflito e cooperação. Há, portanto, na Amazônia, o desenvolvimento de territorialidades ligadas ao capital financeiro, que vê na Amazônia sobretudo uma fonte de riqueza, e também de territorialidades ligadas aos movimentos sociais, que tem na Amazônia sua principal fonte de sustento material e lugar de manifestações culturais.

Existem diversos conceitos em torno do espaço amazônico, cada qual com seu significado e sua funcionalidade. Em primeiro lugar, a Amazônia brasileira corresponde à área ocupada pela Floresta Amazônica no território brasileiro, independentemente de divisões entre estados ou demarcações legalmente estabelecidas. Em segundo lugar, a Amazônia transnacional corresponde à área coberta pela Floresta Amazônica em toda a América do Sul, incluindo não apenas o Brasil mas também países vizinhos como Bolívia, Peru, Venezuela, Colômbia. Também nesse caso, prevalece a área ocupada pela Floresta Amazônica sobre considerações legais ou políticas. Em terceiro lugar, a região Norte representa a área coberta pelos estados brasileiros do Amazonas, Pará, Acre, Rondônia, Roraima e Amapá. Nesse caso, prevalece a divisão político-administrativa estabelecida pelo IBGE, que leva em consideração características e semelhanças em termos econômicos, ambientais e geográficos. Por fim, o conceito de Amazônia Legal não se confunde com o de Amazônia brasileira, uma vez que aquele, que abrange quase metade do território brasileiro, abrange também áreas além da floresta, mas cuja conservação é considerada importante para o equilíbrio amazônico. Esses conceitos, portanto, diferem entre si de acordo com o critério adotado; geográfico, político-administrativo ou legal.

O paradigma que norteou o povoamento e a ocupação da Amazônia foi o de economia de fronteira. Historicamente, esse conceito significou uma relação sociedade-natureza baseada na progressiva incorporação de novos espaços à atividade produtiva, sem grandes preocupações em relação ao meio ambiente ou a comunidades locais. Em consequência disso, a floresta Amazônica sofreu grandes processos de devastação ambiental e de extermínio ou expulsão de comunidades locais, como povos indígenas, ribeirinhos e seringueiros. O ápice desse modelo teve lugar durante os primeiros governos

militares, sobretudo na década de 1960 e 1970, uma vez que o pensamento geopolítico militar percebia a Amazônia como espaço vazio e sujeito à ação de grupos subversivos e forças internacionais, os quais poderiam ameaçar a estabilidade do regime e a soberania nacional. Em resposta a essas supostas ameaças, os governos militares promoveram amplo programa de “colonização da Amazônia”, por meio de incentivos econômicos à ocupação de territórios e apoio à atividades produtivas, como a Zona Franca de Manaus. Grandes obras de infraestrutura, como a malsucedida rodovia Transamazônica e usinas hidrelétricas, como a de Tucuruí, reforçaram a lógica de ocupação hegemônica até então.

Durante a década de 1970, contudo, após a Conferência de Estocolmo, de 1973, o Brasil aprofundou progressivamente sua legislação ambiental, com base no paradigma do desenvolvimento sustentável. Mesmo no regime militar, medidas de controle e preservação ambiental foram implementadas, como a exigência de Estudos de Impacto Ambiental e de Relatórios de Impacto Ambiental.

Atualmente prevalece, no discurso oficial brasileiro, o paradigma do desenvolvimento sustentável brasileiro. Esse fato, contudo, não anula o que Bertha Becker chamou de a “incógnita do heartland brasileiro”. A Amazônia, percebida pela geógrafa como fundamental para o desenvolvimento nacional, encontrava-se sob a influência de lógicas territoriais nacionais e transnacionais diversas, além de estar entre o conflito do paradigma da economia de fronteira e do desenvolvimento sustentável. Nesse contexto, pode-se mencionar a existência de territorialidades locais/nacionais, como a de comunidades ribeirinhas, cuja escala de atuação corresponde ao espaço mais restrito de suas atividades e práticas culturais locais. Trata-se de uma temporalidade mais lenta e mais ligada aos processos naturais da floresta. Em contraste, há também territorialidades transnacionais operando sobre o espaço amazônico. Conforme a noção de geopolítica contemporânea, decisões tomadas em outros países, como nos Estados Unidos ou na Europa Ocidental, repercutem na Amazônia, a exemplo da ação de mineradoras multinacionais sobre o espaço amazônico. No atual contexto de globalização, contudo, lógicas territoriais locais adquirem capacidade de se internacionalizar. No exemplo dos povos ribeirinhos, muitos deles se organizam em redes transnacionais em defesa de seus interesses, como os movimentos dos atingidos por barragens e dos atingidos pela Vale.

A Amazônia, não obstante os programas governamentais destinados a disciplinar e a ordenar sua ocupação, como o Plano Amazônia Sustentável, permanece sujeita a tensões entre distintas territorialidades. Por um lado, a lógica do sistema financeiro, que atua em redes transnacionais e em coordenação com o capital local. Por outro lado, as territorialidades locais/nacionais, cuja lógica consiste no aproveitamento racional da floresta e em redes de solidariedade cada vez mais globalizadas.

AVALIAÇÃO

1. Apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado) 1,5/1,5
2. Desenvolvimento do tema
 - 2.1. Conceitos e diferenças conceituais entre Amazônia brasileira, Amazônia transnacional, região Norte e Amazônia Legal: 12/12
 - 2.2. O paradigma da relação sociedade-natureza que norteou o povoamento e a ocupação da Amazônia: 4,5/4,5
 - 2.3. Processos territoriais nacionais e transnacionais e seus agentes 12/12

Resultado

Nota: 30,00

Victor Born Portella

nota: **30/30**

Os recortes diversos feitos sobre a Amazônia são reflexo da multiplicidade de variáveis que impactam o bioma, os diferentes “espaço-tempo”, como salienta Bertha Becker, que convivem no território amazônico. Essas diferenciações no espaço, por sua vez, estão relacionadas diretamente com a relação sociedade-natureza – “Rio e Várzea”, “estrada e terra firme” e o vetor técnico-industrial. Por seu tamanho e caráter transnacional, a Amazônia é, igualmente, exemplo de processos territoriais nacionais e transnacionais.

Os conceitos de Amazônia brasileira e Amazônia transnacional estão inter-relacionados. A Amazônia brasileira refere-se à parcela do território amazônico localizada no interior dos limites jurídicos brasileiros. A Amazônia transnacional, a seu turno, engloba todos os fragmentos nacionais do bioma. O primeiro conceito é útil para processos territoriais nacionais, ao passo que o segundo é mais importante para processos de âmbito transnacional. Já o conceito de região Norte remete ao recorte geográfico oficial do IBGE, de 1969, e trata de divisão estritamente político-administrativa, podendo haver porções do bioma amazônico fora dos limites do norte, por exemplo. Vale ressaltar que geógrafos como Milton Santos e Roberto Lobato Correa também utilizam o conceito, mas com sentidos distintos. Finalmente, o conceito de Amazônia Legal, diferentemente do conceito da “região norte”, não obedece a regiões político-administrativas, mas foi formulado como instrumento de ordenamento territorial a partir de critérios como nível impacto ecológico, adensamento populacional, com fito programático de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento da região.

Para Bertha Becker, a Amazônia é uma das incógnitas no contexto da Nova Geopolítica Logística do Século XXI. E a “incógnita do ‘heartland’ amazônico dá-se justamente pela evolução do paradigma sociedade-natureza no povoamento e ocupação da região. O primeiro paradigma foi o da relação entre os rios, suas várzeas e a ocupação. Os povos ribeirinhos de parco meio técnico foram ocupando as margens da bacia amazônica; os rios eram circulação e segurança alimentar. A ocupação, no entanto, que remonta aos tempos das missões jesuítas, salvo o ciclo da borracha, permanecem rarefeita. Com o regime militar inspirado na geopolítica de integração, segurança e soberania de Golbery, reforma-se a relação sociedade-natureza com a lógica das estradas de rodagem, que permitem interiorização inviável com as limitações dos rios. A paisagem muda. São estradas de rodagem, como a BR-230, somadas a esforço de colonização dirigida. Ressalta Becker ainda outro esforço de ocupação e desenvolvimento mediante a implantação do que ela denomina “vetor técnico-industrial”, cuja maior expressão é a Zona Franca de Manaus, voltada à transformação da antiga cidade da borracha em entreposto manufatureiro. A lógica economicista e soberanista desses investimentos teve êxitos em termos de renda e de ocupação

territorial, mas, igualmente, exacerbou impactos ambientais, agravados pelos enclaves de mineração, como é o caso de Carajás, e pelo avanço agrícola no “arco do povoamento adensado”.

Os processos territoriais de âmbito nacional e transnacional se complementam. Os nacionais são aqueles conduzidos por Estados e que tem agentes adicionais a sociedade civil e as organizações (como as firmas) circunscritas a um território. No caso da ocupação dos rios amazônicos, o processo territorial foi de avanço e protagonismo das populações locais. Ainda no âmbito nacional, a ocupação via Zona Franca de Manaus teve maior impulso do Estado. No caso do âmbito transnacional, o processo territorial dá-se entre Estados distintos, tendo como protagonistas governos, diplomacias e forças armadas, mas também a sociedade civil, em especial, a transfronteiriça. A crise dos venezuelanos na fronteira com Roraima é sintomática dessa relação, assim como a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) de 1998 que fomenta políticas na Amazônia.

Os muitos recortes e visões que se tem sobre a Amazônia são retrato não somente da riqueza, diversidade e imensidão da região, mas, sobretudo, da preocupação ambiental com o futuro da região para as gerações futuras, é a incógnita do heartland. Bertha Becker que foi consultora ativa do Plano Amazônia Sustentável, sugere visão pragmática: imprimir vetor técnico-ecológico que traga desenvolvimento sustentável à região formando verdadeira Reserva de Valor sem os efeitos negativos da economia de fronteira.

AVALIAÇÃO

1. Apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado) 1,5/1,5

2. Desenvolvimento do tema

2.1. Conceitos e diferenças conceituais entre Amazônia brasileira, Amazônia transnacional, região Norte e Amazônia Legal: 12/12

2.2. O paradigma da relação sociedade-natureza que norteou o povoamento e a ocupação da Amazônia: 4,5/4,5

2.3. Processos territoriais nacionais e transnacionais e seus agentes 12/12

Resultado

Nota: **30,00**

Francisco Luiz Pinto da Rocha Santos

nota: **30/30**

A Amazônia, conforme a concebia Bertha Becker, representa um trunfo e um desafio para o Brasil, em cujo território se encontra o maior quinhão da floresta. A autora aduz auspiciosamente que a abundância de recursos naturais e a biodiversidade amazônicas poderiam sustentar um processo de desenvolvimento guiado pelo vetor eco-tecnológico, com potencial de retirar o Brasil da periferia dos fluxos e processos globais. Remanescem, contudo, grandes desafios, impostos inclusive pelas dinâmicas históricas que se operaram no território amazônico.

Em primeiro lugar, é necessário fazer uma distinção conceitual. A Amazônia transnacional corresponde à totalidade do bioma amazônico, que se estende por Bolívia, Peru, Colômbia, Equador, Venezuela, Guianas, Suriname e Brasil. A Amazônia brasileira corresponde justamente à parcela da floresta que se encontra no território e sob jurisdição soberana brasileira. A região Norte, conforme definida pela divisão do IBGE de 1969/1970, é uma divisão administrativa, usada para fins estatísticos e para a elaboração de políticas públicas, cuja extensão corresponde em grande medida à Amazônia brasileira. A Amazônia Legal é um mecanismo criado para a consecução de políticas ambientais, correspondendo em boa medida à Amazônia brasileira, mas abrangendo também regiões de transição e mesmo de cerrado; define condições diferenciadas de desmatamento e aproveitamento de propriedades.

Embora todos esses conceitos apresentem interseções e convergências, nenhum deles tem exatamente a mesma abrangência geográfica. Ademais, diferenciam-se quanto à origem e ao escopo. A Amazônia transnacional é uma contingência natural, a brasileira relaciona o fator natural ao domínio territorial, a Região Norte é uma divisão administrativa e a Amazônia Legal é substrato para a elaboração de políticas ambientais.

Ao longo da formação territorial brasileira, e até hoje, a Amazônia representa uma fronteira pouco povoada – embora o desmatamento amazônico já bata os 20%. Da colônia até a República, predominaram iniciativas intermitentes de povoamento, como os Fortes Presépio e do Rio Negro, as missões jesuíticas, a missão de Pedro Teixeira e a exploração das drogas do sertão e, posteriormente, do látex. Trata-se do modelo várzea-rio-floresta, que foi incapaz de promover uma ocupação densa.

Embora se possam identificar iniciativas esparsas anteriores, é só a ditadura militar que implementará efetivamente o modelo Estrada-Terra firme, a exploração econômica pelo viés técnico-industrial. Sob a égide da Doutrina de Segurança Nacional, que retoma parcialmente o pensamento político de Mário Travassos, que

justificou a Marcha para o Oeste na Era Vargas, busca-se suprir o vazio demográfico da Amazônia. Médici buscará promover a colonização da região, dando “terras sem homens” para “homens sem terra”. Antes disso, já fora criada a SUDAM. Nos governos militares da década de 1970, inseridos no vetor técnico-industrial, detectam-se diversas iniciativas econômicas com pouca preocupação ambiental, entre as quais se podem identificar a Transamazônica e a catastrófica hidrelétrica de Balbina. Buscava-se ainda que a ocupação do Centro-Oeste transbordasse para o Norte. Com a crise dos anos 80, os projetos na região arrefeceram.

Apesar da miríade de iniciativas, a Amazônia continua pouco povoada. No entanto, é notável que desde a década de 1990, com o Código Amazônico, o vetor tecnoindustrial parece vir sendo substituído pelo vetor eco-tecnológico. O Programa Amazônia Sustentável, de 2007, consagra o pensamento de Becker acerca do uso estratégico da abundância natural amazônica. Ao mesmo tempo, obras como a construção de Belo Monte, em plena Amazônia Central (conforme divisão do PAS) mostram que a incógnita do heartland permanece irresoluta.

Os processos territoriais podem ser definidos como as dinâmicas, produtivas ou não, que visam a modificar ou orientar os usos do território, tocado por agentes públicos ou privados. Na Amazônia, um processo nacional identificável é a expansão da fronteira agrícola, empreendida tanto pelo próprio agrobusiness como por pecuaristas e grileiros, ou o PPCDAm, empreendido pelo Estado para fiscalizar as atividades irregulares. Processo territorial transnacional é, por exemplo, a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica, inspirada nas ideias de Meira Mattos, que apregoa a colaboração no usufruto dos recursos amazônicos.

A Amazônia é palco de diversos processos e de diversas dinâmicas. Cabe aos atores públicos e privados, nacionais e internacionais, garantir que prospere o ecodesenvolvimento de Bertha Becker em moldes sustentáveis e potencialmente perenes.

AVALIAÇÃO

1. Apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado) 1,5/1,5

2. Desenvolvimento do tema

2.1. Conceitos e diferenças conceituais entre Amazônia brasileira, Amazônia transnacional, região Norte e Amazônia Legal: 12/12

2.2. O paradigma da relação sociedade-natureza que norteou o povoamento e a ocupação da Amazônia: 4,5/4,5

2.3. Processos territoriais nacionais e transnacionais e seus agentes 12/12

Resultado

Nota: **30,00**

Nota média: Raphael Azevedo França

nota: **26,25/30**

Com o grande avanço do capital por meio da « inversão logística » para o Norte, incorporando a Amazônia à produção e escoamento de commodities, é possível perguntar se seu futuro ainda permanece uma « incógnita ». Porém, existem muitas Amazônias, todas elas desafiadas pela necessária transformação do histórico paradigma destrutivo de povoamento e de ocupação em modelo de desenvolvimento sustentável que traga prosperidade para seus habitantes sem implicar em desmatamento ou em assassinatos. É um processo territorial tanto nacional quanto transnacional, por isso, essencial para a diplomacia que almeja que a Amazônia seja vetor de cooperação entre os povos que a habitam, criando paradigma de sustentabilidade.

Existem diversas Amazônias. Bertha Becker, em sua « incógnita do Heartland », a dividiu em três: a Amazônia Oriental, parte do Arco do Povoamento Adensado; a Amazônia Central, fulcro da própria « incógnita », com seus espaços preservados confrontados aos vetores de atividades humanas; e a Amazônia Ocidental, território que concentra a maior parte das reservas. Três tempos de Amazônia que remetem à cronopolítica de Virílio. A Amazônia brasileira é aquela que abrange todo o bioma no território nacional, o que inclui a totalidade da região Norte e parte dos Estados do Mato Grosso e do Maranhão. A Amazônia transnacional inclui os países que formam a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), incluindo Brasil, Guiana, Suriname, Venezuela, Colômbia, Equador, Peru e Bolívia, além da Guiana Francesa. Mais de 60% da Amazônia está no Brasil. A região Norte é formada pelos estados do Tocantins, Pará, Amapá, Roraima, Amazonas, Acre e Rondônia. A Amazônia Legal, por sua vez, corresponde à área de demarcação exata de atuação de organismos como a SUDAM, o que abrange a região Norte nos territórios onde se encontra o bioma amazônico, parte do norte de Mato Grosso e o oeste do Maranhão. As diferenças entre estes conceitos permitem apreender a complexidade da análise da dicotomia desenvolvimento-preservação, pois existe pluralidade de fronteiras que dão as dimensões locais, regionais, estaduais, nacionais e transnacionais dos desafios da Amazônia como patrimônio comum, que não mais pode ser compreendida como « anecúmeno » dos tempos de Golbery.

Portanto, o primeiro paradigma de povoamento da Amazônia na relação homem-natureza, após a chegada dos ibéricos, foi o de ocupar um « vazio ». Belém é fundada em 1616 em reação à criação da francesa São Luís, no contexto da União Ibérica. Expedições, como a de Pedro Teixeira, partem da foz do Amazonas e chegam a Quito. A ação da ocupação portuguesa utilizará as águas em busca das drogas do sertão e na catequização dos indígenas. As bandeiras e monções via Guaporé permitem incorporar a Amazônia ao mito da Ilha Brasil. Houve lógica geopolítica com os tratados de Madri, El Pardo e Santo Ildefonso que asseguraram a posse portuguesa mesmo com a ultrapassagem de

Tordesilhas. Foi o caminho natural da hidrografia que se buscou defender com a construção de diversos fortes e mesmo com a transferência de toda uma cidade sitiada no Marrocos, Mazagão, para o Amapá, sob Pombal, conforme conta Laurent Vidal. Opunham-se indígenas, há milênios em convívio com a natureza, enquanto os lusos buscavam impor suas formas sociais naquele território. A descoberta da borracha no final do século XIX impulsiona o início da « floresta urbanizada » conforme Becker, com a imigração de nordestinos para o Acre em busca de seringais e fugindo da seca, a incorporação deste Estado pela ação do Barão do Rio Branco, o auge e o declínio de Belém e Manaus. A Fordlândia surge como experimento inédito que fracassa diante dos seringais asiáticos, frutos da biopirataria inglesa. As expedições de Roosevelt, Rondon e dos irmãos Villas Bôas revelam o tamanho do desconhecimento diante desse vasto território. Vargas estimula a ocupação de suas franjas com a « Marcha para o Oeste », mas estes « fundos territoriais », para Moraes, começam a ser definitivamente incorporados com o rodoviarismo e o Plano de Metas de JK, cujo um dos maiores símbolos será a Belém-Brasília. Na Escola Superior de Guerra desenvolve-se a Doutrina de Segurança Nacional e ocupação dos « anecúmenos ». A criação da Zona Franca de Manaus e a construção da Transamazônica sintetizam lemas como « integrar para não entregar », « homens sem terras para terras sem homens » e « a pata do boi vai conquistar a Amazônia », evidenciando o paradigma autoritário de ocupação durante a ditadura. Becker aprofunda seus estudos nessa quadra histórica e, em reação à CNUMAH de 1972, criou-se a SEMA e começa-se a mudar o paradigma de povoamento. Por um lado, construíram-se hidrelétricas, como Balbina, Tucuruí e Belo Monte, minas, como em Carajás, e avançou-se com o gado e a soja oriundos do Centro Oeste; por outro lado, criou-se o IBAMA, o MMA, a Funai, o PPcdAM, o Plano Amazônia Sustentável e diversas reservas naturais e indígenas, o que revela ambivalência na relação sociedade-natureza.

Um processo de âmbito nacional no território é aquele contido em suas fronteiras, normalmente conduzido pelo Estado para assegurar sua posse de um território, conforme a acepção realista de que « território é poder ». O Plano de Metas de JK, com sua concepção neobismarckiana de ocupar o « Heartland » brasileiro pelo binômio transporte-energia, cujo vetor principal foi a construção de Brasília, demonstrou como agentes estatais e privados, de intelectuais a empresários, executaram projeto impulsionador de processo territorial de âmbito nacional que já vinha se desenvolvendo há séculos. Um processo territorial de âmbito transnacional ultrapassa as fronteiras de um Estado, normalmente reforçando as conexões sinápticas em espaços transfronteiriços e criando vetores que podem atravessar diversos países. A IIRSA, no âmbito do COSIPLAN da UNASUL, com intuito, particularmente, de criar conexões latitudinais na América do Sul, conectando o Atlântico ao Pacífico, é exemplo de processo territorial transnacional cujos agentes vão de governos nacionais a sociedade civil passando por potências extrarregionais e grandes corporações.

AVALIAÇÃO

1. Apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado) 0,75/1,5
2. Desenvolvimento do tema
 - 2.1. Conceitos e diferenças conceituais entre Amazônia brasileira, Amazônia transnacional, região Norte e Amazônia Legal: 9/12
 - 2.2. O paradigma da relação sociedade-natureza que norteou o povoamento e a ocupação da Amazônia: 4,5/4,5
 - 2.3. Processos territoriais nacionais e transnacionais e seus agentes 12/12

Resultado

Nota: 26,25

Pior nota: Anônimo

nota: **18,75/30**

As diferentes formas de produção do espaço geográfico pela técnica acarretam a formação de múltiplos territórios e territórios múltiplos, de acordo com Rogério Haesbaert. Essa dinâmica é particularmente visível em relação à multiterritorialidade da Amazônia. A existência dos diferentes conceitos de Amazônia Brasileira, Amazônia Transnacional, Amazônia Legal e região norte apontam para o duplo processo — material e simbólico — de apropriação territorial discutido por aquele autor. É, ainda, exemplificativa da existência de diferentes espaços-tempos em que se inserem os territórios, consoante a análise de Bertha Becker.

Os conceitos que se referem, em diferentes graus, ao bioma amazônico respondem a necessidades práticas e teóricas distintas de planejamento territorial. A região Norte, segundo critério do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), diz respeito ao conjunto geográfico formado pelas unidades da federação do Amazonas, Roraima, Rondônia, Acre e Pará. A Amazônia brasileira, por sua vez, corresponde à região coberta pelo bioma amazônico, que inclui a Amazônia Oriental, a Amazônia Central e a Amazônia Ocidental. Essa última definição consiste na Amazônia Legal, a qual Bertha Becker qualificou de “incógnita do heartland”. Para Becker, a principal questão relativa ao futuro da Amazônia — região que a autora chamou de “floresta urbanizada, em razão dos desdobramentos urbanos na região desde a criação da Zona Franca de Manaus — diz respeito ao aproveitamento do heartland da Amazônia Legal. De fato, a floresta “estática” não é capaz de gerar valor, de modo que, sem uma estratégia de desenvolvimento sustentável voltada para suas riquezas biológicas, esse capital seria, com o tempo, substituído pelo avanço da agropecuária. A adoção do PPCDAM e do Plano Amazônia Sustentável (PAS, 2008) visou a criação de um modelo específico para o bioma. Contudo, o avanço do desmatamento nos últimos anos ameaça o seu bom êxito. Conceitualmente, ainda, vale ressaltar que a Amazônia transnacional engloba o bioma por completa, o qual se estende por variadas países, como Bolívia, Peru, Equador, Colômbia e Venezuela.

Como argumenta Becker, o paradigma de relação sociedade-natureza orientou o povoamento e o desenvolvimento da Amazônia. O modelo ocupação dos habitantes indígenas nativos, caracterizado por uso não predatório dos recursos e pela ausência de base física territorial permanente em muitos casos, foi, desde o século XIX, substituído por aquele dos colonizadores e colonos portugueses. A viagem de Pedro Teixeira, da região do Pará até Quito, no Equador, foi pioneira nesse processo. Nos primeiros séculos, predominou a forma de apropriação material da Amazônia. Como apontou Antonio Carlos Robert de Moraes, a ocupação portuguesa do Brasil tinha na expansão territorial e na ocupação a sua principal base de poder. Essa dinâmica, na região amazônica, deu-se sob a lógica da “Amazônia dos rios”, na expressão de Becker. As vias fluviais

eram, com efeito, as principais rotas de acesso às riquezas desse bioma, das variadas “drogas” à própria borracha, cujo ápice foi do final do século XIX até 1912. O paradigma sociedade-natureza prevaleceu até o século XX, na medida em que as técnicas, que realizam a mediação entre ambas, eram muito incipientes. De qualquer forma, o modelo de Turner da fronteira móvel, que se expande conforme os recursos do território são consumidos, é adequado para explicar a ocupação da Amazônia até o PAS. O desejo de “integrar para não entregar”, do regime militar, simbolizado pelas obras da Transamazônica, inclui-se nesse processo, ainda que sob o signo da expansão do meio técnico-científico-informacional.

Um processo territorial de âmbito nacional é aquele cujos fatores determinantes e consequências restringem-se ao território de um único Estado soberano. Por sua vez, o processo territorial de âmbito transnacional ocorre quando os fatores determinantes estão localizados através de fronteiras de Estados soberanos, ou, alternativamente, quando as suas implicações não respeitam essas fronteiras. Há, também, os casos em que tanto fatores quanto implicações estão distribuídos através de fronteiras de diferentes territórios nacionais. Exemplo significativo de processo territorial nacional é a exploração de minério de ferro na província mineralógica da Carajás, no Pará. Embora essa exploração tenha revolucionado a produção desse mineral e alterado os mercados mundiais dessa commodity, seus efeitos territoriais são exclusivamente brasileiros. No caso dos processos territoriais supranacionais, pode-se citar o confisco forçado de terras da minoria Rohingya em Mianmar, levando adiante pela maioria budista com respaldo militar. Consequência transnacional foi o intenso fluxo migratório para países vizinhos, como Bangladesh e Tailândia.

A ocupação e o uso dos espaços geográficos obedecem a diferentes necessidades e interesses. Nesse sentido, a conceituação utilizada para se referir aos territórios, sejam eles distintos ou não, é relevante indicativo a respeito do papel que lhes é atribuído. A presença de processos territoriais nacionais e transnacionais é igualmente relevante para essas definições.

AVALIAÇÃO

1. Apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado) 1,5/1,5

2. Desenvolvimento do tema

2.1. Conceitos e diferenças conceituais entre Amazônia brasileira, Amazônia transnacional, região Norte e Amazônia Legal: 9/12

2.2. O paradigma da relação sociedade-natureza que norteou o povoamento e a ocupação da Amazônia: 2,25/4,5

2.3. Processos territoriais nacionais e transnacionais e seus agentes 6/12

Resultado

Nota: **18,75**

banca:

Everaldo Batista da Costa
Fernando Luiz Araújo Sobrinho

_questão 3

Os geógrafos dos anos sessenta do século passado atribuíram tudo ao espaço. Hoje em dia, eles falam mais comumente de território. Essa mudança reflete, em parte, os debates epistemológicos internos à geografia, que é, sobretudo, testemunha de uma profunda transformação do mundo e de uma mutação correlata das maneiras de compreendê-lo. Concorrem para isso o declínio das ideologias de dominância econômica, tão populares durante os “Trinta Gloriosos”, a atenção mais perspicaz dada à maneira pela qual os homens vivem o seu meio e a fragilização das identidades, desencadeada pelo declínio das filosofias da história que serviam para interpretar o mundo. A partir de agora, é aos lugares e aos territórios e àquilo que os diferencia que muitos se referem para dizer o que eles são e em que se distinguem uns dos outros.

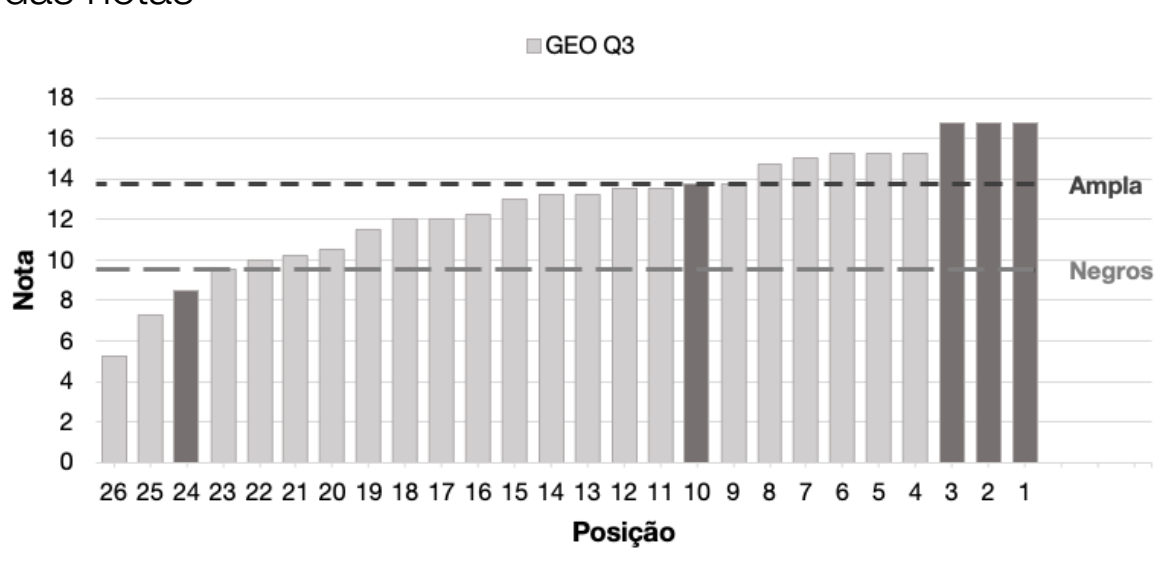
Paul Claval. O território na transição da pós-modernidade. GEOgraphia, 1999, n.º 2, ano 1, p. 29-54 (com adaptações).

Considerando que o fragmento de texto apresentado tem caráter unicamente motivador, disserte sobre as abordagens espaciais e(ou) territoriais, no campo do saber geográfico, durante os seguintes períodos:

- 1. fase inicial do determinismo ou ambientalismo geográfico;**
- 2. fase inicial da geografia crítica radical;**
- 3. fase emergente da geografia humanista.**

*Extensão máxima: 40 linhas
[valor: 20,00 pontos]*

Distribuição das notas



Padrão de resposta da questão 3

1. Abordagens espaciais e(ou) territoriais, no campo do saber geográfico, durante a fase inicial do determinismo ou ambientalismo geográfico

A constituição científica da geografia, ao final do século XIX, é especialmente fundamentada no determinismo ambiental ratzeliano. Alguns pontos estruturantes dessa fase dizem respeito a i) desequilíbrios regionais vistos como originados de fatos naturais; ii) distância entendida como distância física impeditiva do desenvolvimento; iii) isolamento como fato geomorfológico; iv) pobreza encarada como fato geológico; v) visão geográfica de problemas históricos e socialmente determinados como portadores de um intransponível fundamento natural. A funcionalidade da concepção determinista esteve em fortalecer o senso comum, a ideologia das classes dirigentes e a superficialidade do nível científico. Essa geografia determinista evitou a reflexão política sobre os desequilíbrios regionais e o mascaramento das escolhas de política territorial dos grupos dominantes. Nessa fase, a incorporação da filosofia positivista contribuiu para que os fatos — problemas a serem interpretados ou dados estatísticos inertes a serem registrados ou classificados — fossem tomados na dimensão geométrica do mundo. O ambiente deixou de ocupar um lugar privilegiado na história da geografia não porque o determinismo geográfico faça a geografia centrada em questões causais, mas porque a visão determinista ou ambientalista é funcional à ideologia e à concepção do mundo e da sociedade que dominam a época capitalista. O determinismo geográfico reflete de forma mistificada a condição de alienação do território em relação ao homem. Para o determinista, o território, no

sistema capitalista, torna-se uma força autônoma que se contrapõe ao homem e o domina. O problema do determinismo dos positivistas não é tanto descrever a submissão do homem à “natureza”, mas, não vendo eles a especificidade histórica e social dessa dominação, buscar mistificá-la ou interpretá-la como natural e biológica, sendo ela, na verdade, somente social e historicamente determinada.

2. Abordagens espaciais e(ou) territoriais, no campo do saber geográfico, durante a fase inicial da geografia crítica radical

A relação social não é relação natural. O território não é uma objetividade natural que domina a sociedade. A natureza social não é sociedade natural; há, pois, que penetrar na mistificação real que o modo de produção capitalista realiza. As novas questões sociais emergentes nos anos de 1960 a 1970 — ou seja, problemáticas urbanas, exponents migração, feminismo, movimentos ecológicos, emancipação de minorias, afirmação da cidadania e outros — exigiram novo arcabouço geográfico, quando, então, ganhou respaldo a geografia crítica radical de inspiração marxista. O debate da produção do espaço, na dimensão da economia política, fortaleceu a recusa em “naturalizar” os fatos sociais. Essa corrente fez da própria sociedade a realidade primeira e do espaço geográfico o equivalente da totalização ou o devir social. Entre os diferentes autores que podem ser citados para explicar esse momento importante da geografia e o tratamento do espaço e do território, destacam-se Milton Santos, com a obra *Por uma Geografia Nova*, e David Harvey, com *A justiça social e a cidade*, estudiosos que indicam as raízes históricas e as determinações sociais do espaço. O espaço deixou de ser externo ao homem, organizado por ele, para ser produto desse homem pelo trabalho; por isso, a noção de produção do espaço. A sociedade, assim, só poderia ser analisada e compreendida, em cada momento do tempo, por meio da periodização do espaço geográfico, reciprocamente.

3. Abordagens espaciais e(ou) territoriais, no campo do saber geográfico, durante a fase emergente da geografia humanista

A geografia humanista reforça, após o período de 1970 a 1980, o homem como medida de todas as coisas, de forma que o espaço e suas propriedades não se resumem a medidas numéricas, e o espaço é sempre um lugar ou um território, extensão carregada de significações variadas, de acordo com uma perspectiva mais integrada do espaço com seus valores definidos e definidores de lugares e de territórios. Nessa abordagem, a ação humana tem um contexto físico-social; ainda que se parta de um enfoque antropocêntrico, a ação humana deve ser entendida no seu contexto mais amplo. O conceito de território e de lugar, nessa corrente, fundamentado na atribuição de valores às coisas que nos cercam, incorpora o homem como produtor de cultura e de identidade; e o ato de generalização teórica não pode perder

de vista as particularidades, pois são estas de fato as fundadoras da cultura, uma vez que abstrações explicativas lógicas partem de premissas globais falsas, que reduzem a importância dos artesãos da atividade humana, isto é, os artífices da cultura, dos valores, das significações. Para o geógrafo humanista, generalizar significa negligenciar as propriedades fundamentais dos contextos particulares. Essa corrente está ligada a uma busca filosófica fenomenológica e também hermenêutica, que adota um método em que são reconhecidos contextos próprios e específicos de cada fenômeno, na arte da interpretação das linguagens, dos signos e de seus valores simbólicos. Essa geografia favorece, ainda, a aproximação da ciência e da arte, de tal forma que o território e o lugar constituem conceitos de mediação entre a vida e o universo de representações — meio mais livre e espontâneo da manifestação das culturas e suporte das identidades ou de sua inscrição espacial por intermédio de valores e significações de sujeitos e de grupos sociais territorializados ou em processo de territorialização.

Luiz Filipe Maciel Gomes

nota: **16,75/20**

Os conceitos geográficos de território, espaço, lugar e paisagem são centrais para o entendimento das diversas correntes que compõem o campo do saber geográfico. A ênfase dada por cada corrente da geografia a tal ou qual conceito diz bastante acerca das linhas teóricas defendidas. A escola clássica, aquela de viés crítico e a humanista trabalham conceitos de maneira distinta, de forma que, por meio da identificação dessas diferenças é possível traçar características básicas de cada uma dessas correntes.

A escola clássica da geografia, representada pelas correntes determinista e possibilista, dá especial atenção ao conceito de território. A doutrina determinista de Friedrich Ratzel, fortemente influenciada por Ritter e Humboldt, insere-se no contexto da formação do Estado Alemão. Em razão disso, encontra no conceito de território o seu centro de gravidade. Ratzel atribui ao conceito de território a fonte e a limitação do poder de um Estado nacional. Fonte de poder, pois apenas por meio do controle do território uma entidade estatal pode presumir a sua existência; limitação do poder à medida que é só e apenas sobre o território que um Estado exerce poder, visto que a jurisdição estatal vai até as fronteiras do Estado. De forma similar, Ratzel atribui ao território a fonte e a limitação da identidade nacional: território reuniria aqueles que compartilham dada identidade cultural particular. Embora Ratzel fale em “espaço vital”, o Estado encontraria seus recursos de poder no território sobre o qual exerce jurisdição. A fim de maximizar poder e de garantir o desenvolvimento de seu povo, caberia ao Estado expandir suas fronteiras para angariar mais recursos de poder que viabilizassem os objetivos do Estado.

Para a geografia crítica, representada na figura de Milton Santos no Brasil e de geógrafos como Yves Lacoste e David Harvey fora do país, o conceito central passa a ser o espaço. Para essa corrente geográfica, que engloba diversas tendências diferentes, o espaço funcionaria como, ao mesmo tempo, conteúdo e contingente, pois agregaria tanto elementos sistêmicos quanto os agentes que conformam o sistema. Seria, como afirma Milton Santos, uma forma-conteúdo em que um processo vivo de construção tem lugar. Milton Santos trabalha, para além do conceito de espaço, aquele de paisagem. Para o autor baiano, o conceito de paisagem seria importante, pois é através dele que se percebem as “acumulações desiguais de tempo”, que são centrais para as análises geográficas. Ao afirmarem que nada ocorre despropositadamente, centram no conceito de espaço a sua crítica, pois este ofereceria os instrumentos e revelaria os agentes que atuam na construção da história e na transformação da sociedade.

A geografia humanista, por sua vez, a despeito de reconhecer a importância teórica do conceito de espaço, conferindo-lhe lugar de destaque em suas análises, na prática operacionalizam outros conceitos

que valorizem uma perspectiva mais subjetiva da realidade. Embora tenham o conceito de “espaço vivido” como fundamental, conceitos geográficos como paisagem, lugar e território ganham fôlego renovado. O conceito de paisagem reforça a subjetividade que marca a geografia humanista. De modo similar, os conceitos de lugar e não lugar estariam impregnados de sentido, ao passo que as dinâmicas de territorialização, desterritorialização e reterritorialização também seriam importantes. A subjetividade que marca a corrente humanista atribui, portanto, a diversos conceitos papel fundamental, cabendo ao “espaço vivido” função privilegiada justamente por evidenciar a importância que a corrente dá para experiências pessoais, individualidades e particularismos.

Os debates epistemológicos da geografia fizeram com que os diversos conceitos geográficos fossem valorizados e desprestigiados ao longo do tempo. Não obstante, diversas correntes geográficas coabitam o mundo na atualidade, de forma que cada uma atribui papel de destaque ao conceito que ilustra melhor seu pensamento. (40 linhas)

AVALIAÇÃO

1. Apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado): 1/1

2. Desenvolvimento do tema

2.1. Fase inicial do determinismo ou ambientalismo geográfico: 6/6

2.2. Fase inicial da geografia crítica radical: 4,5/6

2.3. Fase emergente da geografia humanista: 5,25/7

Resultado

Nota: **16,75**

Osvaldo Quirino de Souza Filho

nota: **16,75/20**

O desenvolvimento da geografia, enquanto ciência autônoma, ocorreu sobretudo na segunda metade do século XIX, na região que corresponderia à Alemanha unificada. Conforme assinala Paul Claval, o espaço era o conceito central dos teóricos desse período. Após a época dos grandes inventários e descrições de paisagens e sistemas naturais realizadas por von Humboldt, a penetração do positivismo nas ciências naturais alemãs levou à formação de teorias baseadas em pressupostos, conceitos e leis. Friedrich Ratzel, autor de *Antropogeografia*, e expoente do determinismo geográfico, sustentou que a expansão territorial dos Estados é um imperativo. Segundo a perspectiva ratzeliana, existe uma relação dinâmica entre solo e população, porquanto aquele é o principal responsável pela manutenção desta. No entanto, uma vez que a população cresce a ritmos exponenciais, enquanto a capacidade produtiva do solo obedece a uma progressão aritmética (não geométrica), ocorrem desníveis entre necessidades de demanda alimentar e oferta de terra. O Estado, pois, tem incontestável incentivo para ampliar seu território, o que justifica a tese Ratzel segundo a qual “espaço é poder”. Vale notar, conforme Bertha Becker, que as representações espaciais, nesse sentido, ofereceram fatores em prol da unificação alemã que haviam sido “negados pela história”.

Por sua vez, a geografia crítica radical surgiu no pós-Segunda Guerra Mundial. Se os desdobramentos das teses deterministas tinham contribuído para a eclosão do conflito (como exemplifica a forte influência de Karl Haushofer sobre Hitler), os avanços tecnológicos, como a “Revolução Verde”, tornaram aquelas teses obsoletas. O marxismo foi fator determinante nessa virada epistemológica na geografia, similarmente ao que ocorreu em outras ciências humanas. Essa perspectiva negava a autonomia do homem na produção do espaço geográfico, na medida em que este era resultado das relações de produção ou infraestrutura. David Harvey é teórico relevante dessa escola. Com efeito, seu conceito de “acumulação flexível” é de grande valor heurístico na análise da mudança do paradigma organizacional da indústria, do fordismo para o pós-fordismo e toyotismo. Segundo Harvey, o capitalismo, de tempos em tempos, sofre processo de engessamento que dificultam a acumulação de capital, o que leva a uma reestruturação dos modos de produção. A ideia de Terceiro Mundo, de Alfred Sauvy, guarda relação com as perspectivas marxistas, bem como a divisão do mundo entre centro e periferia o faz. No Brasil, o principal expoente da geografia crítica foi Milton Santos, com vasta obra e relevantes contribuições conceituais, como os circuitos “superior” e “inferior” da economia, que são interdependentes.

A fase emergente da geografia humanista corresponde aos anos 1980 e 1990. Diante da irrelevância atribuída ao indivíduo na produção do espaço geográfico pelos marxistas, os geógrafos humanistas

sublinharam aspectos subjetivos que se relacionam ao meio geográfico. Ganhou relevância, nesse contexto, o conceito de “lugar”, o qual pressupõe relações entre homem e espaço no plano dos sentimentos. As paisagens, enquanto acúmulo desigual dos tempos, também são valorizadas, porquanto cristalizam não só processos materiais levados a efeito pelo homem, mas também valores, referências culturais e históricas. Os esforços nacionais e internacionais em prol da proteção de bens culturais e paisagísticos, implementados por órgãos como IPHAN e UNESCO, são exemplificativos dessa tendência humanista. A inclusão recente do Cais do Valongo, no Rio de Janeiro, como patrimônio histórico universal denota a relevância das relações humanas na produção espacial.

As mudanças paradigmáticas da ciência da geografia exemplificam diferentes modos de compreender o espaço. Assim, colaboram na explicação dos diferentes fenômenos que, no decorrer do tempo, alteraram a relação homem-sociedade.

AVALIAÇÃO

1. Apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado): 1/1
2. Desenvolvimento do tema
 - 2.1. Fase inicial do determinismo ou ambientalismo geográfico: 6/6
 - 2.2. Fase inicial da geografia crítica radical: 4,5/6
 - 2.3. Fase emergente da geografia humanista: 5,25/7

Resultado

Nota: 16,75

Bernardo Andrade Vaz de Faria Pereira

nota: **16,75/20**

A forma de percepção do substrato espacial da existência determina ênfases e perspectivas epistêmicas acerca da relação do homem com o espaço que o cerca. O determinismo geográfico, por exemplo, que tem Ratzel e seus seguidores como maiores expoentes, privilegiam o conceito de território em sua abordagem do espaço. Para eles, o território representa a fonte e o limite da identidade, da identificação de um grupo (em geral, nacional) como unidade, bem como fonte e limite do poder, que só pode ser exercido sobre um território de sua jurisdição. Outrossim, os deterministas possuíam uma visão orgânica do Estado, que desenvolveria e cresceria de acordo com os recursos presentes em seu solo ("Boden"), que determinariam um espaço vital („Lebensraum"), isto é, uma quantidade mínima de recursos necessária para cada Estado. A partir dessa visão orgânica de Estado era possível, pois, estabelecer leis para seu crescimento, que sempre se daria a partir de seu "órgão periférico": as fronteiras. Esta percepção do espaço privilegiava, pois, a geografia política, compreendida como relação dos Estados estudado a partir do seu território, que incluiria um desenvolvimento desta teoria, os recursos, a posição geográfica e a configuração física de um país. Por fim, acreditava-se que o espaço e suas características determinavam não só o desenvolvimento do Estado, como o caráter de um povo e suas possibilidades. Camille Valaux relativizará tal percepção, acreditando em uma capacidade de adaptação ativa dos homens, e na prevalência do tempo sobre o espaço na determinação da evolução de um povo ou nação.

A geografia crítica radical, por sua vez, desenvolveu preferencialmente o conceito de espaço como forma e conteúdo das relações do homem com a natureza, sendo, assim, capaz de revelar padrões de explicação econômica e as preferências humanas e estatais pela competitividade e rivalidade. A geografia crítica percebia nas divisões do espaço por regiões ou funcionalidades quantificáveis (como na Geografia Quantitativa) a expressão da Geografia à serviço dos Estados e da guerra. Ademais, o espaço, continente e conteúdo de relações sociais medidas pela natureza, é moldado pelo homem para realizar e justificar certas dominações, revelando, também, as diferentes fases e processos de desenvolvimento econômico, uma vez que são frutos de uma acumulação desigual de tempos.

Por fim, a geografia humanista abandona essa perspectiva eminentemente econômica em sua abordagem espacial para realizar uma valorização da experiência subjetiva com o espaço, tendo como referência a paisagem. Esta pode ser tanto natural, quanto cultural, de acordo com o desenvolvimento do conceito de paisagem cultural por Carl Sauer. A subjetividade dos espaços na geografia humanista estaria ligada também aos regionalismos, desenvolvidos por especificidades culturais, e que permitiriam desterritorializações e reterritorializações, como se percebe em centros de cultura gaúcha ou nordestina

espalhados por diferentes regiões do Brasil. Por fim, a geografia humanista evidencia o conceito de lugar, como ponto de convergência de experiências subjetivas em relação ao espaço, ou a ausência delas, como o conceito de não-lugar de Marc Augé. (40 linhas)

AVALIAÇÃO

1. Apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado): 1/1

2. Desenvolvimento do tema

2.1. Fase inicial do determinismo ou ambientalismo geográfico: 6/6

2.2. Fase inicial da geografia crítica radical: 4,5/6

2.3. Fase emergente da geografia humanista: 5,25/7

Resultado

Nota: 16,75

Nota média: Bernardo Macêdo Alves de Morais

nota: **13,75/20**

Com a evolução do pensamento geográfico, as noções e as abordagens espaciais sofreram mudanças decorrentes dos objetivos sociopolíticos que buscavam atingir. Conforme Wallerstein, toda teoria serve para alguém e para algum objetivo; portanto há que se inserir os modelos epistemológicos da geografia em seus respectivos contextos, para melhor compreender suas abordagens espaciais. Nesse sentido, o determinismo geográfico, a geografia crítica e a geografia humanistas apresentam três abordagens diferentes.

O determinismo geográfico foi desenvolvido na Alemanha por Friedrich Ratzel, durante o século XIX, no contexto da unificação dos Estados germânicos. Ratzel defendeu a profunda relação entre o homem e o solo (“boden”) em uma posição de subordinação do primeiro. A lógica territorial, para Ratzel, era marcada por relações de poder, uma vez que o território fornecia recursos de poder e um elemento de identidade para a sociedade. Nesse sentido, formulou o conceito de “espaço vital” (lebensraum) para defender que as sociedades precisavam de um território mínimo para se defender e prosperar. Essa relação entre espaço e poder (territorialidade) levou muitos a afirmarem que Ratzel foi o “pai da geopolítica”, favorecendo uma abordagem espacial focada no conceito atualmente chamado de território. Essa abordagem, marcada pelo poder e pela identidade, representava a lógica sociopolítica da formação do Estado alemão unificado, que veio a ocorrer em 1871. Como legado, a teoria determinista forneceu ferramental adequado para estudos de relações entre o ambiente e o homem – muitas vezes preconceituosas – e para as relações de poder no espaço – muitas vezes com fins expansionistas.

No pós-Segunda Guerra, sob influência do marxismo, surgiu a corrente da geografia crítica, representada por nomes como Yves Lacoste e, no Brasil, Milton Santos. A preocupação da geografia crítica é de identificar as formas como as desigualdades socioeconômicas se manifestam espacialmente. Para isso, os críticos utilizaram o conceito de espaço geográfico como uma sobreposição de paisagens (paisagem testemunhos) e de relação destas com os usos socioeconômicos culturais. A abordagem espacial que inter-relaciona o espaço à atividade nele exercida permite identificar mecanismos de exclusão do sistema capitalista, formando centros e periferias que se manifestam por meio da paisagem. A finalidade desse modelo epistemológico é analisar, por meio das relações espaciais, meios de superação da subordinação socioespacial às atividades do capital, de modo a gerar relações mais justas e equilibradas.

A geografia humanista teve a função de incorporar maior subjetividade à análise espacial, de modo a incorporar a experiência humana. Surgem, assim, conceitos como “espaço vivido” e lugar, para expressar relações subjetivas com o espaço. Rompe-se com o modelo positivista de uma epistemologia objetiva,

criando verdadeiras relações de afetividade na abordagem espacial. Os seres humanos apresentam relações de topofilia e de topofobia com os espaços que interagem, de acordo com as experiências vividas com o espaço. Retoma-se a concepção de paisagem cultural para subjetivar a abordagem espacial. Nações como distância e tempo de deslocamento cedem espaço para a relação afetiva com aquele lugar. Passa a importar, no modelo, o quão agradável é o lugar, se já se passou por más experiências (assalto, trânsito, acidente) ou por boas experiências. A geografia humanista tem como maior contribuição a quebra da rigidez de um modelo amplamente positivado e objetivizado, legado da geografia quantitativa, oferecendo uma abordagem subjetiva.

Os modelos de abordagem espacial apresentados foram bem-sucedidos em seus objetivos epistemológicos, no momento em que foram criados. Cada “escola” foi capaz de desenvolver ferramental teórico adequado para análises com fins específicos, seja de estudo das relações territoriais, do sistema capitalista e suas desigualdades, ou das experiências vividas no espaço. (39 linhas)

AVALIAÇÃO

1. Apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado): 1/1

2. Desenvolvimento do tema

2.1. Fase inicial do determinismo ou ambientalismo geográfico: 4,5/6

2.2. Fase inicial da geografia crítica radical: 4/6

2.3. Fase emergente da geografia humanista: 5,25/7

Resultado

Nota: **13,75**

Pior nota: Anônimo

nota: **8,50/20**

Conceitos como espaço, território e lugar são fundamentais para o estudo da geografia. Ao longo do tempo, e de acordo com os debates epistemológicos da disciplina, esses conceitos foram evoluindo. Cabe, portanto, analisar as principais abordagens geográficas sobre o território, desde a concepção jurídico-política ratzeliana, até o desenvolvimento recente no âmbito da geografia humanista.

As primeiras definições do conceito de território encontram-se no determinismo geográfico, em especial na obra de F. Ratzel. Segundo o “pai da geopolítica”, o território está relacionado diretamente ao poder. O Estado é, desse modo, ator central para a análise, e sua expansão territorial ocorre organicamente, respondendo às necessidades de desenvolvimento das sociedades. A anexação de novos territórios implica o aumento do poder econômico e político do Estado e seria, portanto, desejável. Ademais, considerando que o meio natural restringe, para o autor, as capacidades de ação dos seres humanos, a expansão dos limites político-jurídicos dos países, consubstanciada em aumento do território, ampliaria os meios disponíveis para o desenvolvimento das sociedades.

Segundo a geografia crítica radical, o território é onde ocorre a reprodução do capital. As disparidades criadas invariavelmente pelo capitalismo motivariam a divisão do trabalho entre países e entre indivíduos. O território seria, assim, onde ocorre a luta de classes e onde as perversidades do capital se manifestam.

A corrente da geografia humanista, por sua vez, destaca o conceito de lugar e de território. Os indivíduos mantêm (sic) vínculos afetivos, simbólicos e culturais com o território, pois é nele onde se expressam, praticam seus costumes e reproduzem suas identidades. O território deixa de ser analisado, desse modo, a partir de perspectiva meramente política ou econômica, e os aspectos culturais e identitários de cada sociedade passam a ser valorizados.

AVALIAÇÃO

1. Apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado): 0,5/1
2. Desenvolvimento do tema
 - 2.1. Fase inicial do determinismo ou ambientalismo geográfico: 3/6
 - 2.2. Fase inicial da geografia crítica radical: 1,5/6
 - 2.3. Fase emergente da geografia humanista: 3,5/7

Resultado

Nota: 8,50

GEOGRAFIA

banca:

Everaldo Batista da Costa
Fernando Luiz Araújo Sobrinho

_questão 4

Os brasileiros formam atualmente a maior comunidade estrangeira em Portugal. São 85 mil pessoas — o que equivale a 20,3% dos 421.711 imigrantes que vivem no país. Os números, correspondentes ao ano de 2017, foram apresentados no Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo, elaborado pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras de Portugal.

Os dados sobre a imigração brasileira apontam um crescimento de 5,1% em 2017, em sentido inverso ao das quedas sucessivas registradas desde 2011. O total de brasileiros que vivem no país aumentou de 81.251 para 85.426. Os brasileiros também são o maior número entre os que pediram a cidadania portuguesa, com 10.805 pedidos em meio a um total de mais de 37 mil.

Segundo o levantamento, 81% dos estrangeiros em Portugal fazem parte da população ativa — os que fazem ou estão aptos a fazer parte da força de trabalho. Mais de dois terços dos imigrantes (68,6%) se concentram apenas em três cidades: Lisboa, Faro e Setúbal.

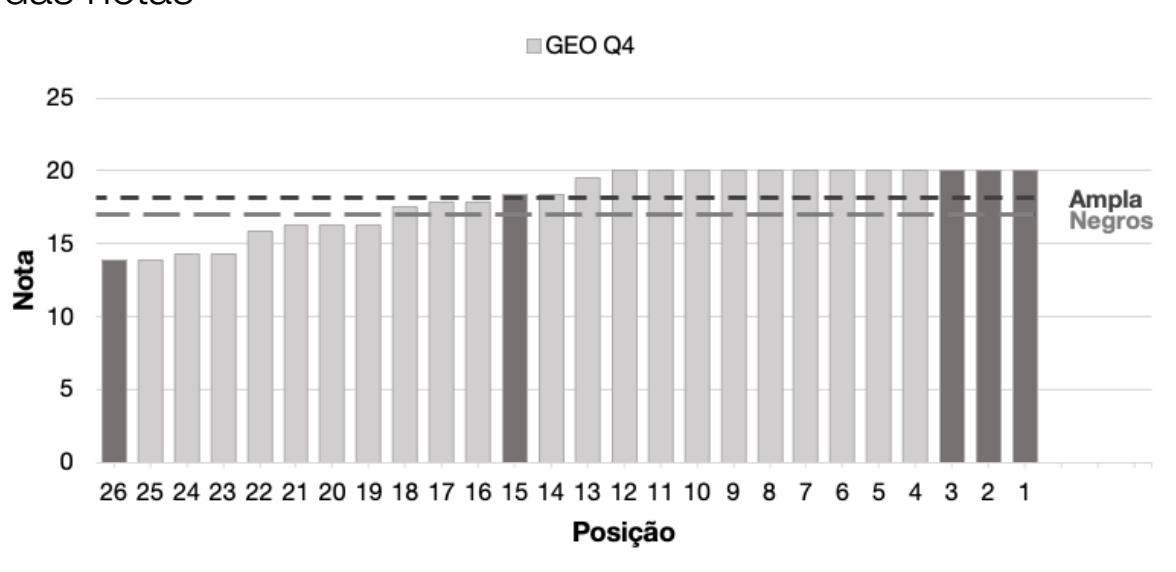
Brasileiros em Portugal chegam a 85 mil e são maior comunidade imigrante no país. Internet: jun./2018 (com adaptações).

Tendo o fragmento de texto anteriormente apresentado como referência inicial, redija um texto dissertativo que atenda ao que se pede a seguir.

- 1. Discorra sobre a política de atração de imigrantes para Portugal.**
- 2. Destaque quatro motivações da imigração de brasileiros para Portugal.**
- 3. Discorra sobre a preferência dos imigrantes brasileiros pelas áreas urbanas metropolitanas de Portugal.**

*Extensão máxima: 40 linhas
[valor: 20,00 pontos]*

Distribuição das notas



Padrão de resposta da questão 4

1. Política de atração de imigrantes para Portugal

1.1) Portugal apresenta um quadro de diminuição da população total, tanto pela saída de portugueses para outros países quanto pelo envelhecimento da população. Hoje, mais de um quinto da população residente em Portugal tem mais de 65 anos de idade, e estima-se que dentro de 30 anos essa proporção aumente para 35%. 72% das pessoas com mais de 65 anos de idade sofrem de doença prolongada, com particular incidência nas mulheres e nas pessoas de menores rendimentos;

1.2) Portugal se propõe a receber quadros altamente qualificados em áreas como a agricultura, com elevadas necessidades de contratação, assim como em setores fundamentais para a competitividade externa ou com elevado impacto do ponto de vista dos equilíbrios territoriais. Por outro lado, sustenta-se que deve ser estimulada a vinda de estudantes e pesquisadores estrangeiros, nomeadamente para mestrados e doutoramentos, já que isso tem um enorme potencial do ponto de vista da internacionalização das universidades portuguesas e de reforço do sistema científico.

1.3) Nos últimos anos, diversos países, entre eles Portugal, têm elaborado programas especialmente voltados para a atração de investidores estrangeiros pessoa física. Entre outras políticas adotadas,

destaca-se a concessão de facilidades migratórias, incluindo-se a possibilidade de residência permanente para o imigrante estrangeiro que atender determinados critérios, como montante mínimo a ser investido e a geração de empregos.

2. Motivações da imigração de brasileiros para Portugal

A comunidade brasileira em Portugal possui os mais variados perfis, das mais diversas classes sociais: o grande investidor que é requerente de um “Golden Visa”; o trabalhador altamente qualificado requerente do visto de trabalho; o estudante que busca uma experiência internacional; e mesmo o neto de cidadão português que pretende resgatar o passado da sua família. Assim, apesar de a imigração brasileira de alguma forma ser influenciada pela situação econômica do Brasil, parte deste fluxo de pessoas emigra por qualquer um dos motivos aqui destacados, razão pela qual a imigração brasileira em Portugal tem sido uma constante. Além desses, verificam-se também outros motivos que fazem o cidadão brasileiro optar por migrar para Portugal: familiaridade com a língua; clima mais ameno em relação a outros países europeus; possibilidade de naturalizar-se português; e segurança. Este último fator, sem dúvida, tem-se verificado como uma das principais razões da imigração de brasileiros para Portugal nos últimos dois anos.

3. Preferência dos imigrantes brasileiros pelas áreas urbanas metropolitanas de Portugal

A excessiva concentração das populações e das atividades econômicas nas grandes aglomerações econômicas leva a uma saturação do espaço urbano. Portugal tem uma rede urbana macrocéfala, isto é, de estrutura política e econômica centralizada e dominada por uma grande metrópole que monopoliza a vida econômica, cultural e social: Lisboa. No entanto, também é bicéfala, porque, juntamente com Lisboa, o Porto ocupa o topo da hierarquia e reparte com a primeira as funções de nível superior. Existe uma forte concentração urbana na faixa litoral entre Viana do Castelo e Setúbal, localizando-se aí o maior número de cidades e as maiores aglomerações urbanas (GAMP e GAML). No litoral algarvio existe um conjunto considerável de cidades, com destaque para Faro, cujo dinamismo se deve, em grande parte, ao turismo. No interior, as cidades são em menor número e, na sua maioria, de pequena dimensão. No entanto, tem-se assistido a certo crescimento demográfico de muitos desses centros urbanos, que atraem a população das áreas rurais envolventes (efeito aspirador). Os migrantes brasileiros partem de cidades grandes e médias no Brasil e procuram em Portugal atividades do setor terciário, desenvolvidas em grande parte nas maiores cidades.

Henrique Towata Sato

nota: 20/20

Ainda que menos intensos em outros países europeus, os problemas enfrentados por Portugal no âmbito demográfico são o envelhecimento de sua população e a redução das taxas de natalidade, o que justifica uma política de atração de imigrantes, principalmente em idade economicamente ativa.

Diante dos altos índices de crescimento para padrões europeus e o nível de desemprego baixo, a política favorável à imigração portuguesa atende a necessidades econômicas atuais e futuras. A política de atração engloba facilidades de obtenção de visto mediante o atendimento de critérios como a compra de bens imóveis ou a realização de investimentos, incentivos para o estudo nos níveis de graduação e pós-graduação com o objetivo de fortalecer as universidades portuguesas e atrair imigrantes altamente capacitados e também programas voltados para a capacitação e inclusão de imigrantes que chegam com menor nível educacional e técnico para que se insiram no mercado de trabalho português.

Para os brasileiros, as dificuldades de um mercado de trabalho muito mais competitivo, já que integrado ao europeu, podem ser mitigadas por fatores de atração em Portugal e repulsão no Brasil. A recente crise econômica brasileira contrasta com o crescimento sustentado português e pode motivar a migração, assim como a facilidade da língua comum torna Portugal mais atrativo que outras alternativas. Redes sociais e familiares com portugueses ou imigrantes já estabelecidos em Portugal reduzem o risco da migração e podem oferecer uma rede de proteção diante de problemas iniciais ou mesmo facilitar a migração irregular. As ligações familiares e de ancestralidade também oferecem o potencial de naturalização e como decorrência o acesso a toda a União Europeia, sendo a migração (ainda sem naturalização) o passo inicial nesse processo.

A preferência dos migrantes brasileiros pelas grandes áreas urbanas portuguesas é multifatorial. As redes sociais e familiares reforçam o fluxo de pontos específicos para outros pontos específicos, o que pode explicar a preferência por determinados núcleos urbanos. Além disso, a possibilidade de inserção econômica legal ou extra-legalmente é facilitada em grandes centros, não só pelo maior tamanho da economia, como pela maior proporção de empregos no setor terciário, de média e baixa qualificação que não exigem, por exemplo, a revalidação de títulos acadêmicos. Outra explicação plausível é a maior receptividade desses centros metropolitanos a estrangeiros em comparação com o meio rural e pequenas cidades dado o cosmopolitismo decorrente e necessário para a articulação com redes internacionais europeias e mundiais, não só no meio corporativo como no acadêmico e institucional.

Pode-se considerar que a política migratória portuguesa é bem sucedida, na medida que consegue atrair muitos jovens de países lusófonos, incluindo um contingente qualificado. Isso se dá, no entanto, em detrimento de países como o Brasil, que deve repensar sua própria política de atração e retenção de jovens. (40 linhas)

AVALIAÇÃO

1. Apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado): 1/1

2. Desenvolvimento do tema

2.1. Política de atração de imigrantes para Portugal: 6/6

2.2. Motivações da imigração de brasileiros para Portugal: 8/8

2.3. Preferência dos imigrantes brasileiros pelas áreas urbanas metropolitanas de Portugal: 5/5

Resultado

Nota: 20,00

Diógenes Novais da Cruz

nota: **20/20**

Em As leis da Migração, Ernst Ravenstein destaca fatores intersubjetivos de atuação e repulsão que geram fluxos migratórios. Milton Santos, por sua vez, destaca a relevância da acumulação de capital desigual e excludente no globo como promotor de tais deslocamentos. Com base nessas assertivas, é possível compreender parte das causas da recente onda migratória de brasileiros para Portugal.

Nos últimos anos, Portugal tem empreendido uma política de atração de migrantes, especialmente brasileiros. Esse esforço decorre do fato de que Portugal possui uma população relativamente envelhecida e com baixa taxa de crescimento. A transição demográfica no país já ocorreu, estando este situado na 4ª fase do modelo Thompson. Para incentivar a chegada de migrantes, o país tem assinado convênio de cooperação na área educacional, abrindo a porta de suas universidades. O Programa Erasmus, no contexto europeu, e Ciência Sem Fronteiras, no caso do Brasil, exemplificou essa dinâmica. Paralelamente, o governo português tem incentivado a chegada de novas empresas ao país, indicando seus baixos custos de produção e acesso privilegiado ao mercado europeu. Nota-se, portanto, a ênfase dada na atração de migrantes capacitados e com projetos de investimentos.

É possível destacar 04 grandes causas para a migração de brasileiros para Portugal. Começemos com os fatores de repulsão. A economia é certamente a maior motivação da diáspora brasileira. Não se trata apenas do evidente desnível econômico entre Brasil e o país europeu. As expectativas econômicas no Brasil deterioraram-se, em razão dos quase quatro anos de recessão econômica. Portugal, por sua vez, vive um período de forte crescimento produtivo, decorrente das políticas anticíclicas adotadas pelo governo nacional e pelo Banco Central Europeu, o que claramente se constitui um fator de atração. Paralelamente, a percepção de violência nas cidades brasileiras aumentou. O medo de assaltos e sequestros tem levado parte da classe média e da elite nacional a buscar refúgio alhures. Isso explica não apenas o perfil dos indivíduos que migram, como o destino final de seu deslocamento, como visto a seguir.

Como fatores de atração, deve ser destacado o aspecto cultural e o papel das redes sociais. O fluxo de pessoas entre Portugal e Brasil é histórico, e decorre do passado cultural comum, cuja representação máxima é a Língua Portuguesa. Nesse sentido, vale observar que, na década passada, a migração ocorria majoritariamente em sentido contrário, em razão do elevado crescimento econômico brasileiro. A língua comum, portanto, é um facilitador. Além disso, a conformação de redes sociais, entre

brasileiros que já residem em Portugal e aqueles que se sentem incentivados a seguir o mesmo caminho, facilita e intensifica esse fenômeno.

A preferência dos migrantes brasileiros pelas áreas metropolitanas de Portugal decorre de diversos fatores. Primeiramente, cabe salientar que é primordialmente as classes média e alta brasileira que estão vindo a Portugal. Assim, percebe-se a prevalência de profissionais liberais e autônomos que pretendem expandir seus negócios para a Europa. Nesse sentido, as grandes cidades apresentam melhores oportunidades. Em segundo lugar, pode-se apontar a existência de universidades de excelência nessas cidades, como Lisboa e Coimbra, o que atrai os estudantes. Por fim, as redes sociais acabam por influenciar a escolha do destino final, visto que a existência de um amigo ou parente nessas áreas facilitam a adaptação.

Brasil e Portugal possuem um longo histórico de fluxos migratórios. A recente onda de migração brasileira para o país europeu, além de atender às necessidades demográficas e produtivas do país, parece basear-se em dinâmicas econômicas conjunturais, lastreada pelas redes sociais que se formaram ao longo dessa história.

AVALIAÇÃO

1. Apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado): 1/1

2. Desenvolvimento do tema

2.1. Política de atração de imigrantes para Portugal: 6/6

2.2. Motivações da imigração de brasileiros para Portugal: 8/8

2.3. Preferência dos imigrantes brasileiros pelas áreas urbanas metropolitanas de Portugal: 5/5

Resultado

Nota: 20,00

Gabriela Ruggeri*nota: 20/20*

As migrações econômicas tendem a ser motivadas por fatores de atração e de repulsão. As disparidades de renda e de qualidade de vida geradas pelo desenvolvimento desigual do capital entre países e regiões são, portanto, relevantes para explicar os fluxos migratórios que não se enquadram no deslocamento forçado. Assim, cabe analisar as motivações que têm gerado crescimento nas migrações de brasileiros em direção a Portugal.

Portugal, assim como outros países europeus, sofre com o envelhecimento de sua população. A migração mostra-se, dessa forma, eficiente para atrair indivíduos já em idade ativa. No caso das relações entre Brasil e Portugal, existem, por exemplo, mecanismos que facilitam a residência de brasileiros no país europeu, a exemplo da figura do brasileiro equiparado, que pode, sob certas condições, exercer direitos políticos em Portugal. Recentes mudanças nas políticas de concessão de cidadania também tornaram mais simples a migração, dado o grande número de descendentes de portugueses no país. Cabe mencionar, ainda, a possibilidade de compra de cidadania, bem como o acordo de previdência entre Brasil e Portugal, que possibilita a residência de brasileiros aposentados no país sem que eles deixem de receber a aposentadoria brasileira.

As motivações para a migração de brasileiros em direção a Portugal relacionam-se a fatores de repulsão no Brasil, como baixo crescimento econômico e falta de segurança e de atração em Portugal. A vantagem de ambos países falarem português facilita a inclusão no mercado de trabalho e das crianças brasileiras nas escolas. O crescimento das oportunidades de emprego e de investimento em Portugal é outra motivação. Além disso, o passado colonial brasileiro gerou grande número de descendentes no Brasil que podem adquirir nacionalidade portuguesa originária. A adaptação de brasileiros também é facilitada por certa identidade cultural comum. Por fim, a alta qualidade de vida no país é outro fator de atração.

Os imigrantes brasileiros tendem a se estabelecer em áreas urbanas metropolitanas, como Lisboa, Faro, Setúbal e Cidade do Porto. As grandes cidades oferecem maiores opções de serviços e de consumo, bem como mais oportunidades de emprego. Há, igualmente, a possibilidade de estabelecimento nas cidades do entorno das grandes metrópoles, uma vez que o preço de moradia tende a ser menor e a proximidade com a metrópole permite que o imigrante usufrua dos mesmos benefícios sem morar lá. Além disso, o estabelecimento de comunidades brasileiras em regiões específicas fomenta o aparecimento de serviços e de comércio voltados exclusivamente para atendê-las, a exemplo de mercados e restaurantes

com produtos do Brasil. A criação de redes entre brasileiros emigrados em Portugal e brasileiros no país querendo emigrar gera, também, tendência de concentração de nacionais em áreas específicas de Portugal. (39 linhas)

AVALIAÇÃO

1. Apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado): 1/1

2. Desenvolvimento do tema

2.1. Política de atração de imigrantes para Portugal: 6/6

2.2. Motivações da imigração de brasileiros para Portugal: 8/8

2.3. Preferência dos imigrantes brasileiros pelas áreas urbanas metropolitanas de Portugal: 5/5

Resultado

Nota preliminar: **18,00**

Nota final: **20,00**

COMENTÁRIO (RECURSO)

ARGUMENTAÇÃO DO QUESITO: 2.2

Caro professor:

Solicito, respeitosamente, a majoração de minha nota, pois deixei de obter um quarto da nota referente às motivações da imigração de brasileiros para Portugal.

Cada pequeno décimo de ponto pode garantir minha aprovação. Peço, assim, alguns poucos minutos de sua atenção. Segundo o enunciado, deveríamos apresentar ao menos quatro motivações. Em minha questão, destaquei diversos pontos, alguns, inclusive, que não estavam no padrão oficial de resposta:

a) Possibilidade de compra de cidadania (l.15)

b) Crise econômica no Brasil (l.20)

c) Problema de segurança no Brasil (l.20)

e) Facilidade por causa do idioma (l.21)

f) Maior facilidade de adaptação, inclusive para as crianças (l.21 e 26)

g) Grande número de descendentes portugueses no Brasil e, conseqüentemente, possibilidade de dupla cidadania (l. 24).

h) Melhor qualidade de vida do que no Brasil (l.26)

Solicito, assim, nova leitura de minha questão, tendo em vista que apresentei mais do que quatro motivações para a imigração de brasileiros para Portugal, e que elas são válidas e respondem satisfatoriamente ao enunciado.

Muito obrigada pela atenção e pela leitura de meu recurso.

Nota média: Anônimo

nota: **18,33/20**

O crescimento elevado do número de brasileiros que se mudam para Portugal coloca em evidência a necessidade de se analisar a relação entre fatores de atração e repulsão que tem levado a tal crescimento. Em um mundo em que a grande maioria das migrações é pautada por motivações econômicas, onde o fator proximidade é central, a ida de cada vez mais brasileiros para Portugal chama a atenção. A migração de brasileiros para Portugal se deve tanto a fatores relacionados ao país de destino dessas pessoas quanto a elementos vinculados ao país de origem, no caso o Brasil.

Portugal é o país da Europa que apresenta as menores taxas de fecundidade. Além disso, o país tem uma estrutura demográfica envelhecida, o que decorre do fato de já ter atingido a fase IV do modelo de Thompson. Por muito tempo, Portugal foi visto como um país periférico na União Europeia, de que faz parte desde a década de 1980. Esse aspecto motivou jovens portugueses a buscarem melhor condição de vida em outros países do bloco, movimento que foi intensificado em razão do estabelecimento da zona Schengen. O perfil de migração intrarregional prevalece no mundo, e essa tendência verifica-se também em relação aos cidadãos portugueses. Atrelado à saída de jovens portugueses para outros países e ao envelhecimento da sua população, Portugal vivencia um forte aumento na taxa de dependência do país, elemento que tem contribuído para a recente crise financeira que abalou a economia lusa. Em virtude desses aspectos, o governo português tem buscado atrair imigrantes para o país, uma vez que esses são majoritariamente jovens e compõem a população economicamente ativa que sustenta a economia do país, bem como o seu sistema previdenciário.

Os brasileiros migram para Portugal em vista da política de atração levada a cabo pelo país ibérico, mas também levam outros fatores em consideração na hora de partirem para o além-mar. Pode-se apontar como motivações da imigração de cidadãos brasileiros para Portugal, além do fator cultural – que se revela principalmente em razão da língua comum –, elementos relacionados à qualidade de vida no país luso, ao custo de vida local e às condições político-econômicas do Brasil. No que diz respeito à cultura, fatores como a gastronomia local, a religião predominante no país e as tradições similares às brasileiras atraem o imigrante brasileiro para Portugal. Elementos como IDH elevado, segurança e benefícios sociais contam positivamente para o brasileiro, que busca melhores condições de vida. Também é possível apontar que, devido ao fato de que Portugal tem um custo de vida relativamente baixo em comparação ao do Brasil (ao custo de vida nas grandes cidades brasileiras), as pessoas tendem a olhar com boa vontade a mudança. Soma-se a isso a crise política e econômica que o Brasil vive atualmente, consubstanciada

no alto desemprego e na falta de perspectivas positivas, o que conta como fator de repulsão do nacional provido de meios financeiros para cruzar o Atlântico em busca de melhores oportunidades.

Como revela o estudo, grande parte dos brasileiros migra para áreas urbanas metropolitanas de Portugal. Essa tendência deve-se a vários fatores, dentre os quais pode-se apontar um elemento retroalimentador: as redes migratórias. Essas redes migratórias servem para a “reterritorialização” do brasileiro no exterior, pois, por meio do estabelecimento de uma rede de know-how, as barreiras à migração são diminuídas (elemento facilitado pela disseminação da informação pela internet). Além disso, os jovens que vão para Portugal têm mais oportunidades econômicas nas grandes cidades, onde a economia é mais dinâmica e os serviços públicos mais abrangentes.

A recente onda de migração para Portugal revela a dialética entre fatores de atração por um lado e fatores de repulsão por outro. A atração de migrantes por Portugal mostra que a migração pode ser um fator econômico importante e positivo, desde que estruturada com base em estratégias bem delineadas.
(40 linhas)

AVALIAÇÃO

1. Apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado): 1/1

2. Desenvolvimento do tema

2.1. Política de atração de imigrantes para Portugal: 6/6

2.2. Motivações da imigração de brasileiros para Portugal: 8/8

2.3. Preferência dos imigrantes brasileiros pelas áreas urbanas metropolitanas de Portugal: 3,33/5

Resultado

Nota: **18,33**

Pior nota: Anônimo

nota: **13,83/20**

O fenômeno migratório é condicionado por fatores de atração e repulsão. Analisar determinado fluxo migratório, portanto, envolve identificar os fatores que repelem o migrante de seu local de origem e os que o atraem, em seu destino. Nesse sentido, o crescimento da imigração brasileira para Portugal, em 2017, relaciona-se tanto com a política portuguesa de atração de imigrantes quanto com diversos fatores de atração e repulsão. Essa dinâmica também explica o porquê de a maioria dos brasileiros emigrados concentrar-se em áreas específicas de Portugal, em vez de espalhar-se de forma mais equilibrada no território português.

A política de atração de imigrantes para Portugal é motivada pelas transformações demográficas e econômicas pelas quais passa o país. Como o resto da Europa, a população portuguesa está envelhecendo, o que gera uma maior pressão da razão de dependência idosa sobre a população em idade ativa. Além das implicações previdenciárias, esse fenômeno afeta negativamente o PIB, uma vez que significa que uma parcela menor da população está efetivamente trabalhando. Atrair imigrantes em idade ativa, nesse sentido, é uma forma de atenuar essa inversão da pirâmide demográfica. No que concerne ao Brasil, a assinatura do Tratado de Amizade e Cooperação, nos anos 2000, é um importante desenvolvimento institucional, na medida em que o estatuto da equiparação, ao facilitar o exercício dos mesmos direitos civis e políticos concedidos aos nacionais, constitui fator de atração.

Dentre as diversas motivações que levam brasileiros a emigrar para Portugal, podem destacar-se quatro. Em primeiro lugar, há a expectativa de aumentar a própria renda. Trata-se de um tradicional fator de atração. No caso da migração do Brasil para Portugal, o fato de que os fluxos cresceram em 2017, com a recuperação da economia portuguesa e a estagnação da brasileira, evidencia a importância dessa consideração. Em segundo lugar, as crescentes taxas de violência no Brasil constituem fator de repulsão – Portugal é um país consideravelmente mais seguro. Em terceiro lugar, as afinidades culturais, linguísticas e históricas entre Brasil e Portugal são, também, fator de atração. Por último, cabe destacar a própria comunidade brasileira em Portugal, que, em 2017, chegou a mais de 85 mil pessoas – migrantes costumam preferir estabelecer-se em países onde podem contar com o apoio de seus compatriotas.

A preferência dos imigrantes brasileiros pelas áreas urbanas metropolitanas de Portugal é explicada por esses fatores. Nessas áreas, há maior oferta de emprego e maiores perspectivas de aumentar a renda. Além disso, cidades como Lisboa, Faro e Setúbal contam com maior oferta de serviços e abrigam comunidades brasileiras mais numerosas do que na área rural e do que em centros menores.

A migração de brasileiros para Portugal constitui um fluxo específico, mas que pode ser analisado conforme as dinâmicas migratórias gerais. Trata-se de um movimento que, de forma geral, beneficia tanto o migrante quanto o país receptor, ainda que não seja livre de inseguranças e dificuldades.

AVALIAÇÃO

1. Apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado): 0,5/1
2. Desenvolvimento do tema
 - 2.1. Política de atração de imigrantes para Portugal: 2/6
 - 2.2. Motivações da imigração de brasileiros para Portugal: 8/8
 - 2.3. Preferência dos imigrantes brasileiros pelas áreas urbanas metropolitanas de Portugal: 3,33/5

Resultado

Nota: 13,83

POLÍTICA INTERNACIONAL

banca:

*Alcides Costa Vaz
Ary Norton de Murat Quintella
Norma Breda dos Santos*

_questão 1

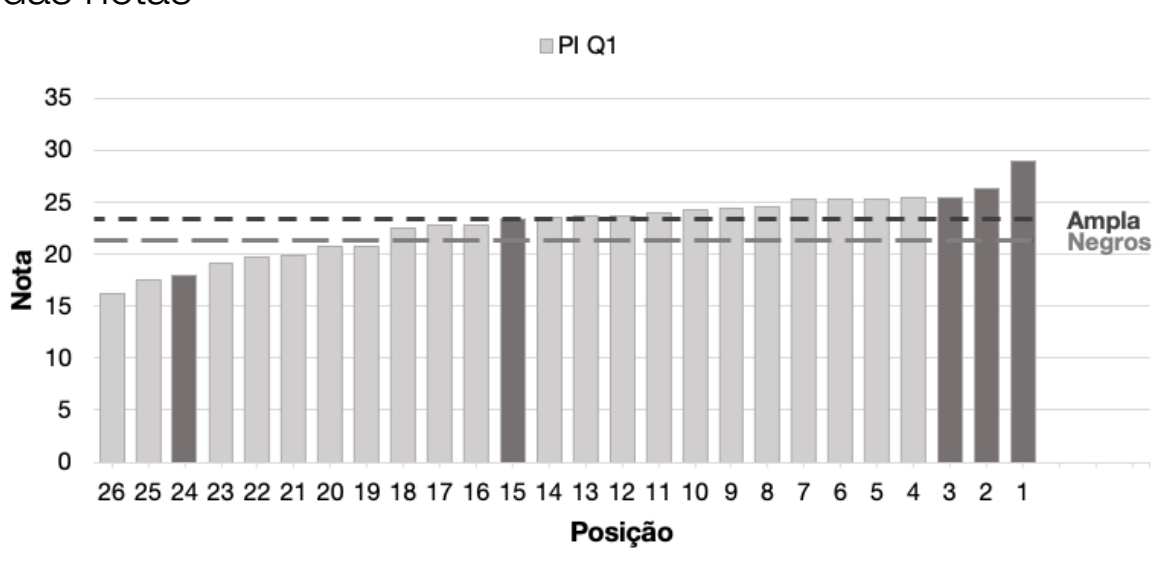
Desde seus primórdios, o sistema multilateral de comércio, centrado originalmente no Acordo Geral de Tarifas e Comércio (General Agreement on Tariffs and Trade – GATT) e, no presente, na normativa e nos acordos sob a égide da Organização Mundial do Comércio (OMC), teve como objetivo maior a promoção do desenvolvimento econômico por meio da liberalização das trocas comerciais, amparado na concepção do comércio internacional como propulsor do crescimento e do desenvolvimento econômico.

Discorra sobre a atuação da OMC no contexto posterior à crise econômica de 2008, relacionando essa atuação aos seguintes aspectos:

- 1. objetivos precípuos da OMC;**
- 2. trajetória das negociações comerciais internacionais;**
- 3. tendências do protecionismo e o aumento dos conflitos comerciais;**
- 4. proliferação de acordos preferenciais regionais e bilaterais;**
- 5. perspectivas da OMC com relação ao desempenho recente do comércio internacional.**

*Extensão máxima: 90 linhas
[valor: 30,00 pontos]*

Distribuição das notas



Padrão de resposta da questão 1

1. Espera-se que o(a) candidato(a) identifique como objetivos básicos da OMC prover um fórum multilateral para as negociações comerciais, supervisionar a aplicação da normativa comercial e dos acordos sob sua égide, de modo a assegurar condições favoráveis à liberalização do comércio internacional, e atuar na resolução de disputas comerciais. O(a) candidato(a) deve apontar que a atuação da OMC no contexto posterior à crise econômica de 2008 esteve em consonância com suas funções básicas ao ter se voltado, inicialmente, para duas frentes: monitorar e avaliar os fluxos de financiamento do comércio internacional e monitorar e contribuir para conter as pressões protecionistas advindas da crise financeira, o que se relaciona, por sua vez, ao objetivo de estimular condições favoráveis ao livre comércio.

2. O(A) candidato(a) deve apontar o arrefecimento das negociações da Rodada de Doha e que, mesmo sob condições adversas, a OMC procurou dar-lhes impulso, em consonância com a primeira de suas funções primordiais; cabe observar que tal esforço não foi bem-sucedido, na medida em que o ambiente de contração do comércio internacional nos primeiros anos pós-crise e a magnitude dos impasses em torno de pontos cruciais da agenda da Rodada de Doha não ofereciam incentivos suficientes para que se lograssem avanços substantivos rumo à conclusão daquela Rodada. É importante também aludir ao abandono da Rodada de Doha e ao seguimento de negociações fora do marco da Rodada e em âmbitos específicos.

3. Espera-se que o(a) candidato(a) reconheça que, antes mesmo da crise de 2008, observava-se tendência à expansão e à diversificação de práticas protecionistas, em particular no campo não tarifário, e que essa tendência recrudescer nos anos seguintes à crise, ao que se somaram, em tempos recentes, conflitos comerciais envolvendo escaladas tarifárias, como aquele ora travado entre Estados Unidos e China, inicialmente em torno de produtos siderúrgicos e que agora envolve outros produtos. O(a) candidato(a) deve apontar que, em um contexto de estancamento do comércio, de paralisia das negociações multilaterais sobre regras comerciais e outros temas e de fortalecimento do protecionismo tarifário e não tarifário, aumentaram sensivelmente os conflitos comerciais e, por consequência, as disputas levadas ao Órgão de Solução de Controvérsias da OMC, o que reforça, assim, a sua importância e a do papel primordial da OMC neste campo.

4. Referente à proliferação de acordos preferenciais regionais e bilaterais, o(a) candidato(a) deve apontar que o interesse e o aumento dos acordos regionais são tendências que precedem a crise financeira de 2008 e que as atenções da OMC em relação a esses acordos estiveram voltadas para seu alcance e para a transparência. Deve também apontar como tendência dos acordos preferenciais em geral o aumento do interesse por acordos mais amplos e ambiciosos do que aqueles negociados sob a égide da agenda e da normativa da OMC, em particular os acordos entre espaços econômicos como a TPP (Parceria Transpacífica) e o TTIP (Acordo de Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento Transatlântico). Nesse mesmo aspecto, o(a) candidato(a) deve aludir aos acordos bilaterais, informando que sua proliferação tem sido percebida como importante risco para o sistema multilateral de comércio. Deve referir-se, ainda, ao fato de que a OMC tem atuado no sentido de assegurar que a atratividade dos acordos bilaterais não resulte em indesejada fragmentação do sistema multilateral.

5. O(A) candidato(a) deve identificar a tendência de consolidação da retomada do crescimento internacional, relacionando à emergência de um contexto mais favorável para a expansão da agenda multilateral e para os esforços de aprofundamento da liberalização do comércio internacional.

Maurício Horta Miyauchi

nota: **29/30**

A OMC, inaugurada pelo Acordo de Marraquexe (1994), em 1995, funda-se em pressupostos do liberalismo nas relações internacionais, sob o pressuposto de que o comércio internacional, facilitado por meio de instituições, aumenta a interdependência entre os Estados, favorecendo a paz, e promove os ganhos relativos nas relações entre estes, aumentando o bem-estar geral. Desde a crise econômica de 2008, no entanto, os esforços no marco da Rodada de Doha (2001-...) não têm produzido avanços amplos, em que pesem ganhos com o Pacote de Bali e com a Rodada de Nairobi. A contradição entre ganhos globais e o processo de concentração de renda interna, sobretudo em países desenvolvidos, tem provocado o aumento do protecionismo, notadamente nos EUA, após a eleição de Donald Trump (2016).

Os objetivos precípuos da OMC, centrados na intensificação do comércio internacional e na promoção da paz, não definidos em um tripé. Primeiro, há a promoção de acordos multilaterais por meio de rodadas periódicas de negociação sob a égide do princípio do single undertaking e do consenso reverso. A esses acordos multilaterais, soma-se a negociação de acordos plurilaterais em temas específicos, como comércio eletrônico. Não há, por ora, êxito na concretização de nenhum acordo multilateral amplo, dada a paralização [sic] da Rodada Doha do Desenvolvimento, tendo em vista a contradição entre interesses do Sul e do Norte globais, sobretudo em temas agrícolas.

Segundo, é objetivo da OMC a solução pacífica de controvérsias. Essa se dá por meio do Sistema de Solução de Controvérsias da organização, que inclui etapas diplomáticas de consultas, e política, por meio do Órgão de Solução de Controvérsias e do Órgão de Apelação. Observa-se um amplo uso desse recurso, sobretudo por membros como Brasil, Canadá, União Europeia e Estados Unidos. A atual administração americana [sic], no entanto, tem promovido, por meio de manobras regimentais, a não nomeação de “juizes” do OSC, de modo a reduzir sua efetividade e ameaçar sua paralização [sic]. Terceiro, é objetivo da OMC o acompanhamento de políticas comerciais de seus membros, de modo a garantir sua concordância com as noras e os princípios da organização – notadamente o princípio da Nação Mais Favorecida, do Tratamento Nacional, da Não Discriminação e de Tratamento Diferenciado para países em desenvolvimento e de menor desenvolvimento relativo (PMDR).

Desde a crise de 2008, a OMC, no marco da Rodada de Doha, apresentou dois avanços, favorecidos pela liderança do Diretor-Geral Roberto Azevêdo. Primeiro, houve a aprovação do Pacote de Bali, que inclui, entre outros, o Acordo de Facilitação de Comércio. Este promove as trocas comerciais por meio do aprimoramento e da normatização de procedimentos técnicos, como o estabelecimento de portais únicos

de comércio exterior. Esse acordo beneficia notadamente a [sic] países em desenvolvimento e PMDRs, ao modernizarem seus procedimentos aduaneiros. A cooperação técnica é um meio para fortalecer a implementação dessa modernização. Segundo, a Rodada de Nairobi promoveu a proibição de subsídios de exportações agrícolas. Efetivamente, havia grande descompasso entre a proibição de subsídios industriais, já existente antes mesmo da instituição da OMC, e sua contrapartida agrícola, barrada historicamente por países desenvolvidos, sobretudo. Resta, no entanto, a implementação dessa decisão, assim como o efetivo controle sobre subsídios à produção agrícola nacional/comunitária, que por vezes pode escamotear subsídios à exportação – caso da PAC europeia.

O avanço de Bali e de Nairóbi, no entanto, tem sido frustrado mais recentemente por uma emergência de protecionismo, em grande parte relacionado a mudanças nas cadeias produtivas decorrentes do próprio comércio na era da globalização. Se, por um lado, permanecem formas de protecionismo, como a política de estoques reguladores da Índia, emergem de forma espetacular medidas pontuais a partir da doutrina “America First” do governo Trump, iniciado em 2016. Esse protecionismo se dá de diversas formas: elevação de tarifas sobre aço e alumínio (25%, 10%), sob pretexto de defesa da segurança nacional dos EUA, a aplicação de sobretarifas sobre países como China e Turquia, e a renegociação ou retirada de acordos comerciais estabelecidos, como o Nafta, e de acordos em negociação, como o TPP. O resultado desse protecionismo é o aumento de conflitos comerciais.

A imposição de sobretarifas unilateral [sic] sobre importações de aço e alumínio pelos EUA tem como objetivo reduzir o déficit comercial estadunidense, atualmente em 500 bi dólares/ano, e reforçar a indústria siderúrgica do Rust Belt, que vem sofrendo estagnação devido à competição com importações mais competitivas, como a chinesa. Esse ato unilateral tem provocado ora acomodação, como no caso do setor privado brasileiro, que concordou em estipular quota isenta de sobretaxa com base nas exportações dos últimos três anos, ora ameaças de retaliação voltada a regiões politicamente eleitoralmente [sic] sensíveis nos EUA, como com a ameaça de retaliação em motocicletas e em bourbon, pela UE, e no setor sojicultor, pela China. Já o argumento de defesa da segurança nacional parece frágil, pois entre os principais fornecedores de aço e alumínio para os EUA figuram Estados amigos, como Canadá, o Brasil e produtores europeus. A aplicação de sobretarifas mais amplas, que atualmente incidem em 200 bi de importações da China pelos EUA, tem provocado ondas de atos unilaterais tit for tat que já podem configurar-se uma guerra comercial. O risco grave para o comércio internacional é o desequilíbrio entre parcerias e o estabelecimento de acordos bilaterais conducentes a divisão do comércio entre áreas de influência. Assim, a redução de importações de soja pela China leva a um redirecionamento desta produção estadunidense à União Europeia, que deixa de importar o mesmo volume de soja do Brasil, que, por sua vez, passaria a depender ainda mais do mercado chinês. Por fim, sobretarifas politicamente motivadas contra a Turquia tende a alterar o equilíbrio de poder no Oriente Próximo, fortalecendo as relações entre Turquia e Rússia e Irã, por exemplo.

A renegociação do Nafta, recentemente transformada em USCM, também traz crescente insegurança jurídica aos investimentos inter-regional [sic] na América do Norte, reduz a propensão de cooperação entre os vizinhos e alimenta o sentimento antiamericano. Como consequência, México e Canadá buscam a diversificação de parcerias, por exemplo com blocos como MERCOSUL, UE e países da bacia do Pacífico. Retirada dos EUA do TPP, como parte da política de Trump de reversão de políticas de seu antecessor, levou a manutenção das negociações entre os demais países, em um TPP-11 em que interesses estadunidenses, como a defesa da propriedade intelectual e a defesa de investimentos, é menos contemplada. Por consequência, a menor vinculação dos EUA a arranjos multilaterais e inter-regionais somente tende ao acirramento de controvérsias comerciais futuras, que se deverão resolver por meios talvez menos institucionalizados que o Sistema de Solução de Controvérsias da OMC.

Uma consequência do enfraquecimento da OMC, consubstanciada na impossibilidade de formulação de declaração final em Buenos Aires, no final de 2017, é a já pré-existente proliferação de acordos preferenciais regionais e bilaterais. Exemplo disso são os acordos e negociações da UE com Canadá, Japão, México e MERCOSUL; o prosseguimento do TPP sem os EUA; os acordos e as negociações do MERCOSUL com os países da Aliança do Pacífico (Chile, Peru, Colômbia, e, em menor grau México), com a Índia (aprofundamento do APC) com a EFTA, com Canadá, Coreia do Sul, Singapura, com Israel (em vigor), Palestina (com aprovação na Câmara e no Senado), Egito (em vigor) e com os países da América do Sul, em geral. A constituição de uma nova rede de acordos pode ser um paliativo para a paralização [sic] da OMC, mas não pode substituir acordos multilaterais. Afinal, o comércio de certos bens como commodities agrícolas é profundamente prejudicado pela falta de uma tarifa comum entre os atores econômicos em geral, promovendo distorções e instabilidades no sistema de preços. Isso afeta sobremaneira o Brasil, grande exportador de commodities como soja, açúcar, café, algodão, milho, minério de ferro, alumínio e petróleo.

A OMC enfrenta grandes desafios na atualidade, com perspectivas negativas em decorrência do fato de as maiores economias mundiais – EUA e China – situarem-se em pólos opostos na dinâmica da Organização. A tendência de paralização [sic] do SSC, com o perigo de não formação de quórum necessário para a tomada de decisões em solução de controvérsias, aponta para a tendência de meios menos institucionalizados para esse fim. O resultado é menor transparência, maior relevância das diferenças de dotação de poder nos resultados da solução de disputas, e, mais gravemente, o risco de que controvérsias sejam ou cristalizadas, ou resolvidas por meios não pacíficos. Esse risco é notadamente maior diante da emergência da nova potência, a China, e o declínio relativo da potência estabelecida estadunidense. As controvérsias não solucionadas podem ser um veículo para o agravamento de uma armadilha de Tucídides, ou de dilema de segurança, com corrida armamentista.

A frustração do pilar negociador da OMC também tem levado a uma fragmentação dos acordos comerciais. Isso não apenas leva a menores ganhos compartilhados, mas também a uma menor probabilidade de êxito futuro da rodada de Doha, em detrimento de países em desenvolvimento como o Brasil. Por fim, o enfraquecimento da OMC faz com que políticas nacionais de comércio sejam menos efetivamente monitoradas, agravando o risco de futuras medidas protecionistas. (90 linhas,16,6 palavras por linha)

AVALIAÇÃO

1. Apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado): 1,5/1,5
2. Desenvolvimento do tema
 - 2.1. Objetivos precípuos da OMC: 2,5/2,5
 - 2.2. Trajetória das negociações comerciais internacionais: 8/8
 - 2.3. Tendências do protecionismo e o aumento dos conflitos comerciais: 7/7
 - 2.4. Proliferação de acordos preferenciais regionais e bilaterais: 8/8
 - 2.5. Perspectivas da OMC em relação ao desempenho recente do comércio internacional: 3/3

Resultado

Nota: 29,00

Bernardo Andrade Vaz de Faria Pereira

nota: 26,25/30

A OMC criada em 1994 em substituição e maior institucionalização do GATT/47 é uma organização voltada para a promoção do livre-comércio e da integração e cooperação comercial mundial, constituindo um dos pilares da ordem liberal internacional ao lado de instituições financeira como o Banco Mundial e o FMI. Além disso, a OMC também atua no sentido de garantir o desenvolvimento equânime [de países] de menor expressão econômica, o que pode ser constatado no desenvolvimento do sistema especial e diferenciado para países em desenvolvimento e de menor desenvolvimento relativo, bem como na atuação de agrupamentos como o G-77 e o G-20 comercial, que ganham especial relevância no contexto da crise econômica de 2008.

Para a consecução de tais objetivos, a OMC conta com um “braço” de solução de controvérsias comerciais, evitando que os interesses de país com maior projeção internacional prevaleçam e para evitar que dissídios comerciais extrapolem o âmbito econômico, afetando a relação política entre os países; e um “braço” de rotina, que busca fiscalizar a implementação de acordos multilaterais formados, além de promover negociações no sentido de maior liberalização do comércio, consubstanciadas nas Conferências Ministeriais. Após 2008, com certa ascensão do protecionismo e desconfiança em relação a mecanismos internacionais de cooperação, as expectativas concentraram-se na IX Ministerial de Bali, de 2013, vez que as conferências anteriores lhe referiam como limite para a realização de certos acordos, em especial a proibição de subsídio agrícolas.

Nesta Conferência, contudo, conseguiu-se a não paralisação do braço negociador da OMC, segundo se diretor-geral, o brasileiro Roberto Azevedo, uma vez que se logrou a aprovação de um pacote “Bali Light”. Assim, aprovou-se o Acordo Multilateral de Facilitação de Comércio, tema importante do ponto de vista da racionalização da liberalização comercial e que pode poupar desperdícios de recursos com trâmites burocráticos e aduaneiros, importante em um contexto de crise econômica. Do ponto de vista de países de menor desenvolvimento relativo, mais vulneráveis a crises, estabeleceu-se a facilitação de regras de origem e determinadas iniciativas de preferências tarifárias. Já a aguardada negociação da proibição de subsídios à produção e exportação agrícola foi adiada para a conferência seguinte.

Essa seria a X Conferência Ministerial da OMC, realizada em Nairóbi no ano de 2015, quando se atingiu, de fato, a histórica proibição de subsídios à agricultura de maneira imediata para países desenvolvidos e em três anos para países em desenvolvimento, apesar da resistência da Índia acerca

de salvaguardas, devido a preocupações com segurança alimentar. Os subsídios ao algodão, por sua vez, deveriam ser interrompidas imediatamente por todos os países. Em relação a países de menor desenvolvimento relativo, foram concedidos waivers para implementação de acordos, importante mecanismo para adaptação dos países.

A lentidão da recuperação econômica de certos países após a crise, o mal desempenho econômico e comercial de países do Sul global e a assunção de Donald Trump como presidente norte-americano sob a bandeira nacionalista e protecionista criavam más expectativas acerca da IX Conferência Ministerial da OMC, de Buenos Aires, realizada em 2017. Desta vez, os melhores esforços não foram suficientes para garantir o sucesso da Conferência, tendo Roberto Azevedo a caracterizado como o maior fracasso da OMC. Os impulsos unilaterais norte-americanos e a resistência da Índia e da África do Sul em negociar novos temas enquanto não se finalizasse a Rodada Doha impediram a aprovação de um documento final. Um fórum empresarial paralelo foi formado e países favoráveis ao aprofundamento do liberalismo comercial formaram grupos de trabalho para elaboração de acordos plurilaterais – menos positivos pela ausência de princípios como a reciprocidade difusa, a prevalência do interesse coletivo e a não discriminação – em temas como e-commerce, pequenas e médias empresas e facilitação de investimentos, além de se negociar o fim dos subsídios à pesca ilegal.

O fracasso da última ministerial aponta para a tendência de crescimento do protecionismo e de conflitos comerciais, advindos da ideia de que a defesa de certas áreas de produção nacional seriam mais benéficos, o que ignora o maior bem-estar geral e eficiência gerada pelo livre comércio. As tarifas americanas sobre o aço e o alumínio anunciadas por Trump em março de 2018, por exemplo, gerou uma escalada de guerra comercial e medidas tarifárias retaliatórias, como as adotadas pela China e pela União Europeia. Embora a U.E. tenha acenado para a possibilidade de acordos, após a reunião entre Juncker e Trump, China e EUA continuam a se ameaçar com tarifas sobre altíssimos valores. Além dos atritos com outros aliados na área comercial, como o próprio Canadá e México (com vistas, inclusive, a renegociar o NAFTA), os impulsos unilateralista dos EUA tem também dificultado o funcionamento do Órgão de Solução de Controvérsias, graças à indolência americana na aprovação de juízes.

As dificuldades multilaterais tem deslocado esforços e o protagonismo para acordos regionais e preferenciais, como demonstra a aprovação do CPTPP após a retirada de Trump do acordo transpacífico. Iniciativa semelhante sem grandes avanços é constituído pelo TTIP entre EUA e UE, na área de comércio e investimento. Outros exemplos a serem mencionados são a negociação do TiSA, na área de serviços, do FTAAP, acordo livre-comércio da Ásia Pacífico, o RCEP, negociado pela ASEAN com países com que já possui ALC. No âmbito bilateral, o Canadá firmam o CETA, acordo de cooperação com a UE, e o Japão e a própria UE firmaram extenso acordo de cooperação ainda esse ano. Esse deslocamento

pode ser bastante deletério pelo efeito “late-comer”, em que países que não participam dos acordos não poderão negociar condições e previsões, pela perda de eficiência do comércio internacional e pela falta de clareza regulatória.

Roberto Azevedo caracteriza este como o pior momento da OMC, com desempenho comercial recente abaixo do esperado e com uma tendência ao protecionismo comercial, incompatível com a nova ordem mundial. O retorno à eficiência tanto do Órgão de Solução de Controvérsias, que tem sido ainda mais acionado devido à guerra comercial, quanto do braço de rotina condicionam uma perspectiva mais positiva do comércio internacional, embora a prevalência de acordos plurilaterais tenda agora a prevalecer.
(90 linhas)

AVALIAÇÃO

1. Apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado): 1,5/1,5
2. Desenvolvimento do tema
 - 2.1. Objetivos precípuos da OMC: 2,5/2,5
 - 2.2. Trajetória das negociações comerciais internacionais: 5,33/8
 - 2.3. Tendências do protecionismo e o aumento dos conflitos comerciais: 5,25/7
 - 2.4. Proliferação de acordos preferenciais regionais e bilaterais: 6/8
 - 2.5. Perspectivas da OMC em relação ao desempenho recente do comércio internacional: 3/3

Resultado

Nota provisória: 23,58

Nota final: 26,25

COMENTÁRIO (RECURSO)

ARGUMENTAÇÃO DO QUESITO: 2.2

O candidato gostaria, respeitosamente, de solicitar majoração da nota nesse quesito, uma vez que foram apresentados os pontos necessários ao cumprimento do que era solicitado no enunciado.

Como perseguiu-se, nessa questão, a resposta por uma linha cronológica, estrutura diversa do padrão de resposta, é natural que os pontos estejam dispersos pela resposta e que sua aferição tenha sido dificultada. Contudo, acredito que houve penalização excessiva por essa dispersão.

2. Desenvolvimento do Tema

2.2 - Trajetória das Negociações

2.2.a – Arrefecimento das negociações da Rodada Doha

- L. 18-22: tal arrefecimento é citado

- L. 56: embora o candidato tenha, sob tempo exíguo e pressão de prova, pressuposto a referência à Rodada Doha, ela é explicitada nessa linha.

2.2.b – Impulso às negociações, apesar do arrefecimento, mantendo o braço negociador –

L. 23-26: referencia à não paralisação do braço negociador

2.2.c – Insucesso das negociações pela:

(i) contração do comércio internacional;

L. 46-49: menção à lenta recuperação econômica, ao mal desempenho econômico e comercial de certos países no contexto mais amplo do pós-crise de 2008.

(ii) magnitude dos impasses em torno de pontos cruciais da agenda da Rodada Doha

L. 33-35: impasse acerca de subsídios à produção e exportação de produtos agrícolas. L. 40-41: resistência indiana acerca de salvaguardas relativas à segurança alimentar.

RESPOSTA:

Recurso Deferido.

Jorge Luiz de Lima Santos

nota: **25,42/30**

O estabelecimento da Organização Mundial do Comércio (OMC), criada pelo Acordo de Marraquexe em 1994, representou significativo avanço no sistema multilateral de comércio. Ao superar algumas limitações do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT 47), a OMC consolidou um regime de comércio internacional mais sólido, especialmente no âmbito da solução de controvérsias. Embora a Rodada Doha para o Desenvolvimento, aberta em 2001, encontre-se atualmente inconclusa, alguns avanços nas agendas do comércio internacional foram obtidas em reuniões ministeriais recentes, como a de Bali, com o Acordo de Facilitação de Comércio, e Naroibi, com a proibição de subsídios à exportação agrícola. Entretanto, o cenário pós-crise econômica de 2008 tem sido de recrudescimento, em parte, de posições protecionistas e de críticas às dificuldades de avanços mais expressivos na liberalização comercial no âmbito da OMC.

Entre os objetivos precípuos da OMC estão a promoção de desenvolvimento econômico por meio da liberalização do comércio internacional, o estabelecimento de um sistema de solução de controvérsias equânime e com base no direito internacional e a implementação de uma agenda ampla de comércio e desenvolvimento que se estabeleça por meio de concertação multilateral. A promoção de comércio internacional é desenvolvida no âmbito das reuniões ministeriais, cuja pauta tem como quadro geral os objetivos e metas da Rodada Doha. A crise de 2008 impactou negativamente o avanço dessa rodada. O principal ponto de divergência centra-se na demanda dos países em desenvolvimento por uma maior e mais efetiva liberalização do comércio agrícola. Diante do cenário de crise econômica dos países desenvolvidos no imediato pós-2008, posturas mais defensivas desses países somam-se a questionamentos sobre a viabilidade de um acordo amplo como o pretendido pela agenda da Rodada Doha.

Diante das dificuldades de um acordo amplo que contemplasse todos os pontos da Rodada Doha, tendo como princípio a ideia do “single undertake”, os membros da OMC decidiram tratar individualmente dos pontos da agenda Doha durante as reuniões ministeriais. Isso não significa o abandono do princípio, elemento fundamental para acabar com o que no sistema do GATT 47 era chamado de “GATT à la carte”. A ideia era de uma flexibilização do processo negociador, o que, de fato, gerou os primeiros avanços notáveis no âmbito da liberalização multilateral do comércio.

A reunião ministerial da OMC de Bali, em 2013, consagrou o primeiro acordo multilateral no âmbito da OMC. Sob o comando do, então, novo diretor-geral da OMC, Roberto Azevedo, foi celebrado o Acordo de Facilitação de Comércio (AFC). Em vigor desde 2016, o acordo busca uma ampla desburocratização

dos procedimentos aduaneiros e técnicos que envolvem o comércio mundial. Mais do que isso, pretende sistematizar e uniformizar essas medidas de modo a obter significativa redução de custos no comércio. A OMC estima um ganho, em valor, na ordem de um trilhão de dólares no comércio internacional anual quando os países conseguirem implementar o acordo. O entendimento também prevê auxílio técnico aos países de menor desenvolvimento relativo (PMDR).

Um segundo significativo avanço nas negociações internacionais se deu na Reunião Ministerial da OMC de Nairóbi, em 2015. Esse avanço foi especialmente celebrado pelos países em desenvolvimento, pois ocorreu na temática agrícola. Foi decidido, na Reunião de Nairóbi, o fim dos subsídios à exportação de produtos agrícolas, de forma imediata para os países desenvolvidos e em três anos para os países em desenvolvimento. O avanço foi considerado notável porque os subsídios à exportação causam distorções significativas no comércio internacional. Os países em desenvolvimento argumentam que esse tipo de subsídio colocavam os exportadores, em muitos casos, competindo não apenas com outros produtores, mas com o tesouro nacional dos países ricos. Nessa reunião, foi acordado a extensão da moratória para o acionamento do Órgão de Solução de Controvérsias em questões relacionadas à propriedade intelectual para países em desenvolvimento, além do reforço na necessidade de tratamento especial dos PMDR.

A despeito dos avanços multilaterais mencionados, nos anos mais recentes, tem-se presenciado um avanço de tendências protecionistas e a deflagração de conflitos comerciais. Devido ao tamanho e peso de sua economia, os EUA são o caso mais notório dessas duas dimensões. Em sentido contrário à gestão anterior, desde que assumiu o poder, o Presidente Donald Trump tem adotado medidas de defesa comercial de caráter protecionista. O estabelecimento de tarifas e cotas para o aço e o alumínio afetaram não apenas a China, supostamente o alvo principal, mas aliados e parceiros históricos como Canadá, Brasil e União Europeia. Outras medidas, que para muitos já configuram uma guerra comercial, como a taxaço de uma longa lista de produtos chineses, tem sido respondidas com outras ações protecionistas por parte dos países afetados. Esse clima de acirrada disputa tem afetado as negociações da OMC, como ilustra o fracasso da Reunião Ministerial de Buenos Aires, em 2017, na qual não houve declaração final conjunta e mesmo um acordo sobre pesca ilegal foi adiado para reunião seguinte.

As dificuldades para se avançar na agenda multilateral de liberalização do comércio têm resultado no aumento de acordos regionais e bilaterais de preferência. No âmbito bilateral, pode-se falar do acordo de livre comércio entre União Europeia e Canadá, e Japão e União Europeia, por exemplo. Apesar da saída dos EUA, a Parceria Transpacífica, agora chamada TPP+11, avançou na construção de alternativas complementares ao comércio multilateral. A aliança do Pacífico (AP), área de livre comércio entre Chile, Colômbia, Peru e México, tem sido uma referência nessa busca de dinamização do comércio internacional. A aproximação entre AP e Mercosul com possibilidades de acordos preferenciais é um sinal dessa

tendência. O próprio Mercosul tem acordos preferenciais com a SACU, países da África Austral, e negocia com Canadá e Coreia do Sul, além de retomada de negociações para um acordo mais amplo com a UE.

O diretor-geral da OMC demonstra preocupação com o cenário de crescente conflito comercial. O desempenho do comércio internacional nos anos pós-crise de 2008 ficou aquém das décadas anteriores. Apesar dos importantes avanços pontuais, como o ACF e a proibição de subsídios à exportação agrícola, as atitudes unilaterais recentes tendem a mitigar esses avanços. Como o próprio Azevedo afirmou recentemente, numa guerra comercial todos perdem, especialmente, no longo prazo. O reforço da vertente multilateral do comércio é fundamental para um desenvolvimento efetivamente justo.

AVALIAÇÃO

1. Apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado): 1,5/1,5
2. Desenvolvimento do tema
 - 2.1. Objetivos precípuos da OMC: 1,67/2,5
 - 2.2. Trajetória das negociações comerciais internacionais: 8/8
 - 2.3. Tendências do protecionismo e o aumento dos conflitos comerciais: 5,25/7
 - 2.4. Proliferação de acordos preferenciais regionais e bilaterais: 6/8
 - 2.5. Perspectivas da OMC em relação ao desempenho recente do comércio internacional: 3/3

Resultado

Nota: 25,42

Nota média: Anônimo

nota: **23,42/30**

Criada ao final da Rodada do Uruguai do antigo GATT, a OMC começou a funcionar em 1 de janeiro de 1995 e, desde então, tem atuado na promoção da liberalização do comércio mundial. No contexto após a crise de 2008, a organização passou por mudanças importantes que refletiram tanto avanços -- como nas Conferências de Bali (2013) e de Nairóbi (2015) -- quanto desafios, com a multiplicidade de acordos regionais e bilaterais, tendências mais recentes de protecionismo e de conflitos comerciais, que têm imposto dificuldades nos avanços da organização. Em um contexto de aprofundamento das complexidades internacionais em uma série de temas, também as questões do comércio multilateral passam por desafios importantes, o que não pode servir como justificativa para retrocessos na multilateralização e na promoção do comércio.

Os objetivos precípuos da OMC consistem na liberalização comercial, por meio da redução das tarifas; na regulamentação do comércio global, com regras claras e previsíveis aos membros; e na supervisão de políticas comerciais domésticas, de modo a assegurar que elas sejam compatíveis com as regras multilaterais. Esses objetivos visam à promoção do desenvolvimento econômico, amparados na concepção de que o comércio global beneficiou o crescimento e o desenvolvimento econômico global. Com efeito, desde 1945, a intensificação das trocas comerciais tem sido o principal propulsor do desenvolvimento econômico global, uma tendência que, em certa medida, tem sido revertida atualmente, com a adoção de práticas protecionistas. Nesse contexto, os princípios que guiam a atuação da OMC - "most favored nation", tratamento nacional e transparência - têm sido, de certa forma, questionados por alguns países.

A trajetória das negociações comerciais da OMC evidencia as dificuldades de se alcançar consenso em um regime com grande número de atores e interesses diversos. Krasner define regime como um conjunto de princípios, normas, regras e procedimentos de tomada de decisão ao redor dos quais as expectativas dos atores convergem. Esse conceito evidencia que um regime multilateral, como ocorre com o regime comercial, tem dificuldade de alcançar padrões de cooperação em função do grande número de atores e da multiplicidade de interesses, o que se tornou claro à medida que a agenda comercial tornou-se mais complexa, com a entrada na agenda de temas como serviços, propriedade intelectual, barreiras fitossanitárias, entre outros. Com efeito, no contexto após a crise de 2008, as divergências entre países desenvolvidos - pressionando por maior liberalização e avanço em temas de propriedade intelectual - e em desenvolvimento, pressionando por maiores entendimentos em questões agrícolas,

levou ao impasse da resolução da Rodada Doha, que tinha como prazo a Conferência Ministerial de 2009 para ser solucionada. Em um contexto de dificuldades econômicas, entretanto, essa expectativa não se concretizou.

Na Conferência Ministerial de Bali, em 2013, chegou-se a entendimentos históricos na organização, com os primeiros resultados alcançados em Conferência Ministerial desde a criação da OMC. Houve a adoção de um Acordo de Facilitação de Comércio, que prevê procedimentos desburocratizados para a realização do comércio mundial, com regras para o desembaraço de aduanas. Houve, ainda, entendimentos para definição de regras de comércio no que respeita à questão de estoques alimentares (não fosse a mediação dos EUA junto à Índia, o acordo não seria concretizado). Em Nairóbi, em 2015, novos avanços foram registrados, com a decisão histórica de eliminação de subsídios à exportação de produtos agrícolas, mais de 60 anos depois do mesmo tipo de subsídio ter sido eliminado de produtos industriais. Em contrapartida, Nairóbi também evidenciou as dificuldades de consenso entre países desenvolvidos e em desenvolvimento para avanço em outros temas, ao mesmo tempo em que o acordo plurilateral de liberalização do comércio eletrônico também avançou, com tarifas reduzidas nesses bens entre os signatários (o Brasil não assinou, mas se beneficia).

Em 2017, na Conferência de Buenos Aires, não houve acordo em temas substantivos, a não ser entendimentos para a questão da pesca, o que, em parte, refletiu as dificuldades de avanços da organização em temas multilaterais. Com efeito, a chegada do presidente dos EUA, Donald Trump, à Casa Branca, em 2017, com uma agenda mais protecionista e preferencial a acordos bilaterais, tem dificultado o avanço do comércio global em âmbito multilateral. A decisão do presidente Trump de impôr tarifas de 25% ao aço e de 10% ao alumínio importado dos EUA gerou reações de diversos países, principalmente a China, que tem respondido com sobretaxação de uma série de produtos comercializados entre os dois países. Como tem alertado o Diretor-Geral da OMC, Roberto Azevedo, esses primeiros “tiros” de uma guerra comercial mais abrangente têm dificultado e limitado o volume de comércio mundial, o que impacta diretamente no crescimento global. Com efeito, as tarifas têm prejudicado parceiros tradicionais dos EUA, como o Canadá e a UE, e o Brasil - que teve de impor quotas à exportação do aço e ver taxadas suas exportações aos EUA. Soma-se a isso a recusa do presidente norte-americano de nomear juízes para o Órgão de Apelação da OMC, o que tem criado problemas para o funcionamento do Órgão de Solução de Controvérsias, um dos mais importantes mecanismos para assegurar a prevalência do legalismo e da efetividade da organização.

Nesse contexto de aumento do protecionismo e de disputas comerciais, os países têm buscado alternativas e preferências por acordos bilaterais e regionais, o que acaba gerando menos esforços para o avanço da agenda multilateral. Com efeito, ainda que o TPP tenha sido substituído por um acordo sem

os EUA, outros esforços bilaterais e regionais, como o recente acordo entre o Japão e a União Europeia, têm avançado, nem sempre em plena compatibilidade com as regras multilaterais. Na Conferência de Nairobi, por exemplo, o Brasil sugeriu a adoção de mecanismo que garantisse a plena compatibilidade de acordos regionais com as regras multilaterais. O problema desses acordos, além de gerarem menos incentivos para o avanço da agenda multilateral, é, principalmente, para os países em desenvolvimento e de menor desenvolvimento relativo, que têm margem de manobra reduzida para pressionar maiores concessões dos países desenvolvidos.

Observa-se que o avanço dos acordos regionais e bilaterais, assim como o protecionismo e a possibilidade de conflitos comerciais mais abrangentes, têm gerado preocupações para a OMC de que haja retrocessos em mecanismos acordados que, em grande medida, viabilizaram o comércio mundial, o qual atuou como principal mecanismo de crescimento global. Nesse contexto, não necessariamente a proliferação de acordos regionais e bilaterais, além dos plurilaterais, serão prejudiciais ao comércio, mas eles devem ser feitos em consonância com as regras multilaterais e por meio de esforços para avanço de ambas as agendas.

AVALIAÇÃO

1. Apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado): 1,5/1,5
2. Desenvolvimento do tema
 - 2.1. Objetivos precípuos da OMC: 1,67/2,5
 - 2.2. Trajetória das negociações comerciais internacionais: 8/8
 - 2.3. Tendências do protecionismo e o aumento dos conflitos comerciais: 5,25/7
 - 2.4. Proliferação de acordos preferenciais regionais e bilaterais: 6/8
 - 2.5. Perspectivas da OMC em relação ao desempenho recente do comércio internacional: 1/3

Resultado

Nota: 23,42

Pior nota: Anônimo

nota: **17,50/30**

Dentre os principais objetivos da OMC estão permitir que o comércio internacional ocorra de forma justa e desimpedida, de modo a contribuir para o crescimento dos países por meio do intercâmbio comercial. Nesse sentido, a OMC estabelece uma série de princípios e normas a fim de se atingir esse objetivo, como o princípio do tratamento nacional, segundo o qual as mercadorias de outro país não podem ser alvo de tratamento menos benéfico do que as mercadorias nacionais, ou o princípio da nação mais favorecida, que estabelece que benefícios concedidos a um país devem ser concedidos aos demais.

Os exemplos citados acima de princípios de OMC visam garantir a liberalização comercial, sob a crença de que o livre comércio é benéfico a todas as partes e possui o potencial de promover o desenvolvimento econômico dos países. Tendo em vista esses benefícios do comércio internacional, a OMC adquire especial relevância no contexto da crise de 2008. Relembrando os efeitos nefastos que o protecionismo posterior à crise de 29 produziu na economia mundial, os líderes internacionais decidiram, mediante compromissos assumidos no G-20F, evitar que medidas protecionistas afetassem o comércio internacional, além de se comprometerem a fazer avançar as negociações comerciais no âmbito do OMC.

Durante o período do GATT, observou-se que cada rodada negociadora durava mais que a anterior. Isso era resultado do aumento de atores envolvidos nas negociações, bem como o aumento da complexidade dos temas discutidos. Essa tendência se repete no âmbito da OMC, onde apenas uma rodada negociadora foi lançada e até hoje não se concluiu, principalmente devido a divergências entre Estados Unidos, Europa e Índia.

A dificuldade em se fazer avançar as negociações no âmbito da OMC tem incentivado países a buscarem outras alternativas de negociação. Combater o descrédito no sistema multilateral do comércio tem sido uma das principais tarefas do atual Diretor-Geral da OMC, o embaixador Roberto Azevedo. Pode-se dizer que ela tem sido realizada com relativo sucesso, uma vez que, pela primeira vez na história da OMC, foi aprovado recentemente o Acordo de Facilitação de Comércio, que visa reduzir a burocracia envolvida nos processos comerciais e unificar procedimentos, de modo a incrementar o comércio internacional.

Também foi bem-sucedida a tarefa da OMC de evitar que a crise econômica de 2008 implicasse o retrocesso de medidas protecionistas e prejudicasse o crescimento mundial. Entretanto, desde a posse do novo presidente norte-americano, a possibilidade de conflitos comerciais generalizados se incrementou, assim como as tendências protecionistas dos EUA. Utilizando como justificativa o significativo déficit

comercial norte-americano, os EUA têm adotado diversas medidas protecionistas contra seus parceiros comerciais, como a imposição de sobretaxa sobre a importação de aço oriundo do Brasil, Canadá, entre outros, ou a imposição generalizada de sobretaxas a produtos chineses. As tendências protecionistas dos EUA têm aumentado os conflitos comerciais no mundo. A China, por exemplo, retaliou os EUA por meio do aumento das taxações de produtos norte-americanos. Os EUA, por meio do aumento das taxações de produtos norte-americanos. Os EUA, ainda, barraram a indicação de novos membros do órgão permanente de arbitragem da OMC, o que paralisou, de certa forma, o sistema de solução de controvérsias da OMC.

A percepção de certos países a respeito da dificuldade de se avançar nas negociações comerciais no âmbito da OMC o incentivaram a buscar arranjos alternativos, como acordos regionais e bilaterais. Dentre os exemplos dos acordos concluídos recentemente está aquele entre União Europeia e Japão, que liberalizou uma ampla gama de temáticas comerciais. A União Europeia também negociará um acordo bilateral com os EUA, mas, diante das atuais tendências protecionistas, as negociações se encontram em estado de impasse. Por fim, outro mega-acordo se refere ao Acordo Transpacífico, que inclui países asiáticos e americanos. A política comercial de Trump também afetou esse acordo, entretanto, os demais países decidiram adotar o tratado mesmo sem a presença norte-americana.

No que se refere ao Brasil, observa-se recente aproximação com demais países de América do Sul, por meio de negociações de temáticas inéditas como compras governamentais e acordos de investimento. Esse movimento ocorre tanto no interior do Mercosul quanto no relacionamento deste com outros países ou grupos, como é o caso da Aliança do Pacífico.

A proliferação dos acordos regionais e bilaterais apresentam vantagens e reveses. NA perspectiva da teoria do “spaghetti bowl”, a proliferação dos acordos é benéfica, uma vez que o entrelaçamento entre as diversas concessões realizadas nesses acordos implicaria, ao longo do tempo, a redução de barreiras comerciais ao redor do mundo. Entretanto, negociações não multilaterais reduzem o poder de barganha de países menos desenvolvidos, uma vez que eles não podem se aliar a outros países semelhantes para extrair vantagens. Além disso, negociações fora da OMC possuem o potencial de estabelecer novos padrões regulatórios que extrapolariam o tratado original. Por exemplo, é natural supor que um novo padrão imposto em um tratado entre UE e EUA, devido à magnitude do comércio entre eles, acabaria se tornando um padrão global, mesmo que os outros países não tenham participado das negociações.

às perspectivas da OMC a respeito do comércio internacional apresentam pontos positivos e negativos. A partir da superação da crise de 2008, principalmente nos países desenvolvidos, a tendência é que o comércio internacional cresça. Entretanto, devido às tendências protecionistas recentes e o risco de uma guerra comercial, é possível que o crescimento do comércio seja obstado. Assim, embora tenham

surgido alguns dados positivos acerca do comércio internacional, a situação ainda se encontra indefinida, a depender dos desdobramentos globais da política comercial norte-americana.

AVALIAÇÃO

1. Apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado): 0,75/1,5

2. Desenvolvimento do tema

2.1. Objetivos precípuos da OMC: 0,83/2,5

2.2. Trajetória das negociações comerciais internacionais: 2,67/8

2.3. Tendências do protecionismo e o aumento dos conflitos comerciais: 5,25/7

2.4. Proliferação de acordos preferenciais regionais e bilaterais: 6/8

2.5. Perspectivas da OMC em relação ao desempenho recente do comércio internacional: 2/3

Resultado

Nota: 17,50

POLÍTICA INTERNACIONAL

banca:

Alcides Costa Vaz

Ary Norton de Murat Quintella

Norma Breda dos Santos

_questão 2

Não se fica grande por dar pulos. Não podemos parecer grandes, senão o sendo. O Japão não precisou pedir que o reconhecessem grande potência, desde que mostrou sê-lo.

Joaquim Nabuco. Diário. 1889-1910

Tendo o fragmento de texto precedente como referência inicial, redija um texto dissertativo atendendo ao que se pede a seguir.

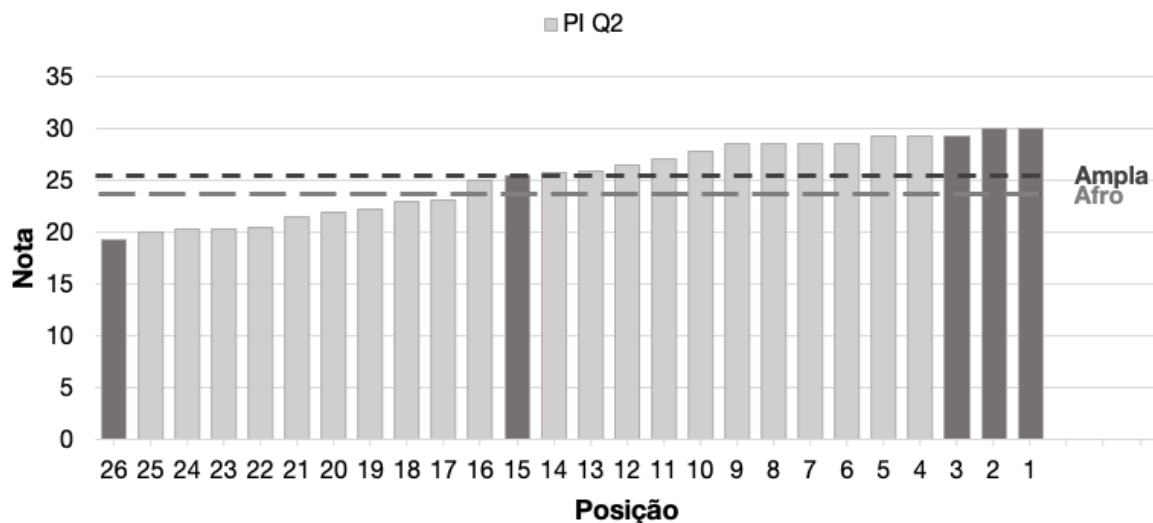
1. Comente a opinião de Joaquim Nabuco e indique, com argumentos consistentes, se concorda ou não com a visão apresentada.

2. Aponte, com as devidas justificativas, no mínimo três ferramentas de que dispõe um país para “mostrar ser grande” ou “para ser grande”.

3. Levando em consideração que a imagem de um país pode ser baseada em poder brando, discorra sobre o papel da diplomacia brasileira na construção da imagem externa do Brasil.

*Extensão máxima: 90 linhas
[valor: 30,00 pontos]*

Distribuição das notas



Padrão de resposta da questão 2

Espera-se que o candidato elabore um texto dissertativo para tratar do tema proposto. Para isso, deve partir de um ponto de vista e defendê-lo por meio de argumentos consistentes, abordando, necessariamente, os aspectos solicitados. Clarezas de exposição e de raciocínio são fundamentais.

1. O candidato deverá comentar se concorda ou não com a opinião de Joaquim Nabuco: “não podemos ser grandes, senão o sendo”, que é a frase crucial do texto motivador. Independentemente da posição que adote, o candidato deverá saber apresentá-la e defendê-la com argumentos consistentes, favoráveis e(ou) contrários à visão de Joaquim Nabuco. Idealmente, o candidato deveria explicitar se “ser grande” e “parecer grande” são conceitos divergentes ou complementares e se variam no tempo, de preferência focalizando o caso do Brasil. É possível que “parecer grande”, junto a outros países, e ser visto como tal, possa ser uma forma de, gradualmente, tornar-se “grande” e, portanto, de efetivamente “sê-lo”.

2. As ferramentas de que um país dispõe para “mostrar ser grande” incluem o poderio econômico, o poderio militar e o poderio político. Este talvez seja o mais difícil de quantificar, mas pode ser medido pela capacidade do país de influenciar na elaboração da agenda internacional e de interferir nas decisões referentes a essa agenda. O candidato deverá ser capaz de explicitar tipos diferentes de poderio.

3. Outro aspecto é o da imagem do país. A imagem pode ser baseada em poder objetivo (por critérios políticos, militares ou econômicos e, nesse caso, a imagem pode ou não ser positiva) ou em “poder brando” (soft power), mais subjetivo, em que, presumivelmente, a imagem será positiva. O candidato deverá ser capaz de dizer se a diplomacia brasileira possui ou não a capacidade de influenciar, no exterior, a imagem do país. Em caso afirmativo, deverá explicar se a imagem do Brasil é baseada em “poder objetivo” ou em “poder brando” ou, eventualmente, nos dois.

Pedro Vale de Andrade Arruda Câmara

nota: **30/30**

O candidato não concorda com a opinião de Joaquim Nabuco. É certo que o Japão, em virtude de seu desenvolvimento econômico e militar, durante a Era Meiji, conseguiu estabelecer-se como uma nova potência, junto dos Estados Unidos, na virada do século XIX para o XX, relativizando a centralização do poder mundial no continente europeu. No entanto, a grandeza de um país não precisa advir, necessariamente, de seus recursos materiais, sejam militares ou econômicos. O exercício da diplomacia e do poder brando – estratégia utilizada pelo Brasil – pode levar um país a figurar entre os grandes.

De acordo com a perspectiva construtivista das relações internacionais, as identidades dos Estados resultam de um processo coconstitutivo de interações mútuas. Alexander Wendt, em seu ensaio “A anarquia é o que os Estados fazem dela”, alude a um jogo de fumaça e espelhos. O Estado que se posiciona de maneira belicosa contribui para que as identidades relativas dos países com os quais ele interage sejam definidas pela rivalidade, fazendo que a anarquia internacional seja de uma competição Hobbeseana. Por outro lado, um Estado que sinalize ser confiável, cooperativo e pacífico pode conformar identidades mais benignas, em uma anarquia internacional marcada por uma positiva competição Lockean. Segunda essa ótica, portanto, o erro de Joaquim Nabuco está em ignorar os efeitos constitutivos do discurso e das ações estatais na arena internacional. Não basta ser grande; é necessário, também, trabalhar para que a comunidade internacional reconheça essa grandeza e nutra as expectativas adequadas em relação ao país em questão, de modo a configurar identidades que sejam benéficas a sua inserção internacional e ao bem-estar global.

Nesse diapasão, é possível identificar diversas ferramentas através das quais um país pode “ser grande” ou “mostrar-se grande”, de acordo com os termos de Joaquim Nabuco. O teor dessa “grandeza”, contudo, depende da natureza da ferramenta utilizada. Nesse sentido, é possível destacar que o desenvolvimento de capacidades militares sofisticadas ainda é uma forma pela qual um país pode ser grande, muito embora o ordenamento internacional hodierno, fundado na Carta da ONU (1945), restrinja sobremaneira as hipóteses de uso da força. O status de potência do qual goza a Rússia, por exemplo, é condicionado, em boa medida, pela força e sofisticação de seus recursos militares, que incluem o maior arsenal nuclear do mundo. Nesse sentido, embora a economia russa seja, atualmente, relativamente débil, dependente da exploração de recursos energéticos, suas capacidades militares – que se relacionam, ainda, a sua posição de membro permanente do Conselho de Segurança da ONU – permitem que a Rússia se posicione como um dos maiores players globais, no que diz respeito a seu poder de contribuir para a configuração das relações internacionais.

Outra das ferramentas que um país pode utilizar para sagrar-se enquanto “grande”, por sua vez, é o desenvolvimento de suas capacidades econômicas. Nesse sentido, cabe destacar o mesmo exemplo mencionado por Nabuco: o Japão. Após o fim da Segunda Guerra Mundial, o Japão desproveu-se de suas capacidades militares e levou a cabo um intenso processo de crescimento econômico respaldado pelo desenvolvimento tecnológico. As capacidades que o Japão construiu desde a metade do século passado até os dias de hoje garantem seu status enquanto uma das nações com poder decisivo na determinação dos destinos do mundo, mesmo que seus recursos militares sejam relativamente **modestos**¹ e que o país não seja membro permanente do CSNU. O mesmo pode ser dito da Alemanha – um exemplo concreto de sua relevância enquanto player internacional é o fato de Berlim ter integrado as negociações que deram origem ao Acordo de Viena (2015), com o Irã, junto dos membros permanentes do CSNU, no formato P5 +1.

Por fim, um Estado pode atingir a grandeza mediante suas capacidades diplomáticas e de exercício do poder brando – nesse caso, o “mostrar ser grande”, nos termos de Nabuco, não se dá em oposição ao “ser grande”, mas é, efetivamente, um fator constitutivo da grandeza. Nesse sentido, o Brasil serve de exemplo. O uso da diplomacia para a consecução de seus objetivos externo é uma característica histórica da estratégia de inserção internacional brasileira. Rubens Ricupero fala que, desde o Império, o Brasil persegue seus objetivos externos fazendo uso da “diplomacia do conhecimento”. O saber geográfico, histórico e jurídico, somado a uma sofisticada capacidade negociadora, permitiu, por exemplo, que o país, na chancelaria do Barão do Rio Branco, conseguisse resolver todos seus litígios fronteiriços de forma pacífica. O Brasil, hoje, não tem questões fronteiriças pendentes; caso tivesse feito uso do recurso militar para resolver seus litígios, é possível que houvesse contestações, por parte dos vizinhos, como se verifica em diversos outros países, como a Índia e a China. A construção histórica de uma imagem externa positiva, definida pelo respeito ao direito e pela cooperação, permite que o Brasil seja aceito, pela comunidade internacional, como um ator legítimo, como voz para defender seus interesses em diversos foros. A participação brasileira no BRICS, por exemplo, permite que o país trabalhe pela conformação de uma arquitetura financeira internacional mais equânime e que melhor atenda a seus interesses; sua atuação na Coalizão de Alta Ambição contribuiu para que o Acordo de Paris (2015) contivesse o compromisso de manter o aquecimento global “bem abaixo” dos 2°C, em 2100; seu engajamento nas discussões relativas ao desarmamento nuclear contribuiu para a assinatura do “Ban Treaty”, em 2017.

Há várias formas através das quais um Estado pode atingir a grandeza, bem como há diversos tipos de grandeza. O Brasil, nesse sentido, é um Estado “grande”, e o modo pelo qual o país persegue seus objetivos externos – através da diplomacia – coaduna-se com princípios de cooperação e justiça, como os estabelecidos na Carta da ONU.

AVALIAÇÃO

1. Apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado): 1,5/1,5
2. Desenvolvimento do tema
 - 2.1. Deixar claro se concorda ou não com a visão de Joaquim Nabuco: 4,5/4,5
 - 2.2. Ferramentas de um país para “mostrar ser grande” ou “para ser grande”: 12/12
 - 2.3. Papel da diplomacia brasileira na construção da imagem externa do país: 9/12; pós-recurso: 12/12*

Resultado

Nota preliminar: 27,00

Nota final: 30,00

COMENTÁRIO

¹Nota do candidato: rasurei a palavra “modestos” e esqueci de escrever outra coisa para completar o “relativamente”, lapso ignorado pela banca.

Recurso do candidato (deferido integralmente): “O candidato solicita, respeitosamente, a reavaliação do critério em tela, por considerar que a nota provisória (9,00/12,00) não está de acordo com o desempenho demonstrado em sua redação. O candidato julga que atendeu integralmente ao exigido pelo enunciado, ao destacar o papel do “poder brando” e da diplomacia na construção da imagem internacional positiva da qual goza o Brasil.

1. No parágrafo introdutório (l.1 a l.9), destaca-se que o “poder brando” é um dos meios pelos quais uma nação pode atingir a grandeza, além de se afirmar que essa é a estratégia utilizada pelo Brasil em sua inserção internacional;

2. No segundo parágrafo (l.10 a l.27), traz-se o aporte teórico da escola construtivista das relações internacionais, explicando-se os mecanismos pelos quais a aplicação do poder brando conforma identidades internacionais positivas;

3. No penúltimo parágrafo (l.62 a l.86), discorre-se acerca de como o Brasil, particularmente, utiliza o poder brando e a diplomacia na consecução de seus objetivos externos, estratégia que tem suas raízes naquilo que Rubens Ricupero define como “diplomacia do conhecimento” (l. 70). São elencados diversos exemplos concretos, como a política de fronteiras do Barão do Rio Branco (l.72 a l.77); a participação brasileira no BRICS (l.80 a l.82); a atuação brasileira na Coalizão de Alta Ambição (l.82 a l.85); o engajamento brasileiro nas negociações do Tratado sobre a Proibição de Armas Nucleares (l.85 a l.86).

Levando em consideração o exposto e à luz do modelo de resposta, o candidato acredita que seu exercício atende integralmente ao critério em tela (papel da diplomacia brasileira na construção da imagem externa do país). Por esse motivo, roga ao examinador que reavalie sua questão e, caso julgue cabível, majore a nota”.

Maurício Horta Miyauchi

nota: **30/30**

No final de sua administração, o então presidente estadunidense Barack Obama afirmou a uma repórter brasileira que ele considerava o Brasil não como uma potência regional, mas como potência global. Essa fala corrobora para que eu concorde com a opinião de Joaquim Nabuco de que “não podemos parecer grandes, senão o sendo”, e que um Estado é reconhecido como potência não por pedir, mas por efetivamente sê-lo. Ser uma potência global, no entanto, não é uma ideia pré-definida. Ela é modulada conforme a dotação de recursos de poder de um Estado e, principalmente, de seus excedentes relativos no sistema internacional. O Brasil è, portanto, uma potência global emergente com amplos recursos e credenciais; no entanto, não é dotado de amplos excedentes de poder.

Em uma perspectiva realista das relações internacionais, e com contribuição da geopolítica clássica, são atributos de poder elementos como território – tanto em dimensão como em dotação de recursos naturais –, população, posição geográfica, capacidade militar, e economia. Uma perspectiva liberal enfatiza, ainda, o soft power, ou poder brando, decorrente tanto da participação do país em regimes internacionais e em organizações internacionais, quanto da capacidade de a cultura de um país influenciar as decisões tomadas por outros países ou por atores internos a estes, sejam indivíduos, sejam empresas e outros atores não estatais. Nesse aspecto, considerando a opinião de Joaquim Nabuco, um país será uma grande potência se acumular, em relação a demais Estados do sistema internacional, recursos de poder tanto duros (econômicos e militares) quanto brandos (sociais, diplomáticos).

Podemos, na atualidade, apontar para um sistema internacional no qual se multiplicam os pólos de poder. Se é incontestável a potência estadunidense – dotada do 4º maior território do mundo, população superior a 300 milhões, o maior orçamento militar do mundo, 7 mil ogivas nucleares, bases militares espalhadas pelo globo –, também se destacam outros pólos de poder crescentemente reconhecidos. A Rússia, depois de ter reduzido seu papel na década de 1990, durante período de “unimultipolaridade” dos EUA, em conceito de Samuel Huntington, retoma proeminência como potência que deve ser levada em consideração nas tomadas de decisões mundiais. Isso se comprova com o seu papel de mediador nos conflitos correntes no Oriente Médio, sobretudo no da Síria, mas também em questões como geopolítica energética, paz e segurança (CSNU), antiterrorismo e não proliferação nuclear, dado ter 7 mil ogivas.

A China é, no entanto, a potência que mais tem sido reconhecida como tal, conforme aumenta velozmente sua participação no PIB global, sendo a 2ª maior economia. Essa emergência se reflete no

crescimento de capacidade militar, com expansão de porta-aviões, por exemplo, e exercícios conjuntos com a Rússia (Vostok). O investimento em infraestrutura logística por meio da Nova Rota da Seda/Belt and Road, tem ampliado a projeção de poder chinês, e a instalação de ilhas artificiais no Mar do Sul da China, com objetivo de ter reconhecido como mar territorial e Zona Econômica Exclusiva seus a maior parte dessa área, também demonstra seu poder. Com exemplos como EUA, Rússia e China, verifica-se a realidade fática da potência.

Existem três ferramentas, ao menos, para que um país demonstre “ser grande” – e sê-lo. Primeiro, há o excedente de poder militar. Nesse aspecto, notabiliza-se a dotação de recursos militares pela Rússia. Embora parte considerável de seus recursos se destinem a garantir a integridade territorial do país, que conta com vizinhos como o Ocidente/OTAN, a China e, com o intervalo do Estreito de Bering, os EUA, a Rússia mantém como excedentes seu arsenal nuclear. Segundo, há o excedente de poder econômico. A China destaca-se nesse aspecto, na medida em que acumula a maior poupança do mundo, que permite o recente anúncio de investimentos diretos da ordem de 60 bilhões de dólares em países africanos, além de participar da formação de novos mecanismos de financiamento de desenvolvimento regional e multilateral, como o AIIB e o NDV, este junto aos BRICS. A capacidade de investir é, portanto, incontestemente atributo de poder que permite a um país mostrar-se grande e sê-lo.

Terceiro, há o poder brando. Assim como o poder duro, o poder brando se demonstra pela dotação relativa e seus excedentes. Os EUA são detentores de todos esses três instrumentos de poder, mas é inconstante sua liderança no poder brando. Isso se dá pela constituição de ampla e permeadora indústria cultural, notadamente a cinematográfica e a fonográfica, que permitem a exportação de valores e de referências simbólicas do país. Ademais, embora não seja mais o maior polo de manufatura do mundo, é o maior irradiador de marcas, de desenho, desenvolvimento e de marketing de produtos industriais, de forma que o poder brando dos EUA se beneficia da produção industrial de baixo custo nas cadeias globais de valor. Por último, a capacidade diplomática dos EUA desde o fim da II Guerra e, sobretudo, no pós-Guerra Fria, fez do país o principal promotor de bens globais, de regimes globais e de organizações internacionais, ainda que, muitas vezes, os próprios EUA não se vinculem a estes.

O Brasil, nesse contexto, é uma potência global, com grandes recursos de poder, mas sem excedentes econômicos e militares. Seu principal excedente, portanto, é de poder brando, decorrentes de sua identidade internacional como grande país em desenvolvimento, latino-americano, com vínculos históricos e culturais com o Ocidente e com a África, com histórico de respeito ao direito internacional, com consolidada participação em organizações e foros multilaterais. Na falta de excedentes econômicos e militares, o Brasil é uma potência diplomática.

A identidade internacional do Brasil é influenciada por seu gigantismo. O país tem o 5º maior território, a 5ª maior população, uma das 8 maiores economias e participação frequente em operações de manutenção da paz. O próprio gigantismo, no entanto, não basta para se fazer potência global, dado que seus recursos econômicos e militares são distribuídos sem produção de grandes excedentes, em geral. Em certas matérias, no entanto, sua relevância é global. A dotação de território amplo, com clima propício e grandes excedentes hídricos faz do país uma potência agrícola e pecuária, incontornável ante a elevação do nível de consumo global e da rarefação das áreas aráveis disponíveis. A alimentação global terá sua segurança influenciada pelo Brasil. A diplomacia comercial em temas agrícolas é, portanto, fundamental para a imagem externa do país.

A dotação das maiores reservas florestais e da maior biodiversidade do mundo também faz do Brasil uma potência ambiental. Tendo em conta as mudanças climáticas como o maior desafio existencial de longo prazo da humanidade, a diplomacia brasileira tem, em temas ambientais e de mudança climática, exercido papel protagônico. Exemplo disso tem sido a coordenação junto ao BASIC, ao grupo de alta ambição e ao G-77 nas negociações que culminaram no Acordo de Paris, de 2015.

A maior ameaça de curto e médio prazo para a humanidade, no entanto, é a falta de efetividade do regime de não proliferação de armas nucleares. A liderança compartilhada do Brasil na negociação do Tratado de Proibição de Armas Nucleares, assinado em 2017, evidencia o papel protagônico da diplomacia brasileira, novamente.

A identidade externa brasileira, no entanto, potencializa o poder brando do país sobretudo por ser o Brasil verdadeiro país-ponte entre o Ocidente e o Sul Global e entre as nações latino-americanas. O Brasil põe em prática esse potencial por meio da CPLP, nas relações com países lusófonos, inclusive os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa; por meio dos BRICS, que reúnem potências emergentes que têm definido uma maior multipolaridade no sistema internacional; por meio do MERCOSUL, no Cone Sul, da Unasul, na América do Sul, e da CELAC, na América Latina e Caribe; por meio das cúpulas ASA e ASPA, pela ZOPACAS, no estabelecimento de uma zona de paz no Atlântico Sul, e do IBAS, entre democracias multiétnicas.

Acima de tudo, porém, é o Brasil uma potência global a que falta o reconhecimento nas questões mais amplas da segurança e da paz mundiais. Seu pleito por assento permanente no CSNU, junto ao G-4 (Alemanha, Índia, Japão e Brasil) é o meio diplomático para a concretização, perante a sociedade internacional, de seu papel como potência global. (90 linhas, 14,9 palavras por linha)

AVALIAÇÃO

1. Apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado): 1,5/1,5
2. Desenvolvimento do tema
 - 2.1. Deixar claro se concorda ou não com a visão de Joaquim Nabuco: 4,5/4,5
 - 2.2. Ferramentas de um país para “mostrar ser grande” ou “para ser grande”: 12/12
 - 2.3. Papel da diplomacia brasileira na construção da imagem externa do país: 12/12

Resultado

Nota: 30,00

Matheus Corradi de Souza

nota: **29,25/30**

Joaquim Nabuco apresentou uma opinião, no excerto, bastante alinhada com as premissas realistas da Teoria de Relações Internacionais. Realista “avant la lettre”, Nabuco claramente identifica o poder como o “hard power”, o poder principalmente militar. Quando escreveu sobre o Japão, Nabuco repercutia a vitória acachapante dos japoneses sobre os russos em 1905; antes disso, tinha havido acordo nipo-britânico que já era evidência do reconhecimento do status de grande potência do Japão. Concordo apenas parcialmente com Nabuco. Acredito que há outras formas de se alcançar a grandeza no cenário internacional além da potência bélica e econômica. Muitos países, como a França e a Itália, por exemplo, exercem poder internacional de forma além do que se imaginaria por sua força “dura”. Há um importante papel para aspectos culturais que ficam de fora da visão de mundo exposto por Nabuco no trecho.

A construção de uma potência militar é um caminho certo e tradicional para a grandeza. Mesmo países que não se apresentam como potências econômicas, como a Rússia, podem lograr um status de “grande potência” ao ter exércitos amplos e armas nucleares. A “deterência última”, a arma nuclear, é passaporte quase certo para a grandeza. Mesmo países economicamente frágeis, como a Coreia do Norte e o Paquistão, logram ser tratados com maior deferência por possuírem o armamento atômico. Para muitos desses países, “mostrar ser grande” pela posse de uma bomba atômica é encarado como questão de sobrevivência nacional. De fato, Kenneth Waltz pregava que alguns países, como o Irã, desenvolvessem a bomba de forma a garantir a estabilidade de suas regiões.

Pela perspectiva realista, demonstrar grandeza também pode ser vista como racional. Mas a maneira mais fácil de fazê-lo é pela construção de uma potência econômica. Países mais ricos têm não só mais recursos para se fortalecer militarmente, como também exercem poder pelo dinheiro através de investimentos e empréstimos. A Alemanha contemporânea é exemplo de grandeza construída principalmente pela economia. Ao contrário de seus vizinhos França e Reino Unido, os alemães não possuem armas atômicas, têm forças militares menores e pouco participam de intervenções militares no estrangeiro. Entretanto, a potência capitalista alemã permite a Berlim exercer enorme influência no cenário internacional. Raciocínio similar se aplica ao Japão dos dias de hoje: se na época de Nabuco, o país exercia poder pelo medo, hoje sua grandeza se relaciona à sua potência financeira e também tecnológica.

Para além do hard power, caro aos realistas, a grandeza também pode ser construída pelo soft power, o poder brando. Esse foi o caminho seguido por muitos países latino-americanos e europeus,

que ou não lograram desenvolvimento econômico suficiente, ou não possuem recursos demográficos e territoriais para serem grandes militarmente. O Uruguai e o Chile, por exemplo, exibem uma grandeza relacionada à qualidade das suas instituições democráticas internas e ao seu papel como defensores dos direitos humanos. Países como Itália, Grécia e Espanha demonstram grandeza pela rica e extensa história de seus Estados e de suas populações; o enorme fluxo de turistas em direção a esses países anualmente, mesmo num contexto de crise econômica e de ameaças terroristas, mostra o poder brando significativo desses países. O acúmulo de poder brando através da atratibilidade de aspectos culturais aproxima países díspares como o Japão, a Coreia do Sul, o Irã e Cabo Verde. A arte, a arquitetura e a cultura japonesas, tão difundidas pelo globo, representam a grandeza daquele Estado. O K-Pop e a Morna são exemplos de grandeza, respectivamente, da Coreia do Sul e de Cabo Verde, que dão a esses países alcance global acima do esperado pela simples análise de aspectos econômicos e militares. No caso do Irã, além da cultura milenar, o cinema é modo de exercer um poder brando.

A grandeza do Brasil é construída utilizando-se um pouco de cada uma dessas ferramentas apresentadas, com algumas exceções. O Brasil dispõe de hard power considerável: tem uma das dez maiores economias do planeta, a quinta maior população e extensão territorial. O país não se destaca, porém, entre as grandes potências militares, o que, numa visão de mundo como a exposta por Nabuco, diminuiria as chances de grandeza pátria. Há, entretanto, outros fatores a considerar que compensam essa fraqueza. O Brasil contribuiu fortemente para a conformação, na América do Sul, de uma região de paz; o país guerreou com seus vizinhos pela última vez há quase 150 anos; através de um processo longo, encerramos a secular rivalidade com a Argentina e construímos, no MERCOSUL, um bloco que prima pela democracia, pelos direitos humanos e pelo desenvolvimento. Além disso, o Brasil é historicamente defensor do direito internacional, da soberania dos Estados e do direito ao desenvolvimento, o que gera uma legitimidade grande na atuação internacional brasileira, que é fonte de poder e grandeza para o país. Nesse caminho para “mostrar ser grande” e “ser grande”, o Brasil contou muito com a atuação de sua diplomacia.

A diplomacia brasileira é, há décadas, responsável pela expansão do poder brando do Brasil. Desde os anos 1950, com a OPA, passando pelo discurso dos 3D's de Araújo Castro de 1963 e pela participação ativa do Brasil nas UNCTADs e na proposição da NOEI nos anos 1970, a diplomacia tem construído uma imagem de arauto do desenvolvimento, que gera significativo apoio ao país no sistema internacional. Prova disso, e fator adicional de aumento do soft power brasileiro, é a facilidade com que o Brasil ocupa espaços de destaque nos vários regimes internacionais: são brasileiros hoje os diretores da OMC e da FAO; temos juiz na CIJ; fomos eleitos para a CDH; conseguimos antecipar nossa candidatura a membro rotativo do CSNU – órgão do qual já fomos eleitos mais de dez vezes. Logramos ter papel protagônico nas negociações da OMC, no regime internacional de mudanças climáticas e no regime de não proliferação nuclear, no qual conseguimos a criação do Tratado de Proibição de 2017.

No campo da defesa dos direitos humanos, a atuação diplomática brasileira nos torna, atualmente, um dos campeões de várias causas. Na questão do reconhecimento dos direitos humanos de pessoas LGBTQs, o Brasil foi pioneiro ao propor, ainda na antiga Comissão de DH, resolução nesse sentido; trabalhamos para o reconhecimento dos Princípios de Yogyakarta pelo novo CDH e pela criação de relatoria especial para a matéria. No campo dos direitos das mulheres, a diplomacia atua ainda em mais frentes: na CPLP, na ONU-Mulheres, na UNFPA. Mesmo com a crise econômica e com a troca de governo, o Brasil segue sendo reconhecido pela grandeza com que defende ideais de humanidade e justiça nos foros internacionais.

Como se percebe, o tempo de Nabuco passou. O poder duro pode seguir sendo importante e, em alguns dossiês, determinante na definição dos destinos. O avanço do sistema internacional, contudo, gerou uma institucionalização da vida internacional que materializa, cada vez mais, o mundo imaginado pelos liberais. (85 linhas)

AVALIAÇÃO

1. Apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado): 0,75/1,5

2. Desenvolvimento do tema

2.1. Deixar claro se concorda ou não com a visão de Joaquim Nabuco: 4,5/4,5

2.2. Ferramentas de um país para “mostrar ser grande” ou “para ser grande”: 12/12

2.3. Papel da diplomacia brasileira na construção da imagem externa do país: 12/12

Resultado

Nota: **29,25**

Nota média: Maurício Gurjão Bezerra Heleno

nota: **25,50/30**

Historicamente, para que um país seja considerado uma potência, ele precisa reunir certas características e certas capacidades que o tornem um pólo de poder global. Assim, uma potência é capaz de moldar normas, discursos e ações em favor de seus interesses, além de influenciar outros países de acordo com sua vontade. Em síntese, trata-se de relações de poder, ainda que esse poder se apresente de formas diversas. Em razão disso, Joaquim Nabuco está correto ao afirmar que uma potência não precisa pedir reconhecimento, ela simplesmente o obtém. No século XXI, contudo, ao contrário do período de vida de Nabuco, o status de potência não é mera decorrência da força militar e econômica, mas uma reunião de diversos fatores que se complementam.

O caso japonês, mencionado por Nabuco, é um exemplo válido de como um país pode se tornar uma potência. No século XIX e início do século XX, ainda que prevalecesse a noção da superioridade europeia e dos povos brancos, os japoneses, considerados inferiores, lograram importantes avanços em termos de crescimento econômico e acúmulo de poder militar. Posteriormente, já no século XX, o Japão entrou em conflito com a Rússia, tradicional potência militar europeia. O desfecho da guerra, uma vitória japonesa contundente, provou ao mundo que a pequena ilha japonesa era também uma potência, capaz de afirmar seus interesses perante o mundo.

Ao longo do século XX, a consolidação das Relações Internacionais como disciplina acadêmica confirmou as ideias de Nabuco. As discussões acerca do que caracteriza uma potência estiveram presentes sobretudo entre autores realistas, preocupados com o contexto de rivalidades e disputas durante a Guerra Fria. Assim, percebeu-se que potências são aqueles países capazes de moldar e alterar o sistema internacional de acordo com seus interesses. Parte-se do pressuposto que o sistema internacional não é mera soma de Estados, mas o conjunto das relações hierarquizadas entre eles. Portanto, as potências diferem (sic) dos países hierarquicamente inferiores, cuja atuação e autonomia são orientados de acordo com as normas estabelecidas pelas potências. Mais uma vez, o exemplo citado por Nabuco é válido, uma vez que o Japão, por meio de suas capacidades, foi capaz de moldar o sistema internacional a seu favor, mesmo diante de outra grande potência.

No século XXI e no contexto da globalização, a noção de potência adquire novas características, sem que as anteriores percam validade. Assim, nota-se a presença de problemas globais, como terrorismo, proliferação nuclear, aquecimento global e comércio. Nesse sentido, uma potência do século XXI é também aquele país capaz de assumir responsabilidades perante essas e outras questões globais, além

de liderar outros países em prol de objetivos comuns. Conclui-se, portanto, que uma potência lidera, e não pede para liderar.

A capacidade de moldar o sistema e de liderar outros países em torno de pautas comuns não surge do nada, e sim requer certas características e recursos de poder. Atualmente, para fins didáticos, muitos autores utilizam a distinção entre “hard power”, o poder duro, e “soft power”, o poder brando, para classificar os recursos de poder estatal. Essas características, contudo, muitas vezes se relacionam e se confundem, como explico a seguir.

No âmbito do hard power encontram-se características clássicas de poder, como território, população, recursos militares e economia. Nesse sentido, uma potência tradicional seria um país de grande população, território, riquezas e poder militar capazes de impor sua vontade sobre os demais. Como exemplos clássicos, vale mencionar os EUA e a URSS como caso de potências detentoras de grandes recursos de hard power, sobretudo durante a Guerra Fria.

Em contraste, recursos de soft power envolvem a capacidade de influenciar outros países por meio de valores e instituições culturais e políticas, bem como a capacidade de convencimento adquirida a partir do exemplo e da boa conduta. Assim, um país detentor de recursos de soft power influencia os demais por meio das qualidades positivas que são atribuídas à cultura, às instituições políticas e aos valores desse país, que motivam outros países a copiar seu exemplo. A atuação norte-americana, ao conceder milhares de bolsas de estudos a estudantes de todo o mundo é um exemplo de utilização de soft power, a fim de convencer as novas gerações da superioridade do modelo norte-americano.

Atualmente, uma potência “mostra ser grande” por meio da reunião de recursos de hard power e soft power, o que convencionou chamar de “smart power”. Assim, uma potência do século XXI é não apenas um país com amplos recursos militares, econômicos e territoriais, mas também aquele capaz de servir de modelo aos demais, em razão da qualidade e potencialidade de seus valores e suas instituições. Nesse contexto, podem-se enquadrar nessa categoria apenas os EUA, já mencionados, e a China, cujo crescimento duradouro e cuja promoção cultural, a exemplo dos Institutos Confúcio, fazem que diversos países venham tentando emular o modelo chinês de desenvolvimento.

O Brasil, no atual sistema internacional, ocupa a posição de potência média, ou país emergente. Trata-se, portanto, de país incapaz de moldar o sistema internacional conforme seus interesses, mas que reúne características e recursos de poder que o habilitam a influenciar o sistema, sobretudo nos ramos que mais lhe interessam, como desenvolvimento, comércio internacional, meio-ambiente e direitos humanos.

Embora o Brasil seja país de grande território e população, sua capacidade econômica e militar limitada não o caracterizam como um país detentor de hard power, a não ser no âmbito estritamente regional de sua atuação, como América do Sul e Atlântico Sul. Em razão disso, e de seu histórico diplomático, o Brasil busca credenciar sua imagem como país baseado no soft power. A construção do soft power brasileiro baseia-se, em primeiro lugar, em sua tradição, uma vez que o país logrou consolidar sua vasta fronteira amazônica de forma pacífica, além de ter consolidado um modus operandi baseado na não intervenção em assuntos internos de outros países. Com base nessa trajetória, o país molda seu discurso diplomático de modo a apresentar o Brasil como nação pacífica, respeitadora do Direito Internacional e da autonomia de seus parceiros.

Considerando que o discurso é também uma forma de orientar a ação, o Brasil historicamente se colocou como promotor da Cooperação Sul-Sul, baseado na transferência de conhecimentos em bases horizontais e transparentes. Trata-se de uma forma de credenciar o Brasil como país líder e prestador de ajuda. Essa atuação rendeu ao país, por exemplo, benefícios como a eleição dos brasileiros José Graziano e Roberto Azevêdo para órgãos importantes, como a FAO e a OMC, com forte apoio de nações africanas receptoras da ajuda brasileira. Além disso, o Brasil tem buscado se apresentar como país capaz de assumir responsabilidades internacionais, como mostra o comando brasileiro da missão de paz no Haiti (MINUSTAH). Nesse caso, além de promover o poder brando do Brasil, como país promotor da paz, a Minustah contribui também para fortalecer a capacidade militar do país, um recurso de hard power. A construção da imagem externa do Brasil, portanto, compreende discurso, tradição diplomática e ações no sentido de apresentar o país como líder global e exemplo a ser seguido.

O atual contexto internacional, baseado em crescente descentralização de poder, é propício para discussões acerca do conceito de potência. Trata-se, em síntese, de país capaz de mudar o sistema a seu favor e de obter o convencimento de outras nações, além de assumir tarefas globais. No caso do Brasil, trata-se de país com longo caminho a ser percorrido, embora o país tenha relevância global em certos temas. Não basta, portanto, pedir um lugar junto às potências, mas fazer por merecê-lo.

AVALIAÇÃO

1. Apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado): 1,5/1,5

2. Desenvolvimento do tema

2.1. Deixar claro se concorda ou não com a visão de Joaquim Nabuco: 4,5/4,5

2.2. Ferramentas de um país para “mostrar ser grande” ou “para ser grande”: 12/12

2.3. Papel da diplomacia brasileira na construção da imagem externa do país: 7,5/12

Resultado

Nota: 25,50

Pior nota: Anônimo

nota: **20/30**

O Japão « tornou-se » grande, mas quando quis « mostrar-se » grande, foi tragado por terríveis tragédias. Nabuco emitiu sua famosa opinião em tempos de imperialismo, de recrudescimento de nacionalismo que remetem aos dias atuais. Cabe a indagação acerca das mudanças no mundo e a permanente dicotomia realista-idealista quanto ao poder. Para atingi-lo, as ferramentas são inúmeras, assim como as consequências. O Brasil, por sua vez, logrou consolidar, em sua história recente, inegável « poder brando », construído pautado pela legitimidade de diplomacia que tem buscado adaptar o país às transformações do mundo. Hoje, entretanto, mesmo este poder tem sido relativizado.

Mais de um século após as declarações de Nabuco, o Brasil, todavia, não tem « excedentes de poder », conforme descrito por Saraiva Guerreiro. Para Ricupero, herdamos a « diplomacia da fraqueza » lusitana, a qual, de tempos em tempos, exerce ensaios grandiloquentes para, em seguida, confrontar-se à realidade dos fatos. Concordo parcialmente com a opinião de Nabuco, afinal, penso que somos grandes pela legitimidade de nosso legado principista e pacifista, porém terminamos por diminuí-la quando « damos pulos ».

Em recente artigo, Fonseca Jr. analisa a posição do Brasil nas relações internacionais e conclui que esta deve ser, inexoravelmente, multilateral. Como poucos países, o Brasil projeta-se, sobretudo, pela diplomacia. Trata-se de política de Estado, que já demonstrou inúmeras vezes que árduas conquistas, logradas ao longo de décadas, podem ser desfeitas em meses ou, até, dias. Não foram poucas as ocasiões em que o Brasil, buscando parecer grande, foi apequenado por acusações de injustiça ou de subimperialismo. A defesa vergonhosa da escravidão no século XIX e o voto favorável à res. 3379/XXX são apenas dois exemplos.

E, portanto, o Brasil é grande, tanto sob a ótica realista quanto sob a idealista. Afinal, sua extensão territorial, peso econômico e demográfico, além de sua capacidade de articular consensos tornam o país ator fundamental, visto como « país baleia » por Kennan ou « key country » por Kissinger. O histórico de paz e consolidação da maior parte de suas fronteiras com 10 vizinhos por meio da diplomacia tem poucos paralelos. O país construiu legado de defesa dos direitos humanos e de promoção da cooperação, ambos inscritos em sua Constituição, e tem sido propositivo em torno da consolidação do multilateralismo e do desenvolvimento comum.

Um país pode « mostrar ser grande » despertando o temor ou a esperança, para evocar a dicotomia de Baruch Espinoza. Sem dúvidas, uma das ferramentas que mostram grandiosidade e esperança é a proposição de alternativas que possibilitam a paz pelo desarmamento, a exemplo do recente Tratado sobre

Proibição de Armas Nucleares (TPAN). Uma ferramenta que mostra grandiosidade e pode provocar temores são exercícios militares que simulam guerras de larga escala, a exemplo do recente exercício Vostok, feito na Sibéria, pela Rússia, que convidou a China. Existem ferramentas que podem permitir a um país « mostrar ser grande » despertando temor e esperança ao mesmo tempo. Isto tem ocorrido com a Belt and Road Initiative (BRI) da China, a qual estimula oportunidades de desenvolvimento inéditas, trazendo esperança para países, como a Etiópia, que recebem maciços investimentos em infraestrutura, mas que também sofrem com temores de dependência « neocolonial ».

Alternativamente, são, aparentemente, mais árduos os caminhos « para ser grande » É necessário, como ferramenta essencial, que um país tenha estabilidade, de modo que possa implementar e colher os frutos de políticas de Estado por meio de instituições respeitáveis e respeitadas. Dificilmente alcança-se a grandiosidade de forma perene, sem justiça social. Países autoritários e desiguais são, normalmente, os que buscam adotar os gestos mais eloquentes para disfarçarem sua própria fragilidade. A igualdade e a democracia são, portanto, as duas faces da mesma ferramenta para atingir a grandiosidade. Aliás, o que seria, enfim, a grandiosidade? Ainda é possível pensar na « grandeur » de Charles de Gaulle ou no nacionalismo exacerbado que a tantas tragédias levou? No século XXI, a « grandeza » é multifacetada. Joseph Nye, por exemplo, fala de xadrez tridimensional, no qual existe unilateralismo militar dos EUA, plurilateralismo econômico dos países desenvolvidos e dos emergentes, e multilateralismo diante de bens comuns, a exemplo do meio ambiente. A terceira ferramenta « para ser grande » seria a capacidade de um país poder transitar e dialogar em todas essas esferas com o entendimento de que a « grandiosidade » é, sobretudo, enfrentar sacrifícios em nome da interdependência.

O mesmo Nye fala de « poder brando », que já foi declinado em vertentes, como « smart power » e « sharp power ». O « soft power », entretanto, pode ser resumido como a capacidade de persuasão sem recorrer ao « poder duro », feito à sombra de ameaças. Belli e Nasser evocam o natural talento do Brasil para o « poder brando ». Afinal, o país é multirracial, multicultural, acolhedor, dotado de paisagens deslumbrantes e, como poucos outros, desperta simpatias nos mais diversos povos.

Basear a imagem de um país em « poder brando » exige conhecer e exaltar suas potencialidades para atrair alteridade, enquanto se expõem as dificuldades de modo autocrítico, de modo que se desperte no outro o reconhecimento dos desafios comuns. E este é o papel fundamental da diplomacia, em especial, no Brasil, onde se demonstrou, conforme o período de « autonomia pela participação », que pode ser lento o processo de « resgate das credenciais ». Esta imagem constrói-se pela adesão e cumprimento de regimes multilaterais, dos Pactos sobre Direitos Humanos de 1966 às Convenções contra a Tortura ou o Racismo. É preciso sublinhar que se adere e se cumpre, já que o « poder brando » é vinculado à dinâmica permanente da imagem. Na história recente, alguns países transitaram da liderança em termos de « soft

power » para posições mais baixas no curto intervalo entre dois governos. O Brasil, em um dos rankings desse tipo, publicado pela revista Monocle, galgou algumas posições, apesar da grave crise econômica e institucional que atravessa. Isto se deve, em grande medida, à sua diplomacia.

A imagem externa do Brasil projeta compreensão e cooperação, capacidade de diálogo que estabelece pontes entre o Norte e o Sul global, e pacifismo vinculado ao desenvolvimento sustentável. Isto decorre da legitimidade histórica de sua atuação diplomática, mas pode esvair-se se o país quiser « mostrar ser grande » tanto no plano doméstico quanto no internacional. Diante de tanta desordem nesse « mundo em desajuste », nas palavras de Maalouf, é preciso conseguir persuadir sociedades em conflito de que a alternativa ao diálogo é o caos. Nesse sentido, a diplomacia, como vetor primordial de diálogo, precisa utilizar todo o « poder brando » para assegurar a imagem do Brasil diante do mundo e para espelhá-la a seu próprio povo, grandioso em seu pacifismo. (90 linhas)

AVALIAÇÃO

1. Apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado): 1,5/1,5

2. Desenvolvimento do tema

2.1. Deixar claro se concorda ou não com a visão de Joaquim Nabuco: 3/4,5

2.2. Ferramentas de um país para “mostrar ser grande” ou “para ser grande”: 8/12

2.3. Papel da diplomacia brasileira na construção da imagem externa do país: 7,5/12

Resultado

Nota preliminar: **15,50**

Nota final: **20**

COMENTÁRIO

Exemplo de recurso que obteve 4,5 pontos, aumentando a nota de 15,5 para 20/30 (com muitas páginas para convencer a banca...)

Prezada banca corretora,

em primeiro lugar, gostaria de desculpar-me pela caligrafia. Ainda nos primeiros dias de prova, lesionei meu punho e tive grandes dificuldades na escrita, o que claramente se refletiu na legibilidade. Infelizmente, o tempo exíguo e a grande quantidade de informações certamente prejudicaram a apresentação e compreendo que a banca, em meio a tantas dezenas de provas, muitas impecavelmente escritas, tenha, compreensivelmente, optado por punir o candidato ao conceder nota 0.00/1.50 neste quesito.

Entretanto, apesar de estar consciente de que, na diplomacia, a forma é tão importante quanto o conteúdo, permito-me transcrever, aqui, minha resposta, de modo a facilitar uma segunda leitura pela banca. Assim, tenho a esperança de que, ao menos, seja concedida majoração no quesito estrutural e no respeito às margens e indicação de parágrafos.

Finalmente, penso que esta segunda leitura pode permitir uma melhor reavaliação do desenvolvimento do tema. Perdão, mais uma vez, pela caligrafia. Segue minha resposta transcrita:

« O Japão « tornou-se » grande, mas quando quis « mostrar-se » grande, foi tragado por terríveis tragédias. Nabuco emitiu sua famosa opinião em tempos de imperialismo, de recrudescimento de nacionalismos que remetem aos dias atuais. Cabe a indagação acerca das mudanças no mundo e a permanente dicotomia realistaidealista quanto ao poder. Para atingí-lo, as ferramentas são inúmeras, assim como as consequências. O Brasil, por sua vez, logrou consolidar, em sua história recente, inegável « poder brando », construído e pautado pela legitimidade de diplomacia que tem buscado adaptar o país às transformações do mundo. Hoje, entretanto, mesmo este poder tem sido relativizado.

Mais de um século após as declarações de Nabuco, o Brasil, todavia, não tem « excedentes de poder », conforme descrito por Saraiva Guerreiro. Para Ricupero, herdamos a « diplomacia da fraqueza » lusitana, a qual, de tempos em tempos, exerce ensaios grandiloquentes para, em seguida, confrontarse à realidade dos fatos. Concordo, parcialmente, com a opinião de Nabuco, afinal, penso que somos grandes pela legitimidade de nosso legado principista e pacifista, porém terminamos por diminuí-la quando « damos pulos ».

Em recente artigo, Fonseca Jr. analisa a posição do Brasil nas relações internacionais e conclui que esta deve ser, inexoravelmente, multilateral. Como poucos países, o Brasil projetase, sobretudo, pela diplomacia. Trata-se de política de Estado, que já demonstrou inúmeras vezes que árduas conquistas, logradas ao longo de décadas, podem ser desfeita em meses ou, até, em dias. Não foram poucas as ocasiões em que o Brasil, buscando parecer grande, foi apequenado por acusações de injustiça ou de subimperialismo. a defesa vergonhosa da escravidão no século XIX e o voto favorável à resolução 3379/XXX são apenas dois exemplos.

E, portanto, o Brasil é grande, tanto sob a ótica realista quanto sob a idealista. Afinal, sua extensão territorial, peso econômico e demográfico, além de sua capacidade de articular consensos tornam o país ator fundamental, visto como « país baleia » por Kennan ou « key country » por Kissinger. O histórico de paz e consolidação da maior parte de suas fronteiras com 10 países, por meio da diplomacia, tem poucos paralelos. O país construiu legado de defesa dos direitos humanos e de promoção da cooperação, ambos inscritos em sua Constituição, e tem sido propositivo em torno da consolidação do multilateralismo e do desenvolvimento comum.

Um país pode « mostrar ser grande » despertando o temor ou a esperança, para evocar a dicotomia de Baruch Espinoza. Sem dúvidas, uma das ferramentas que mostram grandiosidade e esperança é a proposição de

alternativas que possibilitem a paz pelo desarmamento, a exemplo do recente Tratado sobre Proibição de Armas Nucleares (TPAN). Uma ferramenta que mostra grandiosidade e pode provocar temores são exercícios militares que simulam guerras de larga escala, a exemplo do recente exercício Vostok, feito na Sibéria pela Rússia, que convidou a China. Existem ferramentas que podem permitir a um país « mostrar ser grande » despertando temor e esperança ao mesmo tempo. Isto tem ocorrido com a Belt and Road Initiative (BRI) da China, a qual estimula oportunidades de desenvolvimento inéditas, trazendo esperança para países, como a Etiópia, que recebem maciços investimentos em infraestrutura, mas que também sofrem com temores de dependência « neocolonial ».

Alternativamente, são, aparentemente, mais árduos os caminhos « para ser grande ». É necessário, como ferramenta essencial, que um país tenha estabilidade, de modo que possa implementar e colher os frutos de políticas de Estado por meio de instituições respeitáveis e respeitadas. Dificilmente alcançase a grandiosidade de forma perene, sem justiça social. Países autoritários e desiguais são, normalmente, os que buscam adotar os gestos mais eloquentes para disfarçar sua própria fragilidade. A igualdade e a democracia são, portanto, duas faces da mesma ferramenta para atingir a grandiosidade. Aliás, o que seria, enfim, a grandiosidade? Ainda é possível pensar na « grandeur » de Charles de Gaulle ou no nacionalismo exacerbado a que tantas tragédias levou? No século XXI, a « grandeza » é multifacetada. Joseph Nye, por exemplo, fala de xadrez tridimensional, no qual existe unilateralismo militar dos EUA, plurilateralismo econômico dos países desenvolvidos e dos emergentes, e multilateralismo diante de bens comuns, a exemplo do meio ambiente. A terceira ferramenta « para ser grande » seria a capacidade de um país poder transitar e dialogar em todas essas esferas com o entendimento de que a « grandiosidade » é, sobretudo, enfrentar sacrifícios em nome da interdependência.

O mesmo Nye fala de « poder brando », que já foi declinado em vertentes, como « smart power » e « sharp power ». O « soft power », entretanto, pode ser resumido como a capacidade de persuasão sem recorrer ao « poder duro », feito à sombra de ameaças. Belli e Nasser evocam o natural talento do Brasil para o « poder brando ». Afinal, o país é multirracial, multicultural, acolhedor, dotado de paisagens deslumbrantes e, como poucos outros, desperta simpatias nos mais diversos povos.

Basear a imagem de um país em « poder brando » exige conhecer e exaltar suas potencialidades para atrair alteridade, enquanto se expõem as dificuldades de modo autocrítico, de modo que se desperta no outro o reconhecimento dos desafios comuns. E este é o papel fundamental da diplomacia, em especial, no Brasil, onde se demonstrou, conforme o período de « autonomia pela participação », que pode ser lento o processo de « resgate das credenciais ». Esta imagem constroise pela adesão e cumprimento de regimes multilaterais, dos Pactos de Direitos Humanos de 1966 às Convenções contra a Tortura e o Racismo. É preciso sublinhar que se adere e se cumpre, já que o « poder brando » é vinculado à dinâmica permanente da imagem. Na história recente, alguns países transitaram da liderança em termos de « soft power » para posições mais baixas no curto intervalo entre dois governos. O Brasil, em um dos rankings desse tipo, publicado pela revista

« Monocle », galgou algumas posições, apesar da grave crise econômica e institucional que atravessa. Isto se deve, em grande medida, à sua diplomacia.

A imagem externa do Brasil projeta compreensão e cooperação, capacidade de diálogo que estabelece pontes entre o Norte e o Sul global, e pacifismo vinculado ao desenvolvimento sustentável. Isto decorre da legitimidade histórica de sua atuação diplomática, mas pode esvair-se se o país quiser « mostrar ser grande » tanto no plano doméstico quanto no internacional. Diante de tanta desordem nesse « mundo em desajuste », nas palavras de Maalouf, é preciso conseguir persuadir sociedades em conflito de que a alternativa ao diálogo é o caos. Nesse sentido, a diplomacia, como vetor primordial de diálogo, precisa utilizar todo o « poder brando » para assegurar a imagem do Brasil diante do mundo e para espelhá-la a seu próprio povo, grandioso em seu pacifismo. » Mais uma vez, peço perdão pela caligrafia e pela extensão deste recurso, porém acredito ser essencial facilitar a releitura da banca para que possa reavaliar minha nota total atual, que representa tão somente 15.50/30.00 (51.6% do total).

ARGUMENTAÇÃO DO QUESITO: 2.1

Prezada banca,

solicito, gentilmente, reavaliação da nota atual nesse quesito, de apenas 1.50/4.50 (33%), o que representa, em minha opinião, punição excessivamente severa diante do conteúdo apresentado e de sua correspondência em relação ao padrão de resposta.

Neste, a banca indica que deve haver, explicitamente, menção a « concordar ou não com a opinião de Joaquim Nabuco ».

Entre as linhas 12 e 14, argumento que :

«Concordo, parcialmente, com a opinião de Nabuco, afinal, penso que somos grandes pela legitimidade de de nosso legado principista e pacifista, porém terminamos por diminuí-la quando « damos pulos ». » Em seguida, após ter indicado que existe uma ambivalência inerente à afirmação de Nabuco, afinal, supor verdades absolutas diante de tema tão complexo parece-me algo que não permitiria o próprio debate levantado pela banca. Explicito, conforme o padrão de resposta, tanto os pontos divergentes quanto os pontos convergentes entre o « parecer » e o « ser grande », com diversas análises referências, conforme a seguir:

b) « ser grande »

l.23-30 : « E, portanto, o Brasil é grande, tanto sob a ótica realista quanto sob a idealista. Afinal, sua extensão territorial, peso econômico e demográfico, além de sua capacidade de articular consensos tornam o país ator fundamental, visto como « país baleia » por Kennan ou « key country » por Kissinger. O histórico de paz e consolidação da maior parte de suas fronteiras com 10 países, por meio da diplomacia, tem poucos paralelos. O país construiu legado de defesa dos direitos humanos e de promoção da cooperação, ambos inscritos em sua Constituição, e tem sido propositivo em torno da consolidação do multilateralismo

e do desenvolvimento comum. »Aqui, argumentei que o país já tem sido, historicamente, visto por outros países como « sendo grande », e que a correspondência dessa percepção de grandeza externa junto a elementos objetivos que demonstram tal grandeza correlacionam o « parecer » ao « ser grande ». Deste modo, prezada Banca, parece-me que bastante severa a nota inicial atribuída de apenas 1/3 do total, já que o candidato, após cuidadosa análise, pensa ter atendido a todos os pontos demandados no padrão de resposta. Portanto, gentilmente, solicito sua reavaliação.

Muito obrigado.

ARGUMENTAÇÃO DO QUESITO: 2.2

Estimada banca corretora,

o candidato agradece a avaliação inicial atribuída neste quesito, de 8.00/12.00 (66%), o que significa que, em sua leitura inicial, a banca parece ter encontrado resposta adequada às suas expectativas. Contudo, permito-me, respeitosamente, sugerir uma segunda leitura, pautado pelos argumentos que seguem:

comparei o « mostrar ser grande » e os caminhos « para ser grande » de forma objetiva em dois grandes parágrafos, de modo a analisar o significado atual da própria ideia de « poder », ambos por meio de três ferramentas, conforme pedido no comando na questão. a partir da linha 31, o « mostrar ser grande » foi apresentado baseado na dicotomia « termoesperança » de Espinoza. O « poderio político » fica evidenciado entre as linhas 32 e 35 com o exemplo do Tratado sobre Proibição de Armas Nucleares. O poderio militar está exemplificado, entre as linhas 35 e 38, com o caso do exercício Vostok, recentemente realizado pela Rússia. O poderio econômico, entre as linhas 38-43, é explicitado pelo caso da Belt and Road Initiative (BRI) de Beijing.

A partir da linha 44, argumento que é mais difícil « tornar-se grande » pela capacidade de influenciar a agenda internacional, conforme apresentado no padrão de resposta.

Desse modo, aponto, nas linhas 45 e 46, que a estabilidade institucional é essencial, assim como a justiça social. Conforme observase em tantos países na atualidade, infelizmente, o autoritarismo e o populismo, mencionados nas linhas 48-50, minam as conquistas em direção à grandiosidade efetiva. Ao contrário, representam não apenas retrocesso, mas efetiva redução do poder percebido. Parece-me que, neste parágrafo, logrei abordar tema de particular relevância para o Itamaraty, na esperança de que isto não passe de forma despercebida aos avaliadores.

As três ferramentas, nesse sentido, são:

estabilidade institucional das políticas de Estado (l.46)

a justiça social, combinada à democracia e à igualdade (l.38-51),

capacidade de diálogo e comprometimento com o multilateralismo (l.57-60)

De forma complementar, calcado na ideia de como funcionam as relações de poder na agenda internacional, busquei questionar o que seria a « grandeza » na atualidade (l.52-54) e remeti à superposição de dimensões apresentada, recentemente, por Joseph Nye, com seu « xadrez tridimensional », formado pelo « unilateralismo militar dos EUA, plurilateralismo econômico dos países desenvolvidos e dos emergentes, e o multilateralismo diante de bens comuns, como o meio ambiente » (l.54-57).

Observa-se, desse modo, que existe profundidade analítica na resposta do candidato, que parece atender plenamente a todos os pontos apresentados no padrão de resposta elaborado pela banca. Peço, gentilmente, que a banca reconsidere sua avaliação inicial e majore a nota dos atuais 1.50 para 4.50/4.50 nesse quesito.

Peço, respeitosamente, desculpas pelo extenso recurso, porém acredito ser justa a reavaliação, além de salientar que esta pode representar meu efetivo ingresso na carreira diplomática, oportunidade para ampliar meus conhecimentos e servir meu país.

Muito obrigado.

ARGUMENTAÇÃO DO QUESITO: 2.3

Caros membros da Banca,

no terceiro item, que se refere à imagem do país pautada pelo poder brando e ao papel da diplomacia na construção da imagem externa do Brasil, penso ter atendido ao pedido no padrão de resposta. Muito respeitosamente, peço que a banca reavalié sua correção inicial, que concedeu tão somente 6.00/12.00 (50%) quando, em verdade, o candidato analisou o que foi pedido com exemplos pertinentes. Toda a terceira página da resposta, a partir da linha 61, organizouse em torno desta parte do comando da questão. Cito não apenas o conceito de poder brando, de Joseph Nye (l.62), mas também suas novas vertentes « smart » e « sharp power » (l.6162) e o « poder objetivo », ou « poder duro » (l.63). Afirmo, categoricamente, que o Brasil possui não apenas « poder brando », mas que também este é um dos pilares de sua própria diplomacia e ponto particularmente positivo, conforme Belli e Nasser (l.6366), em atendimento ao padrão de resposta.

Cito, no último parágrafo, entre as linhas 81 e 90, que:

« A imagem externa do Brasil projeta compreensão e cooperação, capacidade de diálogo que estabelece pontes entre o Norte e o Sul global, e pacifismo vinculado ao desenvolvimento sustentável. Isto decorre da legitimidade histórica de sua atuação diplomática, mas pode esvairse se o país quiser « mostrar ser grande » tanto no plano doméstico quanto no internacional. Diante de tanta desordem nesse « munde em desajuste », nas palavras de Maalouf, é preciso conseguir persuadir sociedades em conflito de que a alternativa ao diálogo é o caos. Nesse sentido, a diplomacia, como vetor primordial de diálogo, precisa utilizar todo o « poder brando » para assegurar a imagem do Brasil diante do mundo e para espelhála a seu próprio povo, grandioso em seu pacifismo. » O que me parece demonstrar que o Brasil baseia, preponderantemente, sua imagem no poder brando,

apesar de ser, incontestavelmente, dotado de poder objetivo. Aliás, o cerne de minha análise, concentra-se entre as linhas 67 e 76:

« Basear a imagem de um país em « poder brando » exige conhecer e exaltar suas potencialidades para atrair alteridade, enquanto se expõem as dificuldades de modo autocrítico, de modo que se desperta no outro o reconhecimento dos desafios comuns. E este é o papel fundamental da diplomacia, em especial, no Brasil, onde se demonstrou, conforme o período de « autonomia pela participação », que pode ser lento o processo de « resgate das credenciais ». Esta imagem constrói-se pela adesão e cumprimento de regimes multilaterais, dos Pactos de Direitos Humanos de 1966 às Convenções contra a Tortura e o Racismo. É preciso sublinhar que se adere e se cumpre, já que o « poder brando » é vinculado à dinâmica permanente da imagem. »

Neste trecho, retomo o que me parece ser a mensagem fundamental de Nabuco, qual seja, de que poder e imagem formam uma unidade indissociável, feita por elementos mutuamente influenciáveis. Assim, o candidato pensa ter atendido plenamente ao que foi demandado, algo corroborado pelo padrão de resposta da banca. Solicito, gentilmente, que a banca reconsidere sua avaliação inicial e a majore a nota nesse quesito para que possa atingir 12.00/12.00.

Mais uma vez, peço perdão pela legibilidade da letra e pelos extensos recursos. Ao mesmo tempo, sentime particularmente desafiado por essa questão, com o intuito de poder debater temas que são tão relevantes diante do atual contexto político interno e internacional, os quais, inexoravelmente, implicarão transformações na atuação do Itamaraty. Assim, almejo poder participar desse processo após muitos anos de intensos estudos e solicito, gentilmente, que a banca possa me auxiliar, de forma justa, no meu processo de aprovação no certame.

Muitíssimo obrigado.

COM DEFERIMENTO CONTEÚDO

Quesito 1 Recurso deferido.

Quesito 2.1 Recurso deferido parcialmente. À luz da explicação do candidato no recurso, a nota é majorada para 3,00.

Quesito 2.2 Recurso indeferido. O candidato, na prova, foi menos claro sobre esse quesito do que o recurso procura demonstrar.

Quesito 2.3 Recurso deferido parcialmente. Os elementos apresentados pelo candidato nesse quesito teriam ficado mais interessantes se ele tivesse optado por uma argumentação mais clara e direta. Nota majorada para 7,50.

POLÍTICA INTERNACIONAL

banca:

Alcides Costa Vaz

Ary Norton de Murat Quintella

Norma Breda dos Santos

_questão 3

Defender nossa nação contra seus inimigos é o primeiro e fundamental compromisso do Governo Federal. Hoje, essa tarefa mudou dramaticamente. Inimigos no passado precisaram de grandes exércitos e grandes capacidades industriais para ameaçar a América. Agora, redes obscuras de indivíduos podem trazer grande caos e sofrimento com menos do que um único tanque. O terrorismo está organizado para penetrar em sociedades abertas e para utilizar o poder de tecnologias modernas contra nós.

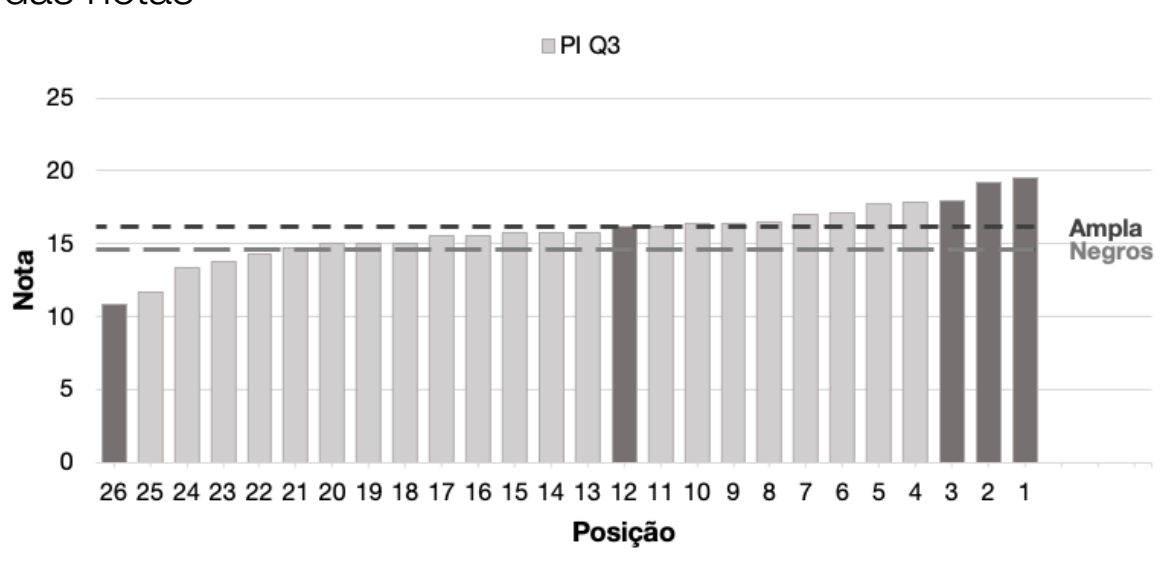
The national security strategy of the United States of America. Set./2002, Internet: (com adaptações).

Considerando que o fragmento de texto precedente tem caráter unicamente motivador, redija um texto dissertativo acerca:

- 1. do contexto histórico estadunidense em que foi anunciada a doutrina Bush;**
- 2. da política externa estadunidense no período imediatamente posterior ao anúncio da doutrina Bush;**
- 3. das consequências, no âmbito multilateral universal, da política externa estadunidense desse período.**

*Extensão máxima: 60 linhas
[valor: 20,00 pontos]*

Distribuição das notas



Padrão de resposta da questão 3

1. Atentados de 11 de setembro de 2001 e a perda da percepção de invulnerabilidade do território estadunidense.

2. A Guerra do Iraque de 2003 é a manifestação, por excelência, da doutrina Bush, ou seja, da inserção do componente preventivo em sua estratégia de segurança internacional — na política externa estadunidense. O terrorismo transnacional fundamentalista islâmico favoreceu, no plano doméstico, a ascensão de linhas políticas conservadoras, basicamente consensuais com relação à prerrogativa dos EUA de lançar ataques preventivos contra Estados considerados suspeitos (rogue states/“Estados bandidos”: Iraque, Irã e Coreia do Norte), de planejar ataques ou de transmitir a grupos terroristas armas de destruição em massa que ameçassem o território dos EUA e(ou) seus interesses.

3. O distanciamento de Washington das organizações internacionais/multilateralismo. O unilateralismo dos EUA, por sua vez, minou a sua legitimidade e resultou em políticas defensivas de seus “inimigos” e na busca de vários de seus aliados para formar coalizões, entre outras iniciativas.

Francisco Luiz Pinto da Rocha Santos

nota: 19,5/20

O atentado às torres gêmeas do World Trade Center no dia 11 de setembro de 2001 inaugurava não só um novo modus operandi do terrorismo internacional, mas também uma era de novas abordagens na luta antiterrorismo. O terrorismo, outrora geográfica e hierarquicamente coesos, como no caso do IRA ou do ETA, passa a se organizar por meio de redes transnacionais de comando difuso. Nesse contexto, as guerras tradicionais, territorializadas, perdem a eficácia, na medida em que as redes terroristas podem penetrar virtualmente em qualquer lugar.

A Doutrina Bush foi anunciada após os atentados do 11 de setembro. Com ela, a pauta securitária é colocada no centro da agenda norte-americana, e tem início a chamada Guerra ao Terror. Em alguns aspectos, pode-se arguir que o 11 de setembro foi o último suspiro do otimismo liberal da década de 1990. Se a Guerra do Golfo demonstrou a hegemonia norte-americana, os atentados de Bin-Laden demonstraram a vulnerabilidade, sobretudo com o prolongamento das intervenções no Iraque e no Afeganistão, em oposição à rápida ação na Guerra do Golfo.

A política externa americana teve atuação ativa na sequência dos atentados. O Brasil, em manifestação de solidariedade, invocou o TIAR; Rússia e China demonstraram solidariedade e apoio às ações antiterrorismo que os EUA planejavam empreender. Na ONU, é criado o Comitê Antiterrorismo (CAT) para coordenar a prevenção e a repressão às atividades terroristas. O paradigma de contra-proliferação nuclear, ademais, ganha força sobre a não proliferação. Internamente, foi aprovado o Patriotic Act, relativizando algumas liberdades individuais em nome da segurança nacional.

Sob a égide da ONU e com a invocação do art. 5º da OTAN, é feita a intervenção no Afeganistão para dismantelar o Taliban e encontrar Bin-Laden. Os EUA buscam reforçar os vínculos com seus aliados no Oriente Médio – Arábia Saudita e Israel – e aproximar-se do Paquistão, depois de certo afastamento.

No entanto, em 2003, ainda sob o paradigma de prioridade da segurança nacional, os EUA invadem o Iraque alegando uma legítima defesa preemptiva, alegando que o Iraque detinha tecnologia nuclear. A invasão se dá ao arpejo do CSNU, com a interpretação contra legem de uma de suas resoluções, o que engendra enormes críticas, sobretudo de França, Alemanha e Rússia. O Brasil também se mostrou crítico quanto à intervenção, tanto mais porque não foram encontradas armas nucleares no país.

As consequências dos atentados terroristas e da atuação americana que se lhes seguiu foram amplas e diversas. Em um primeiro momento, vale lembrar, com a solidariedade geral e a busca norte-americana por angariar apoio levaram a certo multilateralismo, conforme aponta a entrada da China na OMC. Contudo, acabou prevalecendo o unilateralismo norte-americano, sobretudo depois da Guerra ao Iraque. Malgrado o apoio inicial, a postura unilateral dos EUA acabou tendo reflexos negativos junto à comunidade internacional, uma vez que minam o multilateralismo. O sucessor de Bush, Barack Obama, fará esforços para redirecionar o país aos esforços multilaterais.

Evidentemente, a Doutrina Bush teve consequências ruins para bandeiras como o desarmamento. Depois da Conferência de 2000 do TNP, na qual a Coalização da Nova Agenda propôs os 13 passos práticos para o desarmamento, a VII Conferência, em 2005, não teve nenhum efeito prático. Efetivamente, Saddam Hussein caiu e Bin-Laden foi morto, mas tanto Afeganistão quanto Iraque entraram em períodos de profundas convulsões sociais – reforçando a convicção brasileira de que as intervenções militares por si não são uma solução eficaz para a paz internacional.

A intervenção americana mostrou as limitações do multilateralismo frente à ação unilateral e ao poder de fato. Incidentes posteriores, como o escândalo da espionagem em 2014, ainda reverberam as consequências da postura adotada depois do 09/11. Ademais, a espionagem e o punitivismo parecem não ter sido eficazes no combate ao novo terrorismo, uma vez que se multiplicaram as ações de grupos não territorializados em países ocidentais.

O atentado ao World Trade Center, coração financeiro do Ocidente, foi talvez um dos eventos mais emblemáticos e de desdobramentos mais longínquos desde o fim da Guerra Fria. Os EUA, que capitaneavam a luta contra o terrorismo, erraram ao dispensar o multilateralismo, como denota a persistência do terrorismo como ameaça global e o surgimento de novos grupos.

AVALIAÇÃO

1. Apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado): 0,5/1
2. Desenvolvimento do tema
 - 2.1. Contexto histórico estadunidense em que foi anunciada a doutrina Bush
 - 2.1.1. Atentados de 11 de setembro de 2001: 3/3
 - 2.1.2. Perda da percepção de invulnerabilidade do território dos EUA: 2,25/3
 - 2.2. Política externa estadunidense no período imediatamente posterior ao anúncio da doutrina Bush
 - 2.2.1. Ataque dos EUA ao Iraque em 2003: 3/3
 - 2.2.2. Inserção do componente preventivo na política externa estadunidense: 3/3
 - 2.3. Consequências, no âmbito multilateral universal, da política externa estadunidense desse período
 - 2.3.1. Unilateralismo dos EUA: 3,5/3,5
 - 2.3.2. Distanciamento de Washington das organizações internacionais/multilateralismo: 3,5/3,5

Resultado

Nota: 19,50

Oswaldo Quirino de Souza Filho

nota: 19,25/20

Os diferentes contextos estruturais do sistema internacional, bem como as conjunturas domésticas cambiantes, demandam permanentemente reavaliar o interesse nacional e, portanto, as estratégias de política externa. A Doutrina Bush obedeceu a essa dinâmica, quando foi formulada entre 2001-2002. Novos desafios internacionais, os quais geraram oportunidade de ação concertada a partir de definições domésticas de interesse (o que Maria Regina Soares de Lima qualifica como “enfoque interativo” da política externa), levaram ao redesenho da grande estratégia norte-americana, com componentes expressivos nos âmbitos político, militar e econômico.

A renovação doutrinária implementada por George W. Bush na política externa dos EUA teve fortes componentes domésticos. Em primeiro lugar, Bush foi eleito em eleições altamente contestadas. De fato o republicano perdeu para o candidato democrata Al-Gore na votação popular, sendo vencedor, em margem apertada, nos colégios eleitorais. Foi necessária consulta à Suprema Corte do país para consagrar sua vitória. Assim, o novo presidente iniciou seu mandato enfraquecido, sem apoio popular relevante e pouco apoio congressual. Em segundo lugar, o grande aparato militar norte-americano estava sendo subutilizado, na ausência de participação em grandes teatros de operação. Uma nova estratégia de atuação para essa supercapacidade militar era, pois, necessária. Terceiro: no âmbito global, nenhum Estado individualmente ou grupo de Estados oferecia resistência aos EUA, de modo que havia poucos indutores vindos do exterior capazes de gerar solidariedade doméstica em torno de um projeto nacional, no modelo do que ocorreu durante a Guerra Fria. A China negociava sua entrada na OMC e mostrava-se favorável à cooperação; a Coreia do Norte ainda estava no Tratado de Não Proliferação, assim como o Irã estava, além de este país manter atuação de baixo perfil e sem retóricas agressivas. Tratava-se, com efeito, da continuação do “momento unipolar”, experimentado pelos EUA desde a derrocada soviética, na expressão de Charles Krauthammer.

Nesse contexto, o grande determinante para a criação da Doutrina Bush foi o atentado terrorista de 11/set./2001, contra o World Trade Center e o Pentágono, perpetrado pela rede terrorista Al-Qaeda. Pela primeira vez, o terrorismo atingia o coração do capitalismo mundial e o país mais responsável pela construção da ordem global. As causas do atentado foram múltiplas. Segundo o especialista na matéria Robert Pape, em “The Strategic Logic of Suicide Terrorism”, o motivo principal para a atuação desse tipo de terrorismo é a luta pela emancipação do território que os terroristas consideram seu “lar nacional” do domínio de potências estrangeiras, em geral democracias. É curioso que o líder da Al-Qaeda, Bin Laden, tenha sido financiado pelos governos Carter e Reagan para lutar contra a invasão dos soviéticos ao Afeganistão, de

1979 em diante. Além disso, os EUA tinham forte presença no Oriente Médio após a 1ª Guerra do Golfo, em 1991. Vale registrar que o país já havia sido alvo de terrorismo quando estava no Líbano, em 1983.

Imediatamente após o anúncio da Doutrina Bush, foram tomadas ações no sentido de implementar a “guerra ao terror”, na medida em que os terroristas tornaram-se a ameaça No 1 à segurança nacional do país, segundo decisão do establishment. Essa guerra serviu como a grande narrativa unificadora das ações nacionais. Domesticamente, serviu para dar cobertura legal ao aumento da vigilância sobre a vida privada dos cidadãos e para flexibilizar medidas de busca e apreensão, que teriam base em critérios mais subjetivos. Externamente, a primeira ação de monta foi a invasão do Afeganistão, em 2002, com a chancela da ONU. O país, argumentava-se, dava abrigo a células terroristas da Al-Qaeda. Atualmente ainda em curso, é o mais longo conflito em que os EUA já se envolveram. Em 2003, depois de amplos debates nacionais e aumento da retórica agressiva de Bush, foi definido o chamado “Eixo do Mal”, composto por inimigos norte-americanos, notadamente o Iraque de Saddam Hussein. Sob a acusação de que o país mantinha armas de destruição em massa e que massacrava sua população, Bush levou adiante, junto à Grã-Bretanha do trabalhista Tony Blair, a guerra contra o Iraque. Sabe-se, hoje, que os interesses relativos ao petróleo iraquiano pesaram nessa decisão, bem como os interesses do complexo industrial-militar (sobre o qual Eisenhower alertou). Não foram encontradas as WMD. Não obstante, empresas norte-americanas lucraram enormemente, desde as empreiteiras (e.g. Halliburton, que era ligada ao vice Dick Cheney) até as paramilitares, como a Black Water.

No âmbito multilateral universal, ocorreu o domínio da agenda internacional pela pauta da guerra ao terror. A ONU adotou resoluções acerca do terrorismo, embora não tenha logrado chegar a definição consensual do conceito; a Organização foi fragilizada pelas ações unilaterais de Bush, sobretudo com relação ao Iraque. Missão enviada ao país pela ONU levou, ainda, à morte do Alto Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos, o brasileiro Sérgio Vieira de Mello. Até a Crise Financeira de 2008, nesse sentido, pouco se avançou em outras matérias onusianas ou relativas a outros regimes internacionais. Também foi notória a perda de legitimidade do Conselho de Segurança, principal responsável pela manutenção da paz e da segurança internacionais (art. 24 da Carta). Nesse contexto, houve retrocesso na governança global, sem ganhadores evidentes.

AVALIAÇÃO

1. Apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado): 1/1
2. Desenvolvimento do tema
 - 2.1. Contexto histórico estadunidense em que foi anunciada a doutrina Bush
 - 2.1.1. Atentados de 11 de setembro de 2001: 3/3
 - 2.1.2. Perda da percepção de invulnerabilidade do território dos EUA: 2,25/3
 - 2.2. Política externa estadunidense no período imediatamente posterior ao anúncio da doutrina Bush
 - 2.2.1. Ataque dos EUA ao Iraque em 2003: 3/3
 - 2.2.2. Inserção do componente preventivo na política externa estadunidense: 3/3
 - 2.3. Consequências, no âmbito multilateral universal, da política externa estadunidense desse período
 - 2.3.1. Unilateralismo dos EUA: 3,5/3,5
 - 2.3.2. Distanciamento de Washington das organizações internacionais/multilateralismo: 3,5/3,5

Resultado

Nota: 19,25

Gabriela Ruggeri*nota: 18/20*

No contexto imediatamente posterior aos atentados às torres gêmeas, em onze de setembro de 2001, os Estados Unidos alteraram os rumos de sua política externa. A “Doutrina Bush”, como ficou conhecida, motivava a atuação unilateral dos EUA contra o “Eixo do Mal”, inclusive em evidente violação ao direito das gentes. Mais de uma década após o anúncio dessa doutrina, os Estados Unidos ensaiam retomar posturas unilaterais, o que destaca a necessidade de melhor compreender os impactos da atuação unilateral norte-americana no sistema internacional.

A doutrina Bush foi anunciada pouco tempo após os atentados terroristas. Ela significou nova ênfase nas ameaças criadas por atores não estatais, em especial no terrorismo da Al-Qaeda e demais organizações associadas a ela. O intervencionismo foi influenciado pelo pensamento dos neo-conservativos, que defendiam o uso da força para a promoção dos valores e ideais americanos. Outra inspiração veio da teoria da paz democrática, segundo a qual democracias não entrariam em conflito com outras democracias. Segundo essa lógica, a mudança de regime em “rogue states” aumentaria a segurança interna dos Estados Unidos, e poderia ser promovida pela força. A intervenção no Iraque, em que pese a acusação de desenvolvimento de programa nuclear secreto, seguiu essa perspectiva. A guerra, no entanto, mostrou-se mais longa que o esperado, não garantiu o funcionamento de uma democracia plena no país, e contribuiu para a desestabilização do Oriente Médio e posterior emergência de outros grupos jihadistas, a exemplo do Daesh.

As consequências da nova doutrina foram a invasão do Afeganistão, antes mesmo da aprovação do CSNU, que ocorre a posteriori, e a intervenção no Iraque. Nesse último caso, a diplomacia americana passou a defender a legalidade do uso preemptório (sic) (“preemptive”) da força sem que houvesse perigo de ataque iminente em curso ou ataque de fato. A intervenção não tinha bases na Carta da ONU e não foi aprovada pela organização, constituindo um ato unilateral de força dos EUA em violação ao direito internacional. Apesar disso, o ataque americano ao Iraque por algumas potências, como o Reino Unido, liderado à época por Tony Blair.

A política estadunidense no período enfraqueceu os foros multilaterais, especialmente as Nações Unidas, uma vez que as organizações internacionais mostraram-se (sic) incapazes de impedir e de punir atos unilaterais da potência hegemônica. A crise de legitimidade motivou, inclusive, propostas de reforma na ONU em 2005. Por outro lado, o terrorismo entrou definitivamente na agenda de discussões multilaterais, embora isso provavelmente ocorresse mesmo sem a D. Bush. O posicionamento dos EUA foi

amplamente criticado pela comunidade internacional, e o Brasil destacou-se nas críticas, em consoância (sic) à tradicional defesa do multilateralismo e do direito internacional pela democracia brasileira.

O uso unilateral da força deslegitimou organizações internacionais responsáveis por manter a paz desde 1945. Além disso, poderia ter motivado outros países a adotar esse mesmo tipo de medida, de modo a criar novas ameaças à ordem internacional. Faz-se, assim, necessário evitar que grandes potências atuem à revelia do direito internacional, a fim de garantir o bom funcionamento da ordem liberal e de suas instituições. (3 linhas em branco, 503 palavras. Média de palavras por linha: 8,82)

AVALIAÇÃO

1. Apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado): 0,5/1
2. Desenvolvimento do tema
 - 2.1. Contexto histórico estadunidense em que foi anunciada a doutrina Bush
 - 2.1.1. Atentados de 11 de setembro de 2001: 3/3
 - 2.1.2. Perda da percepção de invulnerabilidade do território dos EUA: 1,5/3
 - 2.2. Política externa estadunidense no período imediatamente posterior ao anúncio da doutrina Bush
 - 2.2.1. Ataque dos EUA ao Iraque em 2003: 3/3
 - 2.2.2. Inserção do componente preventivo na política externa estadunidense: 3/3
 - 2.3. Consequências, no âmbito multilateral universal, da política externa estadunidense desse período
 - 2.3.1. Unilateralismo dos EUA: 3,5/3,5
 - 2.3.2. Distanciamento de Washington das organizações internacionais/multilateralismo: 3,5/3,5

Resultado

Nota: 18,00

Nota média: Anônimo

nota: **16,13/20**

A doutrina Bush pautou-se pela prioridade conferida ao combate ao terrorismo, na esteira dos atentados de 11 de setembro. Embora, para alguns analistas, a doutrina representava a reafirmação da supremacia militar americana, as iniciativas adotadas geraram prejuízos simbólicos à ação externa dos Estados Unidos, de modo a acentuar os custos de medidas unilaterais.

A doutrina Bush foi proposta no contexto dos ataques terroristas de 11 de setembro e previa o incremento das capacidades necessárias ao combate a situações de guerra assimétrica, bem como a disposição em conduzir intervenções militares para combater focos de redes terroristas, objetivos que justificavam a alcunha de “Guerra ao Terror” atribuída à abordagem de Bush. Como consequência, os Estados Unidos conduziram intervenções no Afeganistão e no Iraque. No Afeganistão, a intervenção foi justificada com base no argumento de legítima defesa, devido à presença de células da Al-Qaeda, supostamente responsáveis pelo ataque em território americano. No Iraque, a intervenção foi justificada em razão de acusações de posse de armas de destruição em massa pelo governo de Saddam Hussein, o que legitimaria, segundo o governo norte-americano, um direito de legítima defesa preventiva, argumento prontamente rechaçado pela maior parte da comunidade internacional e pela doutrina do Direito Internacional. Ambas as intervenções fundamentaram-se em interpretações distorcidas de resoluções do Conselho de Segurança da ONU, como a Resolução 1441, que versava sobre as obrigações de desarmamento do Iraque na esteira da Guerra Irã-Iraque. Não gozaram, portanto, da chancela do Conselho.

A doutrina Bush havia sido anunciada logo após os ataques de 2001, que simbolizaram, para muitos analistas, o fim do momento unipolar experimentado pela potência americana durante a década de 1990. Nesse sentido, a doutrina pode ser interpretada como uma tentativa de recuperar uma posição de supremacia militar, a qual se mostra relativizada pela ausência de legitimidade das ações subsequentes frente à comunidade internacional. Soma-se isso o agravamento da instabilidade do Oriente Médio, decorrente das intervenções. A queda do governo de Saddam Hussein, provocada pelos EUA, resultou na desmobilização da parcela majoritariamente sunita do Exército nacional, o que propiciou a formação do autodenominado Estado Islâmico. No Afeganistão, a fragilidade das instituições locais tem impedido o enfrentamento definitivo do Talibã, como ilustra o fato de que os afegãos ainda representam um dos 10 maiores contingentes de refugiados. Esses desdobramentos evidenciam, em última instância, que a estratégia de intervenções se mostra inadequada para o combate ao terrorismo, devido à atuação reticular das organizações terroristas, a qual permite sua rápida recomposição;

Para teóricos críticos, a doutrina Bush, ao caracterizar determinados Estados como “rogue states”, tem gerado a banalização e a instrumentalização de conceitos como o de Estado falido. Esses conceitos têm sido empregados arbitrariamente para designar Estados que carecem de capacidades institucionais para salvaguardar o monopólio do uso da força, o que os tornaria uma ameaça à ordem internacional e legitimaria intervenções. Em última análise, corre-se o risco de dessacralização da soberania e de criminalização do subdesenvolvimento. Embora tais temores soem exagerados, tem crescido o número de intervenções solicitadas por Estados de menor desenvolvimento relativo, como a ilustra a atuação da França no Mali.

No âmbito multilateral, a doutrina Bush prejudicou a credibilidade do sistema de segurança coletiva, uma vez que introduziu precedentes flagrantes de violação do Direito Internacional e da autoridade do Conselho de Segurança. Além disso, a retirada da assinatura dos Estados Unidos do Estatuto de Roma, a fim de evitar a responsabilização de seus agentes e autoridades, debilita o sistema internacional de proteção dos Direitos Humanos. Concomitantemente, essas consequências acentuaram o pleito de reforma do Conselho de Segurança, a fim de que este goze de maior representatividade e, por conseguinte, de maior eficácia no enfrentamento dos problemas de paz e segurança. Ademais, o significativo desgaste norte-americano tem ensejado críticas internas que têm refreado novas iniciativas intervencionistas, apesar da manutenção do envolvimento no Afeganistão e do apoio ao Iraque.

A doutrina Bush representou, em última instância, um recrudescimento do unilateralismo, o qual se revelou falho no combate às ameaças terroristas e agravou o isolamento americano em matérias de paz e segurança e de Direitos Humanos. Os riscos de banalização do uso político do conceito de Estado falido e a perda de credibilidade das Nações Unidas evidenciam, por sua vez, os malefícios dessa Doutrina para o multilateralismo.

AVALIAÇÃO

1. Apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado): 0,5/1

2. Desenvolvimento do tema

2.1. Contexto histórico estadunidense em que foi anunciada a doutrina Bush

2.1.1. Atentados de 11 de setembro de 2001: 1,5/3

2.1.2. Perda da percepção de invulnerabilidade do território dos EUA: 1,5/3

2.2. Política externa estadunidense no período imediatamente posterior ao anúncio da doutrina Bush

2.2.1. Ataque dos EUA ao Iraque em 2003: 2,25/3

2.2.2. Inserção do componente preventivo na política externa estadunidense: 3/3

2.3. Consequências, no âmbito multilateral universal, da política externa estadunidense desse período

2.3.1. Unilateralismo dos EUA: 2,63/3,5

2.3.2. Distanciamento de Washington das organizações internacionais/multilateralismo: 1,75/3,5

Resultado

Nota: 10,88

Pior nota: Anônimo

nota: **10,88/20**

A doutrina de política externa e segurança de George W. Bush foi elaborada no início do século XX e alteraria profundamente as relações internacionais dos Estados Unidos e também o multilateralismo por pelo menos uma década. Dentre os principais executores dessa doutrina estão Colin Powell, na Secretaria de Estado, e John Bolton, no âmbito da delegação norte-americana na ONU.

Pode-se elencar três características principais do contexto histórico em que surge a Doutrina Bush. Ocorria, à época, a intensificação da contestação por parte da sociedade civil à globalização econômica, fenômeno do qual os protestos contra a reunião da OMC em Seattle foi o grande exemplo. Em resposta a esse descontentamento, a comunidade internacional lançaria a Rodada DOHA do Desenvolvimento na OMC, que se arrastaria por toda a década, e além, por, entre outros motivos, o sequestro da agenda internacional pelos temas de segurança. Outra característica do período foi o aumento da desconfiança de certos segmentos da sociedade internacional, principalmente os EUA, em relação ao desenvolvimento de armas de destruição em massa por certos países que, posteriormente, seriam incluídos por George W. Bush no chamado Eixo do Mal. Exemplos principais de países sobre os quais pesavam as maiores desconfianças são o Iraque e a Coreia do Norte. Por fim, a grande característica desse contexto histórico foi a ascensão de atores não estatais, descentralizados, capazes de atuar com significativo impacto nas relações internacionais. Trata-se dos grupos terroristas, como a Al-Qaeda, que atuam em diferentes regiões do mundo, como Rússia, Europa e Estados Unidos, e cujos ataques nefastos deram origem a uma resposta enérgica por parte de alguns Estados afetados, sendo a Doutrina Bush um exemplo desse tipo de resposta.

Após o anúncio da Doutrina Bush, a política externa norte-americana se orientou primordialmente pelos temas de segurança internacional. Demais assuntos que se encontravam na pauta do dia da comunidade internacional foram negligenciados, quando não frontal e abertamente atacados, pela diplomacia norte-americana. Nesse sentido, destacavam-se os temas do multilateralismo ambiental, no qual os EUA se retiraram do Protocolo de Quioto, do comércio internacional, cuja Rodada do Desenvolvimento foi tratada com negligência pelos EUA, e do multilateralismo onusiano, no âmbito do qual o obstrucionismo praticado pelo representante norte-americano, John Bolton, impediu o avanço e o desenvolvimento de temas caros para grande parte da comunidade internacional. Ademais, após a Doutrina Bush, os EUA se engajaram em uma série de conflitos internacionais que trariam resultados adversos tanto para os EUA como para a comunidade internacional como um todo. A guerra do Afeganistão, promovida para derrubar o regime talibã, que dava proteção ao líder da Al-Qaeda, resultou em imenso custo humano e financeiro para os Estados Unidos e se arrasta, de certa forma, até os dias de hoje. A guerra contra o Iraque de Sadam Hussein, promovida com

base em suspeitas de produção de armamentos de destruição em massa, resultou em, além dos custos humanos e financeiros, instabilidade regional e piora da imagem norte-americana. O surgimento do ISIS está diretamente associado à instabilidade provocada pela guerra e a violação do direito internacional seja pela promoção da guerra sem aval do CSONU, seja pela utilização da tortura como prática de guerra, afetou a imagem dos EUA no mundo.

Discute-se se a doutrina Bush teria enfraquecido o multilateralismo ou o fortalecido por meio da reação que provocou. Sem dúvidas, a retirada dos EUA do protocolo de Quioto, as constantes violações ao direito internacional e ao direito da guerra, e o obstructionismo de John Bolton na ONU significaram ataques consideráveis ao multilateralismo. Entretanto, deve-se considerar também os efeitos benéficos dessas ações. A vigorosa reação que a Doutrina Bush gerou em parcela da comunidade internacional demonstrou que grande parte dela confere importância aos valores subjacentes ao multilateralismo. Diante dos ataques dos EUA ao sistema multilateral, muitos países dobraram a aposta no sistema, de que são exemplos o engajamento renovado da Europa e do Brasil no multilateralismo ambiental, dando origem ao Tratado de Paris. Os ultrajes cometidos nas guerras alertaram os países da importância da defesa do sistema internacional de Direitos Humanos, e o crime de agressão seria finalmente aprovado no âmbito do TPI. A ineficiência da ONU para lidar com Bush criou um consenso em grande parte dos países de que a organização necessita ser reformada a fim de lhe garantir maior legitimidade e eficácia.

Mesmo no âmbito interno norte-americano, a oposição à belicosidade e aos métodos de tortura incluídos na prática de Bush deram origem à eleição de Obama, que à época dos eventos foi um dos poucos senadores que se opuseram à Guerra do Iraque. Quando assumiu a presidência, Obama renovaria as credenciais internacionais do país ao defender o multilateralismo.

AVALIAÇÃO

1. Apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos)

e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado): 0,5/1

2. Desenvolvimento do tema

2.1. Contexto histórico estadunidense em que foi anunciada a doutrina Bush

2.1.1. Atentados de 11 de setembro de 2001: 1,5/3

2.1.2. Perda da percepção de invulnerabilidade do território dos EUA: 1,5/3

2.2. Política externa estadunidense no período imediatamente posterior ao anúncio da doutrina Bush

2.2.1. Ataque dos EUA ao Iraque em 2003: 2,25/3

2.2.2. Inserção do componente preventivo na política externa estadunidense: 0,75/3

2.3. Consequências, no âmbito multilateral universal, da política externa estadunidense desse período

2.3.1. Unilateralismo dos EUA: 2,63/3,5

2.3.2. Distanciamento de Washington das organizações internacionais/multilateralismo: 1,75/3,5

Resultado

Nota: 10,88

POLÍTICA INTERNACIONAL

banca:

Alcides Costa Vaz

Ary Norton de Murat Quintella

Norma Breda dos Santos

_questão 4

O desenvolvimento sustentável exige uma considerável ação coletiva. Uma agenda como a que estamos acordando exige “descolonizar” os acordos multilaterais de desenvolvimento, já que a governança global deve ser universal e inclusiva e refletir os interesses, as necessidades e os objetivos da comunidade internacional em seu conjunto. Isto é um desafio ainda maior se consideradas questões relativas a mudanças climáticas e à assimetria da arquitetura financeira internacional.

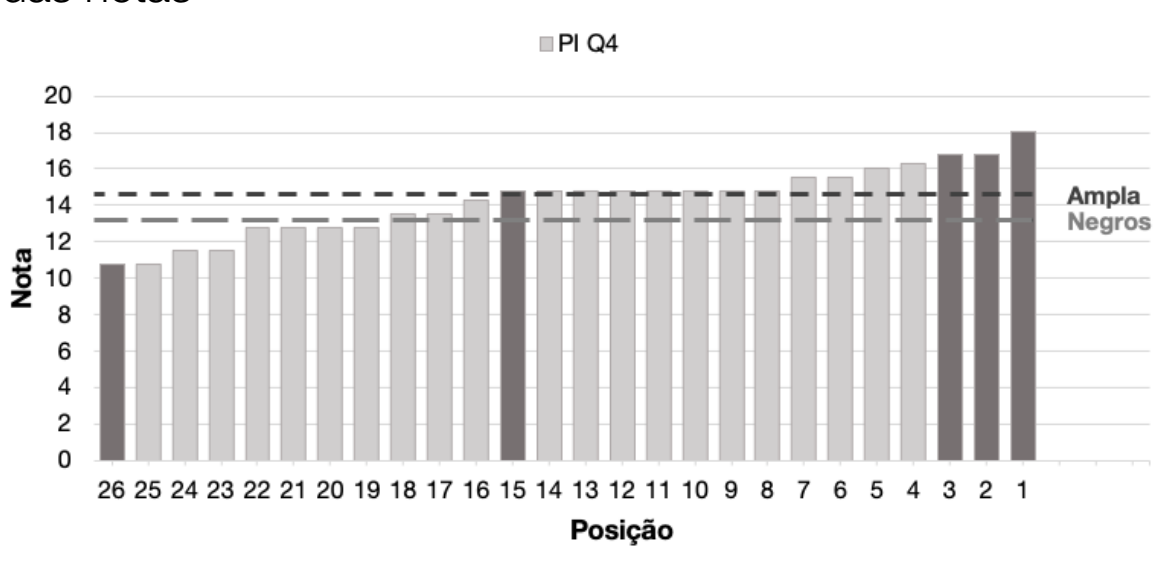
*Alicia Bárcena. **Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável: o elo entre o curto e o longo prazo.** Santiago, CEPAL, 2016 (com adaptações).*

Considerando que o texto precedente tem caráter unicamente motivador, redija um texto dissertativo a respeito da promoção do desenvolvimento como tema da agenda global. Em seu texto, aborde necessariamente os seguintes aspectos:

- 1. os marcos históricos que levaram à inserção do desenvolvimento como tema da agenda da Organização das Nações Unidas (ONU);**
- 2. as principais conferências e iniciativas no âmbito da ONU que passaram a incluir a promoção do desenvolvimento como prioridade, e as iniciativas e a agenda da ONU a partir dos anos 2000;**
- 3. o posicionamento histórico da diplomacia brasileira na ONU com relação à promoção do desenvolvimento.**

*Extensão máxima: 60 linhas
[valor: 20,00 pontos]*

Distribuição das notas



Padrão de resposta da questão 4

No tocante ao **item 1**, espera-se que o(a) candidato(a) cite: **(i)** as iniciativas pioneiras engendradas no marco da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento e os vínculos do tema com o processo de descolonização e com a ascensão do terceiro-mundismo; **(ii)** os esforços em prol da industrialização e a importância do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) no apoio a esforços nacionais voltados para o desenvolvimento econômico e social; **(iii)** a crescente importância da sustentabilidade como vetor de uma nova concepção de desenvolvimento a partir da segunda metade dos anos oitenta e sua consagração a partir da Segunda Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente (1992), situando o desenvolvimento sustentável como desafio no contexto de um mundo crescentemente globalizado. É pertinente que o candidato cite, ainda, **(iv)** a importância das Cúpulas realizadas na década de noventa para a promoção da causa do desenvolvimento em distintas áreas temáticas e, em particular, a inédita Cúpula sobre Desenvolvimento Social realizada em Copenhague, em 1995.

Em relação ao **item 2**, espera-se que o(a) candidato(a) se refira à Agenda de Desenvolvimento do Milênio e aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) como proposta pioneira de ação coletiva de alcance global em prol de uma concepção de desenvolvimento integral, apontando sucintamente os avanços logrados. Deve, por fim, destacar a importância da Agenda 2030 e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) como aglutinadores de esforços atuais de resposta a desafios contemporâneos em distintas áreas da agenda global, situando-os em relação às iniciativas anteriores.

No **item 3**, espera-se que o(a) candidato(a) aponte: o determinado engajamento permanente do Brasil nos debates multilaterais e sua adesão às iniciativas emanadas das Nações Unidas para a promoção do desenvolvimento global desde os primórdios da Organização; a preocupação do país em exercer um papel proativo na formação das agendas e na determinação dos termos do debate internacional sobre o tema; a preocupação brasileira com a promoção de condições equânimes para o desenvolvimento econômico e social, com a promoção da sustentabilidade e, por fim, com a redução das assimetrias entre o mundo industrializado e os países em desenvolvimento para promover a estabilidade e a paz internacionais.

Luiz Filipe Maciel Gomes

nota: **18/20**

O conceito de desenvolvimento permeia a agenda internacional há mais de 50 anos. Com a descolonização dos países africanos e asiáticos, na segunda metade do século XX, a pauta do desenvolvimento começou a ganhar contornos mais expressivos. As nações em vias de desenvolvimento, inclusive o Brasil, passaram, progressivamente, a reclamar uma maior atenção por parte dos países desenvolvidos. Essa nova dinâmica levou ao estabelecimento de mecanismos multilaterais de promoção do desenvolvimento em suas mais variadas modalidades.

O Brasil é, historicamente, entusiasta da promoção do desenvolvimento. No âmbito da ONU. O país defende posições que privilegiem o desenvolvimento pelo menos desde a década de 1960. O famoso discurso do embaixador Araújo Castro na Assembleia Geral de 1963 é um marco para a temática no âmbito da diplomacia brasileira. Ao reforçar a ideia de que o desenvolvimento, juntamente com a descolonização e o desarmamento, deveria ser privilegiado em detrimento do foco na confrontação da Guerra Fria, o Brasil passou a focar em estratégias que viabilizassem essa mudança. Ainda na década de 1960, o Brasil apoia com vigor a criação da UNCTAD, em 1964, e participa ativamente das suas reuniões, sobretudo daquela de 1968. Em 1967, o Brasil coloca-se contrário ao TNP, pois, de acordo com a visão brasileira da época, o tratado representaria uma barreira tecnológica ao desenvolvimento de países não nuclearizados. O Brasil também defendeu na ONU a criação do PNUD e o estabelecimento de uma proposta de Nova Ordem Econômica Internacional, em 1974, que privilegiasse questões afetas a um modelo de desenvolvimento mais equilibrado.

O contexto da Guerra Fria, na visão dos países em desenvolvimento, trazia desdobramentos negativos para a ordem internacional, pois o foco nas relações leste-oeste desviava a atenção dos verdadeiros problemas do mundo, dentre os quais a questão do (sub)desenvolvimento. A agenda da ONU passou a ser pautada pela preocupação com o desenvolvimento à medida que os países conscientizaram-se de que o confrontacionismo era inócuo. A partir de então, passou-se a incentivar o estabelecimento de conferências (UNCTAD), programas (PNUD) e metas para o desenvolvimento. A partir dos anos 1990, com a distensão pós-Guerra Fria, a ONU passou a servir como fórum de discussões que tratavam o desenvolvimento como prioridade.

Apesar de compor a pauta da ONU e de servir de temática para a realização de conferências, como a Rio 92 e a Rio + 20, o desenvolvimento ganhou força com o lançamento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM). Essa agenda, voltada para a promoção do desenvolvimento em diversas áreas, para

os anos de 2000 a 2015, logrou atingir resultados muito positivos. A despeito disso, os ODM deixaram a impressão que muito mais poderia ser feito, sobretudo em vista do fato de que não foram estabelecidos à época mecanismos de financiamento, de monitoramento e de participação popular muito eficientes. Em vista dessa constatação, e com o intuito de potencializar os ganhos difusos, cumprindo um mandato estabelecido pela Rio + 20, os países membros da ONU lançaram a Agenda 2030, com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Os ODS são fruto da intensa participação da sociedade civil e estabelecem objetivos, metas, meios de implementação e fontes de financiamento, além de contarem com mecanismos de monitoramento (como o Fórum de Altas Autoridades, que substituiu a Comissão de Desenvolvimento Sustentável em 2013) e parâmetros de mensuração.

OS ODS tratam da temática do desenvolvimento sustentável, cujo conceito foi consagrado pelo Relatório Brundtland, em 1987, e que permeou a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento. O conceito de desenvolvimento sustentável abarca elementos econômicos, sociais e ambientais, que são entendidos como indissociáveis na promoção de um modelo de desenvolvimento equilibrado. Os ODS, com seus 17 objetivos e 169 metas, tratam o desenvolvimento como algo verdadeiramente multifacetado.

A diplomacia brasileira, como visto, tem um histórico grande de apoio à promoção do desenvolvimento. Desde a década de 1960, o Itamaraty atua para garantir que o desenvolvimento seja feito sem condicionalidades. O Brasil contribui historicamente por meios retóricos, mas também pela prática. Ações que privilegiam o desenvolvimento são concretizadas através da cooperação sul-sul com países em desenvolvimento, bem como por meio da cooperação trilateral e multilateral em benefício desses. A importância dispensada pelo Brasil ao tema é tamanha que, desde 1987, o país conta com uma agência exclusivamente voltada para a questão da promoção de cooperação técnica para o desenvolvimento. Também no plano jurídico a temática do desenvolvimento se impõe: a Constituição brasileira de 1988 prevê como princípio das relações internacionais do país a promoção do desenvolvimento para o progresso da humanidade. Essa previsão constitucional é resultado do esforço histórico que a diplomacia brasileira tem feito com relação à promoção do desenvolvimento nos mais variados âmbitos.

A promoção de um modelo de desenvolvimento equilibrado é vital para os interesses da ordem internacional, assim como para aqueles definidos para a política externa brasileira. Ao longo das últimas décadas, o Brasil tem se voltado a garantir que políticas de desenvolvimento abranjam todos e viabilizem um mundo mais justo, igual e democrático. (60 linhas)

AVALIAÇÃO

1. Apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado): 1/1
2. Desenvolvimento do tema
 - 2.1. Antecedentes no marco das Nações Unidas: 5/5
 - 2.2. As iniciativas e a agenda coletiva a partir dos anos 2000: 8/8
 - 2.3. Posicionamento histórico da diplomacia brasileira na ONU com relação à promoção do desenvolvimento: 4/6

Resultado

Nota: 18,00

Luiz Eduardo Andrade de Souza

nota: **16,75/20**

A promoção do desenvolvimento no âmbito da ONU remonta à articulação do Terceiro Mundo em prol de uma ordem econômica mais equitativa. Paulatinamente, à medida que os regimes de governança ambiental se consolidaram, o conceito de desenvolvimento assumiu caráter multidimensional, de modo a conciliar crescimento econômico, inclusão social e proteção ambiental, objetivos consagrados na Agenda 2030.

A inserção do desenvolvimento na agenda das Nações Unidas teve como marco histórico a realização da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento, em 1964. Essa conferência expressou a capacidade de concertação do Terceiro Mundo e demonstrou o imperativo de correção das distorções do comércio internacional, de forma a conferir aos países em desenvolvimento tratamento especial e diferenciado. Como consequência, foi possível articular a proposição da Nova Ordem Econômica Internacional, cujos fundamentos inspiraram a adoção da Cláusula de Habilitação em 1979 e a criação do Sistema Global de Preferências. O Brasil foi, historicamente, entusiasta dos ideais da NOEI, conforme ilustram suas demandas por tratamento preferencial no âmbito da Conferência de Havana, de 1947, e o projeto de Operação Pan-Americana, que solicitava medidas de sustentação dos preços de produtos primários. Dessa forma, o Brasil teve papel de liderança na UNCTAD, tendo co-presidido a UNCTAD II juntamente com a Índia, ocasião em que se destacou a participação de Araújo Castro.

Paralelamente, a constatação dos efeitos transnacionais dos danos ambientais estimulou a formação de uma ordem ambiental internacional, que vinculou o desenvolvimento à proteção do meio ambiente e que teve como marco histórico a Conferência de Estocolmo. Essa Conferência expôs o conflito entre conservacionistas e preservacionistas, que divergiam quanto à compatibilidade do crescimento dos países subdesenvolvidos com a preservação ambiental. Nesse contexto, o Brasil, assim como a China, adotou postura soberanista, pois considerava que os países de industrialização antiga tinham maior responsabilidade histórica e que as medidas preconizadas, como o controle de natalidade, representavam ingerência indevida nos assuntos internos. A clivagem entre conservacionistas e preservacionistas somente seria superada pela elaboração do conceito de desenvolvimento sustentável, exposto pelo Relatório Bruntland. O reconhecimento das três dimensões do desenvolvimento (ambiental, econômica e social) e do princípio das responsabilidades comuns, mas diferenciadas e respectivas capacidades propiciou a inflexão da posição brasileira, consagrada na realização da Rio-92.

A confluência entre as várias dimensões do desenvolvimento culminou na aprovação dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, que previam a superação da pobreza e da fome. Esses Objetivos serviram

de quadro de referência para diversas iniciativas multilaterais, como a Conferência de Monterrey, em 2020, a qual reconheceu a importância da cooperação e do auxílio financeiro dos países desenvolvidos para que as economias em desenvolvimento lograssem alcançar os objetivos propostos. No âmbito comercial, destaca-se a Rodada Doha, cujo mandato agrícola previa o enfrentamento de distorções históricas do comércio de produtos primários, como os subsídios de apoio à exportação. Paralelamente, as Conferências das Partes promovidas ao abrigo da UNFCCC têm reiterado o compromisso dos Estados desenvolvidos de prestar apoio para fortalecer a resiliência climática de Estados de menor desenvolvimento relativo.

O fim do período de implementação dos Objetivos do Milênio culminou na aprovação de um mandato negociador durante a Rio+20 para a elaboração de uma nova agenda de desenvolvimento. Esse esforço resultou na adoção da Agenda 2030, cujos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, abrangem não somente os Estados em desenvolvimento, mas também os países desenvolvidos. Além disso, a Agenda 2030 distingue-se pela previsão de meios de monitoramento, com os quais o Brasil tem contribuído por meio da participação do IBGE como órgão de assessoria técnica. Outro marco recente do desenvolvimento sustentável foi a aprovação do Acordo de Paris (2015), o qual ratificou o princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas e reafirmou o compromisso dos países desenvolvidos de alcançarem a meta de US\$ 100 bilhões em financiamentos para Estados emergentes até 2020, obrigação referendada na Conferência de Adis Abeba. Desse modo, os avanços conceituais logrados nas décadas de 1980 e de 1990 têm engendrado mecanismos robustos de monitoramento e de implementação.

A inclusão do tema do desenvolvimento na agenda da ONU reflete o progressivo aumento da representatividade dos países em desenvolvimento nos foros internacionais, o que tem estimulado esforços diversos de promoção uma ordem internacional mais justa. Nesse sentido, o Brasil foi um entusiasta histórico desse processo, mas adotou cautela diante de propostas que feriam a soberania nacional. Soube, contudo, ajustar seus princípios, de forma a reafirmar a concepção de diplomacia como vetor do desenvolvimento.

AVALIAÇÃO

1. Apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado): 1/1

2. Desenvolvimento do tema

2.1. Antecedentes no marco das Nações Unidas: 3,75/5

2.2. As iniciativas e a agenda coletiva a partir dos anos 2000: 8/8

2.3. Posicionamento histórico da diplomacia brasileira na ONU com relação à promoção do desenvolvimento: 4/6

Resultado

Nota: **16,75**

Victor Born Portella

nota: **16,75/20**

Ao menos desde o fim da Segunda Guerra, é possível afirmar que a diplomacia brasileira se forjou sobretudo como uma diplomacia do desenvolvimento. O percurso onusiano ao longo desse mesmo período foi de continua construção de concepção própria de desenvolvimento que, pode-se dizer, foi sendo elaborada atendendo também às mudanças no cenário global e no próprio equilíbrio interno da Assembleia Geral (AGNU). Na atualidade, o que se percebe é razoável confluência entre a visão brasileira de desenvolvimento e a concepção construída no seio da ONU.

Como marcos históricos da inclusão do tema na ONU, é razoável afirmar que a temática já estava presente desde a formação do sistema na Conferência de São Francisco. Sua primeira expressão seria a constituição do Conselho Econômico e Social (ECOSOC). Era período de predominância econômico-financeira dos EUA, ao passo que países como Brasil buscavam recursos para financiar seus projetos de industrialização. Com a descolonização e recuperação das economias centrais, o equilíbrio na AGNU muda e favorece nova concepção de desenvolvimento. Exemplo dessa transformação é o PNUD. As mudanças ocorreram também em subtemas da ONU, como o regional (CEPAL) ou temáticos, como a UNCTAD. Ademais, em 1972, em Estocolmo, os debates entre malthusianos e desenvolvimentistas dariam início ao complexo debate de conciliação entre meio ambiente e desenvolvimento que culminaria na hábil solução da CNUMAD: o princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas e conceito de desenvolvimento sustentável remetente aos avanços conceituais do Relatório Brundtland.

A partir já da década de 2000, a transversalidade do conceito de desenvolvimento sustentável foi se irradiando por todas as temáticas das Nações Unidas. A Conferência de Monterrey, em 2000, é marco da utilização do método de objetivos como estímulo aos avanços em termos de desenvolvimento dos países. Foram então estabelecidos os Objetivos do Desenvolvimento do Milênio que foram cumpridos de maneira satisfatória, o que revela os esforços dos países em desenvolvimento no período. O tema do desenvolvimento da ONU passa a se entrelaçar com outras áreas, como “paz e segurança”. As operações de paz são conduzidas não mais apenas com base em lógica de contenção ou mitigação da violência, mas também a partir da ideia de promoção do desenvolvimento. O conceito de segurança humana e a criação de órgãos, como a Comissão de Consolidação da Paz, são exemplos concretos desse transversalismo. Mais recentemente, como fruto da Conferência do Rio de Janeiro, a Rio+20, nova iniciativa de metas foi formulada: os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) que ampliam as ambições da sociedade internacional no sentido da promoção do desenvolvimento em sintonia com a necessidade de preservação do meio ambiente, expressa no Acordo de Paris.

A posição histórica da diplomacia brasileira no tema do desenvolvimento aponta justamente para a transversalidade desse tema que perpassa toda a agenda internacional. Além de participar ativo de todas as iniciativas históricas em prol do desenvolvimento (CEPAL, UNCTAD, por exemplo), o Brasil defende e toma parte em todas as iniciativas correntes de promoção do desenvolvimento sustentável. No âmbito de paz e segurança, o Brasil ressalta o caráter socioeconômico e estrutural dos conflitos. Na questão ambiental, o país defende metas robustas também para países em desenvolvimento, como fez ao assumir metas absolutas em suas NDC. No concernente ao regime dos ODS, assim como fez com os ODM, o Brasil assume também posição de protagonista, criando mesmo comissão interna para garantir os esforços necessários para o atingimento desses objetivos. Não sem motivo a diplomacia brasileira converge com a ONU no sentido de propagar visão transversal de desenvolvimento.

AVALIAÇÃO

1. Apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado): 1/1

2. Desenvolvimento do tema

2.1. Antecedentes no marco das Nações Unidas: 3,75/5

2.2. As iniciativas e a agenda coletiva a partir dos anos 2000: 8/8

2.3. Posicionamento histórico da diplomacia brasileira na ONU com relação à promoção do desenvolvimento: 4/6

Resultado

Nota: **16,75**

COMENTÁRIO

Note que abusei de siglas e de reduções, algumas vezes explicadas e outras vezes não. Trata-se de estratégia útil para inserir mais informações quando o espaço é exíguo. O candidato verá abaixo, na transcrição da resposta aos meus recursos, que, mesmo buscando inserir o máximo de informações, ocorreram omissões importantes para a avaliação.

RESPOSTA DA BANCA:

Quesito 2.1 - Recurso indeferido. Foi omitida a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Social realizada em 1995 e que representa importante marco, cuja consideração é indispensável frente ao tema. A banca mantém a pontuação atribuída por estar proporcional ao desempenho do candidato.

Quesito 2.3 - Recurso indeferido. O argumento do recurso enfatiza o engajamento brasileiro e não tanto as posições do País frente ao tema em diferentes contextos temporais e institucionais. Deixou de ressaltar o posicionamento crítico de parte do Brasil frente às assimetrias econômicas e sociais entre os países como fatores de instabilidade no plano internacional e que permeia sua atuação nas instâncias aludidas. Não há, assim razões a justificar a alteração dos pontos atribuídos.

Nota média: Andre Luiz Lettieri Alves

nota: **14,75/20**

A Organização das Nações Unidas foi constituída no ano de 1945 tendo a cooperação internacional para a promoção do desenvolvimento como um dos seus objetivos. O fortalecimento da temática do desenvolvimento, no entanto, ocorreu apenas a partir da década de 1960, com a expansão do número de países em desenvolvimento na organização, em razão do processo de descolonização afro-asiático. Como consequência, observou-se, por exemplo, a criação da UNCTAD, que buscava, por meio de suas conferências, associar comércio e desenvolvimento.

A questão do desenvolvimento foi, no entanto, vista com restrição pelos países desenvolvidos em razão dos efeitos ambientais que o progresso econômico traria. Na década de 1960, o pensamento neomalthusiano era hegemônico entre os países centrais. De acordo com William Vogt, os recursos do planeta não seriam suficientes para sustentar um crescimento econômico dos países pobres, de maneira que deveriam abdicar desse objetivo. No ano de 1972, aconteceu a Conferência de Estocolmo, a primeira grande conferência ambiental, sendo caracterizada pela polarização entre os Estados desenvolvidos, “zeristas”, e os Estados em desenvolvimento, “desenvolvimentistas”. A reunião terminou em impasse, sem que houvesse sido possível compatibilizar proteção ambiental com desenvolvimento humano.

A temática, no entanto, foi destravada com a publicação do chamado Relatório Brundtland, que logrou compatibilizar os dois objetivos por meio do conceito de “desenvolvimento sustentável”. Na Conferência do Rio de Janeiro, em 1992, foi consolidada a perspectiva de que o desenvolvimento humano e a proteção ambiental devem ser promovidas de maneira conjunta, por meio de declarações como a Agenda 21 e a Carta dos Povos. Dessa forma, foi possível liberar a questão do desenvolvimento na ONU, fortalecendo esforços multilaterais para alcançar esse antigo objetivo de países em desenvolvimento.

No ano 2000, foi realizada a Cúpula do Milênio, que instituiu os oito “Objetivos do Milênio”. Os Objetivos tinham por fundamento a promoção do desenvolvimento sustentável de acordo com temas específicos, como a promoção da igualdade de gênero e a promoção do saneamento básico. As medidas deveriam ser implementadas pelos Estados até o ano de 2015, quando seriam substituídas por outras. A ação obteve amplo sucesso, sendo considerada a medida mais bem-sucedida da história para a promoção do desenvolvimento.

No início da década de 2000, houve ainda o comprometimento do financiamento do desenvolvimento dos países mais pobres pelos países desenvolvidos, na Conferência de Monterrey. Esse compromisso foi crucial para o sucesso da implementação dos Objetivos do Milênio. No ano de 2012, contudo, já demonstrava-se

necessário elaborar os objetivos que seriam adotados pela ONU, a partir de 2015. Os chamados “Objetivos do Desenvolvimento Sustentável” começaram a ser preparados na Conferência Rio + 20 e foram adotados na Cúpula do Desenvolvimento Sustentável, em 2015. As 17 novas medidas, que devem ser buscadas até o ano de 2030, estão atualmente sob implementação dos Estados, com apoio da ONU.

O Brasil historicamente apoia a questão do desenvolvimento, tanto de maneira retórica quanto de maneira prática, por exemplo, por meio da Agência Brasileira de Cooperação e do Fundo IBAS. O país obteve grandes avanços internos relativos à qualidade de vida de sua população na última década, tendo logrado implementar com amplo sucesso os Objetivos do Milênio, alcançando conquistas como a retirada do país do “Mapa da Fome”, produzido pela FAO. Atualmente, mesmo atravessando uma grave crise econômica, o país mantém o empenho para a implementação dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

AVALIAÇÃO

1. Apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado): 1/1
2. Desenvolvimento do tema
 - 2.1. Antecedentes no marco das Nações Unidas: 3,75/5
 - 2.2. As iniciativas e a agenda coletiva a partir dos anos 2000: 6/8
 - 2.3. Posicionamento histórico da diplomacia brasileira na ONU com relação à promoção do desenvolvimento: 4/6

Resultado

Nota: 14,75

Pior nota: Anônimo

nota: **10,75/20**

A promoção do desenvolvimento é uma das principais agendas globais da atualizada. A ONU desempenha papel de destaque nessa matéria, e possui um histórico de contribuições normativas e institucionais para a promoção do desenvolvimento em escala global. A evolução dos objetivos e da própria definição do conceito de desenvolvimento reflete as mudanças ocorridas na ordem internacional e o surgimento de novos debates no âmbito multilateral. O Brasil é tradicional defensor e promotor do desenvolvimento mundial, e participa ativamente dessas discussões em foros multilaterais.

A preocupação com a promoção do desenvolvimento fez-se presente na Carta de São Francisco. A previsão de um Conselho Econômico e Social (o ECOSOC) comprova esse fato. Na década de 1960, a independência dos países afro-asiáticos fez que se expandisse o número de países membros da ONU, que então passava a ser composta majoritariamente por países em desenvolvimento. Não é de se espantar, portanto, que, na década de 1960, tenham surgido os primeiros mecanismos exclusivamente voltados para a promoção do desenvolvimento, no âmbito da ONU. A realização da I UNCTAD, em Genebra, apresentou as principais reivindicações dos países em desenvolvimento, ainda especialmente voltadas para as necessidades econômicas. Em resposta a essas demandas, criou-se o PNUD, em 1965. É pertinente enfatizar que, até esse momento, desenvolvimento era muito associado à ideia de crescimento econômico.

A década de 1970 mudou esse quadro. Novas descobertas científicas fizeram que a preocupação com o meio ambiente ganhasse relevância na ONU. A realização da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Humano, em 1972, em Estocolmo, demonstrou a importância da temática ambiental e as divergências que ainda existiam entre países do Norte e do Sul global. Aqueles defendiam a visão preservacionista, que defendia a limitação do crescimento econômico a fim de reduzir os impactos ambientais; estes defendiam a visão conservacionista, em defesa do crescimento econômico e do desenvolvimento de seus países. Apenas na década de 1980, com a criação do conceito de desenvolvimento sustentável essa aparente dicotomia entre crescimento e proteção seria superada. A ECO-72 resultou, contudo, na criação do PNUMA, em 1973.

A consagração do desenvolvimento sustentável, pelo relatório Brundtland de 1987, e o fim da Guerra Fria modificaram profundamente as discussões sobre desenvolvimento na ONU. Graças à ideia de desenvolvimento sustentável, os aspectos sociais, econômicos e ambientais passaram a ser considerados interdependentes e indissociáveis. Paralelamente, o fim da Guerra Fria permitiu o fortalecimento da ideia de

“segurança humana”, como parte integrante do esforço em prol do desenvolvimento mundial. A década de 1990 foi a década das conferências. Em 1992, ocorreu a CNUMAD, no RJ. Em 1993, houve a Conferência sobre Mulheres (Pequim) e sobre Direitos Humanos (Viena).

Em 2000, realizou-se a Cúpula do Milênio. Nela, estabeleceram-se os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), com metas para a redução da pobreza, de fome e da mortalidade a serem cumpridas até 2015. Em 2002 aprovou-se o consenso de Monterrey que definiu a meta de auxílio oficial para o desenvolvimento (AOD) em 0,7% do PIB dos países ricos. Em 2005, Kofi Annan apresentou seu relatório In Larger Freedom em que se estabeleceu a indissociabilidade entre paz, desenvolvimento e direitos humanos. No âmbito das operações de paz, passou-se a enfatizar a importância do peacebuilding para a promoção do desenvolvimento e da estabilidade no país receptor da missão. Já em 2012, foi realizada a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável e Economia Verde (Rio+20). Por óbvio, muitas outras iniciativas poderiam ainda ser citadas.

O Brasil é um histórico defensor da promoção do desenvolvimento. O país sediou as duas mais importantes conferências sobre sustentabilidade da história (CNUMAD e Rio+20). Com base no mandato estabelecido para a Rio+20, estabeleceram-se as ODS, por exemplo. O Brasil também foi essencial para a criação da UNITAID, em 2006, em iniciativa conjunta com a França. No âmbito dos arranjos de geometria variável, o Brasil é parte do Fundo IBAS de Alívio à fome e à Pobreza. Por meio de acordos de cooperação, o país tem contribuído para o desenvolvimento agrícola na África (PROSAVANA e fazenda-modelo de algodão, no Mali). Por meio da Fiocruz e da Farmanguinhos, contribuiu para distribuição de fármacos em Moçambique. Ainda na década de 1960, o Brasil liderou, ao lado da Índia, o G77 no contexto da II UNCATD. Enfim, muitas são as iniciativas das quais o Brasil é parte. O Brasil acredita firmemente que a promoção do desenvolvimento é a única ação viável para a consecução da paz mundial.

AVALIAÇÃO

1. **Apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado): 1/1**
2. **Desenvolvimento do tema**
 - 2.1. **Antecedentes no marco das Nações Unidas: 3,75/5**
 - 2.2. **As iniciativas e a agenda coletiva a partir dos anos 2000: 4/8**
 - 2.3. **Posicionamento histórico da diplomacia brasileira na ONU com relação à promoção do desenvolvimento: 2/6**

Resultado

Nota: **10,75**

banca:

Daniel Klug Nogueira

Hélio Silva Filho

Renato Coelho Baumann das Neves

_questão 1

The last decade was characterized by both the rising importance of global value chains (GVCs) in international trade and the parallel proliferation of preferential trade agreements. Making a connection between the two phenomena seems paradoxical at first, since the global nature of value chains should encourage multilateral rather than bilateral or plurilateral negotiations. However, the strong nexus of trade and investment and the complex structure inherent in GVCs presents the World Trade Organization with a serious institutional challenge and thus gives rise to a “demand for new forms of governance”. The rising importance of trade-related dimensions such as competition, investment and intellectual property rights, which are not sufficiently addressed at the multilateral level from a GVC perspective, reveals the lack of institutions, regulations and mechanisms to deal with such “behind-the-border” issues.

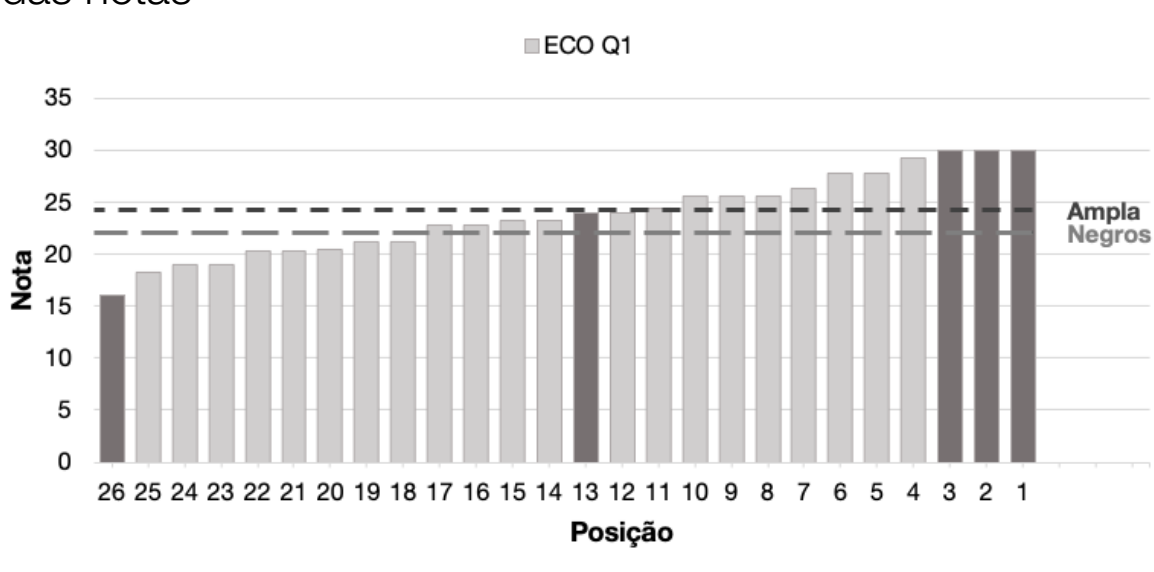
*Dominique Bruhn. **Global value chains and deep preferential trade agreements — Promoting trade at the cost of domestic policy autonomy?** German Development Institute, discussion paper 23/2014, Bonn, 2014.*

A partir do fragmento de texto apresentado, redija um texto dissertativo abordando:

- 1. os determinantes do processo decisório da firma entre verticalizar a produção em mais de um país ou subcontratar terceiros;**
- 2. as principais características das cadeias globais de valor e sua compatibilidade com as normas atuais da Organização Mundial do Comércio;**
- 3. as barreiras comerciais e regulatórias e seus efeitos.**

*Extensão máxima: 60 linhas
[valor: 30,00 pontos]*

Distribuição das notas



Padrão de resposta da questão 1

1. Determinantes do processo decisório da firma entre verticalizar a produção em mais de um país ou subcontratar terceiros

a) O processo decisório de uma firma entre verticalizar a produção em mais de um país ou subcontratar terceiros só pode ocorrer em setores com processos não contínuos de produção, isto é, que podem ser fatiados;

b) para verticalizar, é preciso que os custos com transporte e gestão das várias unidades sejam menores que os ganhos com acesso a insumos mais baratos;

c) a subcontratação dependerá da qualidade do serviço e da existência de barreiras à operação em outro país.

2. Principais características das cadeias globais de valor e sua compatibilidade com as normas atuais da Organização Mundial do Comércio

a) Entre as principais características das cadeias globais de valor (CGV) e sua compatibilidade com as normas atuais da Organização Mundial do Comércio (OMC), destaca-se o fato de as cadeias globais

de valor implicarem governança de unidades entre vários países, o que dificulta seu enquadramento nas normas vigentes da OMC;

b) trata-se de comércio em valor adicionado, para o que nem as estatísticas nem as normas vigentes são adequadas;

c) as negociações multilaterais na OMC não têm avançado, nem comportam elementos novos — como o tratamento de serviços embutidos nos processos produtivos — típicos dos novos processos produtivos.

3. Barreiras comerciais e regulatórias e seus efeitos As barreiras comerciais às importações encarecem a produção interna, distorcem os sinais de preços, penalizando os consumidores e estimulando artificialmente os produtores locais. As barreiras regulatórias têm, na maior parte dos casos, efeitos semelhantes, mas, além disso, tornam proibitivas determinadas transações, como no caso dos serviços requeridos para o processo produtivo de setores específicos.

Gabriela Ruggeri

nota: **30/30**

As tendências mais recentes do comércio internacional apontam para padrões de troca cada vez mais complexos, com a proliferação de acordos preferenciais de comércio e a formação de cadeias globais e regionais de valores. O arcabouço normativo da OMC mostra-se insuficiente para regular essas novas relações comerciais, o que evidencia a necessidade de uma análise mais aprofundada sobre as estratégias de internacionalização das firmas, as características das CGVs e os impactos das barreiras ao comércio internacional.

A escolha da firma entre verticalizar a produção em mais de um país ou subcontratar terceiros envolve uma análise de custos e de incentivos. A terceirização, por exemplo, exige um investimento inicial consideravelmente menor, embora ela impeça que a empresa controle diretamente o que está sendo produzido e obrigue a firma a remunerar a outra firma subcontratada pelos serviços prestados. A diferença entre os custos fixos e variáveis deve, assim, ser considerada. As análises de custo também envolvem os preços da mão de obra, dos aluguéis, os gastos trabalhistas e judiciais, e o preço do transporte. Outros determinantes relacionam-se ao ambiente de negócios, pois, por exemplo, a depender da burocracia, do sistema tributário e da qualidade e especialização da mão de obra, pode-se preferir uma opção a outra, evidenciando o papel das instituições e das políticas públicas nas escolhas dos agentes econômicos. Cabe destacar que o tipo de serviço ou bem a ser produzido também pode favorecer um arranjo em detrimento de outro. Por fim, custos de transação e de logística são igualmente analisados pelos agentes.

Os novos padrões de comércio seguem lógica pós-fordista de fragmentação da produção e de terceirização. Dessa forma, o processo produtivo não é mais concentrado em um único país ou firma, formando uma cadeia, que pode ser global ou regional, na qual as etapas da produção são separadas e agregam, cada uma delas, valor ao produto final. O processo de “agregação” de valor pode ter sentido upstream ou downstream, e envolve desde a pesquisa e desenvolvimento do produto até a sua montagem, distribuição e marketing. Por envolver processo complexo, a regulação das CGVs não se pode restringir à diminuição de tarifas e regulação muito simples sobre serviços e propriedade intelectual. É nesse sentido que ocorre a proliferação de acordos preferenciais, que tratam de questões OMC-plus e OMC-extra. Muitas matérias relevantes aos novos padrões comerciais são ou insuficientemente reguladas pela OMC, ou sequer foram tratadas na organização. Como exemplo, pode-se citar matérias relativas a investimentos, comércio eletrônico, regras de concorrência, propriedade intelectual, entre outros. A dificuldade de negociar esses temas na OMC, por causa da exigência de consenso, tem levado a um esvaziamento da Rodada Doha e questionamentos sobre a eficácia da organização, em contexto de escalada de guerra comercial.

O livre comércio tende a aumentar o bem-estar geral, pois permite que demandantes tenham acesso a maior variedade e quantidade de produtos. A inclusão de barreiras comerciais e regulatórias diminui o excedente geral da economia, gerando peso morto e, se por tarifa, arrecadação para o governo. Barreiras desviam o comércio, privilegiando produtores menos eficientes, que tomam parte do mercado que seria ocupado por ofertantes internacionais mais competitivos, com vantagem comparativa no setor. Elas podem até afetar o crescimento econômico de países dependentes das exportações, como é o caso dos subsídios agrícolas em países ricos em detrimento de produtores agrícolas em países mais pobres. Barreiras regulatórias podem criar exigências desnecessárias, motivadas somente pelo protecionismo, embora também possam ser legítimas e se enquadrem nas exceções do GATT (ex: medidas para a proteção da saúde humana e animal). As barreiras beneficiam as empresas e setores protegidos, que vendem mais do que no livre comércio, e podem aumentar a remuneração do fator de produção mais intensivo no setor, conforme demonstra o teorema de Stolper-Samuelson. Por fim, em casos muito específicos, podem ser utilizadas para a proteção de indústrias nascentes. Dessa maneira, embora haja dificuldade nas negociações na OMC, é evidente que a diminuição de barreiras e a regulação de novos temas é desejável sob o ponto de vista econômico e comercial. (668 palavras, sem linhas em branco. Média de palavras por linha: 11,13 palavras.)

AVALIAÇÃO

1. **Apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado): 1,5/1,5**
2. **Desenvolvimento do tema**
 - 2.1. **Determinantes do processo decisório da firma entre verticalização da produção em mais de um país ou subcontratação de terceiros: 15/15**
 - 2.2. **Principais características das cadeias globais de valor e sua compatibilidade com as normas atuais da Organização Mundial do Comércio: 4,5/4,5**
 - 2.3. **Barreiras comerciais e regulatórias e seus efeitos: 9/9**

Resultado

Nota: 30

COMENTÁRIO

Apesar de não ter feito um parágrafo separado para a conclusão, obtive nota máxima no quesito organização. Por outro lado, fui penalizada nesse quesito em questões com parágrafos relativamente simétricos, com tópicos frasais, introdução e conclusão. Minha letra feia e as rasuras frequentes podem ter motivado a penalização nesses casos, mas minha impressão pessoal é a de que a atribuição de nota nesse quesito variou de acordo com quem corrigiu cada questão.

Maurício Horta Miyauchi

nota: **30/30**

A formação de cadeias globais de valor (CGV), viabilizada pelo progressivo desenvolvimento de infraestrutura logística, desenvolvimento da tecnologia de informação em rede e abertura comercial desde o final da década de 1970 e, principalmente, a partir da década de 1990, não tem sido acompanhada por evolução proporcional do regime multilateral de comércio, consubstanciado na OMC. A dificuldade em aprovar, em regime de single undertaking, um conjunto de regras que promovam a defesa da propriedade intelectual, os investimentos relacionados ao comércio, e a remoção de barreiras e de incentivos distorcidos ao comércio em nível multilateral tem levado, portanto, à formação de uma rede de acordos bilaterais, regionais e plurilaterais. Consequentemente, há maior adensamento dessas cadeias em algumas regiões, como o Sudeste Asiático e a União Europeia, em contraste com regiões menos integradas.

A verticalização da produção por uma firma – fenômeno característico das CGVs – decorre de dois fatores principais. Primeiro, figuram os ganhos decrescentes de escala do trabalho e mesmo do capital. Na medida em que mais unidades de trabalhador são adicionadas em um processo produtivo, a produção média decresce, com produtividade marginal do trabalho decrescente. Uma forma para evitar os ganhos decrescentes de escala é a especialização da produção. Por meio da subcontratação de terceiras firmas, estas também especializadas, a firma pode concentrar seus esforços em sua core area, ganhando, assim, eficiência.

Segundo, essa especialização pode-se dar em nível internacional, por meio do comércio. Numa perspectiva neoclássica (Heckscher-Ohlin), haverá maior bem estar se cada economia se especializar no setor em que tiver maior dotação de fator de produção (trabalho, terra, capital, tecnologia, empreendedorismo). Ao verticalizar a produção em mais de um país, a firma poderá beneficiar-se de menores custos de produção, tendo cada processo efetivização [sic] em economia de respectiva maior dotação de fator de produção. Assim, deve-se concentrar o desenvolvimento e pesquisa em locais de maior dotação de tecnologia e a manufatura naqueles com maior oferta e menor custo de mão-de-obra. Dessa racionalidade produtiva, decorre naturalmente a formação de cadeias globais de valor.

As cadeias globais de valor caracterizam-se pela divisão de tarefas territorializada e pela integração transnacional por meio do livre fluxo de comércio e de fatores de produção. Na parte upstream da cadeia, há o fornecimento de matérias-primas e de outros insumos, em que participam países dotados de vultosos recursos naturais, como Brasil, Austrália e Canadá. Também nessa direção à montante situam-se pólos de produção tecnológica e inovação – ou pesquisa, desenho e desenvolvimento –, como o Vale do Silício,

CA. Nessas duas atividades upstream, há déficit de normas multilaterais, seja relativas ao comércio de bens agrícolas e NAMAS, no primeiro, seja na proteção da propriedade intelectual, no segundo.

Na fase manufatureira das cadeias, há divisão territorial da produção sobretudo conforme a dotação de trabalho e capital. Países com grande população economicamente ativa e baixos salários tendem a receber investimentos para a produção de bens ou para a execução de tarefas de alta intensidade de mão de obra e baixa intensidade de capital – caso da indústria têxtil, de brinquedos e de maquiladoras. Também há a execução da manufatura em países de grande dotação de capital e de tecnologia para a execução de processos complexos e altamente especializados – caso da produção de processadores de computadores em Taiwan. Em todos esses casos, a inserção de uma dada economia vai estar relacionada também ao nível de proteção ao investimento estrangeiro, que se dá na atualidade, sobretudo, de forma bilateral, por meio de acordos (APIs) de arbitragem – portanto, não coberta pela OMC.

Na direção downstream, dão-se os processos de marketing, venda e pós-venda. Essas atividades são também altamente especializadas nas CGV. Centros financeiros como Nova York e Londres são especializados em serviços financeiros e de marketing devido à sua concentração de mão de obra especializada, de sua posição como hubs financeiros-comerciais, ao passo que serviços de pós-venda com mais intensidade de mão de obra e menor especialização tendem a ser concentrados, por exemplo, em cidades como Bangalore e Hyderabad, na Índia. O comércio eletrônico é fator também crucial para a velocidade downstream. Tampouco são suficientes as normas atuais da OMC para o comércio de serviços e para o comércio eletrônico. São, por isso, necessários acordos bilaterais e regionais para a concretização mais efetiva e menos concentrada das cadeias globais de valor, não importa em que etapa delas.

As barreiras comerciais e regulatórias têm efeito prejudicial para a formação dessas cadeias: elas acabam por desincentivar a especialização e a verticalização transnacional, reduzindo o bem estar global. Barreiras tarifárias têm o efeito, no mercado interno, de elevar preços pela redução da quantidade importada, reduzir a quantidade total demandada, por essa alta de preços, e aumentar a produção interna, em que pese sua menor eficiência e seus maiores preços, favorecer a formação de monopólios ou oligopólios, produzir peso morto (redução do bem estar) e aumentar a arrecadação do governo. Já barreiras quantitativas têm efeitos semelhantes, com a diferença de, em vez de aumentar a arrecadação do governo, auferir renda aos detentores de licença de importação. Barreiras regulatórias podem-se justificar por motivo de segurança sanitária, por exemplo. No entanto, frequentemente elas escamoteiam, efetivamente, barreiras quantitativas, razão pela qual elas provocam efeitos equivalentes ao destas, com o agravante de a regulamentação aumentar os custos de produção.

Observa-se, portanto, a insuficiência da normativa da OMC para temas atinentes às CGVs. Idealmente, essa insuficiência deveria superar-se com o avanço da Rodada de Doha. Ante a paralisia da OMC, porém torna-se necessário o avanço em negociações bilaterais e multilaterais, como tem feito o MERCOSUL. (60 linhas, 15 palavras por linha)

AVALIAÇÃO

1. Apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado): 1,5/1,5
2. Desenvolvimento do tema
 - 2.1. Determinantes do processo decisório da firma entre verticalização da produção em mais de um país ou subcontratação de terceiros: 15/15
 - 2.2. Principais características das cadeias globais de valor e sua compatibilidade com as normas atuais da Organização Mundial do Comércio: 4,5/4,5
 - 2.3. Barreiras comerciais e regulatórias e seus efeitos: 9/9

Resultado

Nota: 30

Bernardo Macêdo Alves de Moraes

nota: 30/30

O surgimento das Cadeias Globais de Valor, como uma decorrência do modelo de produção pós-fordista, é um dos mais importantes elementos da economia internacional contemporânea. Trata-se de um processo que modifica a dinâmica do comércio internacional e requer um novo paradigma nas negociações comerciais entre Estados. Essas normas orientam o processo decisório das firmas quanto à estrutura produtiva a ser adotada e quanto aos locais onde cada segmento de um processo produtivo será situado. Nesse sentido, a Organização Mundial do Comércio exige uma atualização de seus regimes, com novos instrumentos que viabilizem a regulamentação dessas cadeias globais de valor.

A firma capitalista é orientada pela maximização do lucro, e essa premissa pauta todo o processo decisório nela existente. A estrutura de custos é um dos principais determinantes de seus lucros de modo que a firma busca reduzi-los. Em cadeias produtivas espalhadas por mais de um país, o principal objetivo é a redução de custos nas fases do processo produtivo, aproveitando-se de vantagens comparativas. Essa fragmentação pode ser feita de maneira verticalizada, por meio do estabelecimento de sucursais, ou por meio de subcontratações de terceiros. Uma vez que a firma orienta sua atividade para o lucro, a escolha da verticalização atenderá à redução de custos, o que envolve o custo de instalação da empresa no país e a mobilidade de capitais. A subcontratação leva, a priori, a maiores custos, uma vez que a firma pagará o lucro da firma subcontratada; contudo, em um cenário de burocracia para instalar empresas, de um sistema tributário complexo e baixa mobilidade de capitais, pode ser mais vantajoso integrar uma terceira empresa como fornecedora.

As cadeias globais de valor são marcadas pela fragmentação do processo produtivo, desde a produção de insumos e bens intermediários, até a montagem do bem final. Nesse sistema produtivo, as atividades da ponta do processo – idealização e montagem – assumem maior geração de valor, sendo posições mais desejáveis para os países. A inserção nessas cadeias é um dos principais elementos da dinâmica do comércio internacional, dependendo de condicionantes normativos e físicos. As cadeias globais de valor dependem de uma estrutura logística que viabilize os custos de produção, permitindo o melhor aproveitamento das vantagens comparativas. Além disso, é necessário que haja condições normativas e burocráticas que permitam o encadeamento do processo produtivo, como regras de conteúdo de origem, normas sobre propriedade intelectual e uma estrutura tarifária adequada. As principais cadeias de valor reúnem essas características de modo a agilizar e baratear o processo produtivo, como é o caso do Sudeste Asiático, que tem, cada vez mais, aprimorado sua infraestrutura logística e seu sistema normativo, visando a uma integração dos mercados.

Nesse contexto, as regras da Organização Mundial do Comércio não são incompatíveis com as cadeias globais de valor, conquanto sejam insuficientes. A busca pelo aprimoramento normativo das cadeias globais de valor levou à negociação de novos acordos à margem da OMC, contendo regras OMC+ e OMC-Extra. Regras sobre propriedade intelectual no TRIPS não são suficientes para o novo modelo de comércio, faltam normas sobre acumulação de origem e a regulamentação de serviços não atende aos padrões. Os mega acordos regionais, como os Tratados Transpacífico e Transatlântico seguem essa lógica, inovando as normas nesses critérios. Da mesma forma, a tentativa de integrar a o Mercosul e a Aliança do Pacífico segue a mesma lógica, constando no seu Plano de Ação o objetivo de criar cadeias de valor com base em regras de origem. Essas iniciativas evidenciam a ausência desse debate no âmbito da OMC, ainda mais focada na desgravação tarifária e na redução de barreiras tarifárias, mesmo assim com poucos êxitos recentes. Dessa forma, um dos desafios da OMC nos próximos anos será implementar uma adaptação do comércio internacional baseado em bens para um comércio baseado em cadeias produtivas fragmentadas e transnacionais.

Atualmente, os fluxos de comércio são reduzidos por barreiras tarifárias, quantitativas e regulatórias. As tarifas operam sobre o preço do produto, instituindo um valor fixo ou percentual sobre o preço do bem. O efeito da tarifa é reduzir o consumo do bem, por meio da redução das importações que alimentavam o mercado doméstico ao preço internacional. Há, portanto, uma redução do bem-estar da economia, e cria-se um peso morto. As barreiras quantitativas impõem uma restrição à quantidade importada (quotas), o que gera um impacto sobre o preço do bem. Dessa forma, a cada tarifa corresponde uma quota, que determina uma quantidade e um preço. A diferença é que o valor arrecadado com o governo com a implementação da tarifa é, no caso das quotas, incorporado pelos detentores das licenças de importação. Ainda, o sistema de quotas é menos transparente que as tarifas, sendo mais difícil entender as dinâmicas entre oferta e demanda.

Após esforços de desgravação e de eliminação do sistema de quotas, o comércio internacional reage com novas práticas protecionistas, chamadas de barreiras regulatórias. Estas são normas administrativas que têm a capacidade de impedir a entrada de bens por questões sanitárias, ambientais, técnicas ou de outra motivação, a priori, legítimas. Em determinados casos, esses controles administrativos podem ser utilizados com objetivos protecionistas, reduzindo a oferta no mercado doméstico e aumentando o preço do bem. Os efeitos no mercado são, assim, semelhantes aos da tarifa e da quota, porém não há apropriação de valores da arrecadação ou da licença, aumentando o peso morto da economia. O grau de transparência das barreiras regulatórias é ainda inferior ao da quota, principalmente nas normas mais arbitrárias, com menor detalhamento e maior discricionariedade. Há, ainda, situações de barreiras direcionadas a determinados mercados sem motivação legítima. Um dos maiores desafios atuais da OMC, no âmbito do comércio internacional, é a regulamentação das barreiras regulatórias, principalmente pela difícil determinação e baixa transparência.

AVALIAÇÃO

1. Apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado): 1,5/1,5
2. Desenvolvimento do tema
 - 2.1. Determinantes do processo decisório da firma entre verticalização da produção em mais de um país ou subcontratação de terceiros: 15/15
 - 2.2. Principais características das cadeias globais de valor e sua compatibilidade com as normas atuais da Organização Mundial do Comércio: 4,5/4,5
 - 2.3. Barreiras comerciais e regulatórias e seus efeitos: 9/9

Resultado

Nota: 30

Nota média: Francisco Luiz Pinto da Rocha Santos

nota: **24/30**

Dois processos concomitantes, à primeira vista incompatíveis, emergem em meio à nova ordem econômica, tributária da globalização. De um lado, observam-se as tentativas de liberalização em escala multilateral, cujo emblema maior é a OMC. Ao mesmo tempo, proliferam os acordos preferenciais e os agrupamentos regionais. Em movimentos contraditórios em aparência, o sistema de comércio se universaliza e se fragmenta. No entanto, mais que antinômicos, o ordenamento da OMC e as estruturas regionais são complementares, estas se prestando amiúde a suplementar as lacunas daquele no que tange às cadeias globais de valor.

As cadeias globais de valor são um fenômeno cuja raiz se encontra nos enormes avanços logísticos, tecnológicos e comunicacionais recentes, em um mundo cada vez mais globalizado. Uma nova divisão internacional do trabalho se organiza, na qual, mais que em produtos, cada país se especializa em um processo ou etapa de produção. As fases de concepção e fornecimento de insumos – ambas upstream, mas com gerações de valores diferentes –, as fases de processamento e manufatura, a distribuição espacial e a tomada de decisões e planejamento não necessitam mais estar geograficamente concentradas. É frequentemente mais interessante para uma empresa terceirizar um serviço que transferir sua própria produção para um dado país.

Em primeiro lugar, pesa na decisão da firma o ambiente institucional de um determinado país. Legislações trabalhistas e tributárias demasiado complexas, bem como imprevisibilidade jurídica e institucional podem dissuadir a firma de atuar in loco. Outro fator que invariavelmente orientará a decisão da firma é o tamanho e o potencial do mercado interno: a existência de um mercado promissor, sobretudo se associado a um relativo fechamento econômico, podem levar a firma a operar localmente. Por fim, o grau de adesão de um país aos regimes internacionais, seu nível de integração às cadeias globais de valor e a padrões internacionais, bem como o marco normativo para temas como investimento e propriedade intelectual influem positivamente ou não na decisão de uma firma de atuar diretamente em um país ou terceirizar determinada etapa do processo produtivo.

As cadeias globais de valor são, em suma, a fragmentação espacial do processo produtivo em redes. Uma determinada etapa de um processo produtivo vai para o lugar onde há vantagens comparativas – seja abundância de recursos, mão de obra especializada ou abundante, ou marcos legais favoráveis. A princípio, não há incompatibilidade entre a OMC e as cadeias globais de valor: com efeito, a liberalização

dos fluxos comerciais que a OMC tem por objetivo favoreceria a livre circulação de bens intermediários e finais em cadeias mais eficientes.

No entanto, a OMC mostra-se, às vezes, insuficiente. A Organização estabeleceu marcos normativos muito tímidos em temas importantes, como os investimentos e a propriedade intelectual – no TRIMS e no TRIPS. Diante da incapacidade da OMC, decorrente de sua natureza multilateral, muitos atores vêm buscando, por fora, intensificar sua integração produtiva e homogeneizar padrões em prol das cadeias globais de valor, nos chamados Acordos OMC+. A OMC não é contrária às cadeias de valor, mas as cadeias de valor podem se beneficiar de regras mais aprofundadas.

Como se sabe, as barreiras comerciais e regulatórias tendem a ter efeitos deletérios. O primeiro deles é a perda do bem-estar econômico dos próprios consumidores domésticos, que terão de arcar com preços mais altos. No entanto, em um contexto de produção globalizada, o fechamento comercial pode ter consequências ainda mais perversas: o protecionismo pode deixar o país excluído das cadeias globais de valor, que se beneficiam da livre circulação de bens – basta pensar na movimentação de insumos e bens intermediários ao longo da cadeia – e da padronização regulatória. Em um mundo no qual a competitividade está profundamente ligada à participação nas cadeias globais de valor, os países têm menos margem de ação para buscar um desenvolvimento autárquico.

Subsistem, evidentemente, questionamentos acerca dos benefícios diferenciados trazidos pelas cadeias globais, sobretudo com a formação de blocos regionais. A OMC deve ser encarada como um marco normativo mínimo – e ela inclusive legitima o regionalismo aberto. Cabe a cada país buscar a integração de seus processos produtivos em busca de ganhos de competitividade.

AVALIAÇÃO

1. Apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado): 1,5/1,5

2. Desenvolvimento do tema

2.1. Determinantes do processo decisório da firma entre verticalização da produção em mais de um país ou subcontratação de terceiros: 10/15

2.2. Principais características das cadeias globais de valor e sua compatibilidade com as normas atuais da Organização Mundial do Comércio: 3/4,5

2.3. Barreiras comerciais e regulatórias e seus efeitos: 4,5/9

Resultado

Nota preliminar: **19**

Nota final: **24**

COMENTÁRIO

A nota foi majorada para 24,00 após os recursos. Seguem as respostas da banca.

COM DEFERIMENTO

CONTEÚDO

Quesito 2.1 - Recurso deferido.

Quesito 2.2 - Recurso indeferido. O texto não elabora sobre os aspectos da OMC que afetam as CGVs, e de que modo. A resposta apresentada não incorre em majoração de nota. A banca mantém a pontuação atribuída por estar proporcional ao desempenho do candidato.

Quesito 2.3 - Recurso indeferido. O texto nada diz sobre de que modo cada barreira mencionada afeta as cadeias de valor. A resposta apresentada não incorre em majoração de nota. A banca mantém a pontuação atribuída por estar proporcional ao desempenho do candidato.

Pior nota: Anônimo

nota: **16/30**

As Cadeias Globais de Valor (CGV) são resultado do aprofundamento do processo de especialização das empresas e das economias globalizadas. Trata-se de fragmentação do processo produtivo que se opera de forma cada vez mais dispersa no território global, valendo-se da fluidez das redes de informação, de inovações tecnológicas e da terceirização. Assim, com as etapas do processo produtivo realizadas por diversas firmas especializadas criam-se hierarquias nos processos produtivo nas quais a diferenciação se dá na medida da capacidade de agregar valor à cadeia. Ou seja, a maior retenção econômica da produção permanece com as firmas (e países) que permanecem na ponta do processo produtivo em atividades de decisão, pesquisa ou mesmo design e marketing.

Quando uma firma se insere em cadeia global de valor a decisão entre a verticalização e a terceirização torna-se premente. Mesmo que em nós secundários na hierarquia de uma cadeia, torna-se fundamental adotar as melhores práticas em termos de gestão empresarial e buscar preços competitivos a nível global. O processo decisório da firma deve então comparar a produtividade das firmas verticalizadas com as terceirizadas; o ambiente regulatório e institucional de cada país no caso da verticalização é de análise crucial; a melhor forma de redução de estoques; as diferenças entre as barreiras comerciais e regulatórias nos distintos países; a existência de acordos preferenciais que facilitem a verticalização ou a terceirização; os custos logísticos de ambas as opções. O “trade-off” passa por avaliar aspectos, portanto, qualitativos e quantitativos: nem sempre a opção que minimize os custos será a mais apropriada, tal opção dependerá das características do bem ou serviço.

As principais características das CGV são a aprofundada especialização, a dispersão das etapas do processo produtivo e a formação de redes hierarquizadas e fechadas cujos nós centrais são aqueles capazes de agregar maior valor ao processo produtivo. Por um lado, essas características estão em sintonia, a livre circulação das mercadorias, dos bens intermediários, dos serviços, é fundamental para o funcionamento fluído das CGV. O sistema multilateral fundado nos princípios da nação mais favorecida e tratamento nacional seria o locus ideal para reduzir barreiras ao comércio que desaceleram os fluxos nas redes das CGV. Por outro lado, a tendência das CGVs de hierarquização e fechamento da rede, o que remete aos acordos preferenciais, pode levar a desvios de comércio, se tais cadeias levarem à exclusão dos mercados de países e firmas por meio da negociação de acordos de comércio, por exemplo. Para se evitar o efeito “desvio de comércio” agravado por eventual complexificação regulatória geradora de custos – “spaghetti bowl”- o ideal seria que a realidade da fragmentação e da especialização do comércio fosse abrangida e regulada com a participação de

todos os membros da OMC mediante acordos multilaterais, mas também plurilaterais, desde que amparados pelo arcabouço de Marraquexe.

Além dos efeitos usuais de barreiras comerciais e regulatórias (a perda do bem-estar com alocações ineficientes e prejuízo sobretudo aos consumidores), tais barreiras podem ser instrumentalizadas como obstáculos nos “upgrades” e “downgrades” no contexto das CGV. A formação de acordo comercial no Pacífico, por exemplo, aos se aprofundar em disciplinas como o comércio eletrônico ou propriedade intelectual, pode não somente agravar a complexidade regulatória global, mas excluir atores do processo negociador (efeito exclusão) e desviar o comércio por meio de cotas e tarifas elevadas (desvio de comércio) em áreas que continuam engessadas no processo negociador. A negociação, nesse sentido, do Acordo de Facilitação do Comércio, em 2013, é avanço importante para relembrar os custos de regulação na realidade das CGVs. No entanto, a continua especialização das CGV tornará assuntos como concorrência e propriedade intelectual – para além das barreiras convencionais da OMC – cada vez mais imperativo para estabilização do ambiente de comércio global. Se a evolução normativa da OMC continuar engessada nos temas “OMC-In” e “Plus”, a tendência será certamente de avanço em acordos “OMC-Extra”.

AVALIAÇÃO

1. Apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado): 0,75/1,5

2. Desenvolvimento do tema

2.1. Determinantes do processo decisório da firma entre verticalização da produção em mais de um país ou subcontratação de terceiros: 10/15

2.2. Principais características das cadeias globais de valor e sua compatibilidade com as normas atuais da Organização Mundial do Comércio: 3/4,5

2.3. Barreiras comerciais e regulatórias e seus efeitos: 2,25/9

Resultado

Nota: 16

COMENTÁRIO

Todos os recursos para a questão foram indeferidos. E a questão estava realmente péssima. Dela tirei algumas lições. Primeiro, as provas de economia e direito tem questões mais curtas (40 e 60 linhas), o que disponibiliza mais tempo e, assim, permite ao candidato planejar muito melhor sua resposta. Não fiz isso neste caso. Respondi à questão de forma afobada e desorganizada. Segundo, devemos gastar um tempo escrutinizando a questão, a própria formulação da mesma pode confundir o candidato. Neste caso, a discriminação dos itens me deixou confuso. Na maior parte dos casos, os subitens das questões guardam

alguma relação entre si, possuindo algum encadeamento de qualquer natureza (cronológico, temático etc.). Nessa questão, embora houvesse certa relação entre os itens, o encadeamento não era natural, não me parecia claro. Note que o item no qual obtive a pior nota era, na realidade, o mais objetivo e direto, pois pedia apenas os efeitos das barreiras comerciais e regulatórias. Repare que o tema, embora pertinente no contexto da questão, demandava conhecimentos bastante evidentes, que podiam ter sido perguntados aparte, numa pergunta exclusivamente teórica, por exemplo. No afã de interligar os pontos, não respondi objetivamente a nada deste item. Dessa forma, a nota baixa me pareceu bastante justa. Faltou, mais do que qualquer coisa, refletir, ponderar, antes de redigir.

banca:

Daniel Klug Nogueira

Hélio Silva Filho

Renato Coelho Baumann das Neves

_questão 2

O que parecia uma estratégia saudável de empréstimos do início a meados da década de 1970 foi se transformando lenta, mas decididamente, em um desastre em longo prazo. Em 1979, a OPEP aumentou novamente o preço do petróleo. Em 1981, um aperto maciço de crédito, liderado pelo U.S. Federal Reserve Bank, atingiu o mercado industrial. Como as taxas de juros dos empréstimos do Brasil estavam vinculadas às taxas mundiais, os juros das dívidas do Brasil, as maiores no mundo em desenvolvimento, dispararam.

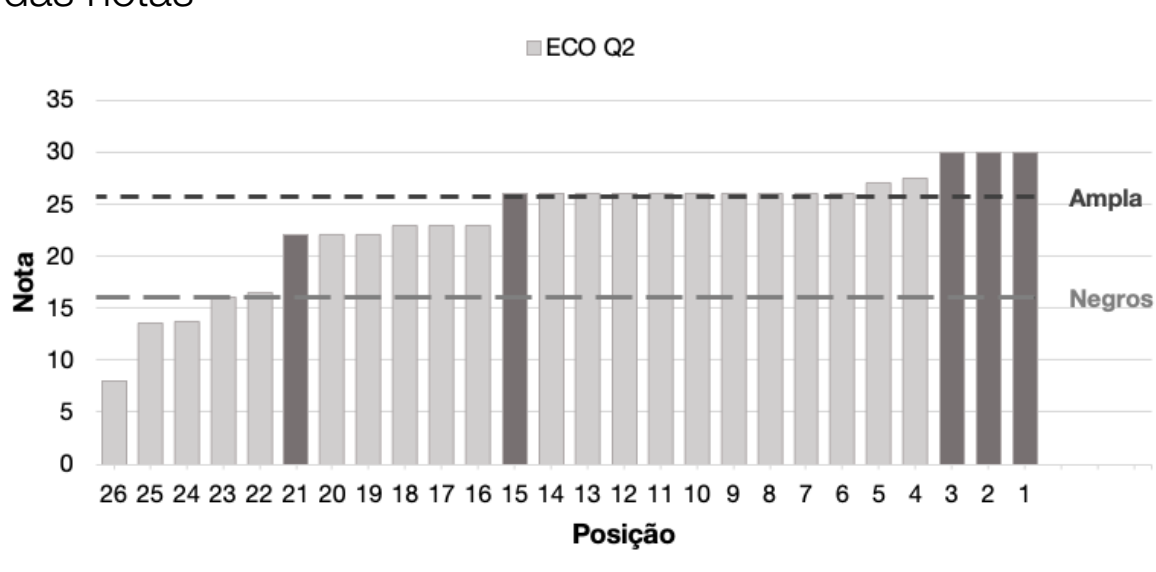
*Thomas E. Skidmore. **Uma história do Brasil**. 4.ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003, p. 252 (com adaptações).*

Considerando que o fragmento de texto apresentado tem caráter unicamente motivador, redija um texto dissertativo abordando:

- 1. a importância das reformas econômicas que sucederam ao regime militar em abril de 1964;**
- 2. as principais políticas que favoreceram o chamado “milagre econômico brasileiro” da década de 70 do século passado;**
- 3. as decisões da política econômica de meados e fins da década de 70 do século passado que levaram a dívida externa brasileira a se tornar a maior do mundo no período de 1967 a 1981.**

*Extensão máxima: 60 linhas
[valor: 30,00 pontos]*

Distribuição das notas



Padrão de resposta da questão 02

As reformas trazidas à tona pelo governo militar nos anos de 1964 e 1965 concentraram-se na reforma do setor público e na reforma tributária, caracterizada esta última pelo novo Código Tributário Nacional, removendo boa parte da cumulatividade dos impostos sobre o consumo. Ao mesmo tempo, uma política gradualista de controle da inflação favoreceu a queda da inflação paralelamente ao crescimento robusto do PIB nos anos vindouros. Por fim, a grande reforma econômica consistiu no fortalecimento do sistema financeiro nacional e na criação de um mercado de capitais. Entre os principais fatos ligados à referida grande reforma econômica que podem ser mencionados estão a criação do Banco Central e a do Conselho Monetário Nacional, em substituição à SUMOC, a criação da Comissão de Valores Mobiliários e a do Banco Nacional da Habitação, cuja principal fonte de recursos seria o também recém-criado Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS), voltado à proteção do trabalhador por meio de uma poupança forçada, em caso de demissão, e também ao financiamento habitacional no longo prazo.

Essas reformas possibilitaram a adoção de políticas fiscais e monetárias expansionistas, em especial favorecendo setores estratégicos, como projetos de infraestrutura e de exportação. Vários incentivos fiscais e creditícios à exportação auxiliaram o comércio exterior, aquecendo ainda mais a demanda agregada. A fixação do capital estrangeiro no país também foi alvo de incentivos, em vista das reformas supramencionadas. O capital externo, em conformidade com a Instrução 63, também foi usado como fonte de financiamento para o capital de giro de empresas nacionais. Uma política mal direcionada, em certo ponto, foi a do controle de preços, caracterizado pela política de reajuste salarial via correção monetária,

cuja adoção continuada acabou por transformar-se em mecanismo de aumento de preços destacado da flutuação de mercado. Ademais, havia a crítica de que os subsídios aos setores exportadores ofereciam proteção excessiva a um setor de certa forma ineficiente, o que prejudicaria o desempenho da economia tanto interna quanto externamente em um futuro próximo.

Com a primeira crise do petróleo em 1973, começaram a ser tomadas as primeiras grandes decisões equivocadas, como a programação de ampla substituição de importações com crédito subsidiado, à custa do aumento das exportações, que acabaram relegadas a segundo plano. Favoreceram essa política várias vantagens momentâneas, como a valorização do câmbio possibilitada pelo dinamismo das exportações nos anos anteriores. O Brasil era uma economia *sui generis*: enquanto os outros países ocidentais estavam adotando políticas restritivas internamente, mas favorecendo a exportação, o governo Geisel incentivava o endividamento externo. A fatura chegou em 1979, com a segunda crise do petróleo. A disposição dos países detentores dos recursos externos que financiavam a continuação do crescimento pelo II PND se esgotou. Com isso, as consequências foram drásticas; desvalorização cambial, déficits correntes, aumento da dívida externa líquida e, por conseguinte, da relação dívida externa líquida/exportações minaram toda a fase de crescimento que perdurara até então. Tudo isso — mais os juros flutuantes das novas dívidas — acabou por fazer explodir a dívida externa brasileira no início da década de 80 do século passado, o que levou o Brasil a um dos piores períodos para a economia nacional.

Jonas Teixeira Marinho

nota: 30/30

A condução das políticas econômicas nos governos militares possibilitou altas taxas de crescimento do PIB, mas conduziu o Brasil ao aumento de endividamento externo. Além disso, o índice de gini piorou, com elevada concentração de renda. A espiral inflacionária dos anos 1980 também encontrou sua gênese nas escolhas dos formuladores de políticas econômicas do regime militar. Nos anos 1960, buscou-se sanear as contas públicas e alinhar o país às melhores práticas internacionais, por meio de instituições e reformas. O milagre econômico ensejaria euforia generalizada com níveis elevados de crescimento. Ocorre que, no governo Geisel, o contexto internacional havia mudado e a dívida externa assumiu trajetória insustentável.

As reformas econômicas realizadas no governo Castello Branco contribuíram para a restauração da confiança dos agentes econômicos no país e sanaram o desequilíbrio fiscal do governo. O Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG) adotou estratégia gradualista de combate à inflação e pautou-se pela ortodoxia. A Reforma Monetária, com a criação do Banco Central, centralizou a governança da política monetária e ampliou a previsibilidade e confiabilidade dessa política. Apesar disso, houve a instituição de mecanismos de indexação, que iriam provocar a inercialidade da inflação nos anos 1980. No campo fiscal, foi realizada reforma tributária, com a instituição de novos impostos, como o IPI. As ORTNs também ampliavam a capacidade arrecadatória do governo contribuindo para reduzir um pouco o desequilíbrio fiscal herdado do governo João Goulart. A situação política também se estabilizou, o que permitiu incremento nos ingressos de investimento estrangeiro direto.

A recuperação da confiança engendrada pelo PAEG e o contexto internacional favorável permitiram o “milagre econômico brasileiro”, entre os anos de 1968 e 1973. As taxas médias de crescimento anual do PIB eram em torno de 11%. Isso foi possível por algumas políticas governamentais. Ampliou-se o crédito fornecido por bancos públicos, aumentando o consumo, historicamente responsável por grande parte do crescimento da renda nacional. Apesar do crescimento da demanda, não houve significativa aceleração inflacionária, já que o crescimento do salário-mínimo, em termos reais, era controlado pelo governo. Ademais, o governo ampliou o investimento em infraestrutura, realizando grandes obras, como a ponte Rio-Niterói. No plano cambial, instituiu-se um regime de crawling peg, em que as flutuações eram controladas diariamente. O overnight, desse modo, reduziu os riscos de ataques especulativos. No comércio exterior, melhoraram os termos de troca, sendo ampliados os ganhos com as exportações e levando a saldos positivos na Balança Comercial. Além disso, houve ingresso expressivo de investimento estrangeiro no país. Esses fatores e políticas públicas levaram ao crescimento econômico, mas ampliaram o endividamento.

Nos governos de Geisel e Figueiredo, busca-se a manutenção de altas taxas de crescimento econômico pela via do endividamento, mas o contexto internacional era mais volátil e a conjuntura doméstica complexa. Em 1973, na esteira da guerra do Yom Kippur, a OPEP decide utilizar seu controle internacional do mercado petrolífero para aumentar o preço do barril. A economia brasileira, dependente de petróleo, é afetada com o aumento dos custos produtivos. Visando a evitar o arrefecimento do crescimento, o governo aproveita-se do contexto internacional de alta liquidez dos petrodólares para tomar empréstimos externos. Os recursos foram aplicados na intensificação da substituição de importações e ênfase em bens de capital no II PND. O governo aproxima-se de países árabes, sendo o Iraque e a Arábia Saudita grandes parceiros comerciais. A trajetória do endividamento torna-se desastrosa quando há a segunda crise do petróleo de 1979 e o aperto monetário do FED, que atrai dólares para os EUA. Desse modo, os juros dos empréstimos dispararam, bem como o montante da dívida em moeda nacional, pela desvalorização mundial.

A dívida brasileira, a maior do mundo entre 1967 e 1981, impôs restrições significativas ao crescimento econômico no início da década de 1980. Os empréstimos tomados com o FMI e no contexto dos petrodólares seriam praticamente impagáveis. O risco de default ampliou a fuga de capitais do Brasil e gerou recessão no começo dos anos 1980.

AVALIAÇÃO

1. Apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado): 1,5/1,5

2. Desenvolvimento do tema

2.1. Importância das reformas econômicas sucederam ao regime militar em abril de 1964: 7,5/7,5

2.2. Principais políticas propiciadoras do chamado “milagre econômico brasileiro” da década de 70 do século passado: 9/9

2.3. Decisões da política econômica de meados e fins da década de 70 do século passado fomentadoras da dívida externa brasileira como a maior do mundo no período de 1967 a 1981: 12/12 (antes 8/12)

Resultado

Nota preliminar: **26**

Nota final: **30**

Gabriela Ruggeri*nota: 30/30*

A política econômica ao longo do Regime Militar caracterizou-se por período inicial de forte ajuste, seguido por políticas macroeconômicas mais expansivas. O forte crescimento do “milagre” aumentou o endividamento externo do país, e as políticas que se seguiram, como os PNDs, mantiveram as políticas de obtenção de empréstimos no exterior, a fim de garantir crescimento econômico a qualquer custo. Após o segundo choque do petróleo e a elevação dos juros internacionais, a dívida externa brasileira tornou-se insustentável, e a década de 1980 acabou marcada por forte inflação e estagnação econômica.

As medidas econômicas tomadas durante a gestão Castelo Branco fizeram parte do PAEG. O governo promoveu uma reforma tributária, com a criação do ICM, do FGTS e de impostos ad valorem, aumentando a capacidade de arrecadação do governo. Também criou a ORTN, eliminando a necessidade de financiamento da dívida por emissionismo, já que agora havia um mercado de títulos que remunerava quem os comprasse. Houve, igualmente, reforma bancária, com a criação do Banco Central e do Banco Nacional de Habitação, por exemplo. O governo alterou a lei que limitava a remessa de lucros, estimulando a entrada de IED no país, e abriu mais o país ao capital estrangeiro. Do lado da inflação, o diagnóstico dado foi ortodoxo, apontando para a necessidade de diminuição do déficit público. Consequentemente, o governo adotou política fiscal restritiva, bem como aumentou os juros e restringiu o crédito, para desestimular a demanda. Por fim, alterou a política salarial, que, na visão da equipe econômica, não condizia com os níveis de produtividade dos trabalhadores. Os ajustes salariais passaram, assim, a serem feitos abaixo da inflação, o que diminuiu, na prática, o poder de compra dos cidadãos. O PAEG não foi capaz de garantir forte crescimento econômico no período, mas foi fundamental para estabilizar a economia e a inflação, bem como para criar novos mecanismos de arrecadação e de controle da política monetária e fiscal do governo. Estabeleceu, desse modo, as bases necessárias para a expansão do Milagre Econômico.

O Milagre foi período de forte crescimento, com queda na inflação e melhora no Balanço de Pagamentos, em função da entrada de capitais na conta capital e financeira, que mais que compensava o déficit nas transações correntes. O governo expandiu o crédito para o público e para a agricultura; manteve a política salarial anterior, mas tentando compensar seus efeitos negativo; tabelou preços das tarifas; diminuiu juros; controlou os gastos do governo, que, apesar de elevados, eram compensados pela alta arrecadação; e adotou política de minidesvalorizações cambiais (crawling peg). Os empréstimos para as estatais eram contraídos no exterior, enquanto que, para agentes privados, boa parte dos empréstimos era feita pelo BNDE. O contexto internacional foi igualmente favorável ao crescimento, e o governo também estimulava

exportações com subsídios e busca de novos mercados no exterior. O forte crescimento legitimou o regime autoritário, que, a partir de então, preferiu estimular o crescimento a qualquer custo, postergando ajustes.

O período que seguiu o milagre já havia sofrido com os efeitos do primeiro choque do petróleo. O governo, pelo PND I e PND II, empenhou-se em aprofundar o ISI e substituir importações de petróleo. Lançou-se o Pró-alcool e foram aprovados grandes projetos de infraestrutura, como a construção de Itaipu e da Transamazônica. Apesar dos efeitos negativos do choque, mercado internacional foi inundado por petrodólares. Para financiar os grandes projetos do governo, os empréstimos tornaram-se recorrentes. Além disso, desde o milagre, o BP já não apresentava resultados tão favoráveis, dado que, à medida que o ISI se aprofundava, as importações brasileiras migravam para produtos de maior valor, como maquinários, aumentando o déficit na BC. O segundo choque do petróleo e o conseqüente aumento dos juros internacionais multiplicou o valor da já alta dívida externa, tornando-a quase impagável, pois os juros dos empréstimos não eram pré-fixados. O governo fez uma maxidesvalorização, mas, ainda assim, não optou pelo ajuste à curto prazo, com o objetivo de tentar replicar o crescimento do período anterior. Em 1981, a economia estava abalada, a inflação alta e a dívida externa gigantesca. Em 1983, o país assinou primeiro memorando com o FMI, iniciando longo período de ajuste e de crise que provavelmente poderiam ter sido evitados, não fosse o ímpeto de crescer às custas de empréstimos externos. (705 palavras. 11,75 palavras por linha).

AVALIAÇÃO

1. Apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos)

e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado): 1,5/1,5

2. Desenvolvimento do tema

2.1. Importância das reformas econômicas sucederam ao regime militar em abril de 1964: 7,5/7,5

2.2. Principais políticas propiciadoras do chamado “milagre econômico brasileiro”

da década de 70 do século passado: 9/9

2.3. Decisões da política econômica de meados e fins da década de 70 do século passado

fomentadoras da dívida externa brasileira como a maior do mundo no período de 1967 a 1981: 12/12

Resultado

Nota: **30**

Luiz Filipe Maciel Gomes

nota: **30/30**

Durante os anos em que os governos militares conduziram a política brasileira, o país vivenciou intensas experiências relacionadas a reformas, crescimento econômico, inflação acelerada e endividamento. Desde o governo Castelo Branco até o governo Figueiredo, o país mudou muito. Os militares entregaram um país com uma economia complexa e com uma grande capacidade produtiva, mas atolado em dívidas e com uma inflação crescente. Essa dinâmica decorre de fatores internos e externos que pautaram as decisões políticas e econômicas do período.

Em 1964, o Brasil encontrava-se numa situação econômica muito delicada. Com a chegada do regime militar, a estabilização econômica passou a ser o grande objetivo. Assim que assumiu a presidência, o marechal Castelo Branco nomeou os economistas Roberto Campos e Otávio Gouveia de Bulhões para dirigir a área econômica. Como lançamento do PAEG, buscava-se implementar reformas que viabilizassem o combate gradual da inflação e a retomada do crescimento. As reformas atacaram deficiências estruturais do país e tornaram possível o intenso crescimento econômico experimentado entre 1968 e 1973.

As reformas do PAEG concentraram-se em quatro áreas principais: mercado de trabalho, tributação, mercado financeiro e setor bancário. No âmbito da legislação trabalhista, buscou-se limitar restrições estruturais por meio da instituição do FGTS em substituição à estabilidade que era garantida a trabalhador após dez anos no emprego. A instituição do FGTS, além de flexibilizar a relação de emprego, contribuiu para o ajuste da economia à medida que criou uma poupança forçada para o trabalhador. Na seara tributária, a racionalização do sistema de arrecadação do governo (com tributos pagáveis na rede bancária) favoreceu o equilíbrio fiscal. Além disso, com o Código Tributário, os tributos foram reordenados. Com a criação do ICM (substituindo o imposto sobre diversões públicas) e com a ampliação da base de incidência do IR, a receita do governo cresceu bastante. Apesar disso, o sistema tributário tornou-se mais regressivo (impostos indiretos majorados) e foi centralizado na esfera federal, o que acentuou a desigualdade social ao longo do regime militar.

As reformas do setor financeiro viabilizaram a criação de instrumentos não inflacionários de financiamento do governo, por meio de títulos públicos. Contudo, à medida que a remuneração desses títulos públicos foi indexada, terminou-se por criar o problema da inflação inercial, que só seria resolvido nos anos 1990. As reformas do setor bancário viabilizaram a criação do Banco Central do Brasil e do COPOM. Além disso, foram estabelecidos bancos de fomento, bancos voltados ao financiamento de

capital de giro, bancos de investimento e caixas econômicas. No mais, o Sistema Financeiro Habitacional foi regulamentado.

No final dos anos 1960, tem início o chamado “milagre econômico brasileiro”, que foi assim alcunhado pois conciliou crescimento econômico, controle inflacionário e melhora nas contas externas. Serviram ao milagre econômico políticas de tabelamento de preços e salários, as quais tornaram possível o controle da inflação. Além disso, uma política de controle de juros contribuiu para o ajuste progressivo do quantitativo de meios de pagamento pelo governo. O milagre econômico brasileiro se deu em um momento em que havia grande disponibilidade de capital na economia global. Essa abundância de capital viabilizou a realização de investimentos na infraestrutura do país, já que os níveis de poupança interna não eram muito elevados na época. Grande parte desse esforço de investimento foi liderado por empresas estatais. Quanto ao setor externo, a política de desvalorização cambial promovida pelo ministro Delfim Netto possibilitou a expansão das exportações, que contavam com grande demanda externa devido ao bom momento econômico das economias estadunidense e europeia. Além disso, o câmbio desvalorizado reorientou o consumo para o mercado interno, fazendo com que a economia se expandisse a taxas superiores a 10% ao ano. Apesar disso, o endividamento externo cresceu bastante.

Em meados da década de 1970, no contexto do pós-primeiro choque do petróleo, a economia brasileira enfrentava um dilema: era necessário reorganizar a casa para garantir o crescimento. A opção feita pelo presidente Geisel foi aprofundar o modelo de substituição de importações, focando em setores relacionados à oferta de insumos, sobretudo petróleo, e bens de capital. A “marcha forçada” de Geisel foi viabilizada pela abundância dos chamados “petrodólares”, que eram captados pelo país a taxas de juros atrativas, tanto para os governos quanto para os investidores internacionais, os quais se deparavam com limites de juros nos EUA. O aprofundamento do processo de substituição de importações visava a garantir que o país conseguisse, no médio/longo prazo, reduzir a sua dependência externa no consumo de insumos/bens de capital e que pudesse gerar divisas por meio da exportação de bens produzidos internamente, tanto agrícolas quanto industriais. A dívida continuava a crescer, entretanto.

Com o choque do petróleo de 1979, a dependência externa se transformou em restrição externa. O aumento do preço do petróleo levou a um forte ajuste na taxa de juros norte-americana, que servia de parâmetro para os juros aplicáveis à dívida externa de países em desenvolvimento. Os juros dos empréstimos que vinham sendo contraídos externamente eram flutuantes e o serviço/montante da dívida disparou com a subida brusca feita pelo FED. Tentando solucionar a situação, o ministro Mário Henrique Simonsen optou por fazer um ajuste recessivo de caráter ortodoxo, mas não encontrou forças políticas para tanto e foi substituído pelo “gênio do milagre”, Delfim Netto, que buscou implementar por um ajuste gradual via desvalorização cambial. Porquanto a sua tentativa não logrou êxito, Delfim Netto teve que adotar uma

postura restritiva. O baixo crescimento econômico do país (com recessão em 1981), vinculado à alta dos juros e à moratória mexicana de 1982, piorou a situação da economia nacional, que vivia uma dinâmica inflacionária intensa, que deteriorava ainda mais os termos de troca do país.

Entre 1967 e 1981, a dívida externa do Brasil cresceu exponencialmente. Isso se deveu, sobretudo, ao modelo de desenvolvimento adotado pelo país, baseado no endividamento externo como forma de financiar o crescimento econômico. Entre 1968 e 1973 esse modelo viabilizou o milagre econômico, mas com os choques de 1973 e 1979, ajustes precisaram ser feitos. A partir de 1979, o crescimento da dívida inviabilizou a continuação desse modelo de desenvolvimento. (60 linhas)

AVALIAÇÃO

1. Apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado): 1,5/1,5
2. Desenvolvimento do tema
 - 2.1. Importância das reformas econômicas sucederam ao regime militar em abril de 1964: 7,5/7,5
 - 2.2. Principais políticas propiciadoras do chamado “milagre econômico brasileiro” da década de 70 do século passado: 9/9
 - 2.3. Decisões da política econômica de meados e fins da década de 70 do século passado fomentadoras da dívida externa brasileira como a maior do mundo no período de 1967 a 1981: 12/12

Resultado

Nota: 30

Nota média: Henrique Towata Sato

nota: **26,00/30**

Anteriormente ao golpe de 1964, havia intenso debate sobre os problemas estruturais que impediam o pleno desenvolvimento do país. A defesa das reformas de base por Goulart contribuíram para sua derrubada. O regime militar que se instalou, não negou a necessidade de reformas, mas priorizou aspectos diferentes.

No âmbito do PAEG, o governo Castelo Branco adotou importantes medidas para dinamizar a economia brasileira e superar gargalos estruturais, mas, se os objetivos eram ortodoxos os métodos muitas vezes foram heterodoxos. Campos e Bulhões atuaram conjuntamente na modernização administrativa: a SUMOC foi extinta e as atribuições típicas de bancos centrais foram retiradas do Banco do Brasil e passadas para o BACEN, responsável pela execução da política monetária definida pelo também criado CMN, persistiu no entanto a ligação do BB com o Tesouro Nacional pela conta movimento. A tributação também foi modificada com o fim do efeito cascata em favor de impostos sobre valor agregado (como o ISS e o IPI) o que dinamizou a economia, embora a elevação desses impostos tenha tido resultados regressivos sobre a distribuição de renda. A negociação salarial e a atividade sindical autônoma foram reprimidas não só pela ação coercitiva mas também pela institucionalização de reajustes salariais com base em estimativas de inflação que no entanto eram inferiores à inflação real, assim o salário nominal [sic, aqui deveria ser o salário real] se reduzia enquanto o lucro empresarial se expandia, o que contribuiu para dinamizar a economia. Instrumentos de poupança compulsória como o FGTS foram utilizados para mitigar os baixos níveis de poupança interna, assim como o arrocho fiscal ampliou a possibilidade de poupança do governo. A criação das ORTNs e o fim da lei da usura permitiram o financiamento não inflacionário do déficit público. O aumento da poupança e dos mecanismos de financiamento (também foi promovida uma reforma bancária) permitiu que os investimentos fossem ampliados, especialmente os públicos em obras de infraestrutura e por meio de empresas estatais.

As reformas do PAEG junto da dinâmica demográfica e social interna e da conjuntura externa permitiram o “milagre econômico brasileiro”. O milagre é caracterizado por altas taxas de crescimento econômico (da ordem de 10%), uma inflação controlada (em um patamar alto para os padrões atuais, mas aceitável à época) e um setor externo equilibrado. A explosão demográfica em paralelo com a urbanização e progressiva inclusão da mulher no mercado de trabalho permitiram que a massa salarial crescesse, mesmo com o achatamento salarial, o que ampliou o consumo interno. Os investimentos viabilizados com o PAEG, pela geração de poupança, tiveram seus efeitos potencializados pelo aumento do fator trabalho, que manteve o produto marginal do capital em níveis altos. Externamente, em uma tendência crescente, os governos militares buscaram expandir a presença brasileira para novos mercados (no Leste Europeu, Ásia e Oriente Médio), onde os produtos brasileiros poderiam ter maior competitividade. As divisas obtidas com as exportações viabilizaram

a importação de bens de capital mais tecnologicamente intensivos, bem como insumos, necessários para a manutenção e modernização da economia brasileira. Assim, além da formação de capacidade ociosa no PAEG, o aumento da produtividade também contribuiu para o controle inflacionário.

Em 1973, o primeiro choque do petróleo elevou o preço do combustível e exigiu do governo brasileiro uma ação para equilibrar o setor externo, dado que a economia brasileira era altamente dependente do diesel que era majoritariamente importado. As soluções possíveis descartadas eram a adoção de políticas contracionistas para a redução da absorção interna e a desvalorização cambial que modificaria o patamar de equilíbrio entre importações e exportações pela alteração de competitividade relativa. Em um momento em que o governo buscava reafirmar a legitimidade pela eficiência para viabilizar o projeto de abertura, o potencial recessivo da primeira alternativa e o inflacionário da segunda levaram ao seu descarte. A opção pelo endividamento externo era viabilizada conjuntamente pela reciclagem dos petrodólares que aumentaram a liquidez internacional e era estrategicamente justificável pois com a finalização da industrialização por substituição de importações o país poderia futuramente expandir qualitativa e quantitativamente seus superávits comerciais. O segundo choque do petróleo, em 1979, e o aperto monetário que se seguiu inviabilizaram esse processo.

O aumento dos juros internacionais expandiu drasticamente os dispêndios com a dívida. A solução cambial foi tentada entre 1979 e 1980, mas provou-se insuficiente, agravando ainda mais o desequilíbrio externo. O quadro só foi estabilizado com um forte ajuste recessivo somado ao auxílio do FMI e o aumento das exportações, de 1981 em diante. Ainda que os fluxos tenham sido equilibrados, a dívida externa precisou ser renegociada outras vezes. (60 linhas)

AVALIAÇÃO

1. Apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado): 1,5/1,5

2. Desenvolvimento do tema

2.1. Importância das reformas econômicas sucederam ao regime militar em abril de 1964: 7,5/7,5

2.2. Principais políticas propiciadoras do chamado “milagre econômico brasileiro” da década de 70 do século passado: 9/9

2.3. Decisões da política econômica de meados e fins da década de 70 do século passado fomentadoras da dívida externa brasileira como a maior do mundo no período de 1967 a 1981: 8/12

Resultado

Nota: 26

Pior nota: Anônimo

nota: **22/30**

As várias reformas econômicas efetuadas nos primeiros anos do regime militar, mormente agrupadas no Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG), permitiram, juntamente com a favorável conjuntura econômica dos finais da década de 1960, a ocorrência do chamado “milagre econômico”. Decisões tomadas pelo governo Geisel após o primeiro choque do petróleo de 1973, contudo, levariam ao superendividamento brasileiro e à grave crise da dívida no início dos anos 1980.

Castello Branco assumiu um país com inflação galopante, PIB fraco e sérios problemas estruturais. Para combater essa situação, levou a cabo o PAEG, conjunto de medidas que podem ser resumidas como segue. Para conter a inflação, o governo passou a adotar políticas fiscais e monetárias contracionistas; instituiu uma política salarial que visava a achatar os salários e elevar os lucros. Também como medida anti-inflacionária, mas destinada a conter desarranjos nas contas públicas, houve significativa reforma tributária e financeira: passou-se a emitir um novo título de dívida, a ORTN, que era indexada à inflação, permitindo ao governo contornar a Lei da Usura e se financiar por emissão de dívida em vez de moeda; houve aumento de alíquotas e base de arrecadação do Imposto de Renda para pessoas físicas; criou-se novos impostos e extinguiu-se outros, visando a evitar cobranças em cascata, que prejudicavam a economia; centralizou-se fortemente a arrecadação na União, e criou-se um Fundo de Participação para Estados e municípios de modo a redistribuir os tributos. Com bastante atraso, criou-se finalmente o Banco Central do Brasil, com mais poderes que a SUMOC e destinado a executar a política monetária e a fiscalizar o sistema financeiro. Este, aliás, foi acrescido de instituições voltadas ao financiamento imobiliário, como o BNH. Enfim, criou-se o FGTS, o que passou a permitir o fim da estabilidade obrigatória do emprego a partir de determinado tempo. As reformas do PAEG tiveram os seguintes efeitos: aumentaram a carga tributária e os poderes econômicos da União; comprimiram os salários e baixaram os demais custos trabalhistas, aumentando os lucros corporativos e a flexibilidade dos empregadores; criaram um sistema financeiro nacional mais eficaz e moderno; reduziram enormemente a inflação legada por Goulart.

Coube a Costa e Silva e a Médici, sob a batuta de Delfim Netto, o aproveitamento das condições favoráveis internas e externas. Começa, em 1968, o período conhecido como “milagre econômico brasileiro”, no qual, até 1973, o Brasil cresceu seu PIB à taxa anual média superior a 10%, enquanto a inflação ficou incrivelmente baixa para os padrões da época. O “milagre” foi favorecido por pesados investimentos do governo, em parte já financiados por empréstimos externos, que alavancaram a produção industrial num aprofundamento do processo de substituição de importações. Além disso, havia relativa capacidade ociosa na economia brasileira, causada por anos de baixo crescimento nos estertores do governo civil e do PAEG.

O forte aumento do emprego gerou crescimento considerável da massa salarial, apesar da contenção dos salários reais, o que impulsionou o consumo que, por sua vez, induzia investimentos adicionais. Delfim manteve o câmbio fixo, com ocasionais minidesvalorizações (crawling peg), de modo a facilitar importações necessárias à continuação da industrialização sem prejudicar em demasia as exportações (que já contavam, crescentemente, com produtos manufaturados). Por fim, importante destacar que o bom comportamento da inflação era devido à existência de uma comissão estatal que tabelava vários preços.

O choque do petróleo de 1973, porém, alterou radicalmente o cenário. O insumo era quase todo importado, e a multiplicação de seu preço reduziu rapidamente o crescimento econômico nos primeiros meses. A legitimação do regime pelo crescimento, entretanto, tornava arriscado a Geisel permitir um “pouso forçado”; além disso, muitos investimentos da fase do “milagre” ainda estavam por maturar, havendo risco de falências e desgraças adicionais se o mercado interno se contraísse. A saída de Geisel foi se aproveitar dos fartos petrodólares que inundavam os mercados globais e seguir a industrialização, agora capitaneada pelas empresas estatais, que se multiplicaram e se endividaram pesadamente. Geisel acreditava que a vulnerabilidade externa acabaria quando terminássemos de implementar a última fronteira industrial – a de bens de capital – e ampliássemos as fontes e a oferta de energia interna. A estratégia de “marcha forçada” funcionou enquanto abundava a liquidez internacional. Sob Figueiredo, entretanto, houve novo choque do petróleo (1979), desta vez tão intenso que levaria a políticas monetárias contracionistas no Norte para conter a inflação de custos. O grosso da dívida brasileira estava vinculada a juros variáveis; com a alta dos juros internacionais, e a demora de Figueiredo em perceber a drástica alteração na conjuntura internacional, o II PND de Geisel legou ao sucessor uma dívida impagável e, logo, uma inflação que saíria do controle. As mudanças estruturais resultantes das escolhas de Geisel frutificaram, como se percebe na balança comercial em meados dos 80s, mas seu custo foi exorbitante.

AVALIAÇÃO

1. Apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos)

e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado): 1,5/1,5

2. Desenvolvimento do tema

2.1. Importância das reformas econômicas sucederam ao regime militar em abril de 1964: 7,5/7,5

2.2. Principais políticas propiciadoras do chamado “milagre econômico brasileiro” da década de 70 do século passado: 9/9

2.3. Decisões da política econômica de meados e fins da década de 70 do século passado fomentadoras da dívida externa brasileira como a maior do mundo no período de 1967 a 1981: 4/12

Resultado

Nota: 22

banca:

Daniel Klug Nogueira

Hélio Silva Filho

Renato Coelho Baumann das Neves

_questão 3

A partir da experiência inovadora do Banco Central da Nova Zelândia em 1990, várias economias adotaram o sistema de metas para a inflação. Nesse regime monetário, em que a âncora nominal da política monetária é a própria meta, os bancos centrais precisam atuar de forma autônoma (...).

Dez anos de metas para a inflação no Brasil (1999-2009). Banco Central do Brasil.

Defensores de regimes de metas de inflação argumentam que políticas monetárias discricionárias podem gerar ineficiências no combate à inflação. Um dos principais arcabouços teóricos desses regimes é a denominada “regra de Taylor”, do economista John B. Taylor, a qual estabelece para a taxa de juro nominal regra que atenda a desvios nos níveis esperados para a inflação e o produto interno bruto (PIB) em relação, respectivamente, à meta de inflação e ao crescimento médio anual “ideal” para o PIB no longo prazo — “ideal”, no sentido de preservar a estabilidade monetária e o equilíbrio de longo prazo entre oferta e demanda.

Considerando os fragmentos de textos anteriormente apresentados como referência inicial e a fórmula simplificada da regra de Taylor expressa por taxa de juro nominal = taxa de juro real de equilíbrio + [expectativa de inflação ! meta de inflação] + [expectativa de crescimento do PIB ! crescimento ideal do PIB de longo prazo], faça o que se pede a seguir.

1. Explique como a adoção do regime de metas de inflação por um banco central pode gerar menor nível de inflação na perspectiva: a) da credibilidade da política monetária; b) das expectativas dos agentes econômicos. Comente as análises de a) e b) com o uso da fórmula simplificada da regra de Taylor apresentada.

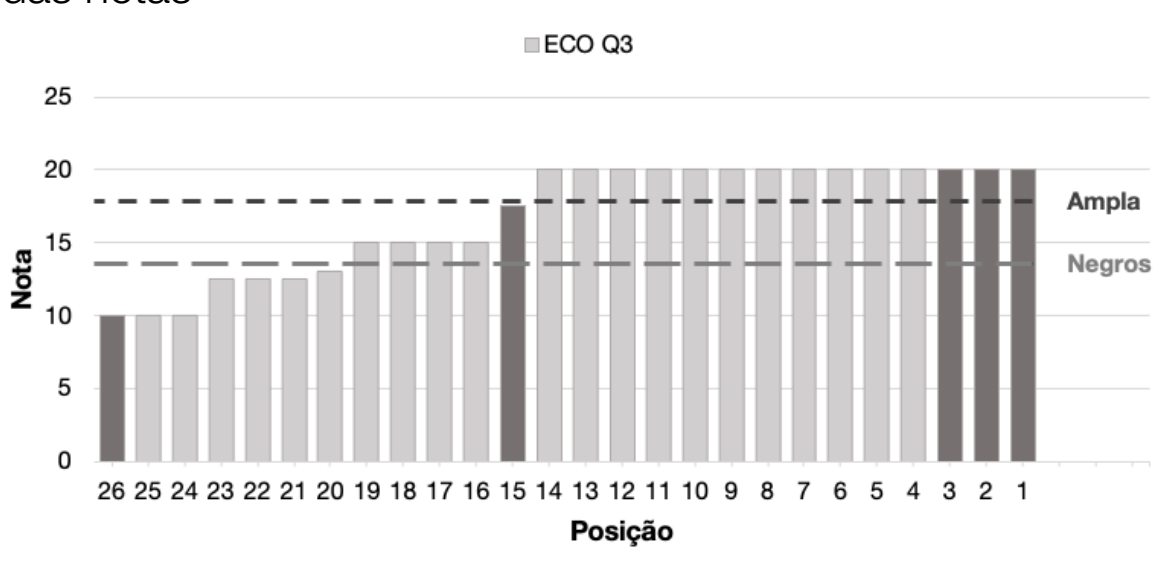
2. Discorra a respeito do risco para o controle inflacionário em um “regime dual”, com metas simultâneas para inflação e crescimento do PIB, no cenário em que a meta para o PIB seja

demasiadamente ambiciosa. Comente sua resposta com a referida fórmula simplificada da regra de Taylor, submetendo-a a alterações, se necessário.

3. Explique como a autonomia do banco central de um país — a partir, por exemplo, da adoção de mandato de diretoria fixo e não atrelado ao ciclo político de eleições para a presidência do país — poderia fortalecer o regime de metas de inflação à luz da credibilidade desse banco central e das expectativas dos agentes econômicos.

*Extensão máxima: 40 linhas
[valor: 20,00 pontos]*

Distribuição das notas



Padrão de resposta da questão 3

1. a) Credibilidade da política monetária: O comprometimento do Banco Central com uma meta de inflação, com possível penalidade em caso de seu descumprimento (exemplo: eventual perda de mandato de seus dirigentes), aumenta a crença dos agentes econômicos de que um menor nível inflacionário representado pela “meta” será perseguido. Na “regra de Taylor” descrita, caso ocorra aumento da “expectativa de inflação” acima da “meta de inflação”, espera-se que o Banco Central aumente também a sua “taxa de juro nominal” para preservar a credibilidade da política monetária.

1. b) Expectativas dos agentes econômicos: O comprometimento do Banco Central com a meta de inflação diminui a incerteza em relação à inflação futura e, portanto, reduz as expectativas inflacionárias dos agentes econômicos. Essa dinâmica tende a gerar menor nível inflacionário, uma vez que as expectativas de inflação influenciam os potenciais repasses de preços dos agentes econômicos. Na “regra de Taylor” descrita, essa dinâmica levaria ao longo do tempo a menores níveis de “expectativa de inflação” e, portanto, a menores níveis de juros nominais para atingir a “meta de inflação”.

2. Em um regime de metas dual, ao definir uma meta muito ambiciosa para o crescimento do PIB — muito acima do mencionado nível “ideal” de longo prazo, que preserva a estabilidade monetária —, corre-se o risco de o Banco Central adotar um nível de taxas de juro nominal mais baixo do que o suficiente para conter as expectativas de inflação e atingir a meta. O regime de metas poderia perder credibilidade e tornar-se insustentável. Na “regra de Taylor” descrita, a “meta para o PIB” poderia substituir o item “crescimento ideal do PIB de longo prazo”. Quanto mais ambiciosa essa meta de PIB, menores seriam os juros nominais fixados pelo Banco Central e, ceteris paribus, menor a capacidade de se atingir uma mesma meta de inflação. A sinalização de uma meta muito ambiciosa para o PIB, em consequência, levaria a uma deterioração nas expectativas dos agentes em relação ao cumprimento da meta de inflação e ao regime de metas como um todo. Em um segundo momento, a “expectativa de inflação” seria elevada e exigiria maiores níveis de juros nominais.

3. Ao conferir mandato fixo para os dirigentes do Banco Central, com períodos distintos daquele do ciclo eleitoral, evita-se o risco de mudança súbita nos rumos da política monetária como decorrência de um novo governo federal. Com a autonomia, os dirigentes não poderiam ser demitidos por um novo presidente da República. Haveria reforço da credibilidade em relação à própria manutenção do regime e ao cumprimento da meta de inflação, mesmo com a transição de governo. As expectativas de inflação dos agentes econômicos, ceteris paribus, seriam razoavelmente controladas, mesmo com a incerteza eleitoral, o que contribuiria para reduzir o risco de descumprimento futuro da meta de inflação.

Jorge Luiz de Lima Santos

nota: **20/20**

A adoção de um regime de metas de inflação é uma forma de a Autoridade Monetária estabelecer previsibilidade e estabilidade para a economia de um país. Esse regime demanda, portanto, uma política monetária autônoma capaz de reagir a eventuais desvios da meta. O principal instrumento de um Banco Central para agir na condução dessa meta é a taxa de juro nominal. Como expressa a fórmula simplificada da regra de Taylor, a taxa de juro responde à expectativa de inflação. Se essa expectativa aumenta, o juro nominal aumenta. Da mesma forma, se a expectativa de crescimento do PIB for maior do que o crescimento ideal do PIB de longo prazo, a taxa de juro nominal sobe. Uma expectativa de crescimento do PIB elevada pode gerar expectativas sobre os agentes econômicos de inflação futura. Uma ação preventiva do Banco Central permitiria reforçar a credibilidade da política monetária, ancorando as expectativas e sinalizando a manutenção das metas para os agentes.

A adoção de um regime dual, com metas simultâneas para a inflação e crescimento do PIB poderia gerar políticas econômicas conflitivas. Na medida em que um determinado governo lança mão de políticas fiscais que busquem alcançar um certo crescimento do PIB, ele pode influenciar a expectativa de crescimento do PIB, conforme demonstra a fórmula de Taylor. Os agentes econômicos podem, em consequência, aumentar a expectativa de inflação, o que exigiria um aumento ainda maior do juro nominal, caso o Banco Central siga estritamente a fórmula de Taylor na execução da política monetária. Em um cenário em que a meta do PIB seja demasiadamente ambiciosa, o risco de contágio sobre o controle inflacionário seria alto, dado que os agentes ampliariam suas expectativas sob a inflação, com possibilidade de risco sobre a credibilidade da Autoridade Monetária diante de um possível quadro de dominância fiscal.

A sustentabilidade do sistema econômico de um país depende da previsibilidade dele no longo prazo. Os agentes econômicos tomam decisões de investimento num horizonte mais amplo. Nesse sentido, a autonomia do Banco Central poderia assegurar aos agentes continuidade nas políticas monetárias. Uma das principais funções do Banco Central é exatamente garantir o equilíbrio e estabilidade da moeda de forma a permitir resultados econômicos mais sustentáveis. Um mandato de diretoria fixo e independente dos ciclos e disputas eleitorais permitiria que tantos agentes internos quanto externos reduzissem seu receio ao risco, ocasionado por mudanças súbita na política monetária, muitas vezes em razão não de demandas ou necessidades técnicas da conjuntura econômica, mas de pressões políticas mais imediatistas. A autonomia do Banco Central, portanto, poderia aumentar a credibilidade da instituição, ancorando as expectativas dos agentes, e de certa forma, protegendo a economia das oscilações e incertezas geradas a cada ciclo eleitoral.

AVALIAÇÃO

1. Apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado): 1,5/1,5
2. Desenvolvimento do tema
 - 2.1. Regime de metas: credibilidade e expectativas: 10/10
 - 2.2. Regime dual com metas para inflação e PIB: 5/5
 - 2.3. Autonomia do banco central de um país e o fortalecimento do regime de metas de inflação: 4/4

Resultado

Nota: 20

Henrique Towata Sato

nota: **20/20**

As “profecias autorrealizáveis” na economia são decorrência da atuação dos agentes econômicos com base em expectativas. Se um agente é capaz de exercer uma influência relevante sobre determinada variável econômica e possui credibilidade junto ao conjunto de agentes, suas declarações contribuem para a convergência de expectativas, as quais podem ser por si mesmas instrumentos de política econômica.

Em um regime de metas de inflação, como o brasileiro, o anúncio de metas de inflação permite que os agentes econômicos alinhem suas expectativas às da autoridade quanto à variação do nível geral de preços. Sob a perspectiva de credibilidade da política monetária, é indispensável que a atuação do banco central seja independente e de que a meta tenha um histórico de atendimento, assim o termo de regra de Taylor que diz respeito à discrepância entre expectativas e metas de inflação pode ser minorado. Ademais, ao terem suas expectativas alinhadas à meta, os próprios agentes econômicos contribuem para o seu cumprimento pois reajustam seus preços de acordo com essas expectativas. Assim, o alinhamento de expectativas e a credibilidade dos executores da política monetária reduzem os juros nominais, segundo Taylor.

Um “regime dual”, com objetivos para a política monetária (inflação) e fiscal (crescimento), por si só não é prejudicial ao controle inflacionário, desde que as metas sejam coerentes entre si. Segundo a regra de Taylor, os juros nominais são influenciados tanto pelo diferencial entre expectativa e meta de inflação, quanto pelo diferencial entre a expectativa de crescimento e o crescimento do PIB que permita a estabilidade. No entanto, inflação e crescimento não são variáveis independentes e as expectativas para uma delas afeta a outra. Assim, uma meta de crescimento extremamente ambiciosa leva ao descolamento entre a expectativa de crescimento do PIB e o crescimento ideal que é informado pela economia real e as expectativas de inflação. Caso o governo exerça influência sobre o banco central, as expectativas de inflação também podem distanciar-se da meta, pois a credibilidade é prejudicada - acreditar-se-á que a meta de inflação será preterida em favor da de crescimento.

Torna-se claro, portanto, que, se um “regime dual” for adotado, as metas devem ser coerentes com a capacidade física da economia e também com a percepção dos agentes sobre ela, o que torna o processo bidirecional e reforça a importância dos instrumentos de coleta de percepções. Além disso, as autoridades responsáveis pela execução da política monetária devem ser críveis, o que pode ser obtido com o distanciamento de sua indicação de fatores político-eleitorais, como por exemplo com mandatos fixos e indicações informadas por critérios técnicos.

No caso brasileiro, desenvolvimentos recentes em que a política monetária foi subordinada aos interesses eleitorais do governo, como na busca de níveis mais elevados de crescimento e suas trágicas consequências, evidenciam a necessidade de um banco central autônomo. Os prejuízos para a credibilidade da política monetária ainda são sentidos, o que a torna menos efetiva. Em oposição, a recuperação da credibilidade pode tornar a economia mais resiliente, mas reformas são para isso necessárias. (40 linhas)

AVALIAÇÃO

1. Apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado): 1/1

2. Desenvolvimento do tema

2.1. Regime de metas: credibilidade e expectativas: 10/10

2.2. Regime dual com metas para inflação e PIB: 5/5

2.3. Autonomia do banco central de um país e o fortalecimento do regime de metas de inflação: 4/4

Resultado

Nota: 20

Pedro Vale de Andrade Arruda Câmara

nota: **20/20**

O regime de metas de inflação, adotado no Brasil a partir de 1999, no ensejo da ruptura da âncora cambial, logrou manter o processo inflacionário sob controle durante os anos 2000. Na primeira metade da década de 2010, contudo, na esteira da Nova Matriz Econômica, sua coexistência com metas de crescimento do produto implicou a perda de sua eficácia e a elevação dos índices inflacionários. Cabe, nesse contexto, analisar o funcionamento do regime de metas de inflação à luz da “regra de Taylor”, bem como as condições de sua eficácia.

Para que um regime de metas de inflação funcione de forma adequada, é necessário que os agentes econômicos tenham confiança na capacidade dos operadores da política monetária em aplicá-lo. De acordo com a “regra de Taylor”, a taxa de juro nominal que a autoridade monetária deve estabelecer depende tanto da meta de inflação e do crescimento considerado “ideal” para o PIB quanto das expectativas dos agentes em relação à inflação e ao crescimento do produto. Nesse sentido, caso os agentes não confiem na capacidade da autoridade monetária e tenham elevadas expectativas inflacionárias, a “regra de Taylor” determina que, para que se preserve a meta, a taxa de juro nominal cresça de acordo, gerando efeitos recessivos na economia. Por outro lado, uma autoridade monetária com credibilidade consegue manter, ao mesmo tempo, a meta e uma taxa de juro nominal menor, na medida em que os agentes cultivem menores expectativas inflacionárias.

De acordo com esses pressupostos, um “regime dual”, no qual coexistam metas de inflação e de crescimento, apresenta riscos para a estabilidade desse sistema. Normalmente, a taxa de crescimento considerada ideal, em um regime de metas de inflação, é aquela que preserva a estabilidade monetária e garante o equilíbrio econômico de longo prazo. Por outro lado, um “regime dual”, no qual a meta para o crescimento seja relativamente elevada, vai se refletir em uma taxa de juro nominal mais baixa, conforme a “regra de Taylor”, caso a autoridade monetária não seja independente. A expansão da base monetária resultante gerará uma pressão inflacionária, afetarà as expectativas dos agentes e comprometerá a meta de inflação.

Nesse sentido, a importância de um banco central que tenha autonomia para aplicar a política monetária, sem preocupar-se com possíveis ingerências políticas, torna-se evidente. Baseando-se, ainda, na “regra de Taylor”, um banco central independente determinará que se alcance uma taxa de juro nominal que reflita perspectivas razoáveis de crescimento do PIB e que assegure a manutenção da meta de inflação. Além disso, um banco central independente terá maior credibilidade e gerará expectativas mais favoráveis

nos agentes econômicos, garantindo que a taxa de juro nominal determinada seja suficiente para assegurar um crescimento sustentável.

O regime de metas de inflação representa uma maneira eficiente de combater o processo inflacionário, mas requer o comprometimento e autonomia da autoridade monetária para que seja eficaz.

AVALIAÇÃO

1. Apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos)

e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado): 1/1

2. Desenvolvimento do tema

2.1. Regime de metas: credibilidade e expectativas: 10/10

2.2. Regime dual com metas para inflação e PIB: 5/5

2.3. Autonomia do banco central de um país e o fortalecimento do regime de metas de inflação: 4/4

Resultado

Nota: 20

Nota média: Angelo Paulo Sales dos Santos

nota: 17,5/20

O sistema de metas para a inflação tem sido adotado em vários países, inclusive o Brasil, como forma de controle da pressão inflacionária. Nesse modelo, a fixação prévia de parâmetros de inflação a serem perseguidos pela política monetária funciona como principal âncora para as expectativas dos agentes econômicos, exigindo, portanto, uma condução monetária firme e comprometida com as metas pré-definidas.

Sob a perspectiva da credibilidade da política monetária, a adoção do regime de metas de inflação contribui para reduzir a taxa de aumento de preços na medida em que uma política monetária confiável assegura ao mercado que a autoridade monetária usará os instrumentos necessários para o atingimento da meta proposta, inclusive aumentando a taxa de juro real praticada na economia, de forma a reduzir a expectativa de crescimento do PIB. Em relação às expectativas dos agentes econômicos, as metas de inflação funcionam como verdadeira âncora para as decisões a serem tomadas para o futuro, que passam a refletir a taxa de inflação definida pela autoridade monetária. Destarte, segundo a fórmula da regra de Taylor, as expectativas de inflação aproximam-se da meta, evitando um descolamento entre a taxa de juro nominal e a taxa de juro real de equilíbrio muito grande.

No caso de um “regime dual”, com metas de inflação e de crescimento do PIB, uma meta para o PIB demasiadamente ambiciosa gera o grave risco de controle inflacionário. Afinal, segundo a Lei de Phillips, as taxas de desemprego e de inflação são negativamente relacionadas, de forma que a redução do desemprego (com aumento do PIB) tende a acelerar a inflação. Segundo a regra de Taylor, a taxa de juro nominal – taxa de juro real – expectativa de inflação + meta de inflação = expectativa de crescimento do PIB – crescimento ideal do PIB de longo prazo; logo, um aumento na expectativa de crescimento do PIB, por uma meta ambiciosa, pode ter consequências proporcionais na taxa de inflação.

Ressalta em importância, nesse contexto, a adoção de um sistema em que a autoridade monetária do país que adota o regime de metas inflacionárias tenha autonomia para executar a política monetária. Deveras, medidas como a adoção do mandato fixo para a diretoria do Banco Central, desvinculado de períodos eleitorais, evitam que interferências políticas possam prejudicar a adoção de medidas voltadas para o atingimento das metas, muitas vezes impopulares. Para os agentes econômicos, essa autonomia é a sinalização de que a política monetária seguirá perseguindo as metas estabelecidas. Para a credibilidade do banco central, a autonomia reforça seu papel como executor de uma política monetária coerente, livre de intervenções decorrentes de necessidades políticas ocasionais.

AVALIAÇÃO

1. Apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado): 1/1
2. Desenvolvimento do tema
 - 2.1. Regime de metas: credibilidade e expectativas: 10/10
 - 2.2. Regime dual com metas para inflação e PIB: 2,5/5
 - 2.3. Autonomia do banco central de um país e o fortalecimento do regime de metas de inflação: 4/4

Resultado

Nota: 17,5

Pior nota: Anônimo

nota: **10/20**

A base do sistema de metas para a inflação é a confiança dos agentes econômicos no banco central. Nesse sentido, a atuação autônoma e ancorada do banco central na execução da política monetária evita distorções nominais e garante a previsibilidade dos processos econômicos. Segundo a regra de Taylor, a taxa de juro nominal de longo prazo deve equivaler a taxa de juro real de equilíbrio. Com base nessa premissa, cabe analisar a importância das metas de inflação para as expectativas dos agentes e para o crescimento econômico de curto e longo prazo.

O estabelecimento e a consecução de metas de inflação contribui para o aumento da credibilidade da política monetária de um país. O aumento da previsibilidade decorrente disso leva a uma melhora das expectativas dos agentes econômicos. Assim, as expectativas de inflação e de crescimento do PIB convergem, respectivamente, para a meta de inflação e o crescimento ideal do PIB de longo prazo. De acordo com a regra de Taylor, essa situação garante que a taxa de juro nominal seja equivalente à taxa de juro real de equilíbrio. Em razão do otimismo e da previsibilidade característico desse cenário, demanda e oferta agregada também tendem ao equilíbrio, garantindo estabilidade macroeconômica no longo prazo.

Em um “regime dual”, com metas simultâneas para inflação e crescimento do PIB, é necessário que se reconheça a inter-relação desses dois indicadores econômicos no curto prazo. Uma economia superaquecida, com altas expectativas de crescimento do PIB, tende a gerar expectativas de aumento da inflação. Afinal, a maneira mais rápida de se estimular o crescimento econômico a fim de atingir a meta para o PIB é o estímulo à demanda agregada. Quando $DA > OA$, há tendência de inflação. Nesse cenário, em que expectativa de inflação $>$ meta de inflação e expectativa de crescimento $>$ crescimento ideal do PIB de longo prazo, os juros nominais serão maiores que a taxa de juro real de equilíbrio. A persistência dessa situação prejudica consumo, investimento e gastos do governo, prejudicando o crescimento e previsibilidade macroeconômica.

A autonomia do banco central de um país – por meio da adoção de mandato de diretoria fixo e não atrelado às eleições, por exemplo – contribui para que o direcionamento da política monetária ocorra com base em critérios técnicos, sem que haja interferências de ordem político-eleitoral. Um dos fatores que aumentam a credibilidade do banco central é a percepção de que suas decisões correspondem às necessidades macroeconômicas do momento. Exemplo disso é a recente situação de descrédito do banco central argentino (sic), em razão da interferência do governo Macri na definição das taxas de juros. Esse fato contribuiu para a deterioração das expectativas dos agentes econômicos, levando a uma fuga

em massa de capitais do país. Para que os agentes econômicos tenham segurança ao tomar decisões, é necessário previsibilidade. A interferência política em bancos centrais enfraquece esse fator determinante para a estabilidade macroeconômica.

No Brasil, o regime de metas de inflação é adotado desde 1999, e integra o chamado tripé econômico, composto também pela meta de superávit fiscal e pelo regime de câmbio flutuante. Nesse sentido, deve-se garantir a autonomia do BACEN, a fim de assegurar a confiança, a previsibilidade e o crescimento econômico ideal de longo prazo.

AVALIAÇÃO

1. Apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado): 1/1

2. Desenvolvimento do tema

2.1. Regime de metas: credibilidade e expectativas: 2,5/10

2.2. Regime dual com metas para inflação e PIB: 2,5/5

2.3. Autonomia do banco central de um país e o fortalecimento do regime de metas de inflação: 4/4

Resultado

Nota: **10**

banca:

Daniel Klug Nogueira

Hélio Silva Filho

Renato Coelho Baumann das Neves

_questão 4

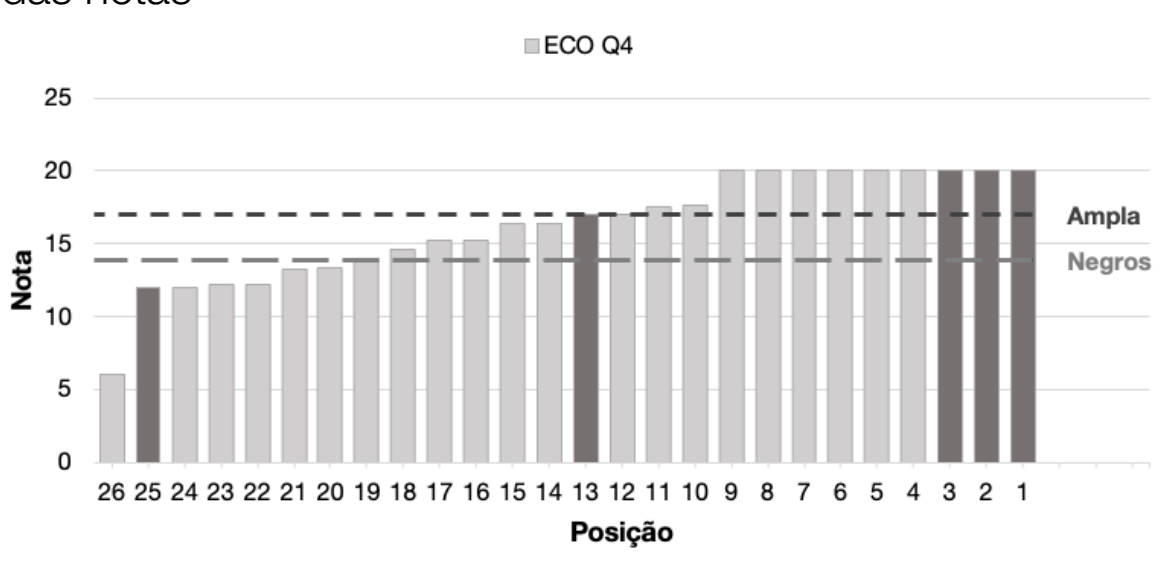
Considerando a situação de uma empresa sob concorrência perfeita que, ainda que mantenha prejuízos no curto prazo, tenha interesse em continuar produzindo, faça o que se pede a seguir.

1. Defina lucro econômico comparando-o com os custos de oportunidade das quatro categorias de fatores de produção: terra, capital, trabalho e capacidade empresarial.
2. Apresente a distinção entre o curto e o longo prazo na análise dos custos.
3. Disserte acerca de condições sobre o preço para que a referida empresa, ainda que sob prejuízo, continue produzindo.

Extensão máxima: 40 linhas

[valor: 20,00 pontos]

Distribuição das notas



Padrão de resposta da questão 4

A receita total de uma firma que, sob concorrência perfeita, venda seu produto a um preço fixo — o preço de equilíbrio de mercado — dependerá apenas da quantidade que vender por esse preço. Por outro lado, seus custos são definidos de acordo com os insumos usados, separados em quatro categorias. Os fatores referentes à terra (terreno, galpão utilizado como sede ou local de produção) têm seu custo representado pelo aluguel, seu custo de oportunidade. Por sua vez, os fatores ligados ao capital (bens de produção em geral, como máquinas, ferramentas e matéria-prima) são remunerados pelos juros, e têm sua parcela dos custos. O trabalho traz, como custo, os salários. Por fim, a capacidade empresarial terá como remuneração pelo seu custo de oportunidade o lucro, que é distinto do lucro econômico, definido este como a diferença entre a receita total obtida com a venda do produto e a soma dos custos ora enumerados. Ou seja, o lucro econômico é um excedente em relação ao lucro necessário para cobrir os custos de oportunidade do empresário, os quais já estão computados no custo da firma.

Para avaliar a possibilidade de a firma produzir ainda que sob prejuízo, é necessário distinguir o curto prazo do longo prazo. Na análise da teoria da produção, a análise de longo prazo é aquela que considera que todos os fatores de produção podem ter variação em sua utilização. Ou seja, no curto prazo, há pelo menos um fator de produção em quantidade fixada. Em termos de custo, isso implica, no curto prazo, a existência de custos fixos. Logo, para analisar quando uma firma sob concorrência perfeita continuará produzindo, ainda que tenha prejuízos no curto prazo, deve-se assumir a existência de custos fixos e custos variáveis.

Uma firma tem prejuízo econômico (ou lucro econômico negativo) quando sua receita total é menor que seu custo total. Em termos unitários, isso significa que seu preço de venda é menor que o custo médio. Caso o preço seja tão pequeno que não passe nem mesmo dos custos variáveis médios, isso significa que o que essa empresa ganha na venda de seu produto não cobre nem mesmo o custo necessário para produzi-lo. Assim, é melhor que encerre suas atividades; seu prejuízo, nesse caso, será limitado ao custo fixo. Todavia, caso o preço de venda ainda seja maior que o custo variável médio, isso significa que essa receita é suficiente para pagar pela parcela do custo devida à produção, além de pagar uma parte dos custos fixos. Ora, se isso ocorre, deixar de produzir fará que a empresa arque com um prejuízo igual à totalidade dos custos fixos; uma situação pior do que manter a receita entre o custo variável e o custo total. Assim, nessa situação específica, a firma deve continuar produzindo, ainda que mantenha prejuízo no curto prazo.

Andre Luiz Lettieri Alves

nota: **20/20**

O lucro econômico difere do lucro contábil uma vez que o conceito leva em consideração o custo de oportunidade dos fatores de produção. O custo de oportunidade é a consequência da escolha, por um agente econômico, do uso de cada fator. Dessa forma, quando um proprietário de terras escolhe produzir em sua posse, ele arca com o custo de oportunidade de, por exemplo, não alugar suas terras, não ganhando o valor que viria dessa operação. O mesmo raciocínio aplica-se sobre os outros fatores, por exemplo: a utilização do capital para investimento produtivo impede seu uso para a especulação; a decisão de vender a mão de obra para uma firma impede a realização de outras ações, como o estudo; a decisão de utilizar a capacidade empresarial em um empreendimento impede a atuação em outras atividades. Dessa forma, pode-se definir o custo de oportunidade como o benefício não recebido de outras escolhas econômicas não realizadas.

Na análise dos custos, a distinção entre o curto prazo e o longo prazo é que, no primeiro, pelo menos um dos custos é fixo, enquanto, no segundo, todos os custos são variáveis. Dessa maneira, no longo prazo, as firmas podem escolher o tamanho em que vão operar, com liberdade. Por meio da análise gráfica, percebe-se que a curva de custo médio no longo prazo é composta pela linha tangente aos pontos de custo médio mínimo das infinitas curvas de custo médio de curto prazo. A produção eficiente da firma no longo prazo ocorre no ponto de custo médio mínimo, que coincide com o ponto de custo médio mínimo da curva de curto prazo que o tangencia. Por fim, pode-se falar, no longo prazo, na possibilidade de ocorrência de economias de escala, uma vez que todos os fatores de produção são variáveis.

Uma empresa continua produzindo, em caso de prejuízo, caso o preço da sua produção, ao menos, seja igual ao custo variável. Caso o preço supere os custos variáveis, ainda que não o suficiente para arcar com os custos fixos, há incentivo à produção, uma vez que ela reduz o prejuízo que teria caso não produzisse. Isso ocorre pois, mesmo sem atividade, a firma necessita arcar com os custos fixos. Dessa forma, pode-se resumir: quando o preço é maior que o custo variável, há produção mesmo que inferior ao custo fixo, para minimizar perdas; quando o preço é menor que o custo variável, não há produção para não aumentar o prejuízo; quando o preço é igual ao custo variável, a empresa é indiferente entre produzir ou não.

AVALIAÇÃO

1. Apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado): 1/1
2. Desenvolvimento do tema
 - 2.1. Definição de lucro econômico, em comparação com os custos de oportunidade das quatro categorias de fatores de produção - terra, capital, trabalho e capacidade empresarial: 6/6
 - 2.2. Distinção entre o curto e o longo prazo na análise dos custos: 4/4
 - 2.3. Condições sobre o preço para a continuidade da produção da firma, ainda que sob prejuízo: 9/9

Resultado

Nota: 20

Victor Born Portella*nota: 20/20*

A estrutura de mercado da concorrência perfeita é caracterizada por bens homogêneos, livre entrada e saída de firmas (ausência de barreiras de entrada) e tem agentes “price takers”, incapazes de ditar preços. No longo prazo, o lucro econômico nessas estruturas de mercado tende a zero.

O lucro econômico consiste na diferença entre receita total e custo total das firmas. Difere tal conceito daquele de lucro contábil, uma vez que o lucro econômico inclui na sua contagem o custo de oportunidade. O custo de oportunidade nada mais é do que aquilo que determinado agente racional deixa de fazer ao tomar uma decisão. No caso da terra, o “trade-off” pode estar entre utilizá-la para a firma em questão ou auferir a receita do aluguel da terra. No caso do capital, ao invés de investir na aquisição de máquinas e equipamentos, o agente da firma pode auferir rendimentos de aplicação no mercado financeiro, por exemplo. Em relação ao trabalho, o pagamento de salários de um gerente poderia ser investido no lazer do empresário ou na própria empresa. Por fim, a própria capacidade empresarial implica “trade-off”, na medida em que o empreendedor poderia optar por ser um empregado ou estudar para um concurso público. Importa dizer que a própria remuneração do empresário inclui-se no cômputo do custo econômico. No que concerne à distinção entre o curto e o longo prazo na análise dos custos, o longo prazo, ao contrário do primeiro, é marcado pela flexibilidade de todos os fatores de produção que implica tendência, em última análise, ao lucro zero. Com horizonte temporal mais amplo, entram no cômputo questões como as economias de escala – situação na qual ao dobrar o uso dos fatores de produção, a produção mais do que dobra – que amplia assim as possibilidades de decisão das firmas, tornando indiferentes os conceitos de custo variável e custo fixo. A flexibilidade na tomada de decisão é, pois, maior.

No curto prazo, há maior rigidez de custos. A empresa poderá continuar a produzir desde que sua produção seja capaz de manter a firma acima do custo variável mínimo. Isso significa que a firma, no curto prazo, pode operar com lucro positivo, com lucro zero ou com prejuízo, desde que seja possível sustentar os custos variáveis – que se alteraram com a produção – em seu menor ponto. Como já dito, no longo prazo, todos os custos são alteráveis – variáveis ou fixos – e a tendência é a de lucro econômico zero com a saída das empresas incapazes de sustentar o custo marginal das rivais mais competitivas.

AVALIAÇÃO

1. Apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado): 1/1
2. Desenvolvimento do tema
 - 2.1. Definição de lucro econômico, em comparação com os custos de oportunidade das quatro categorias de fatores de produção - terra, capital, trabalho e capacidade empresarial: 6/6
 - 2.2. Distinção entre o curto e o longo prazo na análise dos custos: 4/4
 - 2.3. Condições sobre o preço para a continuidade da produção da firma, ainda que sob prejuízo: 9/9

Resultado

Nota: 20

Angelo Paulo Sales dos Santos

nota: **20/20**

Em concorrência perfeita, uma firma pode seguir produzindo, mesmo que tenha prejuízos no curto prazo. Isso ocorre em virtude de sua estrutura de custos, que estimula a empresa a permanecer no mercado até que o preço volte a um patamar em que seu lucro econômico seja igual a zero.

É importante ver, nesse contexto, que o lucro econômico é aquele em que os custos de oportunidade dos fatores de produção são devidamente remunerados, de forma que o produtor não se sinta estimulado a abandonar a produção. Assim, no caso do fator de produção terra, a produção deve remunerar o valor que o ofertante receberia com aluguel; para o fator capital, a remuneração deve cobrir o que ele receberia com juros; a remuneração do trabalho deve equivaler ao valor do salário; para a capacidade empresarial, o lucro econômico deve compreender o que seria percebido como dividendos.

A definição econômica de curto prazo estabelece que, em um modelo com dois fatores de produção, apenas um é variável, sendo o outro fixo. Por isso, no curto prazo, a firma apresenta custos fixos, que não variam conforme o nível de produção, e custos variáveis, que aumentam conforme a produção cresce. Já no longo prazo, os dois fatores de produção são flexíveis, de modo que todos os custos serão variáveis.

Nesse sentido, observa-se que uma empresa pode seguir produzindo, mesmo que o preço de mercado seja inferior ao nível em que seja equivalente à receita marginal, ao custo marginal e ao custo total médio, hipótese em que a firma apresenta prejuízo. Isso porque, no curto prazo, a firma tem a expectativa de que o preço se recupere, retomando aquele patamar em que o lucro econômico é igual a zero.

Todavia, a firma deverá deixar de produzir caso o preço do mercado fique abaixo do seu custo variável médio. Afinal, nessa situação, a firma não só estará operando com prejuízo como estará efetivamente pagando para produzir, uma vez que sua receita não será suficiente sequer para cobrir seus custos variáveis de produção. Trata-se da regra de encerramento da atividade, em mercado de concorrência perfeita, segundo a qual será melhor para a empresa parar a produção e arcar tão somente com seus custos fixos.

Percebe-se, portanto, que, em concorrência perfeita, a curva de oferta da empresa corresponde ao seu custo marginal, a partir do ponto em que ele cruza, em sentido ascendente, a curva de custo variável médio. A partir desse ponto, mesmo com prejuízo, a firma optará por produzir, de modo que seus custos fixos sejam cobertos e na esperança de elevação do preço até o ponto em que o lucro econômico seja nulo, com o mercado equilibrando-se.

AVALIAÇÃO

1. Apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado): 1/1
2. Desenvolvimento do tema
 - 2.1. Definição de lucro econômico, em comparação com os custos de oportunidade das quatro categorias de fatores de produção - terra, capital, trabalho e capacidade empresarial: 6/6
 - 2.2. Distinção entre o curto e o longo prazo na análise dos custos: 4/4
 - 2.3. Condições sobre o preço para a continuidade da produção da firma, ainda que sob prejuízo: 9/9

Resultado

Nota: 20

Nota média: Diógenes Novais da Cruz

nota: 17/20

A concorrência perfeita é um tipo de mercado caracterizado pela existência de muitos produtores, muitos consumidores e de um produto homogêneo. Além disso, caracteriza-se pela ausência de barreiras à entrada e à saída de firmas e pelo fato de os produtores não possuírem poder de mercado, sendo meros tomadores de preço. Nesse cenário, o lucro econômico de longo prazo é zero. Isso não impede, contudo, que uma firma não possa seguir produzindo, ainda que tenha prejuízos no curto prazo. Cabe, portanto, definir lucro econômico e efetuar análise de curto e longo prazo, levando em conta a condição para a maximização de lucros.

Lucro econômico não se confunde com lucro contábil. O lucro contábil se limita a descrever a diferença entre receita e o custo da produção, considerando apenas o valor contábil dispendido para sua efetivação. O lucro econômico, por sua vez, considera o custo de oportunidade; ou seja, o que o agente deixou de ganhar em razão de sua decisão de produzir. Por exemplo, o custo de produzir em uma terra não se restringe ao desgaste natural decorrente dessa produção, mas também ao aluguel que deixou de ser arrecadado em razão da decisão de produzir ali. Quanto ao investimento com capital, deve-se levar em consideração os ganhos de juros que poderiam ser auferidos, caso o montante fosse aplicado em ativos financeiros. Em relação ao trabalho, é necessário considerar o salário que o investidor receberia, caso estivesse trabalhando em sua área de formação. Por fim, as receitas com a produção devem remunerar o empresário em valor condizente com sua capacidade empresarial. Nota-se, portanto, que os custos de oportunidade tornam o lucro econômico mais representativo dos variados custos inerentes à decisão de produzir.

A análise de custo deve considerar a dimensão temporal, variando no curto e no longo prazo. Curto prazo é aquele em que pelo menos um fator de produção é fixo e um é variável. Nessa situação, apenas os custos variáveis são relevantes para a decisão de produzir ou não. Afinal, os custos fixos não poderão ser desfeitos rapidamente. No longo prazo, todos os fatores de produção são flexíveis e tanto o custo fixo quanto o variável são relevantes. Daí a importância da curva de custo total médio (CTM), que equivale à soma do custo fixo médio (CFM) e do custo variável médio (CVM). Ressalte-se que o lucro econômico (Le) = receita total (RT) – custo total (CT). Em um mercado de concorrência perfeita, Le é zero no longo prazo; devido à inexistência de barreiras à entrada e saída de firmas ($P = CTM$). Finalmente, a condição de maximização dos lucros da firma, em qualquer cenário, é que $Rmg = Cmg$.

Para que a firma em questão continue produzindo, ainda que sob prejuízo, é necessário que se analisem o preço e as curvas de custo. Sabendo que nessa situação $P < CTM$, consideremos duas hipóteses: 1) $P > CMV$; 2) $P < CVM$. No primeiro caso, a firma seguirá produzindo no curto prazo, visto que a receita da produção é capaz de cobrir os custos variáveis. No segundo caso, porém, a firma deixará de produzir. Como pôde ser notado, os custos fixos são ignorados nessa análise. No longo prazo, por sua vez, a atuação $P < CTM$ inviabiliza a produção e faz que a firma opte por deixar o mercado, independentemente da relação entre o preço e o custo variável médio. A análise das curvas de custo é, portanto, fundamental para a compreensão das dinâmicas produtivas de curto e longo prazo na teoria da firma.

AVALIAÇÃO

1. Apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos)

e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado): 1/1

2. Desenvolvimento do tema

2.1. Definição de lucro econômico, em comparação com os custos de oportunidade das quatro categorias de fatores de produção - terra, capital, trabalho e capacidade empresarial: 6/6

2.2. Distinção entre o curto e o longo prazo na análise dos custos: 4/4

2.3. Condições sobre o preço para a continuidade da produção da firma, ainda que sob prejuízo: 6/9

Resultado

Nota: 17

Pior nota: Anônimo

nota: **12/20**

A estrutura de mercado da concorrência perfeita gera alocação de recursos eficiente em Pareto e não apresenta falhas de mercado. O produto é homogêneo, há muitos produtores e consumidores, não há barreiras à entrada e à saída de firmas e há tendência ao lucro econômico zero. Ainda que haja prejuízos, pode haver interesse da empresa em seguir produzindo no curto prazo, dadas certas condições.

O lucro econômico é a diferença entre receita total e custo total, incluindo os custos de oportunidade. Os custos de oportunidade significam a perda de geração de utilidade ao realizar uma atividade em vez de outra. No fator terra, manifesta-se pela perda de ganhar aluguel pelo terreno ao utilizá-lo para a produção. No capital, a não aplicação em ações do mercado financeiro, que gera renda, constitui custo ao investi-lo em bens de produção, que tendem à depreciação. No trabalho, refere-se ao custo de renunciar a momentos de lazer para cumprir as funções laborais. Na capacidade empresarial, a dedicação à gestão pode significar custo de oportunidade de perder tempo para pensar em inovação, capaz de gerar lucros de monopólio segundo a teoria schumpeteriana.

Os custos podem ser analisados no curto e no longo prazo. No curto prazo, são mais inelásticos, pela rigidez dos contratos, e são menores, devido à pouca deterioração de máquinas e equipamentos. No longo prazo, há maior impacto dos mercados e os custos variáveis são mais expressivos, devido à deterioração dos bens de capital. O custo fixo tem importância maior no curto prazo em relação ao longo, em que é diluído na produção. A empresa que tenha prejuízos no curto prazo não tem necessariamente prejuízo contábil, já que o lucro econômico inclui o custo de oportunidade. Desse modo, será interessante para a firma continuar produzindo se o preço do mercado for superior ao custo marginal, ainda que inferior ao custo total médio. O custo marginal refere-se ao custo de produzir uma unidade a mais do bem, enquanto o custo total médio refere-se ao custo total (custo fixo somado ao custo variável) dividido pela quantidade. No entanto, esse cenário é interessante apenas no curto prazo, sendo ineficaz no longo prazo, em que a falta de competitividade leva a firma a abandonar o mercado.

Na concorrência perfeita, os custos são importantes para a permanência da firma no mercado. O lucro é maximizado, de modo similar a outras estruturas, no nível em que a receita marginal iguala-se ao custo marginal. A firma é tomadora de preços, não tendo autonomia para formar os preços, devendo aceitar o equilíbrio entre as curvas de oferta e demanda do mercado. A concorrência perfeita gera

bem-estar social e não apresenta peso-morto. Sua ocorrência na prática, contudo, é bastante difícil, dado que a homogeneidade dos produtos não é facilmente alcançada.

AVALIAÇÃO

1. Apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado): 1/1
2. Desenvolvimento do tema
 - 2.1. Definição de lucro econômico, em comparação com os custos de oportunidade das quatro categorias de fatores de produção - terra, capital, trabalho e capacidade empresarial: 6/6
 - 2.2. Distinção entre o curto e o longo prazo na análise dos custos: 2/4
 - 2.3. Condições sobre o preço para a continuidade da produção da firma, ainda que sob prejuízo: 3/9

Resultado

Nota: 12

banca:

Diogo Palau Flores dos Santos

João Ernesto Christófolo

Jorge Luiz Fontoura Nogueira

Letícia Frazão Alexandre de Moraes Leme

_questão 1

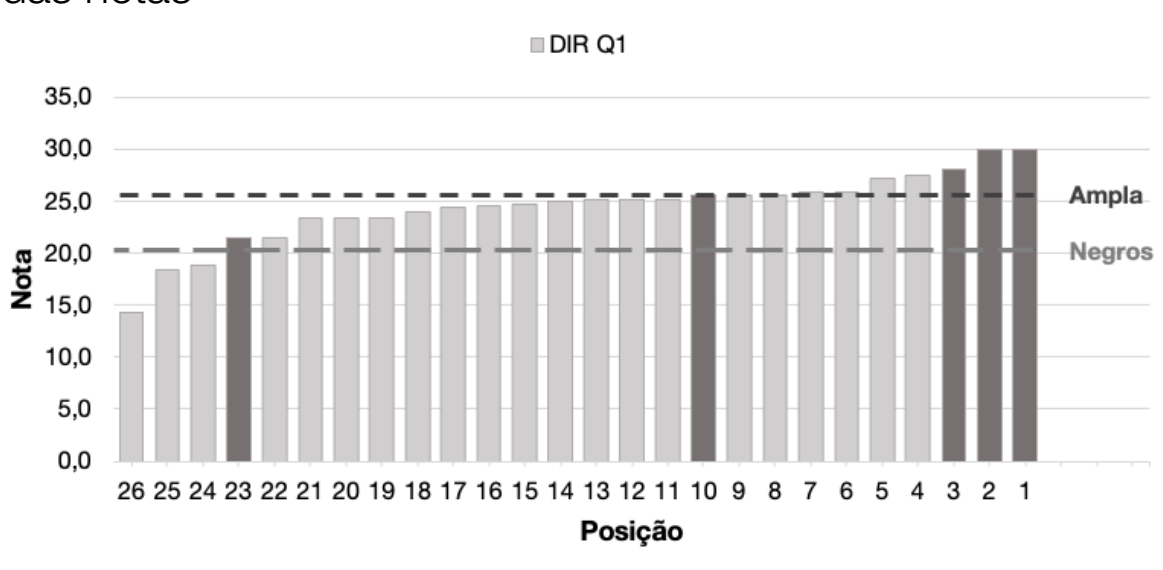
Elabore um texto dissertativo, discorrendo sobre os seguintes aspectos:

1. conceito jurídico de nacionalidade;
2. nacionalidade jurídica como dimensão humana do Estado e como direito humano fundamental;
3. formas de aquisição da nacionalidade brasileira;
4. hipóteses de perda da nacionalidade brasileira.

Extensão máxima: 60 linhas

[valor: 30,00 pontos]

Distribuição das notas



Padrão de resposta da questão 1

1. Definição do conceito jurídico de nacionalidade:

1.1 vínculo político, jurídico e pessoal entre indivíduo e Estado, por meio do qual a pessoa humana passa a integrar determinada comunidade política. Elemento a partir do qual o indivíduo passa a desfrutar de direitos e a submeter-se a obrigações em relação a seu Estado de nacionalidade, mesmo quando se encontra no exterior.

1.2 Elemento fundamental de distinção do nacional em face do estrangeiro para diversos fins no seio do Estado (direitos políticos, por exemplo). Para fins de proteção diplomática em face de terceiros Estados, o vínculo de nacionalidade do indivíduo deve ser efetivo (Caso Nottebohm, CIJ, 1951).

1.3. Corresponde à dimensão humana do Estado (povo), ao lado do território e da jurisdição soberana. Legislar sobre nacionalidade é prerrogativa soberana do Estado (jurisdição doméstica).

1.4 Direito reconhecido pela Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 (o Estado não pode privar arbitrariamente o indivíduo de sua nacionalidade, nem do direito de mudar de nacionalidade) e pela Convenção Americana de São José da Costa Rica (art. 20). É direito humano fundamental que tem o condão de evitar a hipótese de apatridia (Convenção sobre o Estatuto dos Apátridas, de 1954, e Convenção das Nações Unidas para a Redução dos Casos de Apatridia, de 1961).

2. Nacionalidade brasileira: art. 12 da Constituição Federal de 1988. Duas modalidades: brasileiro nato e brasileiro naturalizado. A lei não poderá estabelecer distinção entre brasileiros natos e naturalizados, salvo nos casos previstos na Constituição.

2.1 Brasileiro nato (nacionalidade primária - direito humano e dever do Estado decorrente do nascimento do indivíduo).

2.1.1 critério ***ius solis*** (art. 12, I, a): nascidos no território brasileiro, ainda que de pais estrangeiros, desde que não estejam a serviço de seu país; consideram-se também brasileiros natos os nascidos a bordo de navio ou aeronave de bandeira brasileira em águas ou espaço aéreo internacional.

2.1.2 critério ***ius sanguinis***: (a) nascidos no exterior de pai ou mãe brasileiros, desde que qualquer deles esteja a serviço do Brasil (art. 12, I, b). Serviço do Brasil inclui não só a atividade diplomática e consular, como,

também, serviço prestado à organização internacional de que o País faça parte. (b) nascidos no estrangeiro, de pai ou mãe brasileiros, registrado em repartição brasileira competente ou que venham a residir no Brasil e optem, a qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira. (art. 12, I, c). Nova redação dada pela Emenda

Constitucional n.º 54/2007 permitiu superar controvérsia jurídica em relação ao regime anterior e, assim, consagrou modelo abrangente de aquisição de nacionalidade, orientado pelo objetivo de ampliar ao máximo o exercício desse direito por filhos de nacionais nascidos no exterior. Garantia de não extradição apenas para brasileiros natos.

3. Brasileiros naturalizados (nacionalidade secundária): estrangeiros originários que adquiriram a nacionalidade brasileira na forma da legislação. A naturalização decorre de manifestação de vontade (impossibilidade de naturalização forçada) do estrangeiro capaz (maioridade). Concessão é prerrogativa do Estado soberano.

3.1 Concessão da naturalização ordinária é de competência exclusiva e discricionária do Poder Executivo.

3.2 Podem requerer a nacionalidade brasileira: (a) originários de países lusófonos: residência por um ano ininterrupto e idoneidade moral (art. 12, II, a); e demais casos previstos na Lei de Migração (Lei 13.445/2017, que também prevê as modalidades de naturalização especial e provisória).

3.3 Naturalização extraordinária: estrangeiros com residência de quinze anos ininterruptos e sem condenação criminal (art. 12, II, b) têm direito subjetivo à nacionalidade brasileira.

4. Perda da nacionalidade brasileira: hipótese de aquisição de outra nacionalidade por naturalização voluntária. Pode atingir tanto o brasileiro nato, quanto o naturalizado. Ato declaratório do Presidente da República.

4.1 Implica conduta ativa e específica do indivíduo (exemplo: renúncia à nacionalidade brasileira) e não do mero reconhecimento da nacionalidade por Estado estrangeiro (art. 12, § 4.º, II, a; dupla nacionalidade).

4.2 Não há perda da nacionalidade brasileira em caso de imposição de naturalização por Estado estrangeiro como condição para permanência em seu território ou para exercício de direitos civis (art. 12, § 4.º, II, b). 4.3 Também perde a nacionalidade brasileira o naturalizado em razão do exercício de atividade contrária ao interesse nacional (art. 12, § 4.º, I). Só ocorrerá após decisão judicial com trânsito em julgado, com efeitos **ex nunc**.

Diógenes Novais da Cruz

nota: **30/30**

Nacionalidade é o vínculo jurídico que une o indivíduo a um Estado, ensejando direitos e obrigações. Cada Estado é competente para determinar as condições de reconhecimento e aquisição de sua nacionalidade. No Direito Internacional, o Caso Nottebohm notabilizou-se por consolidar o entendimento da CIJ quanto à necessidade de existir um vínculo efetivo como elemento de validade da nacionalidade. No Brasil, a competência para legislar sobre nacionalidade é privativa da União. O art. 12 da CF88 explicita as hipóteses de aquisição da nacionalidade brasileira, seja ela originária ou secundária. Cabe, ainda, ressaltar a nacionalidade como direito humano fundamental e parte da dimensão humana do Estado.

A nacionalidade garante direitos e obrigações a um indivíduo perante um Estado. A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), de 1948, consagra o direito à nacionalidade como direito humano fundamental. Embora ainda haja discussão doutrinária a respeito do caráter vinculante desse dispositivo, outros marcos jurídicos indicam o mesmo entendimento. O Pacto de San José, de 1969, também prescreve o direito à nacionalidade como direito humano fundamental. Isso possui implicações diretas para o indivíduo. A proteção diplomática, por exemplo, é ato discricionário do Estado para a proteção de seus nacionais. Para muitos países, o exercício dos direitos políticos também são restritos aos nacionais. Vale ressaltar, ainda, que um dos quatro elementos constituintes de um Estado é a existência de uma população permanente. Embora não se confunda com a nacionalidade, a conformação de uma sociedade em território estatal depende, em grande medida, desse instituto jurídico. Assim, faz-se necessário combater a apatridia, a fim de garantir o pleno exercício e a proteção dos direitos humanos a todas as pessoas.

A CF88 reconhece, em seu art. 12, dois tipos de nacionalidade brasileira: a originária e a derivada. A originária (ou nata) tem como base o jus solis ou o jus sanguinis. Pelo jus solis, será brasileiro nato o indivíduo nascido em território nacional, desde que seus pais não estejam a serviço de seu país de nacionalidade. Pelo jus sanguinis, existem três hipóteses. Será brasileiro nato o indivíduo nascido no exterior, se o pai ou a mãe estiver a serviço do Estado brasileiro. Caso nenhum dos pais esteja a serviço do Brasil, bastará o registro em órgão competente para que se reconheça a nacionalidade originária. Não havendo o registro, o filho vindo residir no Brasil, poderá optar pela nacionalidade brasileira, completados 18 anos, a qualquer tempo. Vale ressaltar que, de acordo com o art. 5 da CF88, não é permitida a extradição de brasileiro nato no ordenamento jurídico brasileiro. Vejamos, agora, as hipóteses de aquisição da nacionalidade brasileira derivada.

No Brasil, a nacionalidade derivada (brasileiro naturalizado) decorre da manifestação da vontade de um indivíduo de tornar-se brasileiro. O art. 12 da CF88 dispõe que será brasileiro naturalizado o indivíduo

que atender os requisitos em lei (“na forma da lei”). Nesse sentido, a lei 13.445/17 (Lei de Migração) enumera os requisitos como residência por 4 anos no país, capacidade de comunicar-se em língua portuguesa e ausência de condenação penal, por exemplo. Essa é a hipótese de naturalização ordinária, à qual o art. 12 acrescenta uma outra possibilidade: para os indivíduos oriundos de países lusófonos, requer-se 1 ano de residência ininterrupta e idoneidade moral. Há, ainda, a hipótese de naturalização extraordinária, segundo a qual o indivíduo com residência por 15 anos ininterruptos e sem condenação penal poderá tornar-se brasileiro, desde que requeira. Ao interpretar esse dispositivo constitucional, o STF entendeu tratar-se de direito subjetivo do indivíduo, se atendidos os requisitos da naturalização extraordinária. Assim, o Estado brasileiro não poderá negar o pedido de naturalização nessa hipótese.

A perda da nacionalidade brasileira pode ocorrer de duas formas: pela via administrativa e pela via judicial. Tanto brasileiros natos quanto naturalizados podem perdê-la. A perda pela via administrativa é possível para nato e naturalizado. Isso ocorrerá na hipótese de aquisição voluntária de outra nacionalidade. A CF88 explicita duas possibilidades de aquisição de outra nacionalidade sem que haja perda da nacionalidade brasileira: a da outra nacionalidade ser originária e a de a aquisição ter sido imposta pelo Estado de residência como condição para a permanência no país ou para a garantia de direitos básicos. A perda pela via judicial só é possível para o brasileiro naturalizado, em caso de o indivíduo ferir o interesse nacional. Isso, contudo, depende de sentença judicial transitada em julgado.

A nacionalidade é componente essencial da relação Estado-indivíduo. A Constituição brasileira reconhecesse [sic] esse fato ao prever explicitamente as hipóteses de aquisição da nacionalidade brasileira, os direitos que daí emanam e também as obrigações dela decorrentes. Assim, o ordenamento jurídico brasileiro visa a garantir os direitos humanos fundamentais a todos aqueles que possuam algum vínculo com o país, seja com base no jus solis ou no jus sanguinis, seja pela manifestação da vontade de tornar-se brasileiro. Isso não apenas reforça o comprometimento do país com os compromissos internacionais assumidos nessa matéria, como garante o respeito à dignidade humana, fundamento da República.

AVALIAÇÃO

1. Apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado): 1,5/1,5

2. Desenvolvimento do tema

2.1. Conceito jurídico de nacionalidade: 2,5/2,5

2.2.1. Nacionalidade jurídica como dimensão humana do Estado: 2,5/2,5

2.2.2. Nacionalidade jurídica como direito humano fundamental: 2,5/2,5

2.3. Aquisição da nacionalidade brasileira: 15/15

2.4. Perda da nacionalidade brasileira: 6/6

Resultado

Nota: 30

Luiz Filipe Maciel Gomes

nota: **30/30**

A nacionalidade é o vínculo jurídico-político que liga o indivíduo ao Estado. Trata-se de vínculo jurídico à medida que decorre das normas pertinentes estabelecidas pelos Estados. Por outro lado, o caráter político da nacionalidade decorre da valoração feita por cada ente estatal a respeito das circunstâncias que merecem ou não serem consideradas para fins de atribuição da sua nacionalidade ao indivíduo. A atribuição da nacionalidade é matéria pertinente ao domínio reservado dos Estados, o que significa que cumpre a cada Estado estabelecer os parâmetros de devem ser seguidos para que um indivíduo seja considerado seu nacional. A despeito disso, o direito internacional prevê princípios importantes que devem guiar a atribuição da nacionalidade, além de servir de parâmetro de controle para situação em que ocorrem conflitos – sejam positivos ou negativos – de nacionalidade.

A nacionalidade é interpretada como direito fundamental do ser humano. A Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, trata a nacionalidade como um direito humano, pois estabelece, em seu artigo 15, que todos os indivíduos têm direito a uma nacionalidade. Regramentos internacionais de caráter vinculante, como o Estatuto dos Apátridas e a Convenção de Haia para a Redução dos Casos de Apatridia, tratam do assunto e estabelecem normas dedicadas à concretização do direito humano à nacionalidade. Também no âmbito interamericano, existem normas voltadas à garantia da nacionalidade aos indivíduos nascidos no território dos Estados americanos. É digno de nota a esse respeito, que a vasta maioria dos Estados da região preveem regras que virtualmente eliminam a possibilidade de apatridia originária no sistema regional.

Enquanto elemento vinculado à população permanente do Estado, a nacionalidade jurídica compõe a dimensão humana do conceito de Estado. De acordo com a Convenção de Montevideu, de 1933, a população permanente é um dos elementos constitutivos do Estado. Embora o conceito de população difira do de nacionalidade ou nação, é inegável que a atribuição de nacionalidade reforça essa relação, de modo que a nacionalidade jurídica conforma a dimensão humana do Estado, sendo indispensável à sua caracterização enquanto tal.

O direito brasileiro prevê, em sede constitucional, os casos de atribuição da nacionalidade, o que pode se dar em função de vínculos originários ou em virtude de naturalização. A nacionalidade originária é atribuída quanto o indivíduo nasce em território brasileiro (desde que seus pais, quando estrangeiros, não estejam a serviço de seu país), seguindo o critério do *ius solis*. Também pode ser atribuída a nacionalidade

originária quando o indivíduo nasce no exterior e tem ao menos um dos pais brasileiro atuando a serviço do Brasil ou, mesmo que não sirva ao país, quando a criança seja registrada junto à autoridade brasileira competente. O artigo 12 da Constituição Federal prevê ainda que a nacionalidade originária pode ser atribuída quando um indivíduo, com pelo menos um dos pais brasileiro, vem, a qualquer tempo, a residir no país e, atingida a maioridade, requer a sua nacionalidade originária. Essas hipóteses seguem o critério do *ius sanguinis*. A naturalização brasileira pode se dar em virtude de parâmetros ordinários ou extraordinários. De acordo com a Constituição Federal, a naturalização ordinária é atribuída em virtude de mandamentos legais e é sempre discricionária a sua concessão. Para aqueles provenientes de países de língua portuguesa é exigível residência por, pelo menos, um ano e idoneidade moral. A lei de migração trata de casos especiais e estabelece parâmetros para a naturalização ordinária. A naturalização extraordinária é ato vinculado e gera efeitos *ex tunc*, dependendo apenas do tempo em que o indivíduo está no território nacional e da inexistência de condenação penal ou a cessação de seus efeitos.

A Constituição Federal elenca também as hipóteses de perda da nacionalidade brasileira. O rol de situações que ensejam a perda da nacionalidade é exaustivo e não comporta exceções. A nacionalidade originária só pode ser subtraída quando o nacional adquire outra nacionalidade, desde que não o faça em virtude de reconhecimento de nacionalidade originária por outro Estado ou como forma de permanecer no território de outro Estado ou de exercer direitos civis. O caso recente de uma ex-nacional brasileira foi julgado pelo STF e a regra foi confirmada, visto que a autora da ação mandamental havia adquirido nacionalidade estadunidense por livre e espontânea vontade, ensejando assim a perda da nacionalidade originária. As hipóteses de perda da nacionalidade derivada são mais amplas. Além de poder perder a nacionalidade em virtude do cancelamento da naturalização, por sentença judicial (reserva jurisdicional) quando atua de forma nociva aos interesses nacionais, o naturalizado pode ter sua nacionalidade cancelada também em virtude de irregularidades no processo de atribuição da nacionalidade derivada. Como a Constituição Federal não comporta alargamento das disposições acerca da perda da nacionalidade derivada, parte do regramento adotado pela antiga lei de migração (Estatuto do Estrangeiro, Lei 6.815), não foi recepcionado pela atual Carta Constitucional. Embora resulte de procedimento judicial, a perda da nacionalidade brasileira não é uma sanção de natureza penal, mas administrativa.

A tendência de aproximação entre o direito interno e o direito internacional público revela a gradual erosão da *summa divisio*, como aponta Jorge Miranda. O ordenamento interno passa, casa vez mais, a dispor a respeito de direitos fundamentais em atenção às diretrizes estabelecidas pelo direito internacional, o que reforça a ideia de que ambos os ordenamentos são copartícipes na administração da justiça e na promoção de valores superiores (Cançado Trindade). O ordenamento jurídico brasileiro busca compatibilizar o direito humano fundamental à nacionalidade e a promoção de valores caros à nossa sociedade. A recente atribuição da nacionalidade brasileira derivada às irmãs apátridas Maha e Souad Mamo concretiza essa

perspectiva, pois concilia valores e atribuição de direitos, concorrendo para o atingimento dos objetivos estabelecidos pela Constituição Federal para a atuação do Brasil no âmbito internacional. (60 linhas)

AVALIAÇÃO

1. Apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado): 1,5/1,5

2. Desenvolvimento do tema

2.1. Conceito jurídico de nacionalidade: 2,5/2,5

2.2.1. Nacionalidade jurídica como dimensão humana do Estado: 2,5/2,5

2.2.2. Nacionalidade jurídica como direito humano fundamental: 2,5/2,5

2.3. Aquisição da nacionalidade brasileira: 15/15

2.4. Perda da nacionalidade brasileira: 6/6

Resultado

Nota: 30

Bernardo Andrade Vaz de Faria Pereira

nota: **28/30**

A nacionalidade é o vínculo jurídico que se estabelece entre o Estado e seus nacionais, que implica, por exemplo, a submissão do indivíduo ao regime jurídico de seu Estado acerca de seus direitos e deveres oriundos de seu status pessoal, a possibilidade de proteção diplomática pelo seu Estado e a vigência da extraterritorialidade pessoal para seus nacionais.

A nacionalidade jurídica é, assim, a dimensão humana do Estado. Segundo a Convenção de Direitos e Deveres Fundamentais do Estado, de Montevideu (1933), a população é um dos elementos constitutivos dos Estados, representando seu elemento pessoal. O pertencimento a um Estado por meio do vínculo da nacionalidade, em especial, constitui sua dimensão humana ao lado da territorial, da efetividade do governo e da capacidade de entabular relações diplomáticas, de onde emerge a própria soberania estatal. No caso brasileiro, os direitos de cidadania, ligados de forma geral ao estatuto da nacionalidade, constitui um dos fundamentos da República (CF/88, art 1, II). Cabe acrescentar também que para exercício da proteção diplomática, o princípio *Nottebohm*, estabelecido pela CIJ em caso de mesmo nome, exige também um vínculo subjetivo (afetivo) com o Estado de nacionalidade do representando, acrescentando uma dimensão ao vínculo jurídico.

Além disso, a nacionalidade jurídica estabelece-se também como direito humano fundamental, condição para a plena dignidade dos indivíduos, que é afetada, pois, pela condição de apatridia. Este estatuto como direito humano fundamental é consagrado tanto na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), quanto na Convenção Interamericana de Direitos Humanos (1969), além e haver, no corpo normativo do Direito das Gentes, a Convenção contra Casos de Apatridia. O direito pátrio, pela Lei 13.445/17 (Nova Lei de Migração), consagra não apenas a acolhida humanitária para todos os migrantes, como também prescreve tratamento especial para apátridas.

Segundo o ordenamento jurídico brasileiro, há formas de aquisição de nacionalidade (sic) nata e forma de naturalização, estabelecidas tanto na CF/88, art. 12, quanto na nova Lei de Migração. São brasileiros natos, por exemplo, os nascidos em território nacional, salvo se seus pais estiverem a serviço do país de sua nacionalidade (*jus soli*). São também brasileiros natos os nascidos no estrangeiro de pais brasileiros que estejam à serviço do Brasil, seja em órgãos da Administração Pública direta ou indireta, bem como os nascidos no estrangeiro com pais brasileiros, desde que registrados em repartição competente ou, atingindo a maioridade e residindo no Brasil, requeiram a nacionalidade (*jus sanguinis*).

Há diversas formas previstas, também, para a obtenção da naturalização brasileira. Na naturalização ordinária, cuja concessão é ato discricionário do Estado, exige-se residência no Brasil há mais de quatro anos (reduzidos a um ano caso o naturalizando possua cônjuge, companheiro ou filho brasileiro ou exerça trabalho de contribuição técnica, científica ou cultural ao Brasil), capacidade de se expressar em língua portuguesa, capacidade civil e não possuir condenação criminal transitada em julgado ou estar ressocializado. Para nacionais de países de língua portuguesa exige-se apenas residência de um ano e moralidade ilibada. Na nacionalização extraordinária, cuja concessão é ato vinculado, exige-se residência ininterrupta há mais de quinze anos e ausência de condenação criminal transitada em julgado ou estar ressocializado, além, claro, de requerimento de nacionalidade.

No caso da naturalização especial, tem-se como condições estar casado ou ser companheiro de membro do Serviço Exterior Brasileiro há mais de cinco anos ou prestar serviços ao SEB há mais de dez anos, desde que não seja contratado local. Já a naturalização provisória é concedida àquele que ingressar no Brasil com menos de dez anos, podendo requerer a definitiva em até dois anos após a maioridade, ou àqueles que têm mais de setenta anos, estando há mais de dez anos no Brasil.

Por fim, a perda da nacionalidade brasileira pode se dar por sentença judicial transitada em julgado que decida pela perda da nacionalidade por constituir o indivíduo ameaça à segurança nacional. Perde-se também a nacionalidade brasileira caso se adquira outra nacionalidade, salvo se a outra nacionalidade seja também originária ou se for exigida para permanência no país ou para a prática de direitos civis. É vedada, no ordenamento brasileiro, a perda de nacionalidade que implique a apatridia. (59 linhas)

AVALIAÇÃO

1. Apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado): 1,5/1,5

2. Desenvolvimento do tema

2.1. Conceito jurídico de nacionalidade: 2,5/2,5

2.2.1. Nacionalidade jurídica como dimensão humana do Estado: 2,5/2,5

2.2.2. Nacionalidade jurídica como direito humano fundamental: 2,5/2,5

2.3. Aquisição da nacionalidade brasileira: 15/15

2.4. Perda da nacionalidade brasileira: 4/6

Resultado

Nota: 28

Nota média: Cauê Rodrigues Pimentel

nota: **25,50/30**

A nacionalidade é um dos temas centrais na interseção do Direito Constitucional e do Direito Internacional Público hodierno. O conceito jurídico de nacionalidade pode ser definido como o vínculo efetivo de um indivíduo com um Estado Patrial, o que garante à pessoa a capacidade de usufruir de direitos e deveres decorrentes desse vínculo. A concessão de nacionalidade é mormente regida segundo o Direito constitucional de cada país; atualmente, contudo, essa temática é cada vez mais influenciada por regras de direito internacional que interpõem limites e condições à discricionariedade do Estado sobre a matéria. Nesse sentido, pode-se citar o Caso Nottebohm – que firmou o entendimento sobre o que constitui o vínculo efetivo -, o crescente número de Convenções internacionais que lidam com o problema da apatridia, ou mesmo regras convencionais e consuetudinárias que equiparam a nacionalidade a um Direito Humano.

A nacionalidade jurídica constitui a dimensão humana do Estado na medida em que se correlaciona com um dos quesitos que, segundo a doutrina declaratória ou mesmo a Conferência de Montevideú de 1933, conformam a existência do Estado. Logo, juntamente com os quesitos da dimensão territorial e de um governo soberano, o critério “povo”, intimamente ligado à ideia de nacionalidade, constitui a dimensão humana que conforma um Estado. Paralelamente, o entendimento contemporâneo da nacionalidade como um direito humano parte do princípio que o vínculo de um indivíduo com um Estado é o que efetiva materialmente a proteção dos direitos civis, políticos e sociais do indivíduo. Nesse sentido, o direito à nacionalidade seria condição sine qua non para a fruição de outros direitos humanos. A preocupação da comunidade em atacar o problema da apatridia ou mesmo o entendimento contemporâneo de que a negação de nacionalidade em massa pode constituir, segundo o Estatuto de Roma, crimes contra a humanidade corroboram a perspectiva da nacionalidade como um direito humano fundamental.

As formas de aquisição e perda da nacionalidade brasileira são disciplinadas no art.12 da Carta Magna e em legislação infraconstitucional que a complementa. A aquisição de nacionalidade se divide em originária (natos) e derivada (naturalizados). Os critérios de atribuição de nacionalidade originária se dividem em critérios jus solis e jus sanguinis. De acordo com o jus solis, será considerado brasileiro nato todo indivíduo nascido em território nacional, inclusive aquele de pai ou mãe estrangeiro, desde que os progenitores (ao menos um deles) não esteja à serviço de seu país. Já o critério jus sanguinis comporta três possibilidades de aquisição de nacionalidade originária: os indivíduos nascidos no exterior, desde que registrados em repartição competente; os nascidos no exterior desde que o pai ou mãe esteja a serviço do Brasil; e os nascidos no exterior, de pai ou mãe brasileira, que venham residir no Brasil e que optem pela aquisição da nacionalidade brasileira.

Já a aquisição da nacionalidade derivada (naturalizada) se subdivide em naturalização ordinária e extraordinária. A naturalização ordinária ocorre mediante a solicitação voluntária do indivíduo que preencher os requisitos estabelecidos na forma da lei, hoje arrolados, por exemplo, na lei 13.445/2017 (Nova Lei de Imigração – NLM). Vale ressaltar que a concessão de nacionalidade derivada é ato discricionário do Estado, estando sujeita a juízo de conveniência e oportunidade da autoridade brasileira. Já a naturalização extraordinária é concedida a indivíduos residentes no Brasil há mais de 15 anos e que preencham os requisitos da lei; nesse caso a concessão de nacionalidade é vinculado, declaratório, entendido como um direito subjetivo do indivíduo. A legislação ainda prevê que nacionais de países de língua portuguesa obedecerão a critérios diferenciados para a aquisição da nacionalidade derivada. Igualmente, a lei infraconstitucional pode estabelecer critérios – como cônjuge ou filho brasileiros – que facilitem a concessão da naturalização. A NLM ainda prevê, de modo inédito, a naturalização facilitada para indivíduos reconhecidos como apátridas.

Em relação à perda de nacionalidade, brasileiros natos perderão a nacionalidade originária em caso de obtenção de nacionalidade de outro país, ressalvados os casos em que essa segunda nacionalidade seja originária ou seja essencial para que o indivíduo possa exercer direitos civis em outros países (fenômeno da polipatria). No caso de brasileiros naturalizados, a legislação prevê a perda de nacionalidade em dois casos: caso ocorra crime comum anterior a concessão de nacionalidade, e crime de tráfico de entorpecentes a qualquer tempo.

O tema da nacionalidade é, atualmente, exemplo do crescente entrelaçamento do Direito Constitucional com o Direito Internacional Público. O reconhecimento de nacionalidade como um direito humano denota, ademais, a força normativa do conceito de nacionalidade na proteção do indivíduo. No caso brasileiro a amplitude da legislação vigente, modernizada e humanizada pela Nova Lei da Imigração e protegida pela Carta Magna, evidencia a centralidade do tema na ordem jurídica pátria. (768 palavras)

AVALIAÇÃO

1. Apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado): 1,5/1,5

2. Desenvolvimento do tema

2.1. Conceito jurídico de nacionalidade: 2,5/2,5

2.2.1. Nacionalidade jurídica como dimensão humana do Estado: 2,5/2,5

2.2.2. Nacionalidade jurídica como direito humano fundamental: 0/2,5

2.3. Aquisição da nacionalidade brasileira: 15/15

2.4. Perda da nacionalidade brasileira: 4/6

Resultado

Nota: 25,5

Pior nota: Anônimo

nota: **21,42/30**

Dada a importância do conceito de nacionalidade, ele é considerado um dos temas fundamentais do constitucionalismo contemporâneo, cuja regulação se encontra presente na grande maioria das constituições.

A nacionalidade é o instituto que estabelece vínculo jurídico permanente entre o Estado e o indivíduo, daí decorrendo certo conjunto de deveres e obrigações. Um dos requisitos relacionados à concessão de nacionalidade. Trata-se do princípio do vínculo efetivo, reconhecido pela jurisprudência internacional no caso *Nottebhon*. Tal princípio estabelece que para ser concedida a nacionalidade a um indivíduo é necessário que exista um vínculo efetivo entre o Estado que concede e o indivíduo que a recebe. No caso citado a corte internacional rejeitou a efetividade da concessão de nacionalidade baseando-se nesse princípio, visto que o indivíduo buscou a nacionalidade de outro país com o qual não possuía vínculo efetivo a fim de se livrar de procedimentos judiciais de outro país por meio da invocação da proteção diplomática pelo Estado que concedeu a nacionalidade posteriormente não reconhecida pela Corte.

A nacionalidade refere-se à dimensão humana do Estado na medida em que, diferente de outras normas constitucionais que tratam da organização administrativa e política do Estado, a nacionalidade se refere ao estabelecimento de vínculo direto entre o Estado e a pessoa humana. Nessa seara, o nacional de um país pode ainda ser considerado a manifestação humana do Estado. Devido à importância conferida pelo Constituinte originário ao vínculo de nacionalidade, o constituinte estabeleceu que apenas a Constituição poderá tratar de sua perda. Tanto a Constituição quanto o direito internacional consideram a nacionalidade um direito fundamental da pessoa humana. O Direito Internacional, inclusive, possui uma série de disposições que visa evitar a apatridia. A Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), por exemplo, dispõe que os indivíduos têm o direito a uma nacionalidade, de forma que não devem ser privado dela de forma arbitrária. Existe ainda a Convenção sobre a Apatridia que busca evitar esse fenômeno e instar os Estados, sob determinadas condições, a conceder nacionalidade nos casos de apatridia. Recentemente, aliás, em um marco jurídico histórico para o direito brasileiro, o país concedeu sua nacionalidade a indivíduos apátridas.

A Constituição brasileira é o documento legal que regula a aquisição da nacionalidade brasileira, cujas hipóteses são divididas em nacionalidade originária (brasileiro nato) e nacionalidade derivada (brasileiro naturalizado).

No caso dos brasileiros natos, os critérios de aquisição são divididos em jus soli e jus sanguini. No caso do critério territorial, será considerado brasileiro nato os indivíduos que nascerem no Brasil e cujos pais não estejam a serviço de outro país. No caso do critério sanguini, será considerado brasileiro nato o indivíduo nascido no exterior, cujo pai ou mãe seja brasileiro, e que tenha sido registrado no consulado brasileiro e também aquele indivíduo nascido no exterior cujo pai ou mãe esteja no exterior a serviço do Brasil. Nesse âmbito, existe também a chamada nacionalidade potestativa, que se trata do indivíduo que nascido no exterior não tenha sido registrado no consulado brasileiro mas que possui o direito de, ao completar 18 anos, optar pela nacionalidade brasileira originária.

No caso do brasileiro naturalizado, as formas de aquisição são divididas entre aquisição ordinária e aquisição extraordinária. A aquisição ordinária pode ser pedida pelo estrangeiro residente no Brasil há 4 anos e que não apresente sentença penal condenatória. No caso de países de língua portuguesa, indivíduos oriundos destes países podem pedir a nacionalidade brasileira após residência no país há 1 ano e caso apresentem idoneidade moral. Essas formas citadas referem-se ao poder discricionário do Estado, ou seja, a concessão não é ato vinculado que o país está obrigado a realizar. Já no caso da aquisição extraordinária, respeitados certos requisitos legais e sendo o estrangeiro residente do país há 15 anos, a concessão de nacionalidade após pedido do estrangeiro é ato vinculado.

Devido à gravidade do fenômeno da perda de nacionalidade, o constituinte originário reservou apenas à Constituição o poder de estabelecer os casos de perda de nacionalidade. As disposições sobre o tema são distintos em relação ao brasileiro nato e o naturalizado. Em relação ao brasileiro naturalizado, a perda pode ocorrer em caso de sentença penal condenatória por crime praticado antes da aquisição da nacionalidade; em caso de sentença penal condenatória por tráfico ilícito de entorpecentes realizado a qualquer tempo; e em caso de opção do indivíduo por outra nacionalidade, salvo se essa opção ocorreu devido a imposição do outro Estado, como no caso desse outro Estado exigir sua nacionalidade para exercício de atividade profissional. Em relação ao brasileiro nato, a única hipótese elencada pela Constituição refere-se ao caso de opção por outra nacionalidade, ressalvado se essa opção se deu por imposição do outro Estado, conforme explicado anteriormente. Aliás, recentemente, em caso no STF tratando de perda de nacionalidade de brasileiro nato, a brasileira argumentou que somente optou pela nacionalidade norte-americana por imposição desse país a fim de exercer plenamente sua atividade profissional, o STF considerou que não foi esse o caso e aceitou a perda de nacionalidade da brasileira.

A nacionalidade é instituto fundamental do direito, entrando no rol das atribuições soberanas do Estado e assim sendo é regulada precipuamente pelas constituições dos países. Em que pese o aspecto de soberania envolvido nessa temática, o direito à nacionalidade é um direito fundamental da pessoa humana e por esse motivo o Direito Internacional busca desestimular a apatridia e também estabelece alguns critérios para a concessão da nacionalidade, como o princípio do vínculo efetivo.

AVALIAÇÃO

1. Apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado): 0,75/1,5

2. Desenvolvimento do tema

2.1. Conceito jurídico de nacionalidade: 2,5/2,5

2.2.1. Nacionalidade jurídica como dimensão humana do Estado: 1,25/2,5

2.2.2. Nacionalidade jurídica como direito humano fundamental: 1,67/2,5

2.3. Aquisição da nacionalidade brasileira: 11,25/15

2.4. Perda da nacionalidade brasileira: 4/6

Resultado

Nota: 21,42

banca:

Diogo Palau Flores dos Santos

João Ernesto Christófolo

Jorge Luiz Fontoura Nogueira

Letícia Frazão Alexandre de Moraes Leme

_questão 2

A Constituição Federal de 1988 prevê, no seu art. 5.º, inciso LXVII, que “não haverá prisão civil por dívida, salvo a do responsável pelo inadimplemento voluntário e inescusável de obrigação alimentícia e a do depositário infiel”.

A figura do depositário infiel surgiu em decorrência do contrato de depósito previsto no ordenamento nacional e definido na doutrina como um negócio jurídico por meio do qual a parte depositante transfere à parte depositária a guarda de um objeto móvel, para que seja devidamente conservado e, posteriormente, devolvido.

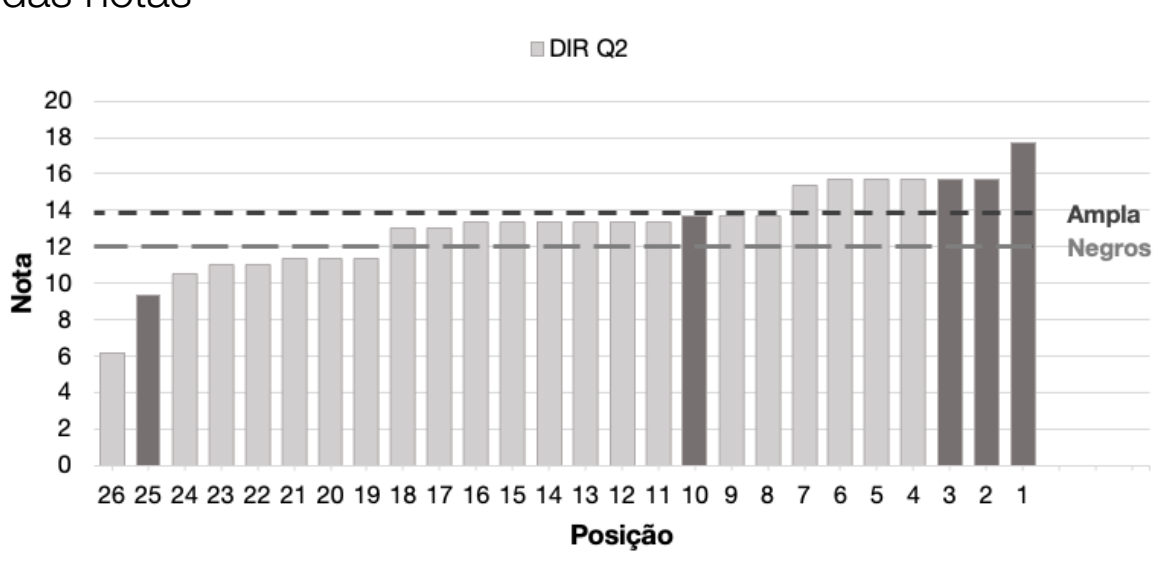
Acerca da possibilidade de prisão do depositário infiel, o Código Civil brasileiro estabelece, em seu art. 652, que “seja o depósito voluntário ou necessário, o depositário que não o restituir quando exigido será compelido a fazê-lo mediante prisão não excedente a um ano, e ressarcir os prejuízos”. Dessa forma, seria, em tese, admissível a prisão do depositário infiel na hipótese de não cumprimento da obrigação de devolver o bem depositado. No entanto, o entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF) acerca da forma como o ordenamento nacional deve tratar a figura jurídica do depositário infiel considera o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos (“Ninguém poderá ser preso apenas por não poder cumprir com uma obrigação contratual”) e a Convenção Americana sobre Direitos Humanos – Pacto de São José da Costa Rica (“Ninguém deve ser detido por dívidas. Este princípio não limita os mandados de autoridade judiciária competente expedidos em virtude de inadimplemento de obrigação alimentar”), ambos tratados internacionais ratificados em 1992 pelo Estado brasileiro.

Considerando que o texto apresentado tem caráter motivador, redija um texto dissertativo a respeito da prisão civil do depositário infiel na perspectiva do sistema jurídico brasileiro, especialmente do STF. Em seu texto, responda aos seguintes questionamentos.

1. É lícita a prisão civil do depositário infiel?
2. Qual é a natureza jurídica e a posição hierárquica, no ordenamento jurídico, do Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos e do Pacto de São José da Costa Rica?
3. Quais são os efeitos da relação da legislação nacional infraconstitucional e constitucional com os tratados internacionais mencionados no que se refere à prisão civil do depositário infiel?

Extensão máxima: 40 linhas
[valor: 20,00 pontos]

Distribuição das notas



Padrão de resposta da questão 2

1. Conforme mencionado no texto motivador, a Constituição Federal (art. 5.º, LXVII) determina que “não haverá prisão civil por dívida, salvo a do responsável pelo inadimplemento voluntário e inescusável de obrigação alimentícia e a do depositário infiel”. Portanto, é estabelecido textualmente no nosso sistema a regra da inexistência de prisão civil por dívida, salvo em duas hipóteses: (a) inadimplemento voluntário e inescusável de obrigação alimentícia; e (b) depositário infiel.

Contudo, desde a ratificação, pelo Brasil, do Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos (art. 11) e da Convenção Americana sobre Direitos Humanos – Pacto de San José da Costa Rica (art. 7.º, 7), ambos no ano de 1992, surgiu a controvérsia sobre a possibilidade de haver prisão civil do depositário infiel, com fundamento no inciso LXVII do art. 5.º da Constituição.

A razão da controvérsia é que os tratados internacionais mencionados só permitem a prisão civil na hipótese de não pagamento de obrigação alimentícia, mas não na do depositário infiel.

Apreciando a questão, especificamente no tocante à aplicação do Pacto de San José da Costa Rica, o Supremo Tribunal Federal firmou entendimento de que a prisão civil por dívida, prevista no inciso LXVII do art. 5.º da Constituição Federal, é aplicável apenas ao responsável pelo inadimplemento voluntário e inescusável de obrigação alimentícia, e não ao depositário infiel (RE 466.343-1/SP, Rel. Min. Cezar Peluso, 3/12/2008). A partir desse entendimento, o Supremo Tribunal Federal editou a **Súmula Vinculante n.º 25: “É ilícita a prisão civil de depositário infiel, qualquer que seja a modalidade do depósito”.**

2. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal afirma que os tratados e as convenções internacionais sobre direitos humanos celebrados pelo Brasil têm **natureza supralegal, ou seja, se situam abaixo da Constituição, mas acima da legislação interna.** Dessa forma, os tratados internacionais sobre direitos humanos **são atos normativos infraconstitucionais (abaixo da Constituição Federal), porém, diante de seu caráter especial em relação aos demais atos normativos internacionais, também são dotados de um atributo de supralegalidade (acima das leis).**

3. Por força dessa **supralegalidade**, o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos e a Convenção Americana sobre Direitos Humanos – Pacto de San José da Costa Rica, ratificados pelo Brasil em 1992, **tornaram inaplicável a legislação infraconstitucional sobre a prisão do depositário infiel com**

eles conflitante, seja ela anterior ou posterior ao ato de ratificação de tais normas internacionais, e, com isso, afastaram a possibilidade de prisão do depositário infiel prevista no inciso LXVII do art. 5.º da Constituição Federal. A força paralisante do tratado internacional não incide diretamente sobre o texto da Constituição Federal, mas sim sobre a legislação infraconstitucional que o regulamenta. Portanto, **o texto constitucional não é revogado pelo tratado internacional; apenas se torna inaplicável em razão da ausência de normas infraconstitucionais regulamentadoras – estas, sim, paralisadas pela norma internacional.**

Assim, a previsão constitucional da prisão civil do depositário infiel (art. 5.º, inciso LXVII) não foi revogada pela ratificação, pelo Brasil, do Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos (art. 11) e da Convenção Americana sobre Direitos Humanos – Pacto de San José da Costa Rica (art. 7.º, 7), mas deixou de ter aplicabilidade diante do efeito paralisante desses tratados em relação à legislação infraconstitucional que disciplina a matéria, seja essa legislação anterior ou posterior à data de ratificação de tais normas internacionais. Em suma, ao reconhecer status de supralegalidade aos tratados internacionais sobre direitos humanos, o Supremo Tribunal Federal firmou entendimento de que, desde a ratificação pelo Brasil, no ano de 1992, do Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos e da Convenção Americana sobre Direitos Humanos – Pacto de San José da Costa Rica, não há base legal para aplicação da parte final do art. 5.º, inciso LXVII, da Constituição, ou seja, para a prisão civil do depositário infiel.

É importante observar, ainda, que, durante o período em que o Supremo Tribunal Federal admitiu a prisão civil do depositário infiel, o tribunal também placitava a prisão civil de outros devedores, em contratos distintos, por equiparação à figura jurídica do depositário infiel. Admitia-se, por exemplo, a prisão do devedor nos contratos de alienação: fiduciária em garantia, de penhor mercantil, de penhor agrícola e de depósito de imóvel. Com o afastamento da prisão civil do depositário infiel, todas essas hipóteses de prisão civil por equiparação também resultaram afastadas (afinal, se elas eram decretadas por equiparação ao depositário infiel, e a prisão deste não mais é aceita, aqueles devedores, por óbvio, também não poderão mais ser presos).

Atualmente, portanto, a única prisão civil por dívida admitida no Brasil é a do devedor de alimentos.

Pedro Vale de Andrade Arruda Câmara

nota: **17,67/20**

A prisão civil do depositário infiel é ilícita no Direito brasileiro, entendimento cristalizado na Súmula Vinculante 25 do Supremo Tribunal Federal. Para entender o motivo de esse ser o caso, mesmo diante do inciso LXVII do art. 5º da CF/88, que aventa a possibilidade da prisão do depositário infiel, é necessário compreender como os tratados de direitos humanos inserem-se, hierarquicamente, no ordenamento jurídico brasileiro.

Tratados que versam sobre temas gerais possuem status de lei ordinária, no Direito brasileiro; tratados de direitos humanos, por sua vez, podem ter status constitucional ou supralegal, a depender de como foram incorporados no ordenamento jurídico interno. A Emenda Constitucional 45, de 2004, estabeleceu que os tratados de direitos humanos que sejam aprovados por 3/5 dos votos, nas duas Casas do Congresso, em votações de dois turnos, gozarão de status constitucional. É o caso, por exemplo, do Tratado de Nova York sobre os direitos das pessoas com deficiência e seu Protocolo Adicional, bem como do Tratado de Marraquexe sobre a propriedade intelectual de obras destinadas a pessoas com deficiência visual.

A EC 45, contudo, silenciava a respeito do status dos tratados de direitos humanos que já houvessem sido incorporados ao ordenamento jurídico brasileiro sem o rito qualificado acima descrito. A questão foi elucidada pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento do Recurso Extraordinário 466.343, de 2009, que estabelece a natureza supralegal desses tratados – hierarquicamente superiores à legislação ordinária, mas inferiores à norma constitucional. O Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos (1966) e o Pacto de São José da Costa Rica (1969), aos quais o Brasil aderiu em 1992, possuem, portanto, status de norma supralegal, no ordenamento jurídico brasileiro.

Destarte, compreende-se o motivo de a prisão civil do depositário infiel ser proibida, no Brasil. A aplicação dos referidos pactos de direitos humanos submete-se à Constituição, que, em seu art. 5º, prevê a possibilidade de prisão do depositário infiel. No entanto, a legislação infraconstitucional que regulamenta essa prisão, consubstanciada no art. 652 do Código Civil brasileiro, foi derogada pela normativa supralegal estabelecida pelos dois pactos, conforme o princípio do lex superiori derogat legis inferiori, uma vez que esses tratados proíbem essa modalidade de punição. A norma constitucional que permite a prisão civil do depositário infiel ainda vige, mas carece de operacionalidade.

Conclui-se, portanto, que não existe antinomia entre a Constituição Federal brasileira e os tratados de direitos humanos que vinculam o país, no que diz respeito à prisão do depositário infiel, entendimento pacificado com a edição da Súmula Vinculante 25. Acrescente-se que, mesmo que o STF não tivesse se

manifestado, os tribunais e juízes brasileiros deveriam aplicar tal entendimento, uma vez que lhes cabe, de acordo com Mazzuoli, o exercício do controle de convencionalidade difuso dos tratados de DH com status supralegal.

AVALIAÇÃO

1. Apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado): 1/1

2. Desenvolvimento do tema

2.1. Ilícitude da prisão do depositário infiel. Súmula Vinculante n.º 25 do STF: 6/6

2.2. Natureza jurídica e a posição hierárquica dos tratados internacionais

(Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos e Pacto de São José da Costa Rica): 6/6

2.3. A relação e os efeitos da legislação nacional infraconstitucional e constitucional

com os tratados internacionais mencionados quanto à prisão civil do depositário infiel: 4,67/7

Resultado

Nota: 17,67

COMENTÁRIO

RECURSO DO CANDIDATO:

“O candidato solicita, respeitosamente, a reavaliação do critério [2.3] em tela, por considerar que a nota provisória (4,67/7,00) não está de acordo com sua exposição acerca da relação entre a legislação nacional (infraconstitucional e constitucional) com os tratados internacionais mencionados na questão.

De acordo com próprio modelo de respostas concedido pelo CESPE, o candidato deveria abordar os seguintes tópicos: (i) a questão da supralegalidade dos tratados mencionados; (ii) a consequente inaplicabilidade da legislação infraconstitucional; (iii) e a não revogabilidade do texto constitucional pelos tratados, reforçando o caráter de ausência de normas regulamentadoras.

Todos esses pontos foram abordados na questão, razão pela qual o candidato acredita que a pontuação máxima lhe deveria ter sido atribuída.

1. Nas linhas 18-24, foi elucidada a questão do caráter supralegal dos tratados trazidos pela questão, de modo que ficou claro sua posição hierárquica no ordenamento jurídico brasileiro;

2. Nas linhas 28-34, foi tratada a questão da inaplicabilidade da legislação infraconstitucional, uma vez que incompatível com o estabelecido nos tratados internacionais trazidos pela questão;

3. Por fim, a não revogabilidade do texto constitucional ficou cristalizada nas linhas 35-40, nas quais o candidato ratificou a ausência de antinomia entre a Constituição Federal e o texto dos tratados, de modo que

esses não revogam o texto constitucional, que ainda vige; apenas carece de operacionalidade, justamente pela revogação das normas infraconstitucionais, como abordado pelo candidato nas linhas 33-34.

Considerando o exposto, o candidato acredita que cumpriu, integralmente ao exigido pelo enunciado, em conformidade com os pontos dispostos no modelo de resposta. Por esse motivo, roga, com todo o respeito, que o(a) examinador(a) reavalie a questão e, caso julgue cabível, majore a nota.

RESPOSTA DA BANCA:

“Recurso indeferido. A resposta apresentada não incorre em majoração de nota. A banca mantém a pontuação atribuída por estar proporcional ao desempenho do candidato. Realmente o candidato abordou que as normas supralegais tornariam inaplicável a legislação infraconstitucional sobre a prisão do depositário infiel com eles conflitante, seja ela anterior ou posterior ao ato de ratificação de tais normas internacionais, e, com isso, afastaram a possibilidade de prisão do depositário infiel prevista no inciso LXVII do art. 5.º da Constituição Federal. Contudo, deveria ter afirmado expressamente que a força paralisante do tratado internacional não incide diretamente sobre o texto da Constituição Federal, mas sim sobre a legislação infraconstitucional que o regulamenta. Portanto, o texto constitucional não é revogado pelo tratado internacional; apenas se torna inaplicável em razão da ausência de normas infraconstitucionais regulamentadoras — estas, sim, paralisadas pela norma internacional. Recurso provido somente neste particular”.

Angelo Paulo Sales dos Santos

nota: **15,67/20**

Segundo entendimento esposado pelo Supremo Tribunal Federal (STF), a prisão civil do depositário infiel não é lícita no direito brasileiro, tendo em vista a adesão, pelo país, ao Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos (PIDCP) e à Convenção Americana sobre Direitos Humanos (CADH). Em sua decisão, o STF traçou claro posicionamento acerca da hierarquia dos tratados internalizados no ordenamento jurídico nacional.

Deveras, conforme decidiu o STF, o PIDCP e a CADH têm natureza jurídica de normas convencionais, ingressando no direito brasileiro como fontes de direitos e deveres. Ainda segundo a Suprema Corte brasileira, esses tratados possuem, no ordenamento jurídico, hierarquia supralegal, colocando-se hierarquicamente abaixo das normas constitucionais e acima da legislação ordinária. Para a hermenêutica do STF, tratados de direitos humanos podem ter dois status hierárquicos no direito brasileiro. Caso sejam aprovados pelo Congresso Nacional segundo os procedimentos previstos para as Emendas Constitucionais, tais tratados terão status equivalente a uma Emenda à Constituição. Porém, se o Congresso Nacional optar por não se valer de tal procedimento, como ocorreu com o PIDCP e a CADH, os tratados que versam sobre direitos humanos terão hierarquia supralegal.

É importante ver que, de acordo com o entendimento firmado pelo STF, a hierarquia supralegal atribuída àqueles tratados não permite que suas regras limitadoras da prisão civil revoguem o art. 5º, inciso LXVII a CF/88, no que se refere à admissão da prisão do depositário infiel; para tanto, seria indispensável outra norma de hierarquia constitucional. Todavia, o caráter supralegal do PIDCP e da CADH tem o efeito de derrogar a previsão do art. 652 do Código Civil, que regulamenta, no âmbito infraconstitucional, a prisão do depositário infiel.

Percebe-se, assim, que o STF exerceu um verdadeiro controle de convencionalidade do art. 652 do Código Civil, considerando-o incompatível com normas de hierarquia supralegal. Destarte, permanece a previsão constitucional de prisão do depositário infiel, a qual, porém, carece de regulamentação. Mais ainda, qualquer tentativa de tratamento do tema, por meio da legislação ordinária, fatalmente esbarrará no limite imposto pela superioridade hierárquica dos tratados de direitos humanos, tais como o PIDCP e a CADH.

A partir da decisão proferida pelo STF, portanto, a única hipótese de prisão civil admitida no direito brasileiro é a do devedor de alimentos. Nesse sentido, vale ressaltar que a importância do referido

juízo vai além da questão específica do depositário infiel; trata-se, de fato, de um leading case acerca da hierarquia dos tratados incorporados ao ordenamento jurídico brasileiro.

AVALIAÇÃO

1. Apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado): 1/1
2. Desenvolvimento do tema
 - 2.1. Ilícitude da prisão do depositário infiel. Súmula Vinculante n.º 25 do STF: 2/6
 - 2.2. Natureza jurídica e a posição hierárquica dos tratados internacionais (Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos e Pacto de São José da Costa Rica): 6/6
 - 2.3. A relação e os efeitos da legislação nacional infraconstitucional e constitucional com os tratados internacionais mencionados quanto à prisão civil do depositário infiel: 4,67/7

Resultado

Nota preliminar: **13,67**

Nota final: **15,67**

Rafael Mendes Bernardes

nota: **13,67/20**

A temática da relação entre o direito interno e o direito internacional é tema fundamental do constitucionalismo contemporâneo, devido às intersecções existentes atualmente entre os dois ordenamentos. A análise a cerca da prisão do depositário infiel refere-se a essa temática, especialmente no que tange à hierarquia dos tratados de direitos humanos.

No Brasil, desde 2008, após decisão do STF, a prisão de depositário infiel não é mais permitida no Brasil, visto que o tribunal superior considerou o fenômeno incompatível com obrigações internacionais assumidas pelo país.

Segundo o ordenamento brasileiro, a natureza jurídica de tratados internacionais, cuja ratificação tenha sido autorizada pelo Congresso Nacional e que tenham sido internalizados no ordenamento brasileiro via promulgação do decreto presidencial referente ao tratado, é a natureza jurídica de uma norma de direito interno. Em relação à posição hierárquica, como o PIDCP e a Convenção Americana são tratados de direitos humanos, eles possuem regulação diversa daqueles tratados sobre matérias comuns. A Emenda Constitucional 45/2004 estabeleceu que os tratados de direitos humanos aprovados pelo rito semelhante ao das emendas constitucionais seriam integrados ao bloco de constitucionalidade, possuindo a mesma hierarquia das normas constitucionais. Entretanto, a EC 45/2004 deixou em aberto a posição hierárquica dos tratados de direitos humanos não aprovados por esse rito especial e é esse o caso do PIDCP e da Convenção Americana. Foi somente em 2008, com o julgamento do recurso referente ao caso da prisão civil de depositário infiel que o STF aclarou a posição hierárquica. A partir do voto do Ministro Gilmar Mendes, a corte decidiu que, por conterem normas fundamentais, os tratados de direitos humanos possuiriam hierarquia supralegal, porém infraconstitucional. Assim, a posição hierárquica do PIDCP e da Convenção Americana no direito brasileiro é a de norma supralegal e infraconstitucional.

Determinada a hierarquia desses tratados, resta analisar a interação entre eles e as normas infraconstitucionais e as normas constitucionais a respeito da prisão civil de depositário infiel. Em relação ao art. 5, inc. LXVII, da Constituição, que permite a prisão civil de depositário infiel, ele continua existente e válido no ordenamento brasileiro (ou seja, não foi revogado, anulado ou suspenso), uma vez que o PIDCP e a Convenção Americana, que não permitem essa prisão, possuem hierarquia inferior a essa norma constitucional. Assim, resta a dúvida – se essa norma constitucional continua existente, como se pode dizer que a prisão de depositário infiel não é permitida? Isso ocorre devido aos efeitos do PIDCP e da Convenção Americana incidentes sobre as normas infraconstitucionais brasileiras acerca da prisão de

depositário infiel, como é o caso do art. 652 do Código Civil. O STF, no julgamento de 2008 já citado, estabeleceu o entendimento que as normas do PIDCP e da Convenção Americana referentes à prisão por dívida, por possuírem caráter supralegal, suspenderiam a aplicação das normas infraconstitucionais brasileiras no que lhes fossem contrárias. Dessa forma, o art. 652 do CC, por ser contrário aos tratados mencionados, está suspenso nas partes que contrariam esses tratados.

A título de conclusão, apresenta-se a crítica de relevantes juristas, como Flávia Piovesan, à decisão de considerar tratados de direitos humanos não aprovados pelo rito especial como inferiores à Constituição. Para esses autores, todos os tratados de direitos humanos deveriam ser considerados como possuindo hierarquia constitucional quando aceitos pelo Brasil. Isso advém do fato de que materialmente (mesmo que não formalmente) as normas desse tipo de tratados são normas com matéria constitucional e, considerando que a Constituição brasileira admite o instituto do bloco de constitucionalidade, essas normas deveriam integrá-lo por força de sua materialidade constitucional.

AVALIAÇÃO

- 1. Apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado): 1/1**
- 2. Desenvolvimento do tema**
 - 2.1. Ilícitude da prisão do depositário infiel. Súmula Vinculante n.º 25 do STF: 4/6**
 - 2.2. Natureza jurídica e a posição hierárquica dos tratados internacionais (Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos e Pacto de São José da Costa Rica): 4/6**
 - 2.3. A relação e os efeitos da legislação nacional infraconstitucional e constitucional com os tratados internacionais mencionados quanto à prisão civil do depositário infiel: 4,67/7**

Resultado

Nota preliminar: **13,67**

Nota final: **15,67**

Nota média: Cauê Rodrigues Pimentel

nota: **13,67/20**

A Constituição Federal de 1988 estabeleceu, em seu art.5º, §2º, que o rol de direitos fundamentais da Carta Magna não são exaustivos e que, dessarte, novos direitos podiam decorrer da adesão brasileira a tratados internacionais. Esse artigo, conhecido doutrinariamente como “Cláusula aberta” da CF/88, é exemplo primordial da crescente interação entre Direito Constitucional e Direito Internacional, fenômeno que Peter Haberle considera como a emergência de um Estado Constitucional cooperativo ou que José Canotilho aduz como a formação de um Direito Constitucional globalizado. Isso gera consequências práticas na aplicação do direito, como no caso da prisão civil do depositário infiel em face do Pacto de San José da Costa Rica.

Segundo o entendimento contemporâneo do STF, a prisão civil do depositário infiel seria ilícita. Essa conclusão decorre da atual posição hierárquica que os tratados de direitos humanos desfrutam na ordem jurídica pátria. Atualmente, tratados de direitos humanos incorporados pelo Brasil podem ser equiparados a Emendas Constitucionais (art. 9º §3, introduzidos pela EC 45/2004), desde que aprovados segundo o mesmo critério das emendas tradicionais (2 turnos, 2 casas, por 3/5 dos votos); esses tratados (atualmente três vigentes) constituem o que a doutrina chamou de “bloco de constitucionalidade”. Esse entendimento ficou consagrado no julgamento do Recurso Extraordinário 466.343, no qual o STF teve que deliberar acerca da antinomia do Art.5º, LXVIII da CF e o Pacto de San José da Costa Rica, acerca da prisão civil do depositário infiel (também prevista no art. 562 do Código Civil). Nesse julgamento, triunfou o entendimento que as normas de direitos humanos teriam prevalência, tornando a prisão do depositário infiel ilícita.

O reconhecimento de status diferenciado aos tratados humanos (sic) no ordenamento jurídico brasileiro deu origem ao que a doutrina entende como “controle de Convencionalidade” da legislação brasileira. Decorre, portanto, que tratados de direitos humanos, sejam equivalentes a emendas constitucionais ou supralegais, poderão ser utilizados como parâmetro de análise da legislação brasileira, complementando o controle de constitucionalidade das leis. Enquanto o controle de constitucionalidade gera nulidade da norma que contrarie a Carta Magna, o controle de convencionalidade, segundo a doutrina majoritária, gera efeitos paralisantes sobre a legislação contrária aos tratados de Direitos Humanos. É o que acontece no caso da prisão do depositário infiel, atualmente obstada pelo efeito paralisante da Convenção Interamericana de Direitos Humanos sobre o Código Civil brasileiro.

O reconhecimento do status especial dos tratados de Direitos Humanos, seja na forma do art. 5º, §3, seja nos termos do RE 466.343, aduzem, de modo concreto, a abertura da ordem constitucional brasileira ao Direito Internacional. Constitui, junto com o Controle de Convencionalidade, o fenômeno da internacionalização da ordem constitucional e constitucionalização do Direito Público internacional, processo dialético que, como apontam Haberle e Canotilho, superam a velha doutrina dicotômica monismo/dualismo, e robustece a proteção dos direitos fundamentais no direito contemporâneo. (462 palavras.)

AVALIAÇÃO

1. Apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado): 1/1
2. Desenvolvimento do tema
 - 2.1. Ilícitude da prisão do depositário infiel. Súmula Vinculante n.º 25 do STF: 4/6
 - 2.2. Natureza jurídica e a posição hierárquica dos tratados internacionais (Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos e Pacto de São José da Costa Rica): 4/6
 - 2.3. A relação e os efeitos da legislação nacional infraconstitucional e constitucional com os tratados internacionais mencionados quanto à prisão civil do depositário infiel: 4,67/7*

Resultado

Nota preliminar: 9

Nota final: **13,67**

COMENTÁRIO

() Inicialmente, o candidato havia sido apenado com nota 0,00 nesse quesito. Com os recursos, foram adicionados 4,67 pontos ao computo final.*

Pior nota: Anônimo

nota: **9,33/20**

A prisão do depositário infiel não é mais considerada lícita pelo ordenamento jurídico pátrio. Essa mudança deveu-se à reorientação da jurisprudência do STF, de modo a alinhá-la a instrumentos internacionais de direitos humanos ratificados pelo Brasil, como o Pacto de San José da Costa Rica e o PIDCP.

A inflexão da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal decorreu da evolução da posição hierárquica dos Tratados de Direitos Humanos. Tradicionalmente, com base no RE 80 004, os tratados internacionais eram incorporados ao ordenamento jurídico interno com status de lei ordinária federal. Posteriormente, com o advento do CF/88 e com a busca por garantir máxima proteção aos direitos fundamentais, foi atribuída aos tratados de Direitos Humanos nova condição hierárquica. Conforme o Artigo 5º, Parágrafo 3º, CF/88, os tratados que versarem sobre Direitos Humanos e que sejam aprovados pelo Congresso Nacional com base no procedimento de votação de emendas constitucionais (2 turnos, nas 2 casas do Congresso Nacional, por voto de 3/5 dos membros) gozarão de status equivalente ao de emendas constitucionais, integrando, portanto, o bloco de convencionalidade. Caso os tratados de Direitos Humanos sejam aprovados pelo Congresso Nacional com base no quórum ordinário, terão estatura supralegal, conforme o RE 466 343. Desse modo, os tratados de Direitos Humanos ocupam posição privilegiada. Nesse sentido, o Pacto de San José de Costa Rica e o PIDCP gozam de status supralegal, pois não foram aprovados pelo procedimento 2235 e pois foram ratificados antes da Emenda Constitucional 45, que introduziu o Artigo 5º, Parágrafo 3º.

Em razão do status hierárquico das referidas convenções, as disposições infraconstitucionais incompatíveis com tais instrumentos, como o Artigo 623 do Código Civil, tiveram de ser suspensos ou revogados. No âmbito interamericano, esses efeitos asseguram o cumprimento do Artigo 2 da Convenção Interamericana, que exige que os Estados-partes modifiquem os ordenamentos jurídicos pátrios a fim de salvaguardar os direitos consagrados no tratado, sob pena de responsabilidade internacional, como ilustra recente condenação do Brasil pela Corte Interamericana de Direitos Humanos no caso Vladimir Herzog, no qual a Corte considerou a Lei de Anistia brasileira incompatível com o Pacto de San José. A jurisprudência da CIDH tem reconhecido, também, a possibilidade de controle de convencionalidade da legislação infraconstitucional, a ser realizada de ofício pelas instâncias jurisdicionais das partes na convenção. No que concerne à relação entre os referidos tratados e a legislação constitucional, a ratificação dessas convenções ensejou a mutação constitucional, processo informal de alteração do texto constitucional, que implicou a alteração do conteúdo normativo sem modificação do texto. Dessa maneira, não mais se considera que a CF/88 autoriza a prisão do depositário infiel.

À luz do exposto, fica evidente a coparticipação do Direito Internacional e do Direito Interno na concretização dos direitos fundamentais. A evolução da jurisprudência do STF permite, em último caso, caracterizar o Estado brasileiro como um Estado cooperativo, conforme descreve Peter Häberle, isto é, um Estado que busca no Direito Internacional meios de garantia dos princípios constitucionais e de proteção da dignidade da pessoa humana, fortalecendo, assim, os direitos fundamentais.

AVALIAÇÃO

1. Apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado): 1/1
2. Desenvolvimento do tema
 - 2.1. Ilícitude da prisão do depositário infiel. Súmula Vinculante n.º 25 do STF: 4/6
 - 2.2. Natureza jurídica e a posição hierárquica dos tratados internacionais (Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos e Pacto de São José da Costa Rica): 2/6
 - 2.3. A relação e os efeitos da legislação nacional infraconstitucional e constitucional com os tratados internacionais mencionados quanto à prisão civil do depositário infiel: 2,33/7

Resultado

Nota final: 9,33

banca:

Diogo Palau Flores dos Santos

João Ernesto Christófolo

Jorge Luiz Fontoura Nogueira

Letícia Frazão Alexandre de Moraes Leme

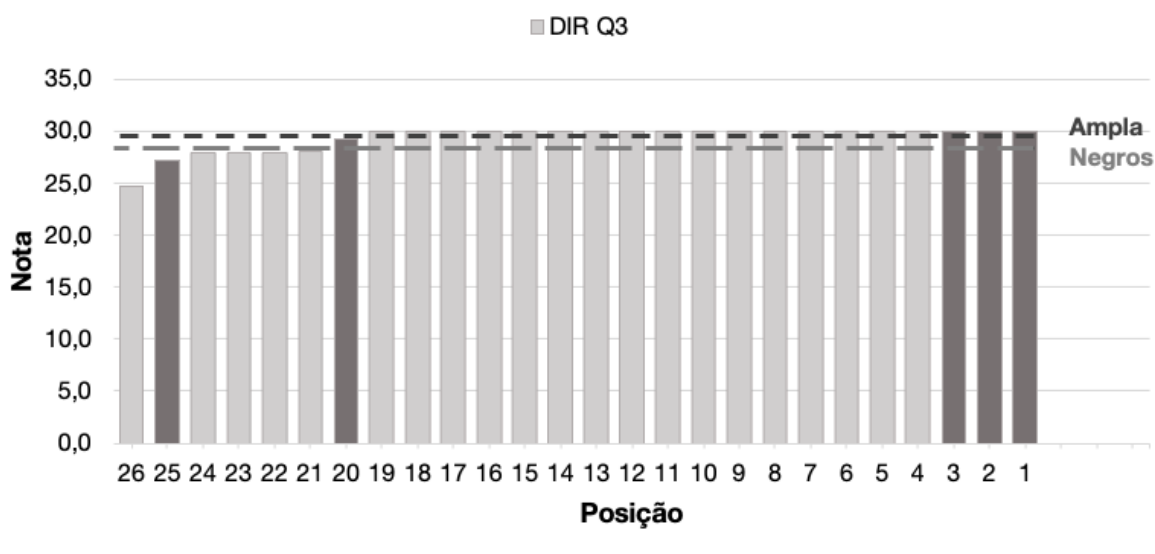
_questão 3

Como promessa de pacificação não isenta de contradições, o direito internacional público contempla princípios e valores de atores dominantes, ao tempo em que busca proteger e emancipar, quando atua contra essa mesma dominação.

Discorra sobre a proposição apresentada, citando exemplos da atuação do direito internacional público no que se refere às perspectivas suscitadas.

*Extensão máxima: 60 linhas
[valor: 30,00 pontos]*

Distribuição das notas



Padrão de resposta da questão 3

O candidato deve elaborar análise do paradoxo proposto na assertiva, a partir de conceitos basilares da disciplina, com utilização de argumentação doutrinária e emprego de terminologia apropriada.

Deverá formular referências adequadas, citando exemplos, tanto à possibilidade de utilização do direito internacional como garantia de manutenção de posições de poder de fato, políticos e econômicos, quanto em prol da segurança coletiva e da sociedade internacional como um todo, com paradigmas de manutenção da paz ou como promessa de pacificação, com fulcro no desenvolvimento, na ampliação e na fragmentação de demandas no cenário internacional.

São desejáveis menções a exemplos como o direito do comércio internacional e direitos humanos, ao direito internacional do meio ambiente, com possíveis referências à era das organizações internacionais, com multiplicação de atores e novas disciplinas, bem como do aumento considerável de tribunais internacionais. As novas agendas do direito internacional e as fontes não codificadas também podem ser colacionadas, com a inclusão de temas sempre mais abrangentes e limitadores da discricção estatal.

É essencial a apropriada citação de exemplos de atuação do direito internacional, tanto em uma como em outra vertente, nos termos da proposição que o tema dissertativo devidamente interpretado contempla.

Espera-se conclusão que considere perspectiva de atualidade do direito internacional público, de seus logros e impasses, bem como de seu reconhecimento por estados e por demais atores partícipes vida internacional.

Jorge Luiz de Lima Santos

nota: **30/30**

O Direito Internacional Público é reflexo do sistema de equilíbrio de poder dos Estados. Nesse sentido, a normativa internacional é resultante dos princípios e valores dos atores dominantes. A paz como princípio que fundamenta das relações entre os estados foi consagrada em meio a avanços e recuos. A gradual limitação do uso da força tem relação direta com essa dinâmica. Do mesmo modo, a emergência dos direitos humanos como tema prioritário no direito internacional está sujeita a questões complexas como a decisão de intervir ou não num Estado em razão de questões humanitárias.

A consagração do Pacto Brian-Kellog, em 1928, parecia ser um indício de que o mundo se direcionava para completa proibição do uso da força entre os Estados. A promessa de pacificação do Pós-I Guerra Mundial ganhava força normativa. Muito pouco tempo depois, parte daqueles estados estarão envolvidos no completo abandono daquela promessa inicial. O fim da Segunda Guerra e a criação da ONU, em 1945, trouxeram novamente aqueles princípios contidos no Pacto Brian-Kellog, dessa vez, ampliados na Carta da ONU. A Carta consagra princípios e valores dos vencedores do conflito, como a prevalência da solução pacífica de controvérsias e a proibição do uso da força contra integridade de outro Estado. Como expressa o preâmbulo da Carta, os países que desejassem ser parte da ONU deveriam ser “amantes da paz”. O Direito Internacional voltava-se para garantia da paz e segurança e para proteção da dignidade humana.

Ao mesmo tempo que estabelecia a paz e segurança como objetivos centrais da nova ordem internacional, a Carta da ONU concentrava nos atores dominantes a decisão sobre o que representaria uma ameaça e em que circunstância seria legítimo o uso da força. O capítulo VII da Carta autoriza o Conselho de Segurança a usar de todos os meios necessários para garantir a paz, inclusive o uso da força. A defesa dos direitos humanos deu ensejo a diversas intervenções que, ao buscar proteger e emancipar, resultaram muitas vezes em catástrofes humanitárias.

Ainda que não previstas na Carta de forma expressa, as Missões de Paz surgiram no contexto em que a paz internacional era considerada ameaçada pelos membros da CSNU. Mesmo que tenham conseguido obter êxito, muitas vezes, as missões de paz resultaram em fragilização do tecido social do país receptor. A autorização de uso da força por parte do CSNU ao mesmo tempo que conseguiu proteger populações, como no caso da invasão do Iraque ao Kuwait, tiveram consequências negativas no caso da autorização do uso da força na Líbia em 2011, cujo mandato era apenas de proteção da população civil, mas resultou na derrubada do governo de Muamar Kadafi.

O mesmo país que liderou a construção do arcabouço normativo da ONU e o sistema decisório do CSNU como as formas legítimas de atuação internacional, não acatou decisão do CSNU que não autorizou o uso da força no Iraque em 2003. Nesse contexto, o direito internacional não possuía meios de se fazer prevalecer em face do interesse de um ator dominante. Em parecer consultivo de 1994 sobre a legalidade do uso de armas nucleares, a Corte Internacional de Justiça não foi capaz de decidir se o uso de armas nucleares era lícito ou ilícito no caso de risco de sobrevivência do Estado. A postura da CIJ reflete essa tensão latente no DIP quanto aos limites de ação dos Estados. O voto dissidente de um juiz da Corte deixou claro que a ameaça real a toda humanidade no caso de uso de armas nucleares não poderia ser sobreposta à existência do Estado.

A posição reticente e mesmo negatória de diversos países, sobretudo, os nuclearmente armados em aderir ao Pacto para Proibição Completa de Armas Nucleares revela como a criação de normas no DIP ainda depende muito da posição dos atores dominantes, ainda que, de forma um tanto contraditória, esses atores defendam a paz e a prevalência da vida humana.

É nesse processo de avanços e recuos que o DIP se desenvolve, tensionando o poder dominante, ao mesmo tempo que depende dele para sua real efetividade.

AVALIAÇÃO

1. Apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado): 1,5/1,5

2. Desenvolvimento do tema

2.1. Análise do paradoxo exposto na assertiva: 8,5/8,5

2.2. Possibilidade de utilização do direito internacional tanto como garantia da manutenção de posições de poder de fato, quanto em sua atuação em função de outra perspectiva, com novas demandas e agendas: 10/10

2.3. Perspectiva atual do direito internacional público: 10/10

Resultado

Nota: **30**

Anna Paula Ribeiro Araujo Mamede

nota: **30/30**

A ideia puramente volitiva do direito internacional público (DIP) não mais explica a sociedade internacional no contexto hodierno. Com efeito, surgido como meio de regular as relações entre Estados soberanos e de alcançar a paz, o DIP deixou de ser mero reflexo dos interesses e dos princípios de atores dominantes para algo mais complexo e multidimensional, que constrange mesmo os atores dominantes do sistema, de modo que o uso da força deixou de ser meio legítimo para a solução de controvérsias. Nesse contexto, pode-se argumentar que o DIP se baseia em certos princípios e valores comuns, como o “pacta sunt servanda” e a boa-fé, mas evoluiu, para se tornar um meio de proteção e de emancipação de atores marginalizados no sistema criado por atores dominantes, como ocorre no seio da Organização das Nações Unidas.

Pode-se argumentar que a “promessa de pacificação” do DIP tem um marco relevante com a adoção do Pacto de Briand-Kellog, de 1928, que prescreveria a guerra como meio legítimo de solução de controvérsias. Naquele contexto, os então atores dominantes buscavam os compromissos dos demais com a renúncia à guerra, ao mesmo tempo que, internamente, continuavam a se armarem e davam pouca importância aos nítidos atos bélicos tomados por alguns países, como a tomada da Manchúria pelo Japão, em 1931, ou a invasão da Itália na Etiópia. Assim, no contexto ideológico da Liga das Nações, os países buscavam implementar a paz e assegurar compromissos pacíficos dos demais, enquanto se preparavam para a guerra. A contradição tornou-se insustentável e resultou na 2ª Guerra Mundial, com o fim da Liga.

Em 1945, com a criação da ONU, o direito internacional crescia em importância, com a definitiva proibição do recurso à guerra como meio legítimo de solução de controvérsias, a tendência de judicialização e de codificação das normas internacionais e a possibilidade de fazer valer suas decisões, por meio de um Conselho de Segurança apto a utilizar a força para salvaguardar a paz e a segurança internacionais. Ainda que a ONU tenha contemplado os princípios e valores dos atores dominantes quando de sua criação, com os vencedores da 2ª Guerra Mundial (EUA, Reino Unido, França e URSS) mais a China, o que se traduziu no veto do P5, a organização evoluiu para permitir que outros atores apresentem suas próprias demandas, inclusive contra o P5. No âmbito da Corte Internacional de Justiça, esse aspecto é notório. No caso julgado pela CIJ entre EUA e Nicarágua, por exemplo, a Corte não hesitou em condenar os EUA pela interferência em assuntos internos dos nicaraguenses, condenando o país pelo financiamento e pelo apoio logístico fornecido aos Contra, no contexto após a Revolução Sandinista. No caso do Estreito de Corfu, a Corte também sublinhou a ação do Reino Unido como ação de grande potência. Ainda que a implementação

dessas decisões seja algo complexa, não se pode rechaçar o fato de que a ONU, sobretudo a CIJ, atua contra a dominação dos atores dominantes, pois não pauta suas decisões nos interesses desses atores, mas sim na aplicação, ainda que não isenta de críticas, das regras de DIP.

No que se refere ao patamar adquirido pelas regras de jus cogens, também é possível argumentar que o direito internacional público busca proteger e emancipar certos princípios e valores fundamentais à existência pacífica dos Estados. A partir da definição de jus cogens da Convenção de Viena do Direito dos Tratados (CVDT/1969), como normas gerais e aceitas pela comunidade internacional dos Estados, como normas peremptórias, da qual nenhuma derrogação é permitida e que só podem ser alteradas por normas de mesma natureza, houve a positivação de importante conceito para impedir que os Estados ajam apenas segundo seus interesses, ainda que sejam atores dominantes do sistema internacional. Com efeito, mesmo as resoluções do Conselho de Segurança não podem ir de encontro a normas de jus cogens, sob o risco de nulidade. Ainda que não haja rol taxativo dessas normas, o apartheid, a tortura e a escravidão já foram reconhecidas proibições do DIP atual como normas de jus cogens, que permitem a proteção e a emancipação do próprio direito internacional público contra a dominação da mera vontade de atores relevantes.

Se, ainda hoje, a promessa de pacificação do DIP não está isenta de contradições, a própria criação da ONU e a proibição definitiva de uso da força, com meios de implementar essa decisão, constitui avanço relevantes. Ao mesmo tempo, o reconhecimento das normas de jus cogens e a tendência de judicialização do DIP, com sentenças mais isonômicas, tornaram-se importantes mecanismos para assegurar que o direito internacional público atue de maneira independente dos princípios e valores de atores dominantes e segundo regras mais isonômicas.

AVALIAÇÃO

1. Apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado): 1,5/1,5

2. Desenvolvimento do tema

2.1. Análise do paradoxo exposto na assertiva: 8,5/8,5

2.2. Possibilidade de utilização do direito internacional tanto como garantia da manutenção de posições de poder de fato, quanto em sua atuação em função de outra perspectiva, com novas demandas e agendas: 10/10

2.3. Perspectiva atual do direito internacional público: 10/10

Resultado

Nota: 30

Angelo Paulo Sales dos Santos

nota: 30/30

A proposta de pacificação da sociedade internacional integra as preocupações do direito das gentes há décadas. A promoção da paz e da segurança globais é, atualmente, um objetivo fundamental do direito internacional público, que prevê todo um regramento voltado para o atingimento dessa meta. Observa-se, porém, que os diversos regimes internacionais destinados à pacificação mundial trazem em si a oposição entre princípios e valores sustentados por atores dominantes e anseios por proteção e emancipação dos mais fracos. Essa oposição, por si só potencialmente geradora de conflitos, torna ainda mais importante o fortalecimento de instâncias de governança global democráticas, onde esses diferentes vetores possam se equilibrar.

Deveras, a definição de meios jurídicos capazes de assegurar a paz vem sendo perseguida pela humanidade há décadas. Desde formulações como os Pactos Briand-Kellog e Saavedra Lamas até a adoção da Carta de São Francisco e dos diversos regimes de solução de controvérsias criados após a ONU, observou-se um verdadeiro esforço do direito internacional público para estabelecer regras de prevenção e solução de conflitos. Desse modo, o recurso à força é, via de regra, proscrito na atualidade, evidenciando que, ao menos no plano jurídico-normativo, os anseios por pacificação tiveram resultados efetivos.

Percebe-se, contudo, que a ideia de pacificação sustentada pelo direito internacional público não deixa de traduzir concepções próprias das nações mais poderosas. A primazia de valores e princípios dos atores dominantes pode ser observada dentro do próprio sistema ONU, cujo principal órgão, responsável pela garantia da paz mundial, tem em sua composição 5 membros permanentes e com poder de veto. Esse verdadeiro condomínio de poder, de parte dos mais fortes, não se restringe ao Conselho de Segurança das Nações Unidas, reproduzindo-se em outros regimes jurídicos, como aquele estabelecido pelo Tratado de Não Proliferação Nuclear (TNP). Fica evidente, assim, que mesmo após a paz ter sido alçada à condição de valor basilar da sociedade internacional, ainda persistem, no direito das gentes, condições desiguais entre os mais fracos e os mais fortes, os quais têm maior capacidade de influenciar a formação das regras do direito internacional.

Entretanto, o direito internacional público também repercute os anseios dos mais fracos por proteção e emancipação. Dentro da própria ONU, tais anseios se manifestam, muitas vezes, pela aprovação de Resoluções, na Assembleia Geral, as quais, mesmo não sendo vinculantes, consagram costumes e orientam a aplicação do direito, no futuro. É o que ocorre, por exemplo, com a Resolução 2625/1970, sobre princípios aplicáveis às relações pacíficas entre Estados, que prevê o direito à autodeterminação dos

povos, admitindo até o uso da força, em hipótese de descolonização e de sucessão remedial. Percebe-se, assim, que o direito das gentes não rejeita as demandas dos dominados, buscando promover seus direitos e responder às suas preocupações.

O direito internacional público carrega, portanto, dois vetores aparentemente conflitantes, representados pelas vontades de dominantes e dominados. Diante desse cenário, mostra-se cada vez mais importante o fortalecimento de instâncias de governança multilaterais, como o é o caso da própria ONU, que deve passar por reformas voltadas à maior democratização do poder. Além disso, é essencial a valorização do próprio direito das gentes, como mecanismo eficaz de equilíbrio entre interesses e visões opostas. Nesse processo, a jurisdição de tribunais, como a Corte Internacional de Justiça, deve ser reforçada, sinalizando a toda sociedade internacional que, mesmo com suas contradições, o direito ainda é o meio mais eficiente de promoção da paz e da segurança.

O direito internacional público dificilmente deixará de apresentar contradições, enquanto persistir no mundo uma realidade com atores dominantes e dominados. É essencial, destarte, que tais contradições sejam reconhecidas, como forma de atenuar seus impactos sobre as relações entre os povos. É, efetivamente, dentro do próprio direito das gentes que tais contradições devem ser equilibradas, sempre com vistas na concretização da promessa de pacificação da sociedade internacional.

AVALIAÇÃO

1. Apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos)

e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado): 1,5/1,5

2. Desenvolvimento do tema

2.1. Análise do paradoxo exposto na assertiva: 8,5/8,5

2.2. Possibilidade de utilização do direito internacional tanto como garantia da manutenção de posições de poder de fato, quanto em sua atuação em função de outra perspectiva, com novas demandas e agendas: 10/10

2.3. Perspectiva atual do direito internacional público: 10/10

Resultado

Nota: 30

Nota média: **Ciro Eduardo Ferreira**

nota: **29,25/30**

Embora o mundo, hoje, seja pautado por um arcabouço de regras cada vez mais universais para regular a atuação dos Estados, a lógica de política de poder e de imposição de certos valores ainda permeia vários aspectos das relações internacionais. Essa constatação leva à assertiva recorrente de que o direito internacional serve apenas às grandes potências e que, por isso, seria, por vezes, inócuo. Contudo, é preciso ponderar que práticas e mecanismos jurídicos têm sido aperfeiçoados de sorte a tornar a ordem internacional menos influenciada pelos valores dos países dominantes e, assim, tornar mais universal a dimensão do direito internacional público.

Muitas das regras de direito internacional hoje existentes tiveram grande influência dos países dominantes. Da mesma maneira que as assimetrias de poder refletiam-se nas práticas coercitivas, elas também se traduziriam na linguagem e na estrutura dos textos de direito internacional. As resoluções do Conselho de Segurança da ONU, que têm caráter jurídico vinculante, e a própria estrutura desse órgão, refletindo a hierarquia de poder mundial, podem ter conteúdo que reproduzem valores dos atores dominantes. Quando se levou a cabo, por exemplo, a intervenção armada no Afeganistão ou se propôs a intervenção no Iraque, a ideia de levar valores democráticos ocidentais a esses países estava subjacente nas resoluções. No entanto, a noção de valores democráticos, por exemplo, é bastante variada no mundo.

Outrossim, a aplicação de sanções econômicas, emanadas no seio do Conselho de Segurança, também reflete, frequentemente, relações de poder e certa imposição de valores. Por exemplo, sanções defendidas pelos EUA em relação ao Irã ou à Rússia visam a moldar o comportamento desses países menos em relação a certos arcabouços jurídicos e mais ao desígnio de princípios tipicamente ocidentais.

A sociedade internacional, no entanto, não é passiva a essa situação. Ainda que regras tenham sido criadas com base em relações assimétricas de poder, esses mesmos mecanismos jurídicos são invocados pelos Estados para dar um sentido menos enviesado de valores. Assim, o Órgão de Solução de Controvérsias da OMC tem aspecto judicial proeminente, o que faz que resoluções e decisões emanadas do órgão devem ser observadas por todos os membros, mesmo que os atores dominantes tenham influenciado suas regras. Igualmente, as regras da OMC podem ter reproduzido práticas jurídico-comerciais há muito implementadas por países mais avançados. Os países menos desenvolvidos, porém, articularam-se e buscaram fazer contrapeso, fazendo valer regras que auxiliaram seu desenvolvimento, como sistemas de preferências tarifárias.

As regras das instituições de Bretton Woods, notadamente, refletiam a configuração de poder e de valores do pós-Segunda Guerra. Países, como os membros do BRICS, têm buscado arrefecer essa situação, demandando adaptação das regras jurídicas de outrora para a realidade do século XXI. Com isso, as quotas do FMI e do Banco Mundial foram modificadas para atender a essa realidade. Nesse mesmo diapasão, nota-se, no âmbito regional, que os países do MERCOSUL mais avançados economicamente também têm ressaltado as questões de desenvolvimento e buscado elaborar regras, como quotas do Fundo de Convergência Estrutural do MERCOSUL, que refletiam mais a necessidade de um desenvolvimento equânime que a simples imposição de valores e de interesses.

Na área de direitos humanos, é notória a influência dos valores dos países mais desenvolvidos. O conceito de direitos humanos, por questões culturais, difere bastante ao redor do mundo. No entanto, padrões mínimos de proteção e de valorização do ser humano têm sido adotados. Cortes internacionais de direitos humanos têm sido implementadas em âmbito regional e global, possibilitando que um maior número de países participe do debate e traga suas contribuições e seus valores, fazendo com que a dominação de certo tipo de pensamento ou de tradição cultural não vigore.

Portanto, os países têm buscado adaptar as normas tradicionais, que reproduzem princípios e valores de atores dominantes, à realidade hodierna. Embora as relações de poder continuem existindo e regendo as relações internacionais, o direito internacional público está bastante consolidado a ponto de os países menos avançados poderem utilizar aquelas normas em seu benefício também.

AVALIAÇÃO

1. Apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado): 0,75/1,5

2. Desenvolvimento do tema

2.1. Análise do paradoxo exposto na assertiva: 8,5/8,5

2.2. Possibilidade de utilização do direito internacional tanto como garantia da manutenção de posições de poder de fato, quanto em sua atuação em função de outra perspectiva, com novas demandas e agendas: 10/10

2.3. Perspectiva atual do direito internacional público: 10/10

Resultado

Nota: **29,25**

Pior nota: Anônimo

nota: **27/30**

O Estatuto da CIJ contém dispositivo que menciona o reconhecimento validado pelas « nações civilizadas ». Se Alexy fala de normas como a combinação de regras e princípios, existe indubitável juízo de valor no excerto do Estatuto da CIJ, que favorece a ideia de que são superiores os princípios e valores de atores dominantes, os mesmos que elaboraram os alicerces do Direito Internacional. Protege-se com a guerra, libera-se com a intervenção, acolhe-se com criminalização. Afinal, mais do que sistema autônomo, o Direito Internacional Público (DIP) espelha as desigualdades e contradições das relações internacionais.

O nacionalismo corrobora visões dualistas do DIP, já que tende a favorecer apenas as regras internacionais que se coadunem ao direito soberano. Tal atitude contraditória expressa-se na ideia de « forum shopping » e, particularmente, conforme observado na atualidade, no direito comercial. Todo o legado do GATT e dos Acordos de Marraqueche tem sido questionado com a escalada do protecionismo. A « guerra comercial » entre os Estados Unidos e a China, por exemplo, tem revelado as limitações da OMC, notadamente, a sua jurisprudência referente às exceções de segurança previstas no artigo XXI do GATT-94. A própria possibilidade de paralisação do seu Órgão de Apelação, por conta do bloqueio de Washington na nomeação de árbitros pode inviabilizar este importantíssimo Sistema de Solução de Controvérsias, com relevante legado na dissolução de conflitos. Assim, observa-se que o nacionalismo de atores dominantes termina por fazer prevalecer a proteção própria, em detrimento do sistema normativo.

O unilateralismo, por sua vez, contradiz toda a construção jurídica alcançada no bojo da Segunda Guerra Mundial, com a Carta de São Francisco, pautada pelo princípio basilar da igualdade soberana e da proibição do uso da força, conforme o art.2 (4) da Carta da ONU. Entretanto, instrumentalizam-se intervenções humanitárias, como visto com a res. 1973 do CSNU, referente à Líbia, para exercer o domínio em detrimento do multilateralismo. Clamores quase universais, como o observado com a consecução do Tratado sobre Proibição de Armas Nucleares (TPAN), são ignorados por atores dominantes que desrespeitam o art. VI do Tratado de Não-Proliferação (TNP), imposto pelos próprios detentores de armas nucleares, e terminam por ameaçar a própria existência humana, ignorando pareceres, como o da CIJ de 1996. Logo, o unilateralismo expõe, despudoradamente, todas as contradições dos que defendem a cooperação, mas praticam a dominância pela força.

A intolerância, sobretudo, fragiliza lenta construção do alcance universal dos direitos humanos. Os fluxos de refugiados, sem precedentes, demonstram pouco apreço por normas, como o « non réfoulement », além de expor a falta de solidariedade e a xenofobia presentes em muitas das sociedades dos atores

dominantes da ordem internacional. Deslocados internos e náufragos ficam à mercê de espaços de « não direito » nos quais a promulgação de leis voltadas à dignidade humana, como as leis 9474/94 e 13445-177, promulgadas no Brasil, esta última, pautada pela « acolhida humanitária », formam a exceção, não a regra. A arbitrária separação de crianças de seus pais, migrantes sem documentação, expõe a intolerância que vai além dos princípios mais basilares da dignidade humana, fenômeno que tem ocorrido em países cujo legado humanitário é questionado diante de tais atitudes. Portanto, um DIP no qual a tolerância esteja ausente desprotege e aprisiona os atores sem capacidade de dominação.

Quão civilizadas são as « nações civilizadas »? O nacionalismo autoritário, o unilateralismo indiferente e a intolerância excludentes foram, e são, elementos que conduzem à barbárie, o contrário da racionalidade na qual se construiu o DIP. Em momentos nos quais as contradições se revelam com mais força, são os princípios e os valores os que testam as instituições. Nesse sentido, o DIP é o espaço do diálogo e da diplomacia, revelando a urgente necessidade de reformas para que a justiça prevaleça sobre a força, para que o entendimento desarme o domínio pelo ódio e, sobretudo, pela indiferença.

AVALIAÇÃO

1. Apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado): 0,75/1,5
2. Desenvolvimento do tema
 - 2.1. Análise do paradoxo exposto na assertiva: 6,38/8,5
 - 2.2. Possibilidade de utilização do direito internacional tanto como garantia da manutenção de posições de poder de fato, quanto em sua atuação em função de outra perspectiva, com novas demandas e agendas: 10/10
 - 2.3. Perspectiva atual do direito internacional público: 10/10

Resultado

Nota: 27,13

banca:

Diogo Palau Flores dos Santos

João Ernesto Christófolo

Jorge Luiz Fontoura Nogueira

Letícia Frazão Alexandre de Moraes Leme

_questão 4

Considere a seguinte situação hipotética:

Um diplomata brasileiro, lotado na Delegação do Brasil junto à Organização Internacional de Panos e Vinhos (OIPV), foi instruído pelo chefe do posto a depositar o instrumento de ratificação do Terceiro Protocolo Adicional à Convenção sobre Comércio de Vinhos. O instrumento contém declaração interpretativa aposta por decisão do Congresso Nacional ao ratificar o Protocolo Adicional.

O secretariado da OIPV informou ao governo brasileiro que o instrumento de ratificação não poderia ser aceito, sob as seguintes alegações:

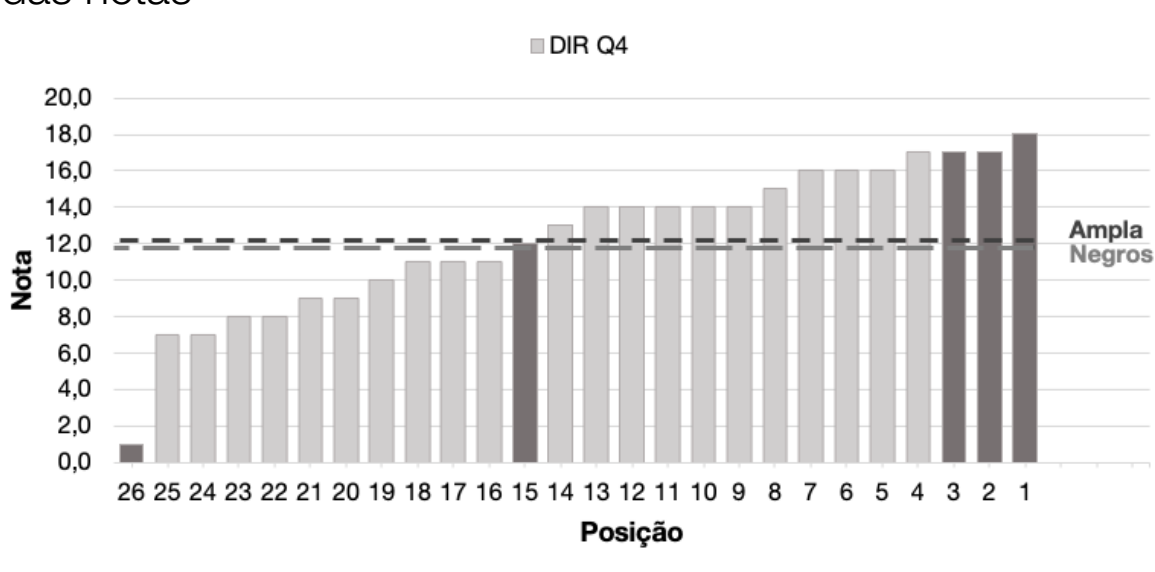
- i) a declaração interpretativa constitui reserva incompatível com o objeto e a finalidade do tratado;*
- ii) o diretor-geral da OIPV, em seu papel de depositário das convenções concluídas sob a égide da OIPV, pode recusar-se a registrar, de ofício, uma ratificação. Essa competência tem como base uma prática reiterada desde o Tratado de Methuen (1703).*

A partir da situação anteriormente apresentada, redija um texto informativo para o chefe do posto, tendo como base as regras e princípios de direito internacional público. Em seu texto, atenda ao que se pede a seguir.

- 1. Discorra sobre as regras jurídicas relevantes para o caso.**
- 2. Analise se as alegações do secretariado são procedentes.**
- 3. Indique possíveis argumentos para sustentar a aceitação do instrumento de ratificação brasileiro.**

*Extensão máxima: 40 linhas
[valor: 20,00 pontos]*

Distribuição das notas



Padrão de resposta da questão 4

Espera-se do candidato resposta compatível com a apresentada abaixo, não se descartando possibilidades de resposta que se coadunem com os aspectos mencionados a seguir:

Ao se analisar a base jurídica da recusa do secretariado da OIPV em aceitar o instrumento de ratificação do Terceiro Protocolo Adicional à Convenção sobre Comércio de Vinhos, é preciso ter presentes as regras da Convenção de Viena sobre Direito dos Tratados (CVDT), de 1969, relativas à formulação de reservas (art. 19) e às funções do depositário (art. 77), bem como o conceito de costume internacional e sua relação com a CVDT.

Caberia, primeiramente, argumentar, junto ao secretariado, que a declaração interpretativa aposta pelo Congresso Nacional visa apenas esclarecer termos do tratado e em nada altera o equilíbrio de direitos em obrigações entre as partes. Dessa forma, não poderia ser considerada uma reserva.

Como regra geral, reservas são admitidas, a não ser que o tratado expressamente as proíba ou as limite. No entanto, ainda que o tratado seja silente sobre a possibilidade de reservas, o art. 19 (c) da CVDT determina que um Estado não poderá formular reservas incompatíveis com o objetivo e com a finalidade do tratado. Caso se considere que a declaração interpretativa aposta pelo Congresso Nacional constitui, de fato, uma reserva, o secretariado estaria correto em apontar que esta não poderia ser contrária ao objeto e à finalidade do tratado.

Segundo a CVDT, as funções do depositário dizem respeito apenas a aspectos formais do instrumento de ratificação (exame das assinaturas, por exemplo), estando ele obrigado a informar aos Estados que tenham direito a ser partes do tratado sobre depósito de instrumentos de ratificação — e competirá a esses Estados (não ao secretariado ou ao depositário) aceitar ou objetar à eventual reserva, nas hipóteses e nos termos do art. 20 da CVDT. Ao negar-se a receber o instrumento de depósito, o DG-OIPV vai além das funções regulares do depositário. Sustenta, no entanto, essa prerrogativa na existência de uma prática reiterada, no âmbito da OIPV, que o permitiria analisar aspectos substantivos do instrumento de ratificação e rejeitá-lo de ofício.

No entanto, a existência de uma prática reiterada não é suficiente para a emergência de um costume, uma das fontes do direito internacional prevista no art. 38 do Estatuto da Corte Internacional de Justiça. Doutrina e jurisprudência reconhecem que há dois elementos para a conformação de um costume: prática reiterada e reconhecimento de que tal prática constitui o direito (*opinio iuris*).

Pode-se questionar a posição do secretariado sobre a existência do alegado costume internacional com os seguintes argumentos:

(i) ainda que, como alega o secretariado, tenha havido uma prática reiterada desde o tratado de Methuen, pode-se argumentar que a CVDT, com disposições específicas sobre o papel do depositário, alterou a *opinio iuris* sobre as ditas competências “expandidas” do DG-OIPV;

(ii) a própria CVDT representa esforço de codificação de regras consuetudinárias — e a regra consolidada na Convenção em matéria de função de depositários não confirma a postura do secretariado da OIPV;

(iii) a CVDT, em seu preâmbulo, estabelece que as regras de direito internacional consuetudinário continuarão a reger as questões não reguladas pela CVDT (o que, portanto, excluiria a função do depositário do escopo do direito costumeiro); e

(iv) a existência de uma prática reiterada no âmbito da OIPV apenas seria relevante à medida que tivesse continuado a ser observada após a entrada em vigor da CVDT. Caberia, portanto, solicitar levantamento exaustivo de todas as instâncias em que o DG-OIPV se recusou a aceitar o depósito de instrumento de ratificação com base em aspectos substantivos após a entrada em vigor da CVDT.

Bernardo Andrade Vaz de Faria Pereira

nota: **18/20**

Para o caso em tela, pode-se considerar diversas regras jurídicas acerca dos institutos envolvidos como relevantes. As reservas e as funções dos depositários, por exemplo, são previstas na CVDT/69. Em relação especificamente às reservas (e sua contraposição a declarações interpretativas), há relatório da CDI sobre este instituto elaborado em 2013 por Allain Pellet. As fontes do DIP (como o costume alegado pelo diretor-geral e a CVDT/69) são elencadas no Estatuto da CIJ, art. 38. Por fim, cabe acrescentar que há um caso da CIJ acerca da Convenção para Eliminação de Todas as Formas de Racismo que discorre sobre o instituto da reserva, determinando regras acerca de sua validade e aceitação.

Ainda em relação ao caso, é preciso saber se as alegações do secretariado correspondem à situação fática descrita (se a declaração interpretativa brasileira de fato constitui uma reserva incompatível; se há, de fato, o costume citado). Admitindo-se que sim, suas alegações são procedentes. Segundo o citado relatório da CDI e a CVDT/69, reservas são declarações feitas com a intenção de afastar a aplicação de efeitos jurídicos, independentemente de seu nomen iuris. Segundo a CIJ e a própria CVDT/69, reservas incompatíveis com a finalidade e o objetivo do tratado são inválidas. Já de acordo com o relatório de Allain Pellet, a determinação se uma declaração interpretativa constitui uma reserva deve se dar por interpretação, que, por sua vez, deve ser realizada de boa-fé, segundo o sentido comum de texto e a intenção do autor. O relatório da CDI determina ainda que o critério de validade das reservas é objetivo (permissibilidade), podendo atos e declarações do Estado servirem como meio de prova de sua invalidade objetiva, que, no caso de organizações, deve ser julgada por órgão competente. Por fim, é preciso ressaltar que a CVDT/69 não prevê a recusa, de ofício, do depositário por reserva inválida, podendo o depositário apenas apontar erros no instrumento de ratificação, devolvendo-o ao Estado que o deposita e notificando outros Estados-parte. Não há, contudo, hierarquia entre as fontes elencadas no Estatuto da CIJ, podendo valer, antes, o costume entre os Estados-membros da OIPV se não forem eles signatários da CVDT/69.

Em favor do Brasil, contudo, poderia ser alegado que uma declaração interpretativa apenas especifica a interpretação dada por um país a um dispositivo, não constituindo reserva. Além disso, poder-se-ia alegar que a CVDT/69 revogou o dito costume, pelo critério temporal de resolução de antinomias, ou, ainda, que a prática internacional fê-lo ser derogado pelo desuso. Pode-se apontar também que, a depender da prática brasileira em relação ao depositário em um costume particular implica sua não aceitação do costume, já suficiente para ele não ser válido para o Brasil, pois apenas costumes universais exigem negação persistente. Nesse sentido, a validade ou não da suposta reserva brasileira não pode ser decidida pelo depositário, mas pelos Estados ou órgão competente, cabendo solução pacífica de controvérsias. (40 linhas)

AVALIAÇÃO

1. Apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado): 1/1

2. Desenvolvimento do tema

2.1. Declaração interpretativa e reserva: 4/4

2.2. Funções do depositário: 4/4

2.3. Costume: 1/3

2.4. Relação entre costume e a CVDT: 8/8

Resultado

Nota: 18

Andre Luiz Lettieri Alves

nota: **17/20**

No caso relativo à possibilidade de impetração de reservas contra o crime de genocídio, a Corte Internacional de Justiça declarou, em parecer consultivo, que não é possível impetrar reservas a tratados quando estas frustram os objetivos e finalidades dos acordos. Desse modo, caso a declaração interpretativa brasileira tivesse efeito equivalente a reserva não admitida, não seria possível a ação do Brasil, tendo razão o Secretariado em sua alegação. Ademais, a alegação do Diretor-Geral da organização, de que dispõe da capacidade de recusar o registro, de ofício, de uma ratificação, pode configurar um costume particular, caso além do elemento objetivo, prática reiterada, também apresentar elemento subjetivo, prática entendida como sendo direito. Essa alegação seria possível pois a Corte Internacional de Justiça já reconheceu a existência de costumes particulares, como nos casos Haya de la Torre e Direito de Passagem sobre o Território Indiano.

A questão da reserva a tratados, contudo, ainda é debatida pelo Direito Internacional. No Projeto de Artigos sobre Reservas a Tratados, em elaboração pela Comissão de Direito Internacional da ONU, caso o acordo não delimite quais das suas cláusulas são passíveis de reservas, devem os membros analisar o tema conjuntamente. Nesse sentido, seria possível ao Brasil alegar que, caso o tratado seja omisso quanto ao tema, seriam os membros que deveriam decidir ou não a viabilidade da ação brasileira, uma vez que a ação do Secretariado e do Diretor-Geral não teriam fundamento convencional.

Outro argumento que o Brasil poderia utilizar seria o da inexistência do costume alegado pelo Diretor-Geral, pois mera prática reiterada não é suficiente para a criação de costume. Ademais, seria possível que o Brasil se declarasse objetor persistente de tal costume, caso efetivamente existisse, não estando, dessa forma, por ele vinculado. Outra possibilidade diz respeito ao fato de que, em se tratando de costume regional, o Direito Internacional determina que deve ser provado por quem o alega, de maneira que caberia ao Diretor-Geral tal tarefa. Por fim, pode-se argumentar ainda que declaração interpretativa não se confunde com reserva, uma vez que visa apenas esclarecer a forma com que o Brasil enxergaria cláusulas do acordo, que ainda vinculariam o país.

AVALIAÇÃO

1. Apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado): 1/1

2. Desenvolvimento do tema

2.1. Declaração interpretativa e reserva: 4/4

2.2. Funções do depositário: 3/4

2.3. Costume: 3/3

2.4. Relação entre costume e a CVDT: 6/8

Resultado

Nota: 17

Anna Paula Ribeiro Araujo Mamede

nota: 17/20

As regras para ratificação de tratados internacionais estão dispostas na Convenção de Viena do Direito dos Tratados (1969), que codificou o costume adotado. Na situação hipotética em tela, diplomata brasileiro, lotado na Delegação do Brasil junto à Organização Internacional de Panos e Vinhos (OIPV), foi impedido de ratificar protocolo adicional à Convenção sobre Comércio de Vinhos com declaração interpretativa, sob o argumento de que esta configuraria reserva incompatível com o objeto e a finalidade do tratado, enquanto o diretor da OIPV, como depositário, recusou-se a registrá-la. O secretariado da OIPV confundiu os conceitos de reserva e de declaração interpretativa, enquanto o depositário foi além das funções autorizadas a ele pela CVDT, o que permite que se sustentem argumentos brasileiros favoráveis à aceitação do instrumento de ratificação.

Segundo a CVDT/1969, uma reserva é um instrumento utilizado para suspender a aplicação de um artigo, no todo ou em parte de determinado tratado, que será permitida (a menos que o tratado proíba reservas), desde que não seja incompatível com o objeto e a finalidade do tratado. Uma declaração interpretativa, por outro lado, apenas informa a maneira pela qual um Estado interpreta determinado artigo. Isso significa que não há suspensão da aplicação daquele artigo para o Estado em questão, que continua a ser aplicável, mas informa a maneira que essa aplicação ocorrerá no interior do Estado e nas suas relações com os demais. Assim, ao contrário da reserva, não há que se falar em aprovação ou rejeição de declaração interpretativa. Ainda que o Estado brasileiro tivesse apostado reserva, caberia aos demais Estados-parte aceitá-la ou rejeitá-la, e não ao Secretariado da OIPV. No caso em questão, portanto, a alegação do secretariado é improcedente, pois reserva e declaração interpretativa não são instrumentos sinônimos.

No que se refere à alegação do diretor-geral da OIPV, em seu papel de depositário, as disposições da CVDT/69 também não sustentam a recusa da ratificação por dois motivos principais. Primeiro, o papel do depositário é o de conferir os procedimentos formais de ratificação de tratados, como a assinatura e os trâmites legais, podendo chamar a atenção do signatário acerca de questões pendentes ou impeditivas da ratificação, mas não pode fazê-lo de ofício, com análise do mérito. Segundo, a alegação do diretor-geral da OIPV, de que essa competência é uma prática reiterada desde o Tratado de Methuen, não se sustenta, pois a CVDT, pelo critério da temporalidade e da especialidade, revogou esse costume ao positivar o direito dos tratados. Como não há hierarquia entre as fontes de direito internacional público, tratado pode revogar costume e costume pode revogar tratado, mas pode-se argumentar que o direito positivado e codificado da CVDT prevalece no caso em tela.

Diante do exposto, os argumentos da delegação brasileira para sustentar a aceitação do documento de ratificação devem basear-se nas regras jurídicas relativas à declaração interpretativa, que não se confundem com as reservas; nas funções do depositário de tratados internacionais, segundo disposições da CVDT; e na aplicação do direito material disposto na CVDT/69, que se aplica a tratados entre Estados e Organizações Internacionais e, portanto, revogou o costume aplicado do Tratado de Methuen (1703).

AVALIAÇÃO

1. Apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado): 1/1

2. Desenvolvimento do tema

2.1. Declaração interpretativa e reserva: 4/4

2.2. Funções do depositário: 4/4

2.3. Costume: 2/3

2.4. Relação entre costume e a CVDT: 6/8

Resultado

Nota: 17

COMENTÁRIO

Não entrei com recurso.

Nota média: Anônimo

nota: 12/20

O Terceiro Protocolo Adicional à Convenção sobre o Comércio de Vinhos foi aprovado pelo Congresso Nacional com uma declaração interpretativa, de forma que o parlamento brasileiro entendeu que deveria limitar a interpretação dada a certo dispositivo do tratado. A restrição aposta pelo Congresso Nacional vincula o Poder Executivo, o qual deve reproduzi-la quando do depósito do instrumento de ratificação do acordo. Diferentemente das reservas, que excluem a aplicação de determinado dispositivo para o Estado que a realizou nas suas relações com os demais Estados-partes do acordo, a declaração interpretativa não exclui o dispositivo objeto da declaração; apenas restringe a sua aplicação a determinada interpretação. Uma reserva pode ser tida como incompatível com o objeto e a finalidade do tratado, situação em que não poderia ser realizada, como já decidiu a CIJ em sede de parecer consultivo. Em todo caso, não cabe ao depositário fazer análise preliminar do mérito da reserva, uma vez que, de acordo com a Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados, não cumpre ao depositário essa competência. Além disso, a aplicação de eventual regra estabelecida pelo Tratado de Methuen não se aplicaria de forma automática ao Brasil, visto que, de acordo com o costume internacional, bem como em consonância com o disposto na Convenção de Viena sobre a Sucessão de Estados em Matéria de Tratados, aos casos de descolonização aplica-se o paradigma da tábula rasa. O regramento pertinente estabelece que os tratados feitos pelas metrópoles não são prorrogados para o país independente (ex-colônia) a menos que este assinta com essa possibilidade.

As alegações feitas pelo secretariado da OIPV, portanto, não são procedentes. A indicação de que a declaração interpretativa constitui reserva incompatível não encontra amparo no regramento internacional, porquanto declarações interpretativas e reservas são institutos diferentes, como informa a Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados. Apesar de a Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados entre OI's ou entre OI's e Estados não estar em vigor para o Brasil, suas disposições refletem o costume internacional, de modo que declarações interpretativas e reservas são, ainda assim, diferentes. De modo similar, a alegação do diretor-geral da OIPV de que pode recusar-se a registrar o tratado tampouco encontra guarida nas normas aplicáveis, uma vez que cabe ao depositário verificar formalidades dos atos depositados perante si, não devendo adentrar em aspectos materiais dessa relação. Além disso, eventual análise de (in)compatibilidade deveria ser realizada pelo órgão da OIPV a que toda a declaração feita, ou aos Estados-partes da organização, não ao diretor-geral da entidade.

A fim de sustentar a aceitação do instrumento de ratificação do Terceiro Protocolo Adicional, a delegação do Brasil junto à OIPV poderia argumentar que: 1) o instrumento que rege a relação entre o Brasil e a OIPV é a Carta Constitutiva da organização, e não o Tratado de Methuen; 2) mesmo que o Tratado de

Methuen preveja procedimentos de ratificação/depósito, o tratado não é aplicável ao Brasil por força do costume internacional e da Convenção de Viena sobre a Sucessão de Estados em Matéria de Tratados, visto que as obrigações jurídicas assumidas pela metrópole não são automaticamente prorrogadas para as ex-colônias; 3) eventual prática reiterada baseada em Methuen não constitui costume internacional e não diz respeito ao Brasil; 4) declaração interpretativa difere de reserva e tem efeitos distintos sobre os compromissos assumidos pelo Estado; 5) eventual incompatibilidade material da declaração interpretativa feita pelo Brasil com o objetivo e a finalidade do tratado não é de competência do depositário; 6) o depositário deve ater a sua análise a aspectos formais do instrumento de ratificação depositado; 7) como a declaração interpretativa pode ser feita a qualquer momento, o Brasil poderia apresentar o instrumento de ratificação e a declaração interpretativa em atos separados (embora concomitantes), viabilizando assim o depósito da ratificação e o ato unilateral de interpretação do tratado sem constrangimentos. (40 linhas)

AVALIAÇÃO

1. Apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado): 1/1

2. Desenvolvimento do tema

2.1. Declaração interpretativa e reserva: 4/4

2.2. Funções do depositário: 4/4

2.3. Costume: 1/3

2.4. Relação entre costume e a CVDT: 2/8

Resultado

Nota: **12**

Pior nota: Anônimo

nota: **1,0/20**

O direito internacional público é um sistema legal. Assim, o Direito dos Tratados insere-se no âmbito do Direito Internacional Geral, que é formado pelos princípios gerais de direito, pelo costume internacional e pelo jus cogens. Portanto, ainda que um Estado não faça parte da Convenção de Viena de 1969 sobre o Direito dos Tratados, este estará obrigado aos seus dispositivos dos artigos 31, 32 e 33, porquanto essas normas integram o Costume Internacional, referindo-se a métodos de interpretação de tratado.

Com efeito, a interpretação faz parte do léxico do Direito, pois é na “lei em ação” (law in action, segundo Roscoe Pound), que ocorre a passagem da verba legis para a sentencia legis. Nesse sentido, declarações interpretativas devem se basear em uma série de critérios, de modo que não frustrem o objeto e a finalidade do tratado.

Diante da recusa do secretariado da Organização Internacional de Panos e Vinhos em aceitar o depósito do instrumento de ratificação do Terceiro Protocolo Adicional à Convenção sobre Comércio de Panos e Vinhos feito pelo Brasil, em razão de declaração interpretativa feita pelo Congresso Nacional ao ratificar o Protocolo, a posição brasileira deverá assinalar que:

ao recorrer ao significado do dicionário dado às palavras que são objeto de interpretação, o Brasil verificou que a declaração interpretativa é condizente com as definições encontradas, de modo que restam incólumes o sentido e o alcance do Protocolo;

Considerando o princípio do *effet utile*, constatou-se que a declaração interpretativa aposta ao Protocolo preserva a capacidade de suas normas produzirem todos seus efeitos;

Ao confrontar interpretação do contexto do Tratado sobre Comércio de Panos e Vinhos (que considera preâmbulo, texto integral, protocolos e declarações) com a declaração interpretativa brasileira, notou-se total compatibilidade entre ambas;

Analisando os trabalhos preparatórios do Tratado, o contexto de sua negociação, e admitindo-se que os termos utilizados pelas partes correspondem de fato à intenção delas, ainda permanece compatível a interpretação congressual;

Notando o sentido, a finalidade e o objeto do Tratado, em interpretação teleológica, percebe-se perfeita harmonia com relação à declaração interpretativa aposta;

Em virtude do artigo 31, parágrafo 3o, “c”, da CVDT/1969, o Brasil utilizou-se também de princípios gerais de direito e de outras normas pertinentes para elaborar a hermenêutica consignada na declaração interpretativa.

Com base no exposto, conclui-se que a recusa em aceitar a ratificação do instrumento acarreta violação do Direito Internacional Geral. Embora haja possibilidade de recusar o depósito por incompatibilidade entre objeto e finalidade do Tratado e declaração interpretativa, esse não é o caso da declaração interpretativa realizada pelo Congresso Nacional. Além disso, conquanto o depositário possa recusar-se, de ofício, a registrar uma ratificação, deve haver justificativa jurídica para tanto. Como não há, o secretariado da OIPV está incorrendo em violação do Direito Internacional. Ainda que não haja produção de danos imediatos, o mero ato internacionalmente ilícito acarreta a responsabilidade internacional. Assim, o Brasil poderá recorrer ao disposto no Projeto de Artigos sobre Responsabilidade Internacional das OIs para implementar essa responsabilidade.

AVALIAÇÃO

1. Apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado): 1/1

2. Desenvolvimento do tema

2.1. Declaração interpretativa e reserva: 0/4

2.2. Funções do depositário: 0/4

2.3. Costume: 0/3

2.4. Relação entre costume e a CVDT: 0/8

Resultado

Nota: 1

COMENTÁRIO

O (a) candidato(a) equivocou-se ao analisar o comando da questão e redigiu uma resposta baseada no tema da interpretação de tratados.

LÍNGUA ESPANHOLA

banca:

Dulce Maria Cassilha Andrigueto

Maria Luisa Ortíz Alvarez

_resumo

Elabore un resumen, en lengua española, entre 280 y 400 palabras, con su propio vocabulario, del siguiente texto.

[valor: 25,00 pontos]

Irene Escolar: “Las mujeres de Shakespeare son secundarias, las de Lorca protagonistas”

*Hay actrices que están unidas para siempre a algún personaje, como si el destino quisiera que tarde o temprano lo interpretara. En la vida de Irene Escolar ese cordón umbilical no se ha producido con un papel concreto, sino con un autor. Su carrera comenzó con García Lorca, y de forma inconsciente ha seguido unida al escritor granadino. Todo esto se materializó el año pasado, cuando se desgarró con **El Público** — a las órdenes de Álex Rigola y que sigue representando —, y ha terminado de coger forma ahora con **Leyendo Lorca**, una apuesta personal en la que la joven intérprete ha seleccionado textos del autor para hacer un recorrido a su obra y a su vida.*

*Todo nació de una forma casi casual, cuando desde la Universidad Menéndez Pelayo de Santander le ofrecen dar un recital de temática libre. “Acababa de hacer **El Público** y me apetecía seguir indagando en la obra de Lorca, así que me senté y durante un mes estuve pensando en qué podía hacer. Empecé con el teatro y luego fui añadiendo cosas desde la intuición, sin saber bien por qué, y eso ha dado lugar a esta lectura”, cuenta la actriz. La primera vez que la enseñó al público fue en la Residencia de Estudiantes, en los mismos pasillos por los que Lorca paseaba. “Lo pensaba antes y creo que será uno de los momentos más especiales de mi vida. Lo que viví allí fue un pequeño regalo, y tuve la sensación, allí en la sala donde Lorca tocaba el piano, de que me estaba acompañando (...)”.*

En la selección de textos no está La Casa de Bernarda Alba. Una ausencia que se debe a que no encontró el hueco para la obra. “Me hubiera encantado hacerlo y siempre he querido hacerlo, pero en esta obra son todo escenas y era muy difícil quitar a los otros personajes”, explica la actriz, que se ha basado en poesías del autor, pero también en los poderosos monólogos de sus personajes femeninos. Y es que si algo define al teatro de Lorca es el poder de sus mujeres.

*El amor y la mujer son los hilos argumentales de esta lectura que reivindica la sensibilidad del autor para retratar el alma femenina, algo que agarró las entrañas de Irene Escolar. “Ahora estoy leyendo **Una Habitación Propia**, de Virginia Woolf, y hace un análisis de la situación de la mujer a lo largo de la historia, y ves que los grandes autores como Shakespeare o en las tragedias griegas, los*

*personajes femeninos son los más poderosos, pero siempre ocupan un lugar secundario, eso no ocurre con Lorca donde son protagonistas”, cuenta la actriz que ganó el año pasado el Goya a la Mejor actriz revelación por **Un Otoño sin Berlín**.*

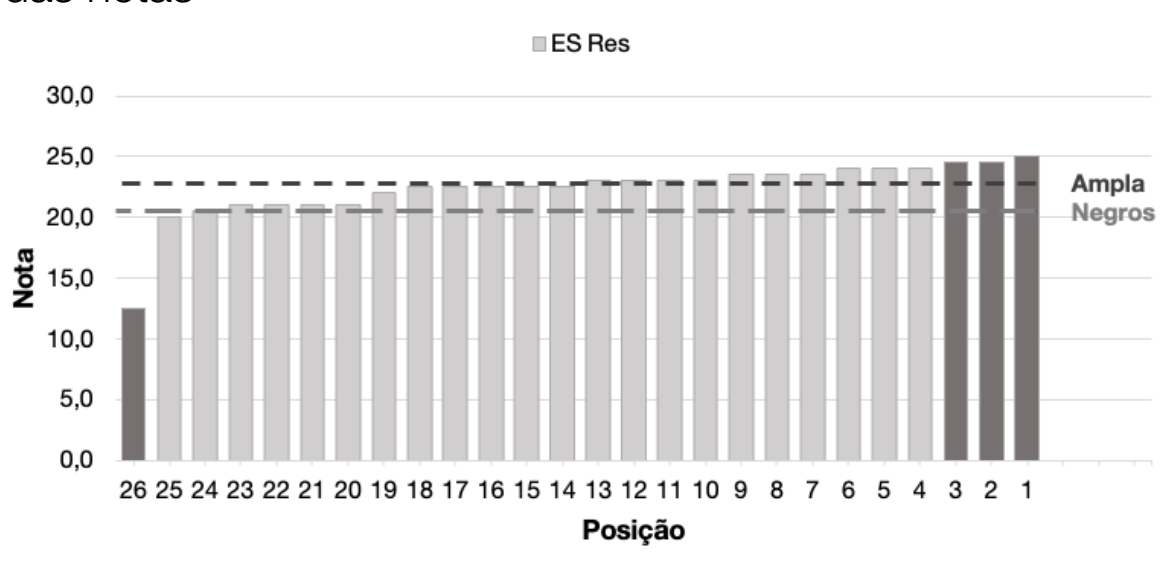
Lorca fue una excepción, ya que hasta no hace mucho “la mujer ha estado relegada”. “No ha tenido ni siquiera una habitación propia donde escribir o un espacio dentro de la sociedad. Ni siquiera podía votar o estudiar. No alimentaba su alma como sí podían hacerlo los hombres. Mientras Shakespeare si podía actuar, una mujer no hubiera podido, aunque hubiera tenido las mismas inquietudes y capacidades, no lo permitía el entorno y eso se refleja en el teatro”, opina Escolar.

Para Irene Escolar la fuerza del autor, es poderse conectar con gente de espectros completamente diferentes. “Es curioso cómo es capaz de saber lo que estoy sintiendo. Qué nivel de sensibilidad y qué ser humano debió de ser para tener tanta empatía por el otro y para escribirlo con ese nivel de poesía. Creo que ahí está la clave. Es increíble como expresa lo que siente una mujer en relación con el amor, el deseo, la maternidad... Mujeres muy vulnerables, pero también muy fuertes y con mucha determinación”, añade la actriz.

*En su selección hay poesía, teatro, los **Sonetos del Amor Oscuro**... y también el fragmento de la muerte de Lorca de la biografía de Ian Gibson. Irene Escolar no dudó que para este homenaje en el aniversario de su fusilamiento había que incluir este pasaje. “Me impactó muchísimo cuando lo leí y sabía que a la gente le iba a pasar lo mismo”.*

La capacidad de Lorca para emocionar fue una de las cosas que llamó la atención en esa primera lectura en Santander. Allí fueron estudiantes del primer curso de la Universidad y pensó que no aguantarían una hora atentos al espectáculo. “Lo sorprendente es que ellos al acabar vinieron para decirme que no habían leído nunca a Lorca y que dónde podían volver a ver esto o dónde estaba ese texto que nunca habían escuchado y menos de esta forma y por alguien joven. Todo lo que sale del corazón llega al corazón”, opina Escolar. Este acercamiento a las nuevas generaciones hace que la actriz se muestre partidaria de “revisar los clásicos”.

Distribuição das notas



Padrão de resposta do resumo

Irene Escolar es una actriz que comenzó su carrera interpretando el autor García Lorca de forma casual, cuando en la Universidad Menéndez Pelayo de Santander le ofrecieran la oportunidad de dar un recital de temática libre. Como había acabado de presentar, con éxito, la obra *El Público*, de ese mismo autor, y pretendía continuar indagando su vida y obra, fue preparando intuitivamente el recital, comenzando por el teatro e incorporando otros géneros literarios que componen la obra de Lorca, lo que resultó en la lectura que presentó por primera vez en la Residencia de Estudiantes de la universidad, el mismo local que el autor frecuentaba. La actriz confiesa que fue uno de los momentos más especiales de su vida, pues sentía la presencia de Lorca por aquellos corredores, acompañándola al piano.

La actriz resalta en Lorca, su sensibilidad para retratar el alma femenina, cuando expresa lo que siente una mujer en relación con el amor, el deseo, la maternidad, etc., el poder de sus personajes femeninos está presente, pues son protagonistas, así como la conexión del autor con gente de espectros diferentes, su empatía con el otro y su capacidad de emocionar. Irene Escolar considera que Lorca é una excepción al colocar sus personajes femeninos en destaque, lo que no se rebela en la obra de Shakespeare, por ejemplo, o en las tragedias griegas, en que las mujeres, aunque sean poderosas, tienen papeles secundarios. En Lorca las mujeres son vulnerables, pero fuertes, con determinación.

La actriz descubre la capacidad del autor en emocionar, cuando en su primera lectura en la universidad, en Santander, se sorprendió al ver el interés de los estudiantes que no habían leído nunca a Lorca y

después de la presentación, motivados, se acercaron a ella y le preguntaron dónde podían volver a ver una presentación como esa, dónde podían encontrar ese texto que nunca habían escuchado y menos de esta forma, por alguien joven. La actriz encierra su entrevista con la frase que resume la obra de Lorca: “todo lo que sale del corazón llega al corazón”.

Maurício Gurjão Bezerra Heleno

nota: **25/25**

Irene Escolar es una actriz cuya actuación se encuentra unida a la obra de García Lorca. En primer lugar, el inicio de su carrera se relaciona con el autor granadino y sigue con obras como “El Público” y “Leyendo Lorca”. En segundo lugar, Escolar afirma que la curiosidad sobre Lorca nació en la Universidad, en Santander, tras hacer un recital inspirado en “El Público”. En la Residencia de Estudiantes, empezó a enseñar al público, tal cual Lorca había hecho en el pasado.

Aunque desea utilizar “La Casa de Bernarda Alba”, obra basada en escenas, Escolar confiesa la dificultad para hacerlo. Sin embargo, las poesías y los monólogos de Lorca son el eje de la actuación de Escolar, que enfatiza el poder de las mujeres y los temas basados en el amor. Según ella, Lorca logró analizar el alma femenina de un modo especial, garantizando a sus personajes mujeres una importancia central.

Ganadora del premio Goya a la Mejor actriz revelación, Escolar destaca que, aunque los personajes femeninos son fuertes en Shakespeare, Lorca rompe paradigmas, al dar a las mujeres papel más importante, en un contexto en el cual ellas no podían votar o estudiar. Escolar añade que Lorca tenía una capacidad especial para establecer personajes que despiertan la empatía del público, gracias a temas como el amor y el deseo. Por un lado, sus personajes demuestran vulnerabilidad; por otro, son también fuertes y determinadas.

La selección de Escolar incluye poesías, teatro y sonetos, además de fragmentos de la biografía de Lorca, especialmente en relación con su fusilamiento, que completó 80 años. En conclusión, Escolar relata como una lectura de Lorca, en Santander, emocionó a los estudiantes del primer curso de la Universidad. Aunque nunca habían leído Lorca, ellos afirmaron su encanto con el texto. Para Escolar, esa reacción positiva prueba la importancia de acercar los clásicos y las nuevas generaciones. (310 palabras)

RESULTADO

1. Nota relativa à organização do texto e ao desenvolvimento do tema: 10/10
2. Nota relativa à correção gramatical e à propriedade da linguagem: 15/15

Cauê Rodrigues Pimentel

nota: **24,5/25**

De acuerdo con el texto, la vida profesional de la actriz Irene Escobar siempre estuvo íntimamente conectada con la obra de García Lorca. Muy a menudo la actriz ha representado diversos textos del autor. Su último trabajo consiste en una adaptación de recortes de la obra del autor, sobre todo de poesías y monólogos de personajes femeninos, lo que ha resultado en el espectáculo "Leyendo Lorca".

El recital es producto de una oportunidad que la Universidad Menéndez Pelayo de Santander ofreció a la joven actriz, que ya había trabajado con la obra de Lorca en el espectáculo "El Público", bajo la dirección de Álex Rigola. "Leyendo Lorca" estrenó en la misma Residencia de Estudiantes que Lorca solía frecuentar, lo que transformó esa primera presentación del recital en un episodio sentimental muy especial de la trayectoria profesional y personal de la actriz, según sus propias palabras.

El rasgo más importante del espectáculo es la fuerza y la presencia de las figuras femeninas que componen el universo literario de Lorca. Aunque algunos textos memorables como "la Pasa de Bernarda Alla" están ausentes, el recital recoge las principales escenas de los personajes femeninos de Lorca. De hecho, Irene Escobar subraya que Lorca, diferentemente de Shakespeare o de las tragedias griegas, siempre puso las mujeres como protagonistas. Así, puede considerarse la obra de Lorca como una excepción, ya que las mujeres han estado relegadas no sólo en el teatro, sino también en la vida en general. La actriz comenta, además, la sensibilidad única de Lorca para describir el universo femenino y, de ese modo, captar la ambivalencia de la fuerza y de la vulnerabilidad que define la experiencia de las mujeres.

El espectáculo está lleno de escenas impactantes, como la en el que se representa el fusilamiento del autor, evento que ha completado 80 años. En ese sentido, Irene Escobar relata que lo más marcante de la primera lectura del recital fue la reacción de los estudiantes. La actriz cuenta que* tras acabar su presentación, muchos estudiantes se acercaron de ella para expresar su sorpresa con el espectáculo. Irene Escobar atribuye esa recepción positiva a su entrega emocional al texto y concluye que revisar los clásicos es esencial para acercar los jóvenes al arte. (371 palabras)

RESULTADO

1. Nota relativa à organização do texto e ao desenvolvimento do tema: 10/10
2. Nota relativa à correção gramatical e à propriedade da linguagem: 14,50 (1 erro*)

(*) Propriedade Vocabular: "La actriz cuenta que, tras acabar..." (ausencia de vírgula obrigatória)

Anônimo

nota: **24/25**

Mientras algunas actrices, frecuentemente, mantengan una relación constante con el mismo personaje a través de sus carreras, Irene Escolar tiene una estrecha relación con el mismo autor, en ese caso: García Lorca. De hecho, la actriz empezó su carrera representando una de las obras de él y sigue haciéndolo actualmente.

Según Irene Escolar, la relación suya con los textos de Lorca, en lo que se refiere a la actuación, comenzó a pesar de su voluntad. En la Universidad Menéndez de Pelayo de Santander, surgió la posibilidad de actuar en un recital libre, y ella eligió *El Público*, del escritor granadino, como su tema. Semejante a Lorca, Escolar estaba involucrada en actividades con otros estudiantes, para quienes ella enseñó por la primera vez.

Leyendo *Lorca*, que es la selección de textos de Lorca elaborada por Escolar, no contiene *La Casa de Bernardo Alba*, pues la actriz no encontró el hueco para esa obra. Sin embargo, hay otros textos importantes, sobre todo por las referencias a las mujeres.

Efectivamente, el rasgo más sustantivo del teatro de Lorca es el poder de las mujeres que él ha creado. Al contrario de lo que ocurre en el teatro de Shakespeare, donde las mujeres no están en el primer plano, aunque sean poderosas, los textos de Lorca las tratan como protagonistas.

Por lo tanto, la obra de ese escritor es una excepción, lo que es evidente, sobre todo cuando se llevan en consideración los pocos derechos que las mujeres tenían no hace mucho tiempo.

Además, otro aspecto notable del autor, según el análisis de Escolar, es su capacidad de alcanzar al público en su intimidad. Él tiene, verdaderamente, la empatía necesaria para expresar lo que sienten las personas, ahí incluso, sin duda, las mujeres.

En la selección de textos escogidos por Escolar, hay referencias a la muerte del autor por fusilamiento, lo que puede impactar al lector, pero hay también mucha poesía y mucho teatro.

Después de aquella primera lectura de *El Público*, cuando todavía era estudiante, Irene Escolar vio que las personas se quedaron emocionadas. Le preguntaron cómo encontrar aquel texto otra vez. Eso se debe, en la opinión de la actriz, a la inspiración verdadera que Lorca tuvo, la cual partía de su corazón.

Finalmente, la proximidad que Escolar tiene con los jóvenes podrá, en el futuro, ayudarla a “revisar los clásicos” junto a las nuevas generaciones.

RESULTADO

1. Nota relativa à organização do texto e ao desenvolvimento do tema: 10/10
2. Nota relativa à correção gramatical e à propriedade da linguagem: 14/15

Erros: “plan” e “quedaron” (deveria ser “se quedaron”)

LÍNGUA ESPANHOLA

banca:

Dulce María Cassilha Andrigueto

Maria Luisa Ortíz Alvarez

_versão

Traduzca al español el siguiente texto.

[valor: 25,00 pontos]

Edmundo, o céptico

Naquele tempo, nós não sabíamos o que fosse cepticismo. Mas Edmundo era céptico. As pessoas aborreciam-se e chamavam-no de teimoso. Era uma grande injustiça e uma definição errada. Ele queria quebrar com os dentes os caroços de ameixa, para chupar um melzinho que há lá dentro. As pessoas diziam-lhe que os caroços eram mais duros que os seus dentes. Ele quebrou os dentes com a verificação.

Mas verificou. E nós todos aprendemos à sua custa. (O cepticismo também tem o seu valor!) Disseram-lhe que, mergulhando de cabeça na pipa d'água do quintal, podia morrer afogado. Não se assustou com a ideia da morte: queria saber é se lhe diziam a verdade. E só não morreu porque o jardineiro andava perto.

Na lição de catecismo, quando lhe disseram que os sábios desprezam os bens deste mundo, ele perguntou lá do fundo da sala: "E o rei Salomão?" Foi preciso a professora fazer uma conferência sobre o assunto; e ele não saiu convencido. Dizia: "Só vendo." E em certas ocasiões, depois de lhe mostrarem tudo o que queria ver, ainda duvidava. "Talvez eu não tenha visto direito. Eles sempre atrapalham." (Eles eram os adultos.)

Edmundo foi aluno muito difícil. Até os colegas perdiam a paciência com as suas dúvidas. Alguém devia ter tentado enganá-lo, um dia, para que ele assim desconfiasse de tudo e de todos. Mas de si, não; pois foi a primeira pessoa que me disse estar a ponto de inventar o moto-contínuo, invenção que naquele tempo andava muito em moda, mais ou menos como, hoje, as aventuras espaciais.

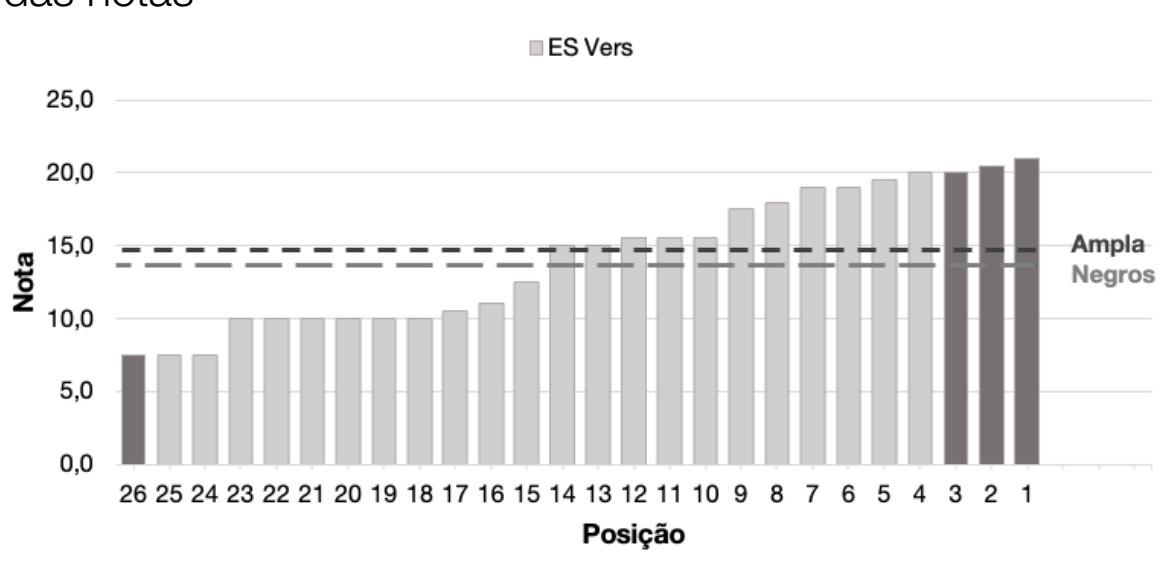
Edmundo estava sempre em guarda contra os adultos: eram os nossos permanentes adversários. Só diziam mentiras. Tinham a força ao seu dispor (representada por várias formas de agressão, da palmada ao quarto escuro, passando por várias etapas muito variadas). Edmundo reconhecia a sua inutilidade de lutar; mas tinha o brio de não se deixar vencer facilmente.

Numa festa de aniversário, apareceu, entre números de piano e canto (ah! delícias dos saraus de outrora!), apareceu um mágico com a sua cartola, o seu lenço, bigodes retorcidos e flor na lapela. Nenhum de nós se importaria muito com a verdade: era tão engraçado ver saírem cinquenta fitas de dentro de uma só... e o copo d'água ficar cheio de vinho...

Edmundo resistiu um pouco. Depois, achou que todos estávamos ficando bobos demais. Disse: "Eu não acredito!" Foi mexer no arsenal do mágico e não pudemos ver mais as moedas entrarem por um ouvido e saírem pelo outro, nem da cartola vazia debandar um pombo voando... (Edmundo estragava tudo. Edmundo não admitia a mentira. Edmundo morreu cedo. E quem sabe, meu Deus, com que verdades?)

Cecília Meireles. *Edmundo, o céptico*. In: *Quadrante 2*. Rio de Janeiro: Editora do Autor, 1962, p. 122.
Internet: <<http://contobrasileiro.com.br>>.

Distribuição das notas



Padrão de resposta da versão

Edmundo, el Céptico (Texto de Cecília Meireles)

En aquel tiempo, no sabíamos lo que era escepticismo. Pero Edmundo era escéptico. La gente se aburría y lo llamaba terco. Era una gran injusticia y una definición equivocada. Él quería romper con los dientes los huesos de ciruela, para chupar la miel que hay dentro. La gente le decía que los huesos eran más duros que sus dientes. Él rompió los dientes con la verificación.

Pero verificó. Y todos aprendimos a su costa. (¡El escepticismo también tiene su valor!) Le dijeron que, al zambullirse de cabeza en la pipa de agua del patio, podía morir ahogado. No se asustó con la idea de la muerte: quería saber si le decían la verdad. Y sólo no murió porque el jardinero estaba cerca.

En la lección de catecismo, cuando le dijeron que los sabios desprecian los bienes de este mundo, preguntó desde el fondo de la sala: “¿Y el rey Salomón?” Fue necesario que la profesora hiciera una conferencia sobre el asunto; y él no se convenció. Decía: “Sólo viendo.” Y en ciertas ocasiones, después de que le mostraran todo lo que quería ver, aún dudaba. “Quizá no he visto bien. “Ellos siempre dificultan.” (Ellos eran los adultos.)

Edmundo fue un estudiante muy difícil. Hasta los compañeros perdían la paciencia con sus dudas. Alguien debía haber intentado engañarlo, un día, para que él de este modo desconfiara de todo y de todos. Pero de sí, no; porque fue la primera persona a decirme estar a punto de inventar el moto continuo, invención que en aquel tiempo estaba muy de moda, más o menos como hoy, las aventuras espaciales.

Edmundo estaba siempre en guardia contra los adultos: eran nuestros permanentes adversarios. Sólo decían mentiras. Tenían la fuerza a su disposición (representada por varias formas de agresión, de la palmada a la habitación oscura, pasando por varias etapas muy variadas). Edmundo reconocía su inutilidad para luchar; pero tenía el brío de no dejarse vencer fácilmente.

En una fiesta de cumpleaños, apareció, entre números de piano y canto (¡ah, delicias de los saraos de antaño!) un mago con su sombrero de copa, su pañuelo, bigotes retorcidos y flor en la solapa. Ninguno de nosotros se importaría mucho con la verdad: era tan divertido ver salir cincuenta cintas de dentro de una sola... y el vaso de agua quedarse lleno de vino...

Edmundo se resistió un poco. Después, creyó que todos nos estábamos volviendo tontos. Dijo: “¡Yo no creo!” Fue a tocar el arsenal del mago y no pudimos más ver las monedas entrar por un oído y salir por el otro, ni del sombrero de copa vacío salir una paloma volando... (Edmundo era un aguafiestas. Edmundo no admitía la mentira. Edmundo murió temprano. ¿Y quién lo sabe, Dios mío, con qué verdades?)

Maurício Horta Miyauchi

nota: **21/25**

En aquel tiempo, nosotros no sabíamos qué era el **cepticismo**. Pero Edmundo era céptico. La gente se aburría y le llamaba insistente. Era una gran injusticia y una definición equivocada. Él quería romper con los dientes los huesos de **néspera** para chupar un mielito que hay allí dentro. La gente le decía que los huesos eran más duros que sus dientes. Él rompió los dientes al verificarlo. Y todos hemos aprendido a su costo. (El cepticismo también tiene su valor!)

Le dijeron que, metiéndose con la cabeza abajo en el **reservatorio** de agua de los fondos de casa, podría morir ahogado. No se asustó con la idea de la muerte: es que quería saber si le decían la verdad. Y solo no se murió porque el jardinero andaba cerca de allí.

En la **lección** de catecismo, cuando le dijeron que los **lumberos** tienen desprecio de los bienes de este mundo, él preguntó desde hacia el fundo de la sala: “¿Y el rey Salomón?” Fue necesario que la profesora hiciera una conferencia sobre el asunto, y él no se quedó convencido. Decía: “Solo creo viéndolo.” Y en ciertas ocasiones, después que le mostraran todo lo que quería ver, todavía lo **duidaba**. “Quizás yo no lo he visto correctamente. Ellos siempre interfieren.” (Ellos eran los adultos.)

Edmundo fue un alumno muy difícil. **Hasta mismo** sus colegas perdían la paciencia con sus dudas. Alguien debía haber intentado trompearle, un día, para que él, por eso, desconfiara de todo y de todos. Pero él mismo, no; porque ha sido la primera persona que me dijo estar en punto de inventar el moto-continuo, invención que en aquel tiempo estaba mucho de moda, más o menos como están hoy las aventuras en el espacio.

Edmundo estaba siempre en guardia contra los adultos: eran nuestros adversarios permanentes. Solo decían mentiras. Tenían la fuerza a su disposición (representada por varias formas de agresión, desde la palmada hasta la habitación oscura, pasando por varias etapas muy variadas.) Edmundo reconocía la inutilidad de luchar; pero tenía el orgullo de no dejarse vencer fácilmente.

En una fiesta de cumpleaños, surgió, entre presentaciones de piano y canto (¡ay! ¡Qué delicias eran las soirées de antaño!), surgió un mago con su sombrero, su pañuelo, bigotes retorcidos, flor en el bolsillo. A ninguno de nosotros nos importaría mucho la verdad: era tan gracioso ver cincuenta cintas saliendo desde dentro de una sola... Y el vaso de agua volverse lleno de vino...

Edmundo resistió un poco. Después, le pareció que estábamos volviendo demasiado tontos. Dijo: “¡Yo no lo creol!” Se puso a tocar el arsenal del mago, y no **hemos podido** ver más las monedas entrar por un oído y salir por el otro, ni del sombrero salir un pombo volando... (Edmundo lo arruinara todo... Edmundo no admitía la mentira. Edmundo murió temprano. ¿Y quién sabe, Dios mío, con qué verdades?)

RESULTADO

1. Nota relativa à organização do texto e ao desenvolvimento do tema: 10
2. Nota relativa à correção gramatical e à propriedade da linguagem: 11 - 8 erros

COMENTÁRIO

Escrevi esta versão inicialmente na folha errada, a do resumo de espanhol. Isso acontece mais frequentemente do que se possa imaginar. É horrível na hora, mas não é fim do mundo. Para evitar essa situação, eu aconselho o candidato a sempre conferir se o número da questão corresponde ao número da folha de resposta. É dica boba, mas é dica boa.

Se já for tarde demais e já tiver escrito no lugar errado, o candidato deve rasurar todo o texto com uma linha e transcrever a resposta na folha apropriada, sem pular linhas e nem redigir qualquer tipo de comentário para a banca. Nenhum mesmo. Caso contrário, pode-se caracterizar identificação do candidato, o que implica a desclassificação.

Cauê Rodrigues Pimentel

nota: **20,50/25**

Edmundo, el céptico

Em aquel tiempo, nosotros no sabíamos qué era **cepticismo**. Sin embargo Edmundo era céptico. Las personas se enfadaban y lo llamaban de terco. Era una gran injusticia e una definición equivocada. Él quería romper con los dientes las partes mas duras de las frutas, para chupar el zumo dulce que tenían. Las personas le decían que las semillas eran más duras que sus dientes. Él se rompió los dientes con la prueba. Pero probó. Y nosotros todos aprendimos a su cuesta (¡el cepticismo tiene su valor!)

Le dijeron que si saltara de cabeza en el pozo del jardín, podría morirse ahogado. No se asustó con la idea de la muerte: quería saber, sí, si se le decían la verdad. Y solo no se murió porque en jardinero andaba en las cercanías.

En la lección de catecismo, cuando le dijeron que los sabios desprecian a los buenos de ese mundo, él preguntó desde el fondo de la clase: ¿Y el rey **Salomon**? La profesora tuvo que hacer una conferencia sobre el tema; y él no se convenció. Decía: “sólo viendo”. Y en ciertas ocasiones, tras le enseñaren todo lo que é quería ver, aún dudaba: “Quizás yo no haya visto correctamente. Ellos siempre lo hacen más complicado”. (ellos eran los adultos).

Edmundo fue alumno muy difícil. Hasta sus amigos perdían la paciencia con sus dudas. Quizás alguien lo hubiera engañado, un día, para que él desconfiara de todo y de todos. Pero de si mismo, no; pues fue la primera persona que me dijo estar a punto de inventar el moto-continuo, invención que estaba en moda en aquel tiempo, más o menos como hoy están las aventuras espaciales.

Edmundo estaba siempre atento en contra de los adultos: eran nuestros adversarios permanentes. Solo decían mentiras. Tenían en su ventaja la fuerza (representada por varias formas de agresión, desde las palizas en la habitación oscura hasta diversas etapas muy diversificadas). Edmundo reconocía la inutilidad de luchar; pero tenía el orgullo de no rendirse fácilmente.

En una fiesta de cumpleaños, surgió, entre los números de piano y de conto (¡ah! que maravilla las fiestas de otros tiempos), un mágico con su sombrero, su lienzo, sus **bigodes** retorcidos y una flor en el bolsillo. Ninguno de nosotros se importaría mucho con la verdad: era tan chistoso ver **cinquenta** lienzos saliendo de uno solo... y el vaso de agua llenarse de vino. Edmundo resistió un poco. Después, pensó que

todos nos habíamos vuelto demasiado tontos. Dijo: “¡Yo no creó!”. Y empezó a examinar el arsenal mágico y entonces ya no podíamos ver monedas entraren por un oído y salieren por otro, ni ver una paloma volando del sombrero vacío. (Edmundo empeoraba todo. Edmundo no **admitia** la mentira. Edmundo murió joven. Y, dios mío, ¿quién sabrá con qué verdades?

RESULTADO

1. Nota relativa à organização do texto e ao desenvolvimento do tema: 10
2. Nota relativa à correção gramatical e à propriedade da linguagem: 10,5 - 9 erros

Anônimo

nota: 20/25

Edmundo, el céptico

En aquel tiempo, no sabíamos qué era el cepticismo. Pero Edmundo era céptico. Las personas se enfadaban y le llamaban testarudo. Era una gran injusticia y una definición equivocada. Él quería romper, con sus dientes, las semillas de los frutos, para alcanzar el líquido dulce que había allá dentro. Las personas le decían que las semillas eran más duras que sus dientes. Él se ha roto los dientes verificándolo. Pero sí que lo verificó. Y todos hemos aprendido a su expensa (¡El cepticismo también tiene su valor!).

Le dijeron que, si pusiera su cabeza dentro del mecanismo de irrigación del jardín, podría morir ahogado. No tuvo miedo ante la idea de la muerte: quería saber si lo que le decían era verdad. Y solo no murió porque el jardinero estaba cerca de él.

En las clases de catecismo, cuando le dijeron que los sabios menosprecian los bienes de este mundo, él le preguntó a la profesora desde el fondo del aula. “¿Y el Rey Salomón?”. Fue necesario que la maestra hiciera una conferencia acerca del tema; y él no salió convencido. Decía: “Solo lo creo si lo veo”. Y en ciertas ocasiones, después que le habían mostrado todo lo que quería ver, seguía dudando. “Tal vez no lo haya visto muy bien. Ellos siempre se molestan” (Ellos son los adultos).

Edmundo fue un alumno muy difícil. Incluso sus compañeros perdían la paciencia con sus dudas. Seguramente alguien habría intentado engañarle un día para que él sospechara tanto de todo y de todos. Pero no sospechaba de sí mismo, así que fue la primera persona quien me dijo que estaba a punto de inventar el moto-contínuo, una invención que estaba de moda en aquella época, tal y como las aventuras espaciales de hoy día.

Edmundo estaba siempre desconfiado de los adultos: eran nuestros adversarios permanentes. Solo decían mentiras. Tenían la fuerza a su disposición (que estaba representada por varias formas de agresión, desde un puñetazo a la habitación oscura, pasando por muchas etapas variadas). Edmundo reconocía la inutilidad de luchar; sin embargo, tenía el orgullo de no dejarse vencer tan fácilmente.

En una fiesta de cumpleaños, vino, entre presentaciones de piano y de canto (¡Ah! ¡Las maravillas de las fiestas de antaño!), un mágico, con su sombrero, su pañuelo, sus bigotes retorcidos y la flor sobre su traje. Ningún de nosotros se importaría mucho con la verdad: era tan divertido ver salir cincuenta fitas de dentro de una solo... y ver el vaso de agua llenarse de vino.

Edmundo resistió un poco. Después, pensó que todos estábamos quedándonos demasiado tontos. Dijo: “!No lo creo!”. Saltó a investigar el arsenal del mágico y ya no pudimos ver las monedas entrar por un oído y salir por el otro, ni la paloma que asomaba desde el sombrero volando... (Edmundo estropeaba todo. Edmundo no admitía las mentiras. Edmundo murió temprano. ¿Y quién sabe, Dios mío, con cuáles verdades?).

RESULTADO

1. Nota relativa à organização do texto e ao desenvolvimento do tema: 10
2. Nota relativa à correção gramatical e à propriedade da linguagem: 10 - 10 erros

banca:

Alice Maria de Araújo Ferreira
Sophie Céline Guerin Mateus

_resumo

Résumez le texte ci-dessous avec vos propres mots (de 210 à 310 mots).

[valor: 25,00 pontos]

Repeindre le capitalisme en vert

Vitalité du marché des éoliennes, diffusion des démarches « éco-responsables », multiplication des labels « bio » ... tout indique que les entreprises pourraient devenir les meilleures amies de l'écologie. Pourtant, la logique du profit s'oppose aux rythmes de la nature. Sauver la seconde exige d'imposer des bornes à la première, une idée qui n'emballe pas les industriels.

« Cessons donc d'opposer l'activité économique, les entreprises et l'écologie ! Les secteurs industriels et de services ont depuis longtemps intégré la dimension écologique dans leurs démarches. »

Ainsi s'exprimait M. Pierre Gattaz, président du Mouvement des entreprises de France (Medef), dans une tribune publiée le 18 septembre 2013 par le quotidien Le Monde et titrée « N'orientons pas la France vers la décroissance ». Comme ses homologues des grands groupes étrangers, M. Gattaz l'affirme : le capitalisme peut devenir « vert », à condition que « le pragmatisme et la raison l'emportent sur le dogmatisme et la posture ». En d'autres termes, que l'on évite les taxes, les réglementations contraignantes, pour préserver la « compétitivité globale des entreprises ». La logique du patron des patrons français ne convainc toutefois pas entièrement.

Délocaliser la pollution

Que les pays occidentaux se soient largement convertis à une économie de services ne doit pas masquer le fait qu'en dépit de l'optimisme du patronat les prélèvements sur les ressources naturelles ne cessent de croître : + 65 % entre 1980 et 2007. En valeur absolue, jamais nos sociétés n'ont autant consommé de matière et rejeté de polluants. Ce qui n'est pas principalement dû, comme on l'entend souvent dire, au

développement des pays pauvres. Les États occidentaux ont simplement délocalisé, en même temps que des emplois industriels, une part des pollutions et de la consommation de ressources.

Mais les tendances actuelles ne peuvent se prolonger. Un indicateur, popularisé au Sommet de la Terre de Johannesburg en 2002, le confirme : l'empreinte écologique. Celle-ci équivaut à la superficie dont une population a besoin pour produire les ressources qu'elle consomme et pour assimiler les déchets qu'elle rejette. En 2002, l'empreinte mondiale s'établissait à 138 % de la surface bio-productive totale. Depuis le début des années 2010, elle dépasse 150 %. Si tous les habitants de la Terre avaient le mode de vie d'un Américain moyen, la population mondiale aurait besoin de cinq planètes pour se nourrir, s'habiller et se loger.

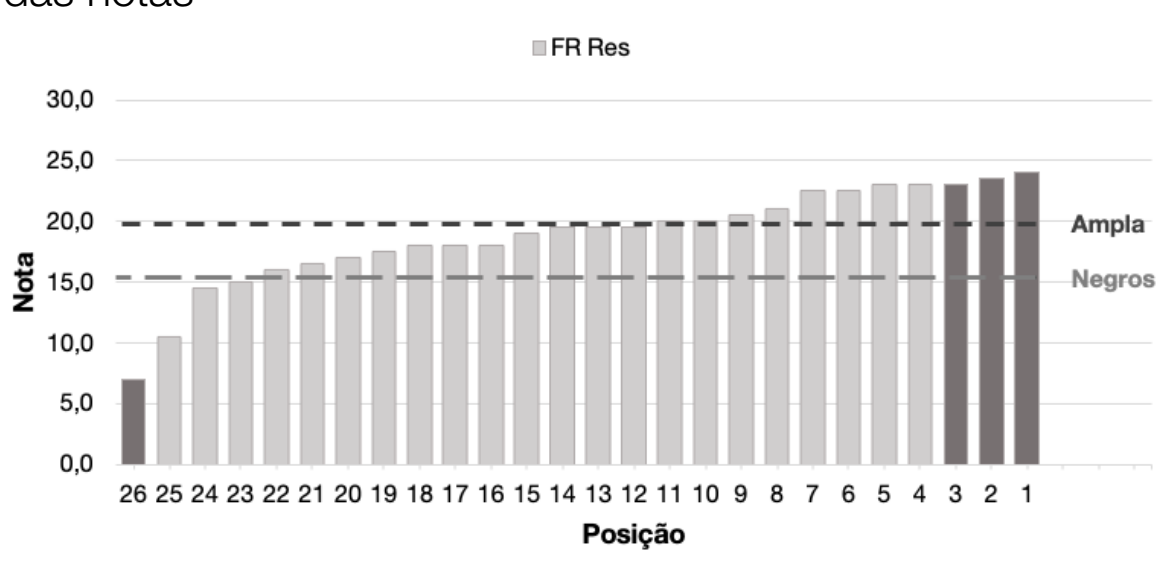
Protéger la planète suppose de faire primer les rythmes biologiques sur les taux de profit

En dépit de la multiplication des éoliennes et des panneaux photovoltaïques ces quinze dernières années, le capitalisme n'est donc pas plus « vert » que par le passé, bien au contraire. Comme l'économie aspire toujours plus de ressources, les énergies renouvelables ne font que s'ajouter aux modes de production polluants, plutôt que de s'y substituer. La durée de vie de plus en plus courte des biens de consommation (automobiles, électroménager, téléphones et ordinateurs, produits alimentaires, etc.) impose de les remplacer toujours plus vite... et donc d'en fabriquer davantage.

S'agit-il d'un phénomène conjoncturel ? Le capitalisme de demain ne pourrait-il pas faire mieux avec moins ? Dès les années 1970, l'écologiste américain Barry Commoner (1917-2012) a montré qu'il en était incapable par nature. Le capitalisme repose sur un principe fondamental : les capitaux doivent circuler librement pour s'orienter vers les activités qui procurent les meilleurs taux de profit. Protéger la planète supposerait au contraire de faire primer les rythmes biologiques sur les taux de profit : ne pas pêcher plus de poisson que ne l'autorise le renouvellement naturel des espèces, ne pas émettre plus de polluants que la biosphère ne peut en recycler, ne pas consommer plus d'énergie que ce que l'on peut produire de façon renouvelable... Une définition possible de la décroissance, pas du capitalisme.

Aurélien Bernier. Le Monde Diplomatique. 2016.
Internet: <www.monde-diplomatique.fr>.

Distribuição das notas



Padrão de resposta do resumo

Même si les initiatives écologiquement responsables de certaines entreprises nous montrent que le rapport entre écologie et capitalisme a tendance à se transformer, la relation entre les deux mouvements est souvent remise en question. En effet, la quête de profit de la part des entreprises est souvent opposée aux besoins de la nature.

Mais selon M. Gattaz, cette opposition n'est pas justifiée étant donné que le capitalisme prend en compte la dimension verte. Mais il faudrait être plus pragmatique et cesser de taxer et de réglementer les entreprises afin de préserver la compétitivité internationale de celles-ci.

Cependant les arguments du président du Mouvement des entreprises de France (Medef) ne sont pas convaincants quand on regarde de plus près : les prélèvements des ressources naturelles augmentent, tout comme la pollution. L'Occident a simplement déplacé, non seulement les emplois, mais aussi les rejets polluants et l'exploitation des ressources.

Le Sommet de la Terre de Johannesburg en 2002 nous a montré que l'empreinte écologique mondiale (indicateur qui calcule le territoire nécessaire à la population pour subvenir à ses besoins de consommation et traiter les déchets produits) est passée de 138 % à 150 % de la surface bio-productive entre 2002 et 2010.

La production d'énergie renouvelable n'est pas parvenue à remplacer un système de production polluant qu'elle ne fait que compléter pour lui permettre de produire toujours plus de biens de consommation. Le capitalisme n'est donc pas devenu plus responsable qu'avant et la pollution n'a pas diminué.

Selon l'écologiste Barry Commoner, le capitalisme et la conscience écologique sont incompatibles car pour protéger la nature il faudrait privilégier les rythmes biologiques et pas les profits, contrairement à ce que fait le capitalisme.

Aspectos considerados na avaliação:

- Levantamento das ideias principais contidas no texto.
- Reformulação das ideias contidas no texto a partir de estruturas e de um léxico diferentes daqueles que foram usados no texto.
- Organização do discurso de maneira lógica por uma utilização correta de articuladores lógicosintáticos e de procedimentos de coesão textual (anáfora).
- Correção linguística sem erros sintáticos nem morfossintáticos que podem levar a ambiguidades.

Raphael Azevedo França

nota: **24/25**

Dans un article pour Le Monde Diplomatique, Aurélien Bernier analyse le paradoxe entre capitalisme et développement durable. D'un côté, les entreprises essayent de montrer une image rose de leurs démarches vertes; de l'autre, il est invraisemblable qu'elles puissent concilier préservation naturelle et appât du gain. Le président du Medef, par contre, semble vouloir nourrir cette illusion si l'on croit sa tribune publiée par Le Monde en 2013, dans laquelle il défend que c'est le capitalisme de par sa propre logique qui sauvera la planète.

Les délocalisations, malgré tout, se font sur un seul monde. En réalité, la consommation a explosée depuis 1980, en laissant aux pays pauvres l'empreinte écologique des occidentaux gourmands en ressources. Et cela semble continuer si on regarde l'indicateur créé à Johannesburg en 2002: le seuil de la capacité d'absorption de l'activité humaine par la nature est bien dépassé. Si les habitudes américaines deviennent planétaires, il faudra en trouver quatre autres Terres pour les entretenir.

Les énergies renouvelables ne le sont pas vraiment, car elles augmentent les capacités productives au lieu de les remplacer. Les biens de consommation sont de plus en plus jetables, en créant un cercle vicieux. La question sur le caractère structurel de ce phénomène se pose. Barry Commoner avait déjà exposé, dans les années 1970, la voracité capitaliste en face des rythmes de croissance naturelle. Le choix entre l'homme respectueux de son milieu et le capitalisme aveuglé par son caractère autodestructeur doit être fait. Il est urgent.

RESULTADO

1. Nota relativa à organização do texto e ao desenvolvimento do tema: 10
2. Nota relativa à correção gramatical e à propriedade da linguagem: 14/15 - 2 erros de morfossintaxe

Jonas Teixeira Marinho

nota: **23,5/25**

Le contexte contemporain indique une relation positive entre le marché et la préservation de la nature. Cependant, conserver l'environnement implique l'imposition des limites à l'activité industrielle. Selon Monsieur Pierre Gattaz, chef des représentants des entreprises en France, il n'y a pas d'opposition entre l'écologie et la production. Le capitalisme, alors, pourrait être vert si les règles adoptées n'affectent pas la compétitivité industrielle. Cette pensée, pourtant, n'est pas totalement capable de convaincre les gens.

Malgré la croissance de l'importance du secteur des services dans les économies occidentales, la dégradation de l'environnement a augmenté de forme expressive les deux dernières décennies. Ce fait n'est pas lié au progrès des nations en développement. La cause de l'augmentation est la délocalisation de la production des pays riches, qui provoque la croissance de la pollution et de la consommation aux pays pauvres. Cependant, cette situation ne peut pas être prolongée. L'empreinte écologique, qui mesure la région nécessaire pour la production et les déchets, a subi une augmentation les dernières années. Le rythme de croissance n'est pas compatible avec la préservation de l'environnement.

Malgré le progrès des sources renouvelables de l'énergie, le capitalisme est encore moins compatible avec l'écologie qu'auparavant. Ces nouvelles sources ne remplacent pas les sources traditionnelles, mais ajoutent à la production. Les biens de consommation sont moins durables, alors ils doivent être remplacés plus fréquemment, ce qui augmente la production. Les écologistes croient que le capitalisme n'est pas capable de réduire le rythme de la production. Le profit est donc le but suprême du système et la libre circulation des capitaux. La protection de l'environnement est incompatible avec l'essence du capitalisme, en conclusion.

RESULTADO

- 1. Nota relativa à organização do texto e ao desenvolvimento do tema: 10**
- 2. Nota relativa à correção gramatical e à propriedade da linguagem: 13,5/15 - 3 erros**

Anônimo

nota: **23/25**

La multiplication d'initiatives écologiques suscite la possibilité d'un capitalisme vert, capable de respecter la conservation de la nature. Par contre, bien que plusieurs entrepreneurs prônent la capacité d'adaptation du libre marché aux rythmes de la nature, ils souvent rejettent les formes de réglementation qui menacent leur compétitivité, ce qui met en évidence l'opposition entre le capitalisme et l'écologie.

D'abord, la prédominance du secteur de services dans les pays développés n'a pas abouti à une baisse de la consommation des ressources naturelles. En fait, la planète franchi, à chaque année, de nouveaux records de consommation découlant de la délocalisation des installations industrielles. En plus, le concept d'empreinte écologique met en relief que les ressources demandés par les sociétés surpassent celles que la planète peut leur offrir. Ce décalage a augmenté de 2002 aux années 2010, de sorte qu'il reste clair que la consommation n'a pas cessé d'accroître.

Du fait de cette tendance croissante, l'avènement des énergies renouvelables ne s'avère pas une solution suffisante, étant donné que ces nouvelles énergies peinent à remplacer les énergies les plus polluantes. En outre, la durée toujours plus courte des produits cotidiens demande que leur production ne diminue pas. Par conséquent, le capitalisme n'a pas réussi à devenir plus vert. En effet, selon Barry Commoner, cette conclusion se fonde sur l'opposition incontournable entre la recherche aux meilleurs taux de profit et les rythmes de récupération biologique, dont la conservation impose un modèle de production débouchant sur la décroissance.

RESULTADO

1. Nota relativa à organização do texto e ao desenvolvimento do tema: 10
2. Nota relativa à correção gramatical e à propriedade da linguagem: 13/15 - 4 erros

LÍNGUA FRANCESA

banca:

Alice Maria de Araújo Ferreira
Sophie Céline Guerin Mateus

_versão

Traduisez le texte suivant en français en préservant les aspects culturels du texte-source.

[valor: 25,00 pontos]

João Guimarães Rosa: diplomacia e política

Ao perseguirmos a especificidade da atuação de João Guimarães Rosa como diplomata, deparamos, de imediato, este desligamento, que ele expressivamente opera, entre o diplomata e o político. Desligamento problemático, porquanto a carreira de diplomata é, em essência, uma atividade política.

Como e por que Guimarães Rosa opera esta separação?

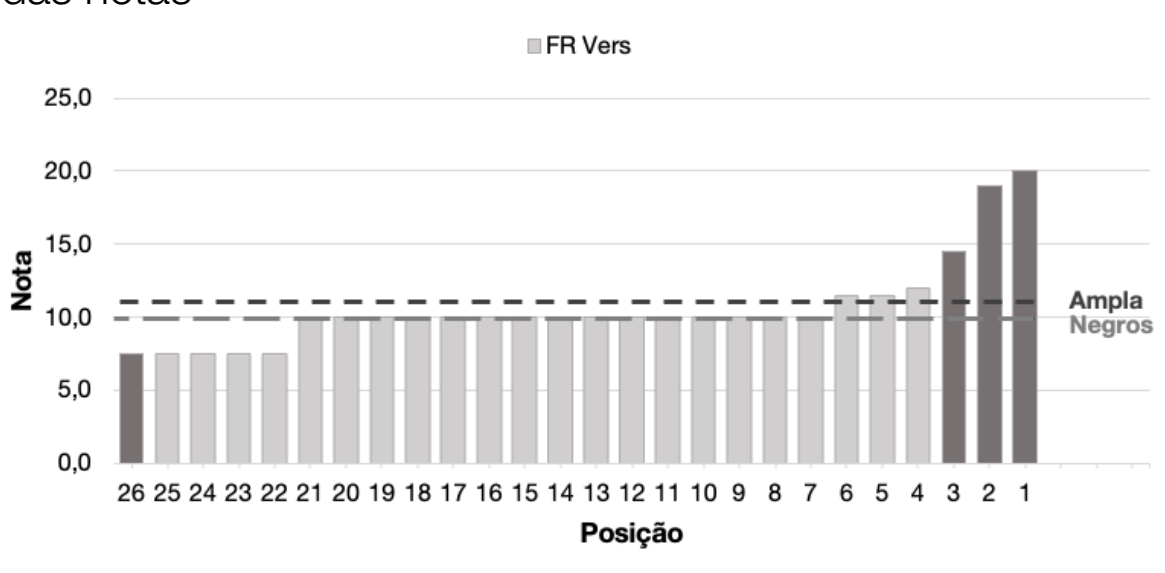
*Como consegue fazê-lo, tendo estado em situações — Cônsul em Hamburgo de 1938 a 1942 —, em que a totalidade da vida, em seus aspectos privados e públicos, estava dominada pelo político? O próprio Guimarães Rosa descreve este domínio avassalador do político na Alemanha nazista, em seu conto **O Mau Humor de Wotan**. Nesse conto, fica claro o totalitarismo, a tirania da política na vida da Alemanha, penetrando os rincões mais escondidos da vida da população. É a esse totalitarismo que ele se refere quando diz a Lorenz, que lhe perguntara sobre sua atividade em Hamburgo em favor dos judeus perseguidos pelo Nazismo, “eu, o homem do sertão, não posso presenciar injustiças”. A tirania do político é, para ele, injustiça.*

Ainda aqui encontramos a concepção platônica da justiça — harmonia dos elementos naturais de um todo, sem excesso de nenhum sobre os outros, sem tirania de um sobre os outros. Nessas condições, a atividade de Guimarães Rosa no Consulado-Geral em Hamburgo, em favor dos judeus perseguidos, seria um exemplo, não de ação política, pois ação política era o Nazismo, mas sim de ação diplomática. Nesse caso específico, portanto, é possível compreender como e porque Guimarães Rosa separa diplomacia e política: em condições em que nada escapava ao totalitarismo da política, era preciso desvincular-se dela, custasse o que custasse, abrir uma brecha no seu muro espesso e sufocante, na injustiça — na hybris

— da política, que se manifestava, precisamente, nesse totalitarismo, nesta ocupação de todo o espaço vital do homem. Essa parece ter sido a razão da necessidade de se operar a separação entre diplomacia e política: razão de justiça.

Heloísa Vilhena de Araújo. **Guimarães Rosa: diplomata**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2007, p. 35-6.

Distribuição das notas



Padrão de resposta da versão

João Guimarães Rosa: Diplomatie et politique

Alors que nous pourchassons la spécificité de la posture de João Guimarães Rosa en tant que diplomate, nous nous trouvons, immédiatement, devant cette distinction, qu'il opère expressivement, entre le diplomate et le politique. Distinction problématique, dès lors que la carrière de diplomate est, dans son essence, une activité politique.

Comment et pourquoi Guimarães Rosa opère-t-il cette séparation ?

Comment parvient-il à le faire, ayant vécu des situations — consul à Hambourg de 1938-1942 —, où la totalité de la vie, dans ses aspects privés et publics, était dominée par le politique ? Le propre Guimarães Rosa décrit cette domination écrasante du politique en Allemagne nazie dans son conte « O Mau Humor de Wotan » (la mauvaise humeur de Wotan). Dans ce conte, le totalitarisme apparaît clairement, la tyrannie de la politique dans la vie de l'Allemagne, pénétrant les recoins les plus cachés de la vie de la population. C'est ce totalitarisme auquel il se réfère quand il dit à Lorenz, qui l'interroge sur son activité à Hambourg en faveur des juifs persécutés par le Nazisme, « moi, l'homme du sertão, je ne peux pas être le témoin d'une injustice ». La tyrannie du politique est, pour lui, une injustice.

Nous retrouvons ici sa conception platonique de la justice — harmonie des éléments naturels d'un tout, sans excès d'aucun d'entre eux sur les autres, sans tyrannie des uns sur les autres. Dans ces conditions, l'activité de Guimarães Rosa au consulat général à Hambourg, en faveur des juifs persécutés, serait un exemple, non d'action politique, car l'action politique était le Nazisme, mais plutôt d'action diplomatique. Dans ce cas spécifique, donc, il est possible de comprendre comment et pourquoi Guimarães Rosa sépare diplomatie et politique : dans des conditions où rien n'échappe au totalitarisme de la politique, il fallait s'en dissocier, coûte que coûte, ouvrir une brèche dans son mur épais et suffocant, dans l'injustice – dans l'hybris – de la politique, qui se manifestait, précisément, dans ce totalitarisme, dans cette occupation de tout l'espace vital de l'homme. Ceci semble avoir été la raison du besoin d'opérer la séparation entre diplomatie et politique : raison de justice.

O texto acima é um exemplo de tradução correta. Outros termos sinônimos e outras formulações poderão ser aceitas de o sentido, o estilo e o registro do texto forem conservados.

Aspectos considerados na avaliação:

- Fidelidade ao texto-fonte: preservação do sentido do texto-fonte e preservação do estilo do texto-fonte.
- Fidelidade à qualidade e ao registro de linguagem do texto-fonte: correção lexical e morfosintática e adequação do registro de linguagem ao texto-fonte.

Francisco Luiz Pinto da Rocha Santos

nota: **20/25**

João Guimarães Rosa : diplomate et politique

Quand on poursuit la spécificité de l'actuation de João Guimarães Rosa comme diplomate, on retrouve, immédiatement, cette séparation qu'il expressivement faisait entre le diplomate et le politicien. C'est une séparation problématique, puisque la carrière du diplomate est, essentiellement, une activité politique.

Comment et pourquoi est-ce que Guimarães Rosa a fait cette séparation ?

Comment a-t-il pu le faire, après avoir été en situations – consulate à Hambourg de 1938 à 1942 – dans lesquelles la totalité de la vie, dans ses aspects privés et publics, était soumise à l'aspect politique ? Guimarães Rosa lui-même décrit ce domaine écrasant du politique en Allemagne Naziste, dans son conte La mauvaise humeur de Wotan. Dans ce conte, le totalitarisme est clair, la tyrannie de la politique dans la vie de l'Allemagne, s'infiltrant dans les coins les plus cachés de la vie de la population. C'est à ce totalitarisme qu'il se réfère lorsqu'il dit à Lorenz, qui lui avait demandé de son activité à Hambourg en faveur des juifs poursuivis par le Nazisme, « moi, l'homme du sertão, je ne peux pas être devant des injustices ». La tyrannie du politique est, pour lui, de l'injustice.

Même ici on trouve la conception platonique de justice – harmonie des éléments naturels d'un tout, sans excès d'aucun sur les autres, sans la tyrannie de l'un sur les autres. Dans ces conditions, l'activité de Guimarães Rosa dans le Consulat-Général, à Hambourg, en faveur des juifs poursuivis, serait un exemple, pas de l'action politique, car l'action politique était le Nazisme, mais de l'action diplomatique. Dans ce cas spécifique, donc, c'est possible de comprendre comment et pourquoi Guimarães Rosa sépare diplomatie et politique : dans des conditions dans lesquelles rien n'échappait au totalitarisme de la politique, il fallait s'en délier à n'importe quel coût, ouvrir un trou dans le mur épais et suffoquant, dans l'injuste – dans le hybris – de la politique, qui se manifestait, précisément, dans ce totalitarisme, dans cette occupation de tout l'espace vital de l'homme. Celle-ci paraît avoir été la raison de la nécessité de faire la séparation entre diplomatie et politique : raison de justice.

RESULTADO

1. Nota relativa à organização do texto e ao desenvolvimento do tema: 10
2. Nota relativa à correção gramatical e à propriedade da linguagem: 10 - 10 erros

Raphael Azevedo França

nota: 19/25

João Guimarães Rosa: diplomatie et politique

Lorsque nous cherchons la spécificité du rôle joué par João Guimarães Rosa en tant que diplomate, nous trouvons, tout de suite, cette déconnexion entre le diplomate et l'homme politique qu'il employait intentionnellement. Une déconnexion problématique, car la carrière diplomatique est, par essence, une activité politique.

Comment et pour quelle raison Guimarães Rosa opère-t-il cette séparation?

Comment arrive-t-il à le faire, en ayant été dans des situations - consul à Hambourg de 1938 à 1942 -, dans lesquelles la vie dans sa totalité, dans ses caractères privés et publics, était dominée, par son côté politique? Guimarães Rosa, lui-même, décrit cette domination **avassalatrice** de la politique en Allemagne nazi, dans sa fable La mauvaise humeur de Wotar. Dans cette fable, il devient clair que le totalitarisme, la tyrannie politique dans la vie en Allemagne pénètre les recoins les plus cachés de la vie du peuple. C'est à ce totalitarisme auquel il se réfère quand il dit à Lorenz, qui lui avait posé des questions par rapport à son activité à Hambourg en faveur des Juifs pourchassés par les nazis, « moi, l'homme du « sertão », je ne peux pas témoigner des injustices ». La tyrannie de la politique est, pour lui, l'injustice.

Nous découvrons, ici, encore, la conception platonique de la justice - l'harmonie des éléments naturels d'une totalité, sans aucun excès entre eux, sans la tyrannie d'un élément sur le reste. Dans ces conditions, l'activité de Guimarães Rosa au consulat général à Hambourg, en faveur des Juifs persécutés, serait un exemple, non d'action politique, car l'action politique c'était le nazisme, mais, en réalité, d'action diplomatique. Dans ce cas précis, donc, il est possible de saisir comment et pourquoi Guimarães Rosa sépare la diplomatie et la politique: dans un cadre où rien n'échappait au totalitarisme de la politique, il a fallu s'en débarrasser d'elle, à n'importe quel prix, il fallait créer une fissure dans son mur épais et étouffant, dans l'injustice - dans « l'hybris » - de la politique, qui se manifestait, précisément, dans ce totalitarisme, dans cette occupation de tout l'espace vital de l'homme. Il semble que celle-ci a été la raison derrière le besoin de faire opérer la séparation entre la diplomatie et la politique: une raison de justice.

RESULTADO

1. Nota relativa à organização do texto e ao desenvolvimento do tema: 10
2. Nota relativa à correção gramatical e à propriedade da linguagem: 9 - 12 erros

Ciro Eduardo Ferreira*nota: 14/25***João Guimarães Rosa: diplomatie et politique**

Quand on recherche l'especificité de l'actuation de João Guimarães Rosa en tant que diplomate, on voit, tout de suite, ce détachement qu'il opère expressivement, entre le diplomate et le politique. Un détachement problématique, car la carrière diplomatique est, en essence, une activité politique.

Comment et pourquoi Guimarães Rosa fait-il cette séparation ?

Comment arrive-t-il à le faire, ayant été dans des situations – en tant que consul à Hambourg de 1938 jusqu'à 1942 – où la totalité de la vie, dans ses aspects privés et publiques, était dominée par le politique ? Le propre Guimarães Rosa décrit ce domaine bouleverseur du politique en Allemagne naziste dans son compte littéraire « La mauvaise humeur de Wotan ». Dans cette histoire, le totalitarisme et la tyrannie de la politique dans la vie de l'Allemagne sont évidents, pénétrant les coins les plus cachés de la vie de la population. C'est à ce totalitarisme qu'il fait référence quand il dit à Lorenz, qui lui avait posé une question sur son activité à Hambourg en faveur des Juifs chassés par le Nazisme, « moi, l'homme de l'intérieur, je ne peux pas témoigner d'injustices ». La tyrannie du politique est, pour lui, une injustice.

Même si on trouve la conception platonique de la justice – l'harmonie des éléments naturels d'une totalité, sans l'excès de personne sur les autres, sans la tyrannie de l'un par rapport aux autres. Dans ces conditions, l'activité de Guimarães Rosa dans le Consulat-général à Hambourg, en bénéfice des Juifs persécutés, serait un exemple pas d'action politique, puisque l'action politique était le nazisme, mais d'action diplomatique. Dans ce cas spécifique, ainsi, il est possible de comprendre comment et pourquoi Guimarães Rosa fait une séparation entre la diplomatie et la politique : dans les conditions où rien n'échappait au totalitarisme de la politique, il fallait s'en détacher, n'importe les coûts, ouvrir un espace dans son mur gros est suffoquant, dans l'injustice – dans l'hybris – de la politique, qui se manifestait précisément dans ce totalitarisme, dans cette occupation de tout l'espace vital de l'homme. Cela peut avoir été la raison de la nécessité de faire la séparation entre la diplomatie et la politique : la raison de justice.

RESULTADO

1. Nota relativa à organização do texto e ao desenvolvimento do tema: 10
2. Nota relativa à correção gramatical e à propriedade da linguagem: 4 - 22 erros

T 944

Turma do Instituto Rio Branco 2019-2020

**Guia da Capivara Cética: as melhores (e as piores) respostas dos aprovados no CACD 2018
Turma do Instituto Rio Branco 2018 – 2020**

2019 – Permitida a reprodução parcial ou total, sem fins lucrativos, por qualquer meio, desde que divulgada a fonte.